



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Carolina de Moraes Souza

**OS DISCURSOS ANTILUSITANISTAS NA FORMAÇÃO
DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA
(1890 – 1930)**

**Tese no âmbito do doutoramento em História, ramo de História
Contemporânea orientada pela Professora Doutora Maria Antónia da Silva
Figueiredo Lopes e coorientada pelo Professor Doutor Jorge Fernandes Alves
apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e
Artes da Universidade de Coimbra**

Agosto de 2022

[...]

Os paquetes que entram de manhã na barra
Trazem aos meus olhos consigo
O mistério alegre e triste de quem chega e parte.
Trazem memórias de cais afastados e doutros momentos
Doutro modo da mesma humanidade noutros pontos.
Todo o atracar, todo o largar de navio,
É — sinto-o em mim como o meu sangue —
Inconscientemente simbólico, terrivelmente
Ameaçador de significações metafísicas
Que perturbam em mim quem eu fui...
Ah, todo o cais é uma saudade de pedra!

[...]

Ah, quem sabe, quem sabe,
Se não parti outrora, antes de mim,
Dum cais; se não deixei, navio ao sol
Oblíquo da madrugada,
Uma outra espécie de porto?

[...]

Sim, dum cais, dum cais dalgum modo material,
Real, visível como cais, cais realmente,
O Cais Absoluto por cujo modelo inconscientemente imitado,
Insensivelmente evocado,
Nós os homens construímos
Os nossos cais nos nossos portos,
Os nossos cais de pedra actual sobre água verdadeira,
Que depois de construídos se anunciam de repente
Coisas-Reais, Espíritos-Coisas, Entidades em Pedra-Almas,
A certos momentos nossos de sentimento-raiz
Quando no mundo-exterior como que se abre uma porta
E, sem que nada se altere,
Tudo se revela diverso

[...]

“Ode Marítima” (1915), de Fernando Pessoa

Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra (FLUC)

Os discursos antilusitanistas na formação da identidade nacional brasileira (1890 – 1930)

Carolina de Moraes Souza

Tese de Doutoramento na área científica de História, ramo de História Contemporânea orientada pela Professora Doutora Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes e coorientada pelo Professor Doutor Jorge Fernandes Alves apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Universidade de Coimbra.

Agosto de 2022



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Dedicatória

Dedico esta pesquisa à memória e história de todos os migrantes ao redor do mundo. Àqueles que por motivações diversas deixam seus espaços de segurança em busca de sonhos, de suprir necessidades, de espera por vidas melhores no futuro.

Migrar é abandonar o que é seu e o que é para ajudar a construir o outro, estando disposto a se reconstruir tantas vezes. Quando retorna ao seu país de origem, quando decide voltar mais uma vez, quando prefere ficar. Todas as vezes que abandona um lado, escolhendo ficar no outro.

A história do migrante não começa quando ele cruza a fronteira, não se deve esquecer sua bagagem cultural, emocional, sua formação técnica, profissional e intelectual, seus desejos e suas perspectivas.

O migrante não é só mão-de-obra, não é só apoio para melhorar a economia, não é só alguém que procura sobreviver.

O migrante, com sua historicidade, se compreende e deve ser compreendido a partir de seus “horizontes de expectativa” e de seus “espaços de experiência”, de suas trajetórias e de suas vontades, para além de suas idas e vindas.

A migração sempre coloca um desafio e um risco àqueles que a experimentam. Mitigar riscos e fortalecer capacidades para enfrentar os desafios é também responsabilidade do lugar e das pessoas que o acolhem. É preciso construir pontes e derrubar muros.

Agradecimentos

Agradeço aos meus mais especiais migrantes, minha querida família — em especial mãe, pai, irmão e marido —, que por amor estiveram sempre dispostos a mudar de país, de casa, de sentimentos, de concepções e de identidades. Que também por mim reelaboraram suas ideias de apego, de conquistas, de virtudes, de desejos e de liberdade. Que vivem se transformando em nome da minha transformação. Que me garantem o cais e o porto para que eu possa, com segurança, constantemente içar minhas velas e recolher minhas âncoras.

Agradeço aos amigos dos dois lados do Atlântico que me permitiram nunca esquecer de onde vim, independente da minha decisão de para onde ir. Que me reconhecem e me respeitam pelo que sou e pelo que ainda poderei ser. Que foram imprescindíveis na construção do meu lar em diferentes casas.

Agradeço aos mestres, professores, formadores e toda a comunidade acadêmica no Brasil e em Portugal, que na luta diária pela educação transformam a vida em sociedade. Que me permitiram, com amor e dedicação, alcançar conquistas inimagináveis. Que valorizam e acreditam na ciência como meio de disseminação do acolhimento, da inclusão, da equidade e do respeito.

Agradeço, em especial, aos professores Maria Antónia Lopes e Jorge Fernandes Alves pelas incansáveis orientações, correções e conselhos que fortaleceram teórica e metodologicamente este trabalho e emocionalmente esta orientanda.

O meu sincero muito obrigada a quem junto comigo, ao longo desses 12 anos de ensino superior ininterruptos como aluna, sonhou com esse encerramento de ciclo.

Resumo

Esta tese dedica-se à análise dos discursos antilusitanos na formação da identidade nacional brasileira no período da Primeira República (1890-1930). Amparado nas perspectivas da História Cultural, este trabalho debruça-se sobre os conceitos de identidade e nação, a fim de compreender como a diversidade de discursos — na imprensa, na música, na caricatura, na literatura, no teatro e nas obras de cunho histórico e sociológico — contribuiu para a disseminação do antilusitanismo e da lusofobia na construção do projeto nacional. A edificação das identidades nacionais persegue modelo de elaboração de um povo em determinado território, que se identifica pelas perspectivas de futuro e pelo passado nacional em comum. Essa identidade, entretanto, necessita da apresentação didática ao seu povo daquilo que o diferencia em relação aos outros. Aquele era o momento de configuração do povo brasileiro em contraposição ao português, que há pouco se tornara imigrante, mas que ainda matinha muitas parecenças com o brasileiro. Tal circunstância foi avivada pela chegada de milhares de imigrantes portugueses nas grandes cidades brasileiras em busca de trabalho e sobrevivência. O período republicano, em números relativos, foi o período em que o Brasil recebeu mais imigrantes vindos da Europa em toda a sua história. Estimulados pelas leis pró-imigração, pela proximidade cultural e identidade da língua, a “terra da promessa”, como era conhecido o país na época, prometia aos portugueses recém-chegados a oportunidade de amalhar dinheiro e de construir patrimônios. Contudo, os imigrantes disputavam espaços no mercado de trabalho com brasileiros e, principalmente, com os ex-libertos do sistema escravista. O contexto social e econômico do país da época fortaleceu e foi fortalecido pelas mentalidades na constituição da identidade nacional. O antagonismo e o estranhamento entre as nacionalidades eram sentidos, portanto, tanto nas ruas brasileiras quanto nas narrativas nacionais que formavam a identidade do país. Entre práticas e representações culturais, a lusofobia e o antilusitanismo serviu como discurso para a formação e consolidação da identidade nacional brasileira.

Palavras-chave: imigração; antilusitanismo; identidade nacional; análise do discurso; Primeira República.

Abstract

This thesis is dedicated to the analysis of anti-portuguese discourses in the formation of Brazilian national identity in the period of the First Republic (1890-1930). Supported by the perspectives of Cultural History, this research focuses on the concepts of identity and nation in order to understand how the diversity of discourses — in the press, in music, in caricature, in literature, in theater and in historical and sociological works — contributed to the spread of anti-lusitanism and lusophobia in the construction of the national project. The edification of national identities pursues the delineation of the elaboration of a people in a given territory, which is identified by the perspectives of the future and the common national past. This identity, however, needs the didactic presentation to its people of what differentiates it in relation to other nations. That was the moment of configuration of the Brazilian people as opposed to the Portuguese, who had recently become an immigrant, but who still had many similarities with the Brazilians. This circumstance was fueled by the arrival of thousands of Portuguese immigrants in large Brazilian cities in search of work and survival. The republican period, in relative numbers, was the moment when Brazil received more immigrants from Europe in its entire history. Stimulated by pro-immigration laws, cultural and language proximity, the “land of promise”, as the country was known at the time, promised Portuguese newcomers the opportunity to amass money and build patrimony. However, immigrants disputed spaces in the labor market with Brazilians and, mainly, with the ex-slaves. The social and economic context of the country at the time strengthened and was strengthened by the mentalities in the constitution of national identity. The antagonism and estrangement between nationalities were felt, therefore, both in Brazilian streets and in the national narratives that formed the country's identity. Among cultural practices and representations, lusophobia and anti-lusitanism served as a discourse for the formation and consolidation of Brazilian national identity.

Key-words: immigration; anti-lusitanism; national identity; discourse analysis; First Republic.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
Entre a lusofilia e a lusofobia: matrizes de análise para a formação da identidade nacional brasileira	11
Motivações	15
Estrutura da tese	17
PARTE I	20
CONTEXTOS E CONCEITOS NAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL: A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA EM CONSTRUÇÃO	
CAPÍTULO 1 - A emergência do antilusitanismo: tensões coloniais e imperiais	22
1.1 Hostilidade aos reinóis	25
1.2 Independência e Brasil Império: os discursos da discórdia	38
1.3 Escravatura e propriedade: discussões sobre identidade e etnicidade	44
CAPÍTULO 2 - AS formações das identidades nacionais: a construção do Brasil-Nação	51
2.1 O conceito de identidade nacional	53
2.2 Nacionalismo anticolonial: a xenofobia contra os ex-colonizadores	61
2.3 Brasileiro ou português? questões sobre cidadania pós-Independência	69
2.4 As primeiras narrativas nacionais brasileiras	73
CAPÍTULO 3 - Conflitos sociais antilusitanos: as causas ligadas ao trabalho	89
3.1 Imigração portuguesa em massa e a naturalização de estrangeiros na República	94
3.2. O português trabalhador: disputas no mercado de trabalho	100
3.3 O português patrão: exploração comercial e habitacional	116
PARTE II	126
O ANTILUSITANISMO NA IDENTIDADE NACIONAL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DAS FONTES	

CAPÍTULO 4 - A imprensa combativa e nacionalista	130
4.1 <i>Brazileia</i> : revista de propaganda nacionalista	134
4.2 <i>Gil Blas</i> : <i>pamphleto de combate nacionalista</i>	152
4.3 <i>Brazileia</i> e <i>Gil Blás</i> no contexto da imprensa nacionalista	187
CAPÍTULO 5 - Imagens e estereótipos dos imigrantes portugueses e de Portugal no Brasil	192
5.1 Literatura	193
5.2 Caricatura	219
5.3 Música	260
5.4 Teatro de Revista	266
CAPÍTULO 6 - Narrativas nacionais antilusitanas: a formação discursiva entre “espaços de experiência” e “horizontes de expectativa”	275
6.1 Prefácio de <i>Festas Nacionaes (1893)</i> , por Raul Pompeia	279
6.2 <i>América Latina: males de origem (1905)</i> , de Manoel Bonfim	288
6.3 <i>As razões da Inconfidência (1925)</i> , de Antônio Torres	300
6.4 <i>O preconceito de raça no Brazil (1916)</i> , de Álvaro Bomílcar	315
6.5 <i>As duas bandeiras: catholicismo e brasilidade (1924)</i> , de Alcebíades Delamare	326
CONSIDERAÇÕES FINAIS	340
FONTES	356
BIBLIOGRAFIA	364

Introdução

Os estudos sobre as construções das identidades nacionais do Brasil percorrem, primordialmente, a análise de fontes nacionais tradicionais que, em sua grande maioria, revelam o vínculo profícuo entre Portugal e Brasil. No período pré-independência, tais fontes, ainda que não afirmem diretamente, demonstram discursivamente que os conflitos entre os portugueses de lá e os de cá não estavam vinculados às questões nacionais e tampouco tinham caráter xenófobo ou antiestrangeiro. As tensões eram vistas, pela bibliografia que as investiga, como divergências políticas ou ideológicas temporárias em que não importavam o local de nascimento de cada grupo. Os quase quatro séculos em que os territórios dos dois lados do Atlântico eram de Portugal ajudaram a construir a ideia de que os brasileiros e os portugueses nasceram um só povo e permaneceram como tal. Seja amparado nas relações de sangue e ancestralidade, seja na permanência de costumes, tradições e hábitos, ou, ainda, no elo memorial e histórico que liga estes países, os brasileiros — mesmo após a Independência — habituaram-se a chamar os portugueses de irmãos d'álem mar. Por isso, a linha de observação de uma gama de pensadores sobre a nação e de seus analistas perpassa pela premissa da boa comunicação, do bom relacionamento e da dívida pelo descobrimento.

É fato que, historicamente, a ex-metrópole moldou a sociedade civilizada, sob o viés ocidental, consolidando-a na terra de Santa Cruz e que foi a pátria-mãe que inseriu no território tropical, preenchido inicialmente por indígenas, a lógica capitalista que se desenvolve até a atualidade. No entanto, o contato entre brasileiros e portugueses se mostrou conturbado ainda no encontro entre os conquistadores e os autóctones e seguiu assim por muitos séculos. Focada na explicação de caráter político, as tensões há muito já foram observadas, demonstradas e argumentadas por historiadores, principalmente nos períodos da colonização e no processo de Independência do país americano. Este trabalho não discorda da linha de argumentação desses estudos, pelo contrário, reforça que existiu a motivação política e ideológica na construção dos processos de emancipação do território brasileiro e que, também por essa condição, foi possível a sua Independência. Entretanto, tem-se aqui a intenção

de ressaltar que esses conflitos também tiveram como motivação a edificação de autonomia identitária de uma nação em construção, bem como existiram tensões entre brasileiros e portugueses no pós-independência, que indicam xenofobia e contrastam com o senso-comum de que o Brasil é e sempre foi um país receptivo com os imigrantes. Porém, fontes que revelam esses embates no campo cultural — e aqui inserem-se as ideias e as mentalidades —, social e econômico, ultrapassando o âmbito político, foram pouco analisadas. Nesse contexto, considera-se necessária a ampliação das investigações em torno das relações conflituosas entre brasileiros e portugueses a partir de diversos aspectos e momentos históricos, como propõe esta tese.

Alguns estudos já realizados nesse sentido devem ser aqui destacados pois foram utilizados neste trabalho como importantes referências e como guias de orientação teórica. As pesquisas de Lená Menezes¹, de Gladys Ribeiro², de Jorge Fernandes Alves³, de José Mendes⁴ e de Carlos Fino⁵ e descortinam, em diferentes âmbitos, a conturbada convivência Brasil-Portugal. Outros tantos autores não tratam diretamente do relacionamento entre as nacionalidades, mas sublinham em suas análises aspectos que apresentam preconceito, xenofobia, incomunicação e outros embates que também marcaram esse vínculo⁶.

¹ Menezes, Lená Medeiros. (1996). *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

² Ribeiro, Gladys. (1997). *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. (Tese de doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP; Ribeiro, Gladys. (2017). *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Rio de Janeiro: Eduff.

³ Alves, Jorge Fernandes. (1999). Variações do brasileiro: tensões na emigração e no retorno do Brasil. *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII. p. 191-222.

⁴ Mendes, José. (2010). *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil*. Porto: CEPESE; Mendes, José. (2011). “Somos da América e queremos ser americanos”: relações Brasil-Portugal e antilusitanismo na fundação da República. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 172, n. 452, p. 355-371.

⁵ Fino, Carlos. (2019). *Raízes do estranhamento: a (in) comunicação Portugal-Brasil*. (Tese de doutorado). Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho.

⁶ Queiroz, Suely. (1986). *Os radicais da República*. São Paulo: Braziliense; Silva, Susana. (2007). *O Emigrante Português em Três Romances de Aluísio Azevedo*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Triches, Roberta. (2009). *Biba a Penha! O elemento português no imaginário da nação. II Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina, Paraná; Jesus, Carlos Gustavo. (2012). *Revista Gil Blás e o nacionalismo de combate (1919-1923)*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cruz, Sara. (2013). *Emigração e expulsão: Repressão de anarquistas e comunistas portugueses no Brasil (1890-1930)*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Paranhos, Adalberto. (2017). *Xô, fado! Nacionalismo e antilusitanismo na terra do samba. Tempo e Argumento*, v. 9, n. 22; Machado, Igor José. (2018). Ressentimentos e estereótipos: ensaio sobre as representações a respeito do português no Brasil (século XIX). *Revista Topoi*. v. 19, n. 37, p. 125-143; Alves, Jorge Fernandes. (2020). Entre nativismo e patriotismo – a repatriação dos pescadores poveiros

Reputando o número reduzido de investigações que, para além da esfera política, percebem o antilusitanismo como um fenómeno a ser averiguado e também pela quantidade ainda mais diminuta destes que observam a identidade nacional brasileira, justifica-se esta pesquisa. O objetivo desta tese é, portanto, notar se e como os discursos antilusitanos influenciaram na formação da identidade nacional brasileira entre os anos 1890 e 1930, período em que o Brasil consolidava sua separação com Portugal, pelo fim da monarquia, e se inspirava nos projetos de nação do século XIX criados pelos países europeus.

Entre a lusofilia e a lusofobia: matrizes de análise para a formação da identidade nacional brasileira

Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade⁷.

Oswald de Andrade, autor do excerto, demonstra que entre a lusofilia e a lusofobia havia um espectro de discursos, formados por representações e práticas culturais, que também edificaram a identidade nacional brasileira. Ou seja, que os discursos que compõem a identidade nacional podem ser analisados a partir de diferentes matrizes entre os extremos que vangloriam o vínculo com Portugal e aqueles que o criticam e o repudiam. É o caso de outras diversas obras modernistas que compuseram o período de intensa circulação de ideias e perspectivas sobre as artes, a literatura e os comportamentos da nação. Grupos como o Verde-amarelismo, Anta e Antropofagia — provenientes do movimento modernista — mostravam que havia um meio-termo na discussão da identidade nacional, a partir da década de 1920: aqueles que acreditavam na miscigenação como parte integrante da nacionalidade e da sociedade brasileira. O propósito do movimento não era, essencialmente, encontrar uma raça autóctone para reverenciá-la, mas considerar que todas as etnias formavam o verdadeiro brasileiro, incluindo o português. Os manifestos dessas escolas criticavam a cópia idêntica dos modelos culturais europeus, preconizando a deglutição ou a inspiração dessas referências em prol da identificação à

emigrados no Brasil (1920). *Boletim cultural da Câmara Municipal da Póvoa do Varzim*. v. 54, n.1.

⁷ Andrade, Oswald. (1928). Manifesto Antropófago. *Revista de Antropofagia*. Anno I, n. 1. p. 3 e 7.

identidade brasileira. Os modernistas propunham a integração de valores adquiridos pela diversidade étnica, racial e miscigenada ao longo da história do país.

O discurso do movimento modernista configurou-se, dessa forma, como um desenvolvimento das duas vertentes mais radicais que avaliavam Portugal e portugueses na identidade nacional do Brasil. No manifesto antropófago, citado no trecho acima, a referência à felicidade antes da chegada dos portugueses indica que no território já havia vida em sociedade, já havia Brasil. Não descartam a ação portuguesa, mas a colocam em segundo plano como constituidora do país. A matriz brasileira, para os pensadores da semana de 1922, é portuguesa, é africana, mas também é indígena. A *alma mater*⁸, no entanto, é formada por aqueles que já estavam na região antes do europeu aportar, o feliz índio. O Brasil já existia antes dos portugueses e africanos, mas foi com essa chegada que se constituiu a miscigenação, o grande diferencial da nação.

Compreende-se, no entanto, que para alcançar tal pensamento sobre a formação da identidade da nação foi necessário o flerte com as extremidades, com os pensamentos radicais. Em um primeiro momento, revelar-se como parte constituinte de Portugal, uma pátria que conquistou diversas regiões inexploradas, foi uma das precursoras das grandes navegações e que, apesar do seu pequeno território e população, representou um povo corajoso e destemido, que perante à civilização ocidental, era algo a se orgulhar e honrar. Nesse sentido, o Brasil vangloriava-se de ser filho de Portugal, de reproduzir os portugueses nos trópicos, de estimar sua cultura, hábitos, comportamentos, ideias, estudos e intelecto. Por isso, foram criadas — mesmo após a Independência — instituições como os Reais Gabinetes Portugueses de Leitura e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) que reforçavam em suas narrativas sobre a nação, a distinção e o reconhecimento por também fazerem, ou terem feito, parte de Portugal. Além dessas instituições, uma diversidade de

⁸ A tradução literal desse termo latino é “a mãe que nutre”. A expressão é aqui utilizada com o sentido clássico da Antiguidade, em referência às deusas mães Vênus, Cibele e Ceres. Mais tarde era usada pelos poetas romanos com alusão à pátria, aquela que tem a responsabilidade de abrigar, defender e alimentar o seu povo. Mais tarde, o vocábulo teve seu significado alterado referenciando as universidades que nutriam seus alunos com conhecimento. Atualmente, indica a instituição onde o ex-aluno se graduou, ou seja, onde foi alimentado pela primeira vez.

escritores, literatos, artistas e outros intelectuais dos dois lados do Atlântico compuseram grupos e movimentos de valorização do relacionamento entre os países, como a Confederação Luso-Brasileira, as revistas e os jornais⁹ que reforçavam essa aproximação.

No outro extremo, e nascido conjuntamente com as ideias emancipatórias do país — apesar de terem sido consolidados na Primeira República, como desenvolverá este trabalho —, os discursos antilusitanos representavam um outro momento do país: o da afirmação da unidade e da identidade nacional. Constituir-se como próprio e único era um desafio que demandava diferenciar-se do outro. O outro, escolhido por esses pensadores, foi o português, já que era por ele quem, anteriormente, o brasileiro — ou o português da América — queria ser representado. O relacionamento originado a partir da história comum, deveria ser recriado, inventando à perspectiva da dessemelhança com o objetivo de estabelecer-se como povo. A ideia era romper com a *alma mater*, desgarrar-se e se emancipar, assim como os filhos fazem com os pais.

O primeiro movimento antilusitano constituído ao longo da Primeira República foi o jacobinismo. O chamado radicalismo republicano¹⁰ ou florianismo de rua¹¹ nasceu no contexto das manifestações espontâneas de grupos políticos que estavam fora do sistema partidário e eleitoral e que se formaram a seguir ao processo da Revolta da Armada. Como estratégia informal, esses defensores do Marechal Floriano Peixoto possuíam uma relação de integral fidelidade ao líder político e, por isso, assumiam algumas posições consideradas radicais em nome do republicanismo florianista. A carestia e o alto do custo de vida, proporcionado pela galopante inflação e pela desvalorização monetária na década de 1890, incentivou a construção de um cenário de revolta política e social extremada, que culpava os portugueses pela especulação no preço dos aluguéis e dos produtos alimentícios. As ideias antilusitanas que circulavam apenas no campo político e na intelectualidade brasileira, alcançaram as ruas e começaram a fazer parte do agendamento da opinião pública. As tensões que antes estavam nos

⁹ Destacam-se os periódicos: A Ilustração Luso-Brasileira, o Correio Luso-Brasileiro, Gazeta da Manhan, Lusitania, Revista Luso-Brasileira e Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro, todos disponíveis da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em julho 2022.

¹⁰ Queiroz, Suely. (1986). *Os radicais da República*. São Paulo: Braziliense.

¹¹ Penna, Lincoln. (1997). *O Progresso da Ordem: o florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras.

papeis passam a figurar a vida cotidiana dos trabalhadores das grandes cidades e revelam um escalonamento do antilusitanismo. Seja por motivações políticas ou sociais, as práticas culturais antilusitanas são investigadas neste trabalho sob a perspectiva da análise do discurso.

Como propõe Eni Orlandi, teórica da análise do discurso que norteia este trabalho, “compreender é saber que o sentido pode ser outro”¹², ou ainda, para compreender é preciso teorizar e aceitar que a linguagem é social e histórica. Ainda para a autora, os discursos dispõem de uma diversidade de incompletudes, divisões, políticas, ideologias, inconsciências e diferenças que determinam novos e infinitos sentidos aos textos. Para analisar discursos, é necessário, portanto, mais do que saber e interpretar, é preciso construir dispositivos que medeiam a relação dos sujeitos ou grupos¹³ — munidos de suas historicidades e identidades — com os sentidos e com eles mesmos. A análise de discurso nesta tese teve como objetivo auxiliar teórico-metodologicamente a (re)observação das fontes discursivas em suas multiplicidades de sentidos, as compreendendo segundo a lógica da construção do eu (brasileiro) a partir da definição do outro (português).

Também como arcabouço teórico-metodológico, optou-se por utilizar o entendimento de Reinhart Koselleck para entender as práticas discursivas das narrativas nacionais exploradas no último capítulo. Alinhado ao entendimento de Eni Orlandi¹⁴ sobre as construções discursivas e também às ideias de Paul Ricoeur¹⁵ sobre a dependência da temporalidade na formação da inteligibilidade da narrativa, Reinhart Koselleck utiliza as categorias, espaço de experiência e horizonte de expectativa, para revelar as condições de investigação da vivência humana no tempo histórico. Relacionando o passado, o presente e o futuro, o autor identifica tais categorias como instrumentos que facilitam a análise narrativa, ressaltando os aspectos que vinculam sujeitos e grupos às suas

¹² Orlandi, Eni. (1988). *Discurso e Leitura*. São Paulo: UNICAMP, p. 12.

¹³ Segundo a autora, os sujeitos são indivíduos identificados, pois as construções discursivas em torno destes possuem potencialidade de edificá-los em uma identidade. Assim, é a partir das identidades que se constroem os sujeitos e os grupos. A premissa de que os textos são estruturas abertas em constante resignificação permitem, portanto, o entendimento de que os sujeitos e os grupos também possuem sentidos e significados em contínua mudança.

¹⁴ Orlandi, Eni (2009). *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes.

¹⁵ Ricoeur, Paul. (1994). *Tempo e narrativa (tomo 1)*. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus.

identificações e percepções sobre o tempo¹⁶. Neste trabalho, interessa desvelar as categorias de análise de cada narrativa nacional — enquanto prática discursiva — com o objetivo de compreender como cada autor expressava suas intenções ao destacar uma versão sobre o passado e uma construção sobre o futuro da nação.

Mencionadas as bases conceituais, teóricas e metodológicas desta tese, bem como seus objetivos e pergunta de pesquisa, disserta-se a seguir sobre os interesses da autora sobre o tema, suas motivações e, por último, a estrutura organizacional do trabalho.

Motivações

Este trabalho trata, essencialmente, sobre identidades, pertencimentos, práticas e representações, conceitos que estão relacionados aos motivos da sua realização. Como ensinou Roger Chartier, base teórica desta tese, compreender as representações coletivas é interpretar as práticas discursivas dos textos, inseridas nos seus contextos culturais¹⁷. Tal compreensão demanda perceber a construção identitária a partir da disputa de representações impostas e optativas¹⁸, bem como notar a capacidade que um grupo ou sujeito tem de fazer reconhecer a sua própria existência. Ou seja, abre uma dupla via de possibilidades para esse estudo, que segundo Roger Chartier, centra a atenção nas “estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que

¹⁶ Koselleck, Reinhart. (2015). Espaço de experiência e horizonte de expectativa. Em: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto.

¹⁷ Utiliza-se aqui a ideia expansiva de cultura proposta pelo próprio Roger Chartier ao definir a História Cultural. Toda a vida cotidiana insere-se na lógica cultural, assim, todo sujeito produz cultura, por meio da linguagem. As práticas discursivas, incluído no sistema linguístico, constituem a substância da vida social, por isso, toda comunicação se torna — nesse contexto alargado de cultura — um objeto de teor cultural. Em: Barros, José. (2003). História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. *Textos de História*, v.11, n.1-2, p. 145-172; Chartier, Roger. (2002). *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manoela Galhardo. 2 ed. Algés: DIFEL.

¹⁸ O autor explica que a constituição da identidade perpassa pelo confronto entre diferentes tipos de representações que são compostas entre aquelas impostas pelos contextos, como aquelas que escolhemos e optamos por exprimir. Essa condição indica, para o autor, que a construção identitária se configura a partir das relações de força e de lutas de representação. Em: Chartier, Roger. (1991). O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 11, n.5, p. 184-185. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em julho de 2022.

constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade”¹⁹.

Entender-me como sujeito — e, por isso, aqui encaro o desafio de escrever em primeira pessoa — imbuído de uma diversidade de identidades, construídas por um espectro de representações coletivas foi o impulso para a escrita desta tese. As edificações e também a percepção dessas identidades foram adquiridas ainda na infância. *Quem sou? De onde vim? qual é o meu lugar no contexto em que estou inserida?* são perguntas respondidas inconscientemente para me sentir inserida no meio onde me encontro. É possível conceber-se diante das escolhas pessoais, profissionais, das pessoas com que se têm relações, com as opiniões, ideologias, com vínculos ancestrais, com memórias, com histórias, com espaços, territórios e outros. No entanto, muitas vezes só se consegue constatar realmente a influência e a importância de certa identidade — sendo essas empreendidas a partir da batalha de imposições e escolhas — quando ela precisa ser reafirmada, ressignificada ou transformada. E foi assim que descobri o peso da identidade nacional.

Ao mudar de país com a expectativa de permanecer, fui obrigada a reavaliar as experiências que me ajudaram a me elaborar. Em contraste com o novo, a esperada adaptação transformou-se na consolidação da noção de pertencimento sobre a minha nacionalidade. Eu sou brasileira e não queria declarar-me como portuguesa, queria ser parte integrante daquele novo contexto socioeconômico, político e cultural sem ter que necessariamente abandonar as minhas origens. E, também, queria respeitar a história e vínculo memorial com o meu país, sem obrigatoriamente depender dessas representações para me identificar. Para além das minhas escolhas sobre essas representações, havia também as que me eram impostas: aquelas já construídas em Portugal a respeito do brasileiro. Sobre essas últimas, a história impõe-se na sua função mais tradicional e clássica — *magistra vitae* — capaz de explicar o presente e prever o futuro, a partir do entendimento do passado sobre tais representações. Parecia a forma mais honesta de perceber a disputa de representações que influíam na reavaliação sobre a minha identidade. Vieram a mim, portanto, as seguintes perguntas: por que foram construídas tais representações sobre o

¹⁹ Idem.

brasileiro em Portugal? O que as relações históricas entre os países podem ensinar a respeito dessas representações? Quais práticas, tanto no Brasil quanto em Portugal, incentivaram a edificação dessas representações?

Após maior dedicação em pesquisa bibliográfica sobre a temática, notei uma discussão que parecia mais interessante, principalmente, por apesar de citada em uma minoria dos trabalhos, não era desenvolvida em nenhum deles: a questão em torno do preconceito ou da estereotipação dos portugueses no Brasil. Em alguns momentos dos vínculos históricos entre os países, os brasileiros permitiram o afastamento das nações irmãs, ou até assumiram posições xenófobas em relação aos portugueses. A verificação desses dados permitiu constatar, também, que se os portugueses constroem e reconstroem constantemente representações sobre os brasileiros, e não poderia ser diferente o movimento contrário. Mas, como e por que uma sociedade reverenciada e conhecida por ser receptiva, respeitadora e pacífica primária pelo distanciamento e construiria uma representação negativa sobre o português? A explicação, segundo as minhas pesquisas, passava fundamentalmente pelos conceitos discutidos no início desse título: identidades, pertencimentos, práticas e representações.

A partir daí, foram se desenvolvendo novos questionamentos com novas pesquisas que fundamentaram a justificativa para a investigação sobre essa temática.

Estrutura da tese

A tese está dividida em duas partes e cada uma delas apresenta um texto introdutório que esclarece as questões a serem tratadas nos capítulos que a compõem. A primeira parte dispõe da discussão teórica que ampara os conceitos utilizados nesta tese, bem como revela a bibliografia referencial que esclarece os contextos históricos do período estudado e antecedentes. O objetivo é embasar o debate sobre o antilusitanismo e sobre a identidade nacional descrevendo a conjuntura dos acontecimentos e também das ideias que circularam no país entre os anos 1890 e 1930.

O primeiro capítulo traz luz às relações não virtuosas entre brasileiros e portugueses que permearam o Brasil colonial, quando as nacionalidades ainda não eram diferentes e quando imperava a diversidade de identidades ao longo do território português dos dois lados do Atlântico, em especial entre as províncias da América portuguesa. Em algumas ocasiões, também se notam os discursos dos nativos e colonos que exigiam a formação da unidade em prol das suas reivindicações contra as decisões da Corte. Esse capítulo igualmente desvela os movimentos independentistas que visavam findar o vínculo político e econômico com Portugal, assim como as estremecidas relações provocadas pela instabilidade institucional ao longo do período imperial.

O segundo capítulo discorre sobre as perspectivas que envolvem o debate a respeito dos fenômenos nacionais, como a nacionalidade, o nacionalismo, a nação e, com mais enfoque, a identidade nacional. Também se destacam, nessa seção, os elementos que compõem as identidades nacionais e como estas são edificadas a partir de práticas culturais e discursivas. Ressalta-se, ainda, nesse capítulo as questões em torno da identificação entre ser brasileiro e ser português pós-independência. Com a necessidade do país de configurar-se como nação, também nesse período foram sendo criadas diversas narrativas que exploravam e definiam os elementos nacionais, como a história, a memória, os ancestrais, os heróis e outros. Ademais, sublinham-se outros exemplos de países que questionavam o relacionamento com suas ex-metrópoles, em busca da autonomia na edificação de suas identidades nacionais.

Por sua vez, o terceiro capítulo apresenta os estudos que tratam sobre os conflitos antilusitanos no cotidiano das cidades brasileiras, com destaque ao Rio de Janeiro. Para isso, desvelam-se as possíveis causas dessas tensões ligadas às disputas no mercado de trabalho e aos espaços de convivência e moradia. A imigração em massa de portugueses para o litoral brasileiro no início do século XX, acompanhada por uma política de naturalização e concessão de cidadania, possibilitou antagonismos entre nacionais e estrangeiros, que, como práticas culturais, ajudaram na construção de representações sobre os lusos no país.

A segunda parte dedica-se a investigar, por meio da Análise do Discurso, as fontes capazes de indicar a lusofobia e o antilusitanismo na composição das práticas culturais e na formação das representações dos portugueses no Brasil

ao longo do período republicano. Como já afirmado, foi de interesse deste trabalho, a partir da compreensão do conceito alargado de cultura, investigar uma diversidade de práticas culturais que permitissem entender com mais coerência e adequação a mentalidade brasileira naquele momento.

O capítulo quatro desvela as expressões do meio de comunicação que apresentava a relação mais direta e próxima com a sociedade: a imprensa. São perscrutadas as formas como a imprensa nacionalista elaborou estratégias narrativas para a construção do discurso combativo e xenófobo, que corroborava com a insatisfação popular pelas condições econômicas, políticas e sociais do país.

O capítulo cinco trata, efetivamente, das representações dos portugueses no Brasil, formadas por meio de imagens e estereótipos. Como esses imigrantes eram vistos nas páginas dos romances e na criação de personagens, nas caricaturas e nas charges dos jornais e revistas, na música popular brasileira e nos enredos dos teatros de revista são os objetivos desse capítulo. Também é intencional relacionar tais imagens, enquanto práticas culturais e discursivas, com as circunstâncias socioeconômicas e políticas das cidades brasileiras.

Já no capítulo 6, último desta tese, amparado na concepção das relações do discurso com as categorias de análise espaço-temporal, são analisadas as narrativas nacionais que expressam as posições antilusitanas. Nesse capítulo foram observadas as estratégias argumentativas utilizadas pelos diferentes autores que expressavam marcas da lusofobia na edificação dos seus projetos de nação. As narrativas nacionais foram importantes práticas discursivas que influenciaram a formação da identidade nacional brasileira e, por isso, expressavam parte das ideias da intelectualidade do período.

Por fim, as considerações finais revelam objetivamente os resultados das análises das diversas fontes, notando-os em correspondência à bibliografia sobre a temática. As inferências sobre toda a investigação e as respostas para a pergunta de pesquisa também são apresentadas nessa seção.

Parte I

Contextos e conceitos nas relações entre Brasil e Portugal: a identidade nacional brasileira em construção

A primeira parte deste trabalho dedica-se ao estudo, debate e observação dos conceitos e contextos vinculados ao antagonismo entre brasileiros e portugueses. Entendendo esta tese como uma proposta de investigação inserida no rol dos estudos da História Cultural, tem-se como pressuposto que as práticas discursivas a serem analisadas constituem substância da vida em sociedade. A cultura, segundo o ponto de vista de Roger Chartier, é um processo comunicativo que tem a linguagem, as representações e as práticas como noções centrais para o entendimento do processo de análise na História Cultural²⁰. Dessa forma, entende-se que pesquisar os discursos antilusitanos na Primeira República é perceber que as práticas e representações neles inseridas são resultados de determinadas motivações e necessidades da sociedade daquela época.

A incomunicação entre os países não se inicia na Independência — como será esclarecido no primeiro capítulo —, mas é a partir dela que insurgem as visões contraditórias sobre as novas relações que deveriam ser estabelecidas entre eles. Como imigrantes, deviam construir-se novas imagens sobre o português, porém sem deixar para trás aquelas já elaboradas ao longo da história em comum. A oposição entre ‘brasileiros’ e ‘portugueses’, ainda nos tempos da colonização, deixou marcas na memória coletiva que contribuíram para um discurso de separação identitária no pós-independência²¹.

No século XIX, as ideias de Brasil — cunhadas como moldes da nação e dos seus respectivos discursos — se tornaram, por excelência, a missão da História como ciência. O passado e a memória utilizados nesses projetos inventados foram recursos inestimáveis de configuração da cultura e da coesão

²⁰ Chartier, Roger. (1991). O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 11, n.5. p. 184-185. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em julho de 2022.

²¹ Jancsó, Istvan; Pimenta, João Paulo. (1999). Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). Em: Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira. (1500-2000)*. São Paulo: Senac, p. 127-176.

interna para a construção das identidades nacionais²². O processo de Independência gerou a necessidade de garantir discursos que valorizassem sua autonomia; por isso, os anos 1821 e 1822 foram propícios para os debates acerca das noções de liberdade e aceleraram o movimento de diferenciação entre ser brasileiro e ser português. Colocava-se em questão, nesse período, quem formava o Brasil e por quem o Brasil deveria ser formado, em um fluxo constante de (re)avaliações sobre si mesmo (sua população) e sobre os outros. Esses discursos eram construídos com base em uma perspectiva que os obrigava a propor a definição de um passado, bem como de um futuro para a nação.

Portanto, construir uma ideia sobre os discursos de identidade nacional é compreender, para além do debate sobre seu conceito, os seus cenários históricos de formação, suas representações nas lógicas atuais e também os sentidos internos e externos que os norteiam e os influenciam. É esse objetivo dessa seção.

²² Khaled, Salah. (2010). *Horizontes Identitários: a construção da Narrativa Nacional Brasileira pela Historiografia do Século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Capítulo 1 - A emergência do antilusitanismo: tensões coloniais e imperiais

Ainda nos primeiros séculos, após o “achamento” do Brasil, já era possível notar algumas relações de tensão e dicotomia entre os portugueses que viviam no território americano e os monarcas que permaneciam na Europa. Notou-se, também, ao longo do período colonial, as disputas entre os naturais da terra e os reinóis. Evaldo Cabral de Mello faz referência a duas obras que indicam essa relação, por vezes não tão amistosa entre os portugueses divididos pelo Atlântico²³: *Diálogos das grandezas do Brasil*²⁴, com primeira impressão em 1883, mas com data estimada no século XVII, de Ambrósio Fernandes Brandão, e *História do Brasil*²⁵, do Frei Vicente do Salvador, publicado em 1627.

A primeira obra revela a oposição entre o reinol recém-chegado e o colono estabelecido, que transporta para a dicotomia relacionada à origem dos problemas do futuro país: o primeiro os atribui aos povoadores e o outro à colonização. Também revela que o valor que constitui o homem que vive na América tem diferente natureza daquele que é recém-chegado, e que essa distinção não está vinculada ao local de nascimento. A relação entre as riquezas que a terra produz e um novo homem, cujo valor e honra derivam da simbiose dessa relação, é o principal indício da consciência de diferença presente neste diálogo. Essa fonte afirma que os reinóis são negligentes, pois acabam por optar por não utilizar todas as potencialidades da terra, devido ao seu defeito de caráter nato de ser ocioso.

A obra de Frei Vicente também realiza comparações entre os produtos agrícolas americanos e europeus e faz referência ao desdém dos monarcas portugueses em relação ao Brasil, acusando os lusos de só se interessarem pela região devido aos seus rendimentos, de não pagarem os serviços prestados e de destruir terras. Para o frade, no entanto, os moradores eram os grandes

²³ Mello, Evaldo Cabral. (1999). A Nova Lusitânia. In: Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. 3 ed. São Paulo: Editora Senac.

²⁴ Brandão, Ambrósio Fernandes. (2010). *Diálogos das grandezas do Brasil*. Vol. 134. Brasília: Edições do Senado Federal.

²⁵ Frei Vicente do Salvador. (1627). *História do Brasil*. Vol. 12. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

responsáveis pela conservação da terra, que por meio do trabalho a conquistaram “à custa do seu sangue”.

Milena Oliveira — ao pesquisar a conscientização da diferença entre colono e reinol nessas duas obras — salienta que os investigadores sobre o nascimento da identidade nacional brasileira procuraram resgatar algumas tradições portuguesas que ainda se encontravam presentes no brasileiro para determinar aquilo que se modificou ao longo do tempo. Esses intérpretes de uma consciência identitária, alicerçada na diferenciação, discutiram como alguns valores, ao serem transplantados para o Brasil, sofreram “uma transformação, seja induzida pelo contato com uma natureza diferente, seja pela miscigenação com o índio e com o negro, seja porque a própria condição de subordinação da colônia à metrópole provocam essa mudança de caráter”²⁶.

Segundo a autora, nota-se que, na obra de Brandão, essa consciência da diferença nasceu do contato entre o homem e a natureza, que fizeram suas características especiais (como a abundância) produzirem um homem único. Em *Diálogos*, os sintomas sociais dessa diferença — ainda que presentes — não assumem uma lógica que lhes confira coesão, ou seja, não há a percepção da característica da estrutura colonial, mas apenas a visão de que as particularidades são dadas pela natureza. Já em *História do Brasil*, há a percepção que a sociedade se altera não por conta da sua relação com a terra, mas porque essa convivência singular estimula o engendramento de uma economia própria — complementar à da metrópole — baseada em um processo de exploração. A economia colonial era voltada para o mercado externo com a extração do pau-brasil e, mais tarde, com a produção do açúcar, baseada na mão de obra escrava.

A autora identifica que a conscientização da diferença por essas fontes se dá não apenas no âmbito geral da diferenciação entre o reinol e o colono, mas também revela aspectos de diferenciação mais restritos, que ocorrem dentro de uma mesma esfera, como os jesuítas daqui, e de lá os oficiais da Coroa que atuam na colônia e os que atuam na metrópole, na Inquisição colonial, na

²⁶ Oliveira, Milena. (2003). *Diálogos entre Caminha e Frei Vicente do Salvador - Construção de uma “arqueologia” da consciência da diferença entre colonos e reinóis em documentos luso-brasileiros dos séculos XVI e XVII* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. p. 136.

metropolitana e em outras. O espectro de diferenciação se expande, pois a adaptação de instituições e funções metropolitanas ao Brasil gerava tensões, acabando por resultar no rompimento dos padrões estabelecidos em Portugal. Assim, de acordo com a autora, a consciência da diferença detectada na documentação assume diversas direções a depender da classe, da instância e do significado da classe à qual pertence o observador na lógica do Antigo Sistema Colonial. A colônia se tornou o *locus* de disputa entre os mais diversos projetos que geram as respectivas consciências de diferenciação.

A relação entre os fenômenos políticos e econômicos, para Ivan Salomão e Carlos Lessa, foi norteador, por exemplo, no desenvolvimento das movimentações de caráter emancipatório e de diferenciação entre colônia e metrópole, que tempos depois culminariam na independência brasileira. O processo de autonomia do país referendava a necessidade da expansão do mercado consumidor, estimulada pela revolução industrial, que se contrastava com a lógica de manutenção da prerrogativa comercial lusitana. Assim, a nova lógica de produção inglesa e o alastramento da ideologia burguesa pela Europa surgiram como condições ideais para o rompimento do pacto colonial entre Brasil e Portugal. A transição da crise do sistema colonial para o capitalismo comercial, bem como a adoção de medidas liberais, ainda que forçadas, por D. João VI, fizeram transparecer as já existentes divergências entre luso-brasileiros e elite lisboeta.

Para esses autores, os movimentos emancipatórios influenciados pelas ordens políticas e econômicas foram os princípios delineadores para a construção de uma nacionalidade²⁷. Como também, acreditam que o nacionalismo surge a partir do momento que é necessário ao Estado Nacional a defesa do seu território e povo, mas essa matriz é alavancada, primordialmente, pelo temor. Ou seja, a retórica nacionalista funciona como um sistema de proteção, que como um escudo gera a sensação de pertinência a um corpo especial, que ampara o popular que se sente ameaçado em seus direitos²⁸.

²⁷ Salomão, Ivan Colangelo. (2017). A concepção de um país: o pensamento nacionalista de Serzedello Correa. *Economia e Sociedade*. v. 26, n. 1, p. 243-263; Lessa, Carlos. (2008). Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*. v. 22, n. 62, p. 237-256. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10331>>. Acesso em março de 2021.

²⁸ A problemática sobre os conceitos de nação, nacionalismo e identidade nacional, sob diversas perspectivas, serão aprofundadas no capítulo 2.

Sob um outro aspecto, é pertinente a análise de Stuart Schwartz sobre a formação de uma *nação*. Caracterizado pelo estudo do povo, da gente dos mais diversos *Brasis*, o estudo do autor prioriza a interpretação do início do processo de rompimento com Portugal pela identidade, que no período colonial ia ao encontro da discussão sobretudo acerca da etnicidade. Destaca que o Brasil enquanto ideia foi considerado com mais frequência como projetos do que como uma realidade geográfica formada em termos nacionais e em termos sociais. Esses projetos, como meios estratégicos, discursivos e argumentativos, colocaram em constante contraste o *Brasil real* e sua projeção ideal para o futuro, gerando inúmeras percepções sobre o que o país deveria ser ou representar. Tais planejamentos discursivos sobre o Brasil colonial dependiam essencialmente das diferenciações sociais e identitárias, que incluía a lógica multirracial e escravista típica do Brasil colônia²⁹.

Nesse sentido, é possível notar, como se verifica nos temas de discussão a seguir, que o processo de construção da identidade nacional iniciou como uma necessidade de diferenciação dos homens brancos europeus que recém chegavam na América — processo impulsionado pela insatisfação com as administrações metropolitanas locais — seja culturalmente, seja etnicamente.

1.1 Hostilidade aos reinóis

“Este Brasil é já outro Portugal.”³⁰ A afirmação do Padre Cardim mostra que a América portuguesa, em termos políticos, sociais e até culturais, como disserta Stuart Schwartz, deveria representar Portugal ou a *Nova Lusitânia*³¹, demonstrando o orgulho por já apresentar no seu cotidiano características

²⁹ Schwartz, Stuart. (1989). *The Formation of a Colonial Identity in Brazil*. Em: Canny, N; Padgen, A. (orgs). *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800*. Princeton: Princeton University Press; Schwartz, Stuart. (1999). “Gente da terra braziliense da nação”. *Pensando o Brasil: a construção de um povo*. Em: Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. 3 ed. São Paulo: Editora Senac.

³⁰ Cardim, Fernão. (1925). *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite. p. 104. Estima-se que a primeira edição da obra foi publicada entre os anos 1583 e 1601.

³¹ De acordo com Evaldo Cabral de Mello, a *Nova Lusitânia* foi o nome designado à Capitania de Pernambuco — que ia da “boca meridional do Canal de Santa Cruz à foz do São Francisco” —, doada a Duarte Coelho por D. João III. Também foi utilizado para nomear todo o território em algumas obras, como na de Brito Freire (século XVII), que disserta sobre o conflito holandês na América portuguesa. Em: Mello, Evaldo Cabral. (1999). *A Nova...cit.*

definidas da sociedade e cultura portuguesa³². No entanto, o que o Brasil apresentava ainda nos primeiros séculos de colonização era uma multiplicidade de etnias (europeu, africano e indígena) que, entre outros motivos, carregou o território com diversas concepções identitárias e que, a cada momento, apresentava uma nova configuração nas relações entre a metrópole e as diferentes realidades locais da América portuguesa.

Desde a conquista da terra e ao longo do período colonial, como revelam Jancsó e Pimenta, uma nova matriz das identidades coletivas insurgiu, representando um importante momento de viragem para as concepções identitárias na América: quando o conquistador português passa a figurar-se como colono. Ou seja, o explorador já não se apresentava somente como o agente da expansão ultramarina vinculado às ordens monárquicas e da cristandade, mas também exercia a função de ratificar e ampliar a sua lógica de formação identitária, ligada à sua ancestralidade, em um novo contexto. Nessa nova configuração, o colono assumiu a posição de agente legitimador das instituições que determinaram as trajetórias coletivas das quais fazia parte. Com esse cenário que o Brasil colonial foi construindo as suas primeiras impressões de identidade, que com o passar dos anos também se seccionariam em outras identidades locais e regionais³³.

Nesse sentido é que os autores sublinham a emergência de três diferenciações relativas à identidade e pertencimento: a local, que diferenciava os paulistas, mineiros, baienses, pernambucanos etc; a estrangeira, que separava os portugueses que viviam no Brasil dos espanhóis, holandeses e franceses; e, por fim, a americana, que determinava a diferença entre os portugueses que nasceram na Europa e aqueles que habitavam na colônia.

De acordo com João Paulo Pimenta, ao longo dos séculos XVI, XVII e inícios do século XVIII, o contexto colonial brasileiro suportava, portanto, um substrato identitário caracterizado pela existência de múltiplas identidades e abrangência, que reproduzia a complexidade das relações presentes nos padrões identificados entre colônia e metrópole no Império Português. O resultado desse sistema relacional de identidades variadas, por muitas vezes,

³² Schwartz, Stuart. (1989). *The Formation...*cit.

³³Jancsó, István; Pimenta, João Paulo. (1999). *Peças de um...*cit.

como ressalta o autor, gerou conflitos de diferentes naturezas, explicadas pela própria constituição histórica do país³⁴.

Crises de abastecimento, altas inflacionárias, quebras de produção, fomes, epidemias, guerras, atraso de soldos militares, variações de ordem fiscal, disputas por espaços locais de poder, disputas pelo controle da mão-de-obra, dentre muitas outras situações, eram estopins de protestos que acabavam por, frequentemente, beirar os limites das reciprocidades estabelecidas entre monarca e súditos que, na colônia, alicerçavam as bases da nação portuguesa³⁵.

No entanto, o autor destaca que a indignação da população era, com frequência, voltada para o governo local (representantes do poder real, como governadores-gerais, capitães, juízes, fiscais etc), preservando a imagem do poder central, ou seja, do monarca. A insatisfação vinculada ao governo regional e não à monarquia demonstrava a falta de unidade constituinte de uma identidade nativa brasileira, que diferenciava colônia e metrópole. Apenas nos reinados de D. José (1750) e D. Maria I (1777), quando foram instituídas as políticas reformistas — que objetivavam melhorar a posição política e econômica desfavorável de Portugal em relação ao cenário europeu —, é que houve um claro investimento nos espaços coloniais americanos para o Império, fortalecendo a exploração mais racionalizada e alavancando a lógica da unidade identitária.

Como reforça o autor, o acirramento da exploração colonial estimulou manifestações e contradições que mais tarde encontraram espaço para as contestações políticas contra a relação filial entre colônia e metrópole, e que começaram a apresentar uma nova configuração na relação entre portugueses recém-chegados e a população já partícipe da realidade brasileira. Entre esses conflitos destacam-se três que revelavam o princípio de um relacionamento ressentido por parte da população nativa em relação ao grupo recém-chegado de portugueses que carregavam o estigma de serem “estrangeiros”: Guerra dos Emboabas (1707-1709), Revolta dos Mazombos (1666-1715) e a Inconfidência Mineira (1789-1792).

³⁴ Pimenta, João Paulo. (2006). Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. *Almanack Braziliense*, v.1, n. 3.

³⁵ Idem, p. 72.

1.1.1 Guerra Civil dos Emboabas

Nos finais do século XVII, os paulistas conseguiram êxito na descoberta do ouro após anos de investimentos e esforços empregados no sertão, partindo da vila de São Paulo e se concentrando nas atuais regiões mineiras de São João Del Rey, Sabará, Ouro Preto e Mariana. Segundo Renato Mattos, as informações sobre o sucesso dos paulistas “bandeiras de prospecção” nesses campos auríferos percorreram não só o Brasil, mas espalharam-se por todo o Império Português³⁶. Como consequência, o fluxo de forasteiros chegava de forma intensa a essas minas com o objetivo de explorar o local, apesar da posse dessas áreas recém-descobertas serem destinadas e garantidas aos paulistas, mediante promulgação da Carta Régia de 18 de março de 1694. O número crescente de novos mineiros estimulou, com o passar dos anos, a hostilidade e o antagonismo entre os primeiros colonizadores e os emboabas, isto é, os recém-chegados³⁷. Rapidamente, a quantidade de emboabas ultrapassou a de paulistas, que não possuíam o mesmo acesso a escravos e instrumentos sofisticados como os forasteiros³⁸. Diante dessas circunstâncias, paulistas contestaram o direito à exploração da região por meio de petição destinada ao rei em Portugal³⁹.

Os anos que se seguiram foram de troca de hostilidades entre os emboabas e os paulistas, e esses últimos tinham como costume passar pelos campos auríferos dos emboabas intimidando-os com armas e “seguidos habitualmente por uma turba de escravos ameríndios e mestiços, também

³⁶ Mattos, Renato. (2016). A Guerra dos Emboabas (1707-1709): a disputa entre paulistas e “forasteiros” pelas minas de ouro. Em: Camargo, Ana Maria (coord). *São Paulo de outros tempos: coletânea de aulas proferidas no curso de história de São Paulo, promovido pelo centro de integração empresa-escola e pela academia paulista de História*. São Paulo: ARQ-SP.

³⁷ Segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o termo deriva de origem ameríndia que significa “fazer que se ofenda, mover agressão, agredir”. “O que pertence ao bando da agressão, da provocação, daí, os forasteiros invasores.” Em: Houaiss e Villar. (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. p. 1118. Charles Boxer, no entanto, prefere utilizar-se do significado que é representativo do século XIX e que remonta a representação de um pássaro de pernas emplumadas, pois os recém-chegados europeus tinham por costume utilizar proteções nas pernas e nos pés, diferenciando-se dos locais, que andavam com pernas e pés nus. Esse termo, conforme o autor, era aplicado em tom de zombaria e de forma injuriosa. Em: Boxer, Charles. (2000). *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

³⁸ Mattos, Renato (2016). *A Guerra...cit.*

³⁹ Petição da Câmara da vila de São Paulo de 7 de abril de 1700. Câmara Municipal de São Paulo à Coroa, em 7 de abril de 1700. Em: Taunay, Affonso. (1940). *História Geral dos bandeiras paulistas, Tomo IX*. São Paulo: Edições Melhoramentos. p. 473.

armado até os dentes, ia o senhor frente [...] ao som de caixa e clangor de trombeta vozeando ‘morreram os emboabas’⁴⁰. A exibição truculenta perdurou até que a irritação represada dos emboabas explodiu, resultando, em junho de 1707, no linchamento de dois chefes paulistas. Temendo a represália, os emboabas prepararam barricadas e para o ataque, enquanto os paulistas ao verem a capacidade de organização dos inimigos contentaram-se em enterrar seus chefes.

No ano seguinte, outra rusga entre um paulista e um emboaba em Caeté foi motivo para impulsionar novos rumos na hostilidade entre locais, defendidos por Jerônimo Pedroso, e forasteiros, liderados pelo português Manuel Nunes Viana. Os paulistas, incentivados por Valentim Pedroso, irmão de Jerônimo, planejavam uma grande vingança, na qual prometiam “matar todos os filhos de Portugal”⁴¹. Mais uma vez a briga foi apaziguada pela reconciliação entre líderes na realização de manifestos e acordos de paz.

No entanto, apesar do esforço de administradores e líderes comunitários em manter as relações apaziguadas, a população continuava a sentir a tensão entre portugueses e paulistas que, segundo Charles Boxer, podia ser notada pelas diversas cartas particulares trocadas entre funcionários do Rio de Janeiro e amigos influentes em Lisboa. Em uma delas, de autoria do juiz da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, Manuel de Sousa, é possível perceber o ressentimento entre as partes em um aviso sobre a ida do governador para Minas, “dizem vay acomodar isto, permita Deus não vá ele a fazer a mayor ruina, porque já agora os Reinóis não hão de seder [...]”⁴².

A decisão de que o governador D. Martins Mascarenhas de Lencastre deveria interferir pessoalmente na mediação das tensões foi tomada em janeiro de 1709 por autoridades eclesiásticas, civis e militares, pois a Coroa estava envolvida com a Guerra de Sucessão Espanhola. Ao chegar a Congonhas do Campo, teve sua passagem barrada por tropas no comando de Manuel Nunes Viana, sob a exigência de que o governador deveria desistir da ideia de expulsar os emboabas e reintegrar os paulistas. Acuado, o governador teve de retornar

⁴⁰ Descrição de Joseph Alvares de Oliveira em *História do distrito do Rio das Mortes: casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas* presente no Códice Costa Matoso, folhas 86-99. Em: Boxer, Charles. (2000). *A Idade de...*cit. p. 85.

⁴¹ Idem, p. 88

⁴² Idem, p. 93.

para o Rio de Janeiro. Vale destacar que tal situação exigia a atuação da Coroa, que sentiu necessidade de impor seu poder na região. Com isso, a intervenção de Portugal firmou-se com o envio de um novo governador, Antônio de Albuquerque, que criou postos administrativos e milícias para apaziguar as tensões e para fazer valer a autoridade régia naquela região, ainda que simbólica. Apesar de várias tentativas de negociação para cessar fogo, Albuquerque não conseguiu acalmar os ânimos dos paulistas, que se sentiam injustiçados pelas minas perdidas. Mais uma vez, os paulistas se preparavam para o ataque, construindo um forte em Rio das Mortes, mas é provável que o medo dos rápidos avanços emboabas os fizeram recuar e a perseguição por ali findou.

A conclusão dos doze meses de ameaças entre paulistas e emboabas demonstrou que a hostilidade, naquele período, não seguia a lógica de exploradores contra explorados, ou seja, a contraposição entre Coroa e seus vassallos. Essa polarização não se encaixava no sistema complexo da construção de identidades variadas na América portuguesa. No entanto, as inúmeras frotas que vinham de portugueses, “muitos dos quaes não têm no Brazil convento nem casa”⁴³, geravam descontentamento por parte dos paulistas que consideravam a região por eles desbravada local de sua exploração por direito.

Para os paulistas bandeiras, os recém-chegados, além de ocuparem um espaço do qual não tinham prerrogativa para extração do minério, foram se tornando cada vez mais incômodos quando alcançaram o monopólio do comércio de produtos essenciais — como a carne bovina — cobrando da população mineira altos preços. O maior poder econômico dos emboabas também permitia grande investimento no negócio da mineração, com melhores facilidades de crédito e compra de mão de obra escrava, que era negociada por seus compatriotas nas localidades costeiras. O alto número de mão de obra escrava disponível para a atividade era de extrema importância, pois o negócio

⁴³ Obra, datada de 1711 (com reimpressão em 1837), que se baseia na descrição de Andre João Antonil — jesuíta italiano que foi para o Brasil em 1681 a convite do Padre Antônio Vieira e onde ficou até sua morte em 1716 — sobre a economia da colônia ancorada em produtos agrícolas, bem como sobre as relações sociais, políticas e de produção da América portuguesa. Antonil, Andre João. (reimpressão de 1837). *Cultura e opulência do Brazil, por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro (reimpressão): Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Ca, p. 149. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222266>>. Acesso em janeiro de 2021.

se tornava mais rentável e duradouro com sistemas de exploração mecanizados, como os engenhos de roda — usados para retirar a água que se infiltrava nas catas feitas nos leitos dos rios —, que para ser acionado precisava da força de mais de cinquenta escravos⁴⁴. Além disso, melhores condições econômicas davam aos emboabas mais possibilidade de garantir maiores datas, porque a legislação determinava que a concessão de terra era proporcional ao número de escravos que trabalhavam na mina⁴⁵.

Tais circunstâncias econômicas e políticas favoráveis dos forasteiros e reinóis recém-chegados impulsionavam o sentimento de ressentimento dos paulistas. No entanto, como sublinha Michel Kobelinski, essas condições não são as principais causas para a permanência e aumento da intensidade desse sentimento.

Em geral os aspectos econômicos e políticos foram preponderantes, principalmente porque estavam ligados à ambição. O estado de latência das atitudes dissimuladas foi alterado pela discórdia e pela vingança interiorizada entre seus oponentes, atingindo o ponto de saturação permitido pelos dois grupos. [...] No plano geral, ou seja, no olhar dos superiores para os de “baixo”, os “inferiores”, a desconfiança daqueles que estavam na metrópole para aqueles que estavam na colônia, não é nenhuma novidade. Aqui e lá, manifestaram-se essas formas de combate ou “maledicências”, muitas vezes não declaradas, mas em outras, foram diretas e catastróficas, provocando o que também poderíamos chamar de “levante coletivo” ou choque violento entre classes. [...] Os ressentimentos são plurais, e manifestam-se em forma de reciprocidades, ou seja, dos fracos em relação aos fortes e vice-versa. Além do mais, possuem intensidades variáveis, estão ligados às representações, ideologias, imaginários, crenças e discursos, e notadamente certos indivíduos e mesmo certos grupos provocam ressentimentos. E não se pode esperar outra coisa que não o revidar, a retaliação. O ressentimento caracteriza-se por consequências e manifestações conscientes ou inconscientes, onde há também o compartilhamento ou cumplicidade na hostilidade no interior de um grupo, o que “contemporizaria” as querelas internas⁴⁶.

Conforme interpreta o autor, as representações que paulistas e emboabas construíram uns sobre os outros, e que geraram os sentimentos de ódio e ressentimento, também estão relacionadas ao medo da “vantagem do oponente” como constituidor da ameaça aos seus grupos ou à sua própria integridade, importante mola propulsora para a formação de um germe identitário de uma

⁴⁴ Mello e Souza, Laura; Bicalho, Maria. (2000). *1680-1720: O Império Deste Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

⁴⁵ Guimarães, Carlos. (1996). Mineração colonial e arqueologia. *Revista de Arqueologia*, n. 9, v.1, p. 55-64.

⁴⁶ Kobelinski, Michel. (2008). *Heroísmos, sedições e heresias: a construção do ufanismo e do ressentimento nos sertões da capitania de São Paulo (1768-1774)*. (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103181>>. Acesso em janeiro de 2021.

coletividade em contraponto à outra. Os sentimentos de ressentimento foram manifestos nos mais variados níveis e perduraram mesmo após as rusgas e os conflitos diretos, sendo possível perceber as dissonâncias entre os grupos tanto dentro quanto fora daquela realidade, ou ainda, tanto na colônia quanto também na metrópole. Uma unidade, portanto, ia se construindo a partir da contraposição de outra singularidade. Essas consciências mantêm-se e extrapolam o mundo colonial e a realidade das minas.

1.1.2 Revolta dos Mazombos

Depois da restauração de Pernambuco do domínio holandês, em 1654, todos os anos afluía um turbilhão de aventureiros portugueses, aurissedentos, nus e miseráveis, gente a mais abjeta de Portugal, ignorante, estúpida, e sobremaneira mal educada⁴⁷.

A descrição de Pereira da Costa, baseada em narrativas de cronistas, demonstra a imagem que o reinol tinha perante aos naturais da terra durante o conflito ocorrido na capitania de Pernambuco, denominado de revolta dos Mazombos⁴⁸. A hostilidade entre portugueses recém-chegados e nascidos na região estava presente no campo político, religioso e burocrático-militar. A conquista da região, das que antes era dominada pelos holandeses, gerou uma crença de que os restauradores⁴⁹ e seus descendentes possuíam mais direito para assumir funções públicas do que os recém-chegados portugueses que vinham da metrópole. Tal pensamento foi narrado pelo romancista José de Alencar: “os moradores da Capitania descendiam na máxima parte de

⁴⁷ Descrição de Francisco Augusto Pereira da Costa, jornalista, advogado, historiador e político, em *Anais Pernambucanos*, obra dedicada a narrar, de forma exaustiva, a história e vida privada na capitania de Pernambuco entre 1493 a 1850 em 10 volumes. Em: Costa, Francisco Pereira. (1984). *Anais Pernambucanos, vol.5 (1701-1739)*. 2 ed. Recife: Fundarpe, p. 146.

⁴⁸ A expressão é utilizada por Evaldo Cabral de Mello para designar o conflito ocorrido nos anos 1710 e 1711 na capitania de Pernambuco, entre os comerciantes de Recife e a elite agrária açucareira de Olinda. O autor opta por não denominar a rusga de Guerra dos Mascates, pois o termo foi utilizado apenas no século XIX, após a publicação do romance de José de Alencar. O nome da tensão social escolhida pelo historiador deve-se a denominação jocosa, mazombos, dada aos descendentes de portugueses já nascidos no Brasil. O autor faz essa escolha de nome também porque considera a tensão maior que apenas o conflito dos mascates. A fronda dos mazombos representa o processo de contestação política iniciada depois da Restauração Pernambucana e que atingiu seu apogeu no motim contra o governador Sebastião de Castro e Caldas. Em: Mello, Evaldo Cabral. (2003). *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco (1666-1714)*. São Paulo: Editora 34.

⁴⁹ Refere-se aqueles que lutaram contra a presença holandesa no nordeste brasileiro, no conflito conhecido como Insurreição ou Restauração Pernambucana.

portugueses [...] Tinham, porém, nascido ali, na terra americana, e consideravam-se herdeiros dessa pátria que seus maiores haviam reivindicado do holandez pelo heroísmo e intrepidez de suas armas”⁵⁰.

Mas, conforme sublinha Evaldo Cabral de Mello, foi principalmente no meio econômico que a tensão se mostrou mais latente: os reinóis desembarcavam de Portugal com a intenção de ocupar os espaços na classe comercial — assumindo funções de mercadores, comissários, mascates e oficiais de ofícios manuais — deixados pelos holandeses após o fim da dominação no nordeste brasileiro. Segundo o autor, os mascates representavam pequenos comerciantes recém-chegados do reino que alcançaram o posto de mercadores de grosso trato, bem como credores da elite agrária pernambucana, representada pelos senhores de engenho de açúcar de Olinda⁵¹.

Em Olinda reunia-se a maior parte dos grandes latifundiários de açúcar, que por anos usufruíram dos investimentos holandeses e que a partir de meados de 1600 passaram a sofrer com a crise da baixa do açúcar no mercado internacional e com a concorrência na venda com a produção nas Antilhas. Já em Recife, por conta do intenso fluxo de mercadorias que transitava no porto, concentrava a maior parte dos chamados mascates que, de acordo com o romancista José de Alencar, a alcunha tinha como intenção caricaturar sarcasticamente o reinol. O termo era afrontoso e servia apenas para “expressar o myster baixo e desprezível de bufarinheiro ou regatão que apregôa pelas ruas”⁵².

O negócio do açúcar, dinamizado pelos senhores de engenho — que apesar da crise internacional ainda eram detentores do controle no cenário político local —, passou a depender intensamente dos reinóis. Os mascates supriam os engenhos com os produtos da metrópole, tão necessários ao padrão de consumo da elite, disponibilizavam o capital de giro, por meio de

⁵⁰ Romance histórico que narra a guerra dos mascates, escrito em 1870. Seu segundo volume foi publicado em 1874. Em: Alencar, José. (1874). *Guerra dos mascates: chronica dos tempos coloniaes*. v. 2. Rio de Janeiro: B.L. Garnier. p. 21. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4671>>. Acesso em janeiro de 2021.

⁵¹ Mello, Evaldo Cabral. (2003). *A fronda...cit.*

⁵² Em *Guerra dos Mascates*, José de Alencar revela que o termo deriva do nome de um reino indiano, cuja população tinha habilidade para o comércio. Os portugueses habitantes de Goa começaram a utilizar esse nome para designar um mercador ambulante que era capaz de percorrer várias terras para cumprir a sua função nas regiões do Oriente. In: Alencar, José. (1874). *Guerra dos...cit.* p. 26.

empréstimos, necessário para o desenvolvimento e manutenção da produção açucareira, e eram os responsáveis pela compra do açúcar a ser embarcado para o reino. Essa relação entre os mascates e o açúcar gerava para os donos dos engenhos uma cadeia de endividamentos, pois estes últimos eram obrigados a entregar o produto por preço mais baixo, a fim de garantir os empréstimos necessários para a continuidade do negócio. Ao longo do tempo, os mercadores portugueses conseguiam cada vez mais adquirir riquezas e proeminência na capitania, já que a entrada desse grupo em irmandades e confrarias recifenses impulsionava-os a galgar importantes cargos públicos na região.

Dadas as circunstâncias, o ressentimento impulsionou a rivalidade e o ódio dos mazombos, que viram seus principais inimigos ingressando na Câmara de Olinda, até então ocupada apenas por figuras proeminentes da aristocracia do açúcar. De acordo com Evaldo Cabral de Mello, a partir dos primeiros anos do século XVIII foi permitida o voto de comerciantes recifenses na câmara olindense como membros de pleno direito, gerando descontentamento e tensão⁵³.

Foi entre disputas dentro do espaço legislativo que em novembro de 1709 a Coroa atendeu ao pedido dos mercadores e acabou por desmembrar o Recife do termo de Olinda, criando a municipalidade recifense por meio de carta régia. O ato formal de criação da vila do Recife, feita quase às escondidas pelo governador Sebastião de Castro e Caldas, gerou uma reação violenta dos senhores de engenho olindenses, que resultou na fuga do governador, na depredação do pelourinho da vila e no governo entregue ao bispo. Passados alguns meses, os mascates organizaram um levante como resposta com a ocupação de fortalezas. O conflito se encerrou⁵⁴ quando a Coroa decidiu interferir nomeando um novo governador.

É importante ressaltar, conforme sublinha Guilherme Neves, que o senso de identidade germinado ao longo desse período não presumia, ainda, um rompimento com as tradições do sistema monárquico português, mas começava

⁵³ Mello, Evaldo Cabral. (2003). *A fronda...cit.*

⁵⁴ O fim da tensão entre a elite agrária açucareira e os mercadores reinóis não se esgota com o fim do conflito direto. As "alterações pernambucanas" ocorridas no período extrapolam as informações aqui descritas e são exaustivamente narradas e interpretadas na obra de Evaldo Cabral de Mello. Em: Mello, Evaldo Cabral. (2003). *A fronda...cit.*

por exigir, de acordo com as necessidades e lógica das próprias regiões ou capitanias, o reconhecimento de dignidade e lugar que, no caso de Pernambuco, a aristocracia julgava merecer perante as decisões da metrópole. O autor revela que apesar da antipatia em relação aos portugueses e a lusofobia, muitas vezes mais presente em Pernambuco do que em outras capitanias, não era o suficiente para afirmar que havia instrumentos mentais capazes de converter-se em consciência específica de um país, ou em um sentimento nacional⁵⁵.

1.1.3 Inconfidência Mineira

“Tudo o que for homem do Reino há de morrer. E só ficarão algum velho e clérigos”⁵⁶. Esse trecho foi encontrado nos pasquins na cidade de Mariana no ano em que eclodiu a Inconfidência Mineira. A necessidade de romper as relações com Portugal, de acordo com Roberta Stumpf, era um dos poucos pontos de convergência entre os sediciosos, que eram representados por homens da elite mineira nos finais do século XVIII⁵⁷.

A identidade portuguesa já não servia de referencial — apenas pela negação — para os homens que não imaginavam as minas como mais um local de súditos da monarquia bragantina. Nesse sentido, nota-se que, da mesma forma dos conflitos anteriormente aqui descritos, a inconfidência demonstra que os sediciosos apenas tinham a certeza daquilo que não queriam ser, mas tampouco esse sentimento traduzia-se em identidade política, ou ainda em configuração de uma nova comunidade com definidas abrangências territoriais.

A autora exemplifica tal circunstância a partir da análise dos vocábulos presentes nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Nesse documento, poucas vezes o nome Brasil aparece como descrição da região da qual se

⁵⁵ Neves, Guilherme. (1999). A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais? *Revista Portuguesa de História*. tomo XXXIII. Portugal e Brasil: Rotas de Culturas. v.2. Coimbra: Instituto de História Económica e Social (FLUC). p. 439-481.

⁵⁶ Afirmação do Tenente-Coronel do Primeiro Regimento Auxiliar de Paracatu Basílio de Brito Malheira do Lago em Carta Denúncia (n.1.4), de 1789, para o Visconde de Barbacena presente no documento *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. v.1. Brasília e Belo Horizonte: Câmara dos Deputados e Imprensa oficial de Minas Gerais, 1978.

⁵⁷ Stumpf, Roberta. (2012). Remanejamento de identidades em um contexto de crise: as Minas gerais na segunda metade do século XVIII. Em: Rodrigues, José (coord.). *O Atlântico Revolucionário: circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*. Lisboa: CHAM.

desejava instituir os novos projetos políticos, sendo mais presente, no entanto, a utilização dos vocábulos “Minas” e suas variações, bem como “América”⁵⁸ para denominar a territorialidade de um novo Estado. Ainda sobre o emprego das expressões, a autora explica que a naturalidade não era o principal critério para a identificação daqueles que pertenciam às Minas, mas todos aqueles que concordavam em compartilhar a concepção da recusa de ser português, ou, ainda, de deixar de ser um fiel súdito da monarquia bragantina. Dessa forma, os inimigos da sedição eram apenas representados por aqueles que tinham como interesse partilhar do projeto político metropolitano e não, necessariamente, por sua naturalidade, ainda que a maioria dos inconfidentes tenham nascido na capitania mineira.

Para além dos motivos largamente citados pela historiografia tradicional⁵⁹ do conflito — entre eles a crise do Antigo Regime, as influências da Revolução Americana e dos pensamentos norteadores da Revolução Francesa —, é importante notar, segundo Roberta Stumpf, que foi em Minas Gerais que a ideia de independência política predominava nos discursos, apesar da diversidade de projetos. Foi nessa capitania que, por conta do declínio da atividade aurífera, no ano de 1763, pela primeira vez se desrespeitou o pagamento da cota das cem arrobas, acentuando-se anos mais tarde na redução da contribuição do quinto. Não foi estimulada a diversidade produtiva nessa região, como o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, do comércio — por meio de infraestruturas e construção de estradas. O que foi realizado pela administração metropolitana foi o recrudescimento na fiscalização desses caminhos para garantir o pagamento de entrada e saída do ouro. Insistia-se, portanto, que a Capitania deveria continuar a ser a região das minas de ouro, com sua população toda dedicada apenas a essa atividade.

⁵⁸ O vocábulo, segundo Roberta Stumpf, pode ser interpretado como o desejo dos sediciosos de que algumas outras capitanias participassem do novo projeto político, como as capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro. *América* também pode ter sido usada com o sentido de dar maior abrangência do que a capitania de Minas à nova proposta ainda nunca imaginada como unidade política. In: Stumpf, Roberta. (2012). *Remanejamento de...cit.*

⁵⁹ Entre esses, destacam-se: Cintra, Francisco de Assis. (1922). *Tiradentes perante a história: revelações sobre a Inconfidência Mineira*. São Paulo: Globo; Santos, Lúcio José. (1927). *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. São Paulo: Lyceu Coração de Jesus; Souza e Silva, Joaquim Norberto. (1948). *História da Conjuração Mineira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Guimarães, Berardo. (1976). *História e tradições da província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Brasília: INL.

O resultado dessa fixação pela atividade aurífera por parte da administração metropolitana foi a insatisfação da população daquela região que sofria repressão e falta de misericórdia, com promessa de posicionamentos punitivos caso não cumprisse as ordens da metrópole. Tal visão da gestão régia desmanchava a imagem propagandeada do rei, que era de um homem bom, paternal e zelador da alegria e conservação do seu povo. Por isso, afirma a autora, que muitas vezes foi o posicionamento das autoridades reinóis que causaram o comportamento dos habitantes locais, pois frequentemente desqualificavam os homens das minas gerando uma coesão da identidade mineira e um objetivo comum que era fazer frente aos desmandos do reino⁶⁰.

O estopim para a elite mineira foi alcançado quando o novo governador visconde de Barbacena chegou com ordens para aplicar a derrama e expressou publicamente sua desconfiança em relação aos habitantes da região, que ocupavam postos e patentes locais. Tal posicionamento do novo governador desagradou a essa elite que receava perder seu espaço privilegiado no cenário administrativo mineiro e que a partir daquele momento apostou que o levante era a solução para reerguer a economia e para manter suas posições na capitania. Mas os revoltosos foram exemplarmente punidos — tendo como principal exemplo Tiradentes — e D. Maria I, em ato conciliatório, proibiu a aplicação da derrama gerando a inibição de maiores atos revoltosos.

O que não se constata na documentação, ainda de acordo com a autora, é que a revolta tenha sido sinônimo de uma crescente concepção de nacionalidade brasileira, mas pelo contrário, a análise da fonte ressalta as diferenças entre os “Brasis”, indicando a pluralidade do território americano, sem unidade política entre as capitanias. O ensaio da sedição de Minas, que apenas evidencia a identidade de alguns grupos, na maior parte deles naturais da capitania, representa o sentimento político hostil às atitudes da administração régia, numa tentativa de se livrar do jugo metropolitano, mas sem projetos

⁶⁰ A autora fortalece seu argumento por meio da análise de cartas entre camaristas das vilas mineiras e autoridades reinóis, nas quais demonstram o esforço dos representantes da população em explicar as dificuldades sentidas na economia da região, baseada unicamente na atividade aurífera, que já não se sustentava. Esses camaristas também explicam que os compromissos não pagos pelos mineiros se davam pela incapacidade de cumpri-los e não por falta de zelo ou infidelidade para com o rei. As tentativas de negociação com a metrópole foram em vão, a negociação para o pagamento dos impostos nunca foi cogitada pelas autoridades, que desconfiava da população das Minas. In: Stumpf, Roberta. (2012). *Remanejamento de...cit.*

políticos consensuais que pudessem conter gérmen da identidade política nacional brasileira.

A partir de meados do século XVIII, com a crise do Antigo Regime, foi possível notar o fortalecimento da “politização das identidades coletivas no universo luso-americano”⁶¹, identificada em um progressivo alargamento dos espaços de discussão política na colônia. Nesse momento, como disserta João Paulo Pimenta, prevaleceu um panorama com fissuras identitárias no qual cada vez mais os acontecimentos políticos encontraram um espaço para a definição do projeto de viabilização do desenvolvimento da América portuguesa autônoma de Portugal. Esse cenário, que demonstra a possibilidade de um Brasil dissociado da metrópole, culminou um impulso ainda maior em 1807, com a invasão das tropas francesas em Portugal e, após, com a chegada da corte portuguesa no espaço geográfico americano.

1.2 Independência e Brasil Império: os discursos da discórdia

O estabelecimento da corte na cidade do Rio de Janeiro, em 1808, revelou uma nova perspectiva sobre as relações entre os cortesãos bragantinos e os naturais da terra. O alargamento da sociedade política, como desvelam István Jancsó e João Paulo Pimenta, alterou a configuração do corpo social da cidade repercutindo nos centros de influência dos domínios luso-americanos, que eram os principais espaços da estrutura imperial. A elite da administração imperial, agora com sede no Brasil, desconhecia grande parte da lógica de convivência e padrões de sociabilidade em vigor na América e firmava os costumes peninsulares — políticos, econômicos e culturais — como mecanismos para afirmação da diferenciação identitária, que por boa parte deles era visto como superior à americana⁶².

Para além desse contexto de nova relação social, de acordo com os autores, a situação de imprevisibilidade que fez a corte vir para o território americano — derivada de uma imposição de circunstâncias que tornaram a ida

⁶¹ Pimenta, João Paulo. (2006). *Portugueses...cit*, p. 74.

⁶² Jancsó, István; Pimenta, João Paulo. (1999). *Peças de um...cit*.

para o Brasil a única opção viável para a sobrevivência da dinastia⁶³ — deu a ela um caráter de exilada, vivendo sob o signo da provisoriedade, mas que ao mesmo tempo tinham a responsabilidade de dar continuidade às ações governamentais, ainda que em um novo espaço. A essa sociedade política foi encarregada a condição de instaurar uma feição europeia nos trópicos, criando a ilusão para os reinóis de que era possível figurar os padrões de comportamento portugueses no Brasil.

A elevação do Brasil a Reino Unido, em 1815, — possível graças à presença e interesse da corte no Rio de Janeiro — contribuiu para a alteração da percepção, ainda que apenas no plano simbólico, sobre uma nova identidade política. Como referem István Jancsó e João Paulo Pimenta, a condição americana que antes compunha um predicado genérico de diferenciação entre os portugueses da Bahia ou de Minas e os portugueses de Portugal, a partir daquele momento transformou-se em uma ideia mais ou menos autônoma de identidade política brasileira, uma vez que o conjunto de capitanias subordinadas ao poder de uma metrópole transfigurou-se em uma entidade política, tendo seu território e centro definido não só no novo reino, mas também em todo o Império com a presença da corte bragantina no Rio. A partir desse momento, “a nação brasileira torna-se pensável se referida ao Estado — Reino do Brasil — que definia seus contornos como uma comunidade política imaginável”⁶⁴.

A transferência da corte para o Brasil, além de permitir mais autonomia econômica com a abertura dos portos, também modificou a acepção hierárquica que assumia as dicotomias entre os conceitos de centro e domínio. Com a presença dos Braganças na América e com o declínio do antigo sistema colonial, o sentido de metrópole e metropolitano foi esvaziado. Os reinóis, que representavam posições classificatórias e formas de subordinação, se tornaram apenas europeus, esgotando o caráter de classificação presente na diferenciação entre portugueses de um lado ou de outro do Atlântico.

Todas essas alterações na tessitura social e política no espaço americano, sentidas com maiores proporções no Rio de Janeiro, modificaram drasticamente as relações entre portugueses e “brasileiros”, chegando ao ponto

⁶³ Lyra, Maria de Lourdes. (1994). *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras.

⁶⁴ Jancsó, István; Pimenta, João Paulo. (1999). *Peças de um...cit.* p. 155.

de os autores José Vicente Moura e Joaquim José Lopes produzirem uma obra denominada: *Reflexões sobre a necessidade de promover a união dos estados de que consta o Reino-Unido de Portugal, Brazil, e Algarve nas quatro partes do mundo*. O panfleto publicado em 1822, em Lisboa, trazia diversas reflexões sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais que imprimiam a necessidade da *união de vontades* para a formação e a manutenção de um grande Império.

Deve o Governo fomentar o amor entre os indivíduos, e entre as partes de que consta o Reino-Unido. [...] As antipathias entre as Nações podem ser uteis; mas entre as diversas partes da mesma Nação sempre são perniciosas, pois dellas nascem aversões, odios, doestos, rixas, e ás vezes guerras declaradas. [...] Sabemos que no Reino-Unido ha opposição entre escravos e livres, entre pessoas de diversa cor, e no Brazil entre indigenas e reinos, e etc, e esta opposição deve o Governo extinguir ou diminuir ⁶⁵.

Nota-se no excerto que os autores, meses antes da declaração de Independência, se esforçaram para demonstrar a necessidade de amenizar as animosidades e estimular a relação profícua entre os naturais e os recém-chegados e entre os portugueses que habitavam a Europa e aqueles da América, para a manutenção da “unidade nacional”. No entanto, como salienta Gladys Ribeiro, ao diferenciar os habitantes do reino por classes — “Nobres, e Plebeus; Eclesiásticos, e Seculares; Lavradores, e Negociantes”⁶⁶ —, os autores revelam a importância das estratificações socioeconômicas para a conservação da lógica do domínio português⁶⁷.

Nos anos de 1821 e 1822, a diferença era o ponto central dos discursos elaborados em Portugal e na América. De acordo com Gladys Ribeiro, a separação de Brasil e Portugal era tratada apenas como intenção e hipótese, com o objetivo de ameaçar e intimidar interlocutores em desavença. Os europeus fortaleciam a narrativa de diferenciação entre a população nos reinos, anunciando que uma possível emancipação poderia deixar o Brasil jogado “à sanha da população negra”⁶⁸. As falas vindas do Brasil reivindicavam o respeito

⁶⁵Moura, José Vicente; Lopes, Joaquim José. (1822). *Reflexões sobre a necessidade de promover a união dos estados de que consta o Reino-Unido de Portugal, Brazil, e Algarve nas quatro partes do mundo*. Lisboa: Typographia de Antonio Rodrigues Gualhardo. p. 53-54. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1416557/drg1416557.pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

⁶⁶ Idem, p. 54.

⁶⁷ Ribeiro, Gladys. (1997). *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. (Tese de Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

⁶⁸ Ribeiro, Gladys. (1997). *A liberdade...*cit, p. 82.

às diferenças da população brasileira, exigiam que os portugueses tivessem consideração com as instituições e com o autogoverno — aqui compreendido como autonomia econômica — alcançada pela parte americana do reino, com a chegada da corte portuguesa.

Entretanto, na primeira metade do ano de 1822, como sublinha a autora, as rivalidades estavam restritas aos âmbitos políticos, na busca competitiva dos locais do reino pela superioridade no mundo português. É bem verdade que em ambos discursos era possível encontrar troca de xingamentos, na maioria das vezes com teor racial, e animosidades sugerindo revoltas, mas funcionavam muito mais como *retórica pedagógica*. A autora interpreta artigos de jornais cariocas, como *Revérbero Constitucional Fluminense* e o *Correio do Rio de Janeiro*, para descrever a manutenção da discussão, mesmo após o 07 de setembro, sobre a *causa brasílica*, na qual sustentava a união dos dois hemisférios, desde que fossem preservadas as liberdades econômicas e política brasileira. Essas reflexões nos periódicos mostravam o interesse em continuar combatendo a corte, mas ainda pregavam a união entre as partes do reino e a reciprocidade de direitos, como a continuidade das relações comerciais entre Brasil e Portugal. A autora conclui que, diante das perspectivas dos jornais, a separação total foi feita no calor da hora e funcionou mais como um instrumento de resistência às consideradas injustiças instituídas pela Corte. Apenas alguns anos após bradar o grito do Ipiranga é que a imprensa carioca começou a renegar as relações patriarcais com Portugal, bem como começaram a repensar os discursos fraternos entre portugueses dos dois lados do Atlântico.

A discórdia entre os naturais do Brasil e de Portugal, anos após a Independência, ainda conforme a autora, se caracterizava pelo deslocamento da crítica à Corte para Portugal. A partir daquele momento era importante que houvesse uma contraposição de discursos identitários que pudessem fortalecer o Brasil enquanto gérmen de nação. Era valorizado o frescor típico do país, que se concretizava com o fato de ter o território localizado no novo continente americano, em oposição ao velho e desgastado continente europeu, apresentando a nação portuguesa como “déspota, monopolizadora e tirânica”. Os discursos apresentavam um confronto entre absolutistas portugueses *versus* liberais brasileiros, realizando uma campanha pedagógica que afirmava a importância de serem revistas as relações entre brasileiros e portugueses e a

necessidade de diferenciação — e não mais união — entre pátrias. Os laços harmônicos do passado precisavam se apagar para que o futuro fosse construído com maior autonomia.

Com o objetivo de construir uma nova concepção sobre nação no Brasil, primeiramente era imperioso forjar um distanciamento de Portugal e mais tarde criar um modelo de cidadania brasileira. O sentimento de pertencimento deveria provir de história de conquista da autonomia, por meio da luta contra os monopólios, o sistema colonial e o absolutismo praticado por Portugal. Nesse momento, como afirma Gladys Ribeiro, era imperioso a produção de símbolos e signos que fossem capazes de gerar a atualização e reatualização das vivências comuns, em um processo de celebração da Nação⁶⁹. A partir da conjuração, condenação e perseguição ao oposto — o português — era possível criar moldes e fórmulas de quem deveria ser o cidadão⁷⁰ brasileiro ao longo do Primeiro Reinado. O português, a partir daquele período, transforma-se em estrangeiro e tudo o que era estranho à nação deveria ser combatido, desestimulado e considerado inimigo⁷¹. Muniz Tavares colocou em Assembleia Constituinte o seu

⁶⁹ Miguel Seixas explica sobre a importância da emblemática, mais especificamente a heráldica, para o entendimento da instituição monárquica e das suas formas de comunicação e de inserção na sociedade oitocentista. O autor ressalta as mudanças na heráldica do Brasil independente que representa a soberania brasileira, a realidade política nova e o rompimento da tradição, a partir da criação de novos emblemas nacionais. Seixas, Miguel. (2018). A emblemática oitocentista da Casa de Bragança nos tronos de Portugal e Brasil. Em: Ramos, Rui; Carvalho, José Murilo; Silva, Isabel (coords). *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)*. Alfragide: Dom Quixote.

⁷⁰ Como sublinha José Mendes, o vocábulo cidadão e cidadania, que até então eram desconhecidos à normatividade luso-brasileira, foi utilizado largamente na Constituinte do Império em substituição a expressões como “natural e súbdito”. A partir daquele momento, parlamentares apressavam-se para elaborar códigos penais e civis para o Brasil, definindo direitos e deveres da população. Tais fixações de direitos revelavam a intencionalidade de demonstrar soberania e vontade de constituição da nação. Em: Mendes, José Sachetta. (2010). *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil*. Porto: Cepese.

⁷¹ É importante ressaltar que a questão da naturalização e cidadania dos portugueses foi largamente discutida pelos constituintes, como demonstram Martha Vieira, José Mendes e Gladys Ribeiro. Como revelam os autores, a proposta para definir o quadro dos nacionais era que ela só deveria ser concedida a indivíduos que a merecessem por serem “adherentes á nossa sagrada causa [da Independência]” (Muniz Tavares, 1823, p. 133). Distingua, assim, os bons dos maus portugueses pela identidade política, ou como afirma Martha Vieira, considerando que o requisito para ser nacional era concordar com o pacto social que visava a soberania da nação. Dessa forma, como coloca a autora, a naturalização era utilizada como instrumento legal “para tornar legítima a exclusão de indivíduos, identificados como portugueses, não só da arena política, mas também de algumas atividades comerciais” (p. 92). Já para José Mendes, a opinião de Muniz Tavares se verificou minoritária, o que se viu majoritariamente foi a condição para a naturalização de portugueses idênticas a de nascidos no Brasil, desde que fossem apoiantes da Independência e do Imperador. O paradigma da nacionalidade brasileira e a sua diferenciação em relação aos portugueses “brasileiros” e os recém-chegados, bem como o debate sobre

projeto de decreto que revelou sua intencionalidade de consideração dos portugueses como estrangeiros:

[...] assumindo por este acto solemne o distinctivo titulo de nação soberana e verdadeiramente livre, não póde Portugal deixar de ser considerado por nós como nação estrangeira; e por inhabilitados todos os portuguezes, ainda mesmo os que residem entre nós, fazendo parte de outra familia, ficção, pelo direito das nações, inhabilitados para o gozo de certos predicamentos que só competem aos que possuem o fôro de cidadão⁷².

Gladys Ribeiro, no entanto, revela que o discurso sobre os portugueses nos primeiros anos de Império acabava por marcar uma atitude ambígua, que ora transparecia lusofobia, ora mostrava lusofilia⁷³. Ao mesmo tempo que o português era visto como o estrangeiro inimigo — que tentava reimplantar o absolutismo no Brasil e por isso deveria ser controlado, vigiado e em alguns casos até expulso⁷⁴ —, também era recebido como brasileiro adotivo, quando apoiava a “Causa” em 1823, levando até a regularização da sua nacionalidade por meio da Constituição de 1824.

A autora destaca que, após a Independência e até 1830, o recrudescimento do antilusitanismo foi sentido ainda mais nas ruas e no cotidiano das cidades, principalmente no Rio de Janeiro. A lusofobia que se apresentava nos periódicos e nos espaços de discussão política desencadeou animosidades cotidianas em relação aos portugueses. O imperador era por vezes criticado e acusado por brasileiros de favorecer e privilegiar os portugueses, se preocupando mais com os assuntos de Portugal do que do Brasil. O resultado dessa hostilidade foi simbolizado nas noites das garrafadas na capital, em março de 1831, quando brasileiros e portugueses travaram

direitos e deveres de nacionais e estrangeiros, será discutido com mais ênfase e profundidade no ponto 2.2 desta tese.

⁷² Tavares, Francisco Muniz. (1823). Sessão em 22 de maio de 1823. In: *Anais da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brazil. Livro 1*. Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal. p. 132-133. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1823/1823%20Livro%201.pdf>. Acesso em fevereiro de 2021.

⁷³ Ribeiro, Gladys. (1997). *A liberdade...cit.*

⁷⁴ A autora Lená Menezes dedicou sua pesquisa aos imigrantes considerados indesejáveis pela sociedade brasileira durante o processo civilizatório da modernidade da cidade do Rio de Janeiro. A autora estuda a estigmatização em relação aos imigrantes — para este trabalho interessa os portugueses — que estavam vinculados tanto ao mundo do trabalho quanto ao mundo do crime na cidade, com o objetivo primordial do poder oficial de manutenção da ordem e da limpeza na capital do progresso na América. A autora dá voz a trajetórias, por muitas vezes silenciadas, sobre os processos complexos de imigração e xenofobia. Menezes, Lená. Os Processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930). Em: Martins; Sousa (orgs). (2006). *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Rio de Janeiro e Porto: CEPES e FAPERJ.

batalhas sangrentas por conta do governo de D. Pedro I. Em 1834, na região de Cuiabá, também ocorreu um grave incidente urbano antilusitano, em que civis e militares organizam uma ofensiva com armas de fogo e espadas contra os portugueses, na grande maioria comerciantes. O conflito que resultou em centenas de mortos ficou conhecido como Rusga ou Mata Bicudos, que era uma designação dada aos portugueses por utilizarem um tipo específico de chapéu. Durante o período do governo regencial, os liberais mato-grossenses desejavam a retirada dos lusitanos de Cuiabá, pois se sentiam ameaçados pela visão política conservadora portuguesa, chegando a crer que os lusos fossem capazes de conspirar para a recuperação do trono por D. Pedro.

O sentimento que impulsionava tais confrontos entre brasileiros e portugueses, mais uma vez e desde a Independência, era a necessidade de criar contraposição entre as pátrias para construir a identidade coletiva social brasileira, distinta da portuguesa. Como afirmam Tânia Cruz Ferreira e Lúcia Neves, a única maneira de definição do “brasileiro” — pela ausência de tradição cultural própria — era a partir da distinção da herança lusa, pois nenhuma ideia apresentava maior facilidade para exercer tal papel do que “ser português”. O luso tornou-se “o outro, a alteridade”, ou seja, se transformou em estrangeiro com o qual havia a possibilidade de conflito, de um confronto direto com o inimigo. É pela forma da negação — com misto de desprezo e galhofa — que, para as autoras, gerou-se certa noção de identidade que persistiu durante todo o Império⁷⁵.

O cariz racial da expressão de luta pelos negros e pela sua emancipação, bem como a discussão sobre sua inserção na sociedade e no Estado como cidadãos, também foram protagonistas nos discursos e confrontos antilusitanos e lusófobos que permeavam os debates sobre a identidade coletiva e nacional que germinava no Brasil.

1.3 Escravatura e propriedade: discussões sobre identidade e etnicidade

Esta Rainha [cana de açúcar] he a que dá mais a Portugal do que a India, no assucar que se faz da cana, como diamantes, e perolas, que assim se chamão os assucares

⁷⁵ Cruz Ferreira, Tânia; Neves, Lúcia. (2000). As relações culturais ao longo do século XIX. Em: A. Cervo & J. C. Magalhães (Eds.). *Depois das Caravelas – As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora UnB. p. 225-252.

finos tem bem enriquecido a Cora, e Reyno de Portugal. A India Oriental há muitos annos, que por peccados, e injustiças, já não he India; O Brasil pela cana, pelos bizalhos dos diamantes, que embarca em milhares de caxas todos os annos, he a verdadeira India, e mina dos Portuguezes⁷⁶.

Frei Antônio do Rosário, em 1702, em suas parábolas sobre as frutas brasileiras e as conquistas do Reino português, confirma a importância da cana de açúcar — chamando o produto de Rainha — como fonte de riqueza para a monarquia em Portugal. No final do século XVI, conforme evidencia Stuart Schwartz, a produção do açúcar atribuía à colônia uma característica única que estabelecia base econômica e social diferente da usual, e a vinda de africanos em massa como mão de obra essencial para o cultivo da cana delineou a composição e a estrutura da sociedade brasileira. Assim, a cana de açúcar com todas as suas particularidades — atividade de agricultura e indústria combinados ao contexto da propriedade rural — fez o Brasil se tornar a base econômica do sistema imperial português, que perdurou até os finais do século XVII, quando foi trocada pela exploração aurífera⁷⁷.

A lógica capitalista comercial nos primeiros séculos da América portuguesa que integrava agricultura, indústria e propriedade rural e tinha como principal característica o uso da mão de obra escrava — que iniciou com a produção de cana de açúcar e continuou a abarcar importante parte do sistema colonial brasileiro — apresentou as relações entre as etnias europeias, africanas e indígenas. Por isso que, desde a década de 1920, a historiografia brasileira⁷⁸ dedica-se sistematicamente a explicar a estrutura escravagista colonial, com sua característica determinante de miscigenação étnica, no plano discursivo da formação da identidade nacional.

Segundo a composição do Brasil colônia — que estava em conformidade com o pensamento letrado português estimulado pela concepção iluminista — a riqueza era derivada da produção e a terra era vista como uma mãe produtora.

⁷⁶ Antônio do Rosário, Frei. (1702). *Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia consagrada á Santissima Senhora do Rosario*. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram. p. 50-51. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320149/or1320149.pdf>. Acesso em fevereiro de 2021.

⁷⁷ Schwartz, Stuart. (1999). “*Gente da terra...cit.*”

⁷⁸ Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda são alguns dos nomes mais citados nessa historiografia. Uma análise mais detalhada das obras sobre a formação do sistema colonial brasileiro e suas relações com a construção dos discursos de identidade nacional serão apresentados no capítulo 2 desta tese.

A agricultura relacionava-se com todos os outros aspectos do Estado que dela dependiam ou lhe deviam origem, ainda que indiretamente. O pensamento da intelectualidade portuguesa dos setecentos e oitocentos mostrava a importância da riqueza da terra e as suas potencialidades, entre elas o aumento da população. A prosperidade do comércio e da indústria, a vida das povoações e cidades e, conseqüentemente, a pujança da população branca e *civilizada* dependiam das riquezas da terra, ou seja, da produção agrícola. Pensava-se que a agricultura deveria ser melhorada para se ter um crescimento populacional adequado. De acordo com essa concepção, que possuía o pensamento baseado nas concepções e teorias das Luzes, era necessário que se oferecessem condições para a vinda do europeu branco e “civilizado”, “único capaz de constituir uma verdadeira Nação com sua verdadeira população”, contrapondo-se a realidade latente, na qual predominava a presença de escravos negros, que possuíam um comportamento “selvagem e bárbaro típico da origem africana”⁷⁹.

Esse ambiente mental, como revela Stuart Schwartz, acreditava que o Brasil não possuía “povo”, afinal, não apresentava entre os naturais da América portuguesa uma população que representasse “progresso e civilização” segundo os moldes do pensamento iluminista predominante em Portugal. Os naturais da terra nos séculos XVI e XVII eram indígenas ou pessoas de origem mista⁸⁰. A causa da “falta de povo no Brasil” era a escravidão e suas conseqüências, pois — com exceção aos senhores de engenho, poucos comerciantes e lavradores — o restante da população era, segundo a lógica iluminista, “ignorante e semibárbara”, composta primordialmente por mestiços livres e escravos, sendo que estes últimos não eram considerados cidadãos.

Nos finais do século XVII e o início de XVIII, os naturais africanos representavam um terço da população na América portuguesa e eram vistos como uma força de trabalho necessária, mas também como inimigos internos e ameaça em potencial. O número crescente do contingente de escravos e miscigenados preocupava a monarquia que receava a instabilidade colonial,

⁷⁹ Ribeiro, Gladys. (1997). *A liberdade...cit*, p. 181.

⁸⁰ Como já alertado neste trabalho, a organização social variava conforme a época e o local dentro do território da América portuguesa. O número relativo de africanos, indígenas e europeus alternava de acordo com as circunstâncias, bem como as posições sociais de cada etnia e das populações de origem mista. Schwartz, Stuart. (1999). “*Gente da terra...cit*, p. 112.

causada pelo caráter de “insubordinação, desobediência e irresponsabilidade” perante às ordens da Coroa.

A década de 1820, conforme já mencionado acima, temas como *o que era o Brasil* ou *o que era povo brasileiro*, bem como, *os melhores caminhos para a construção de uma identidade/política/economia autônoma e independente de Portugal* eram recorrentes nas discussões dos espaços intelectuais — que abrigavam, em sua maioria, pessoas públicas com atuações no Estado. Em torno dessa temática, discutia-se também as questões sobre a abolição dos escravos, ainda de forma gradual e progressiva, que viria seguida do fim do tráfico. Para mitigar seus efeitos nocivos ao Estado e a economia, pensava-se na imigração de europeus com o objetivo de preencher o mercado de trabalho e povoar a região. Tal concepção sobre a alteração na força de trabalho no Brasil propiciava o branqueamento da população, proporcionando a formação de um povo “civilizado, digno” de ser considerado brasileiro.

Gladys Ribeiro interpreta argumentos desses pensadores e nota que — de forma geral — eles pregavam a abolição gradual, bem como a atração de imigrantes para assumir o espaço de mão de obra na agricultura e indústria brasileiras, garantindo “o progresso, a civilização e a moralidade”⁸¹. José Bonifácio, à época deputado da província de São Paulo, ressaltou, ainda em 1823, que enquanto o estado da escravidão persistisse seria impossível o “enraizamento da verdadeira e sólida indústria”, que levaria o país à “prosperidade vigorosa”. Já com a escravidão, a população brasileira não seria significativa, e por essa razão o autor notava ser absoluta necessidade a tomada de “medidas para garantir um aumento da população branca”⁸².

Em linha de argumentação análoga nessa temática, José da Silva Lisboa — Visconde de Cairú e deputado da Real Junta de Comércio —, em 1818, colocou questões retóricas e as respondeu afirmando sua posição.

⁸¹ Para além de Gladys Ribeiro (1997), outra análise mais detalhada dos argumentos dos escritores brasileiros da Ilustração sobre o antiescravismo no início do século XIX pode ser encontrada em Rocha, Antonio Penalves. (2000). *Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. Revista Brasileira de História*, v. 20. n. 39, p. 37-68.

⁸² Trecho do livro *Obras Científicas, políticas e sociais. 3 vols. Coligidos e reproduzidos por Edgard de Cerqueira Falcão*, de José Bonifácio D’Andrada e Silva. Publicada em 1965, mas datada de 1823. p. 222. Maxwell, Kenneth. (1999). *Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência*. Em: Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. 3 ed. São Paulo: Editora Senac. p. 190.

Convem, ou não, que este Reino seja povoado dos oriundos da Europa, ou de Africa? Convem, ou não, extinguir ahi a geração dos brancos principalmente de extracção Portuguesa, ou difficultar seus cazamentos, e quasi impossibilitar seus uteis empregos, continuando o trabalho da agricultura e indústria a ser deshonrado, por se achar occupado e absorvido por braços de Cafres⁸³, e de seus oriundos? Convem, ou não, que a melhor região d'Ámerica se converta em Negricia, e que a Terra da Santa Cruz passe á metamorphose de Guiné Occidental, [...]. Eis o systema physico ligado ao Moral! Que Casa rica do Brasil passa á netos? [...] O infausto systema predominante tem obstado á força expansiva da mais irrestivel Lei da Natureza, acanhando a população do Brasil, há três séculos descuberto, e que se acha ainda tão despovoado, sem a precisa força central. [...]. Sem duvida a dignidade do Rei está na multidão do povo e a população faz a força dos Estados. Porem estas regras se entendem da população natural, cordata, e legitima, e não da estrangeira, barbara, e abusiva, como he a dos Africanos⁸⁴.

Em consequência ao contexto de pensamento desses homens públicos, de acordo com Gladys Ribeiro, notou-se uma narrativa que vinculava a chegada de europeus como mão de obra — desde a vinda da Corte ao Brasil e ao longo dos anos de Brasil Império — e as reformas de regime de propriedade brasileiras, conhecidas como reformas fundiárias. Com o fim, ainda que gradual, do uso de escravos e a vinda de imigrantes, era preciso repensar os espaços de cultivos para os pequenos agricultores europeus, retirando as grandes propriedades rurais de senhores de terras que obtinham lucro e prestígio a partir de seus cultivos e do desenvolvimento do tráfico negroiro.

Além da argumentação referente ao branqueamento da população e da instituição de um povo civilizado para o país, também era interessante propagar o projeto de abolição da escravatura apoiando-se na ideia de negação com o passado déspota e as referências que correspondiam a herança portuguesa de *cerceamento da liberdade* dos brasileiros. Bonifácio também defendeu em *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brazil sobre a escravatura* o fim do tráfico de escravos, pois representava os ideais do bode expiatório — Portugal — do qual se desejava distanciamento e diferenciação em termos de formação da identidade e nacionalidade. O autor afirma que:

⁸³ Segundo Duarte Barbosa, cafre era um termo, que a partir dos finais do século XIX, tornou-se ofensivo para se designar à pessoa negra. No período no qual foi escrito o texto é provável que a nomenclatura apenas queira designar um indivíduo proveniente da região da África Austral, como os bantas e os zulus de origem não-muçulmana. Em: Barbosa, Duarte. (1946). *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

⁸⁴ Lisboa, José da Silva. (1818). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia. p. 160-164. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4232>>. Acesso em fevereiro de 2021.

despotismo foi insensível a tudo, assim lhe convinha ser por utilidade própria: queria que fôssemos hum povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade e sem irmandade, para melhor nos escravizar. [...] Nação nenhuma talvez peccou mais contra a humanidade do que a Portugueza, de que fazíamos outr'ora parte. Andou sempre devastando não só as terras d'África e d'Azia, como dice Camões, mas igualmente as do nosso Paiz”⁸⁵.

Como demonstra o fragmento, era necessário sustentar o pensamento díspar da antiga metrópole para reforçar a capacidade de autonomia e independência, bem como fortalecer a formação de uma nova unidade legitimada a partir da concepção de liberdade, guiada pela razão.

A problemática da escravidão suscitava questões fundamentais sobre as trajetórias a serem seguidas para o desenvolvimento do país, com a autonomia judiciária, política e econômica, mas principalmente para a formação de um povo e sua respectiva identidade nacional. É por isso que, como salienta Keneth Maxwell, parte da elite intelectual via a população negra escrava como inimigo interno que deveria ser combatido em prol da evolução e da indústria, bem como do branqueamento e europeização dos habitantes do novo Brasil; outra parcela de letrados considerava que a continuidade da escravidão era garantia da prosperidade do país pela conservação das produções agrícolas em grandes propriedades⁸⁶.

No entanto, a escravidão e o capitalismo industrial se mostraram compatíveis e foi nesse contexto que o sistema atlântico do século XIX se perpetuou, por meio das produções de café e de algodão que se sustentaram pela mão de obra escrava da mesma maneira como o capitalismo comercial com a produção do açúcar. As tentativas de alteração das organizações econômicas e de trabalho, ao longo do século XIX, falharam. Como constataram Keneth Maxwell e Carlos Mota, o modelo de desenvolvimento por meio da imigração de europeus brancos como trabalhadores livres, principalmente de portugueses, não chegou a se realizar até o fim da monarquia na década de 1880⁸⁷.

Mas, apesar de as estruturas de dominação estamental-escravista se consolidarem até meados do século XIX, foi também nesse período que as teorias sociais e culturais típicas do embrionário modelo autocrático-burguês impulsionaram “as ideias de Brasil”. Esse novo modelo estabeleceu o padrão

⁸⁵ D'Andrada e Silva, José Bonifácio. (1823). *Obras Científicas...*cit, p. 7-9.

⁸⁶ Maxwell, Kenneth. (1999). *Por que o Brasil...*cit.

⁸⁷ Maxwell, Kenneth. (1999). *Por que o Brasil...*cit; Mota, Carlos Guilherme. *Ideias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)*. (1999). Ambos em: Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. 3 ed. São Paulo: Editora Senac.

civilizatório alicerçado ao longo do processo de formação das lógicas econômicas, sociais, políticas e culturais que caracterizaram os dois séculos que se seguiram.

Capítulo 2 - As formações das identidades nacionais: a construção do Brasil-Nação

O Brasil, após a declaração de Independência, emergiu como entidade político-institucional no cenário internacional. No entanto, como afirma Carlos Mota, ainda sem unidade cultural e constitucional consolidada, e por isso sem ser considerado Nação⁸⁸, o país, nesse período, viu florescer diversas novas ideias de Brasil, que tinham por necessidade abarcar as particularidades de um território luso-afro-brasileiro⁸⁹. Tal entidade, como era ainda reconhecida no contexto internacional, precisava alinhar diversas formas de estrutura capazes de lhe caracterizar um perfil, definindo: sociedade e formas de sociabilidade; ideologias e modos de pensamento; e autoexplicações históricas, geográficas e culturais. Em um contexto de formação da ideologia política e cultural era necessário forjar nacionalidade e identidade nacional para que houvesse a consolidação da ideia de nação brasileira.

A autonomia política — um longo e cumulativo processo que manteve continuidade em momentos cruciais de emancipação, tendo como marcos os anos 1808, 1816, 1822 e 1831 — caracterizou-se como definidora da nacionalidade e formadora do Estado Nacional⁹⁰ após a gradual separação entre metrópole e colônia, que estava ligada às necessidades das elites do centro do país e, conseqüentemente, dos projetos que elas defendiam⁹¹. Para sobreviver

⁸⁸ Segundo Salah Khaled, o nascimento da nação não corresponde com o bradar do grito do Ipiranga. Apesar de ser a representação de um momento de marcantes mudanças nas relações entre elite e território, o fim da dependência não significou a atribuição de uma consciência de unidade nacional. Entretanto, a Independência gerou o estímulo para a formação de um conjunto mais homogêneo, que corresponde a um importante passo para a criação de uma identidade nacional, capaz de garantir a integridade do território brasileiro. Em: Khaled, Salah. (2010). *Horizontes Identitários: a construção da Narrativa Nacional Brasileira pela Historiografia do Século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

⁸⁹ Mota, Carlos Guilherme (org). (1999). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo. Senac.

⁹⁰ Salah Khaled expõe uma cronologia dos acontecimento para explicar as condições que levaram a constituição do Estado brasileiro: “em um primeiro momento, a colônia passou a ter o Estado materializado em seu território; em um segundo momento, deixou de ser colônia e assumiu o Estado como *seu*; em um terceiro momento, alcançou a independência política, ainda que o poder efetivamente só passasse às mãos das elites com a abdicação, configurando, finalmente, um Estado nacional, ainda que a monarquia e o príncipe herdeiro demonstrassem uma continuidade com Portugal”. Khaled, Salah. (2010). *Horizontes...cit*, p. 44.

⁹¹ Maxwell, Kenneth. (1999). Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo. Senac, p.187-188; Khaled. (2010). *Horizontes...cit*.

como país independente, portanto, era necessário que as suas classes dirigentes fossem capazes de estruturar e tornar concreta uma proposta de Nação, que era no século XIX uma missão política fundamental⁹². É nesse sentido que, a partir da segunda metade dos oitocentos, desenvolveu-se a imprescindibilidade de estruturação de uma narrativa nacional como requisito não só para legitimação da Monarquia, mas também para a inserção no contexto internacional como país ordeiro, integrado e civilizado⁹³.

A conjuntura em que o Brasil situava-se exigia o estabelecimento do próprio espaço no cenário internacional, de identidade nacional própria e de modelo político e institucional ideais, mas também tinha que tratar de questões em torno da formação de uma sociedade civil que pudesse ser caracterizada como povo de uma nação. Todavia, o delinear de um povo esbarrou em temáticas urgentes que deveriam ser discutidas e definidas com o fim da dependência. Essas vicissitudes estavam relacionadas aos regimes laborais — escravos e trabalhadores-livres —, à lógica fundiária, à imigração e à naturalização de estrangeiros. Foi só a partir do debate e da construção de trajetórias discursivas sobre esses assuntos que se tornaram possíveis as acepções do que era ser brasileiro no século XIX.

Como salienta Carlos Mota, a nação a qual o Brasil deveria corresponder carecia de, semelhante aos outros estados nacionais, edificar uma sociedade mais ou menos homogênea. E como será visto ao longo do trabalho, foi entre conflitos, golpes e acomodações que se ergueu um sistema ideológico consistente que tinha como pilar a ideia de Brasil “alimentada pela elaboração contínua de uma História nacional e, portanto, de uma historiografia que a cultivasse”⁹⁴. Para o autor, é nesse contexto que terá início a escrita da História do Brasil, que ajudou a constituir matrizes e formas de pensamento, comportamentos sociais e modos de ser que foram sendo considerados como nacionais, com o passar do tempo. A formação histórico-cultural incorporada às ideias de Brasil apresentava-se como pensamento fundador ligado à nacionalidade que, posteriormente, se transformou em

⁹² Odalia, Nilo. (1997). *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: UNESP.

⁹³ Khaled. (2010). *Horizontes...cit.*

⁹⁴ Mota, Carlos Guilherme. (1999). *Viagem Incompleta...cit.*, p. 200.

discurso historiográfico-cultural nascente e persistiu em temáticas e visões ora exóticas e pitorescas, ora rebrotando em análises que consideram tal formação tardia e desatualizada, ora alimentando projetos político-econômicos em que a nossa cultura [brasileira] surge como notavelmente promissora [...]. Naquele contexto, enraizam-se os discursos reformista ilustrado, depois o liberal, em seguida liberal-nacional, que irão desembocar na Questão Nacional a partir da segunda metade do século XIX, já com registro jacobino no último quartel do século”⁹⁵.

Denominam-se narrativas nacionais os textos que possuem teor historiográfico e sociológico e que apresentam características definidoras da nação brasileira. Entre essas primeiras narrativas destacam-se as obras de Varnhagen e von Martius, que foram realizadas com a chancela do Estado e das instituições, como aquelas criadas pelo Instituto Histórico Brasileiro (IHGB), localizado no Rio de Janeiro, e pelos Gabinetes Portugueses de Leitura da Bahia e de Pernambuco.

2.1 O conceito de identidade nacional

Os projetos de construção das identidades nacionais surgiram na Europa ao longo do século XIX, no momento em que se operacionalizava a transformação dos sistemas políticos. O surgimento dos Estados-Nação, como considera Anne-Marie Thiesse, com suas respectivas identidades, demonstrou ser uma das grandes obras daquele século, que contou com a participação massiva de intelectuais, artistas e escritores. As nações modernas foram criadas de forma diferente daquelas relatadas pelas histórias oficiais, ou seja, não se apresentaram como narrativas de acontecimentos obscuros e heroicos na conquista de territórios e na constituição de alianças. A autora ressalta que as ideias de nação foram construídas em forma de discursos produzidos e inventados por um grupo de pessoas letradas, pertencentes às elites⁹⁶.

No entanto, paradoxalmente, essas identidades coletivas nacionais foram formadas a partir de um “contexto de intensas trocas internacionais, cujo resultado foi a determinação de um modelo comum de produção das diferenças”⁹⁷. Para a autora, não houve um acordo prévio e nem divisão de trabalho, mas os responsáveis por essa construção da identidade nacional

⁹⁵ Mota. (1999). *Viagem Incompleta...*cit, p. 204.

⁹⁶ Thiesse, Anne-Marie. (2000). *A criação das identidades nacionais*. Lisboa: Temas e Debates.

⁹⁷ Thiesse, Anne-Marie (2000). *A criação...*cit, p. 7.

estavam atentos ao que era realizado nos mais diferentes países europeus. Segundo Martin Adamec, diversas interpretações surgiram sobre os projetos de nação, que provinham de conflitos identitários intra e internacionais, na busca constante de referenciais de localização e de reconhecimento⁹⁸.

A formação das identidades nacionais não consiste apenas na elaboração de novas referências, mas também está acompanhada de um trabalho pedagógico de disseminação das ideias de nacionalidade para as massas, pois é necessário que a “população as conheçam e nela se reconheçam”⁹⁹. Assim, uma nação¹⁰⁰ nasce de um postulado e de uma invenção, que necessita da adesão da sociedade constituída a partir da pedagogia que ensina os indivíduos o que eles são e de onde vêm, incentivando-os a difundir um saber coletivo. Tal saber deve incluir a determinação de uma história e de um patrimônio nacional, sendo indispensável a designação de antepassados — de ancestrais fundadores, lugares de memória, galeria de heróis e outros — para a escolha de seus preciosos legados. Sobre a escolha de ancestrais, explica que a “reivindicação de filiação vem acompanhada do enunciado de um postulado: o Povo é um museu vivo dos grandes ancestrais, depositário dos vestígios de sua cultura original”¹⁰¹. O culto dos antepassados é o mais legítimo dos instrumentos nacionais, pois são eles que nos fazem como somos. No entanto, não há um discurso determinado sobre patrimônio de cada nação e, por isso, sua invenção

⁹⁸ Adamec, Martin. (2014). *A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido*. Tese de Doutorado. Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

⁹⁹ Thiesse, Anne-Marie. (2000). *A criação...cit*, p. 8.

¹⁰⁰ Segundo Martin Adamec, há uma diferenciação entre os conceitos de nação, identidade nacional e nacionalismo, apesar de tratarem do mesmo fenômeno e estarem intrinsecamente relacionadas. O estudo dos fenômenos nacionais implica necessariamente na articulação entre esses três conceitos que não devem ser utilizados como sinônimos de forma irrefletida. O autor, portanto, propõe a distinção: identidade nacional seria um tipo específico de identidade coletiva na qual pressupõe a consciência de pertencimento à nação, pressupondo laços emocionais e afetivos e de solidariedade que enquadram as relações sociais e supondo abrangência que ultrapassa divisões de classe, *status*, gênero e outros; o nacionalismo cumpre a ideia de defesa da nação e de seus elementos identitários ideologizados, ou seja, é a ideologia que busca resguardar, publicitar e assegurar os interesses da própria nação dentro e fora do seu território; a nação *per se* é um grupo que encarna as identidades e projetos nacionais e políticos dos seus membros, sendo um princípio organizador e fenômeno emergente que articula as identidades de forma ideológica, ele abrange toda a população e não apenas grupos e elites de contexto específico. O autor ressalta, ainda, que essa abordagem sobre a diferenciação dos elementos é provisória e bastante esquemática, pois assim como o desenvolvimento histórico, essas definições não se apresentam de maneira linear ou teleológica. Pelo contrário, a conceituação visa compreender diversos aspectos — sendo alguns ainda pouco explorados — com o objetivo de preencher lacunas nas abordagens mais tradicionais. Em. Adamec, Martin. (2014). *A formação...cit*.

¹⁰¹ Adamec. (2014). *A formação...cit*, p. 9.

é um trabalho de construção e reconstrução coletiva dependente da subjetividade de seus membros.

Dessa forma, o estudo dos vestígios de ancestralidade permite estabelecer os autênticos fundamentos de uma moderna cultura nacional, tendo a investigação etnográfica como uma via de acesso para a arqueologia do nacional. Por isso, estudar os processos de construção de discursos das identidades nacionais é perceber as motivações e intenções de seus criadores, é notar as bases ideológicas presentes em cada representação e analisar as narrativas que formaram a história e a memória tradicional e oficial de uma nação.

Os elementos nacionais, nação, nacionalismo e identidade nacional, como reflete Martin Adamec, vêm sendo discutidos ao longo dos séculos XIX, XX e XXI por diversos autores que estão amparados em diferentes abordagens. Sob o viés político, as análises sobre tais elementos estão relacionadas com a formação do Estado moderno e inclui o debate em torno das buscas por autonomia, autodeterminação e soberania. O ponto de vista sociológico prima pela observação da transição das sociedades feudais para o capitalismo e sua irrelevância perante o mundo de identidades líquidas. Antropologicamente, esses elementos revelam uma perspectiva voltada para as bases identitárias e relacionais primárias, e sob a abordagem econômica, é possível notar a consolidação de unidades nacionais no desenvolvimento dos mercados nacionais¹⁰².

Como afirma Adamec, é possível encontrar conceituações das mais diversas ao longo do tempo: desde as origens do pensamento sobre os elementos nacionais, ao longo do século XVIII, com autores como Vico e Herder, que perceberam a pluralidade humana no sentido moderno e seus reflexos na existência de diferentes povos, culturas e nações; passando por autores do século XIX, por exemplo Stuart Mill, Acton e Renan, que avaliaram as repercussões dos fenômenos nacionais no período de maior expansão e interlocução e, em seguida, notando as visões marxistas, leninistas e stalinistas focadas na discussão sobre as lutas de classe no nacionalismo; e por último, alcançando as definições do pós-século XX — com Gellner, Hobsbawn,

¹⁰² Idem, p. 17.

Anderson, Connor e Calhoun — que apresentam o viés contemporâneo com rupturas e continuidades dos autores de tempos anteriores. Seguindo essa reflexão de multiplicidade de abordagens e conceituações ao longo da história, amparadas em uma miríade interdisciplinar, dissertar-se-á sobre esses fenômenos nacionais a partir de duas importantes perspectivas de interpretação para este trabalho de caráter historiográfico: a cultura e o discurso.

2.1.1 A identidade nacional sob o viés cultural e como fenômeno discursivo

A identidade nacional¹⁰³, para Craig Calhoun, é uma construção discursiva que configura a cultura e a política do mundo contemporâneo, pois a existência da nação está condicionada ao fenômeno discursivo que informa e integra os seus diversos aspectos, em uma retórica política capaz de mediar a criação e sustentabilidade de uma solidariedade interna e de um reconhecimento externo. Dessa forma, o nacionalismo possibilita a integração entre passado, presente e futuro por meio da incorporação da particularidade e diferenciação cultural do seu povo e de suas reivindicações de soberania externa.

Ao estruturar a política e a sociedade, a identidade nacional assume um papel de sentido de pertencimento e localização aos seus membros. Ou seja, proporciona aos seus habitantes uma função específica na realidade histórica *inventada*¹⁰⁴ e *imaginada*¹⁰⁵. Assim, como expõe Martin Adamec sobre o conceito de Craig Calhoun, deve-se entender esse elemento nacional como “uma fonte positiva de significado e comprometimento mútuos”¹⁰⁶, no qual não se comporta as perspectivas de ilusão e manipulação que propuseram Eric Hobsbawm e Ernest Gellner¹⁰⁷.

¹⁰³ O autor utiliza o termo *nacionalismo* para definir o conceito. No entanto, neste trabalho — considerando as relevantes e significativas diferenciações entre os termos apresentações na nota acima — empregaremos o conceito como sinônimo de identidade nacional. É importante salientar que, como revelamos na última nota, a conceituação de Craig Calhoun sobre o nacionalismo também está intimamente ligada à percepção deste trabalho sobre o elemento identidade nacional. Calhoun, Craig. (1997). *Nationalism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

¹⁰⁴ Thiesse. (2000). *A criação...cit.*

¹⁰⁵ Anderson, Benedict. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.

¹⁰⁶ Adamec. (2014). *A formação...cit.*, p. 85.

¹⁰⁷ Os pesquisadores Eric Hobsbawm e Ernest Gellner, sob um viés marxista de luta de classes, identificam a formação dos elementos nacionais como instrumentos fabricados, manipulados e irreais que servem para garantir as necessidades materiais de uma era. Para Ernest Gellner, o

Ainda para Craig Calhoun, a ideia de nação se apresenta como essencial na lógica do mundo contemporâneo, mas não deixa de guardar relações com as comunidades anteriores, caracterizadas por laços étnicos e de parentesco. O autor ressalta que essas relações — capazes de gerar bases identitárias — não podem, contudo, ser interpretadas como estanques, fixas ou biologicamente determinadas na constituição da identidade nacional. Sobre a configuração estritamente étnica das comunidades *imaginadas*, o autor reflete que o comprometimento emocional da nação é proveniente das relações cotidianas, enquanto que a etnicidade primordial é instrumentalizada visando a construção de um discurso nacional — no qual apresenta seu cerne nas narrativas históricas —, com o objetivo de desproblematizar as questões contemporâneas de construção da nação. A etnicidade não é capaz de fornecer “grupos socioculturais prontos para serem nações”¹⁰⁸, pelo contrário, o nacionalismo é que transforma fundamentalmente as identidades étnicas, conferindo-lhes novos significados às suas heranças culturais.

Os discursos postulados em prol da constituição das comunidades imaginadas foram capazes de operacionalizar as diferenças culturais e étnicas a partir do desenvolvimento moderno de determinados aparatos culturais, como a imprensa, a cartografia, a massificação do ensino, entre outros. Esse movimento apesar de gerar uma espécie de homogeneização cultural, não estavam ligadas forçosamente e estritamente aos processos de manipulação e poderio elitistas — como destacavam as definições marxistas dos elementos nacionais, que ignoram a natureza dinâmica da cultura e das organizações sociais.

Afastando-se da abrangência unicamente política dos discursos de identidade nacional, o autor pondera a existência de um quadro de referência para a identificação dos membros da nação, das suas relações sociais e das suas posições no espaço e no tempo. A identidade nacional, portanto, funciona como uma maneira de integração social, capaz de fortalecer as bases culturais

nacionalismo surge como uma forma de legitimar e auxiliar no funcionamento de um sistema calcado no crescimento econômico. No mesmo sentido, segundo Eric Hobsbawm, a ideologização do erro histórico teria sido essencial e típica para a formação nacional. Gellner, Ernest. (2000). *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*. Em: Um Mapa da Questão Nacional. BALAKRISHNAN, Gopal. Rio de Janeiro: Contraponto; Hobsbawm, Eric. (2004). *Nações e Nacionalismo desde 1780*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

¹⁰⁸ Calhoun. (1997). *Nationalism...*cit, p. 48.

identitárias e a solidariedade entre membros. Apesar de se tratar de um aspecto coletivo, a identidade nacional está intimamente ligada ao processo de formação da individualidade e das expectativas criadas no contexto das relações interindividuais, nas quais se encontram marcadas as necessidades de reconhecimento.

Esse discurso não se revela como abstrato e absoluto, encontrando-se em contínua construção e reconstrução, capaz de garantir uma espécie de identidade intermediária ao ser humano. Pois, o mundo moderno e contemporâneo mostrou que as comunidades primárias (familiares) são insuficientes para a completude do indivíduo, assim como a comunhão a nível mundial, até o momento, ainda se mostra inviável. Assim, os elementos nacionais revelaram-se aptos a mediar as relações interpessoais, independentes das classes sociais e das diversidades étnicas e religiosas, de ligar as gerações e de mobilizar tradições culturais e traços de responsabilidade mútua¹⁰⁹.

Martin Adamec, em acordo com a conceituação de Craig Calhoun, disserta que a identidade nacional assume a função de discurso, pelo qual seus criadores articulam passado e futuro com o objetivo de engendrar logicamente o presente narrativo. Transparecendo como uma espécie de cultura social que permeia seus membros, os forma e por eles pode ser reformada¹¹⁰. Salah Khaled, seguindo a mesma linha de pensamento, afirma que a invenção da nação e do seu respectivo discurso se tornou, por excelência, a missão da história como ciência ao longo do século XIX, capacitando o passado e a memória em um recurso de configuração cultural e de coesão para a construção das nações. A memória, nesse contexto, atua como fenômeno social coletivo, na qual a principal função é incentivar as relações e os laços entre membros de um grupo por meio de um passado e experiência comuns¹¹¹. A memória coletiva — que surge substantivada como memória histórica e, principalmente, como memória nacional¹¹² — utilizada como ferramenta para a formação do discurso nacional, sofre alterações a depender dos contextos nos quais ela está sendo articulada e expressa. As intenções momentâneas incentivam a estruturação de

¹⁰⁹ Adamec. (2014). *A formação...cit.*

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Halbwachs, Maurice. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice.

¹¹² Catroga, Fernando. (2016). *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

um tipo específico de memória e, por isso, pode assumir a relação fenomenológica entre memória e identidade. Essa profícua relação “revela sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”¹¹³.

Um discurso, segundo a interpretação de Michel Foucault, é um sistema de pensamento composto por ideias, atitudes, crenças e práticas que constitui os sujeitos e suas expressões. É uma narrativa construída no presente que compõe as três temporalidades (passado e futuro) e que constrange, forma e condiciona os indivíduos e suas relações. Não se manifesta como realidade concreta, tampouco como fato ou posição fixa. Esse discurso expressa um emaranhado de referências nas quais são possíveis os debates, as articulações, os conflitos e as discussões sobre questões socioculturais sempre amparadas nos contextos históricos que as sustentam¹¹⁴.

Na concepção arqueológica foucaultiana, os discursos são proposições e enunciados criados como intenção de verdade pelos seus sujeitos e que passam a constituir princípios aceitáveis de comportamento. Devem ser percebidos como práticas descontínuas que por vezes cruzam-se e por outras se excluem; são por si só acontecimentos históricos que apresentam polo de produção, ou seja, não são realizados de forma aleatória, pelo contrário, obedecem a interesses das instâncias e das relações de poder que os produzem. Dessa forma, os discursos não são imateriais porque materializam-se nas práticas sociais e culturais e geram efeitos nos sujeitos de determinada sociedade. Foucault compreende o discurso como um espaço histórico no qual a sua produção é dependente da relação político-ideológica específica que favorece o seu aparecimento. O sentido do discurso (ideológico e particular) é constituído a partir da relação entre o poder, o saber e a linguagem. A conexão arqueológica, entre enunciado, conceito histórico e ideológico, é uma possibilidade de análise do discurso¹¹⁵.

¹¹³ Pollak, Michael. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Revista de Estudos Históricos*, v.3, n. 2. p. 5.

¹¹⁴ Calhoun. (1997). *Nationalism...*cit.

¹¹⁵ Foucault, Michel. (2013). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola.

A identidade nacional, enquanto prática e representação cultural discursiva — realizadas por seres humanos em relação uns aos outros e na sua relação com o mundo —, insere-se no rol de estudos da nova História Cultural, juntamente às noções de linguagem (comunicação) e de representação¹¹⁶. A nova História Cultural, segundo Roger Chartier, tem interesse numa diversificação de objetos culturais, sujeitos, práticas, processos e padrões, pelos quais a cultura, ou as diferentes formações culturais, podem ser examinadas no âmbito da relação interativa entre as concepções de prática e representação¹¹⁷.

Os objetos e os sujeitos (produtores e receptores de cultura) são produzidos e estão submetidos às práticas e representações, que correspondem aos modos de fazer e modos de ver as formações culturais. As práticas culturais não estão relacionadas apenas às instâncias oficiais, como instituições, técnicas e realizações, mas também aos usos e costumes de uma sociedade. Elas apresentam-se como modos de vida, atitudes, normas de convivências que geram produtos culturais, como livros, obras de arte, textos, literatura e padrões da vida cotidiana em sociedade. Já as representações culturais são noções complementares às mais diversas práticas, que embora desejem um diagnóstico universal fundamentado na razão, acabam por determinar o interesse dos grupos que as produzem. Por isso, investigar as representações culturais supõe colocá-las em um campo de concorrência e competição, nos quais atuam as perspectivas de poder e dominação. Deve-se considerar as representações como “matrizes de discursos e de práticas diferenciadas [...] que têm por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades”¹¹⁸.

A nova História Cultural, dessa maneira, está intimamente ligada à perspectiva de análise dos discursos de identidade nacional. Em acordo com Roger Chartier em sua definição de História Cultural, a identidade nacional deve ser pensada como um trabalho de representação. O estudo da identidade nacional necessita, portanto, da avaliação de classificações e de exclusões que a constituem, bem como da observação das suas configurações sociais e

¹¹⁶ Barros, José. (2003). História Cultural – um panorama teórico e historiográfico. *Textos de História (UnB)*. v. 1. n. 1 e 2. p. 145-171.

¹¹⁷ Chartier, Roger. (2002). *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Algés: Difel.

¹¹⁸ Idem, p. 18.

conceituais próprias do tempo e espaço, nos quais ela foi estabelecida. Sua análise deve também ser entendida como uma pesquisa inserida no rol dos processos construtores de sentido, por meio do destaque à função das práticas culturais. Rompe-se, assim,

com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único — o qual a crítica tinha a obrigação de identificar —, dirige-se as práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo. Daí a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação¹¹⁹.

Em analogia à definição de Craig Calhoun, compreende-se que analisar as identidades nacionais é um esforço de observação do lugar, das práticas e das representações sociais e culturais, em que a formação identitária se apresenta não só como referência simbólica, mas também como instrumento de propagação entre os membros de uma nação. Sendo a nação um elemento encadeador de sentimentos de pertencimento e de comunhão entre os seus membros, deve estar intimamente vinculada à capacidade de mediação e publicitação das narrativas nacionais. Tais narrativas atuam, portanto, como mecanismos discursivos, que como reflete Michel Foucault, realizam essa função de engendrar — sistema formativo — os sentimentos de pertencimento, bem como diversos modos de expressão¹²⁰. Assim, assume-se que as narrativas identificadoras da nação não são apenas o reflexo simples de expressões nacionais, mas atuam como dispositivos discursivos de invenção e imaginação coletiva.

2.2 Nacionalismo anticolonial: a xenofobia contra os ex-colonizadores

O estudo de ideias, que amparadas no nacionalismo e na formação da identidade nacional, revelam aspectos xenófobos em relação aos seus antigos colonizadores e também permitem perceber que Brasil e Portugal não foram representações únicas desse contexto. Outros países da América e, mais tarde,

¹¹⁹ Chartier. (2002). *A História Cultural...*cit, p. 28.

¹²⁰ Foucault, Michel. (2008). *Arqueologia do Saber*. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

nações independentes da África e da Ásia¹²¹ demonstraram um discurso de aversão ao antigo colono como forma de afirmar as suas próprias identidades nacionais.

Autores como Benedict Anderson e Frantz Fanon assumem, ainda que amparados em linhas de pensamento dissemelhantes e enfoques diversos¹²², a existência de um tipo de nacionalismo que surgiu com o ideais de libertação colonial. O nacionalismo anticolonial teve caráter defensivo e surgiu como uma reação ao nacionalismo civilizador insurgido pelos colonizadores. Diferente do nacionalismo civilizador ou messiânico, que buscava fornecer ao mundo uma prática cultural universal, o nacionalismo defensivo ou anticolonial influenciava suas próprias regiões ou localidades vizinhas e disseminava a crença na vulnerabilidade da sua própria identidade cultural. Os pensadores do nacionalismo anticolonial afirmavam que a cultura nacional estava sob constante ameaça pela interferência dos costumes dos colonizadores.

Benedict Anderson na obra *Comunidades Imaginadas*¹²³ se refere aos pensadores nacionalistas na América Latina, que ele chama de “pioneiros crioulos”, para exemplificar como a conscientização nacional pode ser imaginada sem necessariamente recorrer

a um passado mítico, a uma cultura ancestral e a uma língua distinta; pelo contrário, baseava-se num projeto cívico, inspirado no Iluminismo e imaginado por uma elite administrativa, que o capitalismo impresso do jornal e do livro disseminara por grupos mais vastos da população. O "tempo homogêneo e vazio", expressão que Anderson encontrou em Walter Benjamin, permitiu impor uma nova narrativa do mundo, um projeto partilhado por uma comunidade afetiva, um outro tempo capaz de romper com uma trajetória histórica predefinida¹²⁴.

¹²¹ Apesar de reconhecer que tais pensamentos anticoloniais incorreram em diversas partes do mundo, esse trabalho dará enfoque aos contextos latino-americanos por terem uma realidade análoga a brasileira. Assume-se que países como os Estados Unidos também representaram ideias de aversão e xenofobia aos antigos colonizadores, mas que não serão tratadas neste trabalho por não ser seu objetivo principal, mas apenas uma elucidação exemplificativa dessas circunstâncias no contexto mundial.

¹²² Fanon utiliza-se da psicanálise para explicar os fenômenos de libertação coloniais de países africanos, ressaltando aspectos da violência entre colono e colonizado para explicar o nacionalismo anticolonial. Em: Fanon, Frantz. (1968). *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira. Já Anderson revela as questões culturais que nortearam os movimentos de libertação nacional nos países americanos, tendo como papel histórico decisivo os funcionários peregrinos e os impressores locais crioulos, responsáveis por disseminar um ideal de nacionalismo anticolonial. Em: Anderson, Benedict. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.

¹²³ Anderson, Benedict. (2008). *Comunidades...cit.*

¹²⁴ Curto, Diogo; Jerónimo, Miguel; Domingos, Nuno. (2012). Nações e nacionalismos (a teoria, a história, a moral). *Tempo Social*. v. 24, n. 2, p. 33-58. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702012000200003>>. Acesso em novembro de 2021.

Diogo Curto, Miguel Jerónimo e Nuno Domingos explicam que, para Anderson, o nacionalismo anticolonial na América Latina foi representado por uma luta entre a aristocracia colonial e a elite miscigenada (mistura entre europeus e nativos) que possuía inserção no aparelho de Estado. Os autores, ao interpretarem a obra de Anderson, entendem que esse nacionalismo foi pensado por uma nova classe transformadora de líderes letrados americanos, asiáticos, africanos como um projeto de unificação nacional e foi resultado de uma conjunção de fatores que associava “a interação de um sistema capitalista de relações produtivas, a tecnologia das comunicações impressas e a inevitável diversidade linguística”¹²⁵.

Frantz Fanon em *Condenados da Terra*¹²⁶ considera que a consciência nacional defensiva ou anticolonial induz a rigidez estática e essencialista das identidades, pois o processo de descolonização pode estimular os militantes nacionalistas a reproduzirem os antigos arranjos coloniais. Por isso, o autor considera o nacionalismo anticolonial um fenômeno que configura uma falsa autonomia obtida a partir de uma política essencialista de consolidação identitária, que revela traços xenófobos e nativistas. A descolonização é vista como uma forma de reivindicação primária do colonizado e um processo histórico que representa a junção de duas forças antagônicas, permitindo a revelação da originalidade da substantivação que segrega e subsidia o sistema colonial.

O “tempo da libertação” é reconhecido como um processo de iminência da ambivalência identitária, de uma indecisão de papéis representacionais. A indissociação entre o colonizado e colonizador faz da luta da antiga colônia uma luta dela consigo mesma, quase endógena¹²⁷.

Elisa Goldman explica que, para Fanon, a violência no sistema colonial e pós-colonial é um instrumento de diluição de fronteiras, pelo qual há a afirmação da singularidade do colonizado manifestada de forma não racional. O mecanismo de violência funciona como uma síntese da superação da reificação do homem branco como sujeito e do homem negro como objeto. Assim, de

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Fanon, Frantz. (1968). *Os Condenados...*cit.

¹²⁷ Goldman, Elisa. (2020). Histórias Entrelaçadas e Territórios Sobrepostos: diálogos entre Edward W. Said e Frantz Fanon. *Revista de Teoria da História*, v. 23, n. 2, p. 299.

acordo com Fanon, é imperioso que haja a consolidação de uma consciência social no processo de libertação colonial e na formação da nova identidade nacional. “A consciência social é tão importante que, sem ela, a descolonização se converte meramente em uma substituição de uma forma de dominação por outra”¹²⁸.

Nesse sentido, por meio de pesquisa bibliográfica, este trabalho apresentará exemplos de alguns países onde já foram mapeados aspectos xenófobos de nacionais em relação aos imigrantes provindos da antiga metrópole¹²⁹. Os casos aqui expostos serão da Argentina (1860-1900) e do México (1880-1930).

Clara Lida revela, em seu estudo, um movimento de caráter xenófobo na Argentina que culminou na revolta gaúcha em Tandil, no ano de 1872¹³⁰. A autora explica que a partir de meados do século XIX, houve mudanças radicais no meio rural argentino, além do aumento expressivo da população urbanizada, engrossada principalmente pela chegada de imigrantes europeus. Antes da chegada dos imigrantes, o campesinato da região Pampa era representado principalmente pelos gaúchos, habitantes tradicionais de espaços abertos que trabalhavam com o pastoreio a cavalo. A ida de estrangeiros europeus — principalmente espanhóis — para a localidade estimulou a extinção do trabalho e cultura gauchês, que foi vítima da modernização na agropecuária e da implantação de cercas delimitando as fronteiras das propriedades. O novo trabalhador europeu ia munido de conhecimentos de técnicas agrícolas e de criação de gado e, de forma geral, se estabelecia em grandes propriedades como arrendatário, proprietário ou trabalhador assalariado. Os crioulos, descendentes da população do período colonial, os ameríndios não-indígenas, viam o estrangeiro como um concorrente privilegiado, enquanto o imigrante europeu via o nacional como um obstáculo para o alcance do seu maior desejo, que era possuir a propriedade privada e alcançar a prosperidade econômica. A

¹²⁸ Idem, p. 301.

¹²⁹ Reconhece-se neste trabalho que a pesquisa bibliográfica a respeito deste tema não foi explorada de forma exaustiva nem minuciosa, visto que esse não é o enfoque da investigação. A intenção é revelar que o caso de xenofobia em relação aos imigrantes da ex-metrópole não foi exclusivo do Brasil, tampouco foi inaugurado no país.

¹³⁰ Lida, Clara. (1998). Inmigración, Etnicidad y Xenofobia en la Argentina: La Masacre de Tandil. *Revista de Indias*, v. 58, n. 214. p. 541-554.

autora afirma, então, a existência de uma rejeição mútua que foi sendo reforçada ao longo do tempo de convivência.

No contexto das rixas entre recém-chegados e nacionais, nos primeiros anos da década de 1870, um conflito de teor social e econômico se destacou¹³¹ revelando aspectos da identidade étnica e nacional dos dois grupos envolvidos: a revolta ocorrida ao sul da província de Buenos Aires, na região de Tandil. De forma resumida, um curandeiro e agitador¹³², conhecido como “Tata Dios”, conseguiu criar um séquito de gaúchos e nacionais que vinculados a uma seita religiosa acreditavam ser necessário o extermínio de maçons estrangeiros — atores responsáveis pelo incentivo à imigração e pela melhoria de condições do trabalho técnico agrícola. A autora explica:

Según el imaginario de una religiosidad primitiva transmitido por el manosanta [Tata Dios], el exterminio de los inmigrantes causaría un cataclismo y la ciudad de Tandil se hundiría en la tierra; en su lugar surgiría un nuevo pueblo donde los elegidos —los gauchos "que hubieran derramado sangre de extranjeros enemigos de la religión"— vivirían colmados de riquezas y felicidad. En su visión apocalíptica, el milagro se realizaría en cuanto los fieles, encabezados por los "santos", exterminaran a los forasteros; en recompensa, un huracán de fuego y torrentes de agua arrasarían la ciudad y de sus cenizas renacería en la Piedra Movediza um mundo nuevo¹³³.

Por meio desse discurso, Tata Dios conseguiu convencer o grupo de gaúchos a planejar um massacre entre o dia 1 e 2 de janeiro de 1872. Aos gritos de “¡Viva la religión! ¡Viva la república! ¡Mueran los gringos y masones!", os nacionais mataram 31 imigrantes, na sua maioria bascos e franceses. Na manhã seguinte, uma tropa improvisada formada por guardas e moradores de Tandil atacou os gaúchos matando e os fazendo de prisioneiros.

Sinteticamente, Clara Lida vê o conflito como um emaranho de

Etnicidades adversas, con sus xenofobias recíprocas y culturas opuestas, y, como corolario, en él se urden también los conflictos inherentes de una sociedad vertiginosamente cambiante pero piramidal, desde cuya base nuestros personajes centrales, los gauchos marginados y los inmigrantes, podrían difícilmente ascender¹³⁴.

Dessa forma, pode-se perceber, por meio do conflito apresentado, que uma parte da população argentina também lidava com a imigração de europeus,

¹³¹ A autora ressalta que esse episódio não foi o único de caráter étnico e identitário naquela região, tampouco na América do Sul.

¹³² Solané, o “Tata Dios”, participou junto do seu companheiro político Ricardo López Jordán, de levantes populares nas províncias de Snta Fé e Entre Ríos. Após o triunfo político de Samiento, Solané se mudou para Tandil. Lida. (1998). *Inmigración...cit.*

¹³³ Idem, p. 548.

¹³⁴ Idem, p. 554.

principalmente espanhóis, de forma xenófoba, demonstrando a necessidade de se diferenciar do seu antigo colonizador para estabelecer e afirmar os seus próprios costumes e identidades.

Sobre a imigração espanhola para a Argentina, Santiago Sánchez explica que o seu aumento não impediu a intensidade da hispanofobia em quase todo o século XIX, tanto que gerou um fenômeno de expressão ideológica composta por pensadores da chamada Geração de 37. Tal pensamento afirmava que a Espanha era uma nação atrasada, cuja influência cultural perniciosa deveria ser superada. Para isso, era necessária a desvinculação em relação a antiga metrópole, por meio da sustentação de uma literatura nacional, da emancipação linguística, da revisão das heranças culturais e da crítica dos costumes sociais¹³⁵.

No México, a pesquisa de Alicia Lázaro revelou a existência de um discurso construído pelas elites políticas e intelectuais do país, que demonstrava aspectos antiespanhóis na formação do Estado Nacional¹³⁶. A autora explica que para o imaginário mexicano, a questão da edificação da nação ainda estava fortemente relacionada às memórias, histórias e heranças deixadas pelo período colonial. Também inserido na construção da identidade nacional estava a problemática da imagem do imigrante espanhol que deixava de ser colono para ser um estrangeiro.

Alicia Lázaro inicia sua investigação fazendo uma contextualização da imigração espanhola para o México entre os anos 1880 a 1930. Além das dificuldades impostas aos cidadãos espanhóis na Europa — como a crises econômicas, os baixos salários, a carestia de alimentos e a obrigatoriedade do serviço militar nas guerras coloniais —, o México oferecia uma ampla oferta de terras e de recursos naturais, estava com alto desenvolvimento produtivo e crescimento econômico que gerava a ampliação do setor de serviços. O país latino-americano também proporcionava uma série de medidas catalisadoras para a ida de estrangeiros, como a eliminação das barreiras jurídicas que impediam o investimento e atividades para estrangeiros, a assinatura de tratados

¹³⁵ Sánchez, Santiago. (2011). Hispanofobia e hispanofilia en la Argentina. *Tinkuy: Boletín de investigación y debate*, v.1, n. 16, p. 93-106.

¹³⁶ Lázaro, Alicia. (2017). De colonizadores a inmigrantes Gachupines: los discursos sobre los españoles em la esfera pública mexicana (1880-1930). *Revista Latino-Americana de História*, v. 6, n.17, p. 115-134.

econômicos e de amizade com países europeus e as campanhas publicitárias para atrair colonos.

Fue así como triunfó la idea del papel civilizador de la inmigración, destinada a sacar a los países del continente latinoamericano del atraso en que la pesada herencia hispano-católica los habría mantenido. De este modo, se consideraba que la modernización solo llegaría si se atraían inmigrantes de la Europa transformada por el capitalismo, ya que, según esta visión, eran los únicos agentes de modernización debido a sus hábitos asentados de trabajo, consumo y ahorro¹³⁷.

No entanto, a autora expõe que na prática o desenvolvimento econômico agrário mexicano não foi capaz de absorver toda a mão de obra estrangeira captada, levando esses imigrantes para os grandes centros-urbanos para trabalharem no comércio e na indústria.

A partir de 1910, a eclosão da Revolução levou para a cena política uma nova elite, que com o discurso marcadamente nacionalista conseguiu inserir um pensamento xenófobo nas práticas sociais cotidianas no México. O projeto de nação que emergiu da revolução conservou elementos do liberalismo do século XIX, mas em termos societários tornou-se muito mais indígena e mestizófilo. Assim, os líderes revolucionários acreditavam ter encontrado a autenticidade mexicana na cultura rural e mestiça, não sendo mais necessário o estrangeiro para a construção de uma nação europeizada e embranquecida, mas, pelo contrário, o imigrante representava a negação da nação. A autora afirma que

la imagen del inmigrante español para la nueva clase política resultó especialmente negativa en esos años. Se retornó a una consideración del español como enemigo de la patria, antiguo (ahora nuevo) colonizador, esquilador de las riquezas nacionales y avasallador de los pobladores locales.

Nesse contexto, foram construídas imagens estereotipadas sobre os imigrantes espanhóis que dificultaram a inserção social dessa colônia no México, como o uso do termo *gachupín*, que representava o comerciante usurário, especulador, egoísta, mesquinho e racista.

Alicia Lázaro conclui que o papel contraditório e polarizador que a figura do imigrante espanhol adquiriu nos debates políticos, como agente da civilização e modernização e representante da retrograda herança hispano-católica, contrastava com a homogeneidade dos estereótipos populares que ofereciam uma visão negativa do imigrante espanhol. A ambivalência nas visões dessa imigração espanhola não era exclusiva do México, mas, em geral, mesmo com

¹³⁷ Lázaro. (2017). *De colonizadores...*cit, p. 118.

variações, se desenvolveu nos diversos países do continente americano. Os discursos foram na contramão de realidades migratórias que raramente corresponderam ao almejado pelas lideranças políticas.

Marco Antonio Landazavo destaca que o fenômeno da hispanofobia no México se alimentou de um imaginário sobre a Espanha e sobre os espanhóis que perduraram ao longo dos séculos XIX e XX. Esse imaginário foi criado a partir de três principais representações: a da conquista espanhola com um processo genocida; a do caráter perverso dos espanhóis; e o da necessidade, por vezes extermínio, dos imigrantes espanhóis (*gachupines*). O autor explica que as recorrentes expressões antiespanholas que se apresentaram, mesmo após a independência mexicana (1821), confirmavam que a xenofobia tinha se convertido em um elemento fundamental do processo de edificação da identidade nacional em um mito. O discurso hispanóforo foi utilizado como uma arma política — gerando manifestações violentas — observada durante os primeiros anos de vida republicana e independente em virtude das diversas leis de expulsão de espanhóis escritas e reeditadas nos anos de 1827, 1829 e 1833¹³⁸.

Em el México del siglo XIX bastaba ser español para convertirse *ipso facto* em sospechoso: de ser um conspirador, um esplotador, um ambicioso. Em buena medida, esta forma de concebir al español era el resultado de una visión histórica sobre la época colonial. Construida desde principios del siglo XIX em el contexto de la guerra de independencia, esta interpretación fue estendiéndose, al expresarse em obras historiográficas, em libros de texto, ena la prensa y em los discursos cívicos¹³⁹.

Os exemplos desses países latino-americanos colonizados por nações europeias estão alinhados à perspectiva brasileira em relação a imigração portuguesa no pós-independência. As posturas, os discursos, as práticas e os movimentos xenófobos praticados por essas sociedades demonstram que a circunstância brasileira estudada neste trabalho não foi única, nem original. Esses exemplos, assim como o do Brasil, revelam alguns aspectos daqueles conceituados por Anderson e Fanon sobre o nacionalismo anticolonial, mas diferente do que definem os autores, esses países utilizaram os discursos nacionalistas — de caráter xenóforo e nativista — para se libertarem não apenas politicamente e economicamente de suas metrópoles, mas também para

¹³⁸ Landazavo, Marco Antonio. (2005). Imaginarios encontrados: el antiespañolismo em México em los siglos XIX e XX. *Tzintzun: Revista de Estudios Históricos*, v.1, n. 42, p. 35.

¹³⁹ Idem, p. 37 e 38.

construírem uma identidade nacional própria, desvinculada da memória, da história e da cultura dos seus ex-colonos.

2.3 Brasileiro ou português? questões sobre cidadania pós-Independência

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia¹⁴⁰.

A constituição de 1824 previu que a definição do que era ser cidadão brasileiro impôs o entendimento de que os portugueses domiciliados no Brasil na data da Independência eram nacionais, por isso mostrava que o debate era mais complexo do que a vinculação ao local de nascimento. A necessidade de determinar o que era ser brasileiro, logo após a separação com a metrópole, perpassava pela formação de uma identidade da nação brasileira que a pouco tempo tinha garantido a sua autonomia. A determinação de quem eram os cidadãos nacionais fez parte do debate na Assembleia Constituinte de 1823, quando foram definidos pela primeira vez os requisitos necessários para que os estrangeiros, particularmente os portugueses, pudessem obter a carta de naturalização. Gladys Ribeiro destaca que, nesse período, o ser português e o ser brasileiro consistiram em construções políticas que extrapolavam o local de nascimento e cujo sentido poderiam, até mesmo, variar de uma província para outra¹⁴¹.

A questão da cidadania, para Martha Vieira, desde o processo de emancipação política do Brasil, suscitou controvérsias entre intelectuais e parlamentares, pois para definir o que era ser brasileiro era preciso distinguir o nacional do estrangeiro. Essa elaboração se desenvolvia em conjunto com o estabelecimento de uma identidade jurídico-política que exigia o entendimento do amálgama de sentimentos de pertencimento entre indivíduos de todas as

¹⁴⁰ *Constituição Política do Imperio do Brazil*. (1824). Título 2º: Dos cidadãos Brasileiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em março de 2021.

¹⁴¹ Ribeiro, Gladys. (2002). *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Faperj.

comunidades (províncias) espalhadas pelo Império. No entanto, como foi discutido no capítulo 1, até as primeiras décadas do século XIX, a identidade era mais vinculada à realidade regional do que ao contexto nacional¹⁴².

A definição de cidadão, apresentada pela Constituição, gerou, nos anos que seguiram a Independência, intensas discussões que marcaram os processos de garantia da naturalização, cidadania e direitos no Brasil. Nos discursos sobre o tema, travados na imprensa periódica¹⁴³, nas obras de autoria de pensadores da nação e nos espaços de discussão jurídica, as rivalidades e as rixas eram impulsionadas como fator de diferenciação entre os habitantes do Brasil e de outros países, principalmente Portugal¹⁴⁴. Uma amostra da dificuldade em estabelecer a distinção entre portugueses e brasileiros foi observada nas manifestações dos membros da Assembleia Constituinte, em 1823, nas quais os parlamentares acabavam por contornar questões sobre a concorrência pelos empregos públicos, principalmente em cargos representativos, que poderiam gerar modificações nas diretrizes do Estado em formação¹⁴⁵.

A animosidade no debate sobre cidadania, em especial na diferenciação entre brasileiros e portugueses, estava representada na Constituinte na elaboração de projetos que previam, por exemplo, a naturalização limitada aos estrangeiros e a proibição dos naturalizados de assumirem cargos de representação nacional. Dessa forma, Martha Vieira afirma que, diante o contexto conturbado e instável de criação de normas, a naturalização de estrangeiros era vista como um “hábil instrumento legal, passível de ser empregada, pelo grupo dominante, para tornar legítima a exclusão de indivíduos, identificados como portugueses, não só da arena política, mas também de algumas atividades comerciais”¹⁴⁶.

¹⁴² Vieira, Martha. (2006). Antilusitanismo, naturalização e disputas pelo poder no Primeiro Reinado. *Métis: história e cultura*, v.5, n.10, p. 87-99.

¹⁴³ De acordo com Lúcia Maria Neves, o acirramento do debate sobre a delimitação da cidadania brasileira foi corroborado pela imprensa dos anos 1820, que difundiam os ideais da ilustração, do liberalismo e do constitucionalismo, baseados nos modelos das cartas magnas francesa, espanhola, portuguesa, estado-unidense e na Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão. *Vide* Neves, Lúcia Maria. (2001). O liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas, 1820-1823. In: Guimarães, Lúcia Maria Paschoal (Org.). *Liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan.

¹⁴⁴ Ribeiro, Gladys. (2002). *A liberdade...cit.*

¹⁴⁵ Vieira, Martha. (2006). *Antilusitanismo...cit.*

¹⁴⁶ Vieira, Martha. (2006). *Antilusitanismo...cit.*, p. 91.

A Constituição do Império — que buscou a conciliação entre o liberalismo e a escravidão — distinguiu a cidadania da nacionalidade, instituindo três categorias de cidadão: o ativo, que tinha o direito de voto e de ser eleito; o votante, que possuía apenas o direito de votar; e o passivo, que não detinha as habilitações necessárias para participar do exercício de poder. Nesta última categoria estavam incluídos a maioria da população, tanto nacionais como estrangeiros naturalizados¹⁴⁷. O direito à cidadania política estava vinculado à posse de propriedade e à liberdade individual, com o objetivo de restringir o acesso de certos indivíduos aos cargos públicos. Todavia, os portugueses já possuíam posição jurídica diferenciada dos demais estrangeiros quanto a participação na Assembleia Constituinte. Desde junho de 1822, pela decisão de número 57, havia previsão legal sobre o direito do português de se tornar deputado na Constituinte brasileira. A referida decisão determinava que a nomeação de um português ao cargo dependia de 12 anos de residência no território com sua família, além de “reconhecidas virtudes, verdadeiro patriotismo e decidido zelo pela causa do Brasil”¹⁴⁸, limitando a eleição dos nascidos em Portugal à Constituinte.

Em meio a esse processo de diferenciação, representados nos âmbitos jurídico-político e identitários, duas correntes de pensamento liberal se construíam no seio da elite intelectual: a dos brasileiros de nascimento, que desejavam um governo baseado na soberania popular com a forte presença do legislativo, e a dos portugueses, que de forma mais moderada imaginavam o desenvolvimento da nação por meio da manutenção das prerrogativas monárquicas¹⁴⁹. A desavença política gerada por esses grupos atravessou todo o Primeiro Reinado, colocando a problemática da naturalização de estrangeiros entre os principais temas de discussão jurídico-política no Brasil.

A regulamentação sobre a matéria só foi debatida na Câmara dos Deputados no ano de 1832, quando o projeto de naturalização tinha como

¹⁴⁷ No que diz respeito à cidadania, a Constituição do Império excluiu determinados segmentos sociais, como os libertos, que, mesmo preenchendo os critérios censitários, estavam proibidos de exercer os direitos políticos, já que para ser eleitor era preciso ser ingênuo. Em: Idem.

¹⁴⁸ Decisão nº 57, de 19 de junho de 1822, a que se refere o real decreto de 3 de junho do corrente ano que manda convocar uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa para o Reino Unido do Brasil. Jobim, Nelson; Porto, Walter. (1996). *Legislação Eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. vol. I. Brasília: Biblioteca do Senado Federal. p. 37.

¹⁴⁹ Neves, Lúcia Maria. (2001). *O liberalismo...cit.*

argumento a admissão de cidadãos úteis aos serviços públicos, à literatura e à povoação do vasto território brasileiro¹⁵⁰. Mas a instabilidade política no período regencial fomentou a suspeita dos parlamentares em relação ao projeto, com alegação de que a naturalização apenas favorecia os portugueses, franqueando “meios de serem cidadãos brasileiros aos indivíduos que compõem a força do dito príncipe¹⁵¹. A concorrência para atuar na arena política — disposta nas determinações de normas jurídicas relativas a concessão de cidadania brasileira a estrangeiros — aconteceu porque para impor visões de mundo, atribuir sentido às relações de poder e promover consensos era necessário exercer um cargo político de direção no país¹⁵². Impor visões de mundo poderia significar a disseminação de ideias que fossem contra a Independência, com o objetivo de reinstalar a lógica colonial mediante fragmentação territorial e de pensamento, perspectiva que dificultava a formação de um pensamento nacional e soberano.

O estatuto do português no Brasil, que ao longo de uma década (1820-1830), além de ser alterado três vezes — saindo de súdito do Reino Unido, passando por brasileiro adotivo e chegando a imigrante estrangeiro —, também trouxe mudanças jurídicas para a sua permanência e entrada no país, bem como para a aquisição de cidadania. A partir de 1830, os portugueses recém-chegados já não eram tratados como irmãos de sangue sob o ponto de vista legal, pois deveriam se submeter às mesmas regras dos restantes imigrantes. Mas, em 23 de outubro de 1832 foi determinado que para se naturalizar brasileiro era necessário ser “possuidor de bens de raiz no Brazil, ou nelle tem parte em fundos de algum estabelecimento industrial, ou exerce alguma profissão util, ou em fim vive honestamente do seu trabalho”¹⁵³. Tal condição mostrava o tipo de português que se desejava atrair para o país — em um esforço presente no conteúdo da norma para incentivar a ida de trabalhadores livres —, a gerar uma maior aceitação dos imigrantes que queriam fixar-se no Brasil pelas autoridades legais fiscalizadoras. Os anos que seguiram revelaram uma facilitação no

¹⁵⁰ Câmara dos Deputados. (1832). *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia H. J. Pinto. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28399>>. Acesso em dezembro, p. 185.

¹⁵¹ Idem, p. 186-187.

¹⁵² Vieira, Martha. (2006). *Antilusitanismo...cit.*

¹⁵³ Artigo 1º, inciso 5º da lei de 23 de outubro de 1832 (legislação informatizada). Do original: *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1832*, p. 116, vol. 1, pt. I. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37324-23-outubro-1832-563838-publicacaooriginal-87885-pl.html>. Acesso em março de 2021.

processo de alcance da nacionalidade como “instrumento promotor de imigração de trabalhadores para o Império”¹⁵⁴.

Para além do debate político-jurídico sobre o que era ser um cidadão brasileiro — dotado de deveres e direitos civis, e diferente do “outro”, em um esforço normativo para considerar o português como estrangeiro —, notou-se ao longo do século XIX a tentativa de reconhecimento da formação étnica e cultural particular do brasileiro. As discussões com teor científico sobre as raças tornaram-se frequentes no Brasil a partir da década de 1870, quando intelectuais e políticos consideravam importante ressaltar os vínculos “filiais” entre Brasil e Portugal para incentivar a imigração de portugueses, com o objetivo de “aprimorar a raça brasileira”¹⁵⁵, em detrimento da mistura proveniente da África. Outra vantagem da imigração portuguesa para esses intelectuais era sua substituição como mão de obra livre na crise do esgotamento do escravismo. Além disso, os portugueses, diferentemente dos italianos e germânicos, representavam e permitiam a manutenção da “brasilidade”, que para os pensadores da época poderia estar sendo ameaçada com o traslado de trabalhadores de terra de outras nacionalidades.

Ainda assim, era por meio da distinção que se revelava a singularidade do brasileiro diante do português, por outro lado, em um primeiro momento, o reconhecimento da participação negra e indígena foi relativizado, pois era apenas a herança portuguesa que vinculava o brasileiro à Europa, que era o continente por excelência “dotado de civilização”, principal parâmetro a ser seguido pelo Brasil¹⁵⁶. Nesse contexto, em meados do século XIX, adensaram a construção de narrativas com teor nacional, com e sem a chancela do Estado, que objetivavam de forma pedagógica de transmitir ideias sobre o Brasil.

2.4 As primeiras narrativas nacionais brasileiras

¹⁵⁴ Mendes, José Sacchetta. (2010). “Somos da América e queremos ser americanos”: relações Brasil-Portugal e antilusitanismo na fundação da República. *Revista do IHGB*, v. 172, n. 452, p. 115.

¹⁵⁵ Mendes, José Sacchetta. (2009). Lei e etnicidade no Brasil: entre a lusofobia e o favorecimento jurídico dos portugueses. *Ciência e Cultura*, v. 61, n.2, p. 58.

¹⁵⁶ Khaled, Salah. (2010). *Horizontes identitários...cit.*

O processo de Independência, como salientado no início do capítulo, foi o ponto de partida para a elaboração de um sistema ideológico, que deveria ter como base a ideia de nação, estimulada pela contínua construção de uma história nacional e, conseqüentemente, de uma historiografia que a consagrasse¹⁵⁷. No campo ideológico, a formação dessas ideias de Brasil mostrou seus desdobramentos a partir da aceitação do pensamento de viés conservador, vinculado ao “enraizamento histórico-social da doutrina e da ação conservadora da contrarrevolução francesa”¹⁵⁸. Essa concepção conservadora e conciliatória sobre o Brasil — responsável por determinar o quadro político-ideológico dominante no período Imperial — foi introduzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e ganhou forças nas primeiras narrativas nacionais construídas ao longo das primeiras décadas do século XIX, só demonstrando modificações com a instauração da República.

A construção da identidade nacional brasileira, em conformidade com a de outros países, se consolidou a partir da formulação de uma história própria, na qual exigiram invenções e interpretações sobre o passado, sobre o povo, sobre os conflitos, denotando alterações e acomodações. Dessa forma, notou-se, principalmente quanto à relação com a história de Portugal — mais antiga e fortalecida que aquela que se construía sobre o Brasil —, um processo cuja identidade constantemente se edificou e se reformou, numa tentativa recorrente de harmonização das contradições internas e incorporação das diferenças externas. O Brasil, a partir desse esforço, começou a adquirir uma nova fisionomia, da qual se permitia a constituição de uma nação alicerçada no “progresso conservador” em prol da conservação de uma suposta unidade, estabilidade e densidade formadora da identidade nacional.

Para a intelectualidade responsável por elaborar as primeiras narrativas nacionais, o Brasil deveria estar prefigurado historicamente desde a colônia e esse passado era a forma de firmar-se como país e nação, com integridade e território bem estabelecidos. No entanto, a identidade colonial apresentava uma característica intensa de heterogeneidade, representada pela regionalização, e o único laço aparentemente comum a ser explorado e capaz de manter coesão era a conexão com Portugal. Houve, dessa forma, um esforço para ultrapassar

¹⁵⁷ Mota, Carlos. (1999). *Viagem Incompleta...*cit.

¹⁵⁸ Idem, p. 205.

a pluralidade étnica e cultural, o poder pulverizado e as questões da população segregada socialmente para integrar ao projeto de nação uma perspectiva de horizonte identitário, na qual a lógica dos pensadores oitocentistas gostariam de ver realizado¹⁵⁹.

Consagrar-se-ia, para que o esforço dessa elite intelectual fosse bem-sucedido, vocação científica e vocação nacional que somadas assumiriam a tarefa de construir um passado comum para a nação, discursivamente e chancelado pelo Estado. Como afirma Nilo Odalia, coube ao Estado “a dimensão de um poder educador, sua face mais odiosa, a de força repressora, camufla-se e se torna mais poderosa, pois sua ação é mais insidiosa. Ele passa a ser confundido como o lugar privilegiado, o manancial de onde emanam as condições políticas e intelectuais para a constituição da Nação”¹⁶⁰.

2.4.1 Espaços de construção da narrativa nacional: IHGB e os Gabinetes Portugueses de Leitura

Em 1838, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como espaço oficial no conteúdo e na forma responsável por criar uma narrativa nacional brasileira, que deveria atribuir “sentido, significado e unidade ao todo heterogêneo da nação, garantindo a adesão e fidelidade dos cidadãos”¹⁶¹. O instituto — ao assumir o seu caráter científico e manifestar função eminentemente pragmática — deveria promover, a partir dos estudos históricos, o desenvolvimento de uma consciência nacional, tornando-se o espaço por excelência de aceleração da história brasileira, que precisava alcançar a europeia na formação de um passado comum, um território delimitado e uma cultura nacional, com intuito de erradicar as diferenças por meio de uma narrativa.

O IHGB, por meio da cientificidade histórica e com a chancela do Estado, se empenhou em edificar o relato fundador de identidades, significados e orientações que fosse capaz de engendrar sentido para o presente e para o futuro, baseando-se em um projeto de cunho ideológico, político e pragmático.

¹⁵⁹ Khaled, Salah. (2010). *Horizontes identitários...*cit.

¹⁶⁰ Odalia, Maria. (1997). *As formas...*cit, p. 111.

¹⁶¹ Khaled, Salah. (2010). *Horizontes identitários...*cit, p. 50.

O trabalho do IHGB estava associado à manutenção da ordem e da afirmação do poder estatal e mostrava o passado e a memória de uma realidade social específica: a do colonizador português. No movimento de definição do que era o Brasil, fixou-se também o que era o outro em relação a esse país. Em um processo próprio do caso brasileiro, as ideias para a nação — ainda nesse primeiro momento — não se assentavam sobre a oposição direta à metrópole. A nação brasileira passa a se identificar como perpetuadora da “tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa”¹⁶², permitindo que o Estado, a ideia de Brasil e a Coroa estivessem em unidade no teor da discussão historiográfica sobre a problemática nacional oitocentista.

A leitura histórica edificada como projeto pelo IHGB foi marcada pela função de elaborar e sustentar uma possível gênese da nação brasileira, inserindo-a em um contexto tradicional e conservador de civilização e progresso, baseado nos ideais iluministas. Para isso, como afirmou o primeiro secretário do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, os letrados

deste Instituto não só meditam organizar um monumento de glória nacional, aproveitando muitos rasgos históricos que dispersos escapam a voragem dos tempos, mas ainda pretendem abrir um curso de história e geografia do Brasil, além dos princípios gerais, para que o conhecimento das coisas da pátria mais facilmente chegue à inteligência de todos os brasileiros. Este ramo de estudo, tão necessário a civilização dos povos, faltava aos nossos patrícios¹⁶³.

Tal declaração, como notou Manoel Guimarães, revelava o interesse da instituição em manter relações estreitas com entidades nacionais ou internacionais semelhantes, apresentando-se como espaço central na discussão sobre a nacionalidade e incentivando a criação de mais institutos históricos pelo país. Com essas intenções, o IHGB demonstrava similaridade com os modelos europeus, principalmente o francês, ao projetar a expansão e capilaridade da instituição para as províncias, fortalecendo os instrumentos de coesão e homogeneidade necessários para a construção da nação brasileira.

Sustentado financeiramente, com ao menos 75% do seu orçamento provindo do Estado Imperial, o IHGB produzia uma historiografia com limitações e esforçava para se apresentar como uma instituição não-oficial e neutra sob a perspectiva político-partidária, com suas avaliações de teor científico-culturais.

¹⁶² Guimarães, Manoel Luís. (1988). Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. n.1. p. 6.

¹⁶³ Barbosa, Januário da Cunha. (1839). Discurso. *Revista do IHGB*, v.1, n.1. p. 16.

A produção historiográfica brasileira, portanto, diferentemente da Europa — que desenvolvia o processo de escrita e disciplinarização da história dentro do espaço universitário —, via-se sendo formada dentro dos “muros da academia de tipo ilustrado, de acesso restrito, regulamentado por critérios que passam necessariamente pela teia das relações sociais e pessoais”¹⁶⁴. Assim, o papel do Estado Imperial tornou-se o baluarte na construção da narrativa nacional e a partir do qual se reflete a história do Brasil.

Após 1849, já com instalações inauguradas no Paço da cidade do Rio de Janeiro, o Instituto passou a dar como prioridade não mais a coleta e o armazenamento de documentos, mas a produção de trabalhos nos campos da história, da geografia e da etnologia. O vínculo com a entidade imperial aumentou, tendo a presença do Imperador de forma mais assídua e interventora nos temas de discussão e reflexão sobre os prêmios para os trabalhos de natureza científica. Tal aproximação do monarca com o Instituto marca o estreitamento das relações entre intelectuais, responsáveis por erigir a história nacional, e o Estado monárquico, representando uma tradição portuguesa de manutenção da associação entre o Estado e os espaços intelectualizados. A concessão e a organização de prêmios, o apoio a expedições científicas, a coleta abundante de materiais e a produção de saber sobre o país levaram o Instituto a fornecer bases seguras para a criação e consolidação do projeto de escrita da história nacional. História essa que revelava aspectos mais amplos que os fatos de natureza política, pois intencionava marcar o registro e a memória de uma imagem particular sobre a nação brasileira em todos os seus contornos. Desse modo, pôde pensar o IHGB como o “locus privilegiado, naquele momento, a partir de onde se ‘fala’ sobre o Brasil”¹⁶⁵ e o “lugar responsável por orientar os brasileiros a encontrarem os caminhos que levavam a honra e a glória nacional”¹⁶⁶.

Os Gabinetes Portugueses de Leitura (GPL) eram instituições de cunho literário criadas por portugueses liberais no Brasil, que tinham como propósito

¹⁶⁴ Guimarães. (1988). *Nação e civilização...*cit, p. 9.

¹⁶⁵ Idem, p. 14.

¹⁶⁶ Peixoto, Rafael. (2009). Em defesa da Nação: os membros do IHGB e a busca pela glória e dignidade para o Brasil. *Revista do arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro*. n. 3. p. 144.

“restaurar a glória literária da pátria portuguesa”¹⁶⁷ no pós-Independência. O primeiro GPL foi inaugurado em 1837 na cidade do Rio de Janeiro e a sua intenção era fazer frente à cultura francesa que se despontava na sociedade carioca do período. Buscou-se criar uma instituição, análoga a uma biblioteca, mas que possuía um caráter associativo e que também fosse capaz de “oferecer ao emigrado uma espécie de embaixada cultural lusitana, onde poderiam dispor das publicações em sua língua vernácula”¹⁶⁸. Fabiano Azevedo relembra que a criação de um espaço como o GPL no Rio de Janeiro, destinado à cultura e à instrução sobre Portugal e na língua portuguesa, tornou-se causa de orgulho e honra aos imigrados portugueses, afinal, a realidade portuguesa era vista naquele momento como sinônimo de atraso em comparação à cultura e intelectualidade francesa.

De forma não tão direta como o IHGB, circunscrito no binômio saber/poder, o GPL também assumiu como função edificar uma narrativa nacional na qual prestigiava a posição de Portugal nos laços entre os países. O GPL apresentava, portanto, importância na construção e manutenção da história e da memória portuguesa no Brasil, fortalecendo o patriotismo e a concepção positiva sobre a nação portuguesa, por meio da rememoração de um passado de glórias, questionado pelos acontecimentos a partir de meados do século XVIII. Nesse sentido, Fabiano Azevedo explica a posição do GPL do Rio de Janeiro na construção da memória portuguesa para imigrantes e brasileiros:

os restos de memória presentes nos livros com as narrativas quinhentistas tornaram-se meios de recuperar, dialética e pedagogicamente, o sentimento de continuidade entre o passado e uma época com muitas instabilidades políticas e sociais. No sentido halbwachiniano, os livros do acervo do GPL, com a história de Portugal, também significam a cristalização de uma memória social de lembranças que não subsistem¹⁶⁹.

Os modelos de discursos proferidos nos Gabinetes Portugueses de Leitura do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco tinham por intenção, como afirma Wilza Santos, exaltar a figura do português no Brasil, por meio de histórias

¹⁶⁷ Lima, Jorge Luiz. (2011). *Entre caminhos e lugares do livro: gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877-1919)*. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza, Brasil. p. 22.

¹⁶⁸ Azevedo, Fabiano. (2012). *A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: 1837-1888*. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. p. 63.

¹⁶⁹ Azevedo, Fabiano. (2012). *A memória...cit*, p. 94.

que dissertavam sobre personagens vangloriados por serem exemplos de vida, de orgulho e de sucesso. Tal modelo de português idealizado por essas narrativas mostrava homens distintos, honrados, caridosos, trabalhadores e benevolentes que serviam tanto a sua pátria-mãe quanto a terra que os acolheu. A autora, ao pesquisar sobre João Vicente Martins, criador do GPL de Pernambuco, notou que ele assumia essa posição de imigrante modelo, pois se preocupava em mostrar uma versão positiva da identidade portuguesa a fim de gerar tranquilidade na comunidade lusa no Brasil que estava abalada com as contestações dos últimos anos na província¹⁷⁰, mas também para demonstrar a importância da permanência desses imigrantes no Brasil. João Vicente Martins acreditava que a presença dos portugueses na América servia como forma de engrandecimento e fortalecimento da nova nação e, por isso, contribuiu para a reconstrução e ressignificação de discursos sobre a identidade do imigrante português no Brasil¹⁷¹.

Também no GPL de Pernambuco, por meio das ideias de João Vicente Martins, expunha-se a questão do fator étnico como definidor para a grandeza da nação, na qual o sangue português europeu do Brasil oferecia-lhe maior possibilidade de evolução e desenvolvimento. Por isso, os brasileiros não deveriam se esquecer dos benefícios que os portugueses fizeram no passado para a construção da nova nação. A unidade entre nacionalidades não estava apenas nas heranças étnicas, mas na língua e em muitos costumes, que deviam ser vistos sempre como notáveis e vantajosos pelos brasileiros. A autora afirma:

Defendeu ele [João Vicente Martins] que ambas as nações deviam se aliar contra o inimigo em comum, que era o governo inglês. Ou seja, não havia motivos para que os portugueses e os brasileiros se auto combatessem, pelo contrário, somente a união entre ambos os povos os tornariam fortes e dessa união e aliança em combate ao inimigo em comum, resultaria a felicidade recíproca. Martins alimentava a ideia de que o passado da nação brasileira recém-independente era um passado do qual ela podia se orgulhar. O povo brasileiro deveria fiar-se nesse passado, unir-se a ele e seguir com confiança rumo ao seu futuro¹⁷².

¹⁷⁰ A revolução praieira que ocorreu entre os anos 1848 e 1850 gerou um forte sentimento antilusitano em Recife, pela exploração dos portugueses no comércio varejista da cidade. Brasileiros acreditavam ser culpa dos portugueses comerciantes a causa do desabastecimento de comida na cidade, que passava por uma crise por conta da decadência da economia do açúcar.

¹⁷¹ Santos, Wilza Betania. (2018). *Identidades, Convivências e Histórias: os Gabinetes Portugueses de Leitura de Pernambuco e da Bahia (1850-1931)*. (Tese de Doutorado em História). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹⁷² Santos, Wilza. (2018). *Identidades...cit.*

Ainda com o objetivo de demonstrar a união entre brasileiros e portugueses, João Vicente Martins, no pronunciamento de abertura da instituição para o *Diário de Pernambuco*, disse que o GPL-PE atestava o sentimento fraterno entre as nacionalidades, como forma de desconstruir a ideia de que o português representava a figura do colono/explorador, alterando-a para a visão do imigrante-irmão que ajudaria na construção e avanço do país¹⁷³. Assim, o GPL surgia como um espaço de conciliação e pacificação utilizando-se da narrativa baseada na boa intenção dos portugueses em terras pernambucanas como “principal estratégia na negociação identitária utilizada na constituição daquela instituição”¹⁷⁴.

Em 1863, foi criado o Gabinete Português de Leitura da Bahia a partir da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesesseis de Setembro da cidade de Salvador. Nesse GPL havia a constante referência às expressões de patriotismo como forma de atenuar as crises enfrentadas por portugueses na província e também como modo de afirmação da identidade de seus associados. O reforço continuado sobre as glórias da pátria portuguesa era especialmente necessário nessa região, pois a defesa da baianidade era uma tradição fortemente nutrida desde as lutas nativistas e independentistas na Bahia. Wilza Santos explica que os discursos dos membros do GPL-BA mostravam uma espécie de negociação identitária, na qual eram destacadas as semelhanças entre os povos e a sintonia gerada pelos laços comuns, mas sem menosprezar as diferenças existentes entre as nações¹⁷⁵. Com o objetivo de estreitar as relações, argumentavam que a nova nação brasileira se assemelhava à mocidade portuguesa, pois estavam em acordo quanto aos seus costumes, índole, religião e idioma. A harmonia, portanto, devia ser valorizada tanto em âmbitos econômicos, em especial no comércio, quanto nos espaços domésticos.

Percebe-se, assim, que por motivações diferentes e com funções distintas, mas com intenções análogas, que atuavam esses espaços formadores de significado para as narrativas nacionais. Enquanto o IHGB se preocupava em edificar as narrativas nacionais brasileiras — seguindo os moldes europeus, posição conservadora e apoiando o monarca —, que fossem capaz de acolher

¹⁷³ *Diário de Pernambuco*, nº 256. Recife, 12 de novembro de 1850, p.1. Em: Idem, p. 150.

¹⁷⁴ Idem, p. 152.

¹⁷⁵ Idem.

a diversidade étnica, a soberania territorial e as diferenças regionais, os GPL`s ajudavam na (re)escrita da história e memória nacional por intermédio da definição da posição de Portugal no processo de formação da nação brasileira, seja pelos “feitos heroicos” durante a colonização, seja pela presença de imigrantes “qualificados e civilizados” no desenvolvimento do novo país.

2.4.2 As obras de Martius e Varnhagen: os moldes narrativos aprovados pelo Estado

As narrativas nacionais brasileiras, como já dito, teriam que contemplar diversas particularidades regionais que apresentassem unidade em questões como o passado colonial, o regime monárquico em afirmação, a permanência da escravidão e a presença de uma população mestiça. Assim, a escrita sobre a nação brasileira deveria constituir-se como um projeto em sintonia com o progresso conservador estabelecido a partir de moldes europeus, mas tendo que lidar com obstáculos que fugiam dos padrões de tais moldes. A elite intelectual do país necessitava, portanto, determinar um “marco fundador teórico”¹⁷⁶ que nortearia simbolicamente as linhas para a realização da narrativa nacional.

Coube ao IHGB a criação de um concurso acadêmico, em novembro de 1840, destinado a intelectuais que desejassem escrever um planejamento para a escrita da história do Brasil. Esse roteiro deveria não só superar os obstáculos descritos, mas também alcançar os modelos idealizados de civilização europeia. Em 1847, o bávaro Karl Friedrich Philippe von Martius ganhou a competição com o artigo *Como se deve escrever a história do Brasil*, que estabelecia as bases para a realização de uma história científica para a nação brasileira. O texto de Martius dava as primeiras pistas que permitiram a “elaboração de uma narrativa dotada de um enredo, de uma fisionomia própria para a nação”¹⁷⁷. A partir desse texto, o ganhador intencionava inaugurar uma memória coletiva para o Brasil,

¹⁷⁶ Khaled, Salah. (2010). *Horizontes identitários...*cit, p. 73.

¹⁷⁷ Guimarães, Manoel Luiz Salgado. (2000). História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. v. 7, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em março de 2021.

que estava vinculado às demandas do presente¹⁷⁸, e sinalizava um caminho para o futuro. Ou seja, por meio da construção histórica, o autor queria determinar as relações entre “espaços de experiência e horizontes de expectativas”¹⁷⁹.

A escrita da história brasileira, de acordo com a concepção do IHGB e a proposta de Martius, deveria ser compreendida como uma pedagogia política e se parecer com uma epopeia. Essa narrativa teria que ser construída respeitando os princípios racionais do método histórico, mas também ser capaz de gerar um sentimento de reconhecimento nos leitores, ou seja, o texto deveria saber combinar razão e emoção. Era necessário, assim, que uma verdadeira história do Brasil incluísse um retrato das mais diversas regiões do vasto território nacional, pois só assim conseguiriam imprimir à obra um atrativo particular para os habitantes das diferentes localidades do país, fazendo com que o leitor reconhecesse sua própria habitação e, dessa forma, “se encontrarão, por assim dizer, a si mesmos”¹⁸⁰.

No entanto, mais importante do que reconhecer e vangloriar a diversidade da natureza brasileira era ressaltar os três elementos étnicos presentes no país geradores de uma população miscigenada, que era a causa primordial para a definição de uma fisionomia nacional. Martius compreendia que a convivência harmônica entre as etnias era a condição *sine qua non* para emoldurar uma história que não transparecesse convulsões e crises de desunião.

Nunca por tanto o historiador da Terra de Santa Cruz hade perder de vista que a sua tarefa abrange os mais grandiosos elementos; que não lhe compete tão somente descrever o desenvolvimento de um só povo, circunscripto em estreito limites, mas sim de uma nação cuja crise e mescla actuaes pertencem á história universal, que ainda se acha no meio do seu desenvolvimento superior¹⁸¹.

Para isso, era preciso reconhecer que a formação peculiar do brasileiro serviu ao propósito de estabelecer uma distinção em relação ao português, e ao mesmo tempo notar que o vínculo entre os dois países era primordial, uma vez que —

¹⁷⁸ A memória, para Maurice Halbwachs e Michael Pollak, é um instrumento de reconfiguração do passado, um possível enquadramento dos acontecimentos já ocorridos a partir de demandas do presente. Halbwachs, Maurice. (1990). *A memória...cit*; Pollak, Michael. (1989). *Memória...cit*.

¹⁷⁹ Kosseleck, Reinhart. (2006). *Espaço de experiência e horizonte de expectativa*. In: Kosseleck, R. Futuro Passado. *Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ.

¹⁸⁰ von Martius, Carl Friedrich Philipe. (1844). Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 6. p. 401. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107700-revista-ihgb-tomo-sexto.html>>. Acesso em março de 2021.

¹⁸¹ von Martius, Carl Friedrich. (1844). *Como se deve...cit*, p. 398.

como já apontado anteriormente — é a herança portuguesa que liga o Brasil à Europa, continente da civilização. É nesse sentido que o autor destaca que “nos pontos principais, a história do Brasil será sempre a história de um ramo de Portuguezes”¹⁸².

Segundo Salah Khaled, o que Martius pretende com essa indicação, aparentemente dicotômica, não é contraditório. Apesar de reconhecer as contribuições negras e indígenas e afirmar que a mescla não é negativa, mas, pelo contrário, fortalece e engrandece a raça — a miscigenação brasileira aparece como um propósito predestinado pela própria Providência, como um desígnio divino —, Martius esclarece que a mescla é positiva já que pode resultar em uma espécie de eliminação das raças inferiores, pelas superiores¹⁸³. Ou seja, o que pretende Martius é assumir uma posição assimilacionista, na qual a “síntese através da miscigenação viria, efetivamente, a erradicar a diferença”¹⁸⁴. O modelo de reconhecimento e, depois, de anulação da diferença proposto por Martius era compreensível e necessário para que o Brasil pudesse ser pensado como um local com povo civilizado e em franco progresso, no qual a única referência vinha da Europa.

Ao ser premiado pelo IHGB por produzir as linhas mestras para a construção da história e da memória brasileira, Martius agradeceu e recebeu a chancela por perceber que o projeto de escrita da história deveria ser capaz de criar simbolicamente a nação desejada pelos construtores do Império, que necessitava de uma unidade alcançada somente pela história nacional. Desempenhada do ponto de vista político, essa história — concebida pela tradição como maestra da vida — tinha responsabilidade na produção e na educação do cidadão da nova nação¹⁸⁵.

O Brasil independente precisava, portanto, de uma história patriótica, monárquica e cristã que deveria lutar contra a fragmentação do território e das ideias, contra a agitação republicana e a desconfiança entre as províncias. Era necessária uma narrativa que realizasse um elogio ao Brasil por meio das ações de seus heróis portugueses, e, a partir daquele momento, cabia ao historiador

¹⁸² Idem, p. 398-399.

¹⁸³ Khaled, Salah. (2010). *Horizontes identitários...cit.*

¹⁸⁴ Odalia, Maria. (1997). *As formas...cit.*, p. 39.

¹⁸⁵ Guimarães, Manoel Luis. (2000). *História e natureza...cit.*

escrever, seguir e consolidar as formas, os traços e os pensamentos deixados por Martius.

A Francisco Adolfo Varnhagen foi dada a alcunha de Heródoto do Brasil, por ser responsável pela fundação da história brasileira, ainda que anteriormente outros tantos autores tenham se dedicado a ela. Apenas nos anos 1850, com a obra de Varnhagen, seguidora e orientada pelas linhas mestras de Martius, foi definida uma história do Brasil considerada completa, confiável, documentada, crítica e com posições explícitas. A *História Geral do Brasil (1854-1857)* foi a primeira capaz de refletir nova preocupação no Brasil com a história, com a memória nacional e com a documentação sobre o passado brasileiro, representado pelo espaço do saber por excelência da história no Brasil, o IHGB. Varnhagen também recebeu a alcunha, pois foi um dos primeiros historiadores no Brasil a utilizar de forma sistemática a pesquisa arquivística e o método crítico, baseado em Ranke. Tais instrumentos de análise científica, típicos do século XIX, aliaram-se a um sentimento patriota pelo país, apesar de ter nascido e vivido boa parte da sua vida em Portugal. O pensador aristocrata e conservador conseguiu a nacionalidade brasileira em 1841, mas seu amor pelo Brasil se confundia com a fidelidade à família real portuguesa e, por isso, defendia a ideia de um Brasil português, com governo imperial¹⁸⁶.

Para Nilo Odalia, Varnhagen está fortemente ligado ao racionalismo tecnocrático do Século das Luzes (século XVIII) — concepção que revela a ilimitada capacidade do homem de conduzir a sua própria história —, período no qual foram encomendadas projeções e soluções pelo século XIX brasileiro. O exemplo mais claro dessa relação de continuidade entre os séculos no Brasil são as visões sobre Estado e nação. Para o autor, esses dois conceitos não puderam abrigar, na sua totalidade, o povo que os constituía, mas pelo contrário, foram concebidos como tarefa de uma minoria intelectualizada, responsável por reger, orientar e corrigir um povo incapaz de entender e se reconhecer no seu destino. A continuidade encontrada entre séculos e disposta na narrativa nacional de Varnhagen acaba por funcionar como “um critério para ter-se a justa medida de um pensamento racionalista, que muda seus meios, suas formas, mas jamais

¹⁸⁶ Reis, José Carlos. (2003). *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

seus objetivos de dominação”¹⁸⁷. A responsabilidade de Varnhagen era de utilizar-se desses meios de dominação para construir uma história nacional que pedagogicamente ensinava o povo a evitar a desunião e o separatismo, por meio do passado e dos argumentos históricos racionais.

História Geral do Brasil, segundo José Honório Rodrigues, tornou-se um paradigma na cultura brasileira por três aspectos: “seu valor científico intrínseco; seu papel na construção de um determinado tipo de memória nacional e sua força na elaboração de uma matriz explicativa da história brasileira”¹⁸⁸. Por isso a ideia de escrever uma história geral que fosse capaz de imprimir uma visão coesa, um sentido uno, reunindo aquilo que estava disperso, em um movimento de buscar desde o período colonial o Brasil como entidade única. Assim, logo no início na obra, quando explica a nome dado ao país, Varnhagen demonstra a sua preocupação com a manutenção da integridade territorial, explorando a ideia de configuração conjunta desde as colônias portuguesas.

Mais tarde a denominação de BRASIL veio a fazer-se extensiva ao conjunto de todas as colônias portuguesas neste continente, as quais, emancipando-se, vieram a constituir o atual império brasileiro, hoje em dia um dos Estados de maior extensão no globo, de cuja superfície terrestre abrange proximamente a décima quinta parte¹⁸⁹.

O uso do termo extensão tem duplo efeito, tanto para afirmar a necessidade do país se manter unido quanto para revelar a importância do país, a partir do tamanho do seu território. A exaltação do país extenso, com natureza exuberante e solo fértil é uma tentativa de valorizar o espaço geográfico para que o brasileiro sentisse orgulho da sua nação. A extensão territorial, no entanto, não é descrita sobre a perspectiva da diferença regional, da particularidade local como exprimia Martius, pois não é a intenção de Varnhagen que o brasileiro se identifique com alguma localidade ou perceba os contrastes locais.

A visão da obra sobre o passado colonial brasileiro reflete o pensamento do seu autor e se mostra teleológica, no sentido de que a “nação, civilização e progresso descortinam-se como associações evidentes e demonstradas pela história”¹⁹⁰, na qual os acontecimentos durante os primeiros séculos já

¹⁸⁷ Odalia, Maria. (1997). *As formas...*cit, p. 35.

¹⁸⁸ Rodrigues, José Honório. (1988). *História da história do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 195.

¹⁸⁹ Varnhagen, Francisco Adolfo. (1959). *História Geral do Brasil*. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, p.13.

¹⁹⁰ Khaled, Salah. (2010). *Horizontes identitários...*cit, p. 122.

determinavam a formação de um grande império, preparado para se integrar ao rol das nações civilizadas. O esforço para o progresso foi feito pelos portugueses, que de forma heroica conseguiram enfrentar as dificuldades para conquistarem o território com batalhas contra as nações inimigas. Assim, a narrativa nacional contada por esse autor é uma exibição do caráter de glorificação dos feitos portugueses, pressagiado desde o período da colonização. Para Varnhagen, é nesse passado que se manifestam as bases para a formação de um grande império independente, possível apenas com a chegada dos portugueses e com o protagonismo que teriam ao longo do período colonial.

Do alto desse morro se descobria o mar fenecendo no horizonte; e os que, com o pensamento na pátria, sobre a superfície das águas estendiam saudosos os olhos, mal podiam imaginar a importância e grandeza da terra, compreendida dentro da demarcação ajustada em Tordesilhas, cuja existência iam revelar ao mundo civilizado. E menos por certo imaginariam que nessa terra, dentro de algumas gerações, se havia de organizar uma nação mais rica e mais considerável do que a mãe-pátria¹⁹¹.

Ao afirmar o esforço luso no contexto do achamento do país, Varnhagen acaba por desvalorizar a atuação indígena no território. A tomada de posse das terras, no que viria a ser Brasil, pelos portugueses não foi de forma violenta ou por meio de um processo de espoliação, mas foi a efetivação da propriedade já definida por chancela papal que era o Tratado de Tordesilhas. Para legitimar o processo de ocupação territorial, o historiador afirma que o número de nativos era pequeno e que suas tribos estavam em constante conflito. Os indígenas, que para ele eram descendentes dos egípcios, eram invasores no território brasileiro, predestinado — pela justiça divina — a ser espaço da Europa Cristã. O acerto de contas da Providência é evidenciado por Varnhagen pela própria característica da sociedade indígena de ser incapaz de formar e estabelecer um Estado centralizado e civilizado. É nesse sentido que Varnhagen enxerga a equiparação do processo de colonização ao de civilização, no qual se pretende a instalação de uma estrutura administrativa nos moldes europeus. Assim, a soberania e o estabelecimento do controle (autoridade) sobre o território tornaram-se uma missão cívica, bem como a colonização revela-se como ascensão da civilização sobre o caos, que possui preço alto, mas necessário para a formação da nação. Com esse argumento central, o autor justificou os

¹⁹¹ Varnhagen, Francisco. (1959). *História Geral...*cit, p. 70.

erros incontestáveis e inocultáveis dos feitos portugueses. Por isso, afirma José Carlos Reis,

o Brasil que ele vê integrar-se nesse momento não é um Brasil popular, mestiço, índio e negro; ele celebra o coroamento da dominação portuguesa e a colaboração da população nativa [...] aqui, não surgia o Brasil-brasileiro, antiportuguês que outros verão depois, mas o Brasil-português, a consolidação de fato do que o Tratado de Tordesilhas garantia como um direito de Portugal¹⁹².

A obra expõe claramente que os lusos colonos são os grandes responsáveis por forjar, com grande sacrifício, uma nova pátria, apesar dos conflitos e das adversidades locais e regionalizadas. O império coeso foi elaborado desde os tempos coloniais, quando iniciou a louvada expansão da autoridade centralizada que tinha como objetivo resistir aos inimigos comuns — em defesa da extensão territorial contra a tentativa de ocupação das outras nações. A *História Geral do Brasil* é geral, não só porque apresenta uma concepção total do território nacional, mas também porque pretende gerar o sentimento de unidade nos seus habitantes, estimulado pela solidariedade entre os cidadãos. Assim, como identifica Salah Khaled, a pedagogia nacional de Varnhagen não é sutil, já que ele se esforça, por meio da repetição, em convencer o leitor a se identificar como cidadão nacional, missão pragmática da sua obra.

Vai tentar fazer com que esse indivíduo se sinta parte de um todo ao qual deve filiação e lealdade sendo que a inobservância de tais deveres significa uma verdadeira afronta contra um passado de superação de adversidades por parte da nação¹⁹³.

Dessa forma, ainda para Salah Khaled, a nação coesa era elaborada na obra de Varnhagen a partir de três aspectos discursivos: político, que reforçava a autoridade estatal; subjetivo, com o vínculo entre o sentimento nacional e o esforço de resistência de manutenção da unidade por parte de todas as províncias; e geográfico, união e coesão a partir da integração territorial e da imposição da autoridade do estado sobre essas. A narrativa, portanto, impõe a seguinte ideia: Brasil, nação já existente antes mesmo da Independência, com união territorial e sentimento de pertencimento, com pouca ou nenhuma regionalização e heterogeneidade. Entender o Brasil colônia, a partir da perspectiva da obra *História Geral do Brasil*, é não revelar as diferenças e

¹⁹² Reis, José Carlos. (2003). *As identidades...*cit, p. 42.

¹⁹³ Khaled, Salah. (2010). *Horizontes identitários...*cit, p. 137.

singularidades. É procurar o enfraquecimento da identidade regional desagregadora em prol da unidade e coesão nacional. “A *História Geral do Brasil* é por excelência uma história que assassina a diferença em nome da unidade da nação”¹⁹⁴.

A história forjada no século XIX, configurada como uma narrativa nacional, tinha como característica ser pragmática por excelência, e a obra desenvolvida por Varnhagen, a partir dos referenciais do discurso de Barboza e do artigo de Martius, busca constantemente a agregação do que é disperso, por meio de estratégias narrativas de convencimento. Em um esforço pedagógico, procura-se persuadir determinando a figura do herói e do inimigo, sendo o herói o colono português e o inimigo as nações europeias, diferentes da portuguesa, que tentavam a ocupação do território nacional e alterar a identidade brasileira, com fortes laços portugueses. Percebe-se que o índio e o negro não entram nesse contexto binomial, demonstrando um instrumento narrativo de indiferença que não se apresenta no espaço da vitória ou da perda, mas no da assimilação. Ou seja, a estes não se reconhece a condição do outro, mas apenas alcança o momento do seu eventual desaparecimento em nome da manutenção da raça branca europeia portuguesa. A realidade descrita por Varnhagen tem como intenção e responsabilidade moldar a nacionalidade a partir de um padrão, “de um horizonte identitário imposto de forma verticalizada, de cima para baixo”¹⁹⁵, elaborado com a condição de legitimar uma hierarquia excludente.

¹⁹⁴ Idem, p. 139.

¹⁹⁵ Idem, p. 255.

Capítulo 3 - Conflitos sociais antilusitanos: as causas ligadas ao trabalho

A virada do século XIX para o século XX representou momento de grandes mudanças nos âmbitos sociais, políticos, culturais e econômicos no Brasil. Esses anos marcaram características decisivas que alteraram as lógicas do presente e que também determinaram os projetos e projeções para a construção do “horizonte de expectativas”¹⁹⁶ brasileiro. Em 1888, o Brasil tardiamente aboliu a escravidão e um ano e meio depois findou a Monarquia, dando espaço político e ideológico para a formação da Primeira República. O contexto gerado por tantas mudanças propiciou o surgimento de um discurso munido de promessas de igualdade e cidadania, num cenário de modernidade que se “impunha menos como opção e mais como etapa obrigatória e incontornável”¹⁹⁷.

Essa nova era brasileira, capaz de aceitar — seguindo os modelos europeus — o fim do trabalho escravo e coercitivo, o desenvolvimento da cidadania e a luta por direitos de inclusão, por meio da educação, parecia inaugurar uma nova forma de pensar e agir contra os modelos conservadores de hierarquia social estrita e excludente, que estavam ligados aos critérios de origem dos indivíduos. No entanto, como alerta Lilia Schwarcz, o que de fato apresentou-se como definição para a Primeira República brasileira foi uma retomada do projeto hierárquico, mas agora com nova roupagem: baseado na diferenciação racial.

Para a autora, o que gerou essa aparente mudança de comportamento foi o acesso de “pessoas de cor” a espaços e instituições consagradas, bem como a integração dessas em posições elevadas na hierarquia política. A sinalização para a inclusão de indivíduos, independente de sua etnia ou origem, provocou uma percepção de que o país aprendera a quebrar barreiras até então intransponíveis na sua pirâmide social. Entretanto, a abertura social — que

¹⁹⁶ Kosseleck, Reinhart. (2006). Espaço de experiência e horizonte de expectativa. Em: Kosseleck, R. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ.

¹⁹⁷ Schwarcz, Lilia Moritz (coord). (2012). *História do Brasil Nação: a abertura para o mundo (1889-1930)*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Objetiva. p. 19.

obteve movimento crescente ao longo do século XIX — foi contida pelos novos ideais sobre a alteridade racial, étnica, geográfica e sexual. Tais critérios que determinavam marcadores sociais da diferença foram condicionados pelas antigas hierarquias sociais, mas forjados nas concepções racionais e objetivas científicas. Em nome do desenvolvimento social e a partir da ideia de evolução biológica, o racismo científico estimulou uma exorbitância de características físicas que definiam a inferioridade e falta de civilização, estabelecendo o vínculo entre os aspectos “externos” do ser humano ao seu desenvolvimento “interno”. Como consequência desse pensamento, condenou-se, de forma generalizada, diversos setores da sociedade como os negros, mestiços e alguns tipos de imigrantes. Assim, de forma díspar da “suposta marcha evolutiva, única e mandatária” — que era o mote político e civilizatório por excelência da República que se lançava —, ocorreu uma “sobreposição de temporalidades e a afirmação de uma modernidade periférica”¹⁹⁸. O republicanismo radical, que surgiu logo nos primeiros anos do século XX, foi a mola propulsora de uma espécie de faxina social nos espaços urbanos brasileiros, resultando em diversos motins, revoltas e manifestações que denunciavam os extremismos em busca da civilização a todo custo.

As transformações no universo mental das classes dominantes a respeito da transição do trabalho escravo para o trabalho livre revelaram um esforço amplo e constante para a elaboração de uma nova concepção sobre a ética do trabalho. A nova forma de pensar o trabalho, a partir de um processo com intuito civilizatório, construiu uma ideologia baseada na etnia do trabalhador livre. O pensamento dessa classe perpassava pela percepção de que os libertos eram indivíduos que estavam despreparados para a vida em sociedade, pois a escravidão não lhes dera noções de justiça, ambição de fazer o bem e de obter um trabalho honesto. Segundo Sidney Chalhoub, pensava-se que os trabalhadores libertos tinham vícios provenientes dos seus estados anteriores e por isso não estariam civilizados enquanto não passassem por um processo de educação, criando hábitos do trabalho por meio da repressão, da obrigatoriedade e da manutenção e fiscalização da ordem. A ideologia civilizatória do trabalho procurou razões para justificar a sua obrigatoriedade nas

¹⁹⁸ Idem, p. 21.

classes populares e a encontrou, portanto, no discurso conceitual sobre o trabalho, dividido em etapas argumentativas. A primeira noção reforçou o trabalho como elemento fundamental e ordenador da sociedade, constituindo-se como lei suprema. O cidadão ao receber tudo por parte do Estado — como saúde, segurança, direitos individuais, liberdade, honra e outros —, devia retribuir com seu trabalho. Outro princípio que foi explorado é a relação entre trabalho e moralidade, fazendo a associação direta de quanto maior a dedicação e abnegação no trabalho, maior o seu compromisso e atributos morais. O hábito de trabalhar também deveria ser inculcado na sociedade. Fez-se, então, o elo entre a ação de trabalhar e a garantia de uma vida confortável, estável e feliz, por meio, principalmente, da obtenção da propriedade privada¹⁹⁹. Nos debates parlamentares é possível notar esse empenho por parte da classe política para garantir tais ideais, como observa-se nos comentários do deputado Mac-Dowel sobre o projeto de lei de Ferreira Viana a respeito da obrigatoriedade do trabalho para as camadas populares, principalmente para os libertos.

Votei pela utilidade do projecto, convencido, como todos estamos, de que, hoje mais do que nunca, é preciso reprimir a mendicidade desnecessária [...]. Nas circunstancias atuais do paiz, é preciso, é útil, esta medida de repressão. [...] corresponde o dever imperioso da parte do Estado de reprimir e oppor um dique a todos os vicios que o liberto trouxe de seu antigo estado, e que não podia o effeito miraculoso de uma lei fazer desaparecer, porque a lei não pode de um momento para o outro transformar o que está na natureza. [...] por esta forma a lei produzirá os desejados effeitos, será suprimida a vadiação, compelindo-se a população ociosa ao trabalho honesto, minorando-se o effeito desastroso que fatalmente se prevê como consequência da libertação de uma massa enorme de escravos, atirada no meio da sociedade civilizada, escravos sem estímulo para o bem, sem educação, sem os sentimentos nobres que só pode adquirir uma população livre e finalmente será regulada a educação dos menores, que se tornarão instrumentos do trabalho intelligente, cidadãos morigerados, uteis ao mesmo tempo a si e ao bem commum, e servindo de exemplo e edificação aos outros da mesma classe social²⁰⁰.

Observa-se também no excerto que, sendo o trabalho a lei suprema da sociedade, a ociosidade se torna, portanto, uma ameaça à ordem. O ocioso para além de não pagar a sua dívida com a comunidade, coloca-se à margem da sociedade porque nada produz para promover o bem comum. Um indivíduo ocioso não possui educação moral, não tem ideia de responsabilidade, não sabe o que é respeito pela propriedade e está condenado à perversão e ao vício. A

¹⁹⁹ Chalhoub, Sidney. (2012). *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp.

²⁰⁰Annaes do Parlamento Brasileiro. (1888). *Câmara dos Deputados: Terceira Sessão da Vigésima Legislatura. Volume VII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. p. 259-260. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/29899>>. Acesso em abril de 2021.

vadiagem representa um ato preparatório para o crime, já que sem os bons costumes ninguém é capaz de alcançar a consciência e o compromisso com a civilização.

Por conseguinte, a reconstrução do preconceito racial e nacional no pós-abolição inaugura diversas imposições aplicadas pelas classes dominantes com o objetivo de ajustar as massas populares às condições da luta pela sobrevivência. A imagem republicana ainda precisava mostrar que apesar das condições de oferta de força de trabalho, mantinha-se nas grandes cidades brasileiras a ordem e o progresso. Como explica Eulalia Lobo, o fim da escravidão liberou a mão de obra do campo para a cidade, “formando-se um mercado de trabalho com superabundância de oferta, na medida em que o afluxo de imigrantes veio reforçar o contingente dos libertos [...]”²⁰¹. Reuniu-se, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, um contingente populacional superior às vagas limitadas nos setores industrial e de serviços. Assim, as camadas mais pobres, que durante todo o período republicano foram engrossadas por migrantes internos e imigrantes estrangeiros, principalmente portugueses, disputavam com dificuldade espaços no mercado de trabalho sujeitando-se aos baixos salários e as más condições de vida.

Nesse contexto, no Rio de Janeiro do fim do século XIX e início do século XX, é possível perceber uma face da história da cidade para além daquela transparecida nas imagens elegantes dos passeios da rua do Ouvidor, tampouco nos cafés e confeitarias, como a Pascoal. Na chamada capital do progresso irrompiam rusgas por motivos raciais e nacionais, bem como conflitos que mostravam o desafio constante de certas classes pela sobrevivência, estando presentes os imigrantes portugueses em ambas manifestações. Essas tensões emergiam das situações cotidianas do trabalho e das questões vinculadas aos problemas de habitação urbana. Portanto, as rivalidades étnicas e nacionais tornaram-se expressões dos conflitos provenientes da concorrência no mercado de trabalho capitalista em desenvolvimento.

Sobre a imigração para a cidade do Rio de Janeiro, a que possuía números mais expressivos de lusos no país, afirma Lená Menezes:

²⁰¹ Lobo, Eulalia. (1981). Condições de vida dos artesãos e do operariado no Rio de Janeiro da década de 1880 a 1920. *Nova América. Università degli Studi, Torino*. n. 4, p. 301.

Por toda a cidade do Rio de Janeiro e áreas circunvizinhas, portanto, homens e mulheres, nascidos em diferentes regiões de Portugal, reimaginaram e recriaram identidades, da mesma forma que reviveram e consolidaram tradições: das referências culinárias às formas de vestir e construir, criando pontes materiais e simbólicas entre as duas margens do Atlântico²⁰².

A imigração portuguesa para o Brasil ao longo do período republicano representou um significativo impacto na vida das cidades brasileiras, caracterizando-se como o fluxo migratório mais importante e transformador da lógica social e econômica urbana no país. Esse tipo de imigrante tinha um perfil relativamente bem definido de homens solteiros em idade ativa, dispostos e necessitados para se tornarem força de trabalho na antiga colônia. Por isso, o luso foi a principal nacionalidade na substituição dos escravos no mercado de trabalho urbano após os anos 1890, momento caracterizado pelas crises econômicas, carestia e preços altos dos alimentos, baixos salários e consequente insatisfação popular. Nesse contexto, os portugueses imigrantes se tornaram os principais concorrentes, como patrões e como empregados, tanto no mercado de trabalho assalariado quanto nos setores do comércio e da indústria.

A cidade recebeu nos anos anteriores e seguintes à abolição da escravatura um número expressivo de imigrantes, juntando-se ao alto contingente de negros e mulatos que viviam na urbe suas primeiras experiências como trabalhadores livres. As estatísticas sobre a lógica ocupacional em 1890 mostram uma intensa marginalização no Rio de cidadãos não-brancos, causada em parte pela presença dos imigrantes europeus, principalmente portugueses. Sidney Chalhoub revela que

mais da metade dos 89 mil estrangeiros economicamente ativos trabalhava no comércio, indústria manufatureira e atividades artísticas, ou seja, os imigrantes ocupavam os setores de emprego mais dinâmicos. Enquanto isso, 48% dos não-brancos economicamente ativos empregavam-se nos serviços domésticos, 17% na indústria, 16% não tinham profissão declarada e o restante encontrava-se em atividades extrativas de criação e agrícolas²⁰³.

Aos lusos que chegavam ao Brasil interessava ocupar as cidades brasileiras em busca do enriquecimento, da autonomia e da conquista da

²⁰² Menezes, Lená. (2012). Imigração Portuguesa: lembranças de terras distantes. Tijuca e São Cristóvão como estudo de caso. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 6. p. 83.

²⁰³ Chalhoub, Sidney. (2012). *Trabalho...cit*, p. 81.

propriedade. No território americano não tinham laços afetivos e, por isso, boa parte da remessa adquirida e poupada tinha destino a antiga metrópole. Para acumular mais rápido, aceitavam baixos salários e trabalhavam muito em um mercado cada vez mais português, onde contavam com seus patrícios na admissão do emprego e na adaptação à cidade. O Rio de Janeiro tornava-se, assim, também a cidade dos “fadros, minhotos e alfacinhas”²⁰⁴.

3.1 Imigração portuguesa em massa e a naturalização de estrangeiros na República

Por que não tentar como meio de atrair afluência de imigrantes, de que irá cada vez mais carecendo o Brasil, por que não tentar a decretação de leis amplas, a cuja frente está a grande naturalização? A pequena não dá esperança alguma. O nível do sentimento nacional e do patriotismo não desce, não se rebaixa pela comunicação do título de cidadão conferido ao estrangeiro, principalmente havendo algum cuidado em contrastar as excessivas acumulações de uma só nacionalidade no mesmo ponto do país²⁰⁵.

O trecho acima escrito por Barão de Taunay, em 1886, já demonstrava a preocupação política com a grande naturalização de estrangeiros no Brasil, com o objetivo de inserir tais imigrantes como força de trabalho, pois se avizinhava o crescimento dos movimentos antiescravagistas, que acabaram por se consolidar com a abolição em 1888. No entanto, apenas após a instauração da República, em 14 de dezembro de 1889, o chefe do Governo Provisório, general Marechal Deodoro da Fonseca, estipulou, por meio de decreto, que os imigrantes radicados no país deveriam ser naturalizados de forma coletiva. O decreto nº 58-A determinava que aqueles que não tinham o desejo de ser naturalizados deveriam se manifestar contrários em um prazo de seis meses da publicação da lei. Aqueles que não se pronunciassem incorreria a concessão dos mesmos direitos civis e políticos dos nacionais, sem restrições²⁰⁶. Essa medida

²⁰⁴ Ribeiro, Gladys Sabina. (2017). *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Rio de Janeiro: Eduff.

²⁰⁵ Trechos do artigo escrito por Escagnolle Taunay no *Jornal do Commercio*, mas reproduzido no *Jornal O Paiz*, edição de 7 de dezembro de 1886, ano III, Rio de Janeiro. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_01&Pesq=naturaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfiss=3297>. Acesso em abril de 2021.

²⁰⁶ Decreto nº 58-A, de 14 de dezembro de 1889. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1889*. Vol. 1. p. 251 (Publicação Original). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-58-a-14-dezembro-1889-516792-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em abril de 2021.

republicana foi denominada de Grande Naturalização de 1889 e, como visto no excerto acima, já vinha sendo cogitada anos anteriores ao golpe militar de 15 de novembro.

A ideia de decretar a grande naturalização está explicada na própria lei, ao afirmar que:

assignalando o glorioso advento da Republica Brasileira, firmou os principios de igualdade e fraternidade que prendem os povos educados no regimen da liberdade e augmentam a somma dos esforços necessarios ás conquistas do progresso e civilização da humanidade²⁰⁷.

Nota-se no trecho que o governo esperava atrair europeus para o país, com o objetivo de preencher o mercado de trabalho e o comércio brasileiro com pessoas de alto “nível moral” e, assim, alcançar a civilização tão cara aos ideais republicanos. Também se destaca a intenção, na declarada “somma de esforços”, de valorizar as teses de branqueamento da nação, que espelhavam o pensamento científico da época. O projeto de incorporação da mão de obra branca e europeia à população brasileira exigia medidas de naturalização coletiva e tácita de estrangeiros, “como um instrumento jurídico rápido e eficaz de admissão à nacionalidade, em contraponto ao procedimento individual e declaratório previsto na lei anterior de naturalização, de 1843”²⁰⁸.

Segundo José Sachetta Mendes, estima-se que um contingente entre 300 e 310 mil estrangeiros já residentes no Brasil, em diferentes regiões, foram naturalizados pelo decreto de 1889²⁰⁹, dados que corroboram os números contados pelo Censo de 1890, que referenciou a existência de mais de 350 mil estrangeiros no país, entre naturalizados e não-naturalizados. O Recenseamento Geral de 1 de julho de 1890 também mostrou a entrada de mais de 100 mil novos imigrantes no Brasil nos 12 meses anteriores à publicação das

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ No decreto-lei anterior (nº 291), de 30 de agosto de 1843, para conseguir a naturalização brasileira era necessário tempo de residência no país de dois anos. A Lei nº 291 corroborava a regra antecedente, de 23 de outubro de 1823, que previa a naturalização de estrangeiros para aqueles que provassem: ser maior de 21 anos; ter princípios religiosos, fidelidade à pátria e interesse de fixar seu domicílio no Brasil; ser possuidor de bens, estabelecimento industrial, exercer profissão útil ou viver honestamente do trabalho no país. Em: *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1832*, Vol. 1 pt. I, p. 116.

²⁰⁹ Ver Mendes, José Sachetta. (2010). *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil*. Porto: CEPES. p. 152.

estatísticas²¹⁰. Com grande número de portugueses sendo naturalizados no país, o Governo de Portugal se pronunciou contrário, ainda que discretamente, pela nota de protesto de janeiro de 1893, que alegava a falta de base jurídica da medida que alterava a naturalidade de seus cidadãos fixados no Brasil. A documentação diplomática indica que o decreto não deveria basear-se no silêncio do cidadão estrangeiro, ou seja, na presunção de que o português imigrante escolheria pela nacionalidade brasileira, pois a naturalização em país estrangeiro só pode resultar por meio de ato positivo e voluntário²¹¹.

Entretanto, a problemática colocada pelo governo português de que faltava sustentação legal para a medida deixou de existir quando promulgada a Constituição Republicana em 24 de fevereiro de 1891. O conjunto de normas legitimou o texto do decreto de naturalização, afirmando no seu artigo 69º, inciso IV que “os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de Novembro de 1889, não declararem, dentro de seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem, serão considerados cidadãos brasileiros”²¹². Para além do decreto da Grande Naturalização e da sua confirmação pelo texto constitucional, o Brasil também facilitou a conquista da cidadania por estrangeiros com mais dois instrumentos jurídicos. Por meio do sistema federativo, segundo o Decreto nº 13-A, de 26 de novembro de 1889, era permitido que Estados Federados intercedessem na concessão da naturalidade brasileira para estrangeiros, descentralizando o processo e permitindo que os governos locais tivessem autonomia nas decisões sobre a naturalização. Também era possível que o estrangeiro obtivesse a naturalização de forma individualizada por meio de pedido expresso e voluntário, concessão chamada naturalização ordinária e que já ocorria desde a Independência do Brasil.

Com essas medidas de caráter político, ideológico e cultural e apoiadas agora em bases jurídicas, o Brasil dava sustentação para iniciar o período ápice de imigração em massa. Como informa o Anuário Estatístico do IBGE, ao longo

²¹⁰ *Anuário Estatístico do Brasil, de 1950 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf>. Acesso em abril de 2021. p. 23 e 55.

²¹¹ Circular reservada de Sebastião Rodrigues, cônsul geral de Portugal no Rio de Janeiro, aos vice-consulados e agências consulares no Brasil. In: Mendes, José Sachetta. (2010). *Laços de Sangue...cit*, p. 156.

²¹² Artigo 69, inciso IV. *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em abril de 2021.

do período republicano (1889-1930), todos os anos o país recebia mais de 10 mil estrangeiros, sendo que nos anos com maior número de entradas — como 1891, 1895, 1896, 1912, 1913 — contabilizaram-se mais de 160 mil imigrantes anuais. O ano de 1891, por exemplo, atingiu o apogeu no fluxo de imigrantes para o país com a entrada de 215.239 estrangeiros, porém o ano que o Brasil mais recebeu portugueses foi em 1913, com mais de 70 mil lusos entrando no território brasileiro. Em apenas 11 anos (1890-1900), portanto, os imigrantes que correspondiam a 2,5% da população brasileira passaram a representar 7,3%²¹³.

Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo em 1890, um quinto da população era constituída por lusitanos, com o número total de 106.461 portugueses, dos quais mais de 77 mil eram homens e menos de 29 mil eram mulheres. Os homens portugueses correspondiam a mais de 50% da população estrangeira na cidade, enquanto as mulheres portuguesas eram apenas 18% desse total. Os portugueses que adotaram a cidadania brasileira no Rio eram um total de 18% — 14% eram homens e 4% mulheres — e os brasileiros de origem lusa somavam 120.983 de mãe e pai português; 2.895 de mãe portuguesa; 37.325 de pai português. A grande maioria desembarcava na cidade ainda jovem, entre os 15 e 30 anos, prontos para ocupar os espaços no mercado de trabalho e para aceder à propriedade de imóveis na cidade.

No outro lado do Atlântico, a grande maioria de emigrantes saía essencialmente do Norte Litoral e o volume desse fluxo adensava a cada ano, subindo “gradualmente para as várias dezenas de milhar, para quase chegar ao patamar da centena de milhar por ano, nos inícios da segunda década do século XX”²¹⁴. Dentre as possíveis causas da emigração portuguesa, segundo a publicação no INE, o “desejo de melhorar de fortuna” era o motivo que prevalecia, representando a vontade de 17.547 emigrantes — para diversos destinos — em um total de 20.772, em 1901. Da mesma forma, prevalecia o mesmo motivo para os 12.434 emigrantes que saíam em direção ao Brasil no mesmo ano, de um total de 14.559. Em 1901, portanto, mais da 70% população portuguesa emigrada tinha como destino o Brasil e mais de 85% destes

²¹³ *Anuário Estatístico do Brasil...*cit.

²¹⁴ Alves, Jorge Fernandes. (2001). *Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa. Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais. p. 8. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9305/2/000064764.pdf>>. Acesso em abril de 2021.

emigrantes tencionavam ficar ricos²¹⁵. O excerto do jornal *Gazeta de Notícias* e as reportagens de *O Jornal*, ambos do Rio de Janeiro, mostram tal circunstância:

O “HIGHLAND GLEN” TROUXE MUITOS PORTUGUEZES

Proveniente de Londres, com escalas por Boulogne, Vigo, Leixões e Lisboa, às últimas horas da tarde de hontem, o paquete “Highland Glen” fundeu na Guanabara. [...]. A maioria desses passageiros é composta de trabalhadores portugueses que fugindo á miséria reinante no solo lusitano, para aqui e para os portos de Santos, Montevideo e Buenos Aires emigram²¹⁶.

O “SANTOS” CHEGOU REPLETO DE PASSAGEIROS

Sob o comando de O. Gusmão Fontoura, fundeu em nosso porto o paquete nacional “Santos”, vindo de Liverpool e escalas em Cardiff, Leixões, Lisboa e Recife, transportando 366 passageiros para o Rio, sendo que 14 viajavam em 1ª classe e 383 em 3ª. Em transito para o porto de Santos, viajam na unidade mercante nacional 365 passageiros na maioria trabalhadores portugueses, vindos de Leixões e Lisboa²¹⁷.

DE HAMBURGO CHEGOU O “RAUL SOARES”

Sob o comando do sr. Manoel Dias de la Veja, chegou, hontem á Guanabara o paquete brasileiro “Raul Soares”, vindo de Hamburgo e escalas do costume. [...]. Para Santos viajam no mesmo paquete muitos trabalhadores portugueses²¹⁸.

Após a segunda metade do século XIX, como sublinha Jorge Fernandes Alves, desenvolvem-se correntes imigratórias que tinham como finalidade, principalmente, o trabalho nas grandes plantações e nas grandes obras públicas, que progrediam paralelamente ao fluxo tradicional voltado para o comércio e serviços. O autor elucida sobre o sistema de engajamento emigratório em Portugal:

esta política de “engajamento” de colonos, desenvolvida tanto por particulares como por agências criadas para o efeito sob os auspícios do governo brasileiro procura atrair essencialmente jovens rurais ou casais com encargos familiares, de origem europeia, que se fixassem no interior e não cedessem à tentação de abandonar as situações contratuais e fugirem para as cidades. Se a principal direcção de recrutamento deste tipo de imigrantes se centrou nos Açores, para onde desde cedo se dirigiam veleiros em reciclagem do tráfico negreiro, também depressa chegaram ao Norte de Portugal, bem como a outros países europeus. As condições leoninas subjacentes a estes contratos, nomeadamente os adiantamentos de dinheiro ainda antes da partida que criavam dívidas com o objectivo de prender definitivamente os colonos ao fazendeiro, levantaram grandes clamores nos países de emigração (nomeadamente a Alemanha, mas também

²¹⁵ Direção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionaes. (1904). *Emigração Portuguesa: Anno de 1901*. Lisboa: Imprensa Nacional. p. 66.

²¹⁶ *Gazeta de Notícias*. (1920). O “Highland Glen” trouxe muitos portugueses. Ano XLV, n. 294. Rio de Janeiro, 24 de outubro, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&Pesq=%22trabalhadores%20portuguezes%22&pagfis=2523>. Acesso em outubro de 2021.

²¹⁷ *O Jornal*. (1922). O “Santos” chegou repleto de passageiros. Ano IV, n. 1187. Rio de Janeiro, 26 de novembro. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&Pesq=%22trabalhadores%20portuguezes%22&pagfis=10874>. Acesso em outubro de 2021.

²¹⁸ *O Jornal*. (1928). De Hamburgo chegou o “Raul Santos”. Ano X, n. 2960. Rio de Janeiro, 22 de julho. p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&Pesq=%22trabalhadores%20portuguezes%22&pagfis=27506>. Acesso em outubro de 2021.

Portugal), pelo que serão substituídas a partir dos anos 70 do século passado por políticas mais abertas e flexíveis de atracção de mão-de-obra imigrante, através de viagens pagas e de estímulos à fixação como encargos do governo brasileiro, contexto que favoreceu a grande vaga de emigração massiva que se desenrolou entre 1880-1914, essencialmente com origem nos países mediterrânicos, mobilizador das camadas rurais mais empobrecidas. É, por esta altura, que a emigração portuguesa, incapaz de fornecer a mão-de-obra camponesa suficiente para a economia do café, se sente ameaçada no seu relativo controlo do mercado de trabalho brasileiro, com a ameaça de predomínio de outras nacionalidades (particularmente a italiana). O Estado brasileiro toma então iniciativas ou legítimas acções particulares para a promoção de uma imigração que pretende orientar e controlar nos destinos geográficos e profissionais²¹⁹.

Conforme o autor, nota-se, assim, a existência de dois tipos diferenciados de imigração de portugueses para o Brasil, percebidos ao longo do século XIX. O primeiro, com enraizamento tradicional, estava ligado às relações de ancestralidade — simbolizadas na língua, nos laços sanguíneos e familiares e de vizinhança — e à dominação portuguesa em setores como o pequeno comércio e o comércio a retalho e como trabalhadores na construção civil, no sistema bancário e nos transportes. Esse tipo de imigração, de fixação urbana, atraía portugueses pelas suas vantagens proporcionadas pela recepção de seus patrícios e ajuda na inserção ao mercado de trabalho. O segundo tipo de fluxo tinha como destino as regiões mais interioranas do país, angariando trabalhadores para fazendas, que tinham como particularidade os baixos salários e a desqualificação do empregado.

O crescente aumento do número de imigrantes no Brasil, facilitado pelas estratégias jurídicas, pela ideologia em prol do trabalho e por políticas públicas de engajamento, geraram na sociedade brasileira um pensamento muitas vezes controverso em relação a esses estrangeiros. Entre eles, o alvo mais aparente eram os portugueses, não só pelas relações passadas com o Brasil — como a associação imediata dos portugueses ao retorno monárquico —, mas também, a partir daquele momento, por representarem o maior grupo de estrangeiros com maiores sentimentos de solidariedade entre conterrâneos e por ser a nacionalidade com maior poder de associativismo — recebendo o apoio de inúmeras instituições e de boa parte da imprensa no Brasil. Como ressalta Gladys Ribeiro, o português imigrante no período republicano gerava uma duplicidade de sentimentos na sociedade brasileira, ora possuindo uma imagem positiva, ora apresentando um estereótipo negativo. Para a elite e para governo

²¹⁹ Idem, p. 9.

republicano — que acreditavam na perspectiva da valorização do trabalho para o alcance do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, da modernidade civilizatória — o imigrante português era visto positivamente quando substituía a mão de obra escrava, porque representava o bom e ordeiro trabalhador, e que por ser branco e europeu era capaz de dar continuidade ao processo de branqueamento da população e de oferecer, do ponto de vista ideológico, a possibilidade de caracterizar o Brasil como o país do trabalho árduo, sem se esquivar das tarefas duras em busca do pão de cada dia.

Outro fato a destacar-se, no que diz respeito ao trabalho dos imigrantes no Brasil da Primeira República, é que sua chegada ao país representava a tentativa estatal de dar um novo significado ao trabalho, retirando-lhe o sentido degradante e violento da escravidão e associando-o ao caráter edificante e positivo do enriquecimento moral e material. Essa postura vale não somente para a imigração portuguesa, mas também para a de italianos, alemães, japoneses, sírio-libaneses e tantas outras etnias que desde então se fixaram no Brasil²²⁰.

Mas, para a população — em um primeiro momento representada apenas pelos trabalhadores, mas como se verá ao longo do capítulo, alcançando depois, também, setores mais altos da sociedade —, os lusitanos eram considerados usurpadores das escassas oportunidades de trabalho nas cidades e concorrentes dos nacionais na sua própria terra; também eram apontados como exploradores e aproveitadores quando possuíam comércio ou habitações para arrendamento²²¹.

3.2. O português trabalhador: disputas no mercado de trabalho

TRABALHADORES PORTUGUEZES

Precisa-se para se empregarem em uma fabrica próxima a esta capital, pagando-se bons ordenados; para tratar na rua Primeiro de Março n.17, 1º andar, das 10h às 4h da tarde²²².

CONSULADO GERAL DE PORTUGAL: AVISO

Chegou ao conhecimento deste consulado geral que, na cidade de Monte Alegre, Triângulo Mineiro, Estado de Minas Geraes, é dada colocação a quatro ou cinco

²²⁰ Oliveira, Carla Mary. (2009). O Rio de Janeiro da Primeira República e a imigração portuguesa: panorama histórico. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n.3. p. 161. Disponível em <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/10/e03_a5.pdf>. Acesso em abril de 2021.

²²¹ Ribeiro, Gladys Sabina. (2017). *O Rio de Janeiro...cit.*

²²² *Jornal do Commercio*. (1890). Ano 68. Edição 287. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_08&pasta=ano%20189&pesq=%22trabalhadores%20portugueses%22&pagfis=2191>. Acesso em abril de 2021.

trabalhadores portugueses, nas propriedades agrícolas de olaria, com ordenados que variam de 4\$ e 5 \$ para simples trabalhadores, a 6\$ e 7\$, diários, para oleiros práticos²²³.

Nas páginas dos periódicos *Jornal do Commercio* e *O Paiz*, entre os anos 1890 e 1920, ambos com maior tiragem na cidade do Rio de Janeiro, é possível encontrar dezenas de anúncios como os acima. Muitas vezes, procurava-se um tipo específico de trabalhador que desembarcava no Distrito Federal e que, disposto a acumular remessas de forma rápida, trabalhava arduamente para alcançar seus objetivos e retornar à sua terra.

A capital, à época, funcionava como uma vitrine do Brasil mundo afora, que se apresentava como local grandioso, eloquente e varonil, de desenvolvimento, evolução e progresso. Entretanto, era preciso confirmar a imagem do “rompimento do passado” com as reformas urbanas, e para isso foi necessária a imposição de uma lógica de modernidade industrializada, que acabava por estimular confrontos e conflitos entre a população mais necessitada da cidade. Como afirmam Sara Cruz e Lená Medeiros de Menezes, a proposta de modernização das urbes brasileiras se assentava em dois pilares: progresso e civilização mediante criação de um espaço central com ruas e avenidas largas — que davam acesso a teatros e comércio —; e a adaptação da sociedade ao novo sistema moderno e civilizatório. Nessa adaptação estava incluída a obrigação do trabalho, das exigências sanitárias, do controle social e cultural, que excluía os costumes e práticas de origem africana²²⁴.

As reformas na cidade do Rio de Janeiro iniciaram ainda nos primeiros anos de 1900²²⁵ e uma das suas prioridades era o enfrentamento ao crescimento

²²³ *O Paiz*. (1918). Consulado Geral de Portugal: Aviso. Anno XXXIV. Edição 12287. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&Pesq=%22trabalhadores%20portuguezes%22&pagfis=38988>. Acesso em outubro de 2021.

²²⁴ Menezes, Lená Medeiros. (1996). *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Cruz, Sara. (2013). *Emigração e expulsão: Repressão de anarquistas e comunistas portugueses no Brasil (1890-1930)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto.

²²⁵ “Entre 1903 e 1906, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro levou a cabo a maior reforma urbana histórica da cidade, realizada em conjunto com o Governo Federal: a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro. Nessa ação de reformulação urbana, por razões distintas, tanto o Governo Federal quanto o Governo Municipal procuraram articular um novo conjunto de imagens para a cidade por meio de suas intervenções arquitetônicas e urbanísticas. Tomando por base uma tradição de valorização da atividade estética que vinha da tradição da urbe imperial, esses governos, sobretudo o do prefeito Pereira Passos, buscaram criar, por meio do apelo visual dessas novas imagens, uma retórica de sedução que produzisse um enlevo no carioca e assim o imbuísse dos valores de civilização que desejavam inscrever no espírito desse cidadão”. Em:

de habitações populares no centro (como os cortiços e as estalagens), que — com a narrativa de manter as condições de salubridade e higiene — deveriam ser destruídas. Não foi prevista, no entanto, a realocação ou o realojamento dessas pessoas que acabaram por procurar as regiões periféricas do centro urbano, acentuando as precárias condições de moradia da população mais pobre. No Rio de Janeiro, essa camada da população recorreu às moradias nos morros, sem saneamento, distribuição de água e limpeza pública. Sobre as condições de habitação, Sara Cruz relaciona-a com a especulação imobiliária, na qual se envolveram imigrantes portugueses.

As cidades não estavam preparadas para receber um número tão elevado de pessoas e as habitações escassearam, logo, os proprietários aproveitaram a elevada procura para aumentar os preços — quem não podia pagar, sujeitava-se a condições degradantes de habitação. A isto somou-se a carência de gêneros alimentares, os baixos salários, e em certos períodos a falta de empregos.

A nova República mostrava a edificação de um novo momento na história brasileira, no qual o trabalho era uma importante base para a construção da modernidade urbana. Para dar um novo sentido ao ato de trabalhar era necessário que a representação do “trabalho escravo, degradante, vil, violento, coercitivo e brutal”²²⁶, que era do negro e do mestiço, fosse extinto. Por isso, naquele momento, o Brasil se tornava a imagem do território por excelência do enriquecimento de imigrantes brancos e europeus, visto como mais qualificados e preparados para ajudar na elaboração da nova nação civilizada dos trópicos.

A “terra da promessa”, com “vasto campo de exploração agrícola, de exploração industrial e comercial, insuficientemente povoado, prodigiosamente rico de toda sorte de matérias primas”²²⁷ mostrava-se como um bom destino para o fluxo migratório português em massa. É por isso que no Rio de Janeiro de 1890, os estrangeiros representavam 40% da força de trabalho total da cidade²²⁸ e em 1920, quando o recenseamento já discriminava os números de brasileiros e estrangeiros por setores ocupacionais, o comércio concentrava mais de 45 mil estrangeiros, seguindo-se a indústria de vestuário e toucador com 19.110, o

Azevedo, André. (2016). A grande reforma urbana do Rio de Janeiro e o apelo visual da urbe reformada como retórica e enlevo civilizador. *Revista Maracanan*, vol. 12, n. 14, p. 161.

²²⁶ Ribeiro, Gladys Sabina. (2017). *O Rio de Janeiro...cit*, p. 209.

²²⁷ Citação de Malheiro Dias em: Barros, João. (1919). *A aproximação luso-brasileira e a paz*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.

²²⁸ Lobo, Eulália Maria. (2001). *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec. p. 41.

serviço doméstico com 15.086, os transportes terrestres e aéreos com 12.115 e a indústria de edificação com 10.153 imigrantes²²⁹.

Os portugueses que chegavam nas cidades brasileiras vinham, principalmente, para trabalhar nos balcões dos bares, armazéns, sapatarias, quitandas, padarias, alfaiatarias, lavanderias e açougues e atuavam, também, como caixeiros e estivadores. Ou seja, na grande maioria das vezes ocupavam espaços de trabalho que não demandavam alta qualificação e que tinham como características serem serviços que exigiam muitas horas de trabalho e baixa remuneração. Como ressalta Carla Mary Oliveira, a motivação para vir ao Brasil ocupar tais cargos nessas situações específicas também estava relacionada às condições do país de origem.

Se considerarmos que a maior parte destas primeiras levas de imigrantes que chegavam à cidade era constituída por camponeses que fugiam da proletarização e do serviço militar obrigatório em Portugal, pode-se compreender os motivos que os levavam a aceitar tão facilmente ocupações que, à época, tinham como principal característica uma exploração degradante do trabalhador²³⁰.

As duras condições de trabalho, nas quais os imigrantes lusos se submetiam em busca de vida melhor no país, foi tema de textos em periódicos e crônicas não só no Brasil, mas também em Portugal. Raul Martins, correspondente de *O Comércio do Porto* no Brasil, explicava que o trabalho realizado por imigrantes no país nem sempre apresentava “compensações ao seu esforço e atividade”, pois “a luta em terras estranhas sempre foi áspera, sempre foi rude e brutal”, em um esforço para denunciar a vida difícil e os problemas passados pelos lusos trabalhadores no Brasil. Esclarecendo que na “conquista da fortuna num país novo” apenas “três ou quatro conseguem [...], chegar à tentadora meta da fortuna e do poderio”, o cronista, assim, desaconselhava os portugueses a emigrarem, pois considerava que não estavam preparados para “servir como caixeiros num armazém de secos e molhados, ou serem garçons num botequim”²³¹. João do Rio, cronista brasileiro, também revelava as circunstâncias do trabalho imigrante:

²²⁹ Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio (Directoria Geral de Estatística). (1920). *Recenseamento do Brazil: População do Rio de Janeiro (Districto Federal)*. Vol. 2, p. 124 Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6383.pdf>>. Acesso em abril de 2021.

²³⁰ Oliveira, Carla Mary. (2009). *O Rio de Janeiro...cit*, p. 153.

²³¹ Martins, Raul. (1928). A eterna ilusão da vida. *O Comércio do Porto*, n.º 31, ano LXXIII, de 7 de Fevereiro. p. 1.

Quando chega vapor, de novo removem o pedregulho para os saveiros e de lá para o porão dos navios. Esse trabalho é contínuo, não tem descanso. Os depósitos cheios sem trabalho de carga para os navios, os trabalhadores atiram-se à pedreira, à rocha viva. Trabalha-se dez horas por dia com pequenos intervalos para refeições, e ganha-se cinco mil réis. Há, além disso, o desconto da comida, do barracão onde dormem, mil e quinhentos; de modo que o ordenado da totalidade é de oito mil réis. Os homens gananciosos aproveitam então o serviço da noite, que é pago até de manhã por três mil e quinhentos e até meia-noite pela metade disso, tendo naturalmente, o desconto do pão, da carne e do café servido durante o labor. É uma espécie de gente essa que serve às descargas do carvão e do minério e povoa as ilhas industriais da baía, seres embrutecidos, apanhados a dedo, incapazes de ter ideias. **São quase todos portugueses e espanhóis** que chegam da aldeia, ingênuos²³².

Sara Cruz explana que até 1919 a legislação específica sobre os direitos do trabalho no Brasil era incipiente e por isso cabia às entidades patronais, indústria e fábricas determinar as regras e definir a regulamentação trabalhista. De forma geral, os trabalhadores não faziam descansos para além do momento da refeição e laboravam de 9h a 12h por dia. A utilização do trabalho infantil e feminino gerava a diminuição dos salários, incentivando a concorrência entre os trabalhadores. A Primeira Guerra Mundial piorou a situação salarial, provocando aumento dos preços de bens de primeira necessidade e, conseqüentemente, quebra da capacidade de consumo dos trabalhadores²³³.

Em meio a essas circunstâncias cotidianas do mercado de trabalho citadino, notava-se a recriação²³⁴ do antilusitanismo na República, atrelado, entre outras, às questões voltadas à resistência à imposição do pagamento salarial, por parte dos patrões — que ainda estavam habituados às relações de trabalho escravistas, e nos laços sociais que vinculavam patrões e trabalhadores

²³² Rio, João do. (1995). *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101365/alma_encant_ruas.pdf>. Acesso em abril de 2021. p. 114. (Grifo deste trabalho).

²³³ Cruz, Sara. (2013). *Emigração...cit.*

²³⁴ Utiliza-se a expressão “recriação”, em acordo com os autores Gladys Ribeiro e Paulo Terra, por referir-se a uma nova roupagem do antilusitanismo e na lusofobia já visualizadas no período do Império, mas também desveladas desde o Brasil colonial, representadas pelas rivalidades em entre antigos colonizadores ou naturais mestiços e os portugueses recém-chegados, como tratou-se no capítulo 1. Nesse contexto, destaca-se também o trabalho de Irene Vaquinhas, que revela, já nos anos 1870 na cidade de Belém do Pará, disputas entre as nacionalidades — com cariz nacionalista e antiestrangeiro — motivadas pela presença massiva de portugueses no comércio a retalho. O assassinato de comerciantes portugueses nesse movimento resultou em repercussões nas relações diplomáticas entre os países. Baseado em fontes da imprensa periódica da região e documentação consular, “este episódio, sumariamente descrito, foi o ponto de partida para uma série de desacatos contra a Colônia Portuguesa que, na década de 1870, ensanguentaram o Estado do Pará”. Em: Vaquinhas, Irene. (2013). “Fora galego!” Um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX. *Revista Estudos Amazônicos*, v.10, n.2, p. 218.

—, e à ideologia da disciplinarização no trabalho, que tinham o imigrante europeu como representante do bom e ordeiro trabalhador. Os conflitos entre nacionais e portugueses no mundo do trabalho estavam também relacionados à imagem que cada um correspondia no meio político republicano. Enquanto o português aparecia como sujeito trabalhador, ordeiro, obediente e pacato, o brasileiro pobre — já estigmatizado por ser, na maioria das vezes, negro, mulato ou pardo — era associado à preguiça, malandragem, vadiagem e subversão. Essas imagens resultavam na

clara predisposição por parte dos membros das classes dominantes em pensar o negro como mau trabalhador e em reconhecer no imigrante uma agente capaz de acelerar a transição para ordem capitalista. Em termos práticos, isso significava que os indivíduos que tinham o poder de gerar empregos tendiam a exercer práticas discriminatórias contra os brasileiros de cor quando da contratação de seus empregados. O forte preconceito contra o negro se combinava na época com a obsessão das elites em promover o “progresso” do país²³⁵.

Assim, nota-se que os trabalhadores de ambas nacionalidades já competiam diariamente por espaços no mercado de trabalho, por sobrevivência e pelo alcance de seus objetivos. Tal condição era exacerbada, então, pelas representações de ambos na sociedade, pelas supostas vantagens e desvantagens que tinha cada tipo de trabalhador.

Portanto, como explica Luiz Felipe Alencastro, a chegada em massa dos imigrantes, que preenchiam grande parte do mercado de trabalho mais baixo nas grandes cidades, produziu uma grande camada de proletariado que disputava com os brasileiros por empregos não qualificados²³⁶. Disposto a tudo, a imagem do português “burro de carga”, “pé-de-chumbo”, daquele que aceita qualquer salário e trabalha muito duro, foi explorada ainda com maior força e ressentimento ao longo das primeiras décadas republicanas. A imagem estereotipada dos portugueses em relação ao trabalho é produto de uma reação, principalmente de negros e pardos populares nacionais, apesar de ter sido estimulada por uma elite branca que dava correspondência ao processo de racialização social no mercado de trabalho. As relações tensas entre trabalhadores brasileiros e portugueses e as conseqüentes imagens criadas sobre o português refletiam uma “expressão simbólica de ressentimento da

²³⁵ Chalhoub, Sidney. (2012). *Trabalho...cit*, p. 113.

²³⁶ Alencastro, Luiz Felipe. (1988). Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Revista Novos Estudos*. n. 21. p. 30-56.

população mais oprimida do final do século XIX, que eram os negros (ex-escravos, ex-libertos) e pardos”²³⁷.

No Jornal carioca *O Paiz*, de 1913, há uma notícia referente à fala do delegado da *Confederação Operaria do Brazil*, Antonio Vieitas, em um evento sobre o tema da emigração em Portugal. O delegado, após saudar o operariado português, fez, segundo o jornal,

a maior propaganda anti-emigratoria, visto que a emigração para o Brazil constitue um perigo para todos os operários que para ali vão. Affirma que no Brazil se tratam os emigrantes peor do que animaes, pois independente do máo trato dos criados capitalistas, há ainda a péssima alimentação e o trabalho é violento e recompensado de uma fôrma anti-humana. [...] os homens são escolhidos como antigos escravos e encerrados em apertados vagões, onde chegam ao local do trabalho nas peiores condições. [...] Recomenda a todos os proletários portuguezes que não emigrem para o Brazil, pois ali só irão encontrar a sua ruina moral, material e intellectual²³⁸.

As condições pelas quais passavam os portugueses imigrantes e a quantidade de pessoas vindas nesse fluxo imigratório ajudam a revelar algumas das possíveis motivações para eles não serem bem recebidos por toda a população carioca. Como observa Gladys Ribeiro, a partir da análise dos jornais e dos processos criminais, os lusos eram vistos pelos trabalhadores cariocas como concorrentes no mercado de trabalho, sendo essa concorrência injusta, já que os portugueses aceitavam tudo pelo trabalho e também eram o perfil preferido dos patrões — brancos, europeus, civilizados, representando a referência do bom trabalhador.

Para além dessas questões, os lusos tinham mais uma vantagem em relação aos nacionais: eram muitas vezes ajudados por seus patrícios nos espaços de trabalho urbano carioca. Ao chegar para trabalhar no comércio, encontravam na cidade um mercado laboral que já era em grande parte português, assim, os recém-chegados eram protegidos e assegurados pelos laços sociais com imigrantes mais antigos, que os recebiam com moradia e trabalho garantidos. Logo, os novos imigrantes colocavam-se sob a tutela dos outros portugueses. Dessa forma,

a ideologia do trabalho realizava-se pela exploração e pelo paternalismo dentro das casas comerciais. Não havia conflitos entre os imigrantes portugueses no mundo do

²³⁷ Machado, Igor José. (2018). Ressentimentos e estereótipos: ensaio sobre as representações a respeito do português no Brasil (século XIX). *Revista Topoi*. v. 19. n. 37. p. 143.

²³⁸ *O Paiz*. (1913). A Confederação Operaria do Brazil e a imigração. Edição nº 10378 de 7 de março. p. 10 Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_04&Pesq=%22trabalhadores%20portugueses%22&pagfis=15805>. Acesso em abril de 2021.

trabalho, quando a possibilidade de trocas recíprocas de bens e serviços para a reprodução da própria existência era palpável²³⁹.

A autora explica que patrões e empregados portugueses perseguiam os mesmos objetivos: amealhar dinheiro, comprar propriedades, enviar remessas e voltar para Portugal com a condição financeira muito melhor do que quando saíram. Essa perseguição da autonomia e liberdade estimulava uma espécie de permissividade na relação, na qual empregados se deixavam ser paternalizados por seus patrões. Para Sidney Chalhoub, a imagem dessa relação era, portanto, associada ao vínculo entre pai e filho, no qual o chefe era uma espécie de “juiz doméstico” que tinha a responsabilidade de guiar e aconselhar o seu empregado. Nessa concepção trabalhista, a relação contratual desigual acabava se submetendo em prol da associação pela busca por propósitos análogos. Esta imagem ideal entre patrão e empregado era um instrumento de controle social, com o intuito de diminuir as chances de ocorrências de conflitos nos espaços de trabalho.

A solidariedade entre imigrantes em um país estranho tinha mais valor que a possível exploração trabalhista definida pela lógica capitalista urbana carioca. “No comércio, a solidariedade com os interesses do patrão era muito comum. Os portugueses vendiam a sua força de trabalho julgando trabalharem para si. O modelo era do patrão”²⁴⁰. Sobre essa relação entre patrão e empregado conterrâneos escreveu o cronista e jornalista Luiz Edmundo:

porque sofreu, na terra mirrada e pobre onde nasceu, frio, descrença e fome, (...) trepa para um navio, saco às costas e, confiante e tranqüilo, deixa que ele o conduza e o encaminhe até nós. Na hora de embarcar ouviu isto: - Para com teu patrão, meu rico filho, muita submissão e respeito, que outro não será o que há de te dar, na falta de teu pai, a mesa, o ensino e o futuro. (...) Chega à proa de um vapor, consignado a uma firma comercial qualquer (...). E como ele, chegam milhares. (...) Dorme o escravo branco, recém-chegado à terra, sobre uma tábua nua, pousada sobre dois caixotes. (...) Cresce, engorda, assim mesmo. O pé já não entra na tamanca. Com a idade vai aprendendo a conhecer o mundo pela filosofia do patrão²⁴¹.

No entanto, não é em todo o mundo do trabalho do Rio de Janeiro que se vê essa relação pacífica e paternalista entre patrões e empregados lusos. Outro tipo de trabalhador português vivia uma relação diferente com seus

²³⁹ Ribeiro, Gladys Sabina. (2017). *O Rio de Janeiro...cit*, p. 213.

²⁴⁰ Idem, p. 220.

²⁴¹ Costa, Luiz Edmundo. (1957). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, p. 357-362.

empregadores, que era o empregado das manufaturas e indústrias. A desigualdade social mais clara entre patrão e empregado, nesse caso, não gerava uma perspectiva de crescimento mútuo. As necessidades pelas quais passavam esses trabalhadores fabris os afastavam do sentimento paternal, de pertencimento e de associação. A identidade nacional, fortalecida pelos laços sociais e solidariedade no país estrangeiro, nessa relação trabalhista ficava em segundo plano. As péssimas condições de trabalho e vida e a exploração causadas pelas intempéries econômicas desses funcionários estimulavam maiores conflitos não só entre patrícios, mas também entre nacionais e estrangeiros no espaço industrial e manufatureiro.

Nesse contexto de antilusitanismo e más condições de trabalho, as greves e reivindicações sindicais faziam sentido e assumiam maior legitimidade na luta diária pela sobrevivência. Na verdade, o estereótipo, muitas vezes disseminado pelos nacionais, do trabalhador português ordeiro, fura-greves e defensor do patrão, não se aplicava nesse tipo de relação trabalhista. Tanto que, ao pesquisarem sobre a realidade dos caixeiros no Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX, Gladys Ribeiro e Paulo Terra ressaltam que os imigrantes tiveram papel fundamental nas lutas por melhores condições de trabalho da categoria e também na criação de leis que regulamentassem a profissão, como a diminuição da jornada de trabalho do comércio e o pagamento devido pela função exercida²⁴².

O imigrante português que tinha coragem de se insurgir contra as condições de trabalho era perseguido pelo governo brasileiro: o Congresso Nacional aprovou em 7 de janeiro de 1907 o Decreto n.º 1.641²⁴³, conhecido por Lei Adolfo Gordo²⁴⁴, com o nome do deputado que a legislou. A norma foi elaborada com o intuito de afastar as lideranças sindicais propagadoras de teorias anarquistas e comunistas, e para isso facilitava a expulsão de

²⁴² Ribeiro, G; Terra, P. (2018). A atuação dos imigrantes portugueses nos movimentos sociais como fonte de garantia e alargamento de direitos. In: Ribeiro, G; Terra, P; Popinigis, F. *Portugueses e Cidadãos, Experiências e Identidades nos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Mauad.

²⁴³ A lei de 1907 foi posteriormente modificada pelo Decreto nº 2.741 de 1913, revogou os artigos 3, 4 e 8, mas não alterou o objetivo fundamental da norma.

²⁴⁴ Para além da primeira lei da expulsão de estrangeiros de 1907 (modificada em 1913), o nome de Adolfo Gordo também foi atribuído à segunda lei de expulsão dos estrangeiros, a lei de acidentes no trabalho, ambas de 1919, e a lei da imprensa, de 1923.

estrangeiros que disseminavam essas ideias pelo Brasil²⁴⁵. No seu artigo 1º, a norma previa que “o estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional”²⁴⁶. Sara Cruz e Lená Menezes interpretaram os processos de expulsão com o objetivo de analisar a atuação sindical desses imigrantes. De fato, ao questionarem o *status quo*, esses portugueses não se adequavam ao comportamento que era esperado de um europeu: honesto, qualificado, exemplar e ordeiro. Por isso eram considerados indesejáveis pelo governo republicano, merecendo um tratamento policial, como ressalta Sara Cruz:

antes da expulsão propriamente dita, os indivíduos alvo de suspeita eram investigados e referenciados, atribuindo à polícia um papel de destaque nas manobras repressivas. [...]. Os esquemas policiais envolviam não só a vigilância das manifestações públicas, mas também a infiltração dos “secretas”²⁴⁷ nas associações operárias, assim como nas fábricas²⁴⁸.

O governo de Epitácio Pessoa, em 1920, ainda demonstrava preocupação em relação à entrada e à permanência de estrangeiros que, segundo ele, eram os “principaes agentes dessas paredes [greves], em grande parte infensos a idéa de patria”. Para o presidente, esses estrangeiros — “indivíduos de mãos precedentes”²⁴⁹ — que traziam os ideais anarquistas para o Brasil, aconselhavam os nacionais à subversão da ordem social existente. Tais imigrantes, por não terem amor à nação, desejavam “extinguir a patria formada por nossos antepassados com o seu sangue e o seu trabalho, toda história que

²⁴⁵ Menezes, Lená Medeiros. (1996). *Os Indesejáveis...*cit.

²⁴⁶ Artigo 1º do Decreto nº 1641, de 7 de janeiro de 1907. *Diário Oficial – 9/1/1907, p. 194 (publicação original)*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>>. Acesso em outubro de 2021.

²⁴⁷ “Os “secretas” não oficiais eram, na maioria das vezes, contraventores que ganhavam a liberdade em troca de serviços prestados à polícia. A sua tarefa era a de vigiar e denunciar os anarquistas ou operários suspeitos de estarem envolvidos na organização de greves ou na preparação de manifestações públicas ou comícios. Na linguagem dos operários, as ações desses agentes eram desagregadoras e, portanto, odiosas, pois desempenhavam um papel “contrarrevolucionário”, fazendo intrigas e praticando sabotagem contra o trabalho de organização e de conscientização dos operários”. Em: Alves, Paulo. (1997). *A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias na ordem republicana*. São Paulo: Arte e Ciência/UNIP. p. 57.

²⁴⁸ Cruz, Sara. (2013). *Emigração...*cit, p. 54.

²⁴⁹ *Mensagem do Presidente da República, Epitácio Pessoa, ao Congresso Nacional no dia 3 de maio de 1920*. p. 101. Disponível em: <<https://bit.ly/3Cqzg2H>>. Acesso em outubro de 2021.

constitue o nosso patrimonio nacional e a esperança das nossas novas gerações”²⁵⁰. Por isso, Epitácio mostra sua posição de forma clara:

taes factos estão demonstrando que nos devemos armar de leis protectoras da sociedade contra essa seita, cujo ideal é a abolição da patria, destruição da família e o banimento de todas as religiões, que constituem a disciplina moral da humanidade. É indispensável e urgente que o Poder Legislativo arme o Governo de leis de defesa contra os maus elementos que demandem o paiz, contra os estrangeiros que aqui se tornem nocivos e contra os nossos próprios compatriotas, que se associem à sua acção criminosa. [...]. Tendes em adiantada discussão o projecto que regula a entrada de estrangeiros em nosso território e tudo aconselha que o convertaes quanto antes em lei. Os paizes mais liberaes do mundo estão adoptando medidas rigorosas nesse sentido. Só nos temos as portas escancaradas á invasão do rebutalho humano, que as outras nações rejeitam e expellem do seu seio²⁵¹.

Como referenciado na questão da expulsão de estrangeiros, a hostilidade sofrida pelos portugueses tinha origem não só nas disputas pelo espaço no mercado de trabalho, mas também nas medidas do governo republicano que, por muitas vezes, tinha como intuito proteger a economia brasileira da ocupação estrangeira. Outra resolução governamental com o mesmo objetivo foi a nacionalização da indústria pesqueira. Segundo pesquisa de Jorge Fernandes Alves, a nacionalização da pesca foi uma medida com o objetivo de reservar o desenvolvimento econômico do setor aos nacionais, pois a maioria dos pescadores eram portugueses e espanhóis.

A nacionalização da pesca integrou, assim, uma vertente da política nacionalista a desenvolver pela Armada, cujo discurso apontava para a industrialização do sector, para a proteção do pescador nacional e seu controlo social, para a promoção do abastecimento de peixe e para dar visibilidade ao serviço prestado pela Armada, procurando reforçar a simpatia dos meios políticos e da opinião pública a seu favor²⁵².

Os chamados “poveiros”, homens de origem da vila portuguesa de Póvoa do Varzim, se destacaram como pescadores de sardinhas em diversas cidades litorâneas brasileiras, como Rio de Janeiro e Amazonas. Ao saberem da movimentação legal para a nacionalização da pesca²⁵³ decidiram se associar —

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ Idem, p. 103.

²⁵² Alves, Jorge. (2020). Entre nativismo e patriotismo – a repatriação dos pescadores poveiros emigrados no Brasil (1920). *Boletim cultural da Câmara Municipal da Póvoa do Varzim*. vol. 54. p. 15.

²⁵³ De forma sintética, as regras que regulamentavam a pesca no Brasil foram inicialmente regidas pela Convenção Internacional de Haia, que em 1882 estabeleceu o limite das águas territoriais do Brasil e definiu que “a pesca é aí um direito exclusivo dos filhos do país”. Em 1912, a Lei nº 2.544 criou, por decreto, a Inspeção de Pesca, com o objetivo, entre outras normas, de organizar as colônias de pescadores brasileiros, que deviam matricular-se na Capitania dos Portos do Estado e contribuir com associações de classe. No entanto, a lei concedia o direito da pesca em águas brasileiras não só aos filhos do país, mas aos cidadãos do país, incluindo os naturalizados. O mesmo direito também foi concedido posteriormente aos pescadores

criando a *Associação Marítima dos Poveiros*²⁵⁴, em 1916 — com o intuito de defender os direitos da classe, bem como amparar os sócios que eram processados ou perseguidos.

As perseguições sofridas por poveiros podiam ser observadas, como afirma Jorge Alves, por exemplo na atuação da missão do *Cruzador José Bonifácio*, comandada por Frederico Villar. A missão tinha a incumbência de fiscalização, estudo e saneamento do litoral, bem como organizar os pescadores em colônias, garantindo a reserva de recrutamento pela Marinha e o cumprimento da regra de nacionalização pesqueira. As atividades executadas pela missão encontraram resistências porque havia denúncias de imposições, hostilizações e ações arbitrárias, por parte da equipe do cruzador, sofridas por pescadores, especialmente pelos poveiros. O autor expõe em seu estudo diversas fontes jornalísticas que revelam a insatisfação de parte da imprensa em relação à missão, como o artigo do jornal *Gazeta de Notícias* ao considerar que o objetivo da atuação do cruzador surgia “em nome de um nacionalismo que seria nobre se não fosse profundamente vesgo, ilógico e antinatural, porque se apresenta simplesmente fratricida”²⁵⁵. Entretanto, tal opinião não representava o governo, como explica o historiador:

pelo contrário, o ministro da Marinha reenviava para o governador do Pará uma queixa dirigida ao presidente da *Confederação das Colônias Cooperativas de Pescadores do Pará*, na qual se pedia a atenção do governador para o auxílio ao cumprimento e observância do regulamento de pesca, por alguns «indivíduos que exploram a indústria da pesca no Pará estarem novamente infringindo o aludido regulamento e, desse modo, prejudicando os pequenos pescadores já matriculados pela fiscalização exercida quando ali esteve o José Bonifácio». As colônias de pescadores promovidas por Villar já estavam organizadas em Confederação e faziam ouvir os seus interesses contra os pescadores estrangeiros²⁵⁶.

amadores, de diversas nacionalidades. Essa lei exigia um prazo de 5 anos para entrar em vigor, mas antes disso, em 1915, o artigo 399 do Decreto nº 11.505 determinou que dois terços, e não apenas a metade da tripulação das embarcações que pescavam em águas nacionais, fossem brasileiros. Por fim, em 1920, o governo do presidente Epitácio Pessoa, decidido a fazer valer a naturalização, determinou que, estando vencido o prazo para a nacionalização estipulado por lei, o título de pescador deveria ser obtido na Marinha, bastando para isso que o interessado apresentasse prova de que havia requerido a naturalização brasileira. Em: idem.

²⁵⁴ Jorge Fernandes Alves indica, referenciando a reportagem de 16 de agosto de 1915 do *Jornal do Comércio*, que a associação congregava “cerca da 100 lanchas e dois mil homens”. Em: idem, p. 20.

²⁵⁵ *Gazeta de Notícias*. (1920). Nacionalismo vesgo. Anno XLV. n. 53. Edição de 23 de fevereiro. p. 2 Em: Idem, p. 25. Também disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_05&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=443>. Acesso em outubro de 2021.

²⁵⁶ Alves, Jorge. (2020). *Entre nativismo...*cit, p. 26. Parte desse fragmento referencia a fonte jornalística: O “José Bonifácio”. (1920). *Gazeta de Notícias*. Anno XLV. n. 180. Edição de 1 de julho. p. 6. Disponível em:

Na Câmara dos Deputados a missão ganhava mais verba para dar continuidade do seu trabalho, pois era vista como uma ação de organização da atividade, geradora de maiores rendas para a Marinha brasileira e de desenvolvimento da indústria pesqueira, resultando na melhoria dos processos e no aumento da produtividade. Na justiça, a questão da naturalização obrigatória para o exercício da profissão era questionada com pedidos de *habeas corpus* de alguns poveiros, gerando discussões na imprensa brasileira e portuguesa. Os intelectuais nativistas utilizavam seus espaços de divulgação de ideias para disseminar a lusofobia e o antiestrangeirismo, defendiam a nacionalização da pesca e da marinha mercante e organizavam manifestações antilusitanas. Em 5 de outubro de 1920 foi organizada uma passeata a favor da nacionalização da pesca e em defesa de Frederico Villar, na qual os manifestantes empunhavam bandeiras do Brasil, cartazes com *slogans* patrióticos e nomes de colônias de pescadores criadas no Rio de Janeiro.

Depois desta manifestação antiportuguesa organizada pelos nacionalistas brasileiros, a campanha nativista continuou a ser discutida na Câmara dos Deputados, dias depois, com discursos sobre a manifestação e contra artigos da imprensa, em particular, sobre um artigo do tenente Sambrisson que acusava os deputados que tomaram posição na questão da pesca contra o comandante Villar de vender «a consciência às bocas mercenárias que procuram prejudicar os interesses vitais da nossa Pátria» e de falta de patriotismo²⁵⁷.

Depois de intensos debates nos âmbitos legislativo, judiciário e nos espaços de discussão da sociedade civil, a questão sobre os poveiros no Brasil findou no dia 12 de outubro — data limite para a naturalização de pescadores estrangeiros — com o pedido de repatriamento de mais de 600 portugueses, número que chegou posteriormente a mais de 1000 pedidos. Jorge Alves conclui, portanto, que esses imigrantes foram as vítimas da promoção da ideia nacionalizadora entre os pescadores brasileiros e a opinião pública, mas “resgataram-se por si próprios ao negarem a naturalização e ao optarem pela repatriação, indiferentes aos jogos e aos cálculos políticos que ultrapassavam as suas práticas e sentimentos de coesão, entreajuda e patriotismo”²⁵⁸.

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_05&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=1520>. Acesso em outubro de 2021.

²⁵⁷ Alves, Jorge. (2020). *Entre nativismo...*cit, p. 36.

²⁵⁸ Idem, p. 49.

As dificuldades pelas quais os trabalhadores portugueses passavam no Brasil — representadas não só pelas más condições de trabalho, mas também pela hostilidade por parte dos nacionais e pelas medidas governamentais nacionalistas — foram tema de discussão em sessão na Câmara dos Deputados portuguesa em fevereiro de 1921, e o deputado Tamagnini Barbosa denunciou as ofensas sofridas pelos seus compatriotas emigrados.

E ao mesmo tempo que nós assistimos com a alma alanceada à partida de tantos portugueses que vão em busca de riquezas, seduzidos por enganosas miragens de felicidade, para terras estranhas, onde longe de serem recebidos com aqueles carinhos de que é digno todo o que vai procurar pelo seu trabalho engrandecer o país para onde parte, constatamos magoados que eles são antes recebidos com verdadeira hostilidade, vendo levantar-se no Brasil contra os estrangeiros e especialmente — o que representa a melhor prova de ingratidão — contra os portugueses, uma campanha que é verdadeiramente desumana (*Apoiados*), para não aplicar outro qualificativo. [...] Ainda há pouco mão amiga me enviou dessas terras um punhado de notícias recortadas de um jornal fluminense e de um jornal de S. Paulo, em que os nossos compatriotas são atacados injustamente, rudemente, de uma forma imprópria da civilização e do progresso de que tanto se orgulha esse país. [...]. Mas o mais grave desse assunto é que a maior parte dos portugueses que ainda se encontram no Brasil, e que para ali emigram, devido a não se terem tomado providências, são considerados como criaturas inferiores, classificados de galegos, tomada esta palavra na acepção menospresante de moços de frete²⁵⁹.

Já o deputado António Mantas reforçou essa denúncia pedindo a palavra para ler “trechos escritos em jornais brasileiros contra os portugueses”, sem afirmar o nome e data do periódico em questão.

A maior homenagem que Portugal pode prestar ao Brasil é limpar a nossa terra da praga desses daninhos filoxeras, repatriando-os; é deixar de despovoar o seu solo, cessando de nos remeter diariamente, às centenas, esses indesejáveis que aqui só nos veem saltar, ofender e denegrir. Portugal, paíresco de bôrra, é o eterno carrapato achatado no dorso deste gigante Brasil. O pobre Portugal, poliseclar e quási defunto²⁶⁰.

Outras instituições portuguesas também revelaram preocupação quanto a situação dos seus emigrantes no Brasil. Segundo o periódico carioca *O Jornal*, o movimento *Cruzada das Mulheres Portuguesas*²⁶¹ enviou um documento ao Ministro das Relações Exteriores brasileiro apelando à repatriação imediata de

²⁵⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão 29, do dia 25 de fevereiro de 1921, p. 4-5. Disponível em: <<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/04/03/029/1921-02-25/5>>. Acesso em abril de 2021.

²⁶⁰ *Idem*.

²⁶¹ Associação de Beneficência inteiramente feminina criada em 1916 que, com o apoio do partido Republicano Português e o caráter democrático, tinha como objetivo prestar assistência moral e material a pessoas e instituições afetadas pela Primeira Guerra Mundial. Mais sobre o movimento, ver Lousada, Isabel. (2011). *Pela Pátria: “A Cruzada das Mulheres Portuguesas” (1916-1938)*. XIX *Colóquio de História Militar – 100 anos de regime republicano: políticas, rupturas e continuidades*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar – Ministério da Defesa Nacional.

trabalhadores portugueses moradores no norte do país, como pode ler-se nesta pequena nota.

EM PROL DOS PORTUGUEZES DO NORTE DO BRASIL

A Cruzada da Mulher Portuguesa enviou um apelo ao ministro das Relações Exteriores a favor dos trabalhadores portugueses do norte do Brasil, cujas famílias vivem miseravelmente, e pedindo que procure a repatriação imediata desses infelizes²⁶².

No Brasil, a questão da migração portuguesa também se desenvolvia nas instituições e nos espaços de opinião pública. Veja-se, por exemplo, o relato de uma reclamação feita por operários portugueses a respeito de abusos realizados pelo engenheiro responsável de obra do estado do Rio.

O *Amazon* trouxe até nós o Sr. Francisco Cruz, digno Vice-Consul de Portugal em Nietheroy, capital do Estado do Rio de Janeiro que? em boa hora veio nos dizer se era verdade terem sido explorados por um Engenheiro Brasileiro dezenas de operários nossos, que estão trabalhando nas obras d'esse Estado. [...]. O nosso entrevistado adiantou mais: "Quanto ao que me pergunta sobre o boato que aqui chegou da exploração de trabalhadores portugueses na minha jurisdição, é infelizmente, exacto. Esclareço melhor para só culpar a quem merece e não as autoridades locais, alheias por completo ao que se passou. O Engenheiro brasileiro Heitor de Mello, contractante de algumas grandes obras do Estado tem, entre os seus operários dezenas de portugueses. A crise foi-se avolumando. Que fez o Engenheiro? Pagou com 50 por cento as férias, pretextando dificuldades da crise, quando é certo que recebe do Governo do Estado as verbas correspondentes às épocas de fatura. Alguns operários se me queixaram do agravo inqualificável. Mas que poderia fazer? Onde está a cláusula de um convénio entre Portugal e o Brasil que me desse autoridade para não transgredir? É preciso salientar um facto: os Governos cumprem sempre os seus contractos. Os seus contractantes particulares é que não tiram mais do que mais porque não podem. E, depois, esta gente, coitada, na sua forma simples de apreciar as coisas, atribue-as ao Brasil, como se o hospitaleiro paiz tivesse culpa dos erros das creaturas que dentro delle vivem²⁶³.

Outra menção sobre a circunstância dos portugueses foi feita na Câmara e no Senado após a visita do bispo de Vila Real (Trás-os-Montes) ao Brasil e, em seguida, com o envio de uma carta pastoral deste aos seus diocesanos. A carta gerou discussões sobre a situação dos trabalhadores portugueses no país, tanto na imprensa brasileira quanto no espaço legislativo. Na sessão do dia 15 de maio de 1927, o senador Gilberto Amado leu, em plenário, na íntegra as impressões

²⁶² *O Jornal*. (1921). Em prol dos portugueses do norte do Brasil. Ano III, n. 626. Rio de Janeiro, 6 de março. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&Pesq=%22trabalhadores%20portuguezes%22&pagfis=5272>. Acesso em outubro de 2021.

²⁶³ *O Fluminense*. (1915). Portugal no Brasil. Ano 38, n. 9568. Nictheroy, 10 de julho. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_05&pesq=%22trabalhadores%20portuguezes%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=8033>. Acesso em outubro de 2021.

do bispo D. João Evangelista Vidal a respeito das condições da colônia portuguesa no Brasil, que aqui reproduz-se apenas um trecho.

E que poderá haver que seja capaz de apertar e esmagar a alma mais cruelmente do que encontrar, por esses penosos e fatigantes climas em face escaveirada e amarelenta do desiludido, curtindo na soledade as suas misérias e as suas saudades ou arrancando do corpo um esforço formidável para apanhar a fatia de pão da qual não lhe restará nem uma única migalha para o dia seguinte. Dizia-nos em Santos o digno consul de Portugal: "Nesta cidade já começa a haver em alta escala chômage ou desemprego dos portugueses; quantidades deles homens feitos, mulheres e rapazes, para os quais não é possível obter colocação de espécie nenhuma, que andam por aí com a roupa a cair aos pedaços, como se fossem ciganos vadios, devorando as côdeas de pão que os pródigos cães rejeitaram, cosendo-se às paredes das casas para passar de qualquer forma a noite, uma verdadeira vergonha para a nossa raça e um encargo insuportável para o Tesouro, pelas despesas de sustentação e de repatriamento, que não é sem fundo de que dispomos. A nossa recente viagem aos Estados Unidos do Brasil deu-nos ensejo de observar a situação deplorável em que se encontram muitos dos nossos compatriotas, que emigraram estouvadamente das terras de Portugal para a longínqua América, impelidos, ainda menos do que pelo terrível aguilhão da fome, pelas visões douradas nas tantas vezes falazes da fortuna, ou por puro espírito de deslocação e de aventura²⁶⁴.

Após ler a carta, o senador faz suas considerações a respeito do relato do bispo:

Miséria no Brasil, chômage no Brasil, o espetáculo horroroso pintado pelo Sr. Arcebispo de Vila Real é o que felizmente não estamos acostumados a ver nas nossas plagas abençoadas. Daí o espanto que nos causa que a estas horas, em todas as vilas e cidades de Portugal, se estejam a propalar tão lúgubres inverdades que, com a facilidade de propagação das más notícias, estarão a reboar em todos os centros da Europa prejudicando os interesses do Brasil²⁶⁵.

Discursos igual ao do senador Gilberto Amado, como resposta às impressões de D. João Evangelista Vidal, revelam a intenção dos políticos nacionalistas de subestimarem as dificuldades econômicas pelas quais a colônia portuguesa passava no país, bem como de menosprezar a reclamação dos portugueses a respeito das hostilidades por eles sofridas no Brasil, preocupados, acima de tudo, com a boa imagem do país.

Em síntese, o português trabalhador no Brasil — principalmente aquele que vivia nas grandes cidades — lidava não só com as adversidades econômicas que o levavam a viver em condições escassas e insalubres, a trabalhar o dia todo sem descanso, lutando pela sua sobrevivência, mas também tinha de enfrentar preconceitos e hostilidades, por parte da sociedade que o via como concorrente no mercado de trabalho e dos governantes com ideais

²⁶⁴ Vidal, D. João Evangelista. (1927). Carta pastoral aos diocesanos. Em: Faria, Giberto. (1979). *Discursos parlamentares: perfis parlamentares n. 11*. Brasília: Câmara dos Deputados. p. 221.

²⁶⁵ Idem, p. 229.

nacionalistas — acreditando ser necessária a proteção do comércio e indústria do país — que obstaculizavam a vida do trabalhador imigrante luso.

3.3 O português patrão: exploração comercial e habitacional

O português, no contexto da alta inflacionária dos finais do século XIX²⁶⁶, surge, para parte da população e governo, como elemento desorganizador da vida social e econômica do Rio de Janeiro. Os nacionais acreditavam ser os portugueses os causadores das dificuldades enfrentadas pela pobreza, miséria, más condições de moradia e alta dos preços dos alimentos. Os lusos, causadores da desordem social na urbe, eram responsabilizados pela exploração da cidade e do povo, com o simples objetivo de amealhar dinheiro, enviar remessas e enriquecer para voltar a sua terra. Para os brasileiros, os males do novo governo estavam diretamente ligados à chegada em massa desses imigrantes que com a elite política cometiam conluio e se aproveitavam de uma influência perniciosa. É assim que Gladys Ribeiro coloca a questão a respeito da imagem do português patrão, senhorio e comerciante²⁶⁷.

Para os nacionais, a exploração por parte dos portugueses provinha dos âmbitos políticos e econômicos. A percepção da exploração econômica, a mais fortemente sentida e lamuriada pelas ruas do Rio de Janeiro, derivou, ainda, do período colonial e atravessou o Império, gerando intensas rugas entre as nacionalidades — no Brasil colonial disputavam os reinóis e colonos, já no Império as rivalidades estavam entre recém-chegados e locais. Antes da formação do Estado e do processo de formação (gérmen) da nacionalidade, os portugueses que chegavam ao Brasil já iniciavam a composição de laços sociais que permitiam o seu desenvolvimento econômico no comércio e, posteriormente,

²⁶⁶ A chamada crise do encilhamento ocorreu entre o final da Monarquia e início da República, marcada por uma forte inflação e pela formação de uma bolha de crédito. Desencadeou-se, além da crise política e institucional, com a República da Espada (1889-1894), uma crise financeira, que elevava os preços de produtos e serviços, mais sentidos pelos mais pobres que sofriam com a carestia e alta do preço dos alimentos. Nesse período, foi estimulado o desenvolvimento industrial e de infraestruturas, criando a oportunidade para grandes movimentos especulativos. O termo encilhamento veio do ato de colocar a sela no cavalo, preparando-o para a corrida, foi utilizado para dar nome a esse movimento especulativo que tinha como crença a tentativa de aproveitar, a qualquer custo, de oportunidades únicas de enriquecimento. Em: Lobo, Eulalia Maria. (1978). *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC.

²⁶⁷ Ribeiro, Gladys. (2017). *O Rio de Janeiro...cit.*

na indústria²⁶⁸. O envolvimento latente dos portugueses na economia brasileira foi intensamente questionado ao longo do processo de Independência, e também posteriormente, como demonstra Gladys Ribeiro. A autora mostra que em 1848, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, a influência estrangeira no comércio e indústria brasileiros foi criticada e por meio de uma representação pedia-se que fosse garantido aos nacionais o direito por lei de explorar o comércio a retalho, o exercício da profissão de caixeiro e a ocupação de diversas profissões ligadas à indústria. Exigia-se a formação de uma constituinte que trataria das questões a respeito da reforma social que fosse capaz de harmonizar o progresso liberal e as necessidades da sociedade brasileira²⁶⁹.

Ao longo dos anos da Primeira República, as questões voltadas à exploração econômica e à imigração portuguesa estavam ligadas aos meios de sobrevivência no contexto citadino do Rio de Janeiro. A tentativa de urbanização desenfreada, o desenvolvimento do capitalismo, a ideologia da racialização no mercado de trabalho, a alta dos preços alimentícios e as péssimas condições de moradia tornavam a cidade um local hostil para viver.

Por isso, o antilusitanismo e as tensões entre brasileiros e portugueses se exacerbavam quando reunidos aos ressentimentos antigos. A guerra travada nas ruas tinha, na maioria das vezes, motivação torpe e arma, pedras, foices, cacetes, garrafas e tiros. Estes tumultos, que estavam presentes na vida popular das cidades, eram representados como descontrole social na imprensa e, mais tarde, foram aproveitados como descontentamento pelas classes mais letradas, que queria alterar a lógica política, social e econômica, utilizando tais discordâncias como mote²⁷⁰.

Os portugueses que conquistavam propriedade no espaço comercial urbano brasileiro encontravam, como já referenciado, seus patrícios monopolizando alguns ramos e profissões. A apetência por parte dos lusos pelo pequeno comércio e pelo aluguel de casas gerou-lhes as qualificações de

²⁶⁸ A questão referente à participação dos portugueses e sua importância no comércio de grosso trato no interior do país foram analisadas no trabalho de Dias, Maria Odalia. (2005). *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda.

²⁶⁹ Ribeiro, Gladys Sabina. (2017). *O Rio de Janeiro...cit*, p. 59-60.

²⁷⁰ Entre esses grupos destacam-se as atuações dos chamados jacobinos ou florianistas, considerados radicais republicanos que demonstravam combatividade nacionalista e se expressavam por meio de uma imprensa panfletária e anti-estrangeira. O capítulo 4 deste trabalho tratará sobre o jacobinismo e a construção dos seus discursos com maior ênfase.

“mesquinhos”, “exploradores”, “avarentos” e “ladrões”²⁷¹, pois era dos portugueses que a população carioca de baixa renda comprava a comida do dia a dia, nas casas de pasto e nas vendas de secos e molhados. Como ilustra Luís Edmundo nestes trechos de *O Rio de Janeiro do meu tempo*:

depois da Rua da Carioca, estreita, torta, feia, encardida e sem árvores, bem de frente ao café já descrito, fazendo ângulo com a Rua Uruguaiana, está a capela do Antônio Português – Venda Santo Antônio, erigida sob a invocação do taumaturgo de Lisboa, santo que se exhibe no interior do estabelecimento, atrás do balcão das bebidas, dentro de um oratório de jacarandá, sempre enfeitadíssimo de flores de papel e muito bem iluminado. Quando, após as cusparadas de estilo, espocam os palavrões irreverentes dos devotos de Baco, Antônio Português reclama atenção e respeito, mostrando o santo no oratório, em cuja base ele pregou um cartaz largo com esta legenda sagrada para ser lida pela freguesia: HOJE NÃO SE FIA, AMANHÃ SIM²⁷².

O Guimarães é o que acolá está, ao fundo do balcão, em mangas de camisa e de tamancas, como num pedestal, dessorando autoridade e importância, a barba por fazer, a cara por lavar, de baixo de uma sobranceira que é um caramanchão, atento, policiando a caixeirada ativa, uns três simpáticos, ágeis rapazolas de 12 a 16 anos e que ele explora como três veios de ouro²⁷³.

Cansados ao final do dia de árduo trabalho, os operários também dependiam dos portugueses para repousar nas estalagens, hospedarias, cortiços e casas de cômodo. A diversão desse povo de baixa classe também estava sujeita ao comércio português, porque era nas casas de pasto, nos botequins e nos fregues-moscas que passavam o tempo, bebiam, conversavam, ou, ainda, burlavam a ideologia disciplinar do trabalho daquele tempo. Revela mais uma vez Luís Edmundo, “porque cortiço e venda andam, geralmente, conjugados. O homem que mora, come. Nada mais natural, portanto, que ver ao pé do leito de dormir, o prato de comer”²⁷⁴. Assim, o cotidiano do trabalhador pobre no Rio de Janeiro estava relacionado ao domínio comercial do português, sendo isso para o nacional a representação da sua pobreza e da sua incapacidade de enriquecimento. De acordo com Lená Menezes,

Junto ao desenvolvimento industrial caminhou a expansão do pequeno comércio, com grande importância para os bares e botequins, onde os operários tendiam a apagar o cansaço de cada dia de trabalho ou, mesmo, afogar suas mágoas. Temos registros de muitos(as) portugueses(as) que deixaram a ocupação nas fábricas para se tornarem empregados do comércio ou comerciantes. Nesse último caso, pontuamos, mais uma

²⁷¹ Adjetivos como esses expostos e outros serão explorados com maior enfoque nos capítulos 4 e 5, que tratarão da imprensa combativa antilusitana e das imagens estereotipadas dos portugueses em diferentes expressões culturais brasileiras como a literatura, a caricatura, a música e o teatro de revista.

²⁷²Costa, Luiz Edmundo. (1957). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conquista. p. 76.

²⁷³ Idem, p. 218.

²⁷⁴ Idem, p. 222.

vez, que a sedução pela abertura de negócio próprio era realimentada, permanentemente, pelo exemplo dado por aqueles que se enriqueciam no comércio²⁷⁵.

Os portugueses comerciantes eram acusados de aumentar os preços dos alimentos, de ludibriar nos valores e nas medidas e de oferecer produtos de baixa qualidade. Esses motivos eram suficientes para que comesçassem os insultos por parte dos nacionais e as represálias por parte dos lusos. Os xingamentos usados pelos nacionais para descrever os lusos, segundo os processos criminais analisados por Gladys Ribeiro, perpassavam por “safado”, “ordinário”, “avaro”, “mesquinho”, “ladrão”, “pão-duro”, “galego” e outros. Este último atingia os portugueses especialmente, pois era uma ofensa utilizada entre os próprios lusos que, ao designar galego, tentavam injuriar o outro o comparando a um natural da Galiza, conhecido em Portugal por realizar trabalhos braçais duros por pouca remuneração e ser pessoa sem nenhuma instrução. Era um ultraje que significava ter baixa posição no *status quo*.

Por vezes, as discussões entre nacionais e imigrantes não passavam da troca de ofensas, mas em outras situações — como mostram os processos criminais — as ameaças de “virar vendas e botequins em frege”²⁷⁶ escalonavam para atitudes violentas, nas quais muitas vezes tinham de envolver a ação policial para acalmar os ânimos. É no contexto dos processos criminais que se notavam as diferenças entre a imagem do nacional pobre, grande parte das vezes negro ou pardo, e a dos proprietários portugueses, pessoas vistas pela lógica do trabalho republicano e higienista como ordeiras e trabalhadoras. Os segundos eram, na maioria dos casos, vistos pelas autoridades policiais como vítimas, enquanto os brasileiros culpados por consumirem e não pagarem, ou ainda por gerarem as desavenças no espaço particular. No entanto, a imagem do português “gatuno” crescia entre aquela população e renovava-se o sentimento xenófobo e antilusitano nas zonas pobres da cidade do Rio de Janeiro.

Os imigrantes portugueses, já tendo o comércio a retalho do Rio de Janeiro sob o seu monopólio, preocupavam-se em garantir a manutenção desse

²⁷⁵ Menezes, Lená Medeiros. (1996). *Os Indesejáveis...cit*, p. 86.

²⁷⁶ Expressão utilizada nas cidades brasileiras no início do século XX que significava provocar desordem, desarrumar, quebrar ou colocar tudo de pernas ao ar. Em: Ribeiro, Gladys. (2017). *O Rio de Janeiro...cit*.

privilégio. Verificou-se que em 1912, no Rio de Janeiro, os portugueses “eram os principais supridores de gêneros alimentícios básicos, tais como feijão, bacalhau, azeites, vinhos, vegetais e milho, bem como de tecidos da manufatura portuguesa e matéria-prima”²⁷⁷. O jornal carioca *A manhã*, em um artigo opinativo de 1926 sobre a suposta exploração dos imigrantes portugueses, mostra a visão que se tinha do luso enquanto patrão.

JUSTIÇA CONTRA INJUSTIÇA

Antes de chegarem aqui os jornaes, chegaram os telegramas, dando notícia do artigo alarmante do Diário de Lisboa contra a emigração para o Brasil. [...] habituados a dizer a verdade, não nos abalçaríamos, nesta folha, a defender um erro da nossa gente, se esse erro existisse. É possível que, á chegada o portuguez que aqui aporta sem recommendações e sem destino passe privações e seja, mesmo explorado no seu trabalho. Bisonho e tímido, como é o portuguez da provincia, é provável que lhe falte traquejo para repudiar, de prompto, condições que lhe são impostas por aquelles que o contratam. É preciso, porém, convir que sendo grande a colonia porrueza no Brasil, é com ella que o imigrante da mesma origem entra em contacto, vivendo dentro della e oferecendo-lhe o seu trabalho. Nem era comprehensivel que, encontrando a cada passo um patricio seu, o emigrante portuguez preferisse para patrão a um portuguez um italiano. Se houvesse, pois, no Brasil “escravido” escravidão? de portuguezes, como insinuou o Diário de Lisboa, essa seria feita por patricios seus, com os quaes trabalham. [...] ²⁷⁸.

A maioria dos estabelecimentos comerciais de portugueses localizados na capital estava no centro, por ser a região de mais fácil acesso a toda população carioca. Apesar desse comércio ter se expandido até alcançar áreas de periferia — regiões nas quais esses empresários contavam com a ajuda de seus conterrâneos para conseguir os espaços para seus estabelecimentos —, segundo Alda Mourão, que analisou o *Álbum da Colônia Portuguesa* e o arquivo particular da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, verificou-se que os lusos continuavam a ocupar principalmente a zona nobre de excelência para o exercício da atividade no Rio de Janeiro²⁷⁹.

Na terra do trabalho, as “estratégias associativas combinavam socorros mútuos e formulas típicas das corporações de ofício” e de outros movimentos associativos²⁸⁰, como na defesa dos interesses dessa ocupação, além do

²⁷⁷ Lobo, Eulália Maria. (2001). *Imigração portuguesa...*cit, p. 33.

²⁷⁸ *A Manhã*. (1926). Justiça contra injustiça. Anno II, n. 301. Rio de Janeiro, 16 de dezembro. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pesq=%22patrão%20portuguez%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=1845>>. Acesso em outubro de 2021.

²⁷⁹ Mourão, Alda. (2013). Portugal, Brasil e Câmara de comércio e Indústria: uma relação triangular na representação dos interesses dos empresários portugueses no Rio de Janeiro. *Convergência Lusíada*, n. 29, janeiro-junho.

²⁸⁰ Como afirma Fabiane Popinigris, as corporações de ofício foram proibidas na Constituição de 1824, mas surgiram sociedades de tipo beneficente corporativas renovando e adaptando-se à

“desenvolvimento de um discurso de reivindicação de direitos nos espaços públicos e na imprensa”²⁸¹. Por meio desses instrumentos, os portugueses esperavam manter o monopólio desse mercado, mesmo em meio a intensas tensões raciais e nacionais que permeavam as mudanças sociais, políticas e econômicas na virada do século. Para Lená Menezes, é redutora a tentativa de compreender o monopólio comercial português, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, vinculando-o apenas ao período colonial. A autora explica que

Há os que defendam a tese, a nosso ver simplista, de que a presença portuguesa nesse nicho de mercado é tão somente herança do monopólio dos tempos coloniais, quando o exclusivo comercial impedia a participação de outras nacionalidades no comércio com a colônia. Deve-se levar em consideração, porém, que a história não é feita apenas de continuidades e vários são os fatores de descontinuidade que se apresentam nesse processo, pois não só mudou a lógica da dinâmica comercial como mudaram os próprios atores. Ou seja, o colono dos séculos XVI, XVII e XVIII não é o imigrante dos séculos XIX e XX, ainda que as migrações continuadas tenham consagrado o comércio de distribuição e venda de alimentos como nicho português, o que explica, inclusive, porque os portugueses colocaram-se na vanguarda da criação de mercearias e supermercados na cidade, por tantos séculos capital. Essa presença, entretanto, mantidas as tendências de imigração na cidade, tende a desaparecer, devido ao estancamento dos fluxos orientados de Portugal²⁸².

Além das casas comerciais de secos e molhados, dos botequins, das casas de pasto, o monopólio português também estava nos locais de hospedagem barata do Rio de Janeiro. Muitos proprietários das casas comerciais também eram donos dos imóveis destinados a aluguel para a moradia dos trabalhadores de baixa classe. Com frequência, o senhorio alugava cômodos, pequenas moradias ou quartos em cortiços para seus próprios funcionários das casas comerciais. Aquele reduzido espaço revelava-se como um pequeno cosmos de uma lógica social que imperava nas cidades, em que não havia separações por vezes físicas e por vezes simbólicas dos locais de trabalho e de descanso, das relações de trabalho e dos laços familiares e de amizade. Os diversos tipos de relações naquele tempo e naquele cenário

nova realidade do mundo do trabalho brasileiro. Esses tipos de associação mutualista acabaram por dar continuidade a muitos dos elementos principais das antigas corporações de ofício. A associação dos caixeiros, por exemplo, estruturava-se da seguinte forma: os tentantes passavam por um curso de formação técnica que exigia a aprovação dos seus mestres ou amos (comerciantes já estabelecidos) para que pudessem se registrar na Junta Comercial. Assim, os já comerciantes portugueses acabavam por controlar a admissão do exercício da profissão. Popinigis, Fabiane. (2018). “Esperança e Fraternidade”: o papel do associativismo na defesa do ofício e na reserva de mercado do trabalho no comércio para os portugueses – Rio de Janeiro, século XIX. Em: Ribeiro, G; Terra, P; Popinigis, F. *Portugueses e Cidadãos, Experiências e Identidades nos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Mauad.

²⁸¹ Idem, p. 96.

²⁸² Menezes, Lená Medeiros. (1996). *Os Indesejáveis...cit*, p. 91.

estavam interligados, o controle do patrão/senhorio sobre o empregado/inquilino era embuçado pelos laços sociais criados entre os dois. Nacionais, estrangeiros, patrícios, amigos e inimigos conviviam no mesmo espaço de trabalho, descanso e lazer e tinham de conviver com diferenças, ressentimentos, inveja e alteridades latentes. As relações sociais confundiam-se, os patrões achavam que tinham direito de controle dos hábitos dos empregados, e os empregados também ultrapassavam os distanciamentos de privacidade da vida do chefe²⁸³. Essas circunstâncias foram exacerbadas após o período de instalação do novo projeto civilizador do Rio de Janeiro, que tinha como objetivo “desinfetar e remodelar o que deveria vir a tornar-se uma metrópole da modernidade”²⁸⁴. O modo como desenvolveu-se a reforma urbanística na cidade também incitava o confronto direto entre os donos das casas e seus inquilinos. Carla Oliveira ressalta que o novo controle e disciplina de Estado que dava forma à ordenação do espaço urbano alterou significativamente o cotidiano dos moradores de baixa renda da cidade, entre eles os imigrantes portugueses que lá viviam.

A livre circulação pelas ruas, o parar nas esquinas para olhar a vida passar, despreocupadamente, o conversar na porta dos armazéns e bares populares [...] passaram a ser associadas ao mundo da contravenção, à vadiagem: tornaram-se empecilhos para a modernidade. Se considerarmos que a rua tinha como função de moradia complementar para grande massa dos moradores dos cortiços, hospedarias e casas de cômodos mal ventilados e escuros da Cidade Velha — que praticamente só os utilizavam como local de repouso noturno — que trabalhavam como ambulantes, caixeiros, estivadores ou mesmo apenas perambulando pelas ruas durante o dia, tendo essas mesmas ruas como espaço de socialização e vivência, imaginemos o impacto que sua interdição ao livre tráfego teve sobre estes contingentes. As artérias do centro da cidade não se prestavam a tal papel deveriam ser espaço ou de trabalho, ou de política, ou de cultura elitizada²⁸⁵.

Nesse contexto, as rivalidades nacionais e raciais também se apresentam como mecanismo de expressão das tensões provenientes das dificuldades de se obter um espaço de moradia e habitação com condições mínimas de acolhimento.

Assim como as relações nesses locais de repouso e seus espaços, as contas, dívidas e créditos também não eram formalmente divididos. O trabalhador/inquilino/cliente muitas vezes acumulava contas na venda e na hospedagem, misturava o pagamento pelo trabalho com o adiantamento do

²⁸³ A vida em comunidade nas estalagens e nos cortiços, tendo como protagonismo a relação entre portugueses e brasileiros, será analisada no capítulo 5, com plano de fundo a observação da obra literária *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo.

²⁸⁴ Oliveira, Carla Mary. (2009). *O Rio de Janeiro...cit*, p. 157.

²⁸⁵ Idem, p. 157-158.

chefe, ao mesmo tempo que deduzia as dívidas de cliente. As contas baralhavam-se nas relações pessoais, nas explorações econômicas e nas intimidades da lógica própria de vida das estalagens.

Os nacionais que conseguiam obter por meio do seu trabalho melhores condições para abrir o seu negócio, mas ainda precisavam de maior capital, ou necessitavam de ajuda financeira para sustentar as suas famílias — diante as difíceis circunstâncias enfrentadas pelos trabalhadores nesse período — , muitas vezes recorriam aos portugueses para pedir empréstimos. Nos processos criminais investigados por Gladys Ribeiro, o papel desses imigrantes no sistema financeiro também se constituiu como um instrumento gerador de discórdias entre as nacionalidades e, conseqüentemente, de sentimentos lusóforos por parte dos brasileiros. Com poucas instituições bancárias e muita burocracia, os trabalhadores e pequenos negociantes brasileiros viam-se impelidos a recorrer aos lusos — que habitualmente possuíam mais condições que os nacionais, pois tinham a cultura de amealhar dinheiro para cumprir seus objetivos, como o de retornar rico ou comprar uma propriedade — para conseguir dinheiro emprestado. Também por assumirem essa função, os portugueses eram acusados de cometer usura ou agiotagem, de cobrar juros excessivos, atribuindo-lhes mais uma vez a responsabilidade pela exploração do brasileiro em prol do seu benefício. A autora, sobre a questão dos serviços de empréstimo de dinheiro, explica:

como patrão, às vezes ele próprio [o português] fazia empréstimos compulsórios aos salários dos seus empregados através de expedientes conhecidos como: o não pagamento de quantias devidas, o atraso ou não da remuneração justa e a dispensa de empregados com salários mais altos para a contratação de trabalhadores com menores salários²⁸⁶.

A população mais empobrecida, que trabalhava em busca da sua sobrevivência e da sua família, era aquela que mais tinha uma percepção sobre a imagem do português explorador, no entanto, não era a única que possuía tal visão a respeito dos imigrantes lusos. Gladys Ribeiro sublinha que entre nacionais e estrangeiros representados pela pequena burguesia também havia rixas e desentendimentos. Os pequenos empresários cariocas varejistas, donos de estalagens e de cortiços disputavam o mercado com portugueses e, também

²⁸⁶ Ribeiro, Gladys Sabina. (2017). *O Rio de Janeiro...cit*, p. 92.

por estratégia de venda, utilizavam o antilusitanismo e disseminavam uma visão estereotipada do luso. Essa pequena burguesia, que encontrou apoio, meios e instrumentos nas ideias políticas jacobinistas, reforçava a lusofobia com a ajuda da imprensa combativa antiestrangeira, exigindo, entre outras medidas, a nacionalização do comércio brasileiro. A autora reforça que esses conflitos e desordens que faziam parte do cotidiano carioca pertenciam a uma lógica maior responsável pela manutenção da ordem social naquele contexto republicano. Os pequenos conflitos urbanos, causados pela lusofobia, antilusitanismo e também pela desigualdade racial, possibilitavam a manutenção do sistema social, político e econômico daquele tipo de governo, pois desviava as atenções das causas da sua crise para os confrontos com motivação torpe.

Tal imbricamento nas relações sociais e econômicas fazia parte do cenário das áreas mais pobres da cidade, mas era escondida pelas imagens e fotografias com teor romântico, inspiradas na concepção da *Belle Époque* francesa. Com o tempo, essas rugas acabaram extrapolando as regiões com menor poder econômico chegando a influenciar mesmo os espaços mais ricos da urbe, responsável pela formação cultural e intelectual do país. Na conclusão de Robert Rowland, “os estereótipos negativos herdados do século XIX [a respeito dos portugueses] persistiram, alimentados por vezes por razões políticas”²⁸⁷. O autor afirma que naquele contexto de provação da ideologia republicana, “o bode expiatório de uma sociedade urbana e industrial tinha de ser outro”²⁸⁸. O antilusitanismo, ao longo da Primeira República, revelou ser uma das características das etapas do processo de criação da identidade nacional brasileira e de sua afirmação, edificada no contraste, entre o confronto e a íntima aliança com Portugal e com o povo português imigrado.

Dessa forma, reflete-se nesse trabalho que a experiência histórica das camadas mais pobres da sociedade carioca estimulou as divisões nacionais e raciais, as inserindo como elemento fundador na mentalidade popular. A composição étnica do mercado de trabalho da cidade tinha o predomínio de imigrantes portugueses e de brasileiros não-brancos, revelando a continuidade das duas principais clivagens da sociedade colonial e imperial como partes

²⁸⁷ Rowland, Robert. (2001). Manuéis e Joaquins: a cultura brasileira e os portugueses. Revista Etnográfica, v. 5, n. 1, p. 170.

²⁸⁸ Idem.

integrantes da vida urbana brasileira, mais especificamente carioca: “as contradições senhor/patrão branco *versus* escravo/empregado negro e colonizador/explorador português *versus* colonizado explorado brasileiro”²⁸⁹. Tal relação contraditória — conjuntamente a diversas outras experiências entre nacionais e estrangeiros — já estava incutida na realidade cotidiana da comunidade e, por isso, as mentalidades e atitudes populares se expressavam em ressentimento mútuo. Enquanto o português reforçava na América a concepção cultural de superioridade em relação ao brasileiro e ao negro/mulato, os nacionais ressentiam-se dos portugueses por ocuparem a maior parte das vagas de emprego disponíveis na cidade. Conclui Sidney Chalhoub sobre o imigrante português e sua relação com o nacional no mundo do trabalho carioca:

Em síntese, o problema das rivalidades nacionais e raciais entre os membros da classe trabalhadora remete tanto a aspectos inerentes à mentalidade popular, já há muito internalizados por brasileiros pobres e imigrantes, quanto à conjuntura específica de transição para a ordem capitalista na cidade do Rio de Janeiro da época. [...] Nesse sentido, é importante perceber os inúmeros conflitos individuais em situações de trabalho dentro do contexto mais amplo da competição entre populares pela viabilização de sua sobrevivência em condições extremamente desfavoráveis, sendo os conflitos nacionais e raciais a expressão mais comum dessas tensões provenientes da luta pela sobrevivência²⁹⁰.

²⁸⁹ Chalhoub, Sidney. (2012). *Trabalho...*cit, p. 60.

²⁹⁰ Idem, p. 63.

Parte II

O antilusitanismo na identidade nacional: uma análise do discurso das fontes

Explicitados os contextos, os conceitos e os termos relacionados aos estudos das práticas e das representações antilusitanas — desvelando os arcabouços teóricos que tratam sobre as possíveis causas da xenofobia contra os portugueses no Brasil, desde os contatos iniciais entre habitantes dos dois lados do Atlântico — inicia-se, nesta segunda parte do trabalho, a análise efetiva das fontes, o *corpus* de pesquisa. O exame dessas fontes possibilita o descortinamento dos indícios de discursos antilusitanos na composição das narrativas nacionais e de outras narrativas capazes de influir na identidade nacional brasileira ao longo do primeiro governo republicano.

Para compreender as motivações e as necessidades do antilusitanismo na formação da identidade nacional, as fontes documentais pesquisadas serão investigadas pelo método da Análise do Discurso (AD). De acordo com Eni Orlandi, tal método objetiva entender a inteligibilidade da língua, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Ou seja, “visa compreender como os objetos simbólicos produzem sentido, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela [AD] considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido”²⁹¹. No entanto, a AD vai além da interpretação de texto, ela também se propõe a trabalhar seus limites e seus mecanismos, como parte integrante dos processos de significação. Os gestos interpretativos são os verdadeiros meios de constituição e de análise dos textos, que, conjuntamente com seus dispositivos, permitem a sua compreensão. O autor afirma que não há verdade oculta atrás do texto, mas há método e construção de dispositivos teóricos capazes de o desvelarem.

Eni Orlandi explica que diante do texto — a unidade primária da qual se parte inicialmente — o analista deve remetê-lo a um discurso que se explicita

²⁹¹ Orlandi, Eni. (2009). *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes. p. 26.

“em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura”²⁹². Nota-se que há uma dificuldade no momento em que inicia a análise: o analista não possui contato inaugural com o discurso, que é por excelência o seu material de análise, mas tem à primeira vista uma enormidade de conjunto de textos que devem ser selecionados — delimitação do *corpus* de análise — de acordo com critérios que são provenientes de princípios teóricos, face aos objetivos de análise que levam a compreensão (ato de revelar como o discurso funciona, produzindo efeitos de sentido). Portanto, a análise inicia ainda com a definição do *corpus* (fontes), que se organiza a partir da natureza do material e da pergunta-problema do trabalho. Assim, verifica-se necessária a constante intervenção dos constructos teóricos para orientar a relação do analista com o objeto, com os sentidos e com a interpretação.

A próxima etapa de análise consiste no processo de de-superficialização, ou seja, um exame da materialidade linguística — como foi dito, quem disse, em que circunstâncias e outras —, ou seja, “naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação (em que o sujeito se marca no que diz)”²⁹³. A partir desse processo, o analista tem acesso aos indícios de compreensão do modo como o discurso se textualiza, revelando uma nova fase chamada de esquecimento do domínio da enunciação, que acaba dando ao analista a impressão de que algo só podia ser dito daquela maneira. De forma sintética, nesse primeiro movimento de análise, constrói-se, a partir do conjunto de textos brutos, um objeto discursivo pelo qual é possível investigar o que é dito no discurso analisado e também o que é dito em outros discursos, que possuem diferentes condições e que são afetados de formas diversas pelas suas memórias discursivas²⁹⁴.

²⁹² Idem, p. 63.

²⁹³ Idem, p. 65.

²⁹⁴ Para Eni Orlandi, a memória discursiva é a forma como se sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas, mas que foram esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. Amparado nas ideias de Michel Pêcheux, o autor revela que essa memória discursiva é a permanência das ideias do discurso mesmo após as alterações do acontecimento discursivo, ou seja, é a estabilização do discurso, sua possibilidade de repetição, é aquilo que “face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos (os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita”. Em: Pêcheux, Michel. (1999). *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes. p. 52.

Após esses movimentos já é possível a análise da discursividade propriamente dita, tendo como objetivo deslocar o sujeito diante dos efeitos que concernem a linguística e a ideologia, como já dito. Observa-se nessa fase o modo de construção do discurso, sua estruturação, seus meios de circulação e os diversos gestos de leitura possíveis que constroem os sentidos do texto. A investigação do objeto discursivo visa, portanto, compreendê-lo como um símbolo que produz sentidos. Assim, o analista pode desenvolver a investigação e no contato com vestígios e indícios consegue perceber de forma mais consciente o processo discursivo. Eni Orlandi resume que o pesquisador,

pelo seu trabalho de análise, pelo dispositivo que constrói, considerando os processos discursivos, pode explicitar o modo de constituição dos sujeitos e de produção de sentidos. Passa da superfície linguística (*corpus* bruto, textos) para o objeto discursivo e deste para o processo discursivo. Isto resulta, para o analista com seu dispositivo, em mostrar o trabalho da ideologia. Em outras palavras, é trabalhando essas etapas de análise que ele observa os efeitos da língua. Ou, o que, do ponto de vista do analista, é o mesmo: é assim que ele apreende a historicidade²⁹⁵ do texto. Destaca-se aí a textualização do político, entendido discursivamente: a simbolização das relações de poder presentes no texto²⁹⁶.

A partir das três etapas de análise do discurso — 1ª) passagem da superfície linguística para o objeto discursivo (do texto para o discurso); 2ª) passagem do objeto discursivo para o processo discursivo (formação discursiva); 3ª) análise do processo discursivo na sua produção de sentidos (formação ideológica), — na sua segunda parte, essa tese investigará os textos (o seu *corpus* documental) que refletem o antilusitanismo na formação da identidade nacional brasileira. A análise de tais fontes seguirá a seguinte ordem por capítulos: 1) das revistas (produtos jornalísticos) com características xenófobas em relação aos portugueses; 2) os produtos culturais populares que expressam uma forma estereotipada de representar os imigrantes portugueses; 3) as narrativas com teor nacionalista que revelam vestígios de lusofobia. É importante destacar que esse processo de análise não necessariamente explicitará cada fase do seu desenvolvimento, mas revelará os principais aspectos e os

²⁹⁵ Com historicidade do texto, o autor não considera só a observação dos conteúdos históricos relacionados ao texto, mas sobretudo a forma como eles são tomados como discurso está intimamente ligada a maneira como ele está vinculado à sua exterioridade. O acontecimento do texto como discurso e o trabalho dos seus sentidos é a sua historicidade. “Compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, é compreendê-lo enquanto objetivo linguístico-histórico, é explicitar como ele realiza a discursividade que o constituiu”. Em: Orlandi, Eni. (2009). *Análise do...*cit, p.70.

²⁹⁶ Idem, p. 68.

resultados de análise, a partir da aplicação das três etapas, em cada tipologia de fonte estudada. Cada tipo de fonte também exigirá uma organização própria da análise do discurso em três etapas, sendo dividida de forma mais coerente para a apresentação dos seus resultados específicos. Por fim, serão apresentados os resultados gerais da análise de todas as fontes, que conjuntamente com os estudos presentes na primeira parte desse trabalho, responderão à pergunta problema: se e como os discursos antilusitanos influenciaram as narrativas formadoras da identidade nacional brasileira ao longo dos anos republicanos (1890-1930)?

Capítulo 4 - A imprensa combativa e nacionalista

Desde 1980, com as perspectivas historiográficas da terceira geração da Escola dos *Annales* na Nova História Cultural, as fontes jornalísticas deixaram de ser coadjuvantes para se apresentarem como importantes representações de realidades culturais de uma sociedade. Tais realidades se constituem em torno de interesses que, por sua vez, estão submetidos a diferentes níveis de influência, a depender dos seus valores temporais. Como outros tipos de documentação, as fontes jornalísticas exigem um tratamento rigoroso que revelam, entre outros aspectos, as posições no tempo e no espaço e os contextos históricos e sociais dos seus objetivos editoriais, bem como as práticas culturais e sociais dos seus diretores. Para a realização desse tratamento historiográfico, é importante notar as aparências físicas, as publicidades e o público leitor dos periódicos, na tentativa de desvelar quais os objetivos que o comunicador deseja atingir. Por meio de indícios e sinais apresentados na análise minuciosa e detalhada de cada impresso, é possível descortinar as questões em torno do conteúdo publicado. De acordo com Roger Chartier e José Barros, as práticas e representações culturais — presentes na imprensa periódica — são resultados de determinadas motivações e necessidades sociais²⁹⁷, por isso os discursos da imprensa combativa antiestrangeira, especialmente lusófoba, nascem conjuntamente com os movimentos antilusitanos.

Ao longo do processo de construção da identidade nacional seguido à emancipação política, como afirma Carlos Fino, o antilusitanismo cristalizou-se na nascente opinião pública, que a seguir à Independência comemorava a nova condição de liberdade de imprensa — em relação à monarquia portuguesa — para apresentar seu plano ideológico de estranhamento e incomunicação em relação a Portugal. O processo de autoidentificação procurou modificar o sentido positivo da influência do país colonizador na história e na memória do Brasil, revelando um processo de reavaliação a partir da distinção entre as identidades nacionais brasileira e portuguesa. Segundo o autor, a imprensa radical e

²⁹⁷ Chartier, Roger. (2002). *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Barros, José. (2003). História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. *Textos de História*. v. 11, n. 1, p. 145-172.

combativa — fortalecida depois, na Primeira República — solidificou os sentimentos de animosidade e de desafeto entre as nacionalidades e, por isso, a “imprensa foi instrumental nessa diabolização do português”²⁹⁸. O que se notou no período republicano foi o desenvolvimento da imprensa brasileira, tanto aquela influenciada pela presença massiva dos portugueses no país — principalmente na cidade do Rio de Janeiro — quanto a que revelava uma visão antiestrangeira e nacionalista, demonstrando os seus argumentos de caráter xenófobo.

O processo de modernização das urbes, como destacado no capítulo 3, contribuiu para a renovação da imprensa em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Esse processo gerou a multiplicação de jornais e revistas, apresentando uma diversidade de temáticas e teores desenvolvidos ao longo do século XX. Mais especificamente, na capital do país da década de 1920, circulavam em torno de oitocentos periódicos, que como consequência do aumento do número de leitores — crescimento da população alfabetizada nas cidades —, marcaram o processo de especialização e profissionalização da imprensa. Nelson Sodré explica que a passagem da pequena para a grande imprensa revelou a alteração dos periódicos com “estruturas simples e folhas tipográficas” para “empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício da função”²⁹⁹ e que tal mudança tinha como objetivo alcançar as necessidades do crescente mercado consumidor.

A variedade de temas também se tornou a marca das revistas dos anos 1920. Para manter o apelo conotativo da atualidade e garantir o constante interesse do consumidor — que agora tinha necessidade de informação cada vez mais rápida —, as empresas investiram em ilustrações e variedades de assuntos nas suas secções. O aperfeiçoamento técnico, descrito por Nelson Sodré, foi desenvolvido por conta do apego contemporâneo à ilustração e à fotografia, inovações marcantes que renovaram a interação entre revista e leitor (consumidor), que além do texto, dispunha da imagem, num processo de comunicação mais agradável e interessante. Nesse movimento de capturar o público-alvo, a literatura também constituía como importante ferramenta, que

²⁹⁸ Fino, Carlos. (2019). *Raízes do estranhamento: a (in) comunicação Portugal-Brasil*. (Tese de Doutorado). Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, p. 286.

²⁹⁹ Sodré, Nelson. (1999). *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 275.

era, em alguns casos, mais um tema entre tantos (moda, crônica social, humor, curiosidade, desporto) e em outros periódicos eram centrais as críticas e discussões sobre a produção literária. Nelson Sodré explica que os “homens de letras buscavam nos jornais ou revistas o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; e um pouco de dinheiro, se possível”³⁰⁰.

Nesse universo amplo e diverso da imprensa nos inícios do século XX, também houve o desenvolvimento de revistas com teor político e religioso, como as publica es operárias e as católicas. Esses periódicos visavam principalmente discutir questões que na época estavam na ordem do dia, aquelas referentes ao futuro da sociedade brasileira. O debate nacionalista estimulado pelo advento das guerras mundiais, pelo contexto marcado pelo imperialismo, pelas disputas entre as potências europeias e também pelo temor da perda do território tornou-se essencial para esse tipo de imprensa. Esse espaço de discussão incentivou o interesse pela leitura xenófoba, antiliberal e antiestrangeira, incentivada por autores conservadores e nacionalistas. Tais autores pensavam que a imigra o, bem como as rela es econ micas, culturais e intelectuais estabelecidas por estrangeiros eram fatores desagregadores da sociedade brasileira, pois desvirtuavam daquilo que era estritamente nacional, caracteristicamente brasileiro.

Investigar os periódicos ao longo dos anos de 1920   percebê-los inicialmente como “espaços de fermenta o cultural e de agrega o em torno dos quais se compartilham posturas políticas, ideológicas e/ou culturais”³⁰¹. Esses espaços, como explica Ângela de Castro Gomes, devem ser entendidos como lugares afetivos e de sociabilidade pelos quais   possível notar tanto as rela es de amizade/cumplicidade e competi o/hostilidade, como também “a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por eventos, personalidades e grupos especiais”³⁰². A autora considera que   preciso pensar esses espaços de dissemina o de pensamento como um ecossistema, dentro do qual observam-se amores, ódios, projetos e ilusões ora em conversão, ora em choque, mas que são partes constituintes da vida relacional.

³⁰⁰ Idem, p. 292.

³⁰¹ Jesus, Carlos Gustavo. (2012). *Revista Gil Bl s e o nacionalismo de combate (1919-1923)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 15.

³⁰² Gomes, Angela. (1999). *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Funda o Getúlio Vargas, p. 20.

Para além dos aspectos do conteúdo, é necessário também contemplar os elementos da forma do periódico. A revista é um produto de comunicação diferente do jornal, porque sua periodicidade não diária acaba por influir em característica singular, segmentada e documental. Como ressalta Ana Luiza Martins, os textos mais elaborados, o cuidado gráfico, a configuração de brochura e a quantidade de publicidade ofereciam à revista “o caráter lúdico desse periódico, de leitura amena e ligeira, [que] explica a opção expressiva por essa modalidade de suporte da leitura na produção da História em suas múltiplas dimensões”³⁰³.

As revistas, portanto, se apresentavam como importantes representações do mundo social que, como salienta Roger Chartier, “são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam” ainda que “aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão”³⁰⁴. Essas percepções do mundo social não são discursos neutros, mas pelo contrário, os criadores desses discursos são responsáveis pela produção de estratégias e práticas pelas quais tentam impor sua autoridade, a sua concepção sobre o mundo, os seus valores e seus domínios. Na exposição desses discursos será explorada a articulação de propostas políticas, sociais e culturais que procuram, a partir de práticas encadeadas, produzir historicamente as estruturas do mundo social. É nesse sentido que se dinamiza essa investigação sobre a imprensa combativa, nativista e antiestrangeira em circulação no país ao longo do período republicano.

Por meio da análise do discurso em três etapas — baseado nas linhas de investigação de Eni Orlandi —, como apresentado na introdução da segunda parte deste trabalho, foi selecionado o *corpus* a partir de uma pesquisa inicial bibliográfica³⁰⁵ e documental³⁰⁶. Dessa pesquisa, surgiram referências de

³⁰³ Martins, Ana Luiza. (2001). *Revista em revistas: imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: Edusp/Fapesp.

³⁰⁴ Chartier, Roger. (2002). *A história...*cit, p. 17.

³⁰⁵ A pesquisa bibliográfica desta fase de análise teve com base, principalmente, as seguintes referências: Carvalho, M. (2012). Mesma carne, outro sangue: notas introdutórias sobre as relações culturais republicanas entre Portugal e Brasil. *Letras de Hoje*, v. 47, n. 4. Outubro/dezembro. Porto Alegre. p. 348-355; Jesus, Carlos. (2012). *Revista Gil Blás e o nacionalismo de combate (1919-1923)*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Ribeiro, G. (2017). *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Rio de Janeiro: Eduff; Souza, R. (2010). O Antilusitanismo e a Afirmação da Nacionalidade. *Revista Politeia: História e Sociedade*, v. 5, n.1, p. 133-151.

³⁰⁶ A pesquisa documental foi realizada no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Brasil, disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em julho de 2021. A consulta presencial não pôde ser realizada, impedindo o acesso a outros periódicos em

periódicos que revelavam perspectivas antilusitanas e antiestrangeiras e que também possuíam a intenção de sugerir possíveis soluções para um futuro de melhoria para a nação. Foram, então, traçadas as principais características desses órgãos de comunicação, dos seus diretores e colaboradores. Foram também desveladas suas intenções de criação, linhas editoriais e vínculos políticos e ideológicos. Após a definição desses periódicos para análise e suas descrições, iniciou-se a leitura dos textos em artigos que tratavam especificamente de Portugal e dos portugueses, bem como de termos adjacentes que os referenciam. Em cada publicação obteve um número específico de textos escolhidos que revelaram estratégias discursivas diferentes.

4.1 *Brazileia*: revista de propaganda nacionalista

A revista *Brazileia*, fundada em 1917, teve como diretores Arnaldo Damasceno Vieira, Álvaro Bomílcar e Jackson de Figueiredo, pensadores conhecidos por discutir o nacionalismo católico, propor a nacionalização do comércio e defender os princípios do nacionalismo nativista. O mensário abrigava poucas seções fixas, entre elas: “Variedades” — reflexões sobre a situação política, ideológica e econômica do país — e “Bibliografia”, que sugeria livros, autores e textos alinhados à sua perspectiva editorial. Suas páginas apresentavam poucas imagens e anúncios, muita opinião e crítica, além de alguns poemas e sonetos. A revista adotava uma linguagem rebuscada e, por vezes, sarcástica, como era comum à época. Teve duas fases de publicação: a primeira que correspondeu aos anos de 1917 e 1918 (que será analisada neste trabalho) e a segunda que marcou os anos de 1931 a 1933. Em sua primeira fase, suas edições – cuja capa mostrava sua editoração, ou seja, a organização daquela edição por meio de um sumário – possuíam uma média de 40 páginas, aproximando-se a um livro, que propunha analisar questões sobre sociologia, arte e crítica social. Sua assinatura anual custava 5 mil réis e o valor do número avulso da revista era de 400 réis.

versão microfilmadas, por conta das restrições sanitárias impostas pela pandemia da covid-19 e pelas obras no setor de periódicos da instituição.

O nome da revista, com pronúncia correspondente a Brasília, “vem da defesa dos adeptos do nacionalismo nativista em se grafar Brasil e seus derivados com ‘Z’, para se diferenciar da língua falada em Portugal”³⁰⁷. O programa da revista estabelecia como objetivo a difusão e a defesa do brasileiro, linha de pensamento que valorizava o nacionalismo nativista e associava os problemas da nação à colonização, à imigração e ao intenso relacionamento com a comunidade portuguesa. *Brazileia* representava, como linha editorial, a visão de seu diretor-fundador, Álvaro Bomílcar.

Bomílcar diplomou-se em Direito, mas dedicou-se ao jornalismo, à literatura e às obras de cunho sociológico. Em 1910, foi político no Acre e em 1912 funcionário público no Rio de Janeiro; já nos anos 1930, tornou-se professor de Economia Política da Escola Superior do Comércio e suas principais obras de crítica social foram *Preconceito de raça no Brasil* (1916) e *Política no Brasil ou Nacionalismo radical* (1920), que tiveram como influência as ideias de Alberto Torres, Manoel Bonfim, Nicolau Debané e Alípio Bandeira. Essas obras criticam o preconceito racial, defendem o mestiço como protótipo de cidadão brasileiro, proveniente do índio e do negro africano, e renegam o legado do colonizador português. Tinha uma visão antiestrangeira e imputava aos imigrantes portugueses problemas sociais e questões de exploração econômica na sociedade brasileira.

Ainda, o diretor-fundador, com o apoio de Jackson Figueiredo e Arnaldo Damasceno Vieira, fundou *Brazileia* tendo como um dos seus objetivos dar voz ao movimento chamado *Propaganda Nativista (PN)*, órgão de resistência que se destinava a “reunir forças intelectuais em prol de resguardar as tradições de civismo, as conquistas e o amor à liberdade”³⁰⁸. Lúcia Oliveira explica que o movimento era uma sociedade de caráter político e defendia de forma ampla os ideais republicanos, por isso foi criada no dia 21 de abril (dia de Tiradentes) e tinha como patrono Floriano Peixoto, ícone do nacionalismo radical pelo qual se guiava a entidade. O grupo e, conseqüentemente, a revista publicitavam a

³⁰⁷ De Luca, Tania Regina (org). (2011). *Catálogo da Hemeroteca do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap)*. São Paulo: FCL-UNESP-Assis, p. 67. Disponível em: <https://www.assis.unesp.br/Home/pesquisa/cedap/catalogo_hemeroteca.pdf>. Acesso em junho de 2021.

³⁰⁸ Bomílcar, Alvaro. (1920). *A política no Brasil ou o nacionalismo radical: ensaio de crítica social e histórica*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurillo.

emancipação econômica, intelectual e financeira do Brasil, assim como incentivavam as relações entre as nações americanas no combate à influência dos países europeus. Também defendiam o mercado de trabalho voltado para os brasileiros, por intermédio da regulamentação da imigração em massa.

O periódico diferenciava-se das revistas de variedades já que não apresentava muitas imagens e possuía uma diagramação mais próxima a de um livro. Como afirmava no seu programa de apresentação, “quase todos os periódicos — diários e magazines — têm a sua esfera de atividade restrita ao senso estético”³⁰⁹. O mensário propunha “preencher uma lacuna, porventura mal percebida” no mercado editorial, que explorava as coisas europeias ao invés de se ocupar com as searas indígenas, as belezas do país e os progressos morais e econômicos dos brasileiros. “Entre inúmeras publicações — jornais, revistas e congêneres — uma única que se destine exclusivamente à propaganda das coisas brasileiras”, pois os outros periódicos do mercado “do Brazil propriamente, homens, factos, riquezas, instituições, pouco se fala”³¹⁰. *Brazileia* desejava, portanto, “desfraldar o pendão do brasileiro puro e intelectual”, desvelando seus “traços diferenciaes — ethnographicos e mesológicos — que já se fazem notar até mesmo nos factos da formosa língua que nos herdaram esses rudes antepassados”³¹¹. Em seu editorial, *Brazileia* afirmava que o intuito de sua criação era traçar “nas justas do pensamento, um novo caminho, sem dúvida espinhoso — pois do nosso ponto de vista o amor à ordem reflecte a concepção dos antigos postulados da razão, que correspondem a essas duas mágicas palavras: — Deus e Patria”³¹². Para isso, o requisito para a publicação dos textos de colaboradores voluntários era que fossem “exclusivamente inspirados nos moldes do puro patriotismo, e sirvam á propaganda das nossas creações sociaes: artísticas, scientificas e económicas. Por extensão, os assumptos que interessam a vida dos povos americanos deverão também interessar-nos”³¹³.

³⁰⁹ Redacção. (1917). Nosso programma. *Revista Brazileia: sociologia, arte e critica*. Anno I, n. 1, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=7>>. Acesso em junho de 2021.

³¹⁰ Idem.

³¹¹ Idem.

³¹² Idem, p. 4.

³¹³ Idem.

A revista *Brazileia* foi citada por diversos autores que estudam as relações intelectuais entre Brasil e Portugal nos finais do século XIX até meados do século XX³¹⁴. As pesquisas que desvelam os discursos de formação da identidade nacional brasileira apontam *Brazileia* como um espaço de divulgação do nacionalismo lusófono e radical, mas não analisam todo o seu conteúdo que revela esse caráter, como será feito neste trabalho. Os pesquisadores que mais despenderam suas investigações para perscrutar o periódico foram Jorge Luís Alves e Carlos Gustavo de Jesus.

Jorge Luís Alves — na sua pesquisa sobre o luso-brasileirismo — faz referência ao semanário, conjuntamente com a revista *Gil Blas*, por meio da atuação de um dos seus diretores, Álvaro Bomílcar. Segundo o autor, *Brazileia* servia como o lugar utilizado pelo seu diretor para difundir a ideia de subordinação do Brasil em relação a Portugal, que vinha desde a colonização e permanecia até os anos 1910. Para Bomílcar, a nacionalidade não se formava de maneira completa, pois padecia de incapacidade política e soberania apenas formal, estimulada pelo luso-brasileirismo e pelos vínculos intelectuais e culturais entre os países. Nesse sentido, a revista foi uma das publicações que representava o núcleo nacionalista autodenominado radical (Alcebíades Delamare, Arnaldo Damasceno Vieira, Jackson de Figueiredo), cujo ativismo político se manifestou na organização da *Propaganda Nativista* (1919), da *Ação Social Nacionalista* (1920) e da *Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais* (1924)³¹⁵.

O pesquisador conclui que periódicos como *Brazileia* ajudaram a disseminar ideais extremistas que retratavam o espírito de reação ao colonialismo português. Segundo o autor, a língua, a literatura e a história foram tratadas pelos intelectuais oitocentistas de forma a distanciar ou até mesmo

³¹⁴ Alguns trabalhos que citam *Brazileia*, mas não detalham seus conteúdos, são: Motta, Marly. (1992). *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: FGV; Oliveira, Lúcia. (1998). *A festa que a República manda guardar. Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, p. 172-189; Carvalho, Maria do Socorro. (2012). *Mesma carne, outro sangue: notas introdutórias sobre as relações culturais republicanas entre Portugal e Brasil. Letras de Hoje*, v. 47, n. 4, p. 348-355; Miranda, Luciana. (2014). *“Brasil, visão do que fomos, do que somos e do que devemos ser”: a causa luso-brasileira em João de Barros, 1912-1922*. (Tese de Doutorado em História). Universidade de Lisboa.

³¹⁵ Alves, Jorge. (2009). *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo – um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal*. (Tese de Doutorado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

incentivar o confronto entre os dois países. Já no século XX, com a presença enfática do imigrante português nas principais cidades brasileiras, houve o desenvolvimento, por parte de uma fração da intelectualidade, do antilusitanismo e da formação de estereótipos.

O sentimento de usurpação propiciou a germinação e enraizamento, nas regiões mencionadas [Rio de Janeiro, Pará, Amazonas e Pernambuco], da percepção de “invasão” do elemento estrangeiro. A percepção de “invasão” não se limitou ao português, mas adquiriu, em relação a essa nacionalidade, um grau de sensibilidade mais extremado na medida que a proximidade cultural e histórica – o passado colonial – era parte intrínseca da memória coletiva³¹⁶.

Carlos Gustavo de Jesus, que se dedicou a escrutinar o periódico *Gil Blás*, também faz menções à *Brazileia* pela proximidade dos seus conteúdos e pela correspondência dos seus colaboradores, destacando as mesmas características que Jorge Luís Alves já apontara sobre a revista, mas acrescentou — como já realizado neste trabalho — os seus aspectos formais, de diagramação e seu programa³¹⁷.

4.1.1 Análise

A fonte selecionada para a análise engloba 24 edições do mensário *Brazileia: sociologia, arte e crítica*, da primeira fase da revista, correspondida entre os anos 1917 e 1918. Para a análise, foram selecionados os textos que tratam Portugal e os portugueses, de forma direta ou por citação. Dessa prospecção, resultaram 24 artigos que referenciam os lusos, suas características, atuações e costumes, em que prevalecem três matrizes temáticas que apresentam estratégias discursivas exploradas analiticamente a seguir: referências sobre a história e memória brasileira e portuguesa; relações de dependência culturais e intelectuais entre brasileiros e portugueses; e questões relacionadas à nacionalização do comércio e indústria.

a) História e memória

Percebe-se que os editores, jornalistas e colaboradores da revista desaprovavam as ações políticas da Coroa Portuguesa. Nos textos publicados

³¹⁶ Idem, p. 324.

³¹⁷ Jesus, Carlos Gustavo. (2012). *Revista Gil Blás e o nacionalismo de combate (1919-1923)*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

em *Brazileia*, eles destacavam heranças “viciosas” deixadas pelos portugueses no período colonial e imperial — responsável por transmitir aos brasileiros “um legado de degradados e galés”³¹⁸ —, a exemplo de determinadas características e costumes daquele povo. Também se nota uma crítica à narrativa oponente, que exaltava a atuação portuguesa na história do Brasil.

Na primeira edição da revista, o editor Álvaro Bomílcar considerou que a colonização portuguesa estimulou a “obra da injustiça e da extorsão”, ao “dividir a população em duas grandes classes: senhores e escravos. Aquelles eram os portugueses, ou seus descendentes; os outros, — os negros e os índios!”³¹⁹. Para o editor, os mestiços entre as raças, quando eram livres, eram tratados “com rigor; porque se tinha certeza de encontrar sua origem na senzala...”³²⁰. Decorreram dessa divisão social, segundo Bomílcar, os males da realidade brasileira, considerada uma “terra de magnatas, mas sem povo no alto sentido da palavra”³²¹. Tais males, segundo ele, se sustentavam pela histórica subalternidade política local em relação a Portugal.

No mesmo texto, Bomílcar refletiu sobre a questão da nacionalidade brasileira e ressaltou que a política no país não era capaz de educar porque ela não surgiu no “seio da nacionalidade”. Em crítica aos legados deixados pelos portugueses, concluiu que a identidade nacional brasileira era como um “piano velho que nos mandassem de além-mar, com as téclas e cordas bem estragadas”³²². Para o autor, a coesão de um povo — edificada a partir da solidariedade orgânica — era necessária para a constituição da nacionalidade. A consciência nacional que faltava no povo brasileiro advinha da veia portuguesa, pois era uma sociedade fraca e incapaz de adquirir meios para unir o povo com seu território.

Na quarta edição da revista, Bomílcar argumentou que, apesar de não ser o regime ideal, a República era melhor opção que a Monarquia portuguesa

³¹⁸ Almeida, Lacerda. (1917). Sociologia: A Brazileia. *Revista Brazileia: sociologia, arte e critica*. Anno I, n. 11, p. 502. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=453>>. Acesso em julho de 2021.

³¹⁹ Bomílcar, Alvaro. (1917). A política no Brazil. *Revista Brazileia: sociologia, arte e critica*. Anno I, n. 1, p. 25. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217425&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=1>>. Acesso em julho de 2021.

³²⁰ Idem.

³²¹ Idem.

³²² Idem, p. 28.

porque esta nunca teve “raízes na massa popular”³²³ e se apresentava aos brasileiros como “vício de origem”. Em tom de reprovação, entendia que a necessidade de proclamar o passado como um período de glórias, “fundado no bamburrio das navegações”³²⁴, nada mais era que uma retórica discutível, a qual ao invés de “construir no presente alguma coisa útil e proveitosa, pelo trabalho e coesão das classes”³²⁵, intencionava lembrar com saudosismos um “péssimo”³²⁶ passado.

Nas edições 6 e 7, os textos apresentavam referências a valores e costumes deixados pelos portugueses durante a colonização. A “jactância, trapaça, chicana, prosápia fofa, tolice, preguiça e falta de sentimento de dever”³²⁷ seriam legados de D. João VI. Sobre o monarca português que viveu no Brasil, Lima Barreto, na edição número 15 de 1918, o caracterizou como um “dos chefes de Estado do Brasil que mais feriu o espírito do povo”³²⁸. Do mesmo modo, “o preconceito de raça, o racismo, a escravidão, moralidade do latrocínio, barbarismo e o egoísmo”³²⁹ eram vícios deixados pelos portugueses.

No texto “O luso-brazileiro”, publicado na seção “Variedades”, os colaboradores, em tom irônico, salientaram que o “grande amor que nos liga a Portugal e a portugueses desde o tempo em que os seus patrícios encetaram a obra da civilização neste país”³³⁰ devia à relação histórica que realizou “processos admiráveis” como “a apologia do incêndio, do latrocínio e do

³²³ Bomilcar, Alvaro. (1917). Sociologia: Carta aberta a Pedro Couto. *Revista Brasileira: sociologia, arte e crítica*. Anno I, n. 4, p. 151. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217425&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=152>>. Acesso em julho de 2021.

³²⁴ Idem, p. 154.

³²⁵ Idem, p. 153.

³²⁶ Idem, p. 152.

³²⁷ Andrade, Helvecio.(1917). Literatura: uma carta do director de instrução pública do estado de Sergipe. *Revista Brasileira: sociologia, arte e crítica*. Anno I, n. 6, p. 331. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217425&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=331>>. Acesso em julho de 2021.

³²⁸ Barreto, Lima. (1918). Alvarás, cartas régias e etc. *Revista Brasileira: sociologia, arte e crítica*. Anno II, n. 15, p. 16. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=716>>. Acesso em julho 2021.

³²⁹ Variedades: o luso-brazileiro. (1917). *Revista Brasileira: sociologia, arte e crítica*. Anno I, n. 7, p.360. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217425&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=360>>. Acesso em julho de 2021; Nacionalismo: América Latina. (1917). *Revista Brasileira: sociologia, arte e crítica*. Anno I, n. 7, p. 370. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217425&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=370>>. Acesso em julho de 2021.

³³⁰ Idem.

parasitismo”. Enfatizaram que a “nossa irremediável origem portuguesa e o vínculo prejudicial da língua”, “a muito nos obrigam” a manter uma “aparente camaradagem”, que, na realidade, “revela mentiras e falsidades sem conta”. De acordo com o artigo, o passado em comum entre os países impelia o Brasil a permanecer nesse “jugo funesto”, no qual antes tivesse o país americano “ficado virgem de uma ‘tal descoberta’, [do que ter que lidar] com a moralidade da escravidão e do latrocínio e da eloquência do incêndio e da balança, em que se pesavam aquelas gananciosas consciências!!”³³¹.

Ao longo das suas edições, a revista revelou as suas opiniões acerca das ações de personagens históricos e criticou a perspectiva que enaltece a presença portuguesa nos territórios brasileiros. No texto “A emancipação do Brasil”, publicado na edição número 6, argumentou que D. Pedro I não devia ser considerado o patriarca da Independência, porque, desse modo, ignorar-se-iam os fatores ligados à questão social na autonomia da nação. O texto dissertou sobre a necessidade de abolir o “culto do heroísmo português, do idealismo português, do snobismo e do chauvismo também portugueses”³³², que foi inculcado aos brasileiros por meio do modo de pensar, valorizando a memória e os costumes portugueses.

Na seção “bibliografia”, da mesma edição, Jackson Figueiredo afirmou que ele mesmo tinha uma noção enviesada da história brasileira, pois ignorava a importância da Revolução Pernambucana para a soberania da nação e também para a escrita da verdadeira história nacional do Brasil. Para ele, enquanto os outros países da América do Sul reagiram de forma abrupta contra as suas metrópoles, o Brasil manteve uma relação amistosa com os que se “julgam senhores dessa terra”, um que vez “continuamos a arrastar comercial e moralmente, o mesmo julgo [= julgamento] de colonizados”³³³. Nesse sentido, Jackson Figueiredo defendia que os revolucionários pernambucanos foram proféticos ao perceber, desde antes da Independência, que a necessidade de

³³¹ Idem.

³³² A emancipação do Brasil. (1917). *Revista Brasileira: sociologia, arte e critica*. Anno I, n. 6, p. 241. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217425&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=241>>. Acesso em julho de 2021.

³³³ Figueiredo, Jackson. (1917). Bibliographia. *Revista Brasileira: sociologia, arte e critica*. Anno I, n. 6, p. 274. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217425&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=274>>. Acesso em julho de 2021.

“levantar o nível social dos homens de côm” não viria dos pensadores “endeusadores do luso-brasileirismo”³³⁴. Portanto, para ele, a única aliança possível seria aquela entre as nações latino-americanas, irmãs de sangue, criadas nas mesmas lutas e sofredoras dos mesmos males.

Para além das críticas aos legados deixados pelos portugueses e à forma como os brasileiros conduziram o país até à proclamação da República, os colaboradores de *Brazileia* também criticaram o modo como a história do Brasil era escrita, favorecendo as ações dos governantes lusos e do povo português na construção do Brasil. Afirmavam que há a intenção de “reforçar o cordão umbilical que o prende à antiga metrópole”³³⁵. Os autores sublinhavam que a história do Brasil “feita por portugueses e continuada por seus descendentes, idealistas e servis, é um amontoado de carapetões, tendentes a justificar os males sem conta que ficaram de uma tão acanhada civilização”³³⁶ que, por conta dos lusos, tornou-se uma terra de “antigos magnatas, mas sem povo no alto sentido da palavra”³³⁷. Por exemplo, sobre a emancipação política brasileira, *Brazileia* ressaltou que os historiadores positivistas erroneamente consideram D. Pedro I como o patriarca da Independência do país, visto que o verdadeiro patriarca foi José Bonifácio, quem permitiu a emancipação do país em relação ao “luso-brasileirismo, mostrengo que nos tolhe a liberdade de pensamento”³³⁸. O desconhecimento da história brasileira, segundo Jackson Figueiredo, estava “totalmente vinculado às ações monarquistas e às realizações dos portugueses”. Por isso, para esses autores era necessário o desenvolvimento da educação nacionalista e emancipatória, que se constituiu pela “demonstração documentada dos erros dos nossos colonizadores”³³⁹, na qual *Brazileia* se integrava.

b) As relações de dependência culturais e intelectuais

³³⁴ Idem.

³³⁵ Bomílcar, Alvaro. (1917). *A política...*cit.

³³⁶ Variedades: o luso-brasileiro. (1917). *Revista...*cit.

³³⁷ Bomílcar, Alvaro. (1917). *A política...*cit, p. 27.

³³⁸ A emancipação do Brasil. (1917). *Revista...*cit.

³³⁹ Variedades: Sinceridade. (1917). *Revista Brazileia: sociologia, arte e crítica*. Anno I, n. 12, p. 605. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=557>>. Acesso em julho de 2021.

Os textos que versavam sobre o campo das ideias e do pensamento intelectual revelavam o desejo de emancipação brasileiro em relação a Portugal. Segundo *Brazileia*, havia um “exagerado culto do intelectualismo português”, impondo ao povo brasileiro uma “pesada ditadura intelectual lusitana”. Para rompê-la, seria necessário “cortar pela raiz nossa tradição, relegando os pontos de contato com a metrópole”³⁴⁰. A disrupção dos vínculos culturais e intelectuais entre Brasil e Portugal, de acordo com *Brazileia*, iria se concretizar com a defesa de políticas nacionalistas como: o pan-americanismo, o patriotismo — por meio do antiestrangeirismo — e da nacionalização da imprensa brasileira, nomeadamente a carioca. Era por meio do desenvolvimento deste e de outros fatores que os colaboradores da revista argumentavam a necessidade da independência intelectual, moral, política, jurisdicional e cultural em relação à antiga metrópole.

O mensário ao valorizar o pan-americanismo, a nação e o patriotismo contra o estrangeirismo, afirmava que “amizades internacionaes nunca as possuimos, ainda que a isso se oppõem os publicistas luso-brazileiros, não por calculo propriamente, mas por chauvinismo e vesania parvoa”³⁴¹. Por isso, explicavam a preferência em manter os laços com os países do território americano.

Si pudessemos cultivar amizades outras, livres da tutela portuguesa, que nos fiscalisa de perto e impede a visão dos nossos destinos, deveríamos buscal-as no seio da livre America, entre povos que cooperaram para a realização de uma politica sabia e verdadeiramente fraternal: a supremacia continental e pacifica do Novo Mundo³⁴².

Ao defender a ligação intelectual e cultural com os países da América, a revista intencionava que esse vínculo resultasse em uma maior emancipação do Brasil em relação à Portugal. Para Bomílcar, esses países eram bons exemplos em razão de as “nações americanas se emancipam de todas as formas de suas ex-metrópoles”, enquanto que o Brasil insistia em manter “os laços das alianças intelectuais e comerciais que o definem cada vez mais como estranhos a si mesmos e cada vez mais submissos à raça que o descobriu”³⁴³. Era preciso,

³⁴⁰ A emancipação do Brazil. (1917). *Revista...cit.*

³⁴¹ Idem.

³⁴² Idem.

³⁴³ Bomílcar, Alvaro. (1917). *A política...cit.*

portanto, que os brasileiros se vissem “livres de uma retornada tutela que põe insuperáveis barreiras à nossa civilização”³⁴⁴.

A libertação intelectual e cultural do Brasil era dependente do esfacelamento da “oligarquia jornalística de portugueses”, que impedia a sociedade brasileira de despojar-se da “pesada ditadura intelectual e material lusitana, que exerce disfarçadamente pelo poder do ouro e pela força da imprensa”³⁴⁵, ditadura essa que era o “fator máximo da carestia de vida e do abastardamento do nosso caráter”³⁴⁶. Segundo os colaboradores, a intelectualidade portuguesa, representada pela imprensa brasileira — principalmente a do Rio de Janeiro —, era a “coorte mais enfurecida contra as nossas veleidades de autonomia”³⁴⁷, por isso *Brazileia* acabava sendo uma exceção em um meio que “prima pela falta de interesse pela política”³⁴⁸. De acordo com os colaboradores da revista, um dos principais passos para alcançar a emancipação intelectual era a imprensa do país tornar-se “genuinamente brasileira”³⁴⁹, “fazendo propaganda do Brasil, dentro do Brasil”³⁵⁰.

Brazileia também se preocupou em destacar nomes da intelectualidade brasileira, como Manoel Bomfim, Machado de Assis, Affonso Celso, Quintino Bocayuva, Sylvio Romero, Raymundo Corrêa, Adolpho Caminha, Castro Alves, Augusto Gil, para defender que no Brasil havia uma nova geração de jornalistas, cientistas, escritores, juristas e religiosos que “dão uma lição aos antigos colonizadores” e que são “infinitamente superiores às gerações passadas”³⁵¹. Acrescentava, ainda, que a intelectualidade brasileira se distinguia de parte da

³⁴⁴ A emancipação do Brasil. (1917). *Revista...cit.*

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ A guerra e o nosso programa. (1917). *Revista Brazileia: sociologia, arte e crítica*. Anno I, n. 2, p. 467. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=417>. Acesso em julho de 2021.

³⁴⁷ O momento. (1918). *Revista Brazileia: sociologia, arte e crítica*. Anno II, n. 15, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=705>. Acesso em julho de 2021.

³⁴⁸ Variedades: negros... (1917). *Revista Brazileia: sociologia, arte e crítica*. Anno I, n. 2, p. 281. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=282>. Acesso em julho de 2021.

³⁴⁹ Variedades: a diocese do Rio Branco. (1917). *Revista Brazileia: sociologia, arte e crítica*. Anno I, n. 2, p. 409. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=410>. Acesso em julho de 2021.

³⁵⁰ A guerra e o nosso programa. (1917). *Revista...cit.*

³⁵¹ Idem.

imprensa do Rio de Janeiro, que tinha como “escopo principal glorificar Portugal”³⁵².

Segundo a revista, o pensamento erudito português e a imprensa portuguesa refletiam preconceitos de raça e de cor, sendo “uma escola nociva de vícios e torpezas e, portanto, não passa de um factor de educação corrupto e corruptor”³⁵³. Nesse sentido, os colaboradores da *Brazileia* sugeriam que esse preconceito se devia ao receio dos europeus de “se depararem com qualidades mais nobres e relevantes virtudes mais apreciáveis que as dos portugueses”³⁵⁴. Ainda ressaltavam que se o brasileiro miscigenado era uma “raça inferior, se deve não pelos negros e índios, mas por todas as oficialidades, repartições publicas, artes [...] sendo dominadas por descendentes próximos dos nossos descobridores”. Para a *Brazileia*, “a raça branca portuguesa seria a causadora do nosso mal-estar e patente aniquilamento”³⁵⁵. Sobre hábitos e costumes preconceituosos, os autores afirmavam necessária a emancipação dos

preconceitos e dos ódios europeus, que combatemos a influencia enorme que exerce entre nós, o mais atrasado dos povos da Europa, hoje estrangeiro como qualquer outro, mas a quem língua e o habito nos entregam de olhos fechados, impensadamente³⁵⁶.

Em diversos textos que desvelavam a questão racial brasileira, os autores destacaram trechos de obras literárias, a exemplo da citação oriunda do livro *América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim:

é impossível ver um negro sem sentir-se atraído por ele. Tem fisionomias alegres, francas e honestas, o corpo sobejamente musculoso. Nunca pude olhar esses enfezados portugueses, com seu aspecto sanguinário, sem desejar por assim dizer, que o Brasil siga o exemplo do Haiti³⁵⁷.

³⁵² Caminha, Adolpho. (1917). Intelectuais esquecidos. *Revista Brazileia: sociologia, arte e critica*. Anno I, n. 2. p. 276. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=276>>. Acesso em julho de 2021.

³⁵³ Marques, Antonio. (1918). *Revista Brazileia: sociologia, arte e critica*. A mestiçagem. Anno II. n. 13 e 14. p. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=652>>. Acesso em julho de 2021.

³⁵⁴ Variedades: livros novos. (1917). *Revista Brazileia: sociologia, arte e critica*. Anno I, n. 2, p. 178. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=181>>. Acesso em julho de 2021.

³⁵⁵ Idem.

³⁵⁶ Pelo Brazil. (1918). *Revista Brazileia: sociologia, arte e critica*. Anno II. n. 13 e 14. p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=647>>. Acesso em julho de 2021.

³⁵⁷ Variedades: negros... (1917). *Revista...cit.*

A revista mostrava não só a sua preferência racial pelos negros em comparação aos europeus brancos, mas também revelava que o racismo dos portugueses em relação à etnia africana se estendia aos mestiços brasileiros. Reclamavam que os portugueses consideravam que “o brasileiro só nasceu para ser mandado”, “tudo que há de bom no Brasil, é feito pelos brancos, pelos europeus, e não pelos negros indolentes e maldosos”, ou, ainda, que “mestiço servil de raça e de educação inferiores, que dadas as condições de sua origem e nascimento, deve estar sempre sob o seu domínio e tutela”³⁵⁸. Diante dessas opiniões de alguns periódicos portugueses, os autores de *Brazileia* rebateram concluindo que

raro é o estrangeiro em nosso paiz, que não considere o brasileiro um homem servil de raça e de educação inferiores, confundindo, estúpida e orgulhosamente, a nossa cordura de character, lhaneza de sentimento e modo respeitoso de tratar, com servilismo e inferioridade de raça e de educação. [...]. Entretanto, esses homens, cegos pela presumpção e fatuidade em que se refestelam, radicados num odio ou aversão suspeitosos, [...] se aninham como viboras prontas a picar os seus tolerantes e magnânimos hospedeiros ao mais leve movimento de reivindicação, de seus brios e direitos, esquecem-se que foram os seus antepassados que não só importaram para o nosso continente e para o nosso paiz o elemento de cor sob os auspícios cruéis da escravidão, como foram eles que se immiscuiram com esse elemento de modo pouco digno digamos e produziram mestiços que ahi estão [...] ³⁵⁹.

Numa tentativa de se contrapor às narrativas que exaltavam os portugueses e glorificavam o vínculo intelectual e fraternal entre os países, *Brazileia* acusou esses imigrantes de falsearem tal relação amistosa, por isso considerava que os brasileiros têm “vivido em commum e em aparente camaradagem, é certo, mas entre mentiras e falsidades sem conta”³⁶⁰. Julgava que os brasileiros ainda viviam no “período do fetichismo pelas façanhas dos navegadores e suas maravilhosas viagens”, e que a “velha e conservadora” escola brasileira, ainda predominante naquele momento, não era capaz de notar que o “endeusado português” desde o descobrimento era a causa da “depressão moral e material” do país. Devia-se, portanto, evitar “uma tolerância exagerada” e “hospitalidade excessiva”, que faziam os brasileiros ao persistirem “na defesa indireta da escravidão intelectual”³⁶¹ do Brasil em relação a Portugal. E

³⁵⁸ Marques, Antonio. (1918). *Revista...cit.*

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ Variedades: o luso-brazileiro. (1917). *Revista...cit.*

³⁶¹ Variedades: de tanga e tacape. (1917). *Revista Brazileia: sociologia, arte e critica*. Anno I, n. 2, p. 608. Disponível em:

ressaltavam: “ao portuguez não devemos o que temos de melhor, e, antes, delle nos vem todo o desleixo em que vivemos e muitos ou quase todos os nossos males”³⁶².

Assim, os textos da revista argumentavam que devido aos aspectos econômicos, sociais, políticos e jurisdicionais, os portugueses deviam ser considerados estrangeiros e serem tratados como tais³⁶³, e sem o “combate ao domínio incontrastável que exerce o lusitano no Brasil”, permaneceriam os “mesmos males” que aniquilavam os brasileiros, oriundos “d`uma acanhada civilização: a rotina, a malversação, a indisciplina dos governados contra os governantes, [...]”³⁶⁴.

c) Nacionalização do comércio e da indústria

Os textos de *Brazileia* que dissertavam sobre a presença de portugueses no comércio brasileiro criticavam a exploração dos imigrantes lusos, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. A revista afirmava que, mediante apoio e contratos de contrerrâneos, os comerciantes e trabalhadores portugueses chegavam ao Brasil e impunham seu modo de negócio especulativo, com a precificação exorbitante de produtos e ludibriação do consumidor³⁶⁵.

Para os jornalistas, os portugueses, com o seu poderio no comércio e indústria cariocas, apenas estimulavam a usurpação comercial no país, como exemplificado neste trecho: “taes emigrantes vêm apenas ensinar-nos a moralidade do incêndio, a eloquência do latrocínio, do peso e da balança”³⁶⁶.

Consideravam necessário

combater o parasitismo perigoso que, sob o manto protector das liberdades constitucionaes, infecciona, como um vírus permanente, o organismo social, com tavernas, tavolagens, açougues e botequins”, — factores desabusados da nossa miséria³⁶⁷.

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=559>>. Acesso em julho de 2021.

³⁶² Pelo Brazil. (1918). *Revista...cit.*

³⁶³ Bomílcar, Álvaro. (1917). Nacionalismo: América Latina. *Revista Brazileia: sociologia, arte e critica*. Anno I, n. 2, p. 369. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=371>>. Acesso em julho de 2021.

³⁶⁴ Variedades: o luso-brazileiro. (1917). *Revista...cit.*

³⁶⁵ Bomílcar, Álvaro. (1917). *Nacionalismo...cit*

³⁶⁶ A guerra e o nosso programa. (1917). *Revista...cit*, p. 471.

³⁶⁷ Idem.

Ou seja, a ideia de uma relação intelectual e cultural entre Portugal e Brasil, como previa a Confederação luso-brasileira, deveria ser abolida para que os costumes portugueses não se disseminassem, estimulando a moral e a educação comercial portuguesa “perniciosa”³⁶⁸.

Bomílcar sublinhava que os portugueses apresentavam um “odioso privilégio” no comércio e o exerciam com “soberano desprezo pelos interesses do povo e do paiz”³⁶⁹. Segundo o editor da revista, a presença portuguesa no comércio e indústria não era benéfica para o Brasil já que os imigrantes preferiam a contratação de patrícios, desprezando brasileiros miscigenados e negros. Outra desvantagem do predomínio comercial lusitano no Brasil era que grande parte das remessas de dinheiro conquistada por esses estrangeiros no território americano eram enviadas a Portugal, a fim de aumentar o enriquecimento daquele país europeu, como vê-se no excerto:

as correntes de emigração portugueza — essencialmente comerciais, são parasitariamente perigosas e nenhuma compensação nos oferecem com os seus processos rotineiros, em que a seva ganacia a tudo açambarca”, pois “95% das nossas rendas, que daqui se escoam anualmente em saques para a Europa são ‘serviços’ mais relevantes, o ‘benefício’ mais evidente que nos presta o commercialismo portuguez que tanto nos tem infelicitado”³⁷⁰.

Ele alegava que esses imigrantes atuavam como “senhores e assumem o papel comodo de intermediarios das classes produtoras, ditando leis contra o agricultor, contra o industrial, contra o operariado”³⁷¹. Em relação à atuação portuguesa no comércio, o trabalhador brasileiro “vê-se enxotado dentro do seu próprio país”³⁷², se sentindo inútil, incapaz e subjugado. Dessa forma, o brasileiro, segundo Bomílcar, “só pode aproximar-se do balcão como consumidor... e consumidor altamente ludibriado”³⁷³.

Os jornalistas de *Brazileia* criticavam os imigrantes portugueses por preferirem trabalhar no comércio das grandes cidades, diferentemente dos imigrantes italianos e alemães, que se dedicavam à agricultura no interior, ajudando o crescimento econômico do país, como referido no seguinte trecho:

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ Bomílcar, Álvaro. (1917). *Nacionalismo...*cit.

³⁷⁰ A emancipação do Brasil. (1917). *Revista...*cit.

³⁷¹ Bomílcar, Álvaro. (1917). *Nacionalismo...*cit.

³⁷² Idem.

³⁷³ Idem.

é indesejável o aldeão português que não procura nosso campo, mas nosso litoral com o apoio de compatriotas, enchendo as cidades com suas tascas imundas, quitandas, casas lotéricas que envergonham nossa entrosada civilização³⁷⁴.

Segundo eles, para sanar esses problemas, era preciso implementar a nacionalização do comércio brasileiro como “único remédio a tantos males”, rompendo a tradição que privilegia os descendentes dos navegadores como comerciantes no Brasil. No entanto, havia dificuldades para tais ações, visto que “o Estado é tradicionalmente português; e quando, entre nós, se agitam questões nacionalistas, essas compreendem e incorporam aos olhos do Estado, os interesses da poderosa colônia lusitana, aqui residente”³⁷⁵. Em um artigo que analisava uma reportagem do *Correio da Manhã* a respeito da alta dos preços da farinha — por conta da “especulação dos padeiros e moageiros que vão enriquecendo proporcionalmente à miséria e sofrimento das classes menos favorecidas” —, os colaboradores da revista sugeriam que “para salvar o povo brasileiro da morte pela fome” fossem criados “mercados populares, com padarias nacionais, açougues nacionais, quitandas e etc.”, mas que tal atitude iria “ferir de morte os interesses da poderosa colônia portuguesa”³⁷⁶. Dessa forma, concluíam que

quando apontamos o comercialismo colonial português como o principal factor dos males de que nos queixamos todos é por ser esta a verdade demonstrada e documentada — dêa a quem doer! É esse comercialismo tradicional, rotineiro e funesto que nos impõe a miséria physica e moral; e quando ouve os brados angustiosos do povo opprimido, invoca em seu proveito, e a bem de seu predomínio, os estúpidos preconceitos de côr, rebaixando-nos e procurando aviltar-nos aos nossos próprios olhos!³⁷⁷

4.1.2 Conclusões da análise de Brazileia

Os textos publicados em *Brazileia*, nos anos de 1917 e 1918, simbolizavam o desejo de rompimento com Portugal por meio da tentativa de banir os históricos vínculos entre os dois países ou, ainda, na sua impossibilidade, mostrar que essa relação era uma herança viciosa da qual o Brasil devia se envergonhar. Tais heranças eram: as características, os

³⁷⁴ A emancipação do Brasil. (1917). *Revista...cit*, p. 239.

³⁷⁵ Variedades: as medidas do prefeito. (1917). *Revista Brazileia: sociologia, arte e critica*. Anno I. n. 2. p. 410. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=410>>. Acesso em julho de 2021.

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ A guerra e o nosso programa. (1917). *Revista...cit*, p. 468.

costumes e os valores morais passados para os nativos ao longo do processo de colonização e, principalmente, no período em que a corte portuguesa esteve no Brasil; o desenvolvimento de uma sociedade estratificada e preconceituosa estimulada pela escravidão que era considerada como obra da colonização portuguesa; a falta de consciência nacional, legado da falta de solidariedade orgânica da sociedade portuguesa.

Nesse sentido, os colaboradores de *Brazileia* acreditavam que “melhor fora tivesse o Brasil ficado virgem de uma tal descoberta, a ter de haver-se com a moralidade da escravidão e do latrocínio e a eloquência do incendio e da balança, em que se pesavam aquellas gananciosas consciencias!”³⁷⁸. É por isso que eles consideravam que a educação histórica sobre o Brasil deveria mudar de perspectiva, deixando de vangloriar os feitos portugueses na história brasileira. Assim, portanto, os brasileiros deviam reputar as glórias e as conquistas aos nacionais que levaram ao desenvolvimento e à evolução do país. Vale destacar que as análises das referências sobre a história e memória brasileiras realizadas pela revista estão em acordo com a percepção de Jorge Luís Alves³⁷⁹, pois, assim como destacou o autor, este trabalho também percebeu que os textos indicam a tentativa de disseminar a ideia de subordinação do Brasil em relação a Portugal. Os colaboradores de *Brazileia* sustentavam que, desde a colonização, o país era dependente da sua antiga metrópole e ainda não havia alcançado a sua soberania. A criação de espaços intelectuais de discussão luso-brasileiras, para *Brazileia*, representavam a dependência cultural, intelectual e política do Brasil. Tais aspectos de submissão deveriam ser banidos para a construção de uma identidade unicamente brasileira.

Segundo os colaboradores da revista, a escrita da história e celebrações memoriais nacionais eram estabelecidos pelos portugueses e no poder de influência da colônia portuguesa no Brasil na vida cultural e intelectual no país. Tal conexão devia ser desfeita a partir de três principais fatores destacados nos textos e artigos das 24 edições analisadas.

O primeiro fator é a defesa do pan-americanismo, que tinha por intenção exaltar o vínculo entre os países americanos, que eram — de acordo com os

³⁷⁸ Variedades: o luso-brasileiro. (1917). *Revista...cit.*

³⁷⁹ Alves, Jorge. (2009). *Malheiro Dias...cit.*

pensadores da revista — locais que serviam de exemplo para o Brasil, pois foram capazes de realizar suas emancipações política, econômica e cultural em relação a suas antigas metrópoles. Outro elemento de distanciamento entre Portugal e Brasil era o fim do monopólio português na imprensa, principalmente do Rio de Janeiro. Os autores consideravam necessária a nacionalização da imprensa brasileira afim de evitar a disseminação dos costumes e ideias portuguesas nocivas, como o preconceito de cor e a ludibriação de consumidores no comércio e na indústria. Com o monopólio dos meios de comunicação, os imigrantes portugueses conseguiam conquistar a opinião pública e defender os seus interesses políticos, econômicos e jurídicos. O terceiro e último fator utilizado por *Brazileia* para a emancipação cultural e intelectual era a defesa do nativismo ao defender que as coisas da nação e nativas era a melhor forma de valorizar a sociedade brasileira e suas particularidades, como a mestiçagem e a diversidade racial.

O argumento dos escritores da revista era que para além dos benefícios mencionados que a sociedade brasileira tinha em dismantelar a relação com Portugal, o Brasil devia com rapidez deixar suas conexões com a ex-metrópole, dado que o relacionamento não era uma via dupla. Ou seja, aquilo que o Brasil fazia para os portugueses não recebia de retorno. Para os articulistas, havia um falseamento, por parte dos portugueses, no elo amistoso entre as duas nações, pois os imigrantes lusos não retribuía a boa recepção dos brasileiros, principalmente no que se referia à atuação daqueles no comércio e na indústria.

Ainda de acordo com *Brazileia*, a presença ostensiva dos imigrantes portugueses no comércio a retalho brasileiro representava o monopólio luso nesse mercado e também em alguns setores da indústria. Por conta da frequência com que eram encontrados os portugueses nas casas de pasto, açougues, mercados, padarias, pensões e outros estabelecimentos, os autores nacionalistas da revista afirmavam serem estes os responsáveis pela carestia de produtos, precificação exorbitante e pela ludibriação nos pesos e nas medidas.

O domínio português no comércio a retalho e nos setores da indústria não era considerado benéfico pelos nativistas em nenhum aspecto porque tirava o espaço dos brasileiros no mercado de trabalho com a preferência na contratação de patrícios — como exemplificado no excerto, “o homem da bigodeira, nascido

por acaso no Brasil, onde ganha a vida laboriosamente como tantos outros portugueses, vive, ainda, em espírito, entre os seus compatriotas da outra banda!”³⁸⁰ —; estimulava o preconceito de raça quando preferia contratar brancos europeus a negros ou mestiços brasileiros; não havia retorno financeiro e econômico para o país, pois as remessas adquiridas no Brasil eram, em grande parte, enviadas para Portugal com o objetivo de sustentar as famílias desses imigrantes.

Os articulistas de *Brazileia* sugeriam que para sanar tais problemas seria necessária a nacionalização do comércio. Mas para conquistar esse objetivo era imperiosa a união de nacionalistas que fossem capazes de enfrentar a poderosa colônia lusitana e seus interesses, inclusive enfrentando as suas influências políticas e institucionais no país.

Percebe-se, portanto, que os textos em análise manifestavam o esforço da equipe editorial da revista em tornar proeminentes as diferenças entre os brasileiros e os portugueses, visando um processo de afastamento entre Brasil e Portugal.

4.2 *Gil Blas: pamphleto de combate nacionalista*

Fundada em 14 de fevereiro de 1919 no Rio de Janeiro, a Revista *Gil Blas: pamphleto de combate nacionalista* — umas das principais publicações de cunho nacionalista da década de 1920 — possuía proximidade com a gestão de Eitácio Pessoa, sendo, como sublinha Carlos Gustavo de Jesus, um periódico porta-voz do governo entre os anos 1919 e 1923³⁸¹. A revista tinha como diretor responsável e redator-chefe Alcebíades Delamare Nogueira, professor doutor em Direito, que teve ativa participação em movimentos com teor católico e nacionalista, como a *Ação Social Nacionalista (ASN)*, *Ação Imperial Patrionovista* e *Ação Integralista Brasileira (AIB)*. A ASN — presidida por Afonso Celso e Eitácio Pessoa — foi idealizada por Alcebíades, seguia a mesma linha de pensamento da *Liga da Defesa Nacional* e da *Liga Nacionalista de São Paulo*

³⁸⁰ Variedades: a sinceridade. (1917). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I, n. 11. p. 604. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=557>>. Acesso em julho de 2021.

³⁸¹ Jesus, Carlos. (2012). *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

e propunha a nacionalização de diversos setores do país por meio do combate ao imigrante. Delamare publicou obras de cunho católico e nacionalista como *As Duas Bandeiras* (1924), *Línguas de Fogo* (1926), *Villa Rica* (1935) e *Ciclo dos Descobridores* (1936), ajudou na fundação do *Centro Dom Vital* (1922) e da *Academia de Ciências Econômicas, Sociais e Políticas*, que tinham como princípios divulgar os propósitos nacionalistas, com o desenvolvimento do catolicismo no Brasil.

A revista, que era propriedade da Empresa Marques & C. e impressa na oficina gráfica do *Jornal do Brasil*, a partir de outubro de 1920 tornou-se sociedade anônima e teve seu corpo editorial modificado por “figuras sem grande projeção no meio jornalístico, intelectual ou literário da época”³⁸². Carlos Jesus afirma que os preços praticados pela revista eram menores que os dos outros periódicos da mesma linha, como a *Revista do Brasil*, a *Panóplia* e a *Paratodos*, tendo o seu valor no último ano de funcionamento se aproximando ao de um jornal. Nos anos 1919 e 1921, os seus números avulsos variaram entre 100 e 300 réis, e suas assinaturas anuais eram entre 20.000\$ e 20\$300. O preço ao longo dos anos foi diminuindo, da mesma forma como o número de páginas de cada edição, representado pela perda de anunciantes.

O conteúdo da revista, para o mesmo autor, não possuía uma estrutura pré-definida e alterou-se ao longo do tempo. Os artigos correspondiam a grande parte (88%) do periódico, o restante (12%) dividia-se entre seções e publicidade. Desses artigos, mais de 60% não eram assinados, sendo atribuída à redação sua autoria. Ainda para o autor, tal condição indica “o perfil de uma revista doutrinária que visava, principalmente, expor e divulgar as ideias de seus responsáveis”³⁸³. Essa situação pode ser também revelada pelo grande número de colaboradores que escreveram para a revista apenas uma única vez, representando 11% de todos os artigos assinados. Os principais autores de artigos da revista foram Afonso Celso (1,9%), Alcebíades Delamare (1,7%) e Álvaro Bomílcar (1,4%). A temática dos artigos variava, mas as principais estavam relacionadas ao nacionalismo (38%), política nacional (14%), catolicismo (11%), política regional (8%) e literatura (8%)³⁸⁴, e a maioria dos

³⁸² Idem, p. 45.

³⁸³ Idem, p. 50.

³⁸⁴ Idem.

textos das seções também tinha como autoria a redação (65%). As seções não estavam presentes em todas as edições, ou seja, grande parte delas não sobreviveu durante todo o período de publicação. As duas seções que se mantiveram entre 1919 e 1923 foram *Através dos Livros* e *Pensamentos Nacionalistas*, as outras mais presentes foram aquelas que mantinham interlocução com os leitores — como *Caixa postal* e *Correio de Gil Blas* — e as que realizavam uma espécie de defesa dos discursos publicados na revista — *Como nos julgam* ou *Como eles nos julgam*.

O título da revista remetia a três diferentes publicações: um romance (1715-1747), um jornal (1879-1914) e uma revista (1891-1903). A obra realista e satírica de René Lesage, *Gil Blas de Santillane*, ancorada na história espanhola do século XVI, realizava uma crítica social sobre o comportamento típicos daquele período. Eram desvelados os poderes políticos e as influências sociais da nobreza e do clero naquela sociedade, demonstrando o desprestígio da burguesia nas esferas políticas e culturais. *Gil Blas* é o nome do personagem principal que por não possuir alta estirpe — com muitos defeitos e poucas virtudes — revelava-se nada típico para um herói de um romance de costumes. Os outros personagens eram retratados como “seres individualizados, concretos e conhecidos, cujas vidas particulares são marcadas por muitas oposições: bem/mal, beleza/feiura, rudeza/requinte, amor/ódio”³⁸⁵. Já o jornal francês com periodicidade mensal *Le Gil Blas* e o seu suplemento, a revista ilustrada *Gil Blas Illustré*, que se tornou mais conhecida que o próprio jornal, dedicavam-se a temáticas como literatura, música, teatro, artes e sátiras de teor político e social. A revista distribuída em Paris era prestigiada pela sua qualidade material e intelectual. O periódico brasileiro desejava assemelhar-se ao romance e ao semanário, como foi explicitado na apresentação do seu programa, na primeira edição.

À guisa de programa oferecemos ao leitor amigo essa página de Lesage, cheia de uma preciosa lição de moral. Gil Blas inspirado nela entra na grande lição dos combates da imprensa, trazendo um único lema no seu escudo: Dizer a Verdade em Benefício do Povo. [...]. se ela conseguir imitar os processos de crítica e a quintessência de graça do francês de que tomou o nome famoso, satisfará, sem dúvida, ao fito especial de seu programa”³⁸⁶.

³⁸⁵ Silva, Evaneide. (2008). O realismo popular de Histoire de Gil Blas de Santillane. *Revista Travessias*, v. 2, n. 2.

³⁸⁶ A direção. (1919). A guisa de programma: Gil Blas ao leitor. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I, n. 1. Rio de Janeiro. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&Pesq=portugues&pagfis=1>>. Acesso em junho de 2021.

Sua descrição como sendo um panfleto também exige atenção. Nelson Werneck Sodré revela que o caráter panfletário correspondia à fase embrionária da imprensa brasileira. O panfleto, ao longo do século XIX, confundia-se com pasquim, dado que representavam, em grande parte das vezes, uma publicação com textos de autoria única. Já nos inícios do século XX, o jornalismo panfletário tornou-se sinônimo de defesa de movimentos republicanos e abolicionistas, possuindo, portanto, formas de atuação militantes e políticas. Com esse caráter, o jornalismo tinha como objetivo atender perspectivas de engajamento ativas e contra as ordens estabelecidas, por isso, os panfletos ficaram conhecidos por divulgarem discursos polêmicos que questionavam e militavam em torno de questões doutrinárias políticas e ideológicas³⁸⁷. Dessa forma, é plausível questionar as palavras do diretor de *Gil Blas*, Alcebíades Delamare, a respeito da autonomia política e ideológica da revista.

Sem ligações políticas de qualquer espécie, livre de quaesquer compromissos, prompto sempre para a defesa das boas causas e de riste em punho para atacar os vícios e os males. *Gil Blas* pede ao leitor amigo que saiba sempre perscrutar no fundo de seus pensamentos nobres intuitos, que invariavelmente o guiarão, em qualquer caminho que elle tome, no cumprimento do seu programma, traçado no lemma, que adoptou³⁸⁸.

A produção historiográfica, com o enfoque na formação da identidade nacional brasileira ao longo da Primeira República, pouco utilizou a revista *Gil Blas* como fonte primária. A revista foi analisada, de forma mais incisiva, pelo seu contexto generalista, mostrando as intenções de seus diretores e as mudanças de pensamento ao longo da sua existência. Foram notadas, principalmente, as suas ligações com o governo Epitácio Pessoa e as suas representações editoriais frente às temáticas políticas e religiosas. O nacionalismo xenófobo, notadamente antiportuguês, também foi revelado pelos pesquisadores, que concluíram que essa não era uma característica única e constante da publicação. Os principais autores que a estudaram foram: Lúcia Lippi Oliveira³⁸⁹, que analisou alguns artigos e concluiu que a revista era um campo de expressão para um nacionalismo militante, principalmente estimulado pela posições de seus diretores e colaboradores; Carlos Gustavo de Jesus, que

³⁸⁷ Sodré, Nelson. (1999). *História...cit.*

³⁸⁸ Idem.

³⁸⁹ Oliveira, Lúcia. (1990). *A questão nacional na primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

em diversas obras, escrutinou o periódico identificando suas linhas editoriais no âmbito político e religioso, as formas de revelar as suas versões sobre a história e a memória³⁹⁰ e seu vínculo com o movimento operário no período³⁹¹.

O mesmo autor se debruçou sobre o periódico de forma mais minuciosa quando estudou as estreitas relações entre a diretoria e o governo de Epitácio Pessoa, oferecendo a revista a possibilidade de permanecer em circulação por um grande período, comparado a outros periódicos com conteúdos doutrinários e políticos. No entanto, esse autor ressaltou que *Gil Blas* não se restringiu à função de interlocutor do governo, mas demonstrou um nacionalismo lusófono e conservador — representado essencialmente pelas concepções de Álvaro Bomílcar e Alcebíades Delamare — que, a partir de 1920, foi questionado pelo próprio periódico. Carlos Gustavo de Jesus afirma que o presidente da Ação Social Nacionalista — movimento no qual estava inserida a publicação —, o conde Afonso Celso,

não considerava os imigrantes lusos um problema, pelo contrário, via-os com simpatia e tinha em alta conta a herança cultural portuguesa, os estrangeiros que mereciam crítica eram outros, qual seja, os comprometidos com iniciativas revolucionárias, o que estava em consonância com o discurso da época, marcada pelo fortalecimento da organização dos trabalhadores, greves e protestos contra as condições de vida a que eram submetidos os operários³⁹².

O autor apontou que as visões distintas sobre o imigrante português foram motivo para discussão nas definições das linhas editoriais da revista naquele momento. A tensão findou, de acordo com Carlos Gustavo, quando Delamare decidiu entrar para o campo político e entendeu ser necessário abrandar os seus posicionamentos xenófobos. Por isso, “Delamare aproximou-se do nacionalismo católico que, a propósito, também era defendido por Afonso Celso”³⁹³.

Dessa forma, a revista assumiu seu caráter religioso, apoiando a Igreja Católica no seu intuito de recuperar seus fiéis na sociedade brasileira. Como explica o autor, os temas católicos estavam intensamente presentes nos artigos e nos debates da revista, principalmente no ano de 1922. Sobre tais mudanças de posição da revista, conclui:

³⁹⁰ Jesus, Carlos Gustavo. (2014). Disputas pela memória e versões da história nas páginas de *Gil Blas*. *Anais eletrônicos da XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. p. 1-15.

³⁹¹ Jesus, Carlos Gustavo. (2017). O Movimento Operário Carioca em perspectiva nas páginas da revista *Gil Blas* (1919-1920). *Tempos Históricos*. v. 21. n. 2. p. 18-51.

³⁹² Jesus, Carlos. (2012). *Revista...cit*, p. 242.

³⁹³ Idem.

a preocupação com a questão nacional foi uma constante, o que não autoriza, contudo, a tomar a publicação como dotada de linha única e coerente, tendo em vista os diferentes sentidos que ela assumiu ao longo da existência do semanário³⁹⁴.

De forma dissemelhante à pesquisa realizada pelos autores citados, o intuito desta análise não é observar as posturas da revista ao longo dos seus anos de publicação, tampouco examinar a diversidade de pensamento dos editores explicitado nas mais de 200 edições do periódico. A intenção é notar se e como era articulado — e por meio de quais estratégias narrativas — o discurso antilusitano e se ele influenciou na formação da identidade nacional brasileira e de que maneira isso aconteceu.

4.2.1 Análise

A fonte selecionada para a pesquisa engloba 200 edições do semanário *Gil Blas: pamphleto de combate nacionalista*, entre os anos 1919 e 1923. Para a análise, foram eleitos os textos que tratam Portugal e os portugueses, de forma direta ou por citação. Dessa prospecção, resultaram 84 textos que referenciam os lusos, suas características, atuações e costumes. Nesse material, prevaleceram quatro matrizes temáticas que apresentam as seguintes estratégias discursivas exploradas analiticamente a seguir: referências sobre a história e memória brasileira e portuguesa; relações de dependência culturais e intelectuais entre brasileiros e portugueses; questões relacionadas à nacionalização do comércio e indústria; e elementos que dizem respeito às possíveis vantagens jurídicas e legais desses imigrantes.

a) História e memória

As referências históricas que a revista utilizava remontam o achamento do Brasil. Os redatores afirmavam ser necessário uma reavaliação da história nacional, que inconscientemente é transmitida de geração a geração com uma visão orientada das ações dos portugueses. O que ocorria, para esses autores, era que existiam muitas injustiças relativas aos acontecimentos que se tornaram marcantes na história brasileira. Leoncio afirmava que o descobrimento do

³⁹⁴ Idem, p. 243.

continente americano e, conseqüentemente, do Brasil, era contado sem grandes controvérsias, tendo como os principais nomes Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral. No entanto, o que o autor do artigo propunha era que houvesse uma ressignificação a respeito dos descobrimentos dessa região. Devia-se levar em conta a atuação de Vicente Yanez Pinos,

por ter sido o primeiro navegador a abordar em plagas brasileiras, fazendo-lhe a justiça de acreditar que ele, usando de lealdade e não desejando ser tomado na conta de pirata, reconheceu logo achar-se em uma região americana, do continente já descoberto por Colombo, a quem acompanhara, sendo, já se vê, desnecessário que tivesse tomado a posse formal da terra em nome do reinado da Espanha, a quem já pertencia em virtude do descobrimento da América. Igual procedimento não teve o navegante português Pedro Alves Cabral que viajando para a Índia errou desgraçadamente o caminho marítimo, já encontrado por Vasco da Gama e foi (maldita hora) aportar nas proximidades de São Salvador, a que deu o nome de Porto Seguro³⁹⁵.

Nesse sentido, o escritor explicava a diferença de como é escrita e repassada a história do Brasil, com o que ele considerava realidade.

São três acontecimentos distintos que aqui ficam narrados: o primeiro significa o descobrimento da América e, por conseguinte, o do Brasil, por um navegador consumado, homem de iniciativa; o segundo — a primeira vez que um navegador europeu conheceu terras brasileiras; o terceiro — um acto de pirataria de um navegador inexímio³⁹⁶.

Questionava, portanto, a forma como os portugueses decidiam contar a história das navegações — que inclui o descobrimento do Brasil —, se vangloriando de tais conquistas.

Obcecados pela mania do descobrimento, á mingua de outros e de invenções que os recomendem, Portugal e os portugueses, há quatrocentos e tantos anos, vivem exclusivamente do Brasil, e nós continuamos a consentir que os nossos filhos aprendam a mentir nas escolas, atribuindo a Pedro Álvares Cabral o descobrimento do Brasil, enquanto a “mentira de bronze” se perpetua no largo da Glória³⁹⁷.

Por conta dessa atitude, o jornalista lamentava pelo Brasil ter sido colonizado “pelos maiores inimigos do progresso, pelo povo mais atrasado da Europa, na frase insuspeita de Eça de Queiroz, sem aludir a outros escriptores do pequenino ângulo sudoeste da Península Iberica”³⁹⁸. Dessa forma, o autor argumentava ser necessário a reparação da injustiça, valorizando não só o

³⁹⁵ Leoncio. (1919). *Descobrimto do Brasil. Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I. n. 31. p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=487>>. Acesso em agosto de 2021.

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ Idem.

³⁹⁸ Idem.

descobridor do Continente Americano, Cristóvão Colombo, mas também aquele que considera ser o verdadeiro descobridor do Brasil, Yanez Pinzon.

Na edição 88, a capa da revista trouxe uma imagem da Rainha de Castela recebendo Cristóvão Colombo após o retorno da viagem que o consagrou como descobridor da América. No título viam-se as frases “O descobrimento do Brasil: a verdade histórica” e abaixo da imagem o texto mencionava a diferença como eram reverenciados os navegadores Colombo e Pedro Álvares Cabral.

O intrépido navegador [Colombo], a quem devem as nações americanas o seu descobrimento, ainda não tem uma estatua entre nós! Entretanto, o engrossamento indígena ao ouro ádvena, falseando a verdade histórica, já ergueu um monumento no Largo da Gloria, á veneranda cavalgadura, que aqui chegou, em 5º lugar, e mandou dizer a D. Manoel de Portugal que isto aqui era...uma ilha! Que formidável rata!... Que pirata!³⁹⁹

Ainda na estratégia discursiva de sustentar que a história brasileira era contada de acordo com os interesses dos portugueses, o texto da quinta edição da revista revelava quais eram, naquele momento, as visões a respeito da historiografia brasileira. Segundo Raymundo Magalhães, as duas principais linhas de pensamento em relação à historiografia brasileira eram: a otimista, que correspondia a uma visão do país como o descrito em *Historia da America Portuguesa*, de Rocha Pitta⁴⁰⁰, que apresenta lindas paisagens, ótimas terras para plantio e minas inexauríveis, dedicando-se quase exclusivamente a fazer uma ode ao território e revelando não ser necessário o desenvolvimento do país por meio do trabalho, do esforço e da política; e a pessimista, que acreditava na perdição do caráter nacional, em que a República é a principal responsável pelo governo dos bandidos e ladrões, estimulando a falta de patriotismo e de honestidade. Essa última perspectiva via na figura do imperador D. Pedro II — um homem “santo, sábio, filósofo e grande poeta”⁴⁰¹ — e na monarquia como um todo o verdadeiro cerne da civilização brasileira. O autor concluiu que o ponto de vista que imperou foi o do “pessimismo dissolvente e perverso que faz da monarquia uma vestal intangível, da República uma cortezá barata e do Brasil

³⁹⁹ O descobrimento do Brasil. (1920). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno III, n. 88, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1308>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁰⁰ Pitta, Sebastião. (1878). *História da América Portuguesa*. Bahia: Imprensa Economica.

⁴⁰¹ Magalhães, Raymundo. (1919). Otimistas e pessimistas. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I, n. 5, p. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=80>>. Acesso em agosto de 2021.

um paiz liquidado”⁴⁰². O autor notou que a historiografia predominante revelava, de certa forma, uma visão lusitana da história do Brasil.

Com o objetivo de combater tal perspectiva, as edições 34 e 78 traziam uma lista de mandamentos do *Patriota Brasileiro* que determinava “prevenir-se contra as mystificações da Historia Patria, orientada pelas chronicas officiaes da antiga metrópole”, bem como, “prevenir-se contra as missoes civilisadoras, que nos chegam dos decadentes e conflagrados paizes do Velho Mundo”⁴⁰³. Os mandamentos, organizados pelo movimento *Propaganda Nativista*, consistiam nas determinações de ações para que “os brasileiros conheçam a sua historia e os seus fins”⁴⁰⁴ e impedir que a memória e a história brasileira fosse marcada pelos interesses lusos.

Outro questionamento posto sobre a “história da civilização brasileira”, por Arthur Gaspar Vianna — que “embora contados por chronistas da lusitania” —, havia um mito de que o brasileiro foi colonizado e civilizado pelos portugueses. O autor sublinha que “é claro que Portugal e portuguezes coperaram para o exurgir do Brazil, mas Portugal e portuguezes não fizeram o Brazil e nem tão pouco o descobriram”. Na realidade, Vianna destacou que o colonizador viciou o povo brasileiro, já que era “um pária, um degradado, um exilado de sua patria”, possuía um “espírito perverso e máu, germinado na lama e florescido nas galés” e ao invés de se “regenerarem [...] deram expansão aos seus vicios”⁴⁰⁵ no país americano. Para Vianna, a sociedade brasileira foi salva pela atuação dos estrangeiros, que de um lado tinham representantes do clero e nativos (o sertanejo) a combater, e do outro estavam os franceses, ingleses, holandeses a evitar.

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ Mandamentos do Patriota Brasileiro (Propaganda Nativista). (1919). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I. n. 34. p. 7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=535>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁰⁴ Ferraz, Sebastião. (1919). A Confederação Luso-Brazileira: Para que os brasileiros conheça a sua historia e os seus fins. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I. n. 46. p. 19. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=733>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁰⁵ Vianna, Arthur. (1921). Inquerito sobre a expansão do commercio portuguez no Exterior. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Ano III, n. 138. p. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1839>>. Acesso em agosto de 2021.

Os vícios que atrapalhavam a completa emancipação brasileira mencionados por Vianna também foram destacados por Mario Deval, que segundo o autor, o brasileiro ainda não sabia os extirpar, afinal, tal sociedade é “decorrente de um péssimo arremedo de colonização” por um país “incapaz de se governar”. O autor complementou: “obrigaram-nos, esses vícios de origem, essas ancestralidades terríveis, a esperar por longo tempo o enfraquecimento do elemento lusitano, que mantinha aqui um predomínio absoluto, — para iniciarmos a nossa vida de nação autônoma”⁴⁰⁶.

De forma análoga, argumentou Francisco Bustamante, ao ressaltar que ao invés de “deporem suas péssimas qualidades, de se educarem, de se instruírem e de se moralizarem para se elevarem ao nível dos americanos, dos hespanhois, dos italianos, dos francezes, belgas, inglezes, etc., [os portugueses] limitam-se a repetirem, exagerando, suas já exageradas glórias passadas”. Parodiando os lusos, Bustamante escreveu que quando se fazia uma crítica aos lusos, rapidamente eles tratavam de responder: “Més u Bascu dai Gaima é u maior nabigadoiri [...], ´més u Caimães é u milhori pueta du mundu [...], ´més o Pedralves Cabrali descubriu u Vrazil”⁴⁰⁷.

Além de revelarem a necessidade da resignificação da história do Brasil, os colaboradores de *Gil Blas* também se utilizavam da estratégia de criticar as ações dos portugueses ao longo da história brasileira. Acusavam — por meio da transcrição de trechos do livro *O Conflicto Internacional*, de José de Macedo —, os portugueses de roubarem as matérias-primas brasileiras e africanas na reconstrução da cidade de Lisboa após o terremoto, em 1755.

Com o ouro do Brasil foi possível o aparecimento do Marquez de Pombal que teve a noção precisa do problema-portugues, com uma grande clarividência. Foi o ouro do Brasil que fez erguer esse inestético bloco de Mafra, que alguém já denominou dos Jeronimos da decadência. Foi o ouro do Brasil que fez surgir, na sua uniformidade despótica a nova cidade baixa de Lisboa, após a catástrofe formidável do terremoto. Foi ainda o ouro do Brasil e da África — como a historia se repete! — que fez construir esses

⁴⁰⁶ Deval, Mario. (1922). Momento Histórico. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Ano IV, n. 165. p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&Pesq=Bustamante&pagfis=2163>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁰⁷ Bustamante, Francisco. (1922). Atravez dos livros. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno IV, n. 157. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=2060>. Acesso em julho de 2021.

bairros luxuosos e altivos que alargaram esplendorosamente a cidade de Lisboa, que se sente apertada em estritíssimos limites congestionantes⁴⁰⁸.

A respeito do artigo intitulado Pensamento Nacionalista, a redação também utilizou como referência o livro *Festas Nacionais*, de Rodrigo Octávio, para transmitir suas opiniões sobre os portugueses na história do Brasil, sem afirmar com as próprias palavras.

A monarquia foi obra de José Bonifácio, mas a implantação do absolutismo que nos governou e do predomínio do partido português que ainda nos perturba, e que, em sua evolução histórica atravessou o Imperio em todas as vicissitudes e contingências, sempre reaccionario, em lucta aberta contra as aspirações nativistas, os desejos de progresso e de liberdade do povo, foi obra de José Clemente de Pereira⁴⁰⁹.

Nesse trecho é possível notar que a revista fazia uma diferenciação radical entre José Bonifácio e José Clemente de Pereira. Enquanto José Bonifácio era considerado pelos nacionalistas um herói e patrono da Independência, Clemente de Pereira era acusado pelos republicanos de ser anarquista e demagogo, protegendo os portugueses no governo monárquico brasileiro.

Sob o pseudônimo de Lusophobo de Oliveira, Luciano de Oliveira publicou um soneto, fazendo uma crítica às navegações portuguesas e ao descobrimento do Brasil.

Pelo peso do chumbo que trazia
A náu Vasco da Gama se afundara,
Fria de susto e descorada estava
Por seus canhões socorros nos pedia
Qual na rede leão preso rugia
E o rato com seus dentes o soltara
Tal no meio perigo a nau bradava
E o vapor dom affonso a socorria
Essa nau de grandeza desmedida
Por vasos nossos rebocada veio
Foi em nossa bahia introduzida
Quer isto dizer pois segundo creio
Que é do Brazil destino toda a vida
Puxar os portugueses pelo freio⁴¹⁰

⁴⁰⁸ Margarida vae á fonte. (1920). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno II, n. 78. p. 11. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1182>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁰⁹ Pensamento Nacionalista. (1920). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Ano II, n. 82. p. 11. <Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1238>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴¹⁰ Oliveira, Lusophobo. (1920). Confere... *Gil Blas: pamphleto de combate*. Ano II, n. 88. p. 7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1314>>. Acesso em agosto de 2021.

No soneto, o autor utilizou-se de metáforas, fazendo referência a um episódio ocorrido em 1850⁴¹¹, para mostrar a sua desaprovação em relação à forma como os portugueses chegaram ao Brasil, os acontecimentos que ficaram na memória do descobrimento e as consequências desse encontro para a dependência e influência que, segundo ele, o país americano ainda tinha em relação à sua ex-metrópole.

O mesmo autor também fez um julgamento a respeito de uma narrativa sobre a noite das garrafas realizada pelo jornal *Aurora Fluminense* e outra sobre a abdicação de D. Pedro I, que ocorreram ambas em 1831. Lusophobo de Oliveira explicava, portanto, a diferença de reação da colônia portuguesa em relação aos dois eventos destacados:

todos os estrangeiros estavam mais ou menos apprehensivos; os heroicos portugueses, como elles há dias se tinha proclamado publicamente e com grandes brados achavam-se possuídos de verdadeiro terror. Pareciam ter sido atingidos pelo raio e perdido a falla. As tropas e os paisanos reunidos acamparam no Campo da Acclamação, que recebem então o nome de Campo de honra. E nesse dia os brasileiros foram realmente senhores do Brazil!!!!⁴¹²

Para ele, os portugueses demonstravam, desde esses momentos históricos, que não tinham respeito pelos brasileiros e pela nova nação que se formava. O autor afirmava que os portugueses era um povo arrogante e mal-agradecido e, por isso, não deviam ser tratados com gentileza e complacência.

Outra crítica referente aos feitos dos portugueses foi realizada por Eurico Dias Martins a respeito da colonização portuguesa no Brasil. A autor afirmava que o colono português

se encaminhasse para a lavoura seria elle um bom colono? Não, porque elle é o agricultor mais atrazado da Europa, aquelle que menos produz por unidade de superfície dentro da sua própria patria. Os portugueses não são um povo agricultor; e como colono, sendo forçados a trabalhar na lavoura seriam máos agricultores pela simples razão de torcerem a sua verdadeira vocação, que é aquella de intermediário parasita⁴¹³.

⁴¹¹ No dia 6 de agosto de 1850, a Fragata Dom Afonso prestou socorro à nau portuguesa Vasco da Gama, que após enfrentar uma grande tempestade acabou por ficar a deriva na Barra do Rio de Janeiro. Depois de algumas tentativas, o vapor conseguiu levar em segurança a embarcação portuguesa para a Baía de Guanabara. Em: Marinha do Brasil. Dom Afonso (Fragata). Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/dphdm/sites/www.marinha.mil.br/dphdm/files/DomAfonsoFragata1847-1853.pdf>>. Acesso em novembro de 2021.

⁴¹² Oliveira, Lusophobo. (1921). Os irmaos de sempre. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Ano III, n. 110. p. 10. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1515>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴¹³ Martins, Eurico. (1921). Industria e commercio do ponto de vista nacionalista. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno III, n. 114. p. 4. Disponível em:

O escritor considerava que o saque às florestas brasileiras, bem como a agricultura vampírica se deviam aos colonos portugueses, pois, as suas intenções eram “mudar as riquezas do Brazil para Portugal, conforme já dizia frei Vicente de Salvador, no século XVII”⁴¹⁴. O autor concluiu que por conta desse comportamento dos colonos, a constituição da nação brasileira era verdadeiramente devedora aos índios, aos negros mestiços — catequizados por Anchieta — e aos fundadores da república e não a Portugal.

Francisco Bustamante foi além e declarou que há “um passado negro” na colonização brasileira, realizada pelo “portuguez ganancioso, aventureiro, corrupto, cruel, atrasado”, por isso,

urge que homens de caracter e coragem dissipem para todo o sempre essa nuvem de benevolência, com que se pretende cobrir uma das paginas mais lúgubres, infames, covardes, cynicas e estupidas da historia da humanidade, como o foi a colonização do Brazil pelos portugueses⁴¹⁵.

Já Lusophobo Oliveira reiterou que a colonização foi um período de exploração no qual os selvagens dominadores comemoravam a morte dos brasileiros, como ocorreu no movimento armado de 1817 (Revolução Pernambucana).

Ao cahir a cabeça de algum patriota levado ao patíbulo, ao som de uma musica barbara, os gemidos angustiosos das victimas eram abafados pelas aclamações de viva el-rei! Do feroz povo portuguez, que saturado desse odio gratuito, manifestado tantas vezes, acercava-se festivo e alegre desse theatro de sangue e opprobio⁴¹⁶.

Ainda a respeito da colonização, Francisco Coelho de Paula escreveu um artigo em que denuncia a forma desrespeitosa e explorada com que os colonos tratavam os índios: “temos afirmado que o colono portuguez não se preocupava seriamente com o que, em bom vernáculo, se devia chamar — colonização”. Para o autor, a única proteção que tinham os índios eram os jesuítas, afirmando: “de facto, de verdade, o selvícola só encontrou apoio franco e leal na pessoa do

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1557>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴¹⁴ Idem.

⁴¹⁵ Bustamante, Francisco. (1921). *Atravéz dos livros. Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno III, n. 138. p. 7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1838>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴¹⁶ Oliveira, Lusophobo. (1921). *Bragança! Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno III, n. 149. p. 7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1968>>. Acesso em agosto de 2021.

jesuíta [...], que foram os civilizadores incansáveis, os amigos dedicados e sinceros que, na companhia do 1º governador geral, vieram às plagas americanas, para trabalhar pela christianização dos bárbaros”⁴¹⁷. Por fim, Arthur Gaspar Vianna também fez críticas ao modo como os colonos se relacionavam com os jesuítas, sustentando que os portugueses colonizadores “cometiam toda a sorte de crueldades, assassinatos, conúbios, depredações e hostilidades aos jesuítas”⁴¹⁸.

“O sete de setembro em face ao nacionalismo” foi o título escolhido para *Gil Blas* argumentar que considerava uma injustiça o fato de que no processo de Independência do Brasil, quem é visto como protagonista é o português.

A data celebre de 7 de setembro [...] os nacionalistas respeitam, acatam e proclamam como uma data genuinamente brasileira, embora fossem protagonistas dos acontecimentos desse dia memorável José Clemente Pereira e Pedro I, portugueses patriotas, que muito bem perceberam o mal que ocasionaria á metrópole lusitana, si a independência brasileira fosse feita por cabecilhas brasileiros⁴¹⁹.

Segundo a revista, esses participantes, dois oportunistas que se aproveitavam da situação, não eram dignos de ser lembrados quando se tratava da Independência, pois eles só entravam a história e os movimentos de emancipação brasileiros.

Já para Victorio Marcondes, o sete de setembro “não passa de uma data convencional para marcar o dia da nossa emancipação política, atraindo assim glórias e ideias democráticas que nunca assentaram no cérebro do príncipe”. Dessa forma, o autor considerava que o dois de julho de 1823 (Independência da Bahia) é uma data muito mais significativa para se comemorar a emancipação brasileira, pois após o sete de setembro os portugueses resistiram na cidade de Salvador, dando início a um confronto direto entre brasileiros e portugueses, que concluiu com os soldados lusos fugindo pela Baía de Todos os Santos. O escritor destacava que “combater os mystificadores da nossa historia e combater a

⁴¹⁷ Coelho de Paula, Francisco. (1921). Factos, e não palavras! Alguns aspectos da colonização portuguesa no Brazil (1549-52). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Ano III, n. 119. p. 11. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1622>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴¹⁸ Vianna, Arthur. (1921). *Inquerito...cit*

⁴¹⁹ O 7 de setembro em face do Nacionalismo. (1921). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Ano III, n. 135. p. 11. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1806>>. Acesso em agosto de 2021.

intrujisse dos portugalizadores da nossa patria, dentre da nossa Patria, é o maior gesto patriótico de necessidade á cultura e civismo, é um dever que se impõe”⁴²⁰.

Defender os personagens históricos que transmitem os aspectos ligados à nacionalidade também era uma das estratégias discursivas de *Gil Blas*. Vianna, ao heroicizar Tiradentes, demonstrou a importância de valorizar uma pessoa pública que, historicamente, devia representar as glórias e conquistas da nação brasileira. Ao criticar a atuação dos portugueses e outros estrangeiros no Brasil, era preciso mostrar o contraponto positivo daquilo que deveria ser o exemplo a ser seguido.

Os inconfidentes servem-nos de incentivadores, são os que nos encorajam, que nos dão vontade para a luta. Tiradentes, o campeão das ideas generosas, é o nosso patrono inconfundível, porque o seu martyrio é o alicerce do passado que veneramos e que nos ampara. O sacrificado de 1792 é o ponto culminante da abnegação, do liberalismo, do ardor, da chamma prodigiosa do patriotismo que construiu este Brazil-Brazileiro que existe desde as primeiras entradas, desde os Emboabas até hoje, mas com os mesmos característicos, conservando os vestígios dos hórridos tempos coloniaes⁴²¹.

O escritor reiterava que os responsáveis pela formação e pela unidade do povo eram os grandes executores da grandeza da história brasileira, implementando o liberalismo americano e estimulando os movimentos republicanos. Já os portugueses, além de não permitirem o desenvolvimento do mercado de trabalho, impulsionavam “o braço escravo por elle importado desde os primeiros quartéis do seculo XVII, cuja cooperação se integrou na vida nacional como factor primordial da nossa economia”. Ao colonizador também não se devia o desenvolvimento da civilização, por meio do catolicismo — segundo o autor —, mas apenas as “oscillações economicas prejudiciais” e “a desvalorização da nossa moeda, em proveito próprio”. O autor do artigo encerrou, portanto, sublinhando que Tiradentes, o “paladino da Brazilidade”, foi difamado pela colônia portuguesa e pelos estrangeiros que o “quiseram arrijar no esquecimento”⁴²².

⁴²⁰ Marcondes, Victruvio. (1922). O Fico. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno IV, n. 152. p. 6 e 7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1999>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴²¹ Vianna, Arthur. (1921). Tiradentes e a Brazilidade. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno III, n. 116. p. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1583>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴²² Idem.

b) As relações de dependência cultural e intelectual

Uma das linhas norteadoras editoriais de *Gil Blas* eram os movimentos nacionalistas, como a propaganda nativista. A propaganda listava uma série de mandamentos que refletiam a estratégia argumentativa da revista para que os brasileiros patriotas evitassem os possíveis pontos de contato com os portugueses e com Portugal. Por isso, indicavam aos leitores que escrevessem em língua brasileira, ou seja, “em portuguez modificado e melhorado pelos brazileirismos e locuções da numerosa população brasileira, já incorporados ao nosso património linguístico”. Ou ainda, que deviam “preferir sempre que possível, o artista ou o jornaleiro nacional, para os serviços de sua competência”, sendo necessário, portanto, trabalhar para libertar o país do predomínio estrangeiro — onde quer que ele se manifeste⁴²³.

Na mesma perspectiva de pensamento, Álvaro Bomilcar colocava como objetivo de os movimentos nacionalistas serem capaz de afastar “a velha escola política de accommodações, traições e hypocrisias que o Brazil herdou de seus colonizadores lusos”, pois “ao elemento portuguez devemos tudo quanto o Brazil tem de ruim e nada do que tem de bom”. O autor afirmava que os brasileiros deviam se proteger de “uma campanha systematica de desmoralização dos homens e coisas do Brazil”, realizada pelos portugueses — já há cerca de 30 anos —, por meio de uma “arma terrível”⁴²⁴, que é a imprensa. Ainda, Bomilcar anunciava: “os nossos hospedes querem desmoralizar e deprimir, para depois dominar e recolonisar” e a imprensa lusa no Rio de Janeiro tinha como objetivos

desmoralizar os homens e as coisas do Brasil; isolar-nos no continente americano; aprimorar-se de Portugal para incrementar uma exploração quatro vezes secular, concluindo-a num pacto politico a que se daria o futuroso nome de confederação luso-brasileira⁴²⁵.

A referida ação de recolonização também foi narrada por Raymundo Magalhães e Sebastião Ferraz, que revelavam que por meio de um disfarce “amável de uma aliança” entre os dois países, havia um “programma de

⁴²³ Mandamentos do Patriota Brasileiro (Propaganda Nativista). (1919). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I. n. 34. p. 7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=535>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴²⁴ Bomilcar, Álvaro. (1919). Jacobinismos. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I, n. 39, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=609>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴²⁵ Idem.

lusitanização do nosso paiz sendo executado aos nossos olhos, com um cynismo que já toca as raias do abuso”⁴²⁶. Raymundo destacou que a aliança proposta pela Confederação luso-brasileira não fazia sentido, pois “não nos resultaria nem a nós [aos brasileiros], nem aos portugueses, o mínimo proveito”⁴²⁷, já que não havia vantagens em manter tal associação, pois já existem a independência política e as diferenças entre os dois países, que são muitas.

Nós, os brasileiros, somos já um povo completamente diferente do portuguez, com quem conservamos de commum, apenas, a língua e esta mesma visivelmente adulterada e corrompida, tendendo para formar, mais cedo ou mais tarde, um dialecto á parte⁴²⁸.

O considerado insistente esforço por parte da Confederação Luso-Brasileira para a manutenção dos laços era, para Raymundo Magalhães, uma fantasia mórbida, “produto do sentimentalismo choramingas das margens do Tejo e do Douro”, que envenenava e corrompia a sociedade brasileira, “raça de fortes”⁴²⁹. O grupo sustentava-se a partir de uma percepção acalentadora “de um passado que passou”, uma recordação errônea do passado que deformava o presente. A Confederação tinha por intuito convencer as pessoas “povoando-lhes o cérebro de ideas e fantasias tao arrojadas e irrealizáveis”. Assim, o autor concluiu que Brasil e Portugal não são imagem de pai e filho, pois nem o “primeiro cançado e trôpego, precisando do amparo do segundo, nem este é fraco e pequenino apoiando-se ao braço forte daquele”⁴³⁰. Já Sebastião Ferraz declarou que os portugueses buscavam diversas formas para se infiltrarem na cultura brasileira, com o objetivo de “roer-nos até o cerne, para um dia nos nos surprehenderem com o laço na garganta. E tanto fallaram em estreitamento de relações que agora já pensam em nos estrangular”⁴³¹.

A Confederação Luso-Brazileira, segundo os autores de *Gil Blas*, era uma associação que visava persuadir a sociedade brasileira, principalmente seu grupo de intelectuais, sobre os benefícios da comunhão cultural e intelectual

⁴²⁶ Ferraz, Sebastião. (1919). *A Confederação...cit.*

⁴²⁷ Magalhães, Raymundo. (1919). A recolonização. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I, n. 40. p. 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=628>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ Idem.

⁴³⁰ Idem.

⁴³¹ Ferraz, Sebastião. (1919). *A Confederação...cit.*

entre os países. No entanto, Alcebiades Delamare deixava claro que a real intenção da Confederação era “unir as duas pátrias em uma só, confundindo, num mesmo corpo político, interesses diversos, ideias opostas, que se chocam e se repellem”, sempre deixando “o mais inferior em prejuízo e detrimento do outro, evidente o mais forte, o mais viril, o mais culto, o mais capaz”⁴³². O escritor ratificou que tal elo de ligação só era vantajoso para Portugal, como pode ser exemplificado no item 3 de um projeto aprovado pelo Senado português, que previa “mutua elegibilidade dos cidadãos dos dois países para os corpos administrativos e legislativos”. Tal projeto apenas previa que seriam aos milhares os portugueses que “viriam atulhar as nossas repartições públicas ou pregar demagogias nas nossas assembleias políticas”⁴³³, por isso, representava um “crime” para o qual os “responsáveis directos pela ordem e pela integridade nacional” deviam ser alertados⁴³⁴.

O item 4 do mesmo projeto dissertava acerca da equivalência dos cursos superiores nos dois países e também sobre o livre exercício de algumas profissões dos dois lados do Atlântico. Para o autor, novamente, essa reciprocidade de direitos apenas era vantajosa para Portugal, pois não havia brasileiros com desejo de ir para Portugal pleitear cargos em profissões liberais,

qual o tolo, que abandonaria este país, cheio de possibilidades, para ir lutar em um ambiente atrasado retrogrado, contado pelas competições, onde se respira uma eterna e impenitente atmosfera de prevenção, de má vontade e de despeito contra o Brasil! Qual o português, portador de um diploma acadêmico, que não emigraria logo para o Brasil, vindo prejudicar e concorrer com o nacional na medicina, na advocacia, na engenharia, em todas as profissões liberais o Brasil! Essa massa imigratória actual, que é composta, na sua quase totalidade, de analfabetos e de carbonários seria então avantajada pelos sabichões, pelos cavalheiros armados de títulos científicos, animados dos melhores desejos de... ‘vir civilisar esta coisa que se chama Brasil...’⁴³⁵.

⁴³² Delamare, Alcebiades. (1920). Ainda sobre a Confederação? *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno II, n. 47, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=739>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ Costa, Trajano. (1920). Nacionalismo mixto. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno II, n. 62, p. 12. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=984>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴³⁵ Delamare, Alcebiades. (1920). Ainda a Confederação? *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno II, n. 50, p. 2 e 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=784>>. Acesso em agosto de 2021.

Já o item 5, que dissertava sobre os problemas da migração dos portugueses para o Brasil, era tratado por Delamare como “invasão secular que tem sido profundamente prejudicial ao Brazil, nada, absolutamente nada concorrendo para o seu desenvolvimento material e para o seu aperfeiçoamento cultural”, visto que são “milhares de indivíduos em êxodo” acusados de serem “incapazes para a luta e para a conquista do trabalho” e “verdadeiro caudal de parasitas”⁴³⁶.

Com o mote das diferenças linguísticas entre os países, Bomílcar revelava contrastes entre as culturas brasileira e portuguesa com o objetivo de reforçar a necessidade de o país americano se desvencilhar da tutela da antiga metrópole, reclamando “a posse de nós mesmos” e exaltando que “talvez dentro de dois ou três seculos, nós e os portugueses não nos entendamos mais, graças a Deus”. Tal diferenciação iniciada pela língua devia ocorrer,

queiram ou não os zelotes da integridade das formas clássicas, as abencerragens da perfectibilidade quinhentista, os entusiastas dos sons em ão, os escriptores das homelias sobre os peixes voadores e dos bellos romances de primorosas encadernações, ella [a língua portuguesa] há de seguir o curso inevitável das demais línguas, há de evoluir também⁴³⁷.

A revista declarava que, infelizmente, há as semelhanças dos idiomas, mas que nessa relação entre os países sobressaem as profundas diferenças que desvelam sociologia e etnicismo únicos que as separam “pela sua prosódia, pela sua brandura e suavidade de expressão poeticamente indígena”⁴³⁸.

Outro meio para convencer o leitor de que os portugueses não deveriam ser bem recebidos no Brasil, ou ainda que os brasileiros não deviam manter relações culturais e intelectuais com Portugal, era mostrar como os jornalistas lusos falavam da antiga metrópole, tanto nos jornais portugueses, quanto nos próprios brasileiros. Os autores de *Gil Blas*, com o objetivo de incentivar a nacionalização da imprensa no país e de estimular a veiculação dos discursos nacionalistas, exerciam uma intensa crítica aos jornalistas portugueses e aos

⁴³⁶ Delamare, Alcebíades. (1920). Ainda a Confederação? Continuação. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno II, n. 48, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=755>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴³⁷ Bomilcar, Alvaro. (1919). A língua portugueza no Brazil. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I, n. 41, p. 3 e 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=639>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴³⁸ Idem.

meios de comunicação explorado por portugueses no Brasil. É possível observar tal posição nos fragmentos de texto a seguir:

o trabalho de absorção mental dos escriptores e jornalistas portuguezes e luzo-brazileiros entre nós — tem, em nosso paiz, raízes fundadas e seculares. Além disso, todas as nossas forças económicas estão nas mãos de estrangeiros, occupando os portuguezes e primeiro lugar, graças á vantagem de uma língua quase commum e á nossa mania de consideral-os irmaos [...]. Afinal, o que iria fazer toda essa 'brava gente' que atravanca as nossas avenidas, verdadeira 'sarrabulhada' de ineptos, fazedores de versos, mordedores e melindrosos que desconhecem por completo todas as questões que interessam ao Brazil?⁴³⁹

A influencia portugueza nos destinos do Brazil tem sido um facto incontestado. Enorme, portanto, é o prejuízo que disso advem para a nação brazileira. A cupidez lusa opera arregimentada. Tanto isso é uma verdade, que a campanha desorientadora da imprensa pseudo-brazileira esta com suas baterias assestadas contra o Brazil, mas em tal posição estratégica, que faz supor á maioria dos brazileiros não se tratar, entre a gente lusa que vive no Brazil, de uma enormíssima conspiração contra a autonomia nacional. [...] o povo deste abençoado paiz há de despertar e por em seu devido lugar o indesejável portuguez pançudo e pulha que aqui vem arrotar petulantemente o seu 'binho verde d'Alentejo', com que pretende embriagar a briosa e altiva mestiçada. [...] Para conseguirmos ser brazileiros de verdade, mister se faz que gritemos bem alto: somos lusophobos, isto é, consideramos a colonia portugueza no Brazil como a peor de todos os males, e a ella fazemos guerra, porque estamos convencidos de que prestamos o maior serviço á terra em que nascemos, o glorioso e escravizado Brazil⁴⁴⁰.

Com esses intuitos, os escritores de *Gil Blas* expunham, frequentemente, ofensas e críticas feitas por portugueses sobre o Brasil e as respondiam de forma enfática e vigorosa. No texto “O supremo ultraje” falava-se sobre um insulto cometido por um jornalista português a respeito das mães brasileiras⁴⁴¹. O ultraje, para o autor, era o fato de que o jornalista além de não ser expulso do território brasileiro, ainda pediu em tribunal uma indenização pelos ataques de revoltosos sofridos na redação de seu jornal. O texto de *Gil Blas* impetuosamente afirmava:

pois esses patifes, esses estrangeiros “indesejáveis”, depois da lição que o povo carioca lhes deu naquele incidente memorável [...]. Que pensa esse maroto, julga-se porventura numa terra de beocios, numa aldeia minhota? [...]. Insulta-nos o miserável, offende-nos

⁴³⁹ Elyσιο de Carvalho e sua “salgalhada” através do juízo imparcial de um critico brasileiro. (1922). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno IV, n. 157. p. 14. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=2069>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁴⁰ Paula, Francisco. (1920). Lusophobia. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno II, n. 83. p. 14. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=224561&pagfis=1255>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁴¹ O artigo faz referência a um texto publicado em outubro de 1917 no jornal *Correio Portuguez*, escrito por Motta Assumpção. Segundo *Gil Blas*, o escrito de Motta Assumpção era “insultuoso” à dignidade brasileira, “ofensivo aos melindres, audacioso e cynico no ataque soez, de baixo calão, de vil peçonha, onde se cuspiu sobre o que há de mais sagrado: as mães brasileiras”. Em: O Supremo Ultraje. (1919). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I, n. 37. p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&Pesq=salgalhada&pagfis=58>>. Acesso em agosto de 2021.

o desafio gallego, e ainda nos pede dinheiro pelas infâmias que nos atirou! [...]. Não cremos que haja um juiz com a coragem de endossar e mandar pagar as ignóbeis ofensas feitas pelo canalha⁴⁴².

Em outro artigo a respeito do mesmo acontecimento, *Gil Blas* voltava a reclamar do castigo que “injuriou as mulheres brasileiras” e destacava claramente que ele era um “ladão portuguez, acção ignóbil do salafrario estrangeiro, [...] o supremo indesejável há de ir para a cadeia ou será expulso do território nacional!”⁴⁴³.

O texto “A propaganda do Brasil no estrangeiro” patenteava uma intensa crítica ao cônsul do Brasil na Argentina, de nacionalidade portuguesa, por estar fazendo propaganda negativa do país e da cidade do Rio para os argentinos, chamando a cidade de porto de canalhas. A revista responde, portanto, dessa forma: “canalha a que elle se refere é composta na maioria de patrícios seus, os catraeiros lusos e corretores de hotéis lusitanos das immediações da praça 15”. E continuou denunciando que “o governo brasileiro, que nega empregos a seus filhos, tem um cônsul que o desmoraliza e com o dinheiro que lhe pagamos exalta a sua patria Portugal”⁴⁴⁴. Trajano de Almeida Costa, ao tratar sobre o nacionalismo e os sentimentos de amor à nação, salienta que apesar da existência de outras colônias estrangeiras, como a espanhola, italiana, alemã e síria, apenas a portuguesa fazia julgamento ao Brasil.

Só a portugueza — somente a [colônia] portugueza alvoroçou-se, irritou-se e declarou-nos guerra, mobilizando contra nos todas as pennas mercearias de lusitanos e lusitanoides, assestando-nos as baterias de suas criticas irreflectidas, deprimentes, provocadoras, desrespeitosamente se esquecendo de estar em casa alheia, cujo dono da igualmente trato fidalgo a todos os hospedes, mas nem por isso renuncia ao direito que lhe assiste de falar sempre mais alto e de por pra fora da porta o malcriado e insolente⁴⁴⁵.

Ainda para Trajano, uma espécie de nacionalismo misto era estimulada pela Confederação Luso-Brasileira e pelos jornalistas portugueses, o que para ele

⁴⁴² Idem.

⁴⁴³ O desfalque na Intendencia do Estado-Maior do Exercito. (1919). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I, n. 44. p. 11. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&Pesq=salgalhada&pagfis=69>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁴⁴ A propaganda do Brazil no estrangeiro. (1920). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno II, n. 48. p. 10. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&Pesq=salgalhada&pagfis=76>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁴⁵ Costa, Trajano. (1920). Nacionalismo mixto. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno II, n. 62. p. 12. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&Pesq=salgalhada&pagfis=98>>. Acesso em agosto de 2021.

não fazia sentido, afinal, “a imprensa paga pela colonia açambarcadora” cometeu “epithetos insultuosos”, “acirrando odios, atizando luctas” “que conscientemente arregimenta inconsciencias, que perfidamente destroe forças organizadas, criminosamente se esquecendo do dever pátrio pelas migalhas corruptoras”⁴⁴⁶.

Em outra matéria, Lusophobo de Oliveira (Luciano de Oliveira) desaprovou a obra “A Mulata”, do português Malheiro Dias, acusando-o de tratar grosseiramente a mulher brasileira. Expôs que o escritor luso, na direção da *Revista da Semana*, recebia altos salários. “É preciso, porém, que fique bem publico a sua qualidade de portuguez e que, como tal, não podia figurar entre os jornalistas brasileiros”. Concluiu que se Malheiro Dias quer “fazer figura, que vá fazel-a na sua terra”, pois “estamos fartíssimos desses indesejáveis”⁴⁴⁷. A estratégia de divulgar os textos em que portugueses classificavam os brasileiros continuava em uma seção intitulada “Como eles nos julgam...”, e em um artigo chamado “Até onde irá a ousadia: nacionalistas!...a postos!”, nos quais estão dispostas diferentes narrativas de jornais portugueses. A redação de *Gil Blas* reproduziu esses conteúdos, que eram selecionados, com intuito de revelar a forma como os brasileiros eram vistos na antiga metrópole, apresentando uma justificativa para o seu posicionamento em relação aos lusos, como no excerto:

para que as autoridades da Republica, o povo de nossa terra — os brasileiros de brio — vejam até onde vae a ousadia dos nossos gratuitos adversários [...]. enquanto os mastins da imprensa portugueza, daquém e dalém mar [...] vomitam insultos contra o Brazil e os brasileiros, os órgãos do nacionalismo — o Gil Blas e o Nacionalista, que se batem por uma causa justa, jamais articularam a mais leve injuria contra os homens públicos, as autoridades, a intelectualidade e o povo da outra banda...avante nacionalistas!⁴⁴⁸

Mais uma forma de persuasão por parte de *Gil Blas* pôde ser percebida ao logo desta análise. Os autores repetidamente utilizavam o mesmo enredo de *Brazileia*, a revelar a importância da relação entre os países americanos e reforçando as suas similaridades históricas, ligadas à colonização. Nota-se que

⁴⁴⁶ Idem.

⁴⁴⁷ Oliveira, Lusophobo. (1920). Rebatendo invencionices: o autor de “Mulata” em scena. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno II, n. 87, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&Pesq=salgalhada&pagfis=1297>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁴⁸ Até onde irá a ousadia?...Nacionalistas!...A postos!... (1921). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno III, n. 118, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&Pesq=salgalhada&pagfis=1600>>. Acesso em agosto de 2021.

os autores ao insistirem nesses laços procuravam desestimular o contato entre ex-colônia e antiga metrópole, pois o consideravam nocivo para o Brasil, trocando-o pelas nações da América. Para além disso, também se enaltecia o continente americano por ser uma representação do povo brasileiro, com a diversidade étnica e racial, que, segundo *Gil Blas*, era mal vista pelos portugueses. Os seguintes trechos apresentam tais discursos:

nós sabemos que o Brazil deve muito menos a Portugal, do que os demais povos americanos ás antigas metrópoles, Hespanha e Inglaterra. [...]. Queremol-o, pois, como força livre, no seio da livre America, e não como tutelado de um povo de quem só logramos a exploração commercial, cujas credenciaes se fundam no facto de haver presidido á política da infeliz colonia de Santa Cruz, nessa longa noite de 300 annos que antecedeu o braso do lpyranga! Nós, os americanos brasileiros, queremos e reclamamos e havemos de conseguir a posse de nós mesmos. [...]. E assim tem sido na historia das nacionalidades emancipadas da Europa e da America, excepção apenas dum paiz disviralizado, desnacionalizado e lusitanizado pela influencia commercial da raça que o explora, com o consenso impatriótico de um grupo de intellectuaes acastelados na imprensa desta capital⁴⁴⁹.

[Um nacionalista deve] orgulhar-se de suas origens americanas, e saber que a mestiçagem tem produzido os vultos mais eminentes da nossa historia, o que justifica as vantagens do “caldeamento das raças”⁴⁵⁰.

A imprensa lusitana desta capital não cessa de fomentar intrigas com a Argentina, óra servindo-se do nome desse patriota platino [Estanislao Zeballos⁴⁵¹], incontestável um dos maiores estadistas sul-americanos, óra forçando intrigas de toda a sorte, com o fim de nos malquistar com os nossos irmaos continentaes. Para essa imprensa alarmista e patrioteira, alimentada com o ouro do commercio lusitano, o facto de um cinema, de 5ª classe de Buenos Ayres, exhibir films descortezes para o Brazil — constitue gravíssimo insulto!⁴⁵²

[A imprensa lusa tem como objetivo] desmoralizar os homens e as coisas do Brazil; isolar-nos no continente americano; aprimorar-se de Portugal para incrementar uma

⁴⁴⁹ Bomílcar, Álvaro. (1919). A língua portugueza no Brazil. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I, n. 41, p. 3 e 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&Pesq=salgalhada&pagfis=63>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁵⁰ Mandamentos do Patriota Brasileiro (Propaganda Nativista). (1919). *Gil Blas...*cit.

⁴⁵¹ Zeballos foi Ministro das Relações Exteriores da Argentina que, segundo Pablo Lacoste, foi responsável pela criação de um denso *corpus* teórico à respeito da relação da Argentina com os seus vizinhos, especialmente o Brasil e o Chile. Para o autor, as ideias de Zeballos, fortemente marcadas pelo positivismo, revelavam xenofobia e racismo, “por tal motivo, el canceller generó conflictos de límites que antes no existían, y promovió conceptos históricamente inexactos sobre la naturaleza de las relaciones internacionales en el Cono Sur”. Lacoste, P. (2003). Estanislao Zeballos y la política exterior argentina con Brasil y Chile. Em: *Confluencia*, Año 1, n. 2, p. 107.

⁴⁵² A redação de *Gil Blas* propõe nesse artigo que nem o Ministro Zeballos seria capaz de cometer os mesmos insultos que a imprensa lusitana constantemente desvela. E que as críticas desta a respeito dos posicionamentos da Argentina sobre o Brasil são uma forma alarmista de incentivar as más relações entre os países latino-americanos. Em: Malheiro Dias – o organizador do curso de belleza e as suas opinioes sobre o Brazil, os brasileiros e... as brasileiras. (1922). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno IV, n. 158, p. 12. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&Pesq=salgalhada&pagfis=2078>>. Acesso em agosto de 2021.

exploração quatro vezes secular, concluindo-a num pacto político a que se daria o futuroso nome de confederação luso-brasileira⁴⁵³.

c) Nacionalização do comércio e da indústria

Gil Blas, assim como *Brazileia*, utilizava-se reiteradamente dos discursos que referenciavam a presença dos imigrantes portugueses na indústria e no comércio no Brasil. A estratégia usada pelos autores da revista era alegar a existência de uma relação de dependência comercial e industrial do Brasil em relação à Portugal, por meio da atuação da colônia portuguesa em território sul-americano. Em tom de denúncia, revelavam as rugas entre nacionalidades no mercado de trabalho, pelo predomínio dessa colônia nos estabelecimentos comerciais e na imprensa, bem como acusavam os lusos de roubarem e usurparem nas medidas e nos preços.

A revista preconizava que, com o objetivo de se proteger dessa dependência econômica entre antiga metrópole e ex-colônia — representada pela intensa participação dos imigrantes portugueses no comércio e na indústria —, era necessário que o brasileiro nacionalista tomasse algumas atitudes, entre as quais:

só comprar em cazas estrangeiras quando não encontrar o artigo que deseja, em egualdade de condições, em cazas nacionaes, para que o lucro liquido da compra fique no paiz [...]. Comprar a dinheiro para obter um preço mais barato, e não vir a ficar na dependência humilhante do credor ou agiota estrangeiro. [...]. Preferir, sempre que for possível, o artista ou jornaleiro nacional, para os serviços de sua competência⁴⁵⁴.

Utilizando algumas medidas como esta, segundo a cartilha da Propaganda Nativista, era possível “libertar o país do predomínio estrangeiro, — onde quer que ele se manifeste”⁴⁵⁵. No entanto, essas ações individuais não eram o suficiente para quebrar definitivamente a dependência com a colônia portuguesa, por isso os autores defendiam veementemente a nacionalização do comércio e da indústria do país “como pedra de toque da emancipação total”, exigindo a presença massiva de nacionais nesses setores. É possível notar tal demanda nas palavras de Sylvio Romero.

Nada neste paiz está organizado; tudo está a flor do sólo, nada tem raízes, nos por enquanto, não temos patria. Isto é uma imensa feitoria, onde as industrias, o comercio,

⁴⁵³Bomilcar, Alvaro. (1919). Jacobinismos. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I, n. 39, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=609>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁵⁴ Mandamentos do Patriota Brasileiro (Propaganda Nativista). (1919). *Gil Blas...cit.*

⁴⁵⁵ Idem.

as empresas, todas as fontes económicas estão na mão de estrangeiros. A maioria dos nacionais tem de seu, para viver, a mendicância, a praça na tropa de linha ou nas milícias urbanas, e o miserando funcionalismo público⁴⁵⁶.

Mostrando a sua característica xenófoba, mas principalmente antilusitana, a redação de *Gil Blas* afirmava que o aperfeiçoamento moral e material e o progresso da indústria, navegação e agricultura eram resultado do esforço e da inteligência da raça brasileira e não das colônias estrangeiras, que apenas se opunham sistematicamente a tal desenvolvimento. Os lusos, para os autores, além de explorarem os negócios lucrativos, ocupando o espaço de milhares de brasileiros sem trabalho, também queriam “dominar-nos politicamente talvez para desta arte poderem concorrer conosco ao emprego público e às profissões liberais — únicos officios que ao brasileiro é dado aspirar!”⁴⁵⁷.

Alcebiades Delamare também tentou convencer o leitor que ser nacionalista era mais do que apenas dedicar-se às campanhas com esse teor, mas disseminar e publicitar a “subalternidade ridícula” em que os brasileiros se têm colocado em face ao imigrante, principalmente o português, permitindo-lhes “a concupiscência e beneficiando-lhe a ganância”⁴⁵⁸. O autor afirmava que em todas as esferas da atividade humana havia o predomínio incompreensível do estrangeiro em relação ao nacional, como:

a imprensa, principalmente na Capital da República, está toda ella — que ousa negal-o? — na sua quase totalidade, em mãos dos commendadores lusos”; “o commercio foi assaltado completamente pelo açambarcador portuguez, sedento de fazer fortuna rapidamente e de voltar á santa terra coma tripa forra, á custa de falsificações nos géneros de 1 necessidade, que vende á nossa infeliz população, por preços exorbitantes”; “a industria vae sendo, aos poucos, dominada pelo capitalismo lusitano e por meia dúzia de brasileiros degenerados, a soldo de argentarios egoístas, habituados a vencer a todas as resistências pelo suborno e pela corrupção”; o teatro...nem falemos no desgraçado teatro. É uma victima indefesa das garras de empresaros analphabetos, ignorantes e sem escrúpulos, nem siquer naturalizados⁴⁵⁹.

Álvaro Bomílcar também revelava sua perspectiva lusófoba de forma clara quando reiterava que o Brasil sofria de um perigo iminente que não era alemão,

⁴⁵⁶ Nacionalização do commercio. (1919). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I, n. 35, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=549>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁵⁷ Idem.

⁴⁵⁸ Delamare, Alcebiades. (1919). A questão nacionalista: a minha profissão de fé. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno I, n. 36, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=565>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁵⁹ Idem.

francês ou americano, mas de que o país voltasse “às mãos do mais atrasado dos povos europeus, consonante o aviso de Eça de Queiroz. Nesse abysmo temeroso do predomínio portuguez já cahiu a desventurada região amazônica, sem um grito de revolta do patriotismo nacional!”⁴⁶⁰. O escritor defendeu a revista dizendo que ela é um dos únicos periódicos preocupados com o culto à pátria e, por isso, tinha como responsabilidade o “combate a absorpção lusitana, e os intuitos recolonizadores das associações commerciaes”⁴⁶¹.

Essas associações, de acordo com o jornalista correspondente da região amazônica, eram quase na sua totalidade preenchida por portugueses, “pois si em qualquer uma [casa comercial] é encontrada um brasileiro, ou mais, é imediatamente dispensado, procurando um pretexto de economia. E, dias depois, é admittido um portuguez e quase sempre mais de um”⁴⁶². Sobre a situação no Pará, Oscar de Abrantes comunicou, de forma sarcástica e enfática, que os imigrantes lusos não podiam ser mais atrevidos e insensatos, porque em Belém a colônia “irmã” acreditava ser senhora de tudo.

Na cidade, por todos os recantos sente-se o mau cheiro ao portuguez sujo e analfabeto. Por detraz do balcão da quitanda, da taberna, do kiosque e mesmo por traz a esses antros de prostituição clandestina que elle rotulou de pensão lusitana, pensão zézé e pensão anaréa, elle sorri, amavel, blandiciosamente, para a innocencia do zé povo paraense, — sorri para depois praticar a villania de costume [...]. Para ca, ai de nós! Vem a escoria, a saburra de Portugal com a mesma febre de arranjar o dinheiro com essa indigna subserviência que é o estalão dos typos inferiores. [...] são as esponjas do laborioso trabalhador nacional. Fogem do campo igual o diabo foge da cruz. O trabalho não foi feito para elles. [...]. Esse alienígena inútil e explorador é o nosso castigo de todos os dias. Infelizmente a cidade está cheia dessas sete pragas do Egypto [...]. A ‘culonia’ desprezível é a menos útil aos nossos interesses , — a que mais retarda o nosso progresso pelo seu processo rotineiro; a que mais pesa no nosso desfalque económico e financeiro — porque os portuguezes vivem dos frutos do commercio e porque todos os vapores da Europa enviam mensalmente para mais de três a quatro mil contos de pensões, á “santa terrinha”, de dinheiro que devia ficar na nossa terra, se os nossos políticos e nós mesmos, não fossemos tão doces e complacentes para gente tão indigna de qualquer amizade. A celebrada ‘culonia’ é a mais forreta, a mais egoísta, a menos letrada e por isto mesmo é naturalmente a mais petulante⁴⁶³.

⁴⁶⁰ Bomilcar, Alvaro. (1919). *Jacobinismos...cit.*

⁴⁶¹ Idem.

⁴⁶² Correspondencia do Amazonas. (1920). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno II, n. 47, p. 11. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=747>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁶³ Abrantes, Oscar. (1920). Correspondencia da Amazonia: a audácia dos portuguezes no Pará. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno II, n. 76, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1145>>. Acesso em agosto de 2021.

Em outro artigo, Oscar afirmou que a Amazônia é vítima da absorção estrangeira, em especial portuguesa, que devido ao abandono do nacional pelo poder público acabou por permitir que tomassem “de assalto todas as fontes de riqueza do Estado”. Ao referenciar os imigrantes lusos, o autor explicou que eles

têm conseguido os seus fins miseráveis porque são os detentores das maiores riquezas e nós ainda estamos esquecidos pelos congressistas displicentes fazedores de discursos a favor dos nossos usurpadores [...]. Os portugueses [...] são incontestavelmente, aqui, nesta esquecida Amazonia [...] os maiores bandidos, os mais scelerados salteadores das nossas riquezas e da nossa honra! Não há, evidentemente, um qualificativo para se nomear o banditismo destes nossos supostos amigos. Todo mundo vê esse perigo, essa infâmia, esse mal. Só não vê o político brasileiro. A conveniência está acima do Brasil. [...]. Tem graça: os brasileiros elegem deputados para, no congresso, estes defenderem os portugueses nossos usurpadores⁴⁶⁴.

Também na Capital Federal, os portugueses, já “senhores do commercio”, “não só impossibilitam, quando não querem que a seu lado negociem nacionaes, mas chegam a consignar em seus contractos clausulas impedindo os empregos do commercio aos rapazes brasileiros”⁴⁶⁵. França e Silva refletiu sobre a presença massiva desses imigrantes no Rio: “tudo, quasi tudo aqui é portuguez: o commercio, as artes, as industrias, a imprensa em sua maioria, e até as ordens religiosas pertencem é nefasta gente que há quatro seculos nos infelicita, quer com os seus males raciais e sem tic de progresso”⁴⁶⁶.

É possível notar que os colaboradores de *Gil Blas* consideravam que a imigração portuguesa para o Brasil — com destaque a três principais destinos: Rio de Janeiro, Belém e Manaus — era a principal causa das mazelas econômicas pelas quais passava o país. O prejuízo não apenas perpassava pela predominância dessa colônia no comércio, na indústria, na imprensa e até no funcionalismo público — que acabava por tirar a oportunidade dos nacionais —, mas também por gerar *déficits* econômicos nessas regiões, a exemplo do

⁴⁶⁴ Abrantes, Oscar. (1921). Um demagogo inoffensivo no Rio de Janeiro. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno III, n. 135, p. 12. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1807>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁶⁵ Vieira, José. (1920). Carta aberta a Alvaro Bomilcar. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno II, n. 72, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1087>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁶⁶ Silva, França. (1921). Commentarios. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno III, n. 146, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1929>>. Acesso em agosto de 2021.

“encarecimento da vida, aumento phantastico do preço dos alugueis, deterioramento dos géneros de primeira necessidade”⁴⁶⁷.

Nesse sentido, a revista manifestou sua posição: “é tempo de finalizar esta exploração. O Brazil precisa agora de correntes immigratorias de outros povos, que nos venham auxiliar a completar a obra definitiva do nosso edifício social, politico, económico e financeiro”⁴⁶⁸. A independência econômica, de acordo com a revista, só se concretizaria quando encerrado o monopólio português no comércio, visto que era ele a fonte de “torturas, vexames e dissabores” que “matam lentamente o operariado português”. Assim,

si quisermos encetar a nossa vida, si quisermos redimir o novo brasileiro do grande mal da carestia da vida, preferencialmente devemos atacar este polvo de mil tentáculos que vivem em cada quarteirão da nossa metrópole e que são os varejistas lusitanos, que há 400 annos installaram-se como parasita monstruoso, encrustado nas principais cidades do litoral do Brazil⁴⁶⁹.

A nacionalização desses setores — assim como notou-se nas análises de *Brazileia* — também eram um ponto fulcral para o desenvolvimento e emancipação do país para os colaboradores de *Gil Blas*. Segundo Arthur Gaspar da Gama, “grande parcela da nação se convenceu da realidade dos factos” de que é mesmo necessário uma lei que proteja o comércio brasileiro, uma vez que o português que “é o maior comerciante que não quer perder a gorda munificência das transacções commerciaes, das quaes, há 100 annos depois do Brazil independente, é senhor”⁴⁷⁰. Uma das formas de se garantir a nacionalização do comércio no Brasil, para *Gil Blas*, era possibilitar a mudança da Capital Federal para o interior de Goiás, onde seria possível “dar o golpe de morte na influencia do alto commercio estrangeiro”. Por isso, “um grande passo a dar é a mudança da capital para Goyaz [...]. [Mas] não sejamos ingénuos: nós

⁴⁶⁷ Vieira, José. (1920). *Carta aberta...*cit.

⁴⁶⁸ Idem.

⁴⁶⁹ 5º comicio popular de Gil Blas: mais uma grande victoria popular do Nacionalismo. (1921). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno III, n. 101, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1399>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁷⁰ Gama, Arthur. (1921). A nacionalização do commercio. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno III, n. 121, p. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1643>>. Acesso em agosto de 2021.

somos ainda colonia portugueza: pelo commercio, pela imprensa, pela política e pela rotina”⁴⁷¹.

A principal crítica a respeito da existência de numerosos imigrantes portugueses era nos setores de maior influência econômica das capitais do Brasil. Os nacionalistas acreditavam ser os portugueses a pior colônia, porque costumavam preferir se fixar nas grandes cidades litorâneas, ocupando postos no comércio e na indústria, e não no interior, onde primordialmente os imigrantes exerciam tarefas na agricultura. Eurico Dias Martins e Astrigildo Azevedo expõem essa posição:

quem é o comerciante de carne, o marchante, o açougueiro? É o mesmo açambarcador de todo o nosso commercio. Pergunto-vos onde a vantagem para o engrandecimento do nosso paiz trazida pelo colono que, estabelecendo-se, nos grandes centros comerciaes brasileiros, dispondo de capitães fáceis, graças a hegemonia que desfructa, forma um ramo de negocio inteiramente contrario ao progresso nacional, augmentando vertiginosamente os seus lucros — filhos da ganancia e do pouco escrúpulo — e, salvo o thesouramento de seus capitaes em bancos caçanikkeis, permanece sociologicamente in statu quo; não constitue licitamente família, continua a habitar o fundo dos açougues ou de qualquer outra pocilga, alimenta-se nos frege moscas e, quando comemora a volta de D. Sebastiao ou a penúltima revolta, o faz com todo o seu jacobinismo: come castanhas portuguezas e bebe vinho verde...⁴⁷²

[...] o portuguez tem mau habito de não se encaminhar para o centro do paiz, onde a sua fraca iniciativa poderia prestar-nos alguns serviços na lavoura, dada a sua inegável resistência physica. Em vez disso, porém, localiza-se nas cidades do litoral para ahi servir de intermediário entre productores e consumidores, ludibriando a todos; para adquirir bens imoveis e mimosear-nos depois com a alta dos alugueis; para explorar industrias genuinamente parasitarias, entre as quaes figura a de tamancos; para montar tavolagens, casa de tolerâncias e outras espeluncas, negócios rendosos para elle, não resta duvida, mas ruinosos para a nossa civilisação⁴⁷³.

Sobre a situação dos brasileiros e portugueses frente ao mercado de trabalho, Leoncio Mouzinho fez uma crítica a respeito da situação trabalhista do Rio de Janeiro por meio da descrição de uma cena tipicamente urbana: o andar da carroça. Nesse relato, o autor teve por intenção representar o poder que os

⁴⁷¹ A mudança da Capital Federal. (1922). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno IV, n. 164, p. 7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=2148>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁷² Martins, Eurico. (1921). Industria e commercio do ponto de vista nacionalista. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno III, n. 114, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1557>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁷³ Azevedo, Astrigildo. (1921). Confederação Luso-brazileira? *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno III, n. 115, p. 7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1570>>. Acesso em agosto de 2021.

imigrantes portugueses tinham em relação aos trabalhadores portugueses que ocorriam desde os períodos coloniais e que resistiam mesmo ao longo do governo republicano. Também nessa narrativa, o autor revelou a posição racista que acreditava que os lusos possuíam.

Do alto da boléa dominam dois hirsutos lusitanos, de chicote em punho, bigodão sujo e ericado, ameaçando ceus e terra e obstruindo a passagem dos transeuntes; são os eternos donatários das capitâneas. A retaguarda estão dois carregadores negros para transportarem, no lombo, os pesados volumes da carroça: são ainda os transmigrados da África que, tendo sido o maior factor económico nos tempos coloniais, não se libertaram, entretanto, do captiveiro e representam agora, simbolicamente, a escravidão económica do brasileiro, sob a influencia nefasta e duradoura dos maiores piratas do século XV [...]. Em baixo, exaustos, fustigados, descrentes, mas resignados, estão os nossos patrícios burros, mais civilizados e talentosos que os donatários, porem tao afeitos ao chicote do portuguez, que já não reagem, mas, ao contrario, têm por elle verdadeira adoração. Esses burros representam a população brasileira, — a que produz nos campos agrícolas e nas fabricas e a que compra, consome e paga nas capitaes. São os eternos tributários dos parasitas, açambarcadores dos viveres ou intermediários das vendas, aos quaes acompanham em todas as attitudes, cultivam-lhes as manhas, engrossam-lhes a pança, ajudam-n`os a conspirar contra o Governo e as autoridades constituídas; clamam contra as feiras livres que barateiam a vida; contra o cooperativismo e syndicalismo, e contra a nacionalização da pesca que augmentou a produção do peixe⁴⁷⁴.

A metáfora demonstrava a representação, segundo o autor, da ganância e da rotina de exploração criminosa dos imigrantes portugueses, que utilizam o disfarce de possuírem uma posição política conservadora.

d) Vantagens jurídicas e legais

Ainda que mais raro que os anteriores, a utilização do enunciado referente às vantagens jurídicas e legais conquistadas pelos imigrantes portugueses também fazia parte da estratégia discursiva xenófoba de *Gil Blas*. Ao afirmar que os portugueses possuíam mais benefícios e direitos que outros imigrantes, e até mesmo que alguns brasileiros, a redação esperava convencer a sociedade da necessidade do uso da narrativa antilusitana.

Alcebíades Delamare ressaltou que os portugueses eram generosamente acolhidos no Brasil e, por isso, equiparados ao nacional, chegando a obter os mesmos direitos dos brasileiros. Para o autor, tal conveniência acabou por

⁴⁷⁴ Mouzinho, Leoncio. (1921). Phrases de um nativista. *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno III, n. 136, p. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1815>>. Acesso em agosto de 2021.

permitir-lhes “a concupiscência e beneficiando-lhe[s] a ganancia”⁴⁷⁵. Outro artigo também explora a mesma circunstância:

o caso que fazem os portuguezes das nossas leis, como abusam da nossa hospitalidade, como tratam os desventurados brasileiros, martyres de uma legislação que os colloca á mercê de quanto estrangeiro audacioso aqui se venha estabelecer⁴⁷⁶.

E também expôs a forma de como se podia resolver a situação:

vem de modo oportuno corroborar a sua patriótica campanha contra o incontrastável pedomínio que exerce o estrangeiro, em especial o portuguez, em nosso paiz, em todos os seus departamentos sociaes, económicos e mesmo políticos. Esse predomínio deve ser combatido com todas as armas e nós o faremos sem desfallecimentos, com coragem e com dessoro, nos termos claros, precisos, mathematicos e insofismáveis da profissão de fé do nosso director [...]. Não há duvida que a colonia portugueza é aquella que mais insiste em pretender dominar-nos no commercio, na industria e na imprensa. Mas a hegemonia lusitana é um facto que nada justifica, quer no passado quer no presente. E essa hegemonia é uma afronta, que nos humilha e nos enxovalha [...] é preciso que os estrangeiros se convençam, de uma vez por todas, que são aqui hospedes e não senhores dominadores⁴⁷⁷.

Um dos grandes benefícios que os imigrantes portugueses possuíam, segundo a *Gil Blas*, era a possibilidade de assumirem cargos públicos no Brasil. A revista demonstra por meio de números e dados que em algumas instituições os lusos não só estavam presentes, como representavam a maioria dos funcionários. Por exemplo, revelaram que na polícia da capital, 11.475 mil réis eram despendidos para o pagamento de pessoal estrangeiro, em notória maioria portugueses. O texto, portanto, explanou:

esses estrangeiros que, em vez de irem para a lavoura trabalhar e produzir, se deixam ficar nas cidades parasitariamente até no funcionalismo já nos fazem concorrência. [...]. E agora veja [...] este doloroso contraste: — enquanto muitos brasileiros morrem á fome sem um miseravel emprego⁴⁷⁸.

Sobre a presença desses estrangeiros na Marinha Mercante, Manoel Tiburcio da Silva denunciou que os imigrantes representavam grande número nos altos postos da instituição, mesmo tendo muitos brasileiros dessa área ocupacional sem oportunidade de trabalhar.

Os portuguezes permanecem em nossa Marinha Mercante, quando temos centenas de marítimos desembarcados, já pela crise dos navios, já pelo desleixo dos governos

⁴⁷⁵ Delamare, Alcebíades. (1919). *A questão...*cit

⁴⁷⁶ O caso do Para. (1920). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno II, n. 56, p. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=892>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁷⁷ Idem.

⁴⁷⁸ Os estrangeiros no funcionalismo. (1920). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno II, n. 58, p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=919>>. Acesso em agosto de 2021.

passados; é um crime, porque os portugueses da nossa frota mercante, onde arrecadam mensalmente milhares de contos e deste dinheiro não fica nem 5% em nosso paiz e sim é todo drenado para Portugal⁴⁷⁹.

Por isso, o autor sugeriu “suspender a imigração portuguesa” e “nacionalizar a marinha mercante” como um dos “principaes factores da nossa independencia economica”⁴⁸⁰.

Para os colaboradores da revista, o grande trunfo dos lusos era terem a capacidade de estar infiltrados nas decisões políticas brasileiras, ajudando no processo de conquista de direitos e privilégios para a sua colônia no país.

Nessas posições vantajosas esses calhordas fugidos de Portugal, fazem o possível para hostilizar os brasileiros e canalizar o nosso dinheiro para a santa terrinha. E, infelizmente, têm conseguido os seus fins miseráveis porque são os detentores das maiores riquezas e nós ainda estamos esquecidos pelos congressistas displicentes fazedores de discursos a favor dos nossos usurpadores [...]. Todo mundo vê esse perigo, essa infâmia, esse mal. Só não vê o político brasileiro. A conveniência está acima do Brasil. [...]. “Tem graça: os brasileiros elegem deputados para, no congresso, estes defenderem os portugueses nossos usurpadores”⁴⁸¹.

4.2.2 Conclusões da análise de Gil Blas

As duzentas edições de *Gil Blas* apresentavam de forma concisa estratégias de argumentação que ajudaram a construir a sua posição discursiva em relação à formação da identidade nacional do Brasil. Os autores questionaram a história do Brasil com o objetivo de reavaliar as ações dos portugueses, pois acreditavam que com essa nova visão reconfiguravam a memória, retirando a importância, considerada por eles demasiada, dos portugueses na história brasileira. Esforçaram-se para ressignificar acontecimentos e personagens históricos, tentando revelar e destacar heróis ligados à emancipação brasileira. Em simultâneo, reiteravam, com insistência, que os portugueses eram o povo mais atrasado da Europa, procurando alterar a visão do brasileiro sobre o português, que não podia ser considerado membro de uma sociedade mais evoluída só por ser do Velho Mundo. Como afirma Carlos Gustavo de Jesus, os colaboradores da revista acreditavam ser os guardiões da verdadeira versão da história, disponibilizando aos leitores uma

⁴⁷⁹ Correio de Gil Blas. (1921). *Gil Blas: pamphleto de combate*. Anno III, n. 113, p. 11. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1552>>. Acesso em agosto de 2021.

⁴⁸⁰ Idem.

⁴⁸¹ Abrantes, Oscar. (1921). *Um demagogo...cit.*

nova leitura que revelava os aspectos essencialmente brasileiros. Na realidade, a intenção era contrapor a história e a memória forjada pelo Império, construída por órgãos como o IHGB e o Arquivo Nacional. Na década de 1920, como destaca o historiador, houve um forte questionamento da proposta histórica edificada nessas instituições imperiais, demonstrado pelas releituras e reavaliações do ideal nacional e reforçado pela necessidade de legitimação memorial republicana. “Assim, pode-se dizer que o discurso encontrado nas páginas de *Gil Blas* evidencia a disputa pela legitimação de uma memória, ou seja, daquela adequada aos ideais da revista”⁴⁸².

Nos momentos em que as relações históricas entre brasileiros e portugueses não podiam ser questionadas, os escritores optaram por criticá-las, sustentando que elas eram o principal motivo para a falta de desenvolvimento e a causa dos principais defeitos do Brasil e dos brasileiros. A colonização era apresentada com péssimas características e graves vícios de origem. A redação reforçou a ideia de que durante esses séculos, os nativos e africanos foram explorados pelos portugueses e de que as qualidades do povo brasileiro provinham dessas duas etnias e das suas misturas. Conclui Carlos Gustavo Jesus que

fica claro nas páginas da revista que havia o objetivo de salientar um maniqueísmo nas propostas historiográficas da época, marcado por uma disputa pela memória que, opunha de um lado, a história do povo brasileiro, resultante do amálgama das raças e cultura indígenas, europeia católica e africana e do outro a perpetuação de uma memória marcada pela a versão tradicional da história, construída por meio e por interesses culturais e políticos portugueses, que deveria ser combatida para que se pudesse cunhar uma identidade nacional livre da sombra colonizadora, que para eles era demasiadamente prejudicial à construção da nação brasileira⁴⁸³.

O principal objetivo discursivo de *Gil Blas* era evitar que os pontos de ligação entre a cultura e a intelectualidade dos dois lados do Atlântico fossem reforçados. Os autores acreditavam que as estreitas relações entre as nações poderiam estimular a vinda de mais imigrantes para o país e o bom acolhimento aos que já estavam no país. Assim, cortar essas ligações era uma estratégia que visava estancar a imigração portuguesa. Para eles, as campanhas como a Confederação Luso-brasileira apenas serviam para vangloriar a cultura e intelectualidade portuguesa, remetendo para segundo plano tudo o que era

⁴⁸² Jesus, Carlos. (2014). *Disputas...*cit, p. 8.

⁴⁸³ Idem, p. 11.

nacional e próprio do Brasil. Portanto, esforçaram-se para revelar e ressignificar aqueles que seriam pontos em comum, divulgando-os como fatores diferenciais entre as nacionalidades brasileira e portuguesa. Um exemplo é a língua. Afirmavam que a língua já não era a mesma (português do Brasil e português de Portugal) e previam que dali a alguns anos brasileiros e portugueses já não seriam capazes de se compreender. Carlos Gustavo de Jesus explica que considerar a existência de uma língua própria era afirmar a necessidade de libertação cultural em relação à antiga metrópole e promover a conquista pela independência intelectual nacional. A defesa da nacionalização da língua portuguesa com especificidades brasileiras “desdobrou-se na crítica à colonização portuguesa e na tentativa de recolonização”⁴⁸⁴.

Outro meio de demonstrar a dissemelhança entre os países e, conseqüentemente, desestimular a ligação profícua entre as duas identidades nacionais, era revelar como os brasileiros eram vistos por parte dos portugueses. Obviamente, os autores de *Gil Blas* escolheram e selecionaram as opiniões de portugueses que manifestavam xenofobia, racismo e preconceitos para afirmarem que a sociedade lusa não nutria qualquer respeito pelos brasileiros.

Para os jornalistas de *Gil Blas*, um dos maiores problemas gerados pela presença em massa de portugueses no Brasil era o protagonismo dessa colônia no comércio e na indústria, dado que acreditavam que os imigrantes portugueses ocupavam o espaço dos brasileiros no mercado de trabalho e que, para além disso, eram em geral os patrões nesses setores. Por serem maioria no comércio a retalho, na indústria e nos meios de comunicação, os autores propalavam a existência de uma tentativa de (re)colonização por meio do âmbito econômico. O Brasil estava assim, portanto, sob uma nova relação de tutela, agora de caráter eminentemente econômico, em relação aos lusos.

A exploração econômica exercida pela colônia portuguesa no Brasil era nociva não só para os trabalhadores dessas localidades, mas para toda a sociedade que tinha de lidar com as más práticas portuguesas que provocavam aumentos do custo de vida, como no preço dos alugueis e dos gêneros de primeira necessidade. Ao preferirem as grandes cidades em detrimento do campo, o português não resolvia o problema da mão-de-obra que tinha a

⁴⁸⁴ Jesus, Carlos. (2012). *Revista...cit*, p. 100.

agricultura e pecuária e ainda piorava as condições urbanas de carestia de vida. Para que todos estes inconvenientes acabassem, era necessário que houvesse uma rápida mudança no sistema econômico do país, em especial nas grandes cidades como Rio de Janeiro, Belém e Manaus. Também era essencial, segundo esses pensadores, a nacionalização do comércio e da indústria, que, assim, com sustentação legal, os patrões e os empregados poderiam ser brasileiros na sua maioria.

Além de ocupar os principais espaços no mercado de trabalho nas grandes urbes brasileiras, a redação da revista argumentava que os portugueses gozavam benefícios e direitos que outros imigrantes não tinham no Brasil. A forma injusta como eram tratados em relação a outros estrangeiros e mesmo em relação aos nacionais explicava o enriquecimento dos portugueses e o seu poder de influência nos espaços de decisão.

A revista de maneira constante denunciava a presença dos lusos no funcionalismo público brasileiro, os gastos que geravam para o Estado e os privilégios que possuíam. Demonstrava que enquanto uma quantidade considerável de brasileiros não conseguia admissão nos departamentos públicos, cada vez mais portugueses estavam presentes nesses espaços. De acordo com *Gil Blas*, tais benefícios eram concedidos pela esfera política que estava intimamente ligada a Portugal, aos portugueses ou à colônia portuguesa, tanto pelo seu vínculo histórico com o poder quanto pela sua força econômica.

A análise das edições de *Gil Blas* revela que os discursos sobre as relações históricas, intelectuais, culturais e econômicas com os portugueses e as disposições legais a respeito da colônia lusa tinham como principal objetivo estimular o afastamento entre os dois países para que a imigração portuguesa para o Brasil fosse controlada e desincentivada. Usaram-se, portanto, estratégias discursivas que demonstram uma xenofobia específica contra o português. Quanto à presença portuguesa como imigrante no Brasil, esta análise corrobora com as pesquisas de Carlos Gustavo de Jesus, que afirma:

o patriotismo de *Gil Blas* buscava enaltecer os traços que, supostamente, pudessem nos [brasileiros] diferenciar de Portugal e do imigrante lusitano, que se estabelecia no comércio, na imprensa e na cultura, situação peculiar à realidade da Capital Federal. O que permite afirmar que o nacionalismo defendido e publicado no semanário poderia ser denominado de um nacionalismo à carioca, restrito ao panorama do Rio de Janeiro⁴⁸⁵.

⁴⁸⁵ Idem, p. 114.

4.3 *Brazileia* e *Gil Blás* no contexto da imprensa nacionalista

Analisadas as revistas que utilizam o antilusitanismo como forma de afirmação da identidade nacional brasileira — incluem-se aqui também os jornais *O Jacobino* e *O Nacional (A Bomba)*⁴⁸⁶, ainda que como gérmen do ideal nacionalista —, notou-se que esses periódicos não são os únicos exemplos de publicações nacionalistas do período estudado, porém são as principais representações da lusofobia radical. Para além dos semanários de cunho majoritariamente nacionalistas, a exemplo da *Revista do Brasil*, percebeu-se que a questão nacional também estava presente em impressos de grande tiragem, como a revista *Kosmos*, *Renascença*, *Almanaque Brasileiro Garnier* e outros⁴⁸⁷, mas não como principal temática.

Os jornais *O Jacobino* e *O Nacional (A Bomba)*⁴⁸⁸, com revelam Gladys Ribeiro, Jorge Luís Alves e Lincoln Penna⁴⁸⁹, por estarem inseridos no contexto do movimento jacobino — formado por intelectuais radicais e republicanos que se identificavam com a imagem do presidente como soldado cidadão⁴⁹⁰ —, dedicaram-se a publicitar as ações do governo florianista que tinha como

⁴⁸⁶ Até a data de entrega deste trabalho esses diários não puderam ser analisados, pois seu acesso estava indisponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em razão das obras da sala de periódicos microfilmados e também pelas condições sanitárias impostas pela pandemia da covid-19 e também pela reforma do prédio em que se encontra esse acervo na instituição.

⁴⁸⁷ Sobre a edificação de um projeto político e educativo e, conseqüentemente, o de construção da nação republicana nessas publicações, dedicou-se Carolina Dantas. A autora afirma que esses periódicos “foram grandes divulgadores de conhecimento sobre o país, bem como responsáveis por tocar nos temas ligados à identidade nacional e a visualidade *art nouveau*”. Em: Dantas, Carolina. (2007). *O Brasil café com leite: história, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914)*. (Tese de Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense.

⁴⁸⁸ O jornal *A Bomba*, lançado em setembro 1894, teve seu nome trocado para *O Nacional*, que assim se chamou a partir de janeiro de 1895 até junho de 1896.

⁴⁸⁹ Alves, Jorge. (2009). *Malheiro Dias...cit*; Penna, Lincoln. (2003). Os panfletários da República: a campanha do petróleo na imprensa nacionalista. *Alceu*, v. 4, n. 7, p. 83-98; Ribeiro, Gladys. (2017). *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Rio de Janeiro: Eduff.

⁴⁹⁰ O presidente Floriano Peixoto, segundo seus seguidores, possuía um perfil nacionalista e americanista, que vinha de camadas populares, se mostrava sensível e valorizava a ideologia do trabalho estimulando a simplicidade, a disciplina, a firmeza, a coragem, a honestidade e a altivez frente às elites e os estrangeiros. Como explica Suely Queiroz, os jacobinos representavam os propagandistas dos valores e o sistema republicano, mas com o passar do tempo foram adquirindo atributos vinculados à intransigência e à intolerância do radicalismo nas suas expressões ideológicas e políticas. Em: Queiroz, Suely. (1986). *Os radicais da República*. São Paulo: Braziliense.

supostos inimigos a colônia de imigrantes portugueses no Brasil⁴⁹¹. Para os colaboradores da revista, ligados ao movimento jacobino, o nacionalismo perpassava pela defesa incessante do regime republicano e do seu principal representante, que naquele momento era Floriano Peixoto. Diferente das motivações da linha editorial de *Brazileia* e *Gil Blás*, o programa desses jornais — publicados em período anterior (última década do século XIX) — focava na destruição da imagem do português como um opositor da República e do governo.

Este nosso trabalho dedicar-se-á, também, à comparação entre *Brazileia*, *Gil Blás* e *Revista do Brasil*, semanário paulista de maior longevidade da República Velha, por ser uma publicação dedicada principalmente à discussão da causa nacional. A referida revista foi idealizada por Júlio Mesquita e teve como um dos principais colaboradores, e mais tarde também diretor, o escritor Monteiro Lobato⁴⁹². Na sua primeira edição, ao esclarecer seu programa-manifesto, Júlio de Mesquita destacou que a criação do semanário surgiu a partir do “desejo, a deliberação e vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista”⁴⁹³. A intenção era propor a edificação da identidade nacional, já que o Brasil era uma nação “que ainda não teve o animo de romper sósinha para a frente numa projecção vigorosa e fulgurante da sua personalidade”⁴⁹⁴. Essa circunstância, segundo a redação, devia-se ao fato de o país viver sob a tutela, direta ou indiretamente, política ou ao menos moral do estrangeiro.

Pensamos pela cabeça do estrangeiro, vestimo-nos pelo alfaiate estrangeiro, comemos pela cozinha estrangeira e, para coroar essa obra de servilismo colectivo, calamos em

⁴⁹¹ Posteriormente ao conflito da Revolta da Armada, surgiram rumores que seus rebeldes possuíam o apoio da colônia portuguesa no Rio de Janeiro e essa suposta simpatia com o movimento gerou a exacerbação dos ânimos por parte dos mais radicais, que justificavam sua indisposição em prol do patriotismo e do nacionalismo. Os radicais republicanos decidiram, portanto, organizar batalhões patrióticos — nomeados com símbolos republicanos nacionais, como Tiradentes, Frei Caneca, Benjamin Constant, Silva Telles, Vinte e Três de Novembro, Lauro Müller, Operário, Voluntários Paulistas, Acadêmicos de São Paulo e Defensores da República — que consistiam em jovens armados por alistamento voluntário e que contavam com o apoio de parte dos soldados do Exército, Guarda Nacional e Marinha alinhados ao governo. Em: Gomes, Amanda Muzzi. (2008). Jacobinos: abordagem conceitual e performática. *Revista Cantareira*, v. 12 (UFF online), p. 3. Disponível em: <<http://www.periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27848/16255>>. Acesso em abril de 2021. Idem.

⁴⁹² De Luca, Tania. (1999). *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP.

⁴⁹³ Redação. (1916). *Revista do Brasil*. Anno I, n. I. p. 2.

⁴⁹⁴ Idem.

nossa patria, muitas vezes, dentro dos nossos lares, a língua materna para falar a língua do estrangeiro!⁴⁹⁵

É perceptível, portanto, que a revista — assim como *Brazilea* e *Gil Blás* — indicava a necessidade de independência em relação aos países estrangeiros, seja nos aspectos políticos e econômicos, seja nos culturais e sociais. O horizonte de expectativa criado pelos colaboradores visava a construção de uma ideia nacional que fosse capaz de representar os seus próprios costumes, sua própria língua e seu próprio projeto educativo e intelectual alinhado à sociedade etnicamente miscigenada.

No entanto, diferentemente da perspectiva de *Brazilea* e *Gil Blas*, a *Revista do Brasil* não expressava antipatia em relação ao estrangeiro imigrante, nem especificamente em relação ao português, “o seu nacionalismo não é, porém, e não será nunca uma forma de hostilidade ao estrangeiro”⁴⁹⁶. Para os redatores, a intelectualidade brasileira, a quem era dirigida a revista, deveria se insurgir contra a submissão do Brasil relativamente a outros países europeus, nomeadamente França, Portugal e Inglaterra.

A nossa modéstia, o nosso apagamento como nação, a humildade atenciosa e reconhecida com que acolhemos tudo, o bom e o mau, que de fóra nos vem, a sofreguidão com que vamos pedir ao estrangeiro o que elle nos não oferece, revelam, pela sua expressão, um estado mórbido que é necessário combater. As nações não hão de ser soberbas e jactanciosas, mas também não podem apartar-se dessa austera dignidade [...]⁴⁹⁷.

Era preciso, assim, que os pensadores que se debruçavam sobre a questão nacional e, posteriormente, o povo brasileiro se conscientizassem sobre a “força imponderável que nos leva naturalmente, [...] a um lugar especial e honroso, o que tem sido, em todos os tempos e em todos os pontos do mundo, a marca inconfundível das raças adultas, emancipadas e sadias”⁴⁹⁸.

Como discutido no capítulo 2, outros países também apresentavam discursos de formação da identidade nacional publicados em periódicos de cunho nacionalistas com textos de características xenófobas em relação aos seus ex-colonos. Destaca-se o *jornal El Hijo del Ahuizote* (1885), que por meio

⁴⁹⁵ Idem.

⁴⁹⁶ Idem, p. 3.

⁴⁹⁷ Idem, p. 2.

⁴⁹⁸ Idem, p. 3.

da sátira e do ideário liberal publicava textos de críticas aos imigrantes espanhóis no México nos finais do século XIX, como referenciaram Marco Antonio Landavazo e Tomás Vejo⁴⁹⁹. A publicação afirmava expressamente que um dos seus objetivos editoriais era desespanholizar o México, pois essa nacionalidade era a causa e origem de todos os males da nação mexicana.

El Hijo del Ahuizote resulta por todo esto un espléndido laboratorio para reconstruir ese componente mitopolítico que la teoría de la conspiración tiene en el nacionalismo popular, para reconstruir el imaginario del nacionalismo popular mexicano sobre los gachupines⁵⁰⁰.

Tomás Vero explica que o esquema argumentativo básico subjacente a esse imaginário era: negação de qualquer relação histórica com os espanhóis; criação de uma imagem do gachupín (imigrante espanhol) como um ser moral e fisicamente repulsivo; e mostrar à nação que a origem de todo o mal sofrido pelos mexicanos tinha como causa última o domínio espanhol e a presença dos imigrantes espanhóis no país.

Nota-se, portanto, que o jornal mexicano utilizava estratégias discursivas alinhadas àquelas utilizadas por *Gil Blás* e *Brazilea* para afirmar a nação brasileira, como: a reavaliação da história e memória nacional no que diz respeito às relações com a antiga metrópole e a culpabilização dos imigrantes portugueses pelos males sofridos pelos brasileiros naquele período.

Conclui-se, dessa forma, que a imprensa periódica nacionalista foi um importante meio de comunicação e divulgação dos ideais de intelectuais que cederam à mobilização das questões identitárias exigidas pelas nações contemporâneas. A criação e a elaboração de diversos jornais e revistas desempenharam, entre outras, a função estratégica de espaço para o debate político-intelectual da época. Como a ordem do dia perpassava pela discussão da questão nacional, os homens das letras dedicaram seus tempos a formular e reformular estratégias discursivas que tinham por objetivo disseminar as suas perspectivas sobre a edificação da nova nação. *Gil Blas*, *Brazilea*, *O Jacobino*, *O Nacional* e *El Hijo del Ahuizote* são exemplos de espaços de discussão sobre

⁴⁹⁹ Landavazo, Marco Antonio. (2005). Imaginarios encontrados: el antiespañolismo em México em los siglos XIX e XX. *Tzintzun: Revista de Estudios Históricos*, v. 1, n. 42, p. 32-42; Vejo, Tomás. (2005). La conspiración gachupina em El Hijo del Ahuizote. *Historia Mexicana*, v. 54, n. 4, p. 1105-1152.

⁵⁰⁰ Idem, p. 1113.

as nacionalidades que utilizaram a xenofobia e o antiestrangeirismo em relação aos seus antigos colonos para afirmar suas originalidades e independências históricas, sociais, étnicas, culturais, econômicas e políticas nos discursos de edificação das suas identidades nacionais.

Capítulo 5 - Imagens e estereótipos dos imigrantes portugueses e de Portugal no Brasil

Os três primeiros capítulos desta tese dedicaram-se a expor, a partir de amparo historiográfico, as principais causas dos movimentos antilusitanos, estimulados pelos contextos sociais e econômicos do mundo do trabalho durante a Primeira República. A formação da identidade nacional, processo que despontava paralelamente ao cenário da vida republicana, manteve uma relação de codependência com as mobilizações sociais antiestrangeiras em que o primeiro influenciava e permitia a existência do segundo. Como destacado nos capítulos anteriores, a construção dos elementos nacionais exigia, segundo seus criadores, o reconhecimento das singularidades da nação que se formava. Se com a Independência foram traçadas as separações políticas e econômicas em relação à metrópole, era imperioso que fossem alcançadas as cisões que eliminassem os elos que ainda uniam os países: os sociais, com a presença massiva de imigrantes lusos, e os culturais, com a permanência de costumes e hábitos portugueses. Relegar os pontos em comum entre os países era, portanto, uma estratégia no processo de valorização dos elementos particulares, que tinha como importante ferramenta a disseminação de estereótipos e representações sobre o outro que se queria diferenciar. Distinguir os brasileiros dos portugueses era uma forma de garantir, de maneira discursiva, os aspectos que caracterizavam os nacionais para a edificação do seu povo, da sua cultura e da sua natureza. Para isso, foram criadas, a partir de algumas experiências com o imigrante português, perfis que representavam, de forma padronizada e massificada, essa colônia no Brasil.

Para Igor José Machado, os estereótipos revelam o desconhecimento sobre o objeto e desvelam informações, principalmente, sobre quem os perpetua. No caso do antilusitanismo no Brasil, há uma confluência de ressentimentos que estimulou esses sentimentos: o da classe média branca contra os imigrantes pobres brancos, que apesar das suas condições sociais conseguem adentrar no mercado do comércio, quase que restrito aos

portugueses; e o das classes não brancas, que se viam ainda mais rebaixadas na hierarquia social.

O resultado da união desses sentimentos, coordenado pela classe que servia de porta-voz por meio de seus jornais, foi a unificação do tratamento em relação ao bode expiatório, que ficou definitivamente marcado por um imaginário estereotipado. As caricaturas de época dão uma ideia de como o português virou o alvo nacional, mostrando como uma das armas para dar vazão ao ressentimento é o humor. As piadas de português são fruto desse ressentimento duplo de classes muito distantes entre si. A perpetuação do imaginário relacionado ao ressentimento deu um dos elementos de respaldo para a legitimação da nacionalidade, criando uma figura antagônica comum⁵⁰¹.

Também sobre a constituição do tipo social antagônico se debruça Roberta Triches, a explicar que o uso do humor e do ridículo para referenciar esse imigrante servia para definir que algumas características entendidas como naturais dos imigrantes lusos não eram benéficas para o desenvolvimento do perfil ideal do homem brasileiro, pois simbolizavam o atraso e o prejuízo do progresso. Segundo a autora, os intelectuais formadores da identidade nacional reconfiguraram a memória como prerrogativa para a construção do presente da nação. “Essa memória, portanto, era a de um “passado ibérico, de exploração, de atraso, religiosidade, ignorância, enfim, de escuridão, e que, portanto, não tinha mais espaço no novo cenário de “movimento e luz”⁵⁰², como pretendia expressar a República.

A partir da apresentação dos motivos para o esforço dos intelectuais na construção de perfis caracterizados sobre os lusos, este trabalho analisará diferentes produtos culturais de referência que influenciaram na constituição e na manutenção discursiva dos estereótipos e das imagens desses imigrantes em solo brasileiro.

5.1 Literatura

Desde os finais do século XVIII, incidiu sobre a literatura brasileira uma corrente nacionalista que teve como ápice do seu florescimento os finais do século XIX e inícios do século XX. Em contraponto ao desenvolvimento do luso-

⁵⁰¹ Machado, Igor José. (2018). Ressentimentos e estereótipos: ensaio sobre as representações a respeito do português no Brasil (século XIX). *Topoi*, v. 19, n. 37, p. 140.

⁵⁰² Triches, Roberta. (2009). Biba a Penha! O elemento português no imaginário da nação. // *Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina, Paraná. p. 1366.

brasileirismo na sua vertente literária, os romances e crônicas com teor nacionalista tinham por objetivo desvendar as características próprias da escrita, do estilo e da temática brasileira, relegando as influências portuguesas e revelando aspectos lusófbos. A procura pela brasilidade estimulou a definição do que os nacionalistas consideravam ser a verdadeira herança literária, por meio da pesquisa histórica de obras selecionadas do período colonial. Para esses escritores, a literatura produzida antes da Independência já era resultado da construção de uma identidade cultural propriamente brasileira, que encontrou terreno fértil nas narrativas românticas, destacando, por exemplo, o contraste entre o elemento indígena e o colonizador português, como em *O Guarany* (1857). Narrando sobre Peri, personagem corajoso e nobre índio, símbolo do desembaraço brasileiro, José de Alencar revelava a estima da nação sobre si própria: “a sua inteligência sem cultura, mas brilhante como o sol de nossa terra, vigorosa como a vegetação deste solo, guiava-o nesse raciocínio com uma lógica e uma prudência, dignas do homem civilizado”⁵⁰³.

Passado o momento do romantismo e do indianismo, a busca pela concretização de uma literatura brasileira sem influência estrangeira e, principalmente, antiportuguesa, ainda era pujante para a formação da identidade cultural do país. O realismo e o naturalismo surgem na cena literária brasileira e sob o arcabouço filosófico e científico de Hippolyte Taine, Auguste Comte e Émile Zola crescem como movimentos culturais em grande parte com inclinações nacionalistas. O pensamento positivista incentivava a abordagem de assuntos sociais e do cotidiano urbano e cidadão, dentro do qual destacaram aquelas obras que apelavam para o realismo social de cunho crítico. Segundo Nelson Vieira, autores como Adolfo Caminha e Aluísio Azevedo se inspiraram em *Eça de Queiroz* para descreverem os personagens tipicamente portugueses em suas obras. Assim como *Eça de Queiroz*, que fazia um julgamento contundente sobre a sociedade portuguesa, Caminha e Azevedo também procuraram caracterizar brasileiros e estrangeiros que vivem no Rio de Janeiro nos finais do século XIX e inícios do século XX⁵⁰⁴.

⁵⁰³ Alencar, José. (1996). *O Guarany*. Ed. 20. São Paulo: Ática. p. 40.

⁵⁰⁴ Vieira, Nelson. (1991). *Brasil e Portugal — A imagem recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

As características dos portugueses, suas ações, suas atividades laborais, sua moral e seus costumes foram, nas obras que seguem, aspectos que ajudaram a construir a imagem e representação do imigrante português no Brasil nesse momento de edificação da identidade nacional brasileira. Nesta seção, apresentar-se-ão as obras com maior divulgação durante o período republicano que tinham como personagens imigrantes portugueses. As análises também estarão amparadas em um arcabouço bibliográfico a revelar o que a historiografia investigou a respeito do português nessas obras.

5.1.1 *O Rio de Janeiro do meu tempo* (1938) — Luís Edmundo

Luís Edmundo revelou, na obra *O Rio de Janeiro do meu tempo*, algumas referências daquilo que considera o cotidiano típico da cidade na virada do século XIX para o XX. As histórias contadas e os ambientes observados pelo autor demonstram a sua condição de participante e testemunha no cenário que o Rio de Janeiro apresentava no início dos anos 1900, no momento em que “civilizava-se”⁵⁰⁵. O literato, colaborador da *Revista Kosmos*, do jornal *Correio da Manhã* e diretor da *Revista Contemporânea*, por meio das suas crônicas, construiu um retrato subjetivo e humorístico a respeito dos episódios e costumes que presenciou na cidade. Nessas descrições, que apenas em 1940 foram reunidas em obra, é possível perceber a combinação entre suas memórias e o relato dos tipos sociais, lugares e hábitos característicos e conhecidos na cidade. As pesquisas que analisam a obra de Luís Edmundo dedicam-se, primordialmente, aos aspectos socioculturais da cidade. Aqui, destaca-se aqueles que abordaram a imagem do imigrante português.

Um dos aspectos ligados à imagem do imigrante luso é retratado logo na primeira crônica da série, intitulada *Olhando para trás*, em que Luís Edmundo faz uma releitura da história da cidade que está intimamente ligada à história do país. Sérgio Hamilton Barra, ao pesquisar a obra sob o ponto de vista da

⁵⁰⁵ A expressão “O Rio civiliza-se” foi utilizada por Alberto Figueiredo Pimentel, em 1904, no jornal *Gazeta de Notícias*, que se tornou o *slogan* da reforma urbana carioca realizada pelo governo do prefeito Francisco Pereira Passos. Em: Nascimento, Luciana. (2015). Cartografias urbanas: literatura e experiência urbana na *belle époque* carioca. *Recorte: linguagem, cultura e discurso*. v. 12, n. 1, p. 1-16.

polissemia do termo boemia, destaca que, para Edmundo, a colonização portuguesa promoveu a decadência da região, visto que fomentou o fim do paraíso terrestre por meio da chegada do

invasor estrangeiro que se apossa ilegitimamente de uma terra que não é sua e pela qual não sente nenhuma ligação, não se importando com o seu “progresso” e procurando, aqui, apenas enriquecer e voltar para a sua terra natal⁵⁰⁶.

Ao dissertar sobre o início do século XX, Edmundo é categórico: o atraso colonial continuava pairando sobre a cidade desde os tempos “do mau gênio do Sr. Luís Vahia, o ‘onça’, a arrogância do Sr. Marquês do Lavradio, o ‘gravata’, e a palermice coroada do Sr. D. João VI, o ‘frouxo’”⁵⁰⁷. O cenário alterou-se somente após as reformas de modernização da capital realizadas no governo de Pereira Passos, na presidência de Rodrigues Alves e com as medidas higienistas de Oswaldo Cruz. A partir desse momento chegava para o cronista os tempos da harmonia e progresso, no entanto, como explica Beatriz Santos, era possível naquela cidade vivenciar um período com representações de ambas temporalidades, na qual “a qualidade de cada espaço-tempo recortado dependerá dos grupos e tipos sociais que o produzam e elaborem”⁵⁰⁸.

Por isso, em contraste com as obras e as reformas urbanas proporcionadas pelo programa *Bota-Abaixo*⁵⁰⁹ — que colocava a cidade no rol das metrópoles modernas, civilizadas, ordenadas, saneadas e higienizadas —, Luís Edmundo retratou alguns desses espaços onde esses imigrantes trabalhavam e viviam, por exemplo, onde serviam comida, restaurantes conhecidos como *casa de pasto*, *fregue-mosca* ou *casa de pestiqueiras*. Uma imagem estereotipada do imigrante português no Brasil que não surgira naquele momento, mas que na obra foi reforçada, foi a do comerciante luso que não oferece bons produtos — nesse caso, que oferece comidas em um ambiente insalubre e preparadas sem asseio e higiene — e que tenta ludibriar os clientes

⁵⁰⁶ Barra, Sérgio Hamilton. (2015). Luiz Edmundo e a boemia do Rio de Janeiro do seu tempo. *Maracanan*, v. 1, n. 12, p. 172.

⁵⁰⁷ Edmundo, Luís. (2003). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, v.1. p. 24.

⁵⁰⁸ Santos, Beatriz. (1994). O Rio de Janeiro nos espaços de Luiz Edmundo. *Rascunhos de História*, v. 1, n. 8, p. 45.

⁵⁰⁹ Mais sobre o projeto de reforma urbana em: Barbosa, Vanessa. (2011). O bota-abaixo de Pereira Passos: a tentativa de promover uma nova ética urbana no Rio de Janeiro. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. v. 1, n. 5, p. 227-242.

nas contas. Sobre o ambiente e os aspectos de higiene desses restaurantes portugueses, o autor descreveu:

ainda é o manhoso negócio, em 1901, o mesmo que era nos tempos coloniais: um antro de espurcícia e maus odores, regalo, no entanto, do que não sabe a gente, se evolui do porco, para o homem, ou do homem para o porco. De ver os interiores desses laboratórios de infecções intestinais, com as suas cozinhas enegrecidas pela fumaça, acionadas a lenha bruta ou a carvão de coque, verdadeiras fornalhas contendo fornos, sempre sob a pressão de um calor formidando, covas sinistras onde se agitam homens nus da cintura para cima, que lembram chafarizes a vazar, de corpos imundos, suor e humores por sobre o mantimento que trabalham⁵¹⁰.

As próximas considerações, a partir das observações do autor, destacam a forma como os garçons, os caixeiros e os vendedores de rua costumavam ludibriar os clientes.

Na hora da conta, que se chama a madrastra, o caixeiro justifica-a em voz alta: – São dois de pão, um de azeitonas, quatro de bacalhau, quatro das iscas, seis de vinho e um de banana. Logo a soma (mas em voz baixa): Vinte tostões. O freguês, que conhece a matemática dos fregues e as manhas dos seus garções, pensa um pouco, calcula e retifica: – Alto lá, vinte, não, são dezoito... — Ou isso, diz naturalmente o esperto funcionário do estabelecimento, useiro e vezeiro nesses erros de soma, com os quais engorda e alarga a bolsa das gorjetas...⁵¹¹

Gritam eles, os vendedores, agitando na mão uma pobre lanterna de papel, iluminada a vela de sebo: — As empedinhas speciaes cum quêmerão e as azeitonas! Stam queimando! Não tendo quêmerão nam pagam nada! Não têm nem sombra de camarão, mas os fregueses pagam da mesma maneira. De um deles sei que, ao reclamar a ausência de camarão na empada, ouviu do vendedor: — É verdade, não tem. E, explicando melhor: — É que há uns que gostom, outros que não gostom...⁵¹²

E também faz referências aos aspectos físicos do trabalhador português desses espaços:

o homem que canta a lista tem dois dedos de testa, um bigode armado em arvoredo de zebu, calça tamancos e fede a urina de gato. Enquanto canta tem os olhos no teto e está metendo o dedo no alforje do nariz, se não está esgaravatando a impingem das virilhas⁵¹³.

O imigrante português também foi notado por Luís Edmundo no momento do seu desembarque no Brasil, bem como as suas características e suas opções de escolha para o trabalho. O autor reforça a preferência do imigrante pobre português em permanecer nas cidades ao invés de ir viver e trabalhar no campo,

⁵¹⁰ Edmundo, Luís. (2003). *O Rio...*cit, p. 96.

⁵¹¹ Idem, p. 98 e 99.

⁵¹² Idem, p. 32 e 33.

⁵¹³ Idem, p. 99.

sugerindo que a sua chegada faça parte da composição do quadro urbano “feio e imundo”, diferente daquele almejado por Pereira Passos.

Por vezes todo esse logradouro feio e imundo enche-se de homens que desembarcam, vindos das bandas do mar, só pesando canastras, baús, sacos, trouxas, pacotes, taramelando em voz alta, aos brados, em exclamações ruidosas largando por onde passam um cheiro ativo e amorrinhado que fica entre o do suor humano e o do alho cozido. São imigrantes que chegam. [...]. No campo não há peste. Sabem todos disso. Se sabem! Mas, a cidade os fascina. Preferem ficar. E morrer, sonhando as riquezas dos que voltam com as algibeiras pejudas de libras, obesos e comendadores. O balcão, promissor, os embriaga, os seduz. Que importa, por isso, a peste da cidade imunda que apodrece ao sol? [...]. Vêm todos para as mercearias, para as padarias, para as quitandas. Matam-se de privações, de economias, juntando, guardando, empilhando as libritas⁵¹⁴.

O literato salienta que esse imigrante que chegava no porto, jovem, pobre e inexperiente, tinha a indicação do seu pai para respeitar, seguir e se submeter a aquele que seria seu patrão na nova terra. É dessa forma que, para Edmundo, os funcionários acabavam por aprender com seus patrícios a cultura da trapaça, do roubo e da má educação, como está demonstrado nos trechos a seguir.

Com esse patrão instrui-se, aprende a burlar e a mentir. Vende o podre por bom. Carne-seca ardida por fresca. Café com mistura de milho. Duzentos gramas de vinho em oitocentos de água dão, sempre, um litro do melhor Alto-Douro. Engana-se no troco do freguês, por malícia. Erra nas somas, calculadamente, sempre e a favor da “casa”. No caderno das compras põe 4 ao invés de 2, mais tarde, ainda, estica a perna desse 4 e faz 7, na adição final, não raro dando-lhe valor de 9. A pobre alminha vai-se corrompendo e achando, isso tudo, muito natural⁵¹⁵.

Francisco Alves nasceu em Portugal. Veio para cá, menino, entrando logo para o varejo de secos e molhados. Devia ter sido um bom caixeiro. Um dia, entanto, pondo de parte charques e cebolas, fez-se empregado de livraria. Negócio mais limpo. Mais inteligente. E de tal sorte por ele se apaixona que acaba grande livreiro e, o que é melhor, podre de rico. É pequeno, magro, míope e muitíssimo desbocado. Por sinceridade, uma vez que é homem que não gosta de mentir, nem aos seus próprios pensamentos. Pensa? Diz. Sem retóricas. Sem rebuços. Sem eufemismos. No fundo, remanescente daquele varejo de charque e cebolas, em que viveu por tanto tempo, lembrança dos dias em que passou de tamancos, ao fundo da venda, o lápis atrás da orelha, a suportar os coices do patrão e a língua suja e asselvajada dos seus colegas de ofício. No fim da vida melhora um pouco. Mas não o esgravatem muito, por que o tamanco lá está, podendo, muito bem, saltar de um momento para outro. Na loja vive sempre aos palavrões e aos berros: – Oh, sua besta, deixe o raio dessa escada, largue a porcaria desses dicionários e venha cá, em baixo, servir este sujeito...⁵¹⁶

A obra mostra que o jovem solteiro e luso vai, com o tempo de sua estadia, se abrigando na linguagem e aperfeiçoando seu estilo pessoal. Vai também

⁵¹⁴ Edmundo, Luís. (2003). *O Rio...cit*, p. 69-72.

⁵¹⁵ Idem, p. 220.

⁵¹⁶ Idem, p. 462.

alterando sua postura, demonstrando ser cada vez mais parecido com o seu patrão, uma espécie de substituto de pai e conterrâneo.

Interessado aos 30 anos, aos 35 já fazendo parte da firma [da venda, do restaurante], dorme ainda numa tábua nua, porém, possui vasta cadeia de relógio, em ouro do Porto, com medalha cravejada de brilhantes. Começa, aí, a ter barriga, a destrocar o B pelo V, abasileirando a fala, num vocabulário de gíria, pondo de lado o bacalhau e fazendo concessões à farinha de mandioca.... Possui um espelhinho de meio palmo, onde mira o bigode lustroso à banha, que enrosca e é um anzolzinho catita, onde se vêm de pendurar as negras e mestiças da vizinhança⁵¹⁷.

Ainda sobre as características dos trabalhadores portugueses no Brasil, o cronista descreve, a partir do cenário de uma típica venda à portuguesa, a organização administrativa e a história dos funcionários que por lá passavam. Começa por relatar os atributos do dono do comércio.

O Guimarães é o que acolá está, ao fundo do balcão, em mangas de camisa e de tamancas, como num pedestal, dessorando autoridade e importância, a barba por fazer, a cara por lavar, de baixo de uma sobranceira que é um caramachão, atento, policiando a caixeirada ativa, uns três simpáticos, ágeis rapazolas de 12 a 16 anos e que ele explora como três veios de ouro. Está podre de rico. Cabedais grossos. Rico de experiência, também. Não sabe ler nem escrever, mas tem centelha, e, o que é melhor – consciência de uma mentalidade sem par. Por isso é impermeável a sugestões e a conselhos. Homem de ideias próprias. E seguras, por que são, todas elas, aparafusadas no cérebro, para sempre. O que ele acha que é, é o que é mesmo⁵¹⁸.

E é assim que um dia surge a Vila Nossa Senhora da Lapa dos Navegantes, que é a estalagem, ao lado do armazém de secos e molhados de sua propriedade – O Leão da Furna. O leão é ele mesmo, leão do comércio, leão de unhas afiadas, muito embora sem juba, monopólio da leoa, a negra, que está ao fundo da venda, a que lhe ferve as “coives” e que lhe paga em filhos cor-de-castanha o que lhe dá em loucuras de amor⁵¹⁹.

Nota-se nessa exposição uma caracterização comum sobre os padrões imigrantes portugueses. Com frequência vê-se essa descrição de um homem já com mais idade — distinguindo-os dos jovens caixeiros recém-chegados, que normalmente não ultrapassam os vinte e poucos anos —, assumindo a gerência ou gestão do espaço comercial, que possui certa pernosticidade e apresenta autoritarismo na sua relação com os empregados. Suas posturas são, frequentemente, identificadas com teimosia, estupidez e caturrice, mostrando sua inflexibilidade não só para com os seus funcionários, mas muitas vezes também para com seus clientes. Tal intransigência revelava a necessidade de manter a autoridade perante o cotidiano austero das cidades e do mundo hostil

⁵¹⁷ Idem, p. 221.

⁵¹⁸ Idem, p. 218.

⁵¹⁹ Idem, p. 222.

do trabalho carioca naquele momento. Novamente, aparece a representação do explorador, agora não das medidas e dos preços, mas dos seus próprios conterrâneos no trabalho. Os atributos físicos, assim, funcionam como uma confirmação dos seus comportamentos, revelando rigidez e dureza. O aspecto pouco higiênico e desleixado mostra a severidade, mas também apresenta marcas do seu passado — ligado à pobreza na terra natal e aos primeiros anos de vida como trabalhador — e do ambiente que convive. O segundo fragmento também salienta a relação amorosa atribuída ao imigrante patrão português: o homem que procura a negra ou a mulata que lhe presta alguns serviços e lhe dá filhos. Mais uma vez se confirma o estereótipo do português avarento, interesseiro e que mantém relações por conveniência.

Em contraste com os patrões, Edmundo mostra como é a realidade dos funcionários, os jovens caixeiros, retratados como aquilo que o patrão um dia foi e que sonham ser o que o patrão agora é.

Os seus caixeiros.... Vejamos o Manuel da Pavoia, o primeiro, o que serve uma genebra ao freguês, o lápis atrás da orelha, leve buço e ar melífluos.... É bem um tipo de marçano da época, com o seu cabelo rente, quase à escovinha, negro, a descer em bico sobre a testa, a sua bochecha corada e as suas tamancas de couro cru. Merece simpatia o menino e inspira compaixão. A sua história é igual à de quase todo aquele que, ainda criança, aqui chega, vindo de Portugal. História triste. Por que sofra, na terra mirrada e pobre onde nasceu, frio, descrença e fome, e o pai lhe diga, um dia, que neste recanto da América o sol é mais intenso, a vida mais farta e o futuro melhor, trepa para um navio, saco às costas, e, confiante e tranquilo, deixa que ele o conduza e o encaminhe até nós⁵²⁰.

Diferente do patrão, a imagem do recém-chegado na obra é disseminada como um jovem doce e brando que ainda não foi impregnado ou corrompido pela realidade do sistema da colônia portuguesa no Brasil. De acordo com o autor, o recém-chegado era tratado como um escravo branco e vivia em condições insalubres nas estalagens e nos cortiços onde aprende as regras de convivência. Nesses espaços, os imigrantes portugueses — conhecidos como abacaxis ou galegos — são considerados moradores ordeiros e disciplinados que por regra não geram grandes “incêndios nacionais”, no entanto, destaca o autor: “não são, porém, de cera. Nem de gelo. Em dado momento os provocados, humanamente,

⁵²⁰ Idem, p. 218.

reagem. É quando se arma o rolo, não raro degenerado em consequências lamentáveis. Um verdadeiro inferno”⁵²¹.

As menções sobre os lusos no Brasil estão presentes em quase todas os capítulos da obra⁵²², por vezes identificadas diretamente, por vezes notadas por meio de características, costumes e linguagens que remetem a esses imigrantes. A descrição recorrente sobre os portugueses e a influência da cultura portuguesa no Rio de Janeiro mostram a presença constante e massiva desse tipo já característico na cidade. O trabalho do escritor ao retratar o imigrante português não possui um aspecto puramente lusóforo ou antilusitano, mas destaca as características típicas desse tipo social tão presente na vida cotidiana carioca, diferenciando dos outros tipos brasileiros. Todavia, o que se percebe é que, ainda que não intencionalmente, Luís Edmundo reforça um estereótipo associado a essas pessoas que chegavam em busca de trabalho e melhoria de vida, ou ainda daqueles que já haviam chegado há algum tempo e conquistaram o seu espaço comercial. Com humor e sarcasmo, estilo característico do cronista, que se aproxima da caricatura, Luís Edmundo — pensador inserido no contexto histórico intelectual do seu tempo — recorre à representação do imigrante luso como símbolo do retrocesso e da estagnação do progresso tão almejado pelos ideais de modernização das urbes e defendido pelos republicanos. Associava-se, assim, o imigrante à antiga metrópole, aos tempos da monarquia e da colonização, ao passado de exploração e de dependência.

5.1.2 *O Bom-crioulo (1895)* – Adolfo Caminha

O romance naturalista de Adolfo Caminha foi publicado em 1895 e aborda, como cenário central, a relação triangular entre dois marinheiros e uma portuguesa. A narrativa tem como personagem principal Amaro, ex-escravo conhecido como o Bom Crioulo. Amaro ingressa na Marinha brasileira em busca

⁵²¹ Idem, p. 245.

⁵²² Nesta análise foram destacadas apenas aquelas menções que identificavam a imagem do tipo social imigrante português no Rio de Janeiro. Outros relatos sobre Portugal e os lusos estão presentes na obra, mas foram apenas com o objetivo de descrever a história e a cultura carioca no início do século. As referências colocadas neste trabalho estão focadas na representação do imigrante naquele período.

da sua liberdade e se apaixona por Aleixo, um jovem grumete natural do sul do país —branco de olhos azuis, descendente de europeus — pelo qual o crioulo dedica sua atenção e cuidado. Para se encontrarem, o casal consegue um quarto em um sobrado na Rua da Misericórdia (RJ) de propriedade da portuguesa Dona Carolina, que como forma de agradecimento à proteção dada por Amaro oferece o espaço aos dois. No entanto, Amaro é transferido de embarcação e já não conseguia encontrar-se com o companheiro e Aleixo, convivendo diariamente com Dona Carolina, começa a encantar-se pela imigrante lusa. A luta pela liberdade de Amaro é o tema central do enredo que desde o início mostra os entraves sociais enfrentados por conta da sua orientação sexual, cor da pele e condição socioeconômica, gerando um processo de autodepreciação e pessimismo. O paternalismo, machismo e racismo, bem como a ganância capitalista e escravista, características próprias da sociedade naquele período, são reveladas criticamente por Caminha.

Para além do personagem de Dona Carolina, outros portugueses estão presentes no enredo de Caminha, mas não com muito destaque. Os imigrantes que aparecem são: o padeiro e o bodegueiro na Rua da Misericórdia; um marinheiro com o qual Amaro têm uma rinha; um português que o ameaça em sonho; um barqueiro que leva o crioulo ao outro lado da Baía; e a memória de um jovem que morreu de febre amarela no quarto que depois ocupa Aleixo. Tais personagens figurantes servem apenas para ilustrar o ambiente do enredo, entretanto, demonstram a posição do autor a respeito dos imigrantes lusitanos. Eles, por muitas vezes ao longo da história, desempenham um importante papel no cenário de desvalorização do negro e o tema do racismo colocado pelo autor mostra o imigrante português como promotor do comportamento hostil em relação aos crioulos. De forma sutil e sugestiva, também é possível notar que alguns desses personagens são símbolos de corrupção e de exploração, como aqueles revelados em *O Rio de Janeiro do meu tempo*. O aparecimento desses imigrantes na trama expõe a sua presença ubíqua e indesejável pelos brasileiros no país nos finais do século XIX.

O romancista, da mesma forma como Luís Edmundo, não afirma uma postura antilusitana e xenófoba radical, não expressa de forma direta e efusiva a intolerância antiestrangeira, mas confirma alguns estereótipos sobre os

imigrantes portugueses no Brasil. Concorde-se com Nelson Vieira ao destacar que a obra de Caminha reforça o português como símbolo de corrupção, desdém e exploração, mas de forma mais sutil e sugestiva. Com o tema principal do racismo, ronda também o papel da lusofobia na narrativa, mostrando os portugueses como possíveis responsáveis pelo abuso perverso sofrido pelos negros.

É neste ambiente de desconsideração pelo negro que os portugueses desempenham um papel importante. Aqui os personagens secundários, que «por acaso» são portugueses, tornam-se indirectamente os *agents provocateurs* da acção⁵²³.

Adolfo Caminha também acaba por reforçar uma imagem estereotipada da mulher portuguesa, por intermédio do personagem Carolina. Sua característica física também robustece a representação da lusa no Brasil: “senhora gorda, redonda e meio idosa [...] ela de avental, muito rechonchuda, o cabelo em duas tranças, partido ao meio. [...] chamavam-na Carola Bunda, um apelido de mau gosto, invenção da rua...”⁵²⁴.

Carolina, apesar de ser mulher e ex-prostituta, assume uma parte da imagem do imigrante português que é ser proprietária do cortiço, ou seja, é uma capitalista portuguesa. Nesse sentido, o romance mostra que a estereotipação do imigrante luso atribui à personagem um caráter duplo: a representação da mulher meretriz e também da portuguesa comerciante. A estrangeira vive das rendas de pessoas com poucas condições — trabalhadores do mar e da terra — e isso a coloca no quadro estereotipado do luso aproveitador, que apesar de não viver diretamente da exploração dessas pessoas, acaba por capitalizar com a precariedade dos meios de sobrevivência destes, como mostram os excertos:

esteve duas vezes amigada, tornou a cair doente, foi à Portugal, regressou ao Brasil, cheia de corpo e de novas ambições, amigou-se outra vez, e, afinal de contas, depois de muito gozar e de muito sofrer, lá estava na Rua da Misericórdia, fazendo pela vida, meu rico!, explorando a humanidade brejeira, enquanto o seu “macacão” trabalhava por outro lado em negócios de carne verde e fornecimento para os quartéis. De resto, essa aliança com o açougueiro, um senhor Brás, homem de grandes barbas e muitos haveres, essa aliança pouco ou nada lhe rendia, a ela, porque o sujeito era casado e só de mês em mês dava o ar de sua graça, deixando-lhe a ninharia de cento e cinqüenta mil-réis para o aluguel do sobradinho, fora a carne que mandava diariamente⁵²⁵.

⁵²³ Vieira, Nelson. (1991). *Brasil e Portugal...*cit, p. 117.

⁵²⁴ Caminha, Adolfo. (1895). *Bom-crioulo*. NEAD — Núcleo de educação a distância. Belém: Universidade da Amazônia (UNAMA). p. 28 e 29.

⁵²⁵ Idem, p. 29.

Ela procurou convencê-lo que o sujeito, o Man'el, era um tipão “necessário”, porque lhe dava mesada, pagava o aluguel do sobrado: uma pechincha! Quanto a ser homem, ora! o “bonitinho” ficasse descansado: não havia perigo.... Man'el era um pobre coitado, uma criatura sem forças, um porcalhão... Mas Aleixo indignou-se: — Não senhora, não admitia outro homem!... Ela bem podia trabalhar honestamente e ganhar dinheiro para o aluguel. Não senhora, ou ele, Aleixo, ou o barbaças. D. Carolina riu e protestou não receber mais o Man'el. Haviam de viver “honradamente”! Aleixo ficou muito satisfeito, muito orgulhoso, muito convencido. Mas a verdade é que, se o açougueiro não continuasse a fornecer carne e a pagar o aluguel do sobradinho, tanto ele como a portuguesa teriam renunciado àquele amor. — Nem o Man'el sabe do bonitinho, nem o bonitinho sabe do Man'el, pensava D. Carolina⁵²⁶.

Depois de fazer fortuna informalmente e conquistar seu negócio, Carolina ainda mantinha relações pessoais de favor sem vínculo definitivo. Tal postura da portuguesa, bem como o fato de ora assumir posições femininas de carinho e sedução, ora revelar temperamento forte, autoritário e paternal na sua relação com Aleixo, demonstram uma possível simbologia ligada à vilania. Caminha consagra a portuguesa como antagonista quando lhe atribui um espírito calculista na conquista e na manutenção da relação, escondida de Amaro, com o jovem grumete.

Nunca mais lhe saíra da lembrança aquela cena de alcova: uma mulher deitada com as pernas à mostra, muito gordas e penugentas — num desalinho irresistível, braços nus, cabelo solto. — Devia de ser esplêndido a gente dormir nos braços de uma mulher. A portuguesa não era mazinha. Aleixo, porém, estava longe de supor que D. Carolina, aquela D. Carolina, que o tratava como filho, bondosa e meiga, pretendesse fazê-lo seu amante⁵²⁷.

Então ela, como se lhe houvessem aberto de repente um caudal de gozo, cravou os dentes na face do grumete, numa fúria brutal, e segurando-o pelas nádegas, o olhar cintilante, o rosto congestionado, foi depô-lo na cama: — Pr'aí, meu jasmim de estufa, pr'aí! Vais conhecer uma portuguesa velha de sangue quente. Deixa a inocência pro lado, vamos!... Bateu a porta e começou a se despir a toda pressa, diante de Aleixo, enquanto ele deixava-se estar imóvel, muito admirado para essa mulher-homem que o queria deflorar ali assim, torpemente como um animal. — Anda, meu tolinho, despe-te também: aprende com tua velha.... Anda, que eu estou que nem uma brasa!... Aleixo não tinha tempo de coordenar idéias. D. Carolina o absorvia, transfigurando-se a seus olhos. Ela, de ordinário tão meiga, tão comedida, tão escrupulosa mesmo, aparecia-lhe como um animal formidável, cheio de sensualidade, como uma vaca do campo extraordinariamente⁵²⁸.

D. Carolina realizara, enfim, o seu desejo, a sua ambição de mulher gasta: possuir um amante novo, mocinho, imberbe, com uma ponta de ingenuidade a ruborizar-lhe a face, um amante quase ideal, que fosse para ela o que um animal de estima⁵²⁹.

⁵²⁶ Idem, p. 62.

⁵²⁷ Idem, p. 39.

⁵²⁸ Idem, p. 41.

⁵²⁹ Idem, p. 54.

É pertinente a conclusão de Nelson Vieira de que é com a portuguesa Carolina que Caminha revela o retrato dinâmico da ganância e da ambição, pois ao descrever características agressivas e sensuais da personagem, o romancista explora o interesse da portuguesa ao manter suas relações amorosas: com o jovem grumete, realizando-se sexualmente; com Amaro, garantindo a sua proteção física; com o açougueiro, assegurando a sua sobrevivência alimentar.

Para além dos aspectos já citados atribuídos aos imigrantes portugueses, nota-se que Adolfo Caminha tem uma especial atenção em destacar a nacionalidade dessas pessoas. O que se destaca na descrição do autor, além de contribuir para a solidificação da imagem estereotipada de alguns portugueses, é a sua preocupação em afirmar a origem dos portugueses, denotando a necessidade de diferenciação entre as nacionais e estrangeiros lusos. Os portugueses são, portanto, em acordo com a tese de Nelson Vieira, instrumentos para a ocorrência dos conflitos da narrativa que, com sua reputação venal, são destacados como corresponsáveis pelas mazelas sofridas pelos personagens principais.

5.1.3 *O Cortiço* (1890) — Aluísio de Azevedo

Um ano após a proclamação da República, o autor Aluísio de Azevedo publicou a obra *O Cortiço*, que retrata a realidade social e cultural da cidade do Rio de Janeiro a partir da perspectiva de dois espaços: o cortiço e o sobrado, que representam o proletariado e a burguesia, respectivamente. O romance denuncia as condições parcas das quais viviam os trabalhadores urbanos, constituído por imigrantes europeus de diferentes origens, mas sendo maioria portugueses, descendentes de escravos e mulatos. Segundo Gilberto Freyre, esse tipo de moradia, em 1869, abrigava mais de 20 mil pessoas em 9.671 quartos, divididos em apenas 642 cortiços. “A porcentagem dos cortiços era de 3,10% e a da sua população de 9,65%, elevando-se em 1888 a 3,96% e 11,72%”⁵³⁰. Essas habitações coletivas eram formadas por uma série de

⁵³⁰ Freyre, Gilberto. (2003). *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil-2. 14ª edição revista. São Paulo, Global Editora. p. 301.

cômodos distribuídos ao longo de um corredor ou em torno de um pátio, que comumente partilhavam as instalações sanitárias e que apresentavam condições insalubres, gerando doenças e epidemias, como apresentado abaixo.

As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não se demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas⁵³¹.

No romance, segundo Leila Menezes, a própria cidade do Rio de Janeiro e o cortiço configuram-se como personagens, dentro das quais são apresentadas as transformações da paisagem urbana, como a mudança da mão de obra escrava para a livre, sendo a maioria imigrantes portugueses. Nesse percurso narrativo, as figuras humanas “vão tecendo um painel da sociedade, formada por diferenças e diferentes: portugueses recém-chegados, lavadeiras, policiais, operários, capoeiristas mulatos, brancos empobrecidos”⁵³². Esses personagens, de acordo com a autora, edificam uma determinada cenografia que permite o processo de legitimação de seus caminhos⁵³³.

No mesmo sentido, Susana Silva afirma que a intenção da narrativa de cunho sociológico é explorar uma diversidade de personagens, destacando suas particularidades e a forma como elas se integram em uma grande coletividade. O corpo social, expressado por Aluísio Azevedo, constantemente fica em um processo de construção e desconstrução, permitindo a apresentação de diversos fragmentos caracterizadores de aspectos físicos e psicológicos de cada personagem.

Num cortiço, metaforicamente, as abelhas são as grandes operárias, com funções semelhantes aos habitantes do cortiço (habitação colectiva), com a exceção da abelha rainha. Daí a insistência do narrador em fazer uso de várias sequências de imagens de animais e insetos para caracterizar este conjunto. Ao reduzir os seres humanos ao nível animal, o autor despersonaliza as suas personagens, caindo dentro dos códigos anti-românticos. A natureza humana, à luz do naturalismo, surge como uma selva, em que os fortes comem os fracos⁵³⁴.

⁵³¹ Azevedo, Aluísio. (1890). *O Cortiço*. Fundação da Biblioteca Nacional: Departamento Nacional do Livro, p. 14. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/cortico.pdf>. Acesso em dezembro de 2021.

⁵³² Menezes, Leila. (2011). O imigrante Português: representações na literatura brasileira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, p. 4.

⁵³³ A autora referencia Dominique Maingueneau para explicar que “todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima”. Em: *idem*.

⁵³⁴ Silva, Susana. (2007). *O Emigrante Português em Três Romances de Aluísio Azevedo*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A autora ainda explica que o discurso literário de Aluísio de Azevedo está imbuído de expressividade tanto no nome dos personagens quanto nos seus movimentos corporais descritos plasticamente.

É a partir de João Romão, o português dono do cortiço, da venda e da pedreira, que surgem as relações entre todos os outros personagens. O escritor faz desse imigrante a imagem personificada do comerciante português nos centros urbanos brasileiros e também faz da sua existência ponto central para a convivência e funcionamento do cortiço, espaço de representação do amálgama cultural e social que existia nas grandes cidades brasileiras. Assim como em *Rio de Janeiro do meu tempo* e em *O Bom-crioulo*, em *O cortiço* estão incutidos os estereótipos clássicos do imigrante português comerciante nas urbes, como nota-se abaixo.

Sempre em mangas de camisa, sem domingo nem dia santo, não perdendo nunca a ocasião de assenhorear-se do alheio, deixando de pagar todas as vezes que podia e nunca deixando de receber, enganando os fregueses, roubando nos pesos e nas medidas, comprando por dez réis de mel coado o que os escravos furtavam da casa dos seus senhores, apertando cada vez mais as próprias despesas, empilhando privações sobre privações, trabalhando e mais a amiga como uma junta de bois, João Romão veio afinal a comprar uma boa parte da bela pedreira, que ele todos os dias, ao cair da tarde, assentado um instante à porta da venda, contemplava de longe com um resignado olhar de cobiça⁵³⁵.

Só tinha uma preocupação: aumentar os bens. Das suas hortas recolhia para si e para a companheira os piores legumes, aqueles que, por maus, ninguém compraria; as suas galinhas produziam muito e ele não comia um ovo, do que, no entanto, gostava imenso; vendia-os todos e contentava-se com os restos da comida dos trabalhadores. Aquilo já não era ambição, era uma moléstia nervosa, uma loucura, um desespero de acumular; de reduzir tudo a moeda. E seu tipo baixote, socado, de cabelos à escovinha, a barba sempre por fazer, ia e vinha da pedreira para a venda, da venda às hortas e ao capinzal, sempre em mangas de camisa, de tamancos, sem meias, olhando para todos os lados, com o seu eterno ar de cobiça, apoderando-se, com os olhos, de tudo aquilo de que ele não podia apoderar-se logo com as unhas⁵³⁶.

Era João Romão quem lhes fornecia tudo, tudo, até dinheiro adiantado, quando algum precisava. Por ali não se encontrava jornaleiro, cujo ordenado não fosse inteirinho parar às mãos do velhaco. E sobre este cobre, quase sempre emprestado aos tostões, cobrava juros de oito por cento ao mês, um pouco mais do que levava aos que garantiam a dívida com penhores de ouro ou prata⁵³⁷.

Sim, senhor! aquele taverneiro, na aparência tão humilde e tão miserável; aquele sovina que nunca saíra dos seus tamancos e da sua camisa de riscadinho de Angola; aquele

⁵³⁵ Azevedo, Aluísio. (1890). *O Cortiço...cit.* p. 3.

⁵³⁶ Idem, p. 7.

⁵³⁷ Idem.

animal que se alimentava pior que os cães, para pôr de parte tudo, tudo, que ganhava ou extorquia; aquele ente atrofiado pela cobiça e que parecia ter abdicado dos seus privilégios e sentimentos de homem; aquele desgraçado, que nunca jamais amara senão o dinheiro [...] ⁵³⁸

Os trechos mostram que as principais características psicológicas e comportamentais de João Romão são a ambição, a avareza, a desonestidade e a ladroagem. Correspondendo a metáfora do lucro a todo custo, o personagem aparece como o aquele que tem o principal objetivo de enriquecer, sem medir as consequências dos seus atos, seja ludibriando clientes e explorando seus funcionários, seja trabalhando exaustivamente em condições precárias para conquistar seus bens. Seu aspecto físico também confirma o estereótipo do imigrante português, que mesmo mudando a sua aparência no final da narrativa, essa é vista como um esforço, uma atitude não natural. As tamancas, a barba por fazer e o andar em mangas da camisa constroem a imagem do homem abrutilhado, desajeitado e tosco que representa o português vindo da sua terra despossuído, mas que, pelo trabalho análogo à escravidão — aquele que não era aceito pelo brasileiro —, alcançava algumas vantagens na “terra da promessa” ⁵³⁹. A dura vida em sua terra natal e depois na sua recém-chegada ao país americano o transformou em um homem rude e ríspido.

João Romão foi, dos treze aos vinte e cinco anos, empregado de um vendeiro que enriqueceu entre as quatro paredes de uma suja e obscura taverna nos refolhos do bairro do Botafogo; [...] Proprietário e estabelecido por sua conta, o rapaz atirou-se à labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignado as mais duras privações. Dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira, fazendo traveseiro de um saco de estopa cheio de palha ⁵⁴⁰.

João Romão, na representação de Aluísio de Azevedo, faz com seus funcionários e clientes da venda e da pedreira e com seus inquilinos do cortiço aquilo que aprendeu com o seu antigo patrão, o patrício que o acolheu na sua chegada. Com esse conterrâneo, provavelmente, absorveu o comportamento

⁵³⁸ Idem, p. 59.

⁵³⁹ Expressão utilizada por João de Barros para se referir ao Brasil na obra *A Aproximação Luso-brasileira e a Paz* (1919). O autor completa que o país possuía “vasto campo de exploração agrícola, de exploração industrial e comercial, insuficientemente povoado, prodigiosamente rico de toda sorte de matérias primas [...]” (p.16), tornando-se, assim, destino escolhido por diferentes correntes imigratórias. Em: Barros, João. (1919). *A aproximação luso-brasileira e a paz*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.

⁵⁴⁰ Azevedo. (1890). *O Cortiço...cit*, p.1.

mesquinho e rude, perpetuando essa imagem expressada de forma estereotipada na narrativa.

Ao fim da obra, para alcançar o seu *status*, João Romão também age sem escrúpulos ao tentar casar com a filha do vizinho barão, mesmo tendo uma relação estável com a mulata ex-escrava, a Bertoleza. De forma impiedosa, o português chama o filho do antigo dono da escrava fugida para restituí-la à senzala. Por conta dessa atitude, Bertoleza com desgosto comete suicídio. A ambição desmedida não só para ganhar dinheiro, mas também para ascender socialmente é mostrada de forma clara pelo autor:

e via-se já na brilhante posição [...] verdadeiro chefe da colónia portuguesa no Brasil: depois quando o barco estivesse navegando ao largo a todo o pano – tome lá alguns pares de contos de réis e passe-me para cá o título de Visconde! Sim, sim, Visconde! Por que não? E mais tarde, com certeza, Conde! Eram favas contadas! [...]. E, só depois de ter o título nas unhas, é que iria à Europa, de passeio, sustentando grandeza, metendo invejas, cercado de adulações, liberal, pródigo, brasileiro, atordoando o mundo velho com o seu ouro novo americano!⁵⁴¹

Essa atitude do personagem também revela que Aluísio de Azevedo tinha a intenção de mostrar que as relações pessoais de João Romão também eram apenas formas para alcançar os seus objetivos de enriquecimento e ascensão social. Sobre o comerciante português, Susana Silva complementa:

esta personagem transgride, pois, todos os códigos socialmente aceites, assumindo o estatuto de anti-herói cuja meta é enriquecer. O “escravo” português é uma espécie de herói pícaro, não o saído da tradição espanhola, mas um forasteiro que chega e vence o meio⁵⁴².

Outros personagens portugueses estão presentes no romance, mas não são retratados da mesma forma de João Romão. Miranda, o morador do sobrado, vizinho do cortiço e casado com a brasileira Dona Estela, é o que possui a representação mais diferenciada em relação ao estereótipo do imigrante mercador no Brasil. O português, que durante a narrativa recebe o título de Barão, tem aspecto burguês e “prezava, acima de tudo, a sua posição social e tremia só com a idéia de ver-se novamente pobre”⁵⁴³. Por isso, achava que tinha de manter a relação com a mulher que lhe traiu e que não amava, afinal, sua casa comercial vinha do dote da brasileira. Apesar de não ter as características

⁵⁴¹ Idem, p. 118.

⁵⁴² Silva, Susana. (2007). *O emigrante...cit*, p. 139.

⁵⁴³ Azevedo, Aluísio. (1890). *O Cortiço...cit*, p. 4.

comportamentais de ludibriador e as físicas que simbolizam a rudeza, o personagem assume o papel de interesseiro, quando coloca os seus ganhos financeiros acima das suas relações pessoais. A manutenção do casamento com Dona Estela configura o retrato do homem acovardado, incapaz de enfrentar a esposa com o receio de perder o seu *status* financeiro e social.

O último personagem português de destaque na obra é Jerônimo, um íntegro funcionário da pedreira de João Romão que representa o proletariado urbano imigrante e que trabalha incessantemente em condições análogas à escravidão. Jerônimo é o imigrante rústico, de costumes usuais e com uma visão saudosista sobre a sua terra. Aluísio de Azevedo o caracteriza como um homem comum ligado intimamente aos hábitos portugueses, mas que ao longo da narrativa começa a adotar uma conduta abasileirada, postura esta que para o escritor é uma mudança positiva, como apresentada na passagem:

e assim, pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português: e Jerônimo abasileirou-se. A sua casa perdeu aquele ar sombrio e concentrado que a entristecia; já apareciam por lá alguns companheiros de estalagem, para dar dois dedos de palestra nas horas de descanso, e aos domingos reunia-se gente para o jantar. [...]. E o curioso é que, quanto mais ia ele caindo nos usos e costumes brasileiros, tanto mais os seus sentidos se apuravam, posto que em detrimento das suas forças físicas. Tinha agora o ouvido menos grosseiro para a música, compreendia até as intenções poéticas dos sertanejos, quando cantam à viola os seus amores infelizes; seus olhos, dantes só voltados para a esperança de tornar à terra, agora, como os olhos de um marujo, que se habituaram aos largos horizontes de céu e mar, já se não revoltavam com a turbulenta luz, selvagem e alegre, do Brasil, e abriam-se amplamente defronte dos maravilhosos despenhadeiros ilimitados e das cordilheiras sem fim, donde, de espaço a espaço, surge um monarca gigante, que o sol veste de ouro e ricas pedrarias refulgentes e as nuvens tocam de alvos turbantes de cambraia, num luxo oriental de arábicos príncipes voluptuosos⁵⁴⁴.

Assim, ao assumir uma postura brasileira e o vínculo com a nova terra, “ele perde a oportunidade de a dominar e explorar, ao contrário do que faz o seu compatriota João Romão”⁵⁴⁵. Ao mesmo tempo que Aluísio de Azevedo assume a mudança de Jerônimo como positiva, tornando-o num personagem sensível e maleável, também faz críticas ao seu “abasileiramento”, ou seja, mostra a sua degradação enquanto morador do cortiço. O fim do casamento com a portuguesa Piedade e o seu relacionamento com a brasileira Rita Baiana faz com que ele mude os seus princípios, tornando-se um assassino e um pai displicente. Aqui

⁵⁴⁴ Azevedo, Aluísio. (1890). *O Cortiço...cit*, p. 48.

⁵⁴⁵ Silva, Susana. (2007). *O emigrante...cit*, p. 150.

impera o papel do estrangeiro aventureiro que não resiste à sedução da mulher tropical.

Nelson Vieira ressalta que os personagens portugueses de Aluísio de Azevedo assumem o papel do português corrupto, símbolo do mito popular da exploração colonial portuguesa.

Azevedo descreve o fenômeno da ganância entre os imigrantes e retrata portugueses que financeiramente abusam dos brasileiros. E este abuso usualmente é realizado através de meios ilegais ou pouco éticos, cuja menção exprime indirectamente o ressentimento brasileiro para com os portugueses⁵⁴⁶.

Para o autor, por exemplo, João Romão e Miranda são os protótipos do “avaro galego” e do “negociante-comendador”, respectivamente, no qual a cruel exploração do primeiro para com Bertoleza e a postura agarrada ao *status* social do segundo assumem o significado de um microcosmo do pensamento popular de exploração portuguesa do Brasil. Já Jerônimo assume o papel do homem libidinoso que descobre uma vida excitante contrária a da sua aldeia tediosa e sem brilho. Essa transformação, de acordo com o autor, apresenta a justaposição frequente das “características contrastantes dos dois países. Numa cena a voz plangente do Jerônimo cantando o fado é abafada pelo ritmo frenético da música brasileira”⁵⁴⁷.

Para além da representação dos personagens portugueses, que geram a formação de alguns perfis estereotipados e alegóricos do imigrante no país, Aluísio de Azevedo também dispõe em sua obra imagens das rugas existentes entre brasileiros e portugueses. Ao representar esse cenário, o escritor teve a intenção de revelar serem comuns as brigas entre as nacionalidades nos cortiços e nas ruas das grandes cidades brasileiras naquele período. Coloca nas cenas de “rolo” o português Jerônimo contra o brasileiro Firmo e a portuguesa Piedade contra a brasileira Rita Baiana.

O cavouqueiro afastou-a com um empurrão, sem tirar a vista de cima do mulato.

- Deixa-me ver o que quer de mim este cabra!... rosou ele.

- Dar-te um banho de fumaça, galego ordinário! respondeu Firmo, frente a frente; agora avançando e recuando, sempre com um dos pés no ar, e bamboleando todo o corpo e meneando os braços, como preparado para agarrá-lo.

Jerônimo, esbravecido pelo insulto, cresceu para o adversário com um soco armado; o cabra, porém, deixou-se cair de costas, rapidamente, firmando-se nas mãos o corpo suspenso, a perna direita levantada; e o soco passou por cima, varando o espaço, enquanto o português apanhava no ventre um pontapé [...].

⁵⁴⁶ Vieira, Nelson. (1991). *Brasil e Portugal...cit*, p. 115.

⁵⁴⁷ Idem.

Entanto, no meio de uma nova roda, encintada pelo povo, o português e o brasileiro batiam-se⁵⁴⁸.

Dois partidos, todavia se formavam em torno das lutadoras; quase todos os brasileiros eram pela Rita e quase todos os portugueses pela outra. Discutia-se com febre a superioridade de cada qual delas; rebentavam gritos de entusiasmo a cada moça que qualquer das duas recebia; e estas, sem se desunharem, tinham já arranhões e mordeduras por todo o busto. [...].

Os portugueses precipitaram-se para tirar Piedade de debaixo da mulata. Os brasileiros opuseram-se ferozmente. [...].

E as palavras “galego” e “cabra” cruzaram-se de todos os pontos, como bofetadas. [...].

E o rolo a ferver lá fora, cada vez mais inflamado com um terrível sopro de rivalidade nacional. Ouviam-se, num clamor de pragas e gemidos, vivas a Portugal e vivas ao Brasil⁵⁴⁹.

Nos trechos é possível perceber o acirramento dos sentimentos nacionalistas entre brasileiros e portugueses. Ou seja, o escritor opta por caracterizar alegoricamente os ressentimentos entre as nacionalidades e os antagonismos luso-brasileiros. Para Nelson Vieira, a lusofobia nessa obra foi estimulada pelo mito popular da “velha história da virgem corrompida pelo velho vicioso”, que representa a visão da presença portuguesa no país como símbolo da corrupção que arruinou o Brasil. Nelson Vieira conclui que os “comentários categóricos e pejorativos [de Azevedo] sobre Portugal e os portugueses servem para mostrar como o emprego de personagens e de narração pode ser orientado para propor uma tese sociopolítica”⁵⁵⁰.

5.1.4 *Samba: sua história, seus poetas, seus músicos, seus cantores (1933)* – Orestes Barbosa

A obra do jornalista, escritor e músico Orestes Barbosa apresenta uma descrição do ritmo urbano que se tornou importante expressão poético-musical nacional nas primeiras décadas do século XX. O samba, segundo Rachel Soihet, desenvolvia-se naquele período por três principais fatores: suas melodias populares, apresentadas tanto na parte instrumental quanto nas tradições que as rodeavam; composições de origem africana e negra que estavam vinculadas ao cotidiano das grandes cidades brasileiras; e o reconhecimento da etnia

⁵⁴⁸ Azevedo, Aluísio. (1890). *O Cortiço...cit*, p. 65 e 66.

⁵⁴⁹ Idem, p. 101 e 102.

⁵⁵⁰ Vieira, Nelson. (1991). *Brasil e Portugal...cit*. p. 116.

africana na formação da cultura e sociedade nacional, estimuladas pelo discurso nacionalista típico da década de 1920⁵⁵¹. Nesse sentido, um dos objetivos da obra é revelar não só os aspectos da criação de um novo estilo musical, mas sobretudo revelar a valorização da capacidade do país de sobrepor os valores nacionais em relação aos padrões culturais importados. O vício da imitação dos padrões europeus, principalmente dos portugueses, deveria ser combatido e superado em nome do progresso brasileiro.

O autor, portanto, esforça-se para desvelar as singularidades e características socioculturais próprias brasileiras demonstrando serem estas o grande trunfo na formação da identidade nacional do país. A miscigenação, a miscelânea cultural e social e o sincretismo religioso são traços particulares do Brasil que, segundo Orestes Barbosa, ao mesmo tempo que estão impressos nas regiões habitadas por diferentes colônias de imigrantes, transformam o país em uma unidade multicultural com feição própria.

O Brasil, triturador de temperamentos, tem hoje a sua feição própria, que varia no nordeste, no centro, no norte e no sul, mas é, nessa variedade, muito diferente dos outros povos que se transportaram para a terra de Santa Cruz⁵⁵².

O brasileiro tritura tudo.
Não sei porque.
Mas tritura.

Enquanto em cidades cosmopolitas como New York e Paris, os estrangeiros conservam suas feições, aqui imprimem seus traços apenas às zonas que habitam. Mas a alma fica logo no Brasil⁵⁵³.

Assim como destacou Aluísio de Azevedo em *O cortiço* por meio do personagem Jerônimo — o português que foi assimilado pela cultura brasileira, se apresentando como o típico malandro carioca —, Orestes Barbosa também revela a capacidade do país, em especial do Rio de Janeiro, de absorver as idiosincrasias estrangeiras e impor a sua essência àqueles e àquilo que chega no país.

A nossa personalidade vae se definindo nitidamente dia a dia, especialmente a do carioca que, recebendo todas as influencias do mundo, impõe a sua natureza a todos, absorvendo e plasmando o que é do Brasil e do exterior.

⁵⁵¹ Soihet, Rachel. (1998). *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

⁵⁵² Barbosa, Orestes. (1933). *Samba: sua história, seus poetas, seus músicos, seus cantores*. Rio de Janeiro: Livraria Educadora. p. 16. Disponível em: <<http://www.academiadosamba.com.br/memoriasamba/bibliografia/pdf/Livro-OSamba-OrestesBarbosa.pdf>>. Acesso em dezembro de 2021.

⁵⁵³ Idem, p. 109.

Um sulista com seis mezes de Meyer muda até o modo de falar.
Para um nortista, basta ter mezes de Penha para acarioca-lo de uma vez.
Assim, judeus de Moscow e da Sofia aparecem no samba onde a ciganagem também já tem o seu lugar⁵⁵⁴.

Com essas afirmações o cronista revela um discurso de afastamento em relação a Portugal, não só criticando as cópias e reproduções dos modelos europeus, especificamente dos portugueses, como também propondo uma mudança definitiva do vínculo com a antiga metrópole, por meio da formação de uma cultura própria e nacional. Para isso, o autor utiliza alguns exemplos de elementos nacionais que demonstram a capacidade do brasileiro de se diferenciar das outras nacionalidades.

O caso da língua é eloquente.
Colonizado por portugueses, o nosso povo fala um idioma que se distingue de Estado a Estado.
Mas não há um único recanto do Brasil onde se fale á moda de Portugal...⁵⁵⁵

O caso do fado é ilustrativo.
Portuguez, ele nasceu no Brasil.
Foi a lamuria do forasteiro quem o creou.
Mas, ele era tão portuguez que não ficou aqui.
Foi para Portugal, lá fez ambiente, e é hoje a musica classica daquela gente de além mar.
No Brasil o fado só é aceito no meio de luzitanos que vêm cavar a vida nas terras do Cruzeiro do Sul⁵⁵⁶.

Nos trechos nota-se a necessidade do escritor de mostrar um processo de desprezo do que é português e do que representa Portugal na construção daquilo que é tipicamente brasileiro. O autor, dessa forma, explicita a sua vontade de relegar os elementos identitários portugueses na formação da identidade nacional brasileira.

Para além dessa postura antiestrangeira, que contraria o vício da imitação, Orestes destaca na narrativa, inserido no cenário da história da criação do samba, a sua posição a respeito da colonização.

O carioca, aliás, é originalmente musico, desde as tabas dos seus indios.
O rio Carioca, que a mentalidade colonial encobriu, aterrando-o, e que passa por baixo da rua das Laranjeiras, era tido, entre os tamoios, como fazedor de beleza nas mulheres que nele se banhavam, e eficaz para clarear a voz dos cantores. Os tamoios viviam

⁵⁵⁴ Idem, p. 110.

⁵⁵⁵ Idem, p. 16.

⁵⁵⁶ Barbosa, Orestes. (1933). *Samba...cit*, p. 19.

voltados para os seus instrumentos rudes, eximios tocadores de inubia – uma flauta feita do osso das pernas dos inimigos.
Ha um pequeno bahú de folhas, na igreja dos Barbadinhos, que guarda os despojos de Estacio de Sá. Mas falta lá um osso da perna esquerda do invasor. Possivelmente a canela desse luzitano, flechado lá na praia do Flamengo, acabou na boca de algum Pixinguinha do tempo...⁵⁵⁷

O violão tem, entre seus eximios cultores, na alta esfera do Basil, o sr. Epitacio Pessôa, que foi presidente da Republica.
A mentalidade retrograda que dominou o Brasil até o segundo Imperio, considerava o violão um instrumento degradante.
Ouve mesmo contra ele uma legislação especial⁵⁵⁸.

O carioca assim como combate a mascara sem graça, espiritualiza o entrudo, pilheria só possível na mentalidade colonial.
Depois da bacia dagua, veio o limão de cheiro. Ia melhorando. Em seguida a bisnaga relógio, que os carnavalescos enchiam com agua florida ou da bica.
O lança-perfume, elegante e higienico, aboliu aquelas brutalidades lisboêtas, estando nos seus ultimos instantes o tróte, que na garantia das mascaras diz inconveniencias causadoras, às vezes, de crimes de rumor⁵⁵⁹.

Usando adjetivos como “invasor e inimigo”, o escritor assume uma postura de crítica à colonização portuguesa, bem como, diferentemente do que faz com as características e com os costumes portugueses, sinaliza a aceitação das práticas históricas indígenas na edificação de elementos nacionais, como na criação de instrumentos do samba. Orestes Barbosa também não aceita os hábitos portugueses influenciando no cotidiano carioca, no samba e na festa que “não apresenta os temas endeuzadores de outros tempos, mas aparece sagrando a história nacional”⁵⁶⁰, que é o carnaval.

A mentalidade colonial, à qual se refere o escritor, propõe o debate sobre a relação filial entre Brasil e Portugal. Segundo Orestes, o Brasil e os brasileiros não devem se submeter, nos aspectos econômicos e culturais, à Portugal e aos portugueses apenas pelo seu vínculo histórico e, por isso, devem buscar constantemente uma evolução e progresso diferenciando-se da sua ex-metrópole, seja por meio da língua, seja por meio da música.

O que afirmo, entretanto, com um certo orgulho nativista, é que o Rio realiza uma novidade na sua fisionomia propria que a tradição lusitana não conseguiu interromper [...].
O passado de outros povos não interessa ao Brasil.

⁵⁵⁷ Idem, p. 21.

⁵⁵⁸ Idem, p. 47.

⁵⁵⁹ Idem, p. 34.

⁵⁶⁰ Idem, p. 38.

Se a America do Norte cultuasse a velhice da Inglaterra e se a Argentina adubasse com o mofo espanhol, a sua civilização, esses dois paizes não se teriam imposto á admiração do mundo, creando as suas artes singulares, a sua ciencia admiravel, e, na musica, o fox e o tango que o velho mundo zangado embora, foi obrigado a aceitar. O Brasil de começo rifou logo o fado. Fez muito bem⁵⁶¹.

Essa historia de origem, de raiz, de etimologia é para os trouxas. Porque devemos conservar o portuguez que já não falamos, se Portugal não conserva o latim? Em nome de que lei, de que principio, se o portuguez evoluiu do latim nós não podemos evoluir do portuguez? Gramatica e dicionario são catalogos de linguagem. O resto é tapeação⁵⁶².

Nada mais necessario do que corromper a língua de Portugal. A respeito da lingua diz Monteiro Lobato: "Assim como o portuguez evoluiu do latim, pela corrupção popular desta lingua, o brasileiro está saindo do portuguez. O processo formador é o mesmo: corrupção da lingua mãe. A candida ingenuidade dos gramaticos chama corromper o que os biologistas chamam evoluir. Aceitemos o labéo e corrompamos, de cabeça erguida, o idioma luzo, na certeza de que estamos a elaborar obra magnifica. Novo ambiente. Nova gente. Novas coisas. Novas necessidades de expressão. Nova lingua. E' ridiculo o esforço do carrança curto de idéas e incompreensivel, que deblatera contra esse fenomeno natural, e tenta paralizar a nossa elaboração linguistica em nome de um respeito supersticioso pelos velhos tabús portuguezes que corromperam o latim⁵⁶³.

O escritor também condena o fato de a memória e de a história brasileira ser contada a partir da perspectiva portuguesa, desvalorizando os atos e o protagonismo do povo brasileiro.

A luta no Brasil pelo Brasil tem sido grande. A nossa historia, sufocada pelo interesse de outros povos, tem trechos longos de mentiras que nos arrazam de um modo integral. Não temos um dicionario. O Brasil adota servilmente os dicionarios de portugueses como o de Jaime Seguiet, onde aparece debochada até a gloria de Santos Dumont. Nas ultimas comemorações a Pedro Alvares Cabral, um navegador bagunça que ia pra India e deu com os costados na Bahia (isso depois de terem passado pelo Brasil Diogo de Lepe e Pinzon) varios brasileiros foram á Extremadura visitar-lhe o tumulo. E falou-se em tudo. Menos no brasileiro Varnhagem que descobriu o descobridor. Foi Varnhagen quem disse a Portugal onde estava enterrado o navegante da Pinta⁵⁶⁴.

As desaprovações de Orestes apresentadas, até agora, referenciaram os aspectos de Portugal, da cultura portuguesa, dos hábitos e dos laços históricos entre o Brasil e Portugal. Assim, o personagem, até aqui criticado, era o próprio país e suas representações de nacionalidade. No entanto, o autor também se

⁵⁶¹ Idem, p. 54.

⁵⁶² Idem, p. 122.

⁵⁶³ Idem, p. 152.

⁵⁶⁴ Barbosa, Orestes. (1933). *Samba...cit*, p. 167.

dispõe a fazer julgamentos a respeito do imigrante português e reforçar imagens estereotipadas sobre esses, como apresentados nos fragmentos que seguem.

Sabe-se qual é o fraco de um português.

A razão de ser dos patricios de Camões são estas coisas: um pratarraz de bacalháu, um caneco de vinho; uma mulata e o Vasco [da Gama]⁵⁶⁵.

Se fôr levantada uma estatística, veremos que a maioria dos criminosos processados estão soltos e que essa maioria é de posição.

Dos outros criminosos da classe trabalhadora, a maioria é de estrangeiros.

E nessa maioria avulta, em todas as classes de crime, o portuguez.

Tive a paciência de levantar esta ultima estatística oficial, para responder a qualquer contestação. De modo que a nossa situação social é, como diz Luz Pinto, uma operação algebrica com os sinais trocados: não póde dar certo...⁵⁶⁶

O leitor póde ve-los nas portas dos fréges, esperando a caridade industriosa dos lusitanos, e segui-los depois aos cabarets.

Estou vendo gente surpreendida com aquela caridade industriosa a que aludi.

E' industriosa, sim.

Os donos de hotéis não são generosos como alardeiam aos freguezes inesperientes.

Os portuguezes dos restaurantes dão o resto de comida aos mendigos para lesar o fisco⁵⁶⁷.

O primeiro fragmento mostra o perfil preconcebido do português imigrante que tem seus desejos e suas características resumidas; à culinária regional (vinho e bacalhau); ao relacionamento com a mulata, que remete sua cedência à sedução da mulher tropical — também verificada no personagem da obra de Aluísio de Azevedo; e ao seu orgulho pernóstico e nostálgico pelas grandes conquistas ultramarinas de tempos idos, que, de acordo com Orestes, podem ser questionadas. O segundo fragmento demonstra outro estereótipo do imigrante português, aquele responsável pela desordem nacional, que desorganiza o ambiente de trabalho carioca e que, eximindo a atuação dos brasileiros nas transgressões, é o culpado pelo aumento na criminalidade das grandes cidades brasileiras. No cenário desse fragmento está o debate sobre o preconceito contra o malandro, o típico morador do morro que compõe os sambas. Orestes tenta persuadir o leitor com dados da “ultima estatística oficial” para afirmar que o verdadeiro infrator é o imigrante, especialmente o português. Já o último fragmento mostra o fortalecimento da representação do português avaro,

⁵⁶⁵ Idem, p. 85.

⁵⁶⁶ Idem, p. 103.

⁵⁶⁷ Idem, p. 132.

ludibriador e astucioso, como mostrado nos personagens das obras de Adolfo Caminha, Aluísio de Azevedo e Luís Edmundo.

Por último, Orestes afirma de maneira enfática o seu desagrado a tudo aquilo que representa a presença física e simbólica dos portugueses no Brasil. Por isso, faz constantemente julgamentos e críticas a respeito dos costumes, hábitos e, por conseguinte, dos elementos nacionais portugueses. Essa narrativa de condenação do português e de comparação entre as “coisas brasileiras” e “as coisas portuguesas” pode ser percebida nas seguintes passagens da obra:

quando a R. C. A. Victor, com o objetivo de agradar a colonia portugueza, não satisfeita com as côres que inaugurou no Brasil – verde e encarnado (que é uma especie de esquisitice nos codigos de transporte, posto que o verde é para avançar, o encarnado para parar e as duas assim juntas deixam estacionado um veiculo ou uma nação); quando a R. C. A. Victor, dizia eu, para agradar a colonia portugueza, publicou, num dos seus suplementos, a nacionalidade luzitana de Carmen Miranda, houve um choque de tristeza entre os apreciadores dessa cantora de valor.

Tão carioca na sua pronuncia meiga e brejeira; tão viva e tão propria no seu grande sucesso de Tá hi, não passava pela cabeça de ninguem que Carmen Miranda tivesse nacido em Portugal, porque Portugal não nos envia sensações. Tudo quanto nos vem de lá é chilro, anemico e cacheiral.

Embora ela de portugueza só tenha o fato do nascimento, tão perversa reclame arrefeceu o entusiasmo que lhe fazia uma escolta de rumor.

Mas não deve ser considerada absurda a inclusão de Carmen Miranda nesta coletanea, porque ela, em verdade, é uma autentica figura do meio, do meio que lhe absorveu, do ambiente que a plasmou dando-nos mais um exemplo da força trituradora do Rio que refina, como num usina, os elementos aportados ao nosso torrão.

E considerando Carmen Miranda uma sambista carioca, tal o seu prodigio de adaptação, justo é destaca-la, sem favor⁵⁶⁸.

A inteligencia do malandro carioca. Um malandro do morro, sentindo que ia morrer, fez um samba que começa assim:

“Amigos, quando eu morrer Não quero chôro nem nada: eu quero é ouvir um samba ao romper da madrugada”.

Vejamos, na hora da morte, o que deseja, num fado, o malandro portuguez:

“Rapazes, quando eu morrer, levae-me devagarinho, pondo em cima do caixão azeitona, pão e vinho”.

O fado é um arrôto!

O fado só fala em miseria. Em cadélas de rua. Em bacalháu. Em catres de hospital. E’ sempre a mesma lamuria:

“Minha mãe, minha mãe, minha mãe”.

Rimando com tambãe. A diferença entre um e outro é chocante. Isso prova a influencia do chuveiro nas almas...⁵⁶⁹

Geraldo Magalhães tentou com algum exito a cançonêta.

Genero parisiense, viveu nos tablados do Passeio Publico e do Parque Fluminense.

Geraldo, estilo europeu, foi para Lisboa.

Voltou ao Brasil mais tarde, com uma portugueza gorda.

Seus duetos desagradaram.

⁵⁶⁸ Idem, p. 99.

⁵⁶⁹ Idem, p. 137.

Desapareceu⁵⁷⁰.

Sinteticamente, nota-se, portanto, que Orestes Barbosa demonstra nessa obra sua contundente posição antilusitana que se insere em uma linha intelectual de crítica à herança portuguesa, como um impedimento ao progresso do país, e à presença dos portugueses nos âmbitos políticos, econômicos, sociais e, sobretudo, culturais do Brasil. Segundo ele, os padrões europeus obstavam o processo de edificação dos elementos tipicamente nacionais na formação da identidade do Brasil. Para isso, era necessário valorizar a capacidade do país de “abrasileirar” os costumes e hábitos vindos do estrangeiro e um desses recursos de absorção cultural é o próprio samba.

5.2 Caricatura

A Caricatura, incontestavelmente, possibilita verdadeira incursão no procedimento moral, físico e mental dos caricaturados, sendo o mais perfeito, minucioso e indelével relatório do caráter da sociedade de qualquer tempo. Todo o sentido humano e universalidade da obra dos caricaturistas, transborda naquela frase de Michelet, diante da obra daquele gigante da Caricatura que foi Daumier: “C’est pour vous que le peuple pourrait parler au peuple”⁵⁷¹.

Como explica o trecho da obra escrita por Álvaro Cotrim, *O Rio e a Caricatura*, organizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, essa expressão artística desvela informações implícitas não só sobre o caricaturado, mas também sobre o meio social e cultural no qual ele está inserido. O autor explica que a relação estreita entre o artista e o povo, mediada pela caricatura, traduz-se como uma comunhão espiritual que faz o público pensar, analisar e criticar por meio do riso. Assim, as caricaturas analisadas no contexto do seu tempo são uma expressão de alto sentido social, pois são capazes de represar e por vezes sublimar os sentimentos de seu meio, “usando o ridículo e a malícia para estigmatizar os baixos sentimentos humanos”⁵⁷².

⁵⁷⁰ Idem, p. 71.

⁵⁷¹ Cotrim, Alvaro. (1965). *O Rio e a Caricatura*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. p. 10. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon693341.pdf>. Acesso em janeiro de 2022.

⁵⁷² Idem, p. 11.

Antes do fotojornalismo, as ilustrações serviam tanto para caricaturar pessoas e situações, expressando com sátira e humor, bem como para relatar imagetivamente os acontecimentos ordinários nos periódicos, dando-lhes um caráter gráfico e estimulante que os aproximavam dos leitores. No Brasil, os avanços das técnicas de reprodução de imagem como a xilografia e a litografia permitiram que já nas primeiras décadas do século XIX, o público leitor no Rio de Janeiro apreciasse imagens mais atraentes que aquelas produzidas por meio da xilogravura. Sobre o início da imprensa ilustrada, destaca Dúnya Azevedo:

eram imagens que refletiam e satirizavam aspectos da vida política e social do País, exercendo importante função social, em um período de grande liberdade de expressão. Essa técnica abriu caminho, também, para os desenhos documentais, como o noticiário de crimes. As ilustrações de noticiários policiais eram apresentadas como narrativas visuais de um fato, cumprindo a função dos atuais infográficos⁵⁷³.

As caricaturas e as charges se estabeleceram nas revistas ilustradas e tinham o objetivo de atender a uma necessidade de mercado voltada ao mesmo tempo para a comunicação, formação de opinião e para o entretenimento. Por meio do texto e da imagem, esses espaços divulgavam as artes e a literatura local, como também estimulavam a tomada de posições, utilizando o humor como instrumento da crítica política e social. O surgimento de importantes desenhistas, o intercâmbio de técnicas e de profissionais do ramo das artes e o interesse crescente do mercado fez do início do século XX o período de maior impulso no lançamento de revistas ilustradas no Brasil, que sob os moldes europeus, destinavam-se a um público mais generalista. Artistas como Raul Pederneiras, Kalixto e J. Carlos foram os precursores do estilo de caricatura de autor genuinamente brasileira do início do século. Esse tipo de expressão diferenciava-se por apresentar um estilo próprio e uma temática — política, social e cultural — presente de forma mais enfática nas obras de cada autor, ou seja, eram aquelas que representavam as características únicas de cada autor. As cidades e seus costumes se tornaram o principal cenário dessas caricaturas em publicações como *O Malho* (1902), *A Careta* (1908) e *Fon-Fon* (1907), que representavam, primordialmente, “o povinho das ruas, o português da venda, a empregada mulata, o pessoal da lira, a festa da penha, o carnaval, todo o Rio de

⁵⁷³ Azevedo, Dúnya. (2009). A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. *Mediação*, v. 9, n. 9, p. 85.

Janeiro, vai penetrando nas frestas que a caricatura política vai deixando entreabertas”⁵⁷⁴.

O esforço de inovação por parte dos artistas e intelectuais, segundo Ângela de Castro Gomes, nesse início de século, explica o aparecimento pujante de uma estreita relação entre o público e os meios de comunicação. Essa proximidade, que até então não existia, exigiu o desenvolvimento de ferramentas como o uso de uma linguagem mais acessível, espaços que permitiam a leitura fácil e agradável e conteúdos diversificados que tratavam da vida urbana e social de um novo século. Esse novo momento que caracterizou a conexão entre os meios de comunicação e a população letrada urbana, estimulado pelo uso das ilustrações nas revistas e jornais, proporcionou aos intelectuais o usufruto de um ambiente disseminador de ideias. A caricatura e as charges, como ver-se-á nos exemplos a seguir, foi mais um meio de disseminação de imagens e expressões sobre o imigrante português no Brasil.

5.2.1 Portugueses nos anos finais do Império: caricaturas de Aluísio de Azevedo e Bordalo Pinheiro

O autor dos clássicos do naturalismo *O mulato (1881)* e *O Cortiço (1890)* dedicou-se, na sua juventude, estimulado pela sua formação em Belas Artes na Academia Imperial, aos desenhos. Foi um importante expoente na caricatura oitocentista, trabalhando nas folhas ilustradas *O Fígaro*, *O Mequetrefe* e *Comédia Popular*, nos anos de 1876 a 1878, e mostrando em seus desenhos a forte influência de Bordalo Pinheiro⁵⁷⁵, tanto nas soluções plásticas como nas temáticas. Segundo José Murilo de Carvalho, Aluísio de Azevedo foi um dos intelectuais que desde o governo imperial demonstrava preocupação com o futuro do país e empenhava-se em denunciar questões do cotidiano citadino como a fome, as doenças infecciosas, os cortiços, a saúde pública, os abusos

⁵⁷⁴ Lustosa, Isabel. (1989). Humor e política na Primeira República. *Revista USP*, n. 3, p. 51.

⁵⁷⁵ Rafael Bordalo Pinheiro foi um artista português que se dedicou à caricatura, à ilustração, à decoração, à cerâmica e ao jornalismo. Nas caricaturas, imprimia um estilo único e próprio com muita técnica e humor. Foi responsável pela criação de representações como Zé povinho, símbolo do povo português. Em: Lima, Jaime. (1925). *Rafael Bordalo Pinheiro: moralizador político e social*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

policiais e a violência. Sua forma de ver a cidade em processo de degeneração foi influenciada pelo ideal positivista e pelo anticlericalismo, próprios das campanhas republicanas. O autor teve uma rápida carreira de caricaturista e contribuiu com poucos desenhos, mas foram representativos quanto a sua crítica do governo imperial português e da posição de Portugal em relação à sua antiga colônia.

A primeira imagem (Figura 1) mostra a entrada dos portugueses recém-chegados ao Brasil, magros, malvestidos e aparentando pobreza e simplicidade, em uma espécie de máquina movida a lenha que, utilizando a força de um indígena, transforma os imigrantes em homens gordos, robustos, bem-vestidos, com aspecto de novos burgueses, com postura arrogante e pernóstica, representada pela posição altiva e com nariz empinado. Abaixo das figuras, lê-se as descrições: “Antes e depois”; “A chegada e alguns anos depois”, categorizando a mudança de *status* social do luso ao chegar e depois de alguns anos vivendo no país. A imagem do indígena funcionando como a força motriz dessa mudança é a alegoria da exploração do nativo/nacional em prol da melhoria das condições de vida do imigrante. Essa exploração, segundo a caricatura, pode ser entendida tanto no período colonial com a chegada dos primeiros colonizadores quanto no momento da criação da obra, com a presença massiva de imigrantes portugueses. De acordo com Jean-Yves Mérian, é possível comprovar a nacionalidade desses imigrantes pelo nome do personagem da peça de Eduardo Garrido, que inspira o título da obra: *Manuel Trinta Botões*⁵⁷⁶. Possivelmente, como ressalta Emanuel Araújo, essas representações tiveram influência do personagem gráfico criado em 1875 por Bordalo Pinheiro, que faziam referência ao imigrante português no Brasil⁵⁷⁷.

⁵⁷⁶ Mérian, Jean-Yves. (1988). *Aluísio Azevedo, vida e obra: (1857-1913)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Banco Sudameris.

⁵⁷⁷ Araújo, Emanuel. (1996). *Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual – da caricatura a cerâmica*. São Paulo: Pinacoteca.

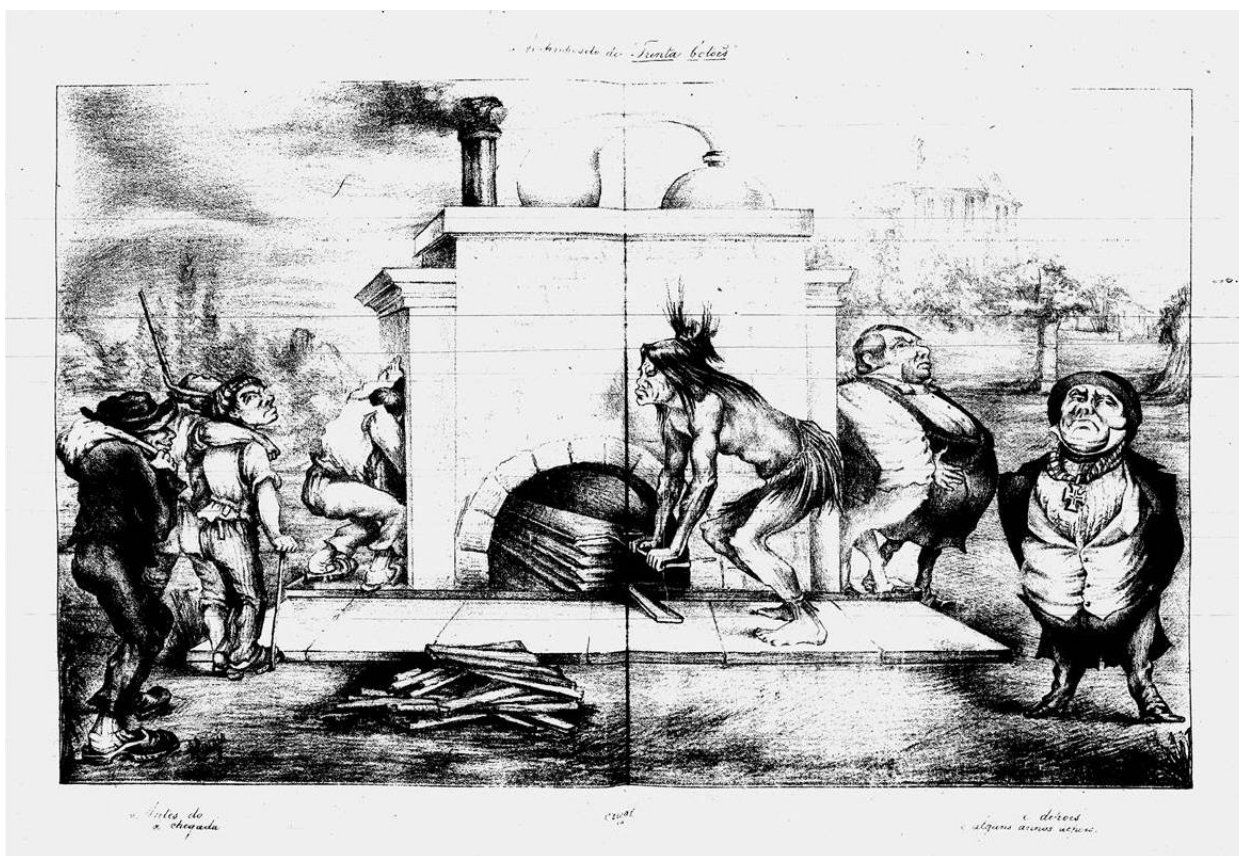


Figura 1
A propósito dos Trinta Botões, de Aluísio de Azevedo⁵⁷⁸.

Na figura 2 é possível notar como o caricaturista português Bordalo Pinheiro, que viveu e retratou o Brasil, encarava a emigração portuguesa para o país. Na imagem o autor representa Manoel Trinta Botões sendo puxado pelos dois países, Brasil e Portugal, alegoricamente apresentados pelos seus representantes políticos e perfis sociais, bem como pelas suas paisagens e pontos turísticos. Sobre o personagem, Rosângela Silva explica que “ao fugir da condição de pobreza em Portugal, este partiria em busca do sonho de enriquecimento rápido no Brasil, mas defrontar-se-ia, segundo a análise de Bordalo, com inúmeras dificuldades e desilusões”⁵⁷⁹, provindas, entre outras, da lusofobia e do antilusitanismo cometidas por nacionais.

⁵⁷⁸ Azevedo, Aluísio. (1876). *O Fíguro*. Anno I. n. 20, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706710&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=144>>. Acesso em janeiro de 2022.

⁵⁷⁹ Silva, Rosângela. (2019). Uma ponte sobre o Atlântico: conexões entre Europa e Brasil na obra de Rafael Bordalo Pinheiro. *Revlat: Red de estudios visuales latinoamericanos* (online).



Figura 2
Entre a Cruz e a Caldeirinha, de Bordalo Pinheiro⁵⁸⁰.

A ideia para a criação do personagem surgiu após um discurso proferido por Fernando Francisco da Costa Ferraz, deputado provincial do Rio de Janeiro, que criticava as análises sobre o Brasil realizadas pelo artista na folha *O Mosquito*. O deputado carioca afirmava que o país aceitava a vinda “dos portugueses quando eles vinham de jaleco de brichê de trinta botões oferecer-lhes o seu braço e o seu trabalho, mas que não precisava de janotas que ainda por cima lhe pagavam a hospitalidade com a agressão e os escândalos”⁵⁸¹. Segundo Rômulo Brito, Bordalo respondeu ao deputado de duas formas: “a primeira, relatada por

Disponível em: <<https://www.revlat.com/single-post/2019/02/01/uma-ponte-sobre-o-atlântico-conexões-entre-europa-e-brasil-na-obra-de-rafael-bordalo-pinh>>. Acesso em janeiro de 2022.

⁵⁸⁰ Pinheiro, Bordalo. (1876). *O Mosquito*. Anno XVII, n. 356. p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709654&pagfis=1442>>. Acesso em janeiro de 2022.

⁵⁸¹ Ferraz, Francisco. (1875). Sessão de 7 de novembro na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. Em: Brito, Rômulo. (2017). *Um traço sobre o Atlântico. O Brasil na obra caricatural de Rafael Bordalo Pinheiro*. (Tese de doutoramento em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

seus biógrafos, foi de que o caricaturista teria desfilado pelas ruas do Rio de Janeiro trajado com um jaquetão de 30 botões, confeccionado exatamente como descrito por Costa Ferraz⁵⁸²; a segunda foi a criação do personagem. Vale observar que a primeira aparição de Manoel Trinta Botões foi na edição de 18 de dezembro de 1875 (Figura 3).

A figura 3 apresenta como uma moldura do quadro da caricatura os trinta botões citados pelo deputado Costa Ferraz e no título mostra a temática explorada pelo artista, a colonização dos imigrantes portugueses no Brasil. Como uma espécie de subtítulo, o autor revela o estereótipo do luso, os trinta botões e os sócos, tamanco artesanal feito de madeira e couro, produzido em Portugal. “Estes dois itens do vestuário se fazem presentes não apenas em função do discurso supracitado, mas por estarem fortemente ligados à imagem do imigrante português no estereótipo construído em solo brasileiro”⁵⁸³.

A imagem segue revelando, em forma de narrativa, estereótipos do imigrante português: o recém-chegado Manuel que vem com seu jaleco de trinta botões, uma trouxa de roupas e seus sócos calçados; as mulheres portuguesas, chamadas de “rosadas Marias” representadas como rudes, gordas e avaras, pois “veem a pé para não gastar dinheiro nas passagens”; a balança que mede que a “finesa de todos pesam muito mais que a descortesia de um”, mostrando o erro da generalização na formação de uma imagem estereotipada; a condição para ser um bom colono é calçar os sapatos antes das meias, satirizando a alegação do deputado a respeito da ignorância dos imigrantes. Rômulo Brito conclui sobre a imagem satírica:

o próprio Bordalo se insere na composição através de duas pequenas ilustrações. Em uma, o autor puxa um carrinho, alusão à necessidade de “braços” alegada por Ferraz, enquanto na outra, lança sua gravata fora e segura uma grande escova. Na legenda, Bordalo, indiretamente mencionado no discurso do deputado, ironiza o político afirmando que desejaria ser útil dentro dos padrões de trabalho que teriam sido estabelecidos no discurso, jogando sua gravata fora. Antecedendo as autorrepresentações, encontra-se um botão no qual se inicia uma linha de texto vertical que contorna um grande tamanco no qual se encontra Costa Ferraz. Nela, encontra-se a irônica afirmação que resumiria a “questão da colonização”. Independentemente do tamanho dos botões ou tamancos, o imigrante, principalmente o próprio Bordalo Pinheiro, deveria agradecer o político de todas as formas⁵⁸⁴.

⁵⁸² Idem, p. 136.

⁵⁸³ Idem, p. 138.

⁵⁸⁴ Idem, p. 139.

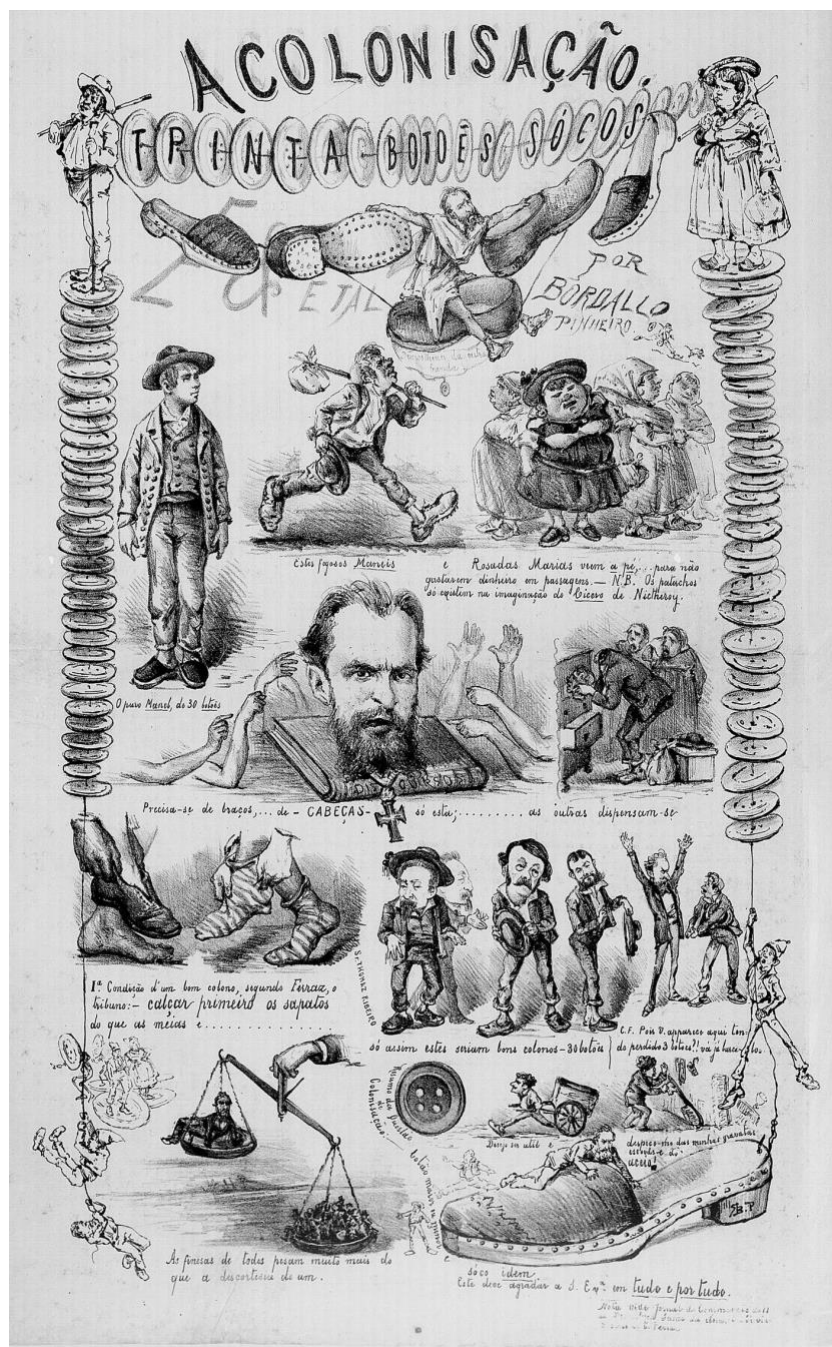


Figura 3
A colonização: trinta botões e sócos, de Bordalo Pinheiro⁵⁸⁵.

⁵⁸⁵ Pinheiro, Bordalo. (1875). O Mosquito. Anno XVI, n. 326, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709654&pagfis=1244>>. Acesso em janeiro de 2022.

Retornando às obras de Aluísio de Azevedo, percebe-se um *continuum* na sua narrativa ao caracterizar os portugueses e a relação do Brasil com Portugal à época. Com sua posição republicana, o desenhista e escritor opta por criticar o sistema monárquico e seus representantes, utilizando a estratégia da busca de uma identidade própria brasileira que não estivesse vinculada à ex-metrópole. É nesse sentido que o caricaturista usa a figura do índio, como nativo e autóctone, simbolizando o passado de liberdade, independência e soberania do povo brasileiro desvinculado das amarras e dos controles da monarquia portuguesa. Esse cenário é exposto na figura 4, na qual são definidas três idades para o país: idade de ouro, idade da folha de Flandres — liga metálica de ferro revestida de estanho — e idade de bronze.

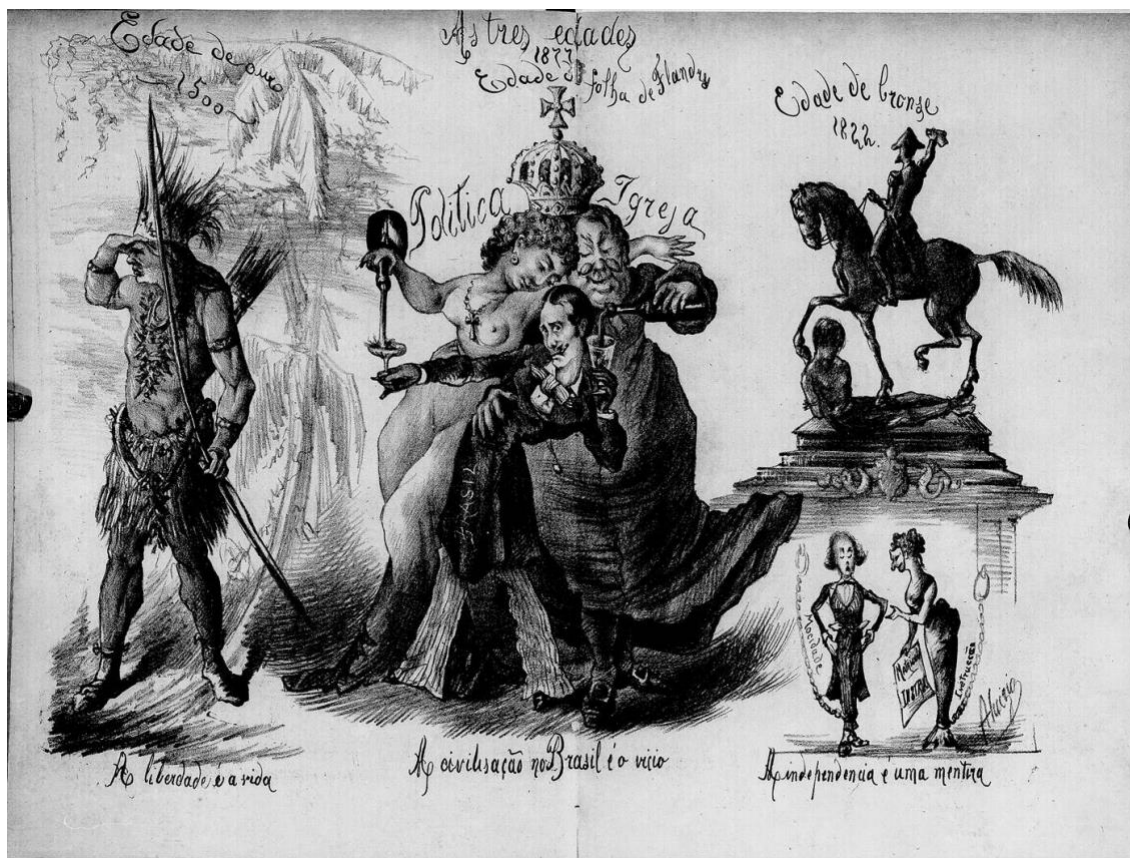


Figura 4
As três edades, de Aluísio de Azevedo⁵⁸⁶.

⁵⁸⁶ Azevedo, Aluísio. (1877). *O Mequetrefe*. Anno III, n. 94, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709670&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=642>>. Acesso em janeiro de 2022.

Sem referenciar o português diretamente, Aluísio explica imagetivamente que a idade de ouro, corresponde ao momento antes da chegada dos portugueses ao Brasil, quando, segundo ele, imperava a lógica indígena da “Liberdade é a vida”, sem a interferência dos europeus, descrita abaixo da figura do bom selvagem, forte e destemido, com postura altiva e capaz. A idade de bronze é caracterizada pelo momento da Independência que, como a estátua do grito do Ipiranga, serve apenas para ser lembrada e contemplada. A representação do povo abaixo da estátua, amarrado às patas do cavalo, mostra a inação ou a não participação popular diante o momento político. E acima da frase “a independência é uma mentira”, há a ilustração de dois personagens, chamados pelo artista de instrução e mocidade, sendo que a instrução veste uma máscara e conta a história do Brasil à mocidade, caracterizando a figura de quem revela as mentiras que são repassadas aos mais jovens sobre o processo de Independência do país. Ao centro, os três personagens fazem referência ao tempo da obra (1877), no qual estão simbolizados a política, uma mulher nua, voluptuosa e insinuante abraçada à igreja, representado por um velho homem gordo e pomposo que envolve o jovem elegante, porém magro e tristonho que representa o Brasil. Sobre a imagem central, cabe a análise de Marilda Queluz:

a postura do país é forçada, toda torta, em ângulos, vergada. Trata-se de uma trindade em festa, animada, bem ao gosto do traço anticlerical. O enunciado verbal “A civilização no Brasil é o vício” reforça não apenas a imagem, mas reitera a ideia romântica da “idade anterior”, de que os brasileiros só seriam livres no mundo idealizado dos nativos, longe da civilização europeia⁵⁸⁷.

Nota-se nas representações caricaturais dos dois artistas diferenças nas formas de referenciar os portugueses, apesar de retratarem a mesma época e de haver entre eles influências técnicas e temáticas. Aluísio de Azevedo dedicou suas obras à contestação da monarquia, usando os portugueses e Portugal como metáfora da dependência, submissão e subordinação do povo brasileiro a esse sistema político e mostrando que o caminho correto da liberdade e do progresso perpassa pela construção de uma identidade nacional, desvinculada da Europa. Já Bordalo Pinheiro tinha como objetivo revelar a

⁵⁸⁷ Queluz, Marilda. (2016). Humor e política nas caricaturas de Aluísio de Azevedo. *Tempo e Argumento* (online), v. 8, n. 18. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3381/338147802007/html/>>. Acesso em janeiro de 2022.

construção estereotipada do imigrante português no Brasil, que de forma autobiográfica, mostrava as dificuldades enfrentadas por esses imigrantes entre outros motivos por terem de lidar com o preconceito e a xenofobia.

5.2.2 Os perfis portugueses em *O Jacobino*

Desde a década de 1850 e ao longo do período de transição da escravidão para o trabalho livre, as questões no mundo do trabalho brasileiro revelaram a intenção por parte das classes dominantes de estruturar uma política que fosse capaz de condicionar um projeto ainda maior de dominação social. Esse planejamento se estruturava em duas frentes: construção da ideologia do trabalho, com a redefinição do seu conceito, e a vigilância repressiva sobre aqueles que não a absorvessem como valor, moral e conduta. Essas circunstâncias, que passaram a reger a vida em comunidade nas grandes cidades brasileiras, ao longo do período republicano — como dissertado no capítulo 3 desta tese —, incentivaram o engendramento das relações sociais entre patrões e empregados, bem como entre trabalhadores nacionais e estrangeiros. Em paralelo, mas intensamente interligada às situações conflituosas e tensas que marcaram o cotidiano de cidades como o Rio de Janeiro nos finais do século XIX e inícios do século XX, foi desenvolvido um processo de construção das mentalidades a respeito dos imigrantes portugueses, que se arquitetou sob o aspecto político, cultural e social, apoiando-se no trabalho de disseminação da imprensa com caráter nacionalista e com viés combativo antiestrangeiro.

Esses meios de comunicação, com perspectiva panfletária, revelavam, como o próprio gênero de imprensa propõe, uma “forma mais significativa de se irradiar os conteúdos ideológicos”⁵⁸⁸. Para Lincoln Penna, o Brasil teve o ápice de produção panfletária no século XIX — estimulada pelos movimentos

⁵⁸⁸ Segundo o autor, pode-se classificar os panfletos em três principais modalidades, que tratam: das perspectivas coletivas, comum aos relacionados aos movimentos sociais; das perspectivas político-partidárias; da tradução de visões de mundo individuais, mas que tendem a levantar bandeiras em prol da aceção social dessas individualidades. Em: Penna, Lincoln. (2003). Os panfletários da República: a campanha do petróleo na imprensa nacionalista. *Alceu*, v. 4, n. 7, p. 84.

sediciosos e insurrecionais — que de forma vibrante e marcadamente opinativa se popularizou como gênero de imprensa.

Com as propagandas abolicionista e republicana, reproduziram-se os panfletários, isto é, os jornalistas que faziam de suas ideias veículo de difusão desses movimentos, além de se engajarem ativamente em atos contra a ordem política. Já na República um desses panfletários, Diocleciano Martyr, com o seu *O Jacobino*, de inspiração jacobina e lusófoba, recuperou essa tradição dando início ao jornalismo engajado em torno ou de personagens e líderes de ocasião ou de doutrinas políticas e ideológicas. [...]. Seu exemplo, inspirou outras publicações tendencialmente panfletárias, sem as consequências desastrosas de sua ação política⁵⁸⁹.

O termo jacobino, fazendo referência aos ativistas da Revolução Francesa, surgiu no Brasil na última década do século XIX, quando esses eram classificados como “desatinados, arruaceiros, perturbadores da ordem, nativistas, antilusitanos até os politicamente cegos e apaixonados”⁵⁹⁰. Amanda Gomes explica que a expressão jacobino ganhou significado único em 1893, aquando do governo republicano de Floriano Peixoto, “como alcunha para os voluntários dos batalhões patrióticos e mais veementes florianistas, os propalados ‘amigos do Marechal Floriano’”⁵⁹¹.

O periódico de Diocleciano Martyr, que perdurou entre os anos 1894 e 1897 com interrupções, apresentou diversas referências textuais e imagéticas a respeito da imigração portuguesa para o Brasil. A análise das caricaturas será das imagens disponíveis no livro *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*, de Gladys Ribeiro⁵⁹².

A figura 5, capa da edição número 9 do dia 13 de outubro de 1894, mostra como o jornal via os portugueses imigrantes ao chegar e depois de algum tempo vivendo no país. Com o título, “a imigração portuguesa” e a chamada “eis verdadeiramente transportado para as nossas colunas o que é o português do Brasil”, o periódico anuncia com essa ilustração o início de uma coluna que

⁵⁸⁹ Idem.

⁵⁹⁰ Gomes, Amanda Muzzi. (2008). Jacobinos: abordagem conceitual e performática. *Revista Cantareira*, v. 12 (UFF online), p. 3. Disponível em: <<http://www.periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27848/16255>>. Acesso em abril de 2021.

⁵⁹¹ Idem.

⁵⁹² Como referenciado no capítulo anterior, o acesso a esse periódico no acervo de obras microfilmadas não foi possível atempadamente em razão das reformas realizadas no espaço do arquivo e agravado pelas restrições impostas pela pandemia do coronavírus. As imagens analisadas foram consultadas e estão disponíveis em: Ribeiro, Gladys Sabina. (2017). *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Rio de Janeiro: Eduff. p. 140-148.

mostrou perfis dos imigrantes na cidade do Rio de Janeiro. Abaixo da primeira imagem, que simboliza um homem pobre, magro, vestindo roupas simples e tamancos, levando um saco de roupas, sem a posse de uma mala, lê-se “eu bim axim”. A frase indica a forma de falar do português do Norte, a principal proveniência dos imigrantes no país, que foneticamente tem o hábito de trocar os *v*'s pelos *b*'s. Já a segunda imagem expõe um homem gordo, melhor vestido do que a imagem anterior, em um cenário aparentando ser uma venda, na qual vende-se “binho”. O jornal teve a intenção de caracterizar o português comerciante que engorda, inclusive metaforicamente, aumentando a sua condição financeira e social. Por fim, na última imagem é possível ver o homem com aspecto de burguês retornando à sua terra, “i bou-mi axim”, fazendo referência a exploração que o português faz do país e do seu povo para conquistar a sua ascensão social e levar o que angariou para Portugal.

O JACOBINO

DIREÇÃO E REDACÇÃO DE DEOCLECIANO MARTYR

CAPITAL FEDERAL DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL 13 DE OUTUBRO DE 1893

NÚMERO 9

EXPEDIENTE

Assimptotes até o fim de 1893
Capital Federal 32500
Bahia de Todos 45000
Niterói 12000

Publicação aos quartas e sábados.

Levantamento colaborativo e não de publicação e reclamação de publicação de casos concernentes à República.

Não se admite anônimo.

ENDEREÇO TELEGRAPHICO

DEOCLECIANO

Toda a correspondência relativa à administração deve ser dirigida ao gerente Narciso J. Veloso.

Preço: 12000 exemplares

COPYRIGHT AND PUBLICATION

1893 de Deocleciano Martyr

AGÊNCIA:

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

1893 de Deocleciano Martyr

IMMIGRAÇÃO PORTUGUEZA

Eis verdadeiramente transportado para as nossas 'columnas o que é português no Brazil:



Eu bim axim...



Xigiei a ficari axim...



I bou-mi axim.

A FESTA DA FENHA

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

A festa da Fênha é a manifestação mais típica dos povos da América portuguesa, que se impoem ao longo da história a sua cultura e costumes, rompendo a unidade que todos os povos habitam e impoem a sua cultura e costumes.

Figura 5
Immigração portuguesa, em O Jacobino⁵⁹³.

Por sua vez, a figura 6 mostra os primeiros “perfis portugueses” dispostos em uma coluna do periódico. A redação, nessa coluna, objetivava descrever os principais estereótipos dos trabalhadores imigrantes portugueses que se mudaram para o Brasil. Como escreve o periódico, a partir dessa página de ilustração davam início à apresentação dos “frontispícios”, ou seja, do semblante dos representantes da “excrementalíssima luza-raça do reino do munjolo”.

⁵⁹³ O Jacobino. (1894). Anno I, n. 9 (13 de outubro), p. 1. Em: Idem, p. 140.

Entende-se por monjolo os trabalhadores portugueses, que como monjolos ou burros trabalhavam por pouca ou nenhuma remuneração, como a expressão popular “trabalhar de graça, só monjolo”.

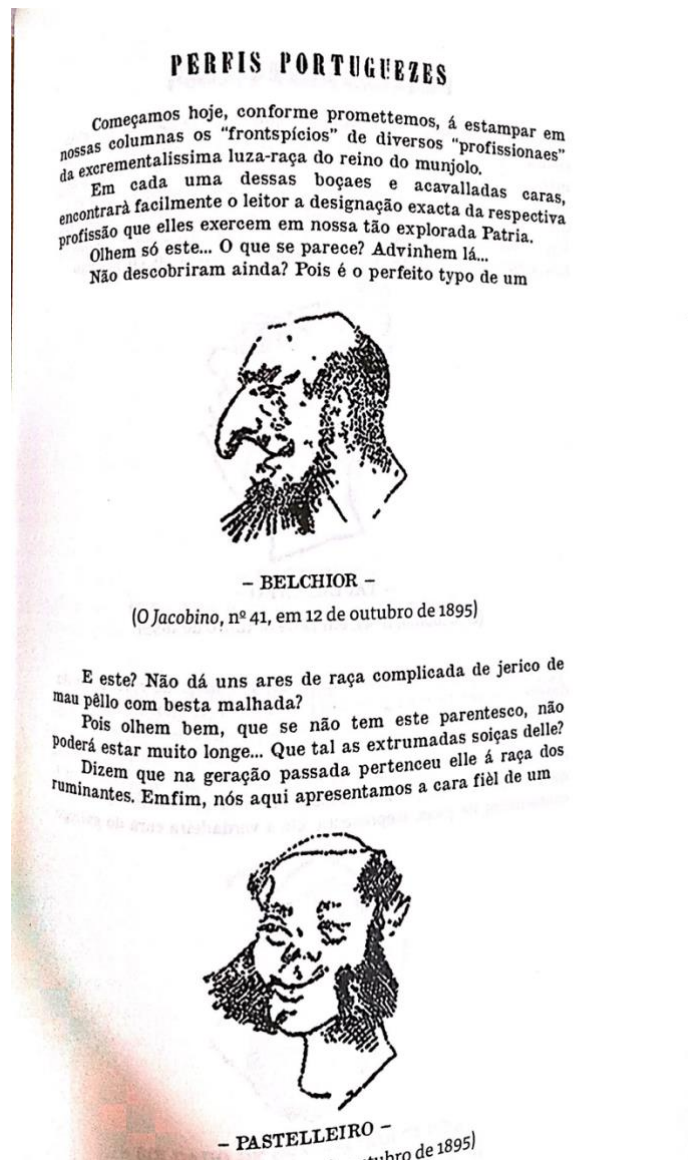


Figura 6
O Belchior e o pasteleiro, em *O Jacobino*⁵⁹⁴.

O jornal continua dizendo que essas “boçaes e acavalladas caras” são as verdadeiras responsáveis pela exploração no país.

O primeiro perfil, o do vendedor Belchior, mostra um homem com nariz avantajado, careca e com longas barbas — lembrando a representação que os nazistas faziam dos judeus — faz referência ao profissional que vende objetos e

⁵⁹⁴ *O Jacobino*. (1895). Anno II, n. 41 (12 de outubro). Em: idem, p. 141.

produtos usados, ou ainda que trabalha em um ferro-velho. A esse profissional foi dado uma postura de homem esperto e ludibriador, que usa as palavras para o convencimento do cliente. O segundo perfil revela a caricatura do pasteleiro. Nessa imagem impera o aspecto de sujo e malcuidado, como eram julgados os portugueses que trabalhavam na área da alimentação. Sobre esse trabalhador, o periódico é direto na sua avaliação: possui “extrumadas soiças”, em referência às costeletas ou suíças, pelos faciais nas laterais do rosto, que se parecem com “ruminantes”, comparando-o com o animal.

Na figura 7 estão ilustrados o taverneiro e o agiota. O primeiro é amplamente criticado pelo jornal, considerado o “ladrão da pobreza, o miserável almanack da vida familiar, o desgraçado ratoneiro no pezo, o perverso manipulador dos gêneros”. Todos esses adjetivos revelam que o comerciante português era aquele que mais representava a lusofobia no meio urbano. Aqui ele é acusado de roubar nas medidas, de estimular a carestia de alimentos, de desorganizar a vida familiar e ordeira com a venda de bebidas alcoólicas, com o seu suposto relacionamento com “as crioulas cachaceiras” e com seu hábito de “fomentador de boatos”. O *Jacobino* — um periódico defensor do governo republicano de Floriano — extrapola as críticas ordinárias sobre esse tipo, como sobre seu aspecto físico ou sobre suas práticas. O dono da venda com os seus costumes, sua postura e o seu simbolismo diante do cenário republicano das grandes cidades, é julgado como o “delator da República”, ou seja, o elemento que representa o movimento antirrepublicano, o retrocesso e a dependência econômica em relação aos cidadãos da antiga metrópole. A culpabilização por todos esses males atribuídas a esse profissional em específico se explica por ser a principal e mais comum representação do imigrante português em ascensão social no Brasil. O agiota no seu aspecto físico apresenta um rosto desconfiado que, com seus óculos de aumento e olhos esbugalhados, analisa as peças sob penhora e, metaforicamente, “rouba à olhos vistos o suor do incauto caucionador de joias”. É tratado como um “ratoneiro legal”, pois, para o

jornal, apesar de a atividade ser legalizada a época, os agiotas eram verdadeiros ladrões e vigaristas.

PERFIS PORTUGUEZES

Oh ! este sim !!! Sabem o que representa elle na vida social? Advinharam com certeza... É o ladrão da pobreza, o miserável almanack da vida familiar, o desgraçado ratoneiro no pezo, o perverso monopolizador dos generos, o amigo do alheio, o sympathico das crioulas cachaceiras, o infame detractor da República, o fomentador dos boatos, o intrigante da sociedade Brasileira, o sujo, o tratante, o crapula e emfim: o vil gallego



- TAVERNEIRO -

(O Jacobino, nº 41, em 12 de outubro de 1895)

Continuamos na nossa faina, de, por meio do ridiculo e do descrédito ver se essa gallegada infame e desmoralizada toma vergonha e deixa de intrometter-se nos negocios do Brazil.

Vejam só este; examinem bem e digam se é ou não, o typo exacto do velhaco, do tratante, do ratoneiro legal, que, sob a capa de dono de casa de penhor, rouba á olhos vistos o suor do incauto caucionador de joias. Representa elle a verdadeira cara do gallego



- AGIOTA -

(O Jacobino, nº 42, em 19 de outubro de 1895)

Figura 7

O taverneiro⁵⁹⁵ e o agiota⁵⁹⁶, em *O Jacobino*.

Nota-se, também, nessa figura, como a redação do periódico optou por introduzir em cada edição a coluna dos perfis portugueses. Escreve que por meio das caricaturas, ou seja, da representação do “ridículo e do descrédito”,

⁵⁹⁵ *O Jacobino*. (1895). Anno II, n. 41 (12 de outubro). Em: idem, p. 141.

⁵⁹⁶ *O Jacobino*. (1895). Anno II, n. 42 (19 de outubro). Em: idem, p. 142.

pretendia estimular o retorno desses imigrantes para suas terras para que deixem de “intrrometer-se nos negócios do Brazil”.

A figura 8 apresenta: o barbeiro, que se tornou a personificação do fofoqueiro, do conversador, daquele que julga desde a vida alheia até a nação, e também representa o tipo que vive de aparências e que apesar de condenar outros, tem algo que lhe transparece “pouca vergonha”; o soldado de guarda noturna simboliza o homem imprestável, o “reles”, que pouco vale e que vive a vida reprovando as ações dos outros junto ao taverneiro.

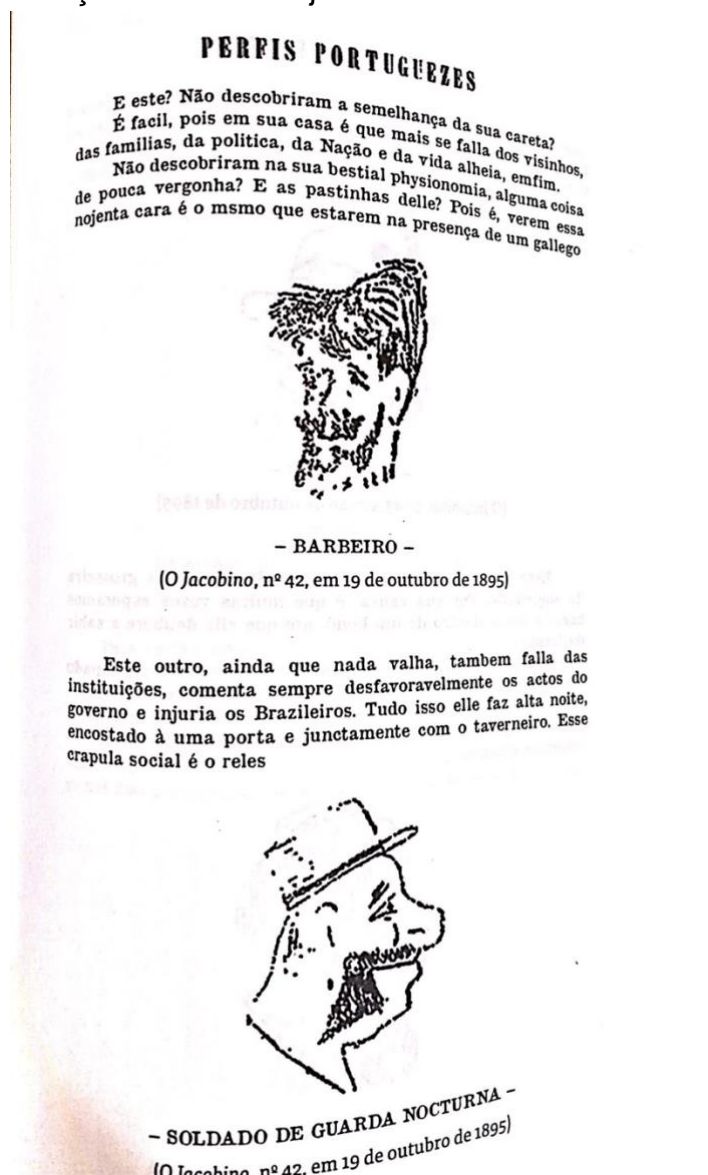


Figura 8
O barbeiro e o soldado de guarda noturna, em *O Jacobino*⁵⁹⁷.

⁵⁹⁷ *O Jacobino*. (1895). Anno II, n. 42 (19 de outubro). Em: idem, p. 143.

Sobre o leiloeiro não há muita informação, apenas a sua representação gráfica: um homem com o nariz avantajado, já com falhas no cabelo, o que denota sua idade mais avançada, e seu rosto expressa ar de esperteza e capacidade de convencimento. Em contrapartida, o carroceiro é revelado como o tipo grosseiro, bronco, “insolente e bruto, aquele que não teve educação e não apresenta civilidade, “não respeita pessel alguma e jamais se encommoda que haja desastres e encontros”.

PERFIS PORTUGUEZES

Mais tres caras de excrementalissimos gallegos, estampamos hoje com o nosso jornal. É inquestionavel, que esses trastes só tomarão vergonha, por meio do vergalho ou á poder do ridiculo. Para principiar, apresentamos o frontespicio de um gallego



- LEILOEIRO -

(O Jacobino, nº 43, em 26 de outubro de 1895)

Este outro, representa a classe mais atrevida e grosseira da sociedade. Por sua causa, é que muitas vezes esperamos horas e horas dentro de um bond, até que elle delibere a sahir da frente.

Estando elle, de posse de um par de redeas e repimpado em cima da sua famosa boléia, não respeita pessel alguma e jamais se encommoda que haja desastres e encontros. E os palavrões que elles soltam de vez em quando? Essa cara é a do insolente e bruto



- CARROCEIRO -

(O Jacobino, nº 43, em 26 de outubro de 1895)

Figura 9
O leiloeiro e o carroceiro, em *O Jacobino*⁵⁹⁸.

⁵⁹⁸ *O Jacobino*. (1895). Anno II, n. 43 (26 de outubro). Em: idem, p. 144.

Na figura 10 estão retratados o padre e o açougueiro. O primeiro, com a fisionomia de gatuno, astuto e galhofeiro, simboliza o homem que oferece a segurança desvirtuada do português que emigra para o Brasil. De acordo com o jornal, esse homem seria o responsável por cuidar da mulher e da família do emigrante quando este faz sua viagem em busca da melhoria de vida, no entanto, de forma irônica o periódico sinaliza: “E elle que toma conta d`ella!”. A ironia indica que o padre se aproveitará sexualmente da mulher aos seus cuidados. A redação também destaca que esse tipo de padre não corresponde ao tipo dos inimigos políticos dos jacobinos, como João Scaligero Maravalho e José Loreto, ambos redatores do jornal *O Apóstolo*, anunciadamente clerical e monarquista. O segundo tem a descrição análoga a do taverneiro, é considerado o “ladrão do povo”, dado que, de forma sutil, audaciosa e ágil — e com seu semblante inofensivo —, oferece aos seus clientes um produto de má-qualidade e com o valor do peso aldrabado.

PERFIS PORTUGUEZES

E este? Este, sim, é um reverendo gallego; não vá o leitor suppor que seja o retrato do Maravalho, nem do Loreto, do "Apóstolo". Não, esse representa a boçal e exata cara d'um desses curas lá de Portugal, que, quando o gallegão vem explorar o Brazil, deixa-lhe a mulher para elle tomar conta... E elle que toma conta d'ella!... Assim poi, apreciem a hypocrita cara de um gallego



- PADRE -

(O Jacobino, nº 43, em 26 de outubro de 1895)

Para variar, apresentamos hoje aos nossos leitores, mais tres "frontespicios" de dignos compatriotas do suino poeta thomaz antonio ribeiro ferreira - o mais eminente de todos os excrementalissimos labregos existentes no Brazil.

Este primeiro representa o ladrão do Povo, no pezo. Com a agilidade, audacia, manha e subtileza que lhes é peculiar, impingem-nos diariamente a carne magra e mal pezada. Eis pois, o gallego



- AÇOUGUEIRO -

(O Jacobino, nº 44, em 2 de novembro de 1895)

Figura 10

O padre⁵⁹⁹ e o açougueiro⁶⁰⁰, em O Jacobino.

Os perfis portugueses a seguir, expostos na figura 11, são o do carregador e do literato. O carregador é tachado como a escória da colônia portuguesa no Brasil, é o estereótipo do imigrante — que muitas vezes em situação miserável — que trabalha como um “burro de carga” “á troco de mil réis”, ou seja, “a tudo sujeita-se essa besta humana”. O periódico mostra a situação de desamparo e

⁵⁹⁹ O Jacobino. (1895). Anno II, n. 43 (26 de outubro). Em: idem, p. 145.

⁶⁰⁰ O Jacobino. (1895). Anno II, n. 44 (2 de novembro). Em: idem, p. 145.

escassez pelo qual passa esse trabalhador, mas ao invés de interpretá-la como circunstância degradante para o próprio, o injuria e o culpabiliza pela sua situação. Nesse sentido, para *O Jacobino*, esse tipo “insignificante” deforma e enfeia o progresso das cidades republicanas brasileiras. Em contraste absoluto com o anterior, o perfil que segue é o do literato, aquele que representa maior cultura, educação e que, para conquistar a elite letrada do Brasil, trata bem o povo brasileiro e seus colegas de profissão, mas com interesses escusos. Esse profissional “entra com pés de lã” em uma redação de jornal para “orientar opinião!”, já que para o periódico jacobino “é o cumulo” que um estrangeiro discuta a política nacional e os costumes do país, intrometendo-se “nas rodas políticas dos homens mais eminentes da Nação”.

PERFIS PORTUGUEZES

Este segundo é um dos representantes da mais infima classe social. É o fiél typo de um insignificante burro de carga, que á troco de alguns mil reis, leva recados amorosos e faz o papel mais degradante. A tudo sujeita-se essa besta humana. Ouvindo as mais pezadas lérias, passando com 320 reis por dia, alimentando-se de pão duro, sardinhas, bananas e cousas semelhantes. Essa cara é a de um



- CARREGADOR -

(O Jacobino, nº 44, em 2 de novembro de 1895)

Este terceiro, é um typo mais correto, mais elegante no physico, porém, mais velhaco no intimo. Elle vem para o Brazil a titulo de passeio, aqui apresenta-se aos patricios, faz camaradagem com os Brasileiros, adulando-os até; entra com pés de lã para a redacção de um jornal e eis dias depois, a discutir política nacional, costumes do Paiz e a orientar a opinião! É o cumulo! Arranja alguns papalvos para ouvil-o de vez em quando, intromette-se nas rodas políticas dos homens mais eminentes da Nação e por portas-travessas arranja ser funcionario publico. Essa qualidade de gallego é uma das mais perniciosas ao Brazil. Olhem bem e verifiquem se é ou não, a exacta careta de um apelintrado, vil e intruzo gallego



- LITTERATO -

(O Jacobino, nº 44, em 2 de novembro de 1895)

Figura 11
O carregador e o literato, em *O Jacobino*⁶⁰¹.

⁶⁰¹ *O Jacobino*. (1895). Anno II, n. 44 (2 de novembro). Em: idem, p. 146.

As três últimas caricaturas dispostas na coluna *Perfis Portuguezes* são o do senhorio, o sócio da liga (figura 12) e do zangão (figura 13). O proprietário de imóveis é visto como um homem avaro e sem escrúpulos, “perverso”, “prepotente”, “ganancioso” e “ladrão”, que para a redação esse tipo — de ar maléfico e enfezado — é responsável pela falta de abrigo e pelo despejo de diversos “honrados” operários que não suportavam as suas “torpes exigências”, como os aumentos exorbitantes do preço dos aluguéis. O “xoxiu da liga” é o imigrante europeu que vive no Brasil e que se associou à liga anarquista nacional⁶⁰², em busca do apoio das associações com ideais sindicalistas revolucionários. Por se envolver politicamente contra o governo republicano e contra as condições de trabalho e vida no Brasil, esse tipo é chamado de “intrusão, sevandija, pulha, intrometido, tratante e bostifero”. Para o periódico, nenhum estrangeiro poderia reclamar de uma situação que não é a do seu país de origem. O zangão representa o especulador da bolsa de valores que, de acordo com *O Jacobino*, vive da “desgraça dos outros”, espalhando “boatos alarmantes para a baixa do câmbio” e também “bate carteiras”. A esse tipo imputam a desorganização econômica e monetária do país, que chega a pôr fim a carência dos trabalhadores.

Por último, salienta-se que todas as introduções da coluna mostravam a necessidade repetida de tratar os tipos portugueses por galegos, com a intenção de os satirizarem, de os menosprezarem e, principalmente, de os ridicularizarem. Por meio da criação de estereótipos, com a definição de características físicas e morais, o periódico dissemina o ódio pelos portugueses, seus afazeres, seus ideais e seus costumes. Diocleciano e sua equipe editorial tinha o objetivo, com essas caricaturas e perfis, atribuir aos imigrantes portugueses a miséria, a carestia de produtos e a piora na qualidade de vida da população trabalhadora nacional do Rio de Janeiro. Como confiavam nas ações governamentais e eram defensores fervorosos de Floriano Peixoto e dos ideais republicanos, os males

⁶⁰² Mais sobre a participação de imigrantes nas ligas anarcossindicalistas e revolucionárias, em: Dulles, John. (1980). *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Menezes, Lená. (1996). *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

que aconteciam na cidade deveriam possuir outros culpados. Assim, o discurso dos jacobinos enveredou para o antilusitanismo e para a lusofobia.

PERFIS PORTUGUEZES

Este "frontespicio" que hoje apresentamos aos nossos amáveis leitores, representa o perverso, petulante, grosseiro e prepotente gallego, que, sem mais nem menos, de dia para dia, augmenta exorbitantemente os alugueis das suas casas, onde habitamos.

Esses miseráveis, acobertados pela barbara lei que regula o caso, do dia para a noite, poem no meio da rua os moveis e a familia do honrado e pobre operario, caso elle não se sujeite ás suas tôrpes exigencias. Essa carranca, é a do malvado, ganancioso, uzurario, vio e já muito conhecido ladrão do Povo, o gallego



- SENHORIO -

(O Jacobino, nº 45, em 9 de novembro de 1895)

Oh ! este tem papel saliente. Pela sua cynica e pifia cara vê-se logo o que lhe vae n'alma. Representa elle, nada mais e nada menos do que o gallego intrujão, sevandija, pulha, intromettido, bostifero e tratante, que, pretende influir nos destinos do nosso meio social, filiando-se á um agrupamento de larapios que aqui existe sob o título - "liga dos homens da traficancia no Brazil" -.

Essa deslambida carêta, representa o typo exacto de um



- XOXIU DA "LIGA" -

(O Jacobino, nº 45, em 9 de novembro de 1895)

Figura 12

O senhorio e o socio da liga, em O Jacobino⁶⁰³.

⁶⁰³ O Jacobino. (1895). Anno II, n. 45 (9 de novembro). Em: idem, p. 147.

PERFIS PORTUGUEZES

Este outro, também tem sua culpa no cartorio, pois ainda que indirectamente, influio para o desequilibrio de nossas finanças.

É encontrado cotidianamente este typo, nas immediações da Bolça e rua da Alfandega, á apregoar acções, á tramar boatos alarmantes para a baixa do cambio, á dizer mal de tudo e de todos, e, finalmente, á illudir a humanidade papalva. Seu meio de vida é a desgraça dos outros, servindo de intermediario de negocios illicitos e nas horas vagas... bate carteiras. Essa réles cara, é a de um



- ZANGÃO -

(O Jacobino, nº 45, em 9 de novembro de 1895)

Figura 13
O zangão, em O Jacobino⁶⁰⁴.

5.2.3 Os portugueses na Festa da Penha

A Festa da Penha era uma festividade católica ocorrida ao longo do mês de outubro que tinha como cenário a Igreja de Nossa Senhora da Penha, localizada na Zona Norte carioca, que à época estava posicionada no subúrbio

⁶⁰⁴ O Jacobino. (1895). Anno II, n. 45 (9 de novembro). Em: idem, p. 148.

da região da Zona Leopoldina. A celebração, segundo Roberta Triches, existe desde 1728 e passou por três distintas fases enquanto prática cultural da cidade. Inicialmente, representava, sem sua essência, os hábitos e a participação dos portugueses, até que, nos primeiros anos do governo republicano, passou a contar com a presença mais contundente da população negra e mestiça. A partir de 1930, com o governo Vargas, a festa passou a ser novamente um espaço de expressão cultural da colônia portuguesa no Brasil, que apesar de abarcar todos os públicos, se tornando a maior festa popular religiosa da cidade no início do século XX, o principal segmento que a frequentava era as classes mais baixas.

No início do século XX a festa passa a ser frequentada pelos mais diferentes grupos sociais, como capoeiras, sambistas, tias baianas e prostitutas. Perdendo a hegemonia dos festejos, os portugueses vão precisar conviver com esses novos elementos e suas diferentes culturas. É certo que os diálogos vão acontecer, mas a diversidade e o contato com o outro também vão gerar conflitos. Em meio às discussões sobre raça e identidade nacional, a Festa da Penha parecia ser, portanto, um bom laboratório para os intelectuais interessados em construir um tipo brasileiro⁶⁰⁵.

Dessa forma, intérpretes da vida cotidiana da cidade, como cronistas e caricaturistas, consideravam uma mais valia destinar suas obras sobre o festejo, retratando os tipos e cenários que representavam a prática cultural. Raúl Pompéia e Olavo Bilac escreveram sobre a festa com um tom de desaprovação, uma vez que acreditavam ser um símbolo do atraso que não combinava com o processo de modernização da cidade. A descrição do ambiente desordeiro e com pouca higiene contrastava com a ideia de progresso e civilização tão almejada para o Rio de Janeiro por esses intelectuais.

Famílias, magotes de amigos, acomodam-se, através do campo, organizam-se um banquete. Confundem-se à vista feiões, sexos e idades, no agrupamento desordenado das roupas, sobre a erva, sob o esplendor difuso do sol. Impressionam alguns quadros destacados: crianças que correm, mulheres que palestram em círculo, pessoas que comem de ventre em terra, ao redor de mesas de improviso; um que atravessa um frango à boca; outros virados, mamando vinho na cabeça de dous bojos, no possante chifre retorto, roxos como de soprar buzinas entupidas, fechando os olhos, sob o reflexo do céu de meio-dia. E um bêbado que dorme sobre pilhas de melancias, e outro que sai para a estrada cambaleando, agitando molemente a bengala, vomitando o *viva a Penha!* e relutando contra a esposa envergonhada e o amigo dedicado que o contém. Depois da refeição, vêm as danças e os cantos. Um delírio de samba, e fados, modinhas portuguesas, tiranas do Norte. Uma viola chocalha o compasso, um pandeiro acompanha, geme a sanfona, um negro esfrega uma faca no fundo de um prato, e sorri,

⁶⁰⁵ Triches, Roberta. (2009). *Biba a Penha! O elemento português no imaginário da nação. // Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina, Paraná.

negríssimo, um sorriso rasgado de dentes brancos e de ventura bestial. A roda fecha. No centro, requebra-se a mulata e canta, afogada pela curiosidade sensual da roda.⁶⁰⁶ Há tradições grosseiras, irritantes, bestiaes, que devem ser impiedosa e inexoravelmente demolidas, porque envergonham a Civilização. Uma d'ellas é esta ignóbil festa da Penha, que todos os annos, neste mez de outubro, reproduz no Rio de Janeiro as scenas mais tristes das velhas saturnaes romanas, transbordamentos tumultuosos e allucinados dos instinctos da gentalha. É que esses carros e carroções, enfeitados com colchas de chita, puxados por moares ajaezados de festões, e cheios de gente ébria e vociferante, passeando pela cidade a sua escandalosa bruéga; esses bandos de romeiros cambaleantes, com chapéo esmagado ao peso das roscas, e o peito cheio de medalhas de papel, e beijando a effigie da Senhora da Penha com beijos besuntados de zurrapa; esse alarido, esse tropel de povo desregrado; — todo esse espetáculo de desvairada e bruta desordem ainda se podia comprehender no velho Rio de Janeiro de ruas tortas, de bestegas escuras, de becos sórdidos: Mais no Rio de Janeiro de hoje, o espetáculo chóca e revolta como um disparate...⁶⁰⁷

Os textos desses autores refletem a opinião crítica a respeito do significado da festa da Penha para os letrados com ideais republicano: configuram o atraso civilizacional que não está de acordo com a nova realidade da cidade.

Em sentido heterogêneo, mas não contrário, notam-se nas reproduções artísticas de caricaturistas como Calixto Cordeiro, Raul Pederneiras, Alfredo Storni e José Carlos Cunha um aproveitamento da expressão cultural para a representação do cotidiano da cidade. Os ilustradores da revista *O Malho*⁶⁰⁸, sarcasticamente, exploravam as imagens sociais e culturais da festa, não as criticando diretamente, mas expondo e fortalecendo os estereótipos do povo que vivia no Rio, tanto nacionais quanto estrangeiros.

Na figura 14 é possível perceber o estereótipo mais clássico criado para referenciar o típico romeiro português da Festa da Penha, que mais tarde atribuiu-se a todos os romeiros da Penha. O homem — com aspecto alegórico do português do Norte robusto e abrutalhado —, montado em seu burro, cavalga em direção à Igreja da Penha levando consigo o simbólico chifre utilizado para

⁶⁰⁶ Pompéia, Raul. (1888). Diário de Minas, Juiz de Fora, 4 novembro. Em: Moreira, Virgílio (org). (1996). *Crônicas do Rio de Raul Pompéia*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, p. 54 e 55. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101371/cronicas_rio.pdf>. Acesso em janeiro de 2022.

⁶⁰⁷ Bilac, Olavo. (1906). *Chronica. Kosmos: Revista artística, scientifica e litteraria*. Anno 111, n. 10, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=146420&pesq=&pagfis=1837>>. Acesso em janeiro 2022.

⁶⁰⁸ Fundada em 1902, o semanário foi criado por Luiz Bartolomeu de Souza e Silva e teve como primeiro diretor artístico Crispim do Amaral. Tinha como identidade editorial a publicação de caricaturas de cunho político e de costumes. Seus exemplares eram vendidos, na capital e no interior, por um custo médio de trezentos contos de réis. Em: Justen, Janine. (2020). A construção social do caricaturista na Primeira República. *Plural*, v. 27, n. 2, p. 31-60.

armazenar o vinho consumido ao longo da celebração. Abaixo da imagem, lê-se o pensamento com o representativo sotaque do português do Norte, que troca foneticamente os *v*'s pelos *b*'s: "Q`aes Prufeitura! Q´aes Hyngenica! Q´aes nada! A gente nestes dias isquece essas tristezas da bida, e toca a dar á Santa o que se le prumette, e a rezari um bucadinho, cá do peito! E óspois — sim q`uma pessoa não é santo — toca a dar á perna na Canninha Berde e no Regadinho,

e bai-le cumendo da bôa choiriça, e bubendo da bôa pinga, e toca a pandegari, intê o diabo le dar com o basta!... Anda, burrico!... E biba a Penha!”



Figura 14
Na Penha, em *O Malho*⁶⁰⁹.

⁶⁰⁹ *O Malho*. (1904). Anno III, n. 109 (15 de outubro). p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=Penha&pagfis=3476>>. Acesso em janeiro de 2022.

Nota-se no conjunto, imagem e texto, que o caricaturista desejou representar o imigrante trabalhador português comum que não está preocupado e nem se envolve com a política de modernização e com o progresso da cidade, mas apenas tem o interesse em desopilar das suas preocupações e tristezas, por estar longe da sua terra, celebrando e bebendo no arraial popular. Reforça-se, portanto, a imagem do português trabalhador como “burro de carga”, que por ser bronco e ignorante não se importa com as questões políticas e com o processo civilizador/modernizador republicano, mas apenas interessa-lhe entorpecer-se nesses dias de festa para lidar com a difícil vida que passa longe de casa.

A figura 15 — de autoria de Calixto — também apresenta os traços característicos do romeiro. Em primeiro plano, mostrando sua importância na atuação da festa, guiando a romaria, o casal de portugueses carrega o chifre de vinho e estão enrolados ao corpo de cordéis com roscas de açúcar. O homem figura o português gordo, provavelmente um comerciante que enriqueceu no Brasil e, por não mais fazer o trabalho braçal da agricultura como fazia em Portugal, ganhou peso. A mulher que o acompanha veste-se bem e lidera a cantoria e a baderna. Atrás, vão os responsáveis pela animação musical entoando o samba, música representativa dos negros e mestiços e típica daquela festa. A mistura das classes e etnias, também representada no cotidiano das cidades, é mostrada na figura. No título, se expressam: dão um “viva!” (biba) à santa e desejam mal a revista, que os julga pelo desordeiro comportamento, por desvirtuarem a intenção principal da celebração, que é venerar a Nossa Senhora. O texto afirma a posição dos que aceitam a festa: nós, os futuros bajuladores, queremos todos uma condecoração, assim desejamos um “viva” à Penha, à sua festa, à bebedeira e mal ao *O Malho*.

Na figura 16, notam-se os tipos presentes na festa da Penha, no início do século XX. Mais uma vez, aparece em primeiro lugar, guiando o resto da romaria, o português rechonchudo carregado de vinho e roscas. Atrás, seguem os sambistas, responsáveis por alegrar a celebração pela música e, por fim, a “crioula” que traz consigo símbolos do pagamento de promessas, a vela e a imagem de quem foi agraciado pelo milagre feita de cera. Por último, o brasileiro mais abastado que também resolve entorpecer-se nos dias de festividade da santa. Na primeira imagem da charge, Alfredo Storni — autor da ilustração —

explica que no festejo juntam-se as “três raças distintas, fundidas e reunidas para o mesmo ideal: divertimento sem limites e sem preocupações!”, eles representam “a alma do povo”. O branco imigrante português, o mestiço sambista e a crioula pagadora de promessas aproveitam o mesmo espaço de galhofa e simbolizam, genuinamente, a mistura social e a cultural do país. Na continuidade da charge, um conselho e uma lição de moral prevalecem: “os excessos, quando se dão nos temperamentos não educados”, como nos tipos que frequentam a celebração, “conduzem a toda classe de desatinos, mesmo nas almas honestas”. O ilustrador alerta os leitores que esses ambientes de tumulto e agitação levam os ignorantes à indisciplina, sendo corretas as ações de intervenção da polícia, que visa a manutenção da ordem e a civilidade. Assim, Storni acaba por deixar clara a sua posição a respeito do arraial popular, como expressado no título da obra “Quem vai à Penha, apanha”.



Figura 15
Biba a Penha, Mal'O..., de Calixto⁶¹⁰.

⁶¹⁰ Cordeiro, Calixto. (1902). *O Malho*. Anno I, n. 3 (4 de outubro). p. 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=Penha&pagfis=43>>. Acesso em janeiro de 2022.



Figura 16
Quem vai à Penha, apanha..., de Alfredo Storni⁶¹¹.

⁶¹¹ Storni, Alfredo. (1909). *O Malho*. Anno VIII, n. 369 (9 de outubro), p. 35. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=Penha&pagfis=14438>>. Acesso em janeiro de 2022.

A figura 17 traz o retrato da mulher imigrante portuguesa na temática do arraial popular da Penha. As senhoras conversam sobre os novos hábitos inseridos após o processo de modernização da cidade, reclamando das mudanças culturais que alteraram as características do festejo. Percebe-se pela fonética que são portuguesas as da primeira e da terceira falas e, no desenho, as de perfil, com avental, saia “curta” e lenço ou cabelo amarrado na nuca. Representando o atraso, defendem a festa e afirmam com descontentamento e melancolia os “novos tempos”.



Figura 17
A ex-festa da Penha, em *O Malho*⁶¹².

⁶¹² O Malho. (1908). Anno VII, n. 317 (10 de outubro), p. 26. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=Penha&pagfis=12297>>. Acesso em janeiro de 2022.

As ilustrações revelam que a intenção dos caricaturistas da revista *O Malho*, de forma sarcástica e bem-humorada, era mostrar a relação entre o festejo e o retrocesso, uma espécie de modelo do atraso e da involução. O ideal republicano do progresso e da modernização era contrastado com os hábitos, os costumes e as práticas que simbolizavam a festa e que tinha como um dos principais representantes o imigrante português. Assim, nota-se que, ainda que indiretamente, esses artistas associavam o estereótipo do luso no Brasil ao regresso dos tempos da colonização e dos comportamentos do retrocesso.

O português não era somente uma lembrança dos tempos antigos, ele estava ali, presente na festa aos olhos de quem quisesse ver. Sua presença incomodava justamente pelo “pacote” que ele trazia consigo: um passado de dominação, atraso, catolicismo, monarquia. [...]. Acabaram configurando assim uma memória sobre o passado como prerrogativa para a construção do presente. Essa memória, portanto, era a de um “passado ibérico”, de exploração, de atraso, religiosidade, “ignorância”, enfim, de escuridão, e que, portanto, não tinha mais espaço no novo cenário de “movimento e luz”⁶¹³.

5.2.4 O luso no cenário carioca de Raul Pederneiras

Raul Paranhos Pederneiras nasceu em 1874 e foi caricaturista, advogado, professor e escritor. Como ilustrador atuou em diversos jornais e revistas, tendo seu primeiro trabalho divulgado em 1898 na folha ilustrada *O Mercúrio*. Rogério Silva afirma que Pederneiras, em seu trabalho, explorou uma “quebra das fronteiras entre as linguagens, palavras que se tornam imagens e imagens que se tornam palavras”⁶¹⁴. Essa característica o acompanhou durante toda a sua atuação como caricaturista nos diferentes periódicos pelos quais passou. As caricaturas de cunho político tiveram um papel relevante na carreira do artista, mas a partir dos anos 1920 imperaram as ilustrações de autor que representavam o “meio urbano, suas práticas e a relação com as novidades modernas”⁶¹⁵.

A modernidade, aliás, foi o principal tema dos seus escritos e caricaturas, sobre a qual ele notava as principais contradições, envolvendo aspectos da exclusão/inclusão social, cultura erudita/popular, tradição/inação,

⁶¹³ Triches, Roberta. (2009). Biba a Penha! O elemento português no imaginário da nação. // *Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina, Paraná, p. 1366.

⁶¹⁴ Silva, Rogério. (2011). Entre caricaturas e trocadilhos: Raul Pederneiras e seu passeio pelas linguagens. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo. p. 2.

⁶¹⁵ Idem, p. 13.

progresso/retrocesso. Rogério Silva, em outra obra, explica que o modelo de modernidade criou padrões e mediocrizou pessoas, fortalecendo estereótipos que foram muitas vezes aproveitados pelos caricaturistas para criticar ou concordar com alguns posicionamentos de forma jocosa e mais próxima do leitor. Assim, “Raul faz uma contraposição entre a caricatura política e a de costumes, mostrando a segunda como mais profunda na análise dos processos da sociedade”⁶¹⁶.

Essa relação de Raul Pederneiras com as tipologias do morador comum do Rio de Janeiro e o cotidiano da cidade foi explicado pelo próprio intelectual, na obra *Geringonça carioca*, um glossário de gírias das classes subalternas do Rio de Janeiro, em que ele explica que seu interesse apontava para o diálogo interclasses e interétnico que deveria funcionar como matriz da identidade nacional: “a geringonça carioca nasceu do vulgo híbrido, da mestiçagem que formou a nacionalidade”⁶¹⁷. Tal perspicaz percepção sobre a sociedade carioca fez o artista também notar o imigrante português como importante tipo constituidor do cotidiano da cidade.

Na figura 18, vê-se, junto a outros personagens do cotidiano carioca, o casal Manel e Mulata, representando o relacionamento entre o imigrante português e a mulher mestiça ou negra. Esse tipo de relacionamento foi estereotipado, como vimos na obra literária *O Cortiço* e em diversas ilustrações, tendo como elementos caracterizantes os interesses de ambos na manutenção do vínculo afetivo: do imigrante em não resistir à volúpia e à sedução da mulher tropical; e da mulata em angariar fundos financeiros para a melhoria na sua condição de vida. Em alguns casos também era descrita uma exploração do português comerciante em relação à mulher mulata que trabalhava em sua venda ou restaurante sem pagamento. Na caricatura, Manel possui a típica imagem do imigrante luso que melhorou suas condições financeiras ao chegar ao Brasil. Apesar de ainda carregar seus costumes e hábitos da vida em Portugal, simbolizado pelo calçar dos tamancos e pela postura hostil, bronca e altiva, já se apresenta vestido com colete, botões e cordões, elementos utilizados

⁶¹⁶ Silva, Rogério. (2017). *Modernidade em desalinho: costumes, cotidiano e linguagens na obra humorística de Raul Pederneiras*. São Paulo: Paco.

⁶¹⁷ Pederneiras, Raul. (1920). *Geringonça carioca*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil. p. 3.

comumente por pessoas de classe mais alta. O seu porte físico também demonstra já não ser um jovem franzino e inexperiente como costumavam aparentar os recém-chegados rapazes vindos do Norte de Portugal para trabalhar. Manel, abreviação de Manoel e como é dito foneticamente no sotaque do português de Portugal, é um nome que também sofreu o estereótipo de caracterização dos portugueses no Brasil.



Figura 18
Revista do Theatro Clássico Indígena (1925), por Raul Perderneiras⁶¹⁸.

Uma representação parecida, mas não idêntica à do imigrante luso, é ilustrada na obra que faz sarcasmo com as metáforas das conversas cotidianas. A figura 19, com o título de *Phrases desfeitas*, mostra o diálogo entre o açougueiro português e sua cliente crioula. Se referindo à falta de bondade e de amabilidade do homem, a senhora afirma: “eu sempre disse que seu Zé não tem coração”. Ele assim responde fazendo menção ao pedaço da carne: “Tinha, mas acabou-se”. Com os típicos tamancos, robustez, aparência desasseada, com as barbas por fazer — como relatado em *O Rio de Janeiro do meu tempo*, a respeito dos donos de botequins e frege-moscas — e semblante de malicioso e sorrateiro, Zé apresenta-se como o comerciante frio, insensível e avaro que não deseja nem mostrar bondade à senhora, tampouco oferecer-lhe um pedaço de carne.

⁶¹⁸ Perderneiras, Raul. (1935). *Scenas da vida carioca: caricaturas de Raul*. Segundo Álbum. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. p. 22.



Figura 19
Phrases desfeitas, por Raul Pederneiras⁶¹⁹.

A figura a seguir faz referência ao imigrante luso recém-chegado, um jovem franzino, usando roupas simples, uma faixa na cintura — que servia de apoio para lombar, auxiliando nos trabalhos de exigência física, como na agricultura e pescaria, profissões comuns a esses imigrantes em Portugal —, tamancos, carregando seus pertences em um saco feito de pano e uma pequena maleta. É acompanhado por um pequeno e magro cão de rua, aparentemente

⁶¹⁹ Idem, p. 40.

um filhote, mostrando o vínculo metafórico entre a imagem dos dois. Eles caminham pelas ruas da cidade modernizada — com hidrantes e calçamentos —, revelando a busca do pobre imigrante pela melhoria de vida no país americano. O cenário mostra os vapores que chegavam no porto e deixavam inúmeros jovens portugueses com esse perfil para trabalhar no comércio e na indústria das grandes cidades. O rapaz caminha em direção à árvore que tem como frutos moedas, a chamada árvore das patacas. Essa expressão de que o Brasil seria uma árvore das patacas⁶²⁰ ou um lugar de oportunidades para ganhar dinheiro, segundo Tatiana Moysés, faz referência ao ciclo do ouro nas Minas Gerais e ao momento em que portugueses mineiros iam em busca de pedras preciosas no país.



Figura 20

As árvores, de Raul Pederneiras⁶²¹.

⁶²⁰ A árvore das patacas é o nome comum da espécie *Dillenia Indica*, que tem como particularidade a sua flor. As pétalas se fecham sobre o centro da flor para formação do fruto, assim, qualquer pequeno objeto ao ser colocado na flor acaba por permanecer no interior do fruto que contém várias sementes em torno de uma polpa gelatinosa. Por essa característica foi criada a seguinte lenda: D. João VI ao vir para o Brasil em 1808 trouxe a árvore de Portugal e seu filho D. Pedro I, na infância, colocava, por brincadeira, pequenas moedas nas flores. Com o tempo, as pétalas se fecharam e mantiveram o dinheiro dentro delas. O imperador pegava um desses frutos e o abria diante de todos, dizendo que no Brasil o dinheiro nascia até em árvores.

⁶²¹ Pederneiras, Raul. (1935). *Scenas...cit.* p. 62.

Outra representação do jovem recém-chegado é mostrada na ilustração 21. Nessa figura, Raul Pederneiras preocupou-se mais em revelar o aspecto de dureza pelo qual passa o imigrante trabalhador no começo de vida no novo país. Com semblante sofrido, o mesmo saco de roupa e vestimentas que remetem à sua nacionalidade de origem, grande chapéu, faixa na cintura e casaca, o homem caminha com tristeza por ter sido obrigado abandonar sua terra a procura de uma nova realidade.



Figura 21
O imigrante, de Raul Pederneiras⁶²².

⁶²² Raul, Pederneiras. (séc XX). O imigrante. Em: Oliveira, Carla. (2013). *Saudades D'Além-Mar: a revista Lusitania e a imigração portuguesa no Rio de Janeiro (1929-1934)*. João Pessoa: Editora da UFPB. p. 131.

Mais uma vez, o artista retrata a imagem estereotipada do casal formado pelo português comerciante e a mulata/crioula. Na figura 22, o vendeiro administra o armazém e conta com a mulata para ajudar. Normalmente, a relação era representada pela troca de favores. O português aparenta, novamente, com trajés típicos portugueses e um aspecto brusco e rústico, e atrás é possível ver um empregado, possivelmente um patrício, a quem habitualmente os comerciantes portugueses contratavam para trabalhar. A esse tipo de relação, como explicada no capítulo 3, estavam ligadas questões como exploração e vínculo filial.



Figura 22
O vendeiro e a crioula, de Raul Pederneiras⁶²³.

Dedicado principalmente a representar a vida cotidiana das pessoas comuns no Rio de Janeiro, Raul Pederneiras percebeu a importância da figura do imigrante português para a vida na cidade. Com presença massiva e ocupando relevantes atividades para o funcionamento econômico e social da

⁶²³ Raul, Pederneiras. (séc XX). *O vendeiro e a crioula*. Em: Idem, p. 133.

urbe, o luso de Raul Pederneiras é retratado como um homem comum, mas necessário para o país. O ilustrador reforça o estereótipo desse imigrante, mas o apresenta como parte integrante da formação societária nacional.

5.3 Música

O debate sobre a formação da música popular brasileira se intensificou, sob o aspecto da produção historiográfica, entre os anos 1920 e 1930. Segundo Arnaldo Contier, os discursos modernistas de Renato Almeida, de Mário de Andrade e de Graça Aranha perpassavam pela preocupação de definir o contexto musical brasileiro a partir das perspectivas de brasilidade, de identidade nacional e cultural e do folclore como elemento nacional e popular. Como explica o autor,

esses intelectuais almejavam declarar a independência musical do Brasil em face dos pólos culturais europeus no momento da concretização do projeto modernista. A fase nacionalista caracterizou-se conforme Renato Almeida e Mário de Andrade pela criação "coletiva" de um grupo de compositores preocupados esteticamente e culturalmente com esse "momento-síntese", definido como o ponto culminante de toda a História da música no Brasil⁶²⁴.

Os sons, que esses pensadores consideravam serem representações do povo — como aqueles cantados em cantigas de roda, folias de reis, cantos de trabalho e bumba-meu-boi —, foram decodificados com a proposta de serem símbolos de um projeto utópico de construção da música popular tipicamente brasileira. Esse plano tinha como objetivo a implementação de uma reforma pedagógica nas escolas de música, a motivação dos empresários para inclusão desses tipos de música nos espaços culturais, a introdução do ensino dessas músicas nos programas pedagógicos das escolas primárias e secundárias e o incentivo da divulgação desses sons pela imprensa. A busca do som nacional e seus projetos estéticos e estruturais continuaram até os anos 1960 e 1970, mas possuíram, naquele momento, enfoques teóricos e metodológicos diferentes quanto às suas linhas de pesquisa historiográfica.

⁶²⁴ Contier, Arnaldo. (1991). Música no Brasil: História e Interdisciplinariedade Algumas Interpretações (1926-80). História em debate: problemas, temas e perspectivas. *Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História*, Rio de Janeiro.

Paralelamente a esse projeto de construção da música popular nacional — que segundo Renato Almeida, caracterizava-se pela sintonia das imensas florestas virgens, das variedades das bacias fluviais, das riquezas minerais e da diversidade da fauna e flora brasileira — surgia e tomava força um estilo musical que representava menos a vida selvagem e mais a realidade da vida cotidiana nas grandes cidades brasileiras: o samba. A música urbana não fazia parte do material cultural projetado por esses intelectuais. Mário de Andrade, por exemplo, considerava que o samba era um ritmo produzido pelo centro do país e voltado para o consumo, de forma ligeira, e, por isso, não podia ser considerado uma música nacional por excelência.

A origem da música urbana, no entanto, também foi debate entre os pensadores na construção cultural do elemento nacional representativo da identidade brasileira. Entre esses que consideravam o samba como símbolo da brasilidade, havia uma polêmica sobre quais ritmos estariam no rol da formação original dessa música popular. Francisco Guimarães — conhecido como Vagalume —, autor de *Na roda do samba* (1933), determinou os princípios básicos para caracterizar o lugar social do samba e seus fundamentos estéticos. Para ele, o samba nasce no morro, não é cateretê, não é batuque e não é jongo, porque esses ritmos são africanos. O samba é brasileiro e é feito no

coração amoroso de um homem rude, cuja muza embrutecida não encontra tropeços para cantar as suas alegrias e as suas maguas em versos mal alinhavados, que traduzem o sentir de um poeta que não sabe o que é metrificação nem tem relações com o dicionário⁶²⁵.

Diferente do que era produzido pela indústria fonográfica, o samba-autêntico possuía um território mítico, a roda, que oferecia à cena musical um caráter popular e puro, onde o Brasil era representado de forma espontânea e onde a originalidade do grupo social formado e constituído pelo morro era visto como um rito de origem.

A posição de Orestes Barbosa sobre o samba, notado na obra analisada anteriormente nesse capítulo, sob o seu aspecto antilusitano, é que essa música era patrimônio da cidade do Rio de Janeiro e sintetizava a brasilidade. Com um discurso nacionalista, já demonstrado, o jornalista afirmava que o samba era

⁶²⁵ Guimarães, Francisco. (1933). *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Typografia São Banedicto. p. 35.

carioca e nascia no morro, que era uma síntese da inteligência, por seu caráter pátrio, popular e cultural.

Os dois autores consideram, portanto, a importância da definição do lugar social do samba, revelando que o debate sobre esse estilo musical à época perpassava pela edificação da identidade cultural e social do país. Nesse contexto de construção da cultura identitária nacional por meio do samba, percebe-se a disseminação de um discurso de distanciamento em relação ao que representava Portugal e o vínculo filial entre os países.

Em Orestes Barbosa, como explica Adalberto Paranhos, transparecia a sua lusofobia também a partir do antifadismo.

Às suas inflamadas declarações contra tudo o que remetia a Portugal, somava-se o seu desprezo pelo fado, por ele achincalhado como um gênero musical vil, que, apesar ou por causa mesmo da sua ressonância no Brasil, conspirava contra o que existia de melhor, musicalmente falando, neste país⁶²⁶.

A necessidade do jornalista e poeta em ocupar-se da destruição da imagem do fado no Brasil tinha uma motivação clara: a produção fonográfica do estilo musical no país, entre os anos 1930 e 1939, corresponde ao seu momento de maior difusão. “Na contabilização que efetuei dos fados transpostos para os discos entre 1930 e 1939, eles alcançaram a cifra de 172 fonogramas, considerando-se a identificação dos gêneros musicais nas etiquetas dos 78 rpm”⁶²⁷. Para Orestes, esse era o resultado de um processo de macaqueação, expressão por ele utilizada para se referenciar à imitação que parte da sociedade brasileira fazia da cultura estrangeira. Esse servilismo era, de acordo com ele, ainda mais prejudicial quando vinha de Portugal e da sua representação musical nacional que era o fado. O samba surge, assim, como uma espécie de escudo protetor da nação, em relação a esse processo de macaqueação.

5.3.1 Os sambas de Noel Rosa

⁶²⁶ Paranhos, Adalberto. (2017). Xô, fado! Nacionalismo e antilusitanismo na terra do samba. *Tempo e Argumento*, v. 9, n. 22, p. 45. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3381/338154300004/html/#fn18>>. Acesso em janeiro de 2022.

⁶²⁷ Idem, p. 50.

Noel de Medeiros Rosa foi cantor, compositor, violinista e sambista. Nasceu em uma família de classe média e, por isso, foi um ferrenho defensor da comunicação mais ativa entre o samba do morro e o do asfalto. Sobre esse vínculo, ressalta Adalberto Paranhos que

na corrida do samba para afirmar-se como produto nacional, era preciso saltar outros obstáculos dispostos pelo caminho. Ao focar aqui a área da produção musical, chamo a atenção para a necessidade de o samba incorporar outros grupos e classes sociais, promovendo assim um deslocamento relativo de suas fronteiras raciais e sociais. Esse avanço em direção a outros territórios encontra a sua figuração simbólica mais acabada nas relações Estácio - Vila Isabel e na parceria Ismael Silva - Noel Rosa⁶²⁸.

Nesse sentido, Noel Rosa afirmava, de forma categórica, que o samba não pertencia à Estácio ou à Vila Isabel, mas era um produto tipicamente carioca, definindo claramente a sua posição em relação ao debate sobre o pertencimento do estilo musical e sobre a oposição entre o morro e a cidade.

Cumprindo o papel de uma espécie de mediador cultural, Noel Rosa encontrou na relação com Orestes Barbosa a concordância de opiniões a respeito da atuação do samba enquanto símbolo musical da identidade nacional. Por meio do samba, portanto, para esses pensadores da música brasileira, era possível proteger-se da ameaça dos estrangeirismos disseminados pelo Brasil. O seu nacionalismo popular rondava o universo da mulher brasileira, do pandeiro, do batuque, do violão e do cotidiano carioca, seja no morro, seja na cidade.

Assim como os caricaturistas, Noel representava humoristicamente os costumes e hábitos da sociedade carioca, entre eles o gozo e o sarcasmo quanto ao imigrante português.

Seu português agora foi-se embora,
Já deu o fora e levou seu capital.
Esqueceu quem tanto amou outrora,
Foi no Adamastor pra Portugal,
Pra se casar com uma cachopa,
Mas agora com que roupa?
Com que roupa que eu vou
Pro samba que você me convidou?⁶²⁹

⁶²⁸ Paranhos, Adalberto. (2003). A invenção do Brasil como terra do samba: os sambistas e sua afirmação social. *História*, v. 22, n. 1, p. 86. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/pt5J7FmCbfbqMmsSry4xczr/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em janeiro de 2022.

⁶²⁹ Rosa, Noel. (1930). Com que roupa? Em: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra69190/com-que-roupa>>. Acesso em janeiro de 2022.

Logo na primeira estrofe da composição de *Com que roupa?* (1930), o músico — utilizando como cenário o casamento do português e falta da roupa para ocasião — faz uma crítica à postura comum dos imigrantes portugueses no Brasil: usar o país como local apenas para amealhar dinheiro e retornar para a sua terra. Na música, Noel Rosa reforça o estereótipo da crença dos portugueses sobre o Brasil como “árvore das patacas”, onde se ganhava dinheiro, mas não se construía uma vida pessoal, por isso o regresso do luso a Portugal para casar. O imigrante também se esquece do país, o usa como um lugar descartável, sem vínculos emocionais, sem remorso ou saudades daquilo que construiu na nação tropical.

Quem dá mais por uma mulata que é diplomada
Em matéria de samba e de batucada
Com as qualidades de moça formosa
Fiteira, vaidosa e muito mentirosa?
Cinco mil réis, duzentos mil réis, um conto de réis!

Ninguém dá mais de um conto de réis?
O Vasco paga o lote na batata
E em vez de barata
Oferece ao Russinho uma mulata

Quem dá mais por um violão que toca em falsete
Que só não tem braço, fundo e cavalete
Pertenceu a Dom Pedro, morou no palácio
Foi posto no prego por José Bonifácio?
Vinte mil réis, vinte e um e quinhentos, cinqüenta mil réis!⁶³⁰

Em *Quem dá mais* (1930), o compositor expõe outros estereótipos sobre o português: o comerciante, que por ter um relacionamento com a mulata a oferece como moeda de troca por um lote de batatas, e a representação do atraso, por meio de figuras importantes da monarquia. Utilizando um nome que faz referência a Vasco da Gama — um dos navegadores e exploradores de maior expressão em Portugal — utilizando-se do sarcasmo, Noel ironiza a conduta do comerciante luso e explora a imagem de aproveitador, mesquinho e avaro existente sobre esse tipo na sociedade carioca. Ao trocar as batatas pela mulata, revela também que o relacionamento entre a mulata e o luso é baseado nos interesses e na troca de favores. Sobre o violão que pertenceu a D. Pedro, o

⁶³⁰ Rosa, Noel. (1930). Quem dá mais? Em: Chediak, Almir. (2009). Songbook: *Noel Rosa*. Vol. 2. São Paulo: Lumiar. p. 105.

sambista faz uma metáfora sobre a vida e o comportamento da família real e seus apoiadores, como José Bonifácio. Um violão que toca em uma frequência acústica não habitual, mas não possui braço, fundo e cavalete faz referência à hipocrisia, à falácia e à falsidade da postura monárquica. Ao fazer esse julgamento sobre a monarquia, revela uma postura de afastamento histórico e memorial entre os países, bem como associa a imagem da família real ao atraso e retrocesso moral e político.

Tudo aquilo que o malandro pronuncia
Com voz macia é brasileiro, já passou de português
Amor lá no morro é amor pra chuchu
As rimas do samba não são I love you⁶³¹.

Na obra *Não tem tradução* (1933), Noel Rosa provocou outra discussão de caráter nacionalista que desvalorizava as relações históricas, memoriais e culturais entre brasileiros e portugueses. O samba, na sua composição completa, tinha como objetivo mostrar a sua importância para a caracterização da cultura brasileira, a partir da impugnação das músicas estrangeiras presentes nas rádios brasileiras, como o foxtrot, o tango e o fado. Sua posição, como a de muitos outros sambistas, era de que esse ritmo era a representação musical do Brasil por excelência e, por isso, os ouvintes brasileiros deveriam valorizá-la, rejeitando os estilos musicais estrangeiros. O compositor ao afirmar “com voz macia é brasileiro, já passou de português”, intencionava mostrar que a língua utilizada pelos brasileiros e pelos portugueses não era a mesma, que o português do Brasil ultrapassava o português trazido pelos lusos ao longo do processo de colonização. Na discussão sobre o idioma, Noel Rosa utiliza-se da metáfora para revelar uma característica do brasileiro superior ao português: a meiguice e a delicadeza. A afabilidade do brasileiro, para Noel, excede em relação aos lusos.

O compositor foi um dos grandes responsáveis pelo movimento de transregionalização do samba carioca, ou seja, estimulou a migração do estilo musical do morro para outras áreas do Rio de Janeiro, e até para outras cidades do Brasil. Como “sinfonia nacional”, o samba para Noel Rosa se converteu na

⁶³¹ Rosa, Noel. (1933). *Não tem tradução*. Em: Almeida, Carlos. (2013). *Música nas décadas de 1920 e 1930 como construção de uma identidade nacional: Villa-Lobos, Ary Barroso, Noel Rosa e Lamartine Babo*. p. 12. Disponível em: <<https://bitly.com/RmKyf>>. Acesso em janeiro de 2022.

principal peça de artilharia contra as influências culturais, nomeadamente, estrangeiras. Para isso, os sambistas desse período além de valorizarem as características e particularidades do brasileiro, da vida e do cotidiano carioca — definida como brasilidade — que refletiam no samba, também se esforçavam para mostrar as inconveniências de enaltecer os costumes do exterior. Como forma de se diferenciar do que vinha de fora do país, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, houve no samba carioca a massiva valorização dos aspectos africanos e indígenas em detrimento às influências portuguesas no ritmo, tanto na instrumentação quanto nos aspectos estéticos. Por isso, houve a edificação de um projeto memorial que definia a origem do estilo musical no recôncavo baiano, reduto representativo da mestiçagem. A formatação de que o samba provinha exclusivamente da cultura africana — lembrado exhaustivamente nas mais diversas composições e letras, bem como nos discursos de pensadores sobre a música — e a exclusão do influxo dos costumes portugueses sobre a melodia, era uma estratégia de afastamento das relações culturais filiais entre os países. Essa estratégia demonstra a necessidade da formação identitária cultural, por meio da negação ou eliminação dos vínculos com a ex-metrópole.

5.4 Teatro de Revista

O teatro de revista foi um gênero teatral musicado que realizava uma análise do cotidiano social urbano — nesse caso da cidade do Rio de Janeiro — a partir de um caráter cômico. Teve o ápice da sua produção na década de 1920, mas desenvolve-se desde os finais do século XIX. Tal estilo dramatúrgico se diferenciava dos demais pela sua temática, sempre vinculada às questões do dia a dia citadino, por isso é possível perceber a proximidade dos seus enredos com as crônicas jornalísticas. A revista, como também é chamado esse gênero, surgiu na França ao longo do século XVIII, com o objetivo de retratar os acontecimentos e os tipos sociais urbanos, espalhou-se pela Europa e alcançou Portugal, influenciando fortemente a dramaturgia do período no país e, por

consequente, na nação irmã⁶³². No Brasil — estimulado pelo seu desenvolvimento em Portugal —, o primeiro teatro de revista foi apresentado em 1884, com a peça *O Mandarim*, de Arthur de Azevedo e Moreira Sampaio, que se distinguia por revelar a caricatura pessoal como traço original. Com esses diferenciais, as revistas brasileiras aproximavam-se das portuguesas que, segundo Daniel Marques, oferecia ao público divertimento, na medida em que a sociedade se sentia representada nas obras humorísticas⁶³³.

Pelo período em que se desenvolveu, o teatro de revista também foi uma importante expressão na construção da identidade nacional brasileira, pois baseava-se — como destaca Neyde Veneziano — numa alusão e não numa ilusão da realidade⁶³⁴. De acordo com a autora, por dedicar-se essencialmente ao cotidiano das cidades brasileiras, como os tipos e costumes, não fazia sentido que a dramaturgia do país representasse os contextos portugueses. Intelectuais do teatro, como Machado de Assis e Arthur Azevedo, defendiam a edificação de uma cultura dramática sustentada nos aspectos nacionais de brasilidade que, por meio do humor, exaltava “os comportamentos brasileiros, as mulheres brasileiras, os caipiras brasileiros, a natureza brasileira em oposição a tudo o que vinha de fora”⁶³⁵. Um dos críticos mais ferrenhos a respeito da vinculação entre o teatro português e o brasileiro foi Antônio de Alcântara Machado, que via tal ligação como um processo pernicioso na formação cultural brasileira. A participação dos lusos também era recriminada pelo intelectual, dado que não aceitava a prosódia ao estilo português nos palcos brasileiros, revelando ser necessário respeitar o sotaque brasileiro.

Com as companhias dramáticas portuguesas, de algum tempo a esta parte, tem acontecido o que há muito tempo já acontece com o vinho estrangeiro: toda a gente as recebe com desconfiança.... Justificadíssima. Mesmo porque, em matéria de elencos

⁶³² Como visto no capítulo anterior — a respeito da presença massiva das companhias portuguesas no Brasil, bem como de artistas, diretores e produtores lusos no teatro brasileiro —, é possível perceber a influência do estilo de dramaturgia portuguesa no país, tanto nos dramas, quanto nas comédias de costumes, influenciando principalmente no desenvolvimento das revistas. As discussões sobre as influências do teatro português na cultura brasileira também faziam parte das estratégias discursivas dos intelectuais nacionalistas, que viam a presença portuguesa nessa arte uma afronta à soberania cultural da nação brasileira. Ver capítulo 4.

⁶³³ Marques, Daniel. (2001). Teatro de intervenção: um resgate necessário (O teatro de revista e a política). *Trans/Form/Ação*, v. 1, n. 24. p. 41-46.

⁶³⁴ Veneziano, Neyde. (1991). *O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

⁶³⁵ Veneziano, Neyde. (2004). Revistando o baú revisteiro. *O Percevejo – Revista de teatro, crítica e estética*, v. 12, n. 13.

maus são suficientes os que existem aqui, dentre os nacionais. O próprio Teatro Sant'Ana abrigou, nestes últimos tempos, três conjuntos portugueses que não passavam de três desastres dramáticos. Como já está escabreada a pobre platéia de São Paulo! Assim, quando por cá se anuncia que uma companhia lusitana está de malas prontas para vir ao Brasil, ninguém liga importância à notícia. É mais um mambembe que vem...⁶³⁶

Como já dito, o teatro de revista estava vinculado à representação e diálogo com a realidade da nova concepção de país — ligados aos conceitos republicanos de modernidade e progresso — que deveria erigir uma identidade cultural própria. Nesse sentido, assim como na literatura, na música e na caricatura, o teatro também foi um importante disseminador de personagens e estereótipos criados para simbolizar os tipos sociais existentes no país naquele período. Viu-se, portanto, a formação de diversos personagens-tipo, como o imigrante português que vivia nas cidades brasileiras.

A obra *Verde e Amarelo* (1925)⁶³⁷, de José Patrocínio Filho e Ary Pavão, propõe a discussão, por meio dos seus personagens, sobre a formação da identidade nacional brasileira, assumindo sua posição nacionalista. Utilizando-se da metalinguagem, a peça retrata a história de um homem chamado Pindoba — com características do personagem-tipo⁶³⁸ malandro — que cria uma revista “genuinamente brasileira” com o mesmo nome da original, *Verde e Amarelo*. Com o objetivo de debater o caráter nacional, a revista foge do aspecto panfletário — utilizado como estratégia principalmente pela imprensa, como visto no capítulo 4 — e procura estimular a discussão a partir do humor e da jocosidade.

Logo no prólogo fica patente a opinião sobre o primeiro contato entre os nativos e os portugueses: “o Brasil dormia o sono dos justos antes de ser

⁶³⁶ Machado, Antônio. Em: Lara, Cecília. (1987). *De Pirandello a Piolin: Alcântara Machado e o modernismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto Nacional de Artes Cênicas. p. 49.

⁶³⁷ Em virtude da indisponibilidade de acesso a obra na íntegra, aqui será realizada a análise a partir de trechos encontrados em bibliografias.

⁶³⁸ Leonardo Taveira define o conceito de personagem-tipo no teatro da seguinte forma: “o personagem-tipo, ou simplesmente tipo, opera uma síntese das características de um gênero – mais que uma soma de dados externos – adquirindo maior espessura dramática e podendo, com isso, estabelecer diferentes relações com outros personagens no decorrer da peça. Esta síntese realizada pelo personagem-tipo permite-lhe um sem-número de possibilidades de ação, daí sua longa existência teatral”. Em: Taveira, Leonardo. (2009). *A mulata e o malandro: aspectos vocais do personagem-tipo na música do teatro de revista brasileiro, entre as décadas de 1880 e 1930*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

descoberto”⁶³⁹ e apresenta a seguir uma música fazendo referência a esse encontro:

Nosso ranchinho assim
Tava bão
Gente de fora entrou
Trapaiô⁶⁴⁰

O trecho é cantado pelo personagem que representava o índio — o símbolo do nacionalismo, por meio do seu aspecto nativista —, em ritmo de samba e de marcha-rancho⁶⁴¹, mostrando mais uma vez a intenção de definir a peça como um produto de valorização popular e nacional. Para além do uso de tais expressões nacionais, ao apresentar o encontro entre índios nativos e os portugueses como um acontecimento nacional, o teatro assume sua posição a respeito das relações memoriais e históricas entre os dois países. Define ser esse o momento da piora progressiva do Brasil, que estava bem até a chegada dos conquistadores.

O personagem-tipo do imigrante português é representado pelo comerciante, mas nessa obra revela, segundo Leonardo Taveira, uma construção diferente dos estereótipos mais comuns utilizados e daqueles aqui analisados nos produtos culturais nacionais. O imigrante Manel — recorrendo ao uso do nome típico português, também estereotipado, com a grafia correspondente à prosódia do sotaque português — é tachado como o administrador inocente que é ludibriado por todos. Aqui expõe-se a imagem contrária da mais comum: não o comerciante enganador, mas o enganado. Tal representação, de acordo com Leonardo Taveira, pode ser confirmada no trecho do coro cantado pelo alemão Fritz: “que o Manel tenha uma venda pra gente fica devendo”, ou ainda nos seguintes diálogos:

⁶³⁹ Patrocínio Filho, José; Pavão, Ari. (1925). *Verde de Amarelo*. Em: Idem, p. 39.

⁶⁴⁰ Donga; De Chocolat. (1925). *Nosso ranchinho*. Disco 78 rpm. Imprensa [S.l.]: Odeon, 1921-1926. Álbum 122832. Disponível em: <<https://cifrantiga2.blogspot.com/2008/02/nosso-ranchinho.html>>. Acesso em fevereiro de 2022.

⁶⁴¹ Ritmo mais pausado e cadenciado que o samba, acompanhado por instrumentos de sopro e de corda. Teve grande influência dos folguedos negros, como as Congadas, levados pelos africanos escravizados de origem Banto e Sudanesa, e também sofreu influência das tradições populares portuguesas. Foram difundidos, principalmente, nas camadas mais desassistidas da população no Rio de Janeiro, mas também circularam nos meios sociais da classe média. Em: Gonçalves, Renata. (2003). Cronistas, folcloristas e os ranchos carnavalescos: perspectivas sobre a cultura popular. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 32, p. 89-105.

MANEL PARA FRITZ – Hein? Que é que você está dizendo?... Então você tem dinheiro e não dá nada por conta do aluguel de seu quarto?⁶⁴²

MANEL – Eu não estou agora pra cantiga! ... O que eu quero saber é quando é que você resolve entrar com os aluguéis do quarto?

EMYGIO – Pro mês ... não te incomoda ... (dedilhando o violão) Repara nesta mudança! ... (canta) Louca!

MANEL – Pro mês pílula!...Ha dois anos e quatro meses que você anda-me a dizer isso, mas eu nunca vi a cor do seu dinheiro! ...

EMYGIO (solenemente) – Circunstâncias esporádicas e valetudinárias, tem-me talvez forçado a protelar a liquidação indébita da minha conta corrente domiciliana, mas agora....

MANEL – (...) fala-me português, ouviu! O que eu quero é meu dinheiro, nem que tu bira candeiro!

EMYGIO – Não, considerações eu não admito! (...)

MANEL - Mas sô lmygio...

EMYGIO – lmygio Não! Meu nome é Emygio, com E... (destacando as sílabas) E- my – gio

MANEL – Eu não queria ofender..., mas, você sabe, o senhorio pede-me o dinheiro, ninguém me paga... Como é que vou ficar?⁶⁴³

Nesses últimos excertos também pode-se deduzir que a intenção era apresentar Manuel como um homem avaro, muito ligado ao dinheiro e às posses, imagem mais comum disseminada sobre o imigrante nesse período. Baseando-se, portanto, nas outras concepções publicitadas sobre o português, nota-se que — ao contrário do que afirma Leonardo Taveira — a intenção não era caracterizar o português pela sua ingenuidade e pureza, mas fortalecer o símbolo de ambição e interesse ligado ao luso. A peça mostra a complexidade desses personagens-tipo, expondo o português como um homem que é enganado, por vezes, pela sua cobiça e concupiscência.

Representando esse mesmo tipo do imigrante português no Brasil — por vezes ingênuo e tolo, mas também ganancioso, oportunista e sovina —, nota-se o personagem Comendador em *O Bilontra* (1886) de Arthur Azevedo e Francisco Sampaio. O enredo da peça, baseado em fatos reais, conta a história de um crime cometido pelo brasileiro Lima e Silva que aplicou um golpe de três contos de réis no comendador português Joaquim José de Oliveira. A obra é encenada ao longo do processo de julgamento do verdadeiro crime. Na revista, o

⁶⁴² Patrocínio Filho, José; Pavão, Ari. (1925). Verde de Amarelo. Em: Taveira, Leonardo. (2009). *A mulata...cit.* p. 107.

⁶⁴³ Idem, p. 106.

comendador português é enganado pelo malandro Faustino, como resume o seguinte diálogo:

FAUSTINO - Não, não me hei de queixar! Recapitulemos, minha senhora, recapitulemos! A Ociosidade, que é muito boa pessoa e se mostrou empenhada em servir-me, levou-me à sua pessoa e a senhora prometeu proteger-me. Quis jogar na loteria. Não! isto não vale nada. Antes as cartas! – As cartas puseram-me na dependura. Desci ao víspera: fui perseguido e multado. Instigado pela senhora, roubei três contos de réis por meio de documento falso. Esse dinheiro maldito não me aproveitou... perdi até o último vintém na roleta. Recorri ao câmbio à porta do teatro: nada fiz, senão pregar um escandaloso calote. O resultado das corridas foi aquele que se viu! A estas horas o Barão já descobriu que é tão Barão quanto eu, e Dona Carola não quer ouvir falar de mim. E ainda a senhora me vem propor a fundação de um periódico dessa natureza! Ora, boa noite!⁶⁴⁴

O que também é demonstrado em *O Bilontra* é a vontade do comendador em obter o título de Barão, mas o luso sabia que não iria alcançar o seu desejo pelas vias tradicionais — conquista por meio dos trabalhos exercidos em prol do país —⁶⁴⁵ e apelou a Faustino, pela sua amizade com um ministro, para a conquista do baronato, como é possível notar abaixo:

COMENDADOR – Respondo em duas palavras. não disponho atualmente da quantia que me pede...mas, se precisa de dinheiro e quer fazer um bom negócio...como me disse que era amigo do ministro...e eu tenho um enorme desejo, confesso, de... de ser barão...arranje-me o título, e depois conversaremos.
FAUSTINO – Oh! mas Vossa Excelência...uma influência política!
COMENDADOR- Não quero pedir certas coisas...e depois, ainda não tomei pé no meu novo partido. Adeus, e desculpe. Obtenha-me o título e apareça. (*Sai, cumprimentando os dois meirinhos com muita cerimônia*)⁶⁴⁶

De acordo com Fernando Mencarelli, assim como na vida real, o comendador foi ridicularizado por sua ambiciosa imbecilidade, enquanto Faustino ganhou a simpatia do público — inclusive ajudando no processo de absolvição de Lima e

⁶⁴⁴ Azevedo, Artur; Sampaio, Francisco. (1886). *O Bilontra*. Literatura Brasileira: textos literários em meio eletrônico. Rio de Janeiro: Editora Diário de Notícias. Cena VIII. Disponível em: <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=37461>>. Acesso em fevereiro de 2022.

⁶⁴⁵ Os títulos nobiliárquicos no Segundo Reinado eram concedidos, primordialmente, a fazendeiros e outras pessoas afastadas do centro do poder, diferentemente do que ocorria nos reinados de D. João VI e Pedro I. O cenário de distribuição nobiliárquica de Pedro II mostrava maior heterogeneidade entre os titulados, como explica Marina Oliveira: “coube a cada um dos gabinetes ministeriais lidar com as diferentes conjunturas políticas e usar do recurso da nobilitação a seu favor, para angariar apoio, recompensar serviços prestados, ou mesmo acalmar os súditos”. Em: Oliveira, Marina. (2018). *Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1890)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo - USP.

⁶⁴⁶ Azevedo, Artur; Sampaio, Francisco. (1886). *O Bilontra...cit*, cena IV.

Silva no julgamento do crime real⁶⁴⁷. Dessa forma, os autores de *O Bilontra* reforçam o estereótipo do imigrante português, como avaro e ganancioso, mas também revelando a característica de inépcia e tolice do luso.

Outra obra que fortalece imagens estereotipadas dos imigrantes portugueses é *Cangote Cheiroso* (1927)⁶⁴⁸, de Marques Porto e Luís Peixoto. O enredo da peça desvela “o bom brasileiro que gosta do jogo do bicho e a mulata que rejeita o português” e também “o personagem malandro que se opõe ao português”⁶⁴⁹, por conta da intromissão do luso nas possíveis relações entre o malandro e a mulata, como sugerem os períodos:

MARISCO – Eu mandei chamar vocês
Pra tungá um português
Tugues! Tugues! Tungá um português
Que mulata gréla há um mês.
(...)
MALANDRO – Deixa vir esse marau
Que ele hoje entra no pau
No pau, no pau.

MALANDRO 2 – Naturalmente!
Esses português tão é degenerando a raça.
Nós estamos em nossa terra e esses português leva a avança nas nossas comida
[fazendo referência à mulata]⁶⁵⁰.

Tal declaração xenófoba, mostrando as dificuldades de relação entre brasileiros e portugueses — que nesse caso reforça a imagem do luso aproveitador na relação com mulata —, está inserida no debate sobre a integração do imigrante português no caráter nacional, proposto por diversas revistas nesse período. Mais uma vez percebe-se a crítica à postura do português com o objetivo de excluí-lo do processo de formação da identidade nacional.

A cena acontece no quadro chamado *O Guaraná*, em referência parodiada à obra de José de Alencar, *O Guarani*, mas na revista o personagem Peri é de nacionalidade portuguesa, e ao contrário do original não demonstra

⁶⁴⁷ Mencarelli, Fernando. (1999). *Cena Aberta: a Absolução de um Bilontra e o Teatro de Revista de Arthur Azevedo*. Campinas, São Paulo: UNICAMP.

⁶⁴⁸ Assim como na obra *Verde e Amarelo*, a análise de *Cangote Cheiroso* foi feita a partir de trechos dispostos em bibliografia, pela impossibilidade do acesso à versão na íntegra.

⁶⁴⁹ Gomes, Tiago. (1998). *Lenço no pescoço: o malandro no teatro de revista e na música popular: “nacional”, “popular” e cultura de massas nos anos 1920*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, p. 106.

⁶⁵⁰ Porto, Marques; Peixoto, Luís. (1927). *Cangote Cheiroso*. Em: Taveira, Leonardo. (2009). *A mulata...cit*, p. 109.

valentia, heroísmo e coragem. O quadro robustece a ideia de que o imigrante português, apesar da massiva presença na sociedade brasileira naquele período, não deveria ser reconhecido como parte integrante da sociedade nacional.

O personagem Barbalho, comerciante português, é representado — no trecho a seguir — de forma estereotipada, ridicularizando seu sotaque do Norte de Portugal e revelando uma postura hostil, agressiva e inamistosa com o seu empregado.

BARBALHO – Eu já lhe disse seu Bermudes que quando eu estiver escrevendo o nome do bicho, eu não quero que ninguém aproxime! Bá pra porta fazer o reclame da casa! Se os fregueses pedirem palpites diga-lhes que o jacaré, o alifante e o beado são os mais cotados para hoje (Faz subir por meio de um fio o rolo de papel).

BERMUDES – O veado deu ontem, patrão.

BARBALHO – Olha que burro! Antão como beado deu ontem não pode repetir hoje...

BERMUDES – É que eu pensei...

BARBALHO – O senhor não pensa seu Bermudes! Nesta casa só quem pensa sou eu! O senhor izecóta, izecóta as minhas ordens e não n'as descóte! O beado deu ontem, pode dar hoje, amanhã e sempre! O que é que o senhor tem com os beados?

BERMUDES – Eu, nada! Vôte!⁶⁵¹

Observa-se no fragmento o fortalecimento do símbolo da brutalidade e da ignorância atribuída ao imigrante luso que vive no Brasil, como também se denota a intenção dos autores da revista de diferenciarem com clareza as características entre o brasileiro e o português, revelando ser — este último — um tipo não pertencente ao contexto societário da identidade nacional brasileira.

A estereotipia do português a partir da criação de um personagem também foi o meio que Bastos Tigre encontrou para, de forma cômica e sarcástica, representar o imigrante luso no país. Na revista *Zig e Zag* (1926), Leitão é um comerciante português que rouba nos pesos e nas medidas em seu comércio *fregue-moscas*. Apresentada pela companhia Tró-ló-ló, o diálogo do enredo a seguir mostra uma cena típica do cotidiano carioca, a venda de produtos alimentícios e a negociação de preços na mercearia do português Leitão.

LEITÃO – Quem foi que pediu o filé?

FRANCELINO – Fui eu (Pegando a carne) isso lá é filé?

LEITÃO – É um filesito do joelho. Está um pouquinho duro porque o boi era um tanto nervoso. Leve, ó rapaz, que carne como esta você não encontra nem na praia do

⁶⁵¹ Porto, Marques; Peixoto, Luís. (1927). Cangote Cheiroso. Em: Fischer, Antenor. (2007). *A literatura dramática do Rio Grande do Sul: 1900 a 1950*. Vol. I. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. p. 182.

peixe.

ROSA – Mas, ó seu Leitão, o sr. garante que isso é vitelo?

LEITÃO – Se garanto! Conheci-a em vida; quando morreu a pobrezinha deixou três filhinhos órfãos... Vamos lá, patrícia, leve a carne e não resmungue.

MALVINA (examinando a balança) – Uê gentes! Essa balança é mais pesada de um lado que do outro. Que é isso, seu Leitão?

LEITÃO – Isso é por causa da temperatura do clima. Pois tu não vês que este lado é do nascente? Apanha mais sol.

MALVINA – Ah, sim... E vai dilatando.

LEITÃO – Aqui está o seu peso, quer dizer o peso da carne. Estive a escolher uma especialidade; valeu a pena esperar.

MALVINA (examinando) – Valeu nada; esta peça só tem osso.

LEITÃO – Nem todos podem ser um ossinho como você que só tem carne...

MALVINA – Mas não é pra seus dentes, ouviu?

FRANCELINO (aproximando-se) – O que foi que ele disse?

MALVINA – Besteira.

FRANCELINO – Eu ainda estrago esse português! Eu quando me espalho ninguém reúne e quando estou perdido o diabo é meu padrinho.

MALVINA – Mas que tem o senhor pra falá assim?

FRANCELINO – Não tenho nada; mas se você quisesse eu bem que tinha...

MALVINA – Ora vá tapear outra! O senhor é um homem casado. Eu tenho noivo, sabe?

FRANCELINO – Eu hoje tou de azar. O melhor é eu fazer as pazes com Portugal. Ó seu Leitão!

LEITÃO – O que é lá, rapaz?

FRANCELINO – O senhor me empresta aí uns dois mil réis até amanhã...

LEITÃO – Como os outros que tens levado, não é? Para que queres tu dois mil réis?

FRANCELINO – É pra fazê uma fezinha no bicho; se ganha pago todos os atrasados.

LEITÃO – E se perderes?

FRANCELINO – Se perdê... o senhor vai descontando no peso lá do meu patrão.

LEITÃO – Não é preciso que me digas... Toma lá, ó rapaz. (dá-lhe o dinheiro)⁶⁵²

Para além da imagem do comerciante surripador que engana — como demonstrado nas primeiras estrofes — nos pesos e nas medidas, bem como oferece produtos de má qualidade aos seus clientes, Leitão também age como um agiota emprestando dinheiro a Francelino, aparentemente prevendo algum ganho, de juros ou de benefício com o patrão do cliente. Nessa cena, apresentam-se, portanto, as negativas visões sobre o imigrante fruto do pensamento nacionalista que tinha por objetivo consolidar a imagem do “outro”, do não-brasileiro, do estrangeiro como modelo a não ser seguido e considerado na formação social brasileira.

⁶⁵² Tigre, Bastos. (1926). Zig- Zag. Em: Taveira, Leonardo. (2009). *A mulata...cit.* p. 113.

Capítulo 6 - Narrativas nacionais antilusitanas: a formação discursiva entre “espaços de experiência” e “horizontes de expectativa”

As narrativas nacionais, conceito discutido no capítulo 2 e que aqui relembremos, são textos que possuem teor historiográfico e sociológico e que apresentam características definidoras da nação brasileira. Dessas narrativas nacionais, ressalta-se, primordialmente, sua relação com o tempo, e este trabalho concorda com Paul Ricoeur ao definir que a narrativa apenas consegue atingir seu pleno significado ao se tornar uma condição da existência temporal. Ou seja, a inteligibilidade narrativa só atinge a sua plenitude ao ser disposta ao encadeamento dialético entre o passado, o presente e o futuro e entre o todo, como a história, e as partes, como os acontecimentos narrados⁶⁵³.

Com base nas ideias de Santo Agostinho⁶⁵⁴ e Aristóteles⁶⁵⁵, Ricoeur discute o ato narrativo pelas interpretações dos paradoxos do tempo e pela constituição do sentido inteligível da narrativa. O diálogo entre os autores permite a Ricoeur considerar que a organização da intriga⁶⁵⁶ consiste na seleção e na sistematização dos acontecimentos a fim de construir um texto com sentido completo. A intriga é a composição verbal responsável por fazer a transformação do texto em narração de forma que a história contada possua início, meio e fim.

⁶⁵³ Ricoeur, Paul. (1994). *Tempo e narrativa (tomo 1)*. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus.

⁶⁵⁴ Agostinho, Santo. (1973). *Confissões: livro XI*. São Paulo: Abril Cultural. *Confissões* foi uma obra filosófica e autobiográfica escrita, provavelmente, entre os anos de 397 e 398.

⁶⁵⁵ Aristóteles (2008). *Poética*. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Estima-se que o original de *A Poética* tenha sido escrito no século IV a.C, durante o período de fundação da Escola de Atenas.

⁶⁵⁶ A poética é uma obra que trata da “arte da poética”, e particularmente com as noções de tragédia, épica e imitação (*mimesis*). Para Aristóteles, uma história é uma imitação do que acontece, do que aconteceu ou do que pode acontecer. Sendo imitações ou representações do real – e não o real em si –, para ser fiel ao que é imitado, tem que condensar, recriar e filtrar a realidade, e isso é função da intriga. A intriga, para Aristóteles, não pode ser nem tão vasta que se torne impossível abarcá-la com a memória, nem tão complexa que seja de impossível entendimento. Assim, a intriga é aquela que demonstra a ligação entre os diversos incidentes da ação, de modo que a omissão de um deles supõe a destruição de todo o conjunto. A tessitura da intriga, para Paul Ricoeur, é um trabalho de composição inteligível do acontecer na narrativa. Está associada à *mimeses* – entendida como representação da ação – e à organização dos acontecimentos. A narrativa, ainda segundo o autor, implica um *mythos* – ordenação do agir –, que estabelece uma concordância no interior da discordância e pluralidade do acontecer. Em: Ricoeur, Paul. (1994). *Tempo...cit.*

Dessa forma, a intriga é mediadora entre o acontecimento e a história, com objetivo de constituir sentido, de causar inteligibilidade. Nesse contexto, entende-se que as narrativas nacionais são textos que apresentam uma lógica de encadeamento temporal e que estão diretamente relacionadas aos paradoxos do tempo no qual são construídos, explorando as categorias históricas de “espaços de experiência” e “horizontes de expectativa”⁶⁵⁷, como estratégias discursivas.

Reinhart Koselleck apresenta os termos experiência e expectativa como categorias de análise da vivência humana no tempo histórico, que são usados para expressar o tempo a partir de metáforas espaciais⁶⁵⁸, diferenciando os locais que representam o passado e o futuro. O autor explica que essas categorias dão sentido à existência humana em sociedade, ou seja, são uma condição prévia para a configuração do significado da vida humana em comunidade, sem a qual seria impossível conceber a história. No entanto, assumindo sua dimensão meta-histórica, essas categorias servem como elementos para a compreensão histórica, mas não são, nem definem os próprios acontecimentos. Elas não são comprovadas pelas fontes históricas, mas podem ser meios de análise dessas fontes, ajudando no processo de conceituação e de definição dos fatos. Por meio das categorias de experiência e expectativa, portanto, é possível compreender narrativamente as vivências do homem, relacionando os espaços entre passado, presente e futuro.

Sobre as especificidades de cada categoria, o autor disserta:

a experiência é o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante pode-se dizer da expectativa: ela também é ao

⁶⁵⁷ Categorias meta-históricas discutidas no capítulo 14 da obra Koselleck, Reinhart. (2015). Espaço de experiência e horizonte de expectativa. Em: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto.

⁶⁵⁸ O autor explica que a metáfora mais adequada para a categoria experiência é o espaço e para a categoria expectativa é o horizonte. A primeira diz respeito à aglomeração de experiências ao longo do passado, que formam diferentes camadas temporais, chamadas de estratos do tempo, que ocorrem simultaneamente no presente de forma desordenada, não-linear e não cronológica. A segunda relaciona expectativa às ideias de futuro e de possibilidades, no qual são estabelecidos limites, pois não podem ser vividas e experienciadas no momento em que foram criadas. “Horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado”, em: *Idem*, p. 311.

mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem⁶⁵⁹.

Como discorre Paul Ricoeur, tendo em conta o carácter temporal da narrativa, bem como as categorias meta-históricas de espaço de experiência e horizonte de expectativa conceituados por Reinhart Koselleck, entende-se que as narrativas nacionais — como também já referenciado no capítulo 2 — são mecanismos discursivos que realizam a função de engendrar sentimentos de pertencimento e modos de expressão. Elas não correspondem a simples reflexos das expressões nacionais, mas atuam como dispositivos discursivos de invenção e imaginação coletiva.

Dessa forma, propõe-se analisar essas narrativas nacionais considerando como condição da sua existência a sua relação com o tempo e suas categorias meta-históricas na observação das suas estratégias discursivas. Ou seja, pesquisar-se-á a forma como os autores das obras que seguem utilizaram os elementos dos espaços de experiência da história e memória do Brasil Colônia e Império para a construção dos horizontes de expectativas do país, a partir das suas concepções sobre o presente, que era a Primeira República. Ressalta-se, alinhado às ideias de Koselleck, que a edificação desses elementos de cada categoria é um processo que tem como premissa seu engendramento em sociedade.

Antes de iniciar a análise *per si* das narrativas nacionais, é imperioso destacar o debate no campo intelectual brasileiro, que reverberava também no português, a respeito da presença portuguesa tanto nos espaços de experiência quanto nos horizontes de expectativa na formação da identidade nacional do país. As heranças, a história, a memória, a perspectiva sobre o vínculo cultural e intelectual e a presença dos imigrantes portugueses no Brasil foram temas tratados por escritores, historiadores, sociólogos e intérpretes do país. As narrativas nacionais representaram, também, a possibilidade de debate entre a lusofilia e a lusofobia, protagonizados pela elite intelectual brasileira e

⁶⁵⁹ Koselleck, Reinhart. (2015). *Futuro Passado...*cit, p. 309 e 310.

portuguesa e foram, no século XX, o resultado de um confronto histórico entre as partes.

Como já destacado nos primeiros capítulos dessa tese, a dicotomia de opiniões sobre as relações entre Portugal e Brasil surgiu ainda no momento da colonização, estimulada pelas divergências entre reinóis e colonos. No entanto, o desenvolvimento de uma posição sobre a herança lusa, como elucida Carlos Fino, consolidou-se na fratura da elite aquando da implantação da Corte no país, em 1808.

Na sequência da revolução liberal de 1820, no Porto, as Cortes liberais quiseram recentralizar o Império português em Lisboa, insistindo para o regresso do Rei, as camadas mais jovens da classe média urbana do Rio de Janeiro e em particular as que haviam ascendido e ganhado posições no funcionalismo público movimentaram-se rapidamente para preservar os privilégios adquiridos, passando a contestar fortemente as suas raízes portuguesas. Por seu turno, os círculos mais próximos do Rei - o alto funcionalismo da administração pública e das forças armadas, cujos cargos eram privilégio exclusivo da nobreza reinol - mantiveram-se, como seria de esperar, fiéis à herança lusa⁶⁶⁰.

A partir daí, a elite dividiu-se em Coimbrãos, com referência à Universidade de Coimbra, e Brasilienses, grupos antagônicos que apesar de terem a mesma formação e a mesma identidade cultural, assumiram narrativas diferentes sobre Portugal, com o objetivo de protegerem seus interesses pessoais frente ao momento político. O desprezo e a relação entre o passado e o atraso nasceram nesse contexto, mas foram ao longo do tempo — como demonstrado nos capítulos iniciais — desenvolvendo novas roupagens e absorvendo novas concepções sobre Portugal e os portugueses.

Diversos pensadores dos campos político, literário, historiográfico — entre eles alguns já destacados nesse trabalho —, como Álvaro Bomílcar, Raul Pompeia, Manoel Bonfim, Antônio Torres e Alcebíades Delamare, mostravam as suas posições antilusitanas, que foram exacerbadas com o pensamento republicano e, mais especificamente, com o jacobinismo. Alguns desses autores utilizavam como referência obras de portugueses como Alexandre Herculano, Antero de Quental e Oliveira Martins, que refletiram sobre as heranças deixadas por Portugal, a gerar uma relação perniciosa entre essas nações.

⁶⁶⁰ Fino, Carlos. (2019). *Raízes do estranhamento: a (in) comunicação Portugal-Brasil*. (Tese de Doutorado). Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. p. 319.

No outro lado do campo da interpretação brasileira, desenvolveu-se desde Varnhagen e do estímulo ao pensamento nacional do IHGB, a corrente lusófila, a oportunidade para explicar a formação da nacionalidade miscigenada como otimização do ser humano. As três etnias, o português, o indígena e o africano, formavam, por excelência, a diversa e original sociedade brasileira que herdava a melhor parte de cada uma das três raças. Do português, o brasileiro provinha “coragem e tenacidade, perseverança e trabalho constante”⁶⁶¹. Para os lusófilos, o Brasil deve aos portugueses a grandeza da terra, o espírito de pátria e a opulência da nacionalidade, pois conseguiram construir um grande país, com unidade, integridade e prosperidade.

A grandeza da nossa nacionalidade tanto enaltece o patriotismo dos brasileiros como justifica o orgulho dos lusitanos, e o sentimento do nosso remoto passado, com os seus heroísmos, as suas gloriosas tradições, os seus sacrifícios, e as suas virtudes é indispensável a continuidade da nossa historia e á permanência da unidade nacional⁶⁶².

No embate simbólico, foram criados diversos grupos, associações, parcerias, institutos e espaços de opinião que tinham como finalidade a discussão valorativa sobre a influência portuguesa no Brasil. Nos capítulos anteriores, foram destacados os movimentos lusófobos como a Ação Social Nacionalista e a Propaganda Nativista, bem como os jacobinos e os jornais e revistas com caráter antilusitano. Da mesma forma e no mesmo período, surgiu uma variedade de movimentos lusófilos como a Confederação Luso-Brasileira, as instituições, como o próprio IHGB, e os Reais Gabinetes Portugueses de Leitura, como também publicações, a exemplo, a Revista Atlântida e América Brasileira e autores como João do Rio, Carlos Malheiro Dias, Olavo Bilac e Graça Aranha.

A seguir, serão analisadas obras que revelam a aversão, o desprezo e o ressentimento em relação a Portugal e aos portugueses como interpretações do nacionalismo brasileiro.

6.1 Prefácio de *Festas Nacionaes (1893)*, por Raul Pompeia

⁶⁶¹ Carvalho, Elysio. (1922). *O libello nativista contra os portugueses*. America Brasileira. Anno I, n. 8. Julho. p. 11.

⁶⁶² Idem, p. 12.

O autor do prefácio da obra de Rodrigo Octávio, Raul Pompeia⁶⁶³, faz um elogio à forma como o escritor do livro destaca as festas consideradas da nação. Para Pompeia, a obra tem elevada relevância, visto que mostra um aspecto pouco explorado sobre a consolidação dos elementos nacionais, especificamente sobre as celebrações patrióticas. O argumento dos autores é que as festas nacionais não são motivo para júbilo e comemoração, pois são representações de como o Brasil foi vencido pelo seus ex-colonizadores. A importância da obra cresce ao fato de que os pensadores sobre o país que não perscrutaram tais condições e contextos como os realizados por Rodrigo Octávio, afinal estão eles “confundidos e hesitantes em frente aos problemas”⁶⁶⁴. Segundo o autor do prefácio, obras como a que apresenta são de extrema importância para uma visão real e analítica sobre o país, ainda não realizada no campo intelectual.

Raul Pompeia, a partir da tese de Rodrigo Octávio, atribui a Portugal, e mais especificamente à Família Real, a sensação de dominação, de derrota e de atraso que simbolizam as festividades patrióticas. O autor considera que há no Brasil uma aversão à República por parte do pensamento conservador lusófilo, uma vez que esse sistema de governo foi o primeiro, até então, a intencionar a emancipação política e econômica nacional em relação ao eurocentrismo.

Os conservadores, segundo Raul Pompeia, são a “conspiração permanente contra o advento na burguesia do proletariado nacional,

⁶⁶³ Raul Pompeia foi um escritor brasileiro que se destacou pelas obras *O Ateneu* (1888), que representava o único romance impressionista da literatura brasileira. Sua atuação como jornalista e intelectual foi marcada por divergências em relação ao pensamento dos grupos em que participava. Era abolicionista e republicano, defendia a figura e o governo de Floriano Peixoto e, por isso, rompeu muitas vezes com outros letrados. Tinha um caráter impávido e ousado na escrita, nas opiniões e nas relações sociais. Os conflitos estimulados por suas ideias políticas implacáveis levaram a uma intensa discussão com seus amigos pessoais Olavo Bilac e Luís Murat. As constantes divergências com os meios intelectuais da época traziam desconforto emocional ao autor, que em 1895 cometeu suicídio. Enquanto seus romances ganhavam repercussão nacional e eram comparados a autores referência na literatura e nas artes, como Sílvio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior, suas posições político-ideológicas — expressadas em prefácios, artigos de opinião e cartas — mostravam sua rigidez de pensamento sobre os futuros e a necessidades da nação. Em: Braga-Pinto, César. (2018). *A violência das letras: amizade e inimizade na literatura brasileira, 1888-1940*. Rio de Janeiro: Eduerj.

⁶⁶⁴ Pompeia, Raul. (1893). Prefácio. Em: Octávio, Rodrigo. *Festas Nacionaes*. Rio de Janeiro: Livraria Internacional. p. 2.

perpetuamente repellido das carreiras de futuro”⁶⁶⁵. São eles os representantes políticos dos portugueses no Brasil, que acreditam no retorno do jugo, da dependência e da colonização. Também são eles os responsáveis pela continuidade do:

preconceito de côm, que o brasileiro desconhece, porque este preconceito é uma arma de sua sornateira política de demolir. [...]. São elles os inventores e propaladores da teoria corrente e funesta de que o commercio não tem patriotismo, porque o commercio delles não quer ver patria aqui. São elles os inspiradores do negativismo de descrença que é a psychologia de grande numero de nossos políticos e alguns desgraçadamente de certo vulto. [...] É a intervenção inconfessada desse partido, em apparencia neutro, o grande obstáculo da organização republicana; que tem levado ao desespero e a morte Benjamin Constant e Deodoro da Fonseca; que dominando inteiramente dos pontos estratégicos da centralização política e commercial, qual entre nós existe, dominando inteiramente o paiz, alimenta ainda agora pela desordem económica, pelo desenfreado furor de ganho, a inquietação popular, que agora ainda nos cansa como uma febre⁶⁶⁶.

O partido conservador e suas ações são reputados por Pompeia como a enfermidade do civismo brasileiro, pois protagonizam a construção de uma narrativa hostil aos próprios brasileiros, ainda não desvendada e desmascarada pelos analistas e sociólogos do Brasil. O autor define que no período republicano, seu momento de fala, há no país um poderoso eleitorado sem voto — os imigrantes portugueses —, capaz de dominar a imprensa, o comércio e a indústria. Esses estimulam os motins e as manifestações políticas e interferem diretamente nas decisões da administração pública nacional. Há, ainda, os portugueses que não atuam diretamente na política, mas protagonizam as principais deliberações e providencias que modificam a vida dos brasileiros. A colônia portuguesa no Brasil é, portanto, a representação dos conservadores que não possuem a preocupação de conservar o país em busca de melhorias futuras.

Por isso, Pompeia afirma a importância do livro que prefacia como uma das escassas obras que revelam a necessidade da discussão sobre a nação a partir dos verdadeiros analistas nacionais, ressaltando que o principal mérito do trabalho de Rodrigo Octávio “é no que se refere em particular à evolução da nossa grandeza nacional”⁶⁶⁷. Destacam-se, assim, as “estratégias narrativas em

⁶⁶⁵ Idem, p. 18.

⁶⁶⁶ Idem, p. 20 e 21.

⁶⁶⁷ Pompeia, Raul. (1893). *Prefácio...*cit, p. 1.

espaços de experiência” e “horizontes de expectativas” utilizadas por Pompeia na formação da sua posição discursiva no contexto identitário nacional.

6.1.1 Espaços de experiência

Raul Pompeia explica que o leitor, ao imaginar o livro, pensa que vai se deparar com uma descrição de sucessos, troféus e coroas, com uma jornada de triunfos sobre a consolidação da nacionalidade brasileira. No entanto, o que diferencia a obra é justamente o contrário, já que o quadro histórico brasileiro representado pelas festas da nação mostra “a cruel afirmação da pátria vencida” de uma “nação proibida de ter júbilos”⁶⁶⁸. O autor argumenta que as revelações da obra indicam como o Brasil ainda sofre para alcançar a sua soberania, mostrando que a sua história, revelada mediante lembranças nacionais, demonstra as dificuldades do país para conquistar sua total independência em relação à ex-metrópole.

As festas prefaciadas por Raul Pompeia, como mais importantes a serem destacadas, são: 21 de abril, dia de Tiradentes; 7 de setembro, dia da Independência; 13 de maio, abolição da escravidão; e 15 de novembro, proclamação da República.

A primeira data é avaliada como uma vitória da tirania, por meio da dispersão dos revolucionários patriotas e do sacrifício do justo Tiradentes. Ou seja, a comemoração faz referência a perda dos nacionalistas que desejavam a emancipação do país em relação à Portugal, culminando na morte do homem que foi símbolo da luta da Inconfidência Mineira. O acontecimento ficou marcado na memória do brasileiro como uma das primeiras revoltas que representaram a luta, física e das mentalidades, contra os desmandos da metrópole, e, por isso, configurou-se como um dos primeiros projetos de emancipação e formação da identidade nacional brasileira. No entanto, Pompeia explica que Rodrigo Octávio destaca que essa característica falseia a percepção memorial, afinal, esse grupo foi derrotado e a emancipação política ainda demorou décadas para acontecer.

⁶⁶⁸ Idem, p. 4.

O dia, portanto, para os autores, refletem mais uma perda do processo de desvinculo dos brasileiros em relação à Portugal.

Sobre a segunda data, Pompeia revela ser o “sophysma da libertação, pela astucia baixa e simples de um autocrata grosseiro”⁶⁶⁹, uma falácia organizada por Pedro I, que foi desmascarada pelos eventos que seguiram ao grito do Ipiranga, como o empréstimo que Portugal contraiu com a Inglaterra pago pelo Brasil e a instauração do Império, com características de um “absolutismo autoritário, violento e dissoluto”⁶⁷⁰. A independência, para Pompeia, foi uma ilusão, um delírio, uma mentira ensejada pela corte para enganar os brasileiros e, efetivamente, dar continuidade ao domínio e jugo do Brasil em relação a Portugal. Em nome dela nota-se o derramamento de sangue de patriotas massacrados nas revoluções separatistas — inspiradores das aspirações republicanas — ao longo do Primeiro Reinado.

Por sua vez, o 13 de maio, o suposto dia da libertação dos escravos, de acordo com o autor, é mais uma comemoração simbólica do Brasil vencido, pois em nome do sagrado princípio da justiça — que não foi de fato alcançado, dado que foi feito sem considerar a vida desses novos trabalhadores livres —, tinha como real intenção ferir a classe com mais poder na nação, os senhores de terras. Essa classe poderosa foi enganada pelos colonizadores — que o autor, sarcasticamente, os referencia como civilizadores, seguido de um ponto de interrogação — que os ensinaram que por meio da instituição de um sistema de trabalho indigno era possível progredir economicamente, no entanto, esse sistema manteve os abismos sociais e econômicos entre as classes. A abolição era uma forma da corte portuguesa retirar o poder da única classe brasileira que tinha capacidade de lutar pela emancipação.

Por último, o autor referencia o 15 de novembro como data complementar ao 24 de fevereiro, dia da promulgação da primeira Constituição Republicana no Brasil, pois acredita que o período constitucional foi aquele que de fato permitiu o fim do vínculo político com Portugal, por meio da extinção do Poder Moderador e com o fim dos foros de nobreza. O autor afirma que só interessa estudar o 15 de novembro sob o seu aspecto teórico-histórico de emancipação, afinal, “as

⁶⁶⁹Idem, p. 5.

⁶⁷⁰Idem.

transidas amarguras que caracterizam a hora presente, não nos garantem definitivamente como fastos de gloria consummada”⁶⁷¹. O espírito histórico da chamada Revolução de Novembro, no entanto, representou no passado a esperança por parte dos brasileiros de uma nova era. Rodrigo Octávio afirma que as ideias de república se configuraram, ainda no período colonial, como “o balucio da alma brasileira na sua mais remota infância”⁶⁷², mas que ainda não estavam constituídos os elementos de resistência pátrios que permitiram sua efetivação. Raul Pompeia sintetizou o momento como: “todos os ímpetos da vitalidade histórica do nosso passado; resume numa só tormenta demolidora todas as dispersas auras de esperança que um dia respirarão os mais dilectos filhos desta terra”⁶⁷³.

Os comentários realizados por Raul Pompeia a respeito das datas destacadas na obra de Rodrigo Octávio demonstram o porquê dessas festas não poderem ser comemoradas de forma prazerosa. Segundo Raul Pompeia, tais lembranças serão sempre símbolos das derrotas da pátria por conta das reações dos antigos colonizadores. A única data que é vista como uma possibilidade efetiva na construção do projeto de Brasil definitivamente independente — ainda que vinculado, principalmente economicamente, aos portugueses pela presença dos imigrantes — é a proclamação da República, mas pensada apenas conjuntamente com a sua normatização legal pela Constituição de 1891. O autor imputa aos portugueses a responsabilidade pelo não desenvolvimento da nacionalidade brasileira, pela forma deturpada na qual se desenvolveu o patriotismo brasileiro.

Nesse sentido, a única forma de rememorar as festas da nação é por meio do ressentimento e da revolta que caracterizam a construção do sentimento patriótico brasileiro. Tal circunstância que distingue a comoção em relação às festas nacionais, deve-se ao “drama moroso” pela qual a sociedade brasileira passou para promover a sua libertação, que ainda não findou de forma definitiva. Por isso salienta que “a história toda do heroísmo brasileiro, a tradição dos

⁶⁷¹ Pompeia, Raul. (1893). *Prefácio...*cit, p. 6.

⁶⁷² Octavio, Rodrigo. (1893). *Festas...*cit. p. 173.

⁶⁷³ Pompeia, Raul. (1893). *Prefácio...*cit, p. 9.

matyrios é a convulsão precursora de um difficil advento. E esta lucta ainda hoje se prolonga”⁶⁷⁴.

Culpabiliza D. Pedro II pela anulação do caráter nacional, desestimulando a formação de diferentes classes que poderiam fortalecer a sociedade e política brasileiras e acabar com a dependência e dominação por parte de Portugal. “Foram 50 anos de inércia e abandono”, uma “inépcia benigna”⁶⁷⁵ que dominou a classe dos agricultores por meio da abolição e que estimulou a organização dos estrangeiros no comércio e indústria do país, ao invés de fortalecer as capacidades dos brasileiros de se movimentarem nesses setores. D. Pedro II, conforme afirma o autor, comprou a manutenção e a paz do seu reinado hipotecando o futuro da pátria aos escravocratas e aos portugueses. “O estrangeiro, sem zelos de pátria, seria pelo throno, por amor do monopólio das especulações mercantis.” O autor, em nota de rodapé, argumenta que a intenção imperial em manter a dependência e a tutela financeira, industrial e comercial em relação a Portugal, pode ser confirmada pela crise portuguesa iniciada após a proclamação da República no Brasil. De acordo com Pompeia, a crise foi provocada pelo fim do envio de remessas “pecuniárias a mãe pátria da parte dos caros filhos emigrados para o Brasil”, confirmando que a “política imperial brasileira era no fundo — portuguesa — e cuidava pouco de emancipar o Brasil [...]”⁶⁷⁶.

Sobre a reação dos brasileiros em relação ao que Raul Pompeia considera a consagração da “fortuna e esforço pessoal por gloria de um estandarte de entrudo” dos “festejadores de Camões e do Marquez de Pombal”⁶⁷⁷, o autor afirma não ter sido possível tal resistência pela falta de uma imprensa livre no Brasil, que de fato representasse a população brasileira para descortinar as ideias do conservantismo. A imprensa não revelava os abusos que causaram os *déficits* no Segundo Reinado, pois era espaço de divulgação dos “mais graves instintos conservadores em pamphleto”⁶⁷⁸.

⁶⁷⁴ Idem.

⁶⁷⁵ Idem, p. 11.

⁶⁷⁶ Pompeia, Raul. (1893). *Prefácio...*cit, p. 13 (nota de rodapé).

⁶⁷⁷ Idem, p. 19. As celebrações de Camões e de Pombal realizaram-se, respetivamente, em 1880 e 1882.

⁶⁷⁸ Idem, p. 16.

Em análise, deduz-se que a intenção de Raul Pompeia em utilizar os espaços de experiência referentes ao Brasil colonial e imperial é a de demonstrar que o passado do Brasil vinculado a Portugal e à Corte portuguesa é a fonte das mazelas que permaneciam no período republicano. Para o autor, o não desenvolvimento do patriotismo e do nacionalismo brasileiro, confirmado pelo viés historiográfico dado às festas nacionais, deve-se aos sistemas de governo anteriores à República, que estimularam a dependência e o jugo do país em relação à antiga metrópole, tanto politicamente quanto economicamente. Tais sistemas de governo e pensamento afetaram de forma contundente o sentimento de pertença dos brasileiros em relação à sua pátria.

Nesse contexto, reforça o argumento de que as datas com importância histórica para o Brasil não devem ser comemoradas, mas apenas lembradas com intuito de reavaliar a ligação perniciosa brasileira a Portugal. Tal estratégia narrativa fortalece a construção discursiva que explora a próxima categoria histórica analisada: os horizontes de expectativa.

6.1.2 Horizontes de expectativa

Raul Pompeia, apesar de lamentar-se pelo não desenvolvimento da independência e da insubmissão, afirma ter esperança na mudança da realidade do país no futuro. Acredita haver algo animador na série de desastres que revelam a história brasileira, que trata da própria conscientização da sociedade a respeito dos desmandos de Portugal, levando a alteração de postura e ao desenvolvimento da ideologia identitária e nacionalista. Por isso, explica que “na sucessão das gloriosas derrotas, vamos [os brasileiros] sendo cada vez menos derrotados”⁶⁷⁹. Ou seja, a despeito do que ele considera ser o caráter sombrio, mas necessário, da obra, que mostra os aspectos negativos das festividades nacionais, há o desvelamento da relação tóxica entre os países, capaz de estimular mudanças de paradigmas por meio da compreensão e do entendimento sobre a história do país. O autor nomeia esse movimento

⁶⁷⁹ Pompeia, Raul. (1893). Prefácio...*cit*, p. 7.

intelectual de reconhecimento das mazelas nacionais pelo processo de “explicação patogénica do mal”⁶⁸⁰.

A partir do contexto geral de atribuição das mazelas nacionais às experiências da colonização, às más decisões dos imperadores e à presença massiva do imigrante português no comércio e indústria brasileiros, Pompeia sugere que a condição mínima para o desenvolvimento do patriotismo é a transformação definitiva da situação nociva do Brasil no momento presente da sua fala.

Dessa forma, o autor afirma ter o desejo que a obra se torne uma mola propulsora para uma manifestação, inclusive, se necessário, armada, que tem como objetivo claro encerrar as relações entre Brasil e Portugal. Para ele, a ligação entre os países é funesta e incentiva a dependência, não permitindo o progresso nacional. Esse momento deverá ser chamado de terceira revolução, pois terá como princípios recuperar a dignidade econômica, permitindo a verdadeira consolidação da nação brasileira. E conclui:

eu desejara, ardentemente, meu amigo, que o seu livro, onde existe o frémito de tanta espontaneidade generosa, o seu livro que tão pungentemente estampa em gravura de sangue a imagem atormentada da Pátria e que tanto espera, não obstante, o seu honrado e raro compêndio de civismo e de história, marcasse o primeiro golpe ao último combate da nossa emancipação; acendesse nos corações para o protesto vencedor e flamma do ódio vivificante. Do ódio em nome do Brasil: não do ódio mau que offende e victima — do ódio que reage, do ódio que reivindica, do ódio que redime, do ódio pela justiça, do ódio santo que é apenas uma forma militante de amor⁶⁸¹.

Raul Pompeia define, portanto, que o horizonte de expectativas deve ser formado por meio do rompimento definitivo das relações nefastas entre Brasil e Portugal, que identificavam e caracterizavam os espaços de experiência brasileiro antes da proclamação da República. Essas relações devem ser encerradas mediante luta armada⁶⁸², com a força do ódio, inviabilizando a vinda

⁶⁸⁰ Idem, p. 8.

⁶⁸¹ Idem, p. 23.

⁶⁸² O autor sugere que para encerrar a submissão que o Brasil tem em relação à Portugal e seus representantes, o Partido Conservador, era necessária uma revolução. O motim tinha que lutar pela “dignidade econômica”, uma “lição e aviso salutar às consciências honestas, extraviadas e trahidas”. Possivelmente, o autor aqui se referia, simbolicamente, a protestos contra as decisões sobre as políticas econômicas do país tomadas pelos conservadores. No entanto, refere-se, nominalmente, à luta armada, podendo vincular os protestos a movimentos, se necessários que extrapolem as palavras de ordem e usem da força armada para conquistar suas reivindicações. Nesse sentido, expõe: “eu desejara, ardentemente, meu amigo, que o seu livro, onde existe o frémito de tanta espontaneidade generosa, o seu livro que tão pungentemente estampa em gravura de sangue a imagem atormentada da Pátria e que tanto espera, não obstante, o seu

de portugueses para o Brasil e a interferência nas tomadas de decisões políticas da colônia portuguesa no país. O horizonte de expectativas de Pompeia reflete a necessidade de afirmação da passagem do passado catastrófico para o futuro esperançoso a partir da mudança. Revela, assim, a sua estratégia narrativa que expõe o caos vivido anteriormente para dispor a solução em nome da melhoria do país por instrumento do discurso lusófono e nacionalista.

6.2 *América Latina: males de origem* (1905), de Manoel Bonfim

Manoel Bonfim foi médico e intelectual brasileiro que se destacou, dentro da corrente de pensamento nacionalista do seu tempo, por pensar o país pelo aspecto diferente do naturalista, em que eram valorizadas as explicações referentes ao meio e às raças para justificar o desenvolvimento e os progressos sociais⁶⁸³. O pensador foi um contestador das teorias raciais, climáticas e geográficas da geração modernista de 1870 e criticou a transposição das categorias biológicas ao estudo social.

Sua inovação foi tratar as especificidades dos processos históricos e das relações sociais das nações envolvidas na construção da América Latina, propondo a extinção de uma visão eurocêntrica e determinista sobre essas

honrado e raro compendio de civismo e de história, marcasse o primeiro golpe ao último combate da nossa emancipação; acendesse nos corações para o protesto vencedor a flamma do odio vivificante. Do odio em nome do Brasil: não do odio mau que offende e victima — do odio que reage, do odio que reivindica, do odio que redime, do odio pela Justiça. Do odio santo que é apenas uma forma militante de amor”. Em: idem.

⁶⁸³ Manoel Bomfim, além de médico e historiador, também foi pedagogo e sociólogo e, por isso, era um defensor da educação pública como meio de emancipação e edificação da sociedade democrática brasileira. Antecipou pensamentos da psicologia e da sociologia como os de Vigotski e Piaget, mas também de Ernst Bloch e Antonio Gramsci em sua interpretação social. Sua denúncia ao racismo científico gerou intensas polêmicas nos espaços intelectuais brasileiros e levou a rugas, inclusive de cunho pessoal, com renomados pensadores da nação como Oliveira Vianna e Sílvio Romero. Considerado um pensador rebelde e humanista, suas ideias foram reavivadas no meio científico, principalmente por Darcy Ribeiro, que o considerava revolucionário, já que pensava diferente dos seus contemporâneos, era a favor da educação e contra as verdadeiras raízes do atraso e do desenvolvimento da sociedade democrática e integradora. Era, para Manoel Bonfim, a partir de uma revolução nos moldes mexicanos, que nasceu no seio da população e das classes mais baixas, e por meio da educação, a ideia de que seria possível obter mudanças sociais, econômicas e políticas necessárias ao progresso do país. Em: Piori, Angelo; Domingos, Vanessa. (2018). A utopia de Manoel Bonfim. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 9, v. 96. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42288>>. Acesso em junho de 2022.

regiões, por meio da edificação de uma reforma educacional e moral para o desenvolvimento desses países. Apesar de utilizar-se de metáforas da zoologia — referenciando a relação parasitária entre colônia e metrópole —, propôs a explicação dos fenômenos sociais por intermédio da historicização dos processos. André Botelho explica como, no plano metodológico, o autor afirma sua posição a favor da autonomia cultural do país:

a análise de Bomfim, seguindo o próprio influxo do tempo, insere-se naquela tradição dos diagnósticos sobre o Brasil geralmente circunscrita ao paradigma da dependência cultural, já que em função do seu próprio tempo e contexto social lhe faltariam alguns dos instrumentos necessários e decisivos para constituir, também nesse plano, uma efetiva ruptura. Como recusa tanto uma explicação racial quanto outra estritamente psicológica, Manoel Bomfim interpreta o atraso brasileiro em função do que sugere constituir as “causas históricas” dessa condição: o “parasitismo” de uma nação sobre outra e, internamente, de uma classe social sobre outra⁶⁸⁴.

Para o autor, o pensamento nativista e determinista europeu, que era a opinião corrente sobre o futuro da América Latina, era danoso e nefasto, pois levava a população desses locais à inércia e ao desânimo perante as mudanças necessárias em prol do progresso. A opinião pública europeia sobre esses países, segundo ele, não representa o pensamento sábio, civilizado e laborioso, supostamente característico desse continente. Na tentativa de explicar e traduzir uma realidade não conhecida pelos contextos europeus, a sociedade europeia faz uma má tradução e interpretação dos organismos sociais latino-americanos. Mas, tal condenação, por parte dos intelectuais europeus, tem duas causas definidas, de acordo com Manoel Bomfim:

a causa afetiva, interesseira; e uma causa intelectual — a inteira ignorância das nossas condições e da nossa história social e política, no passado e no presente. Esta é uma verdade que se reflete em cada conceito com que se nos acabrunham⁶⁸⁵.

Para estimular, de fato, a sociedade desses países a se desenvolverem, é imperioso, primeiramente, que elas conheçam os seus passados, como forma não de determinar os seus futuros, mas de trazer luz sobre os pontos de progressão e de melhoria a serem implementados. A sua obra, afirma o autor, é proveniente de um sentimento patriótico e nacionalista, de “amor de um brasileiro

⁶⁸⁴ Botelho, André. (2003). Na contracorrente do naturalismo: relações sociais na interpretação do Brasil de Manoel Bomfim. *Temáticas*, vol. 11, n. 21, p. 86.

⁶⁸⁵ Bomfim, Manoel. (2008). *A América Latina: males de origem* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 6. (A primeira edição foi finalizada em 1903, mas publicada apenas em 1905).

pelo Brasil”, que quer ver o seu povo próspero e livre. “A pátria é um sentimento e é um fato; pois que nos sentimos fazer parte de um meio social, temos uma pátria, fora de qualquer pensamento exclusivista, fora de qualquer preocupação agressiva”⁶⁸⁶, sublinha o autor.

6.2.1 Espaços de experiência

O autor inicia seus argumentos por meio da construção de uma analogia entre os organismos vivos e as sociedades para explicar as relações entre as metrópoles e as colônias latino-americanas. Segundo ele, ambos dependem dos seus meios, das condições dos lugares em que estão inseridas e também das condições do tempo nas quais se constituem. Dessa forma, é necessário estudar os motivos pelos quais cada nacionalidade apresenta determinada condição a partir dos seus antecedentes históricos. Manoel Bonfim reflete que “uma nacionalidade é o produto de uma evolução; o seu estado presente é forçosamente a resultante de ação do seu passado, combinada à ação do meio”⁶⁸⁷.

As nacionalidades sul-americanas, apesar de terem todas as razões para serem fortes, por exemplo os meios nas quais são constituídas, se apresentam como débeis e perturbadas desde o seu nascimento, pois possuem um retardo na sua evolução e na sua constituição. Nos seus passados residem, portanto, as origens de tais perturbações. Manoel Bonfim confirma essa informação, a afirmar que os males são os mesmos em todas elas, visto que elas foram formadas nas mesmas condições, pelos mesmos processos, possuem antecedentes comuns e, por consequência, os sintomas são os mesmos. Entre esses atrasos, há alguns gerais, como: a desorientação, o desânimo, a falta de atividade social, o mal-estar em todas as classes, a irritação constante e a fraqueza.

Voltando à referência da analogia dos organismos vivos, o autor cita um parasita específico, chamado de *Chondracanthus*, que nasce como crustáceo e depois do seu desenvolvimento, ao alcançar a fase adulta, o animal involui

⁶⁸⁶ Idem, p. 2.

⁶⁸⁷ Idem, p. 8.

tornando-se um verme⁶⁸⁸. A teoria de Manoel Bonfim é que o parasitismo foi a causa da inferioridade e degradação do organismo. Com esse exemplo, ele destaca o desenvolvimento dos países metropolitanos após os períodos de colonização nas américas, como Portugal e Espanha⁶⁸⁹. Segundo o autor, tais metrópoles deixaram de se desenvolver após a independência das suas colônias e, assim como o animal, iniciaram, após o processo parasitário, sua decadência.

O autor começa por fazer considerações sobre os povos colonizadores. Inicialmente, revela o caráter guerreiro e as tendências depredadoras desses povos, que os levaram a não serem habituados ao trabalho pacífico. Isso se deve aos onze séculos de guerra constante e generalizada pelos quais passou a Península Ibérica.

Tornou-se um regime normal; e era fatal: porque estava nos hábitos da época, porque os ódios e as vinditas estimulavam a isto, porque a perversão dos instintos guerreiros leva invariavelmente os povos belicosos a se fazerem depredadores, e, finalmente, porque o trabalho normal, pacífico, era quase impossível. [...]. É mister trabalhar para haver o que comer⁶⁹⁰.

O pensamento desses povos ibéricos, para o autor, era só um: conquistar o mundo, porque se habituaram a viver dos frutos das conquistas, porque não sabiam outra atividade a não ser guerrear, já que — com o árabe também depredador — tomaram gosto pelo luxo e pela riqueza facilmente adquirida pelos saques, tendo a vergonha do trabalho sedentário e enaltecendo o ideal absorvente e exclusivo das glórias guerreiras e dos ardores místicos.

Especificamente sobre as conquistas portuguesas no Oriente, Manoel Bonfim destaca os aspectos mais evidentes desse processo: “saqueamento sem objetivo, a rapina, a pirataria e parasitismo depredador”⁶⁹¹. Análogo a essa

⁶⁸⁸ Sobre o parasita, o autor explica: “fixado ao animal que o nutre, o *Chondracantus* resume toda a atividade vital em sugar a seiva nutritiva, que ele já encontra elaborada, pronta a ser assimilada e apropriada para a nutrição íntima dos tecidos, e em reproduzir-se. Estudando, porém, a sua evolução completa, notaram os naturalistas um fato anômalo: que, nos períodos de vida embrionária e larvar — quando a sua organização deverá ser mais simples ainda — ela é exatamente muito mais complexa e perfeita. Em estado adulto, o animal não apresenta nem órgãos locomotores livres, nem tegumento protetor, nem centros nervosos desenvolvidos, nem órgãos sensoriais, nem aparelho digestivo completo; no entanto, no estado larvar, existem todos estes órgãos e aparelhos; depois, à medida que o animal se vai desenvolvendo em volume, eles se atrofiam, desaparecem”. Em: idem, p. 21.

⁶⁸⁹ Lembra-se que a América Central e Meridional foram colonizadas pelas Coroas portuguesa e de Castela, não o país espanhol como destaca o autor. No entanto, mantém-se a terminologia do autor, que deve ter como objetivo enfatizar e atribuir as ações negativas aos países ibéricos.

⁶⁹⁰ Idem, p. 40.

⁶⁹¹ Idem, p. 58.

perspectiva portuguesa nas Índias, ocorre o processo de conquista na América pela Espanha. A busca por riquezas nesses continentes era o guia das grandes navegações e as diferenças que determinavam as conquistas do Novo Mundo e do Oriente é que na última as riquezas acumuladas eram muito maiores, e que a Espanha

têm um estomago mais vasto que o de Portugal. Este não chegou a devorar, a consumir a presa inteiramente; com o excesso e a fartura viu-lhe a decadência degenerativa, e a vítima caiu-lhe dos dentes fouxos e gastos, arrebatada por outros, antes que ele se estendesse sobre ela para viver na moleza das tênia ou dos *Chondracanthus*. [...]. Não se creia, porém, que os espanhóis sejam mais vorazes que os outros — o gênio, o pensamento, é o mesmo⁶⁹².

Com isso, o autor afirma que findado o processo de parasitismo heroico, — de conquista e saqueamento das riquezas — inicia o sedentarismo, regime que acentua a decadência e que a degeneração transparece. Em Portugal, Manoel Bonfim destaca que a passagem para o sedentarismo foi mais complexa que a espanhola, visto que o país era pequeno demais para a terra que tentava conquistar (as Índias). Assim, os lusos não puderam se defender, pois a involução do país já estava em curso. Ainda assim, Portugal não deixou de viver sob a ordem parasitária com suas colônias no Brasil e na África. O primeiro foi destino dos degredados e dos fidalgos, “mal aquinhoados na partilha do Oriente”⁶⁹³, e o segundo serviu de celeiro para a busca de escravos trabalhadores no Brasil.

Com as conquistas, o parasitismo se normalizou nas nacionalidades ibéricas, inseriu-se nos costumes e começou a fazer parte do cotidiano, apresentando-se como algo natural na vida desses povos. Com essas inferências, o autor acredita ter apresentado exaustivamente os motivos para a degeneração desses organismos sociais. A degeneração decorrente do parasitismo dessas sociedades manifestou-se em todos os gêneros de atividades, pois as suas classes dominantes — aquelas mais beneficiadas pelo processo — não possuem o objetivo de evoluir, mas apenas querem conservar as circunstâncias que lhes são interessantes. Tal situação gera a estagnação política e social e

⁶⁹² Idem, p. 59.

⁶⁹³ Idem, p. 64.

estimula a degradação e o retrocesso sistemático, também dos costumes e na intelectualidade.

Assim, quando começa a colonização na América, os países ibéricos já eram parasitários e, por isso, possuem apenas um objetivo com as novas colônias: “garantir o máximo de tributos e extorsões”⁶⁹⁴. O autor destaca que as classes dominantes recebiam as terras e escravizaram os índios e, posteriormente, os negros africanos para cavar a mina ou lavrar a terra. Com esse sistema de trabalho, estabeleciam a forma de parasitismo social mais completa.

Do ouro tira-se o quinto para a metrópole; tributa-se o açúcar, monopoliza-se o comércio; e corre para a mãe-pátria um caudal de riqueza. Todo mundo vive dessa riqueza, ou diretamente — explorando na colônia o trabalho escravo, ou indiretamente sobre o Estado; não se compreendia viver de outra forma⁶⁹⁵.

Nesse momento, destaca-se, portanto, a transição do parasitismo depredador para o sedentário, que, inicialmente, revela a inércia da vítima que não possuía forças para revoltar-se e reivindicar o fim da exploração.

Em outra linha de argumentação, Manoel Bonfim constrói o “espaço de experiência”⁶⁹⁶ das sociedades parasitadas que influíram em efeitos gerais e especiais. Os primeiros são comuns a todos os organismos parasitados e compreendem primordialmente: o seu enfraquecimento, a violência exercida sobre ele e a sua adaptação às condições de vida que lhe são impostas. Já o segundo apresenta três categorias que os resumem: herança, educação e reação.

Os efeitos gerais se expressam por meio do alcance em todas as manifestações da vida coletiva das colônias, como economia, política, sociedade e moralidade. No aspecto econômico, é possível notar que o trabalho e a produção eram apenas realizados pelo escravo, uma vez que sem indústria e sem a pequena propriedade, não havia forma de desenvolvimento econômico sem a clara extorsão do trabalhador compulsório pelo senhor.

Só o escravo trabalhava, só ele era produtivo: nenhum branco português tocava nos engenhos, nas roças de S. Tomé ou do Brasil. [...]. O ideal para todos era viver sem nada

⁶⁹⁴ Bonfim, Manoel. (2008). *A América Latina...cit*, p. 77.

⁶⁹⁵ *Idem*, p. 78.

⁶⁹⁶ Ressalta-se que não é o autor que constrói a categoria de análise, mas constitui um sentido de passado, que aqui está sendo conceituado e investigado como “espaço de experiência”. E assim vale para todas as análises que seguem.

fazer — ter escravos e à custa deles passar a vida e enriquecer. Este ideal aí persiste como tradição⁶⁹⁷.

Com esse costume, explica o autor, “jamais se poderia formar uma população agrícola, rural, vigorosa, laboriosa, educada e fortalecida pelo trabalho, filiada ao solo, interessada na produção. O trabalho consumia, devorava o trabalhador, em vez de o educar”⁶⁹⁸. Foi instintivamente que a Coroa privilegiou, também, o comércio para os seus súditos. Esses comerciantes e intermediários iniciaram sua exploração no país com o objetivo de amealhar dinheiro para rapidamente retornar, mas os negócios cresciam e eles mandavam buscar os seus familiares para assumirem novos cargos. Com patrícios e protegidos, a classe destinava-se inteiramente as “gentes transitórias de ultramar”, que correspondiam aos “drenos por onde se escoava para lá [metrópole] toda a riqueza produzida”⁶⁹⁹. Não havia, dessa forma, espaço para o trabalhador livre.

Quanto ao aspecto político, Manoel Bonfim sublinha que o Estado servia exclusivamente para fazer o mal, pois a metrópole mandou para as américas representantes que formava uma “rede de agentes, opressores e vorazes, impostos como diretores da vida pública”, deixando para os colonos toda “a plenitude de ação para o mal”⁷⁰⁰. Cada senhor tinha a autonomia para organizar o domínio do seu feudo, desde que pagasse os impostos e não tentasse modificar os regimes sociais e políticos das colônias.

O efeito na vida social, moral e intelectual do parasitismo nas colônias foi a construção de uma população heterogênea, dividida em classes e grupos, estimulados a ter ódios entre eles. Os colonos, que agiam de forma territorial, arrogante, brutal e ignorante, geravam, com essas atitudes, ressentimentos de índios, africanos e mestiços em relação à classe. Em torno desses senhores, um grupo de parasitas aproveitava-se do sistema explorador. Caçadores de índios, negociantes de escravos, mercadores e autoridades provocavam conflitos, incentivavam a instabilidade e a irritação, fazendo-se necessários no contexto parasitário. Além desses, nas cidades, os comerciantes e intermediários também eram hostis com a população nativa.

⁶⁹⁷ Idem, p. 89.

⁶⁹⁸ Idem, p. 92.

⁶⁹⁹ Idem, p. 98.

⁷⁰⁰ Idem, p. 101.

Esse mundo de estrangeiros se completa pela onda de aventureiros, sem pouso fixo e sem mister determinado, ora no sertão, ora na cidade, ora no mar, ora na metrópole, e que rouba, mata, compra, vende, intriga, depreda — parasita, em suma, à mercê do momento⁷⁰¹.

Dessa forma, as populações nasciam desunidas e a violência, a barbárie, o conflito e a instabilidade eram permanentes e cotidianas nessas colônias. Ressentimentos, vinganças, rancores e rivalidades eram a mola propulsora para a oposição do progresso e da unidade nesses territórios. Deduz-se do argumento do autor, portanto, que não houve estímulo durante a colonização para a construção de uma identidade, de uma união de mentalidade e de pensamento, tampouco da edificação de uma lógica de unidade étnica e cultural. A América portuguesa não ensinou o Brasil e ser nação.

Os efeitos especiais mostram como o organismo colonial procura ao mesmo tempo imitar e repelir as lógicas e os regimes das suas metrópoles. A instabilidade e o contraditório imperam, mostrando que o parasitismo gera conflito permanente dentro das próprias colônias, refletindo em circunstâncias como na hereditariedade, na educação e na reação na sociedade latino-americana.

A principal herança deixada para as colônias pelas metrópoles ibéricas foi o conservantismo essencial, representado com mais ênfase no campo afetivo que no campo intelectual. Ou seja, as classes dirigentes até aceitam, em teoria, as ideias de progresso, no entanto, não aceitam quando essas refletem na real mudança de suas vidas, alterando a lógica dos seus interesses.

É este fundo de conservantismo afetivo que traz aos homens das classes dirigentes a preocupação, comum a todos, qualquer que seja o seu programa quaisquer que sejam as suas ideias: o conservar ou conquistar a aquiescência dessa classe dos retardatários de ofício — indivíduos que não compreendem, sequer, que as sociedades sofrem uma evolução constante. Na prática, todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina; são ativos apenas para opor-se a qualquer inovação efetiva, a qualquer transformação real, progressista⁷⁰².

É a partir dessa concepção antiprogressista que se desenvolvem os partidos conservadores, que têm por hábito a atitude funesta de tentar conservar tradições em países que não tendem a ser conservado, visto que seu passado, sua cultura, sua moral e sua sociedade são todas baseadas na relação

⁷⁰¹ Bonfim, Manoel. (2008). *A América Latina...cit*, p. 104.

⁷⁰² Idem, p. 116.

parasitária entre metrópole e colônia. O autor ressalta que não era só no mundo político que havia essa contradição entre as palavras e os atos dos sul-americanos, revelando o seu conservantismo, mas também estavam presentes nas sociedades, que eram “em geral arquivos de instituições e costumes arcaicos com etiquetas modernas; um glossário moderno designando um mundo obsoleto”⁷⁰³.

O segundo traço dominante no caráter das sociedades sul-americanas, herdadas das suas metrópoles ibéricas, era a incapacidade de observação das suas realidades. Manoel Bonfim explica que esses povos ao tentarem avaliar as reais necessidades de suas nações não conseguem interpretá-las a partir da significação do cotidiano de suas nacionalidades, mas discutem esses casos a partir de “teorias gerais dos livros estrangeiros, ou com os chavões e aforismos consagrados por esse senso comum, vão e antiquado, vindo de áreas defuntas, inspirado em causas estranhas”⁷⁰⁴. Essa situação está expressa na mais diversas áreas e classes, como nas ciências, nas letras, na economia, na indústria e no comércio, em que as generalizações sem base, que funcionam como transcrições literais e abstrações filosóficas, não correspondem de fato a uma análise original das conjunturas locais. A educação, portanto, nesses países, era definida por apenas uma pequena parcela da população, que sistematizava soluções deslocadas no contexto real daquelas sociedades.

A respeito das reações das populações latino-americanas, Manoel Bonfim destaca que o desamor está nas tradições desses povos, pois elas possuem a tendência às lutas armadas e ao apego às revoluções violentas. Tais características foram absorvidas da relação parasitária entre o Estado e a sociedade, que levava os explorados ao limite extremo da insatisfação. A opressão era tanta que os exageros, quando alcançados pelo vigor das revoltas, eram tratados com cedência pelo Estado. “O levante é o remédio usual, e o único eficaz.”⁷⁰⁵ Sobre esse aspecto herdado especificamente, o autor faz um adendo: a atuação dos chamados remanescentes — representantes, diretos ou indiretos, dos interesses parasitários da metrópole — na formação das novas

⁷⁰³ Idem, p. 122.

⁷⁰⁴ Idem, p. 124.

⁷⁰⁵ Bonfim, Manoel. (2008). *A América Latina...cit*, p. 161.

nacionalidades e no caráter geral das sociedades neolatinas. É contra esse elemento refratário ou remanescente que os nativos se rebelavam, fazendo consolidar no caráter dessa população nacional os instintos guerreiros que levaram, por exemplo, às próprias independências.

As histórias das independências na América Latina refletem dois principais movimentos em diferentes momentos que abrigam esses elementos remanescentes: o primeiro é a resistência violenta dos refratários aos ideais emancipadores; já o segundo, apresenta a transigência destes e segue a suas adesões aos movimentos de emancipação.

Em nenhum país estas duas fases se acusam melhor do que no Brasil. Em 1789-92 esqueteja-se a Conjuração Mineira; em, 1817, os independentes de Pernambuco são combatidos, vencidos e executados implacavelmente; em 1822, a independência é proclamada pelo próprio 'futuro rei de Portugal'⁷⁰⁶.

Manoel Bonfim, ao concluir suas considerações sobre as heranças deixadas pela relação perniciosa e parasitária com as suas metrópoles, sublinha que os mestiços não apresentam caráter degenerado. Os defeitos atribuídos aos mestiços não refletem, estatisticamente, a delinquência dessa gente. Dessa forma, não se deve culpabilizar essa população por algumas atitudes e imagem do brasileiro disseminada pelos europeus. O autor afirma:

acusam-nos, ainda, de indolentes, indisciplinados, imprevidentes, preguiçosos, defeitos que não são exclusivos dos mestiços, e pertencem ao geral das populações latinas da América. São defeitos mais de educação, devidos à ignorância em que vivem, ao abandono a que as condenam. Não trabalham porque não sabem trabalhar, não conhecem o valor do trabalho. [...]. Todavia, se o fundo psicológico desses mestiços fosse qual o dizem, a vida seria impossível nestas sociedades, de organização rudimentar, onde a boa polícia é coisa desconhecida e onde a justiça se arrasta tardia e incoerente nas grandes cidades, e é nula nos sertões⁷⁰⁷.

Por fim, o autor examina que quem mais sofreu com essa relação parasitária foi a sociedade brasileira, que por meio do seu povo exprime o seu cansaço, a sua tristeza e o sentimento de desprezo por parte das classes dirigentes.

Percebe-se que Manoel Bonfim, ao utilizar a categoria espaço de experiência dos países latino-americanos, tem como objetivo apresentar a relação perniciosa e parasitária entre estes e as suas metrópoles — de forma

⁷⁰⁶ Idem, p. 169.

⁷⁰⁷ Idem, p. 213.

diversa do que realiza Raul Pompeia —, proveniente não só a partir dos períodos de colonização. O autor revela que a exploração oriunda do parasitismo fez com que as heranças deixadas pelas nações ibéricas à América do Sul também tivessem como atribuição o próprio espaço de experiência, seja na cultura, na economia ou na política, dos países conquistadores, seja as heranças não só originárias apenas do passado de vínculo entre os dois países, mas também do passado dos países colonizadores, ao deixarem aspectos dos seus hábitos de trabalho, educação, políticos e econômicos. Tal estratégia narrativa mostra a convicção do autor de que o Brasil e outros países sul-americanos encontravam-se em situação de não progresso e instabilidade por conta tanto da forma como foi colonizado quanto, principalmente, por quem foi colonizado. Demonstra, assim, sua visão antiportuguesa — ainda que menos direta que a perspectiva de Raul Pompeia — em relação ao passado do Brasil.

6.2.2 Horizontes de Expectativa

O que o autor espera para o futuro dos países da América Latina, tendo como dadas as heranças deixadas pelas suas metrópoles ibéricas, é que seus organismos sociais não desanimem perante as situações de dificuldade e cansaço que enfrentam. Manoel Bonfim sugere, portanto, que as experiências da colonização — ou seja, os “espaços de experiência” destacados no momento da escrita da obra — não sejam representações da categoria de tempo protagonistas da história e memória brasileira na construção da identidade nacional. Para sustentar o estímulo que realiza a mudança, o autor desconstrói os argumentos que essas populações estariam fadadas ao fracasso, a não progressão e à inferioridade por conta dos processos de parasitismo pelos quais passaram. Sobre os países sul-americanos independentes, Manoel Bonfim explica que eles não representam nações decadentes, mas pelo contrário,

têm progredido, mais ou menos lentamente, é certo, mas têm progredido, e continuarão a progredir, porque não há nenhuma causa essencial que a isto se oponha, nem as condições sociais são tais que elas se vejam fatalmente condenadas à decadência e ao desaparecimento⁷⁰⁸.

⁷⁰⁸ Idem, p. 250.

Dessa forma, seria insensatez crer que essas nações não teriam aptidão para o progresso, visto que este se desenvolve a partir da capacidade de observação de outras realidades. O que é necessário é que os povos latino-americanos sejam capazes de compreender as suas especificidades, acompanhando o progresso intelectual dos países mais desenvolvidos. Segundo o autor, para que haja tal desenvolvimento, o primeiro aspecto necessário é a orientação da vontade de transformação. A aparente inércia da população desses países, estimulada, como já visto, pela falta de liberdade da condição parasitária, deve ser alterada por uma condição *sine qua nom* do parasitado: a capacidade que este tem de opor-se à marcha degenerativa econômica, intelectual e moral. Os grupos parasitados, de acordo com o autor, possuem maior capacidade de se regenerarem, visto o seu estado e sua aptidão para a resistência, do que os parasitas que se habituem a viver do parasitismo.

Eis o que é mister lembrar para responder à última das objeções: mesmo quando essas novas sociedades estivessem de alguma forma contaminadas pela degeneração parasitária, isto não as incompatibilizaria, em absoluto, para o progresso. Seria preciso, apenas, corrigir, educar ou eliminar os elementos degenerados⁷⁰⁹.

Manoel Bonfim apresenta aquilo que ele considera ser a única solução para a manutenção das nações latino-americanas frente à marcha da civilização: o efetivo avanço para o progresso, por meio da autonomia, soberania e liberdade, pondo um fim definitivo aos males antigos, ou às heranças deixadas pelas suas ex-metrópoles. A ignorância sobre sua realidade é a grande doença dessas nações, mas o remédio está indicado, sua composição perpassa, em conclusão, pela ação e pelo conhecimento. E, por fim, proclama: “que os mortos enterrem os seus mortos; voltemo-nos para ação fecunda, demos à vida toda a nossa atividade, e ela nos levará para o progresso e para a vitória, como leva a árvore para o alto e para a luz”⁷¹⁰. Nesse sentido, o conhecimento e a leitura da sua obra pela sociedade representam o início do processo de mudança em prol do desenvolvimento do país.

De forma enfática e direta, o pensador exprime as suas expectativas sobre o horizonte do Brasil, desejando o abandono das más experiências procedentes da ex-metrópole, bem como recomendando a ação social de cunho

⁷⁰⁹ Idem, p. 257.

⁷¹⁰ Idem, p. 291.

emancipatório da relação tirânica com Portugal. Ainda, o autor sugere que a partir da deserção de um “espaço de experiência” que não a representa — pois retrata apenas os países parasitas —, a sociedade brasileira consegue desenvolver e progredir, construindo um futuro que pode até mudar a perspectiva sobre o passado da nação.

6.3 *As razões da Inconfidência* (1925), de Antônio Torres

Antônio Torres foi poeta, jornalista, diplomata, crítico e intérprete da realidade brasileira, integrou o movimento nativista Ação Social Nacionalista e demonstrou sua xenofobia em relação aos portugueses de forma radical e polêmica⁷¹¹. Na década de 1920, por conta da publicação da sua mais conhecida obra *Razões da Inconfidência*, o autor gerou na elite intelectual do país e do exterior um intenso debate com pensadores de peso no Brasil, como Araripe Júnior, João do Rio e Olavo Bilac. Representava o grupo dos lusófonos e se autodenominava “tamancóforo”, em referência ao hábito dos imigrantes lusos de utilizarem tamancos de madeira e couro.

A referida obra foi editada a partir de uma conferência em homenagem a Tiradentes no Centro Mineiro do Rio de Janeiro, comunicada por Antônio Torres. Um ano depois da comunicação, lançou o livro com o acréscimo do preâmbulo que corresponde à metade das páginas da publicação. A obra também apresenta uma grande quantidade de extensas notas de rodapé que, por vezes, citam integralmente documentos e bibliografia. A respeito da referência, é interessante destacar que Antônio Torres menciona com frequência os estudos

⁷¹¹ Antônio Torres foi ordenado padre, porém logo descobriu que não teria vocação para o sacerdócio, pois, segundo Guimarães Rosa, era dono de “pena e estilo sem ferrugem” e acabou por dedicar-se à vida intelectual. Além de escritor e jornalista, o mineiro, crítico da vida carioca, tornou-se diplomata em 1918, mas até sua morte não se afastou da literatura. Ácido e sarcástico, por meio das suas crônicas, criticava a vida artística e literária da capital que insistia em basear-se nos modelos europeus. Seu radicalismo antiportuguês e sua veia belicosa atacava primordialmente a Academia Brasileira de Letras e seus imortais, ficando conhecido como um polêmico questionador da dependência que o Brasil tinha em relação a Portugal nas ideias, nas letras e na cultura. Foi autor de *Pasquinadas Cariocas* (1921), *Prós e Contras* (1922) e *Verdades Indiscretas* (1920), se revelando não só como um pensador sobre a nação e suas histórias, mas também como um literato que usava o humor e sarcasmo para defender suas posições políticas contra a imigração de portugueses e contra a influência portuguesa no país. Em: Bueno, Luís. (2003). Tamancófilos e tamancóforos de 1925. *Revista Letras*, v.1, n. 59, p. 93-101.

de Oliveira Martins — principalmente os dois primeiros volumes de *A História de Portugal* —, não de forma a contrastá-la ou refutá-la, mas utilizando-a como parâmetro, confirmação e orientação para seus argumentos.

Como revela Luís Bueno, as diversas tiragens das primeiras edições da obra — por exemplo, a primeira edição com três mil exemplares esgotou-se em apenas 15 dias — mostram que o ponto fulcral para o sucesso das vendas não era a história do movimento separatista mineiro, contada tantas vezes, mas da expressão radical e ácida e da visão antilusitana sobre o momento histórico brasileiro⁷¹². As dezenas de artigos e livros publicados em resposta à publicação de Torres também foram um estímulo para o alcance dessas inúmeras tiragens. A polêmica a respeito do livro e das opiniões do autor exacerbou o ambiente de discussão entre lusófobos e lusófilos, estimulando inclusive o desenvolvimento de um grupo nacionalista não reacionário, que avaliava cautelosamente a participação e influência de Portugal na história do Brasil.

Já nas epígrafes da segunda e terceira edição, o autor chama a atenção para o seu principal objetivo ao publicar tal obra: “a deslusitanização gradual e definitiva do Brasil. O nosso país tem que optar: ou desportuguesar-se ou desaparecer”⁷¹³. Pois, para Torres, “continuar ajoelhado diante de Portugal é o caminho mais curto para o cemitério”⁷¹⁴. No texto, inversamente ao que é comum às outras obras, as estratégias narrativas sobre os espaços de experiência aparecem depois dos horizontes de expectativa, por conta do preâmbulo criado posteriormente ao tema da conferência.

6.3.1 Espaços de experiência

Ainda no preâmbulo, o autor faz uma rápida referência aos espaços de experiência portuguesa e brasileira. Na seção *O Capítulo de Sacadura*, o autor discute a importância dada à morte do aviador Sacadura Cabral, que conjuntamente com Gago Coutinho, realizou a primeira travessia aérea do Atlântico Sul no contexto das comemorações do centenário da Independência do Brasil, em 1922. A morte, segundo Antônio Torres, não foi sentida pela

⁷¹² Bueno, Luís. (2003). *Tamancófilos...*cit.

⁷¹³ Torres, Antônio. (1957). *As razões da Inconfidência*. 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia. p. 12.

⁷¹⁴ Idem, p. 13.

sociedade brasileira como noticiava à imprensa da época. “Dizer que toda a vida espiritual e sentimental do Brasil tenha girado em torno de Sacadura e Gago — é uma deslavada mentira.”⁷¹⁵ Sobre esse momento, o autor afirma que a maioria dos portugueses ainda não compreendeu que o Brasil é independente e que não tem obrigação nem sentimentalismo para sofrer com a morte de uma figura patriótica portuguesa. Torres exprime que essa mentalidade portuguesa de que os seus explorados são suas propriedades iniciou-se ainda na época em que os lusos vivam às custas dos judeus.

Quando estes começaram a morder os freios, a não querer deixar-se tosquiar muito rente pelo Rei, pelos fidalgos, pelo clero e pelo povo, estabeleceu Portugal a Inquisição e começou a queimá-los vivos como inimigos pessoais do Nosso Senhor Jesus Cristo! Os judeus, á vista dos autos...de fé, fugiram para longes terras. Portugal caiu na miséria⁷¹⁶.

Torres ainda afirma que da mesma forma como foi feito com os judeus, os portugueses fizeram com os brasileiros. Depois do fim da exploração dos judeus, Portugal iniciou a extração do ouro brasileiro, no entanto, diferentemente daqueles que fugiram, os brasileiros não teriam para onde escapar. “Para onde quer que nos volvamos, aí encontraremos os gadanhos do português prontos para ordenhar os úberes desta gorda e mansa vaca que é o Brasil.”⁷¹⁷ Com esse hábito, os portugueses acreditavam que o Brasil ainda é parte de Portugal e por isso não fizeram nada para melhorar as condições do país, quando ainda era uma colônia. Pelo contrário, trataram logo de escravizar índios e negros, não investiram honestamente na instrução pública e fizeram de tudo para manter o país segregado do resto do mundo. Antônio Torres aqui finaliza seus comentários sobre o passado no preâmbulo da obra.

As estratégias narrativas dos espaços de experiência formam-se, como dito anteriormente, no corpo do livro, ou seja, na parte que explicita as razões do movimento mineiro. A obra *per si* tem como epígrafe a citação da Sentença da Alçada, que condena Tiradentes à morte e prevê o desmembramento do seu corpo em exposição pela cidade de Villa Rica, mas inicia fazendo uma crítica à postura dos portugueses, amparando-se em Oliveira Martins⁷¹⁸, desde o início

⁷¹⁵ Idem, p. 99.

⁷¹⁶ Idem, p. 107.

⁷¹⁷ Idem, p. 107.

⁷¹⁸ Em nota de rodapé, Antônio Torres congratula Oliveira Martins sobre as suas posições a respeito da História de Portugal. No entanto, mostra-se contrário ao argumento do escritor

das navegações lusas. O mal feito pelos portugueses contra os hindus e os malabares — e aqui mais uma vez referencia a obra de Oliveira Martins por destacar os flagelos causados nas Índias — prenunciou aquele realizado em Minas Gerais, como a fome, o pelourinho e a forca, com o objetivo exclusivo de angariar ouro e diamantes. Há uma importância na alusão constante de Torres aos autores portugueses, que ele salienta nesse trecho:

assim, pois, ainda em estilo faceto, são os portugueses os primeiros a reconhecer a sua estupidez, a sua ignorância e a sua cupidez de moeda, cubiça irrefreável, bronca, brutal, que não conhecia limites e nem ao menos permitia que os resultados das rapinas produzissem algum benefício nos países em que essa rapina a mão armada se exercitava às soltas e impunemente⁷¹⁹.

O autor anuncia contar “a história dos crimes portugueses em Minas”⁷²⁰, pois a história da região, após a descoberta do ouro, dedica-se quase que integralmente sobre como elucidar nas variações das ordens sobre a forma de tributar o minério em benefício da fazenda real. E, a partir dessa circunstância, como desenrolou a resistência e revolta da população e suas consequências. O primeiro imposto determinado pela Coroa foi o direito do quinto, que determinava que 20 por cento de toda a extração do minério devia ser destinada à metrópole. Outra forma da Coroa captar o valor gerado pelo ouro da região era por meio do imposto de capitação — que abrangia todos os moradores de Minas, como escravos, trabalhadores livres, mineiros e não mineiros —, que segundo o autor era o “mais odioso” dos impostos, já que onerava a classe mais pobre da capitania.

A insatisfação popular pelo abuso dos impostos por parte da Coroa gerou o que o autor afirma ser a “prefiguração cruenta da Inconfidência”⁷²¹, a guerra civil que separava brasileiros de portugueses, ou os paulistas dos emboabas. Os emboabas eram, segundo Pizarro, autor referenciado em nota de rodapé, o

português sobre a Companhia de Jesus. Afirma que a escola liberal, da qual fazem parte Oliveira Martins e Alexandre Herculano, tem por hábito atribuir aos jesuítas a decadência de Portugal. Para Torres, foi por meio dos jesuítas que se tornou possível a conquista e a permanência dos portugueses no território brasileiro e a decadência do país não tem outro culpado a não ser o próprio Portugal. “Como explicar, em suma, que, influenciando os jesuítas em Portugal, tanto como em Espanha, França e Itália, os outros povos continuaram cada vez mais inteligentes e só os portugueses ficaram estúpidos? Ora confessemos, tudo isto é pueril. Os jesuítas têm tanta culpa da cretinice lusitana como dos percebejos de Braga.” Em: idem, p. 139.

⁷¹⁹ Idem, p. 143 (nota de rodapé).

⁷²⁰ Idem, p. 144.

⁷²¹ Idem, p. 148.

nome dado às aves que possuíam as pernas cobertas de plumas, parecendo os estrangeiros que chegavam ao Brasil calçados, hábito não comum entre os nativos. Torres demonstra nessa parte mais uma vez sua lusofobia, a sua posição em relação aos portugueses do passado e do seu presente, bem como o seu sarcasmo:

como nós hoje dizemos Gallegos e Mondrongs, dizia-se, naquele tempo, Emboabas. Mudam-se os apelidos, mas a ganância dos portugueses continua a ser a mesma, assim como também imutável permanece o seu atraso mental (Risos)⁷²².

Mesmo após a guerra civil, encerrada em 1715, Torres explana que o sentimento revoltoso permaneceu na população de Minas, devido à ganância portuguesa. Os dízimos, as passagens de rios, os quintos e os direitos de entrada eram formas contundentes e eficientes da metrópole sugar o sangue do povo. Tantos impostos exigidos, mas nenhum deles, segundo o autor, servia em benefício da capitania, que sofria com falhas na educação, na segurança pública e nas infraestruturas. Os desmandos e a perniciosidade da Coroa desagradavam a população, em especial aos mineiros que levavam constantemente com “a rapina” portuguesa. Essas condições geraram em junho de 1720 a sublevação em Villa Rica, com o apoio da população de Minas, e em resposta muitos conjurados foram enviados para tortura. No entanto, considera Torres, não foi o suficiente para o capitão geral que desejava uma “tragédia estrepitosa”, como descreve as ações da coroa contra Felipe dos Santos:

o despotismo português, triunfante e absoluto, repastava-se na contemplação de um cadáver sangrento em praça pública, omitindo até a fúnebre e humilhante formalidade do braço e pregão! [...]. Crimes! Como se fosse crime procurar reagir contra a cobiça infrene de Lisboa! (Vozes: Muito bem! Muito bem!) Como se fosse crime procurar melhorar a situação social e econômica dos seus semelhantes! Como se fosse crime rebelar-se contra os rigores de uma dominação infamante e brutal! Hoje, a duzentos anos de distância, outros são os nossos sentimentos e é por isso que bradamos: Honra, Honra à memória varonil desses bravos montanheseiros cujo sangue foi um sacrifício preparatório do holocausto de Tiradentes e cujo sofrimento foi um passo largo, amplo para a liberdade e independência da Pátria! (Bravos e aplausos!)⁷²³.

Torres continua a sua descrição sobre os desmandos da metrópole mostrando as diversas alterações ordenadas pela Corte em relação aos impostos e à administração da capitania. Faz críticas contundentes aos governos e à realeza por só pensarem no enriquecimento de Portugal, sem concentrar

⁷²² Torres, Antônio. (1957). *As razões...cit*, p. 149.

⁷²³ Idem, p. 156 e 157.

esforços para o desenvolvimento da região brasileira. Debocha da gestão portuguesa, afirmando com sarcasmo aplicar um “inteligente sistema de colonização”, que com “brutalidade e terror permanente” campeavam a “desbragada corrupção administrativa”, por isso não restava dúvidas que os portugueses eram uma raça “eminente civilizadora”⁷²⁴. Com tal forma de colonizar, em 1789, a capitania de Villa Rica mostrava pobreza, miséria e ruína. A população devia grande parte dos quintos e com a imposição da derrama os pobres e escravos ficavam sem condições de acertar as suas contas. Essa condição estimulou a conspiração pela liberdade, ideal que já permeava a intelectualidade da região, mas que, de acordo com Torres, era um movimento popular, comprovado pelo número e diversidade de envolvidos inconfidentes.

Na contramão da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França, que prezavam pela liberdade e igualdade dos povos, Portugal ficava cada vez mais tirano, pois

servindo-se do corpo de um herói, erigia no Rio de Janeiro e em Minas Gerais um açougue de carne humana como símbolo rubro do seu direito repressivo e das suas normas administrativas (Palmas e grandes aplausos). Tudo feito cuidadosamente, acintosamente, para que os brasileiros de uma vez para todo o sempre se convencessem que eram escravos e jamais cidadãos⁷²⁵.

Após revelar a sua concepção sobre o ocorrido na conjuração mineira, o autor inicia uma crítica à natureza da colonização portuguesa em Minas Gerais, bem como sobre à administração dos bens conquistados pela extração do minério na região. Clarifica que, na Idade Moderna, não havia nação mais rica que Portugal, pois com partes da África e das Índias ainda possuía o extenso Brasil para explorar. Só Minas Gerais gerou de lucro para os portugueses 330 mil oitavas de diamantes e 36 mil arrobas de ouro e mesmo assim Portugal encontra-se na miséria porque entregava ao inglês⁷²⁶ essa quantia trocando por produtos que não era capaz de fabricar. “Todo o ouro do Brasil foi ter aos cofres

⁷²⁴ Idem, p. 196 e 198.

⁷²⁵ Idem, p. 205.

⁷²⁶ Em nota de rodapé, Antônio Torres dispõe a discussão colocada pelo Marquês de Pombal, em 1759, aquando do incidente diplomático entre Portugal e Inglaterra. O marquês afirma que Portugal estava sendo roubado pelo governo inglês, mas Antônio Torres discorda. Para ele, a condição de miséria pela qual passava o país ibérico era a demonstração da sua incapacidade administrativa, estupidez, indolência e ignorância que oferecia à Inglaterra moedas de ouro em troca de “tafetá, ou briche”. Em: idem, p. 214.

ingleses, via Lisboa. O português é apenas o algoz e o carregador (Muito bem! Apoiados).”⁷²⁷

De acordo com o autor, se Portugal tivesse tido a mesma capacidade de gestão daquilo que foi extorquido do Brasil, que a Inglaterra — que se manteve digna em relação ao Estados Unidos — poderia, ainda que enforcasse diversos Tiradentes, ter gerado um ódio “misturado com laivos de orgulho”⁷²⁸. No entanto, o que a metrópole gerou nos brasileiros é apenas ódio com vergonha e desprezo por terem descendido de tal nação. Antônio Torres faz, portanto, uma conclusão categórica:

o teu sangue Tiradentes, nada lhes aproveitou! O teu sangue foi para nós [brasileiros] uma aurora de liberdade, de patriotismo e de dignidade nacional, enquanto foi para eles, portugueses, o primeiro dobre a finados que anunciava a consciência humana a agonia de um povo de malfeitores e torcionários (Muito bem! Apoiados!). O teu sangue nos enriqueceu e, mais que tudo, nos enobreceu! A eles o teu sangue foi fatal! Estás vingado! (Grande salva de palmas. Aplausos entusiásticos de todo o auditório)⁷²⁹.

Antônio Torres utiliza-se da interpretação do movimento separatista de Minas Gerais no período colonial, com caráter historiográfico — que como um trabalho científico recorre constantemente à fontes primárias e bibliográficas de grande importância no período — para montar a sua estratégia discursiva lusófoba. A escolha de abordagem do movimento de libertação em relação à metrópole portuguesa, a Inconfidência Mineira, foi intencional por ser um dos símbolos dos primórdios da ideia de nação independente, mas também por revelar a ação coerciva da Coroa para com os conjurados.

Ao nomear o livro de *Razões da Inconfidência*, o autor cumpre o prometido: dispõe a necessidade da atuação revoltosa em busca da autonomia e da emancipação da população mineira relativamente aos desmandos portugueses. Os espaços de experiência sobre o país foram propositalmente escolhidos por Antônio Torres para confirmar a sua posição sobre Portugal e sobre os portugueses, bem como para validar as suas intenções para os horizontes de expectativa do Brasil, que seguem.

⁷²⁷ Idem, p. 212.

⁷²⁸ Torres, Antônio. (1957). *As razões...cit*, p. 214.

⁷²⁹ Idem, p. 219.

6.3.2 Horizontes de expectativa

O preâmbulo do livro — onde está disposto a maior parte dos argumentos do autor referente a sua presente realidade e também sobre as suas expectativas — está dividido em seções. As seções apresentam os temas que o autor considerou mais urgentes a serem discutidos, pois, segundo ele, os jornais das grandes capitais brasileiras não oferecem espaço para esses tipos de debates, dado que a imprensa serve à colônia de imigrantes portugueses no país.

Em mais de 100 páginas de preâmbulo são destacadas as ideias de criação do livro e as opiniões dos leitores, como era de praxe, mas também circunstâncias e acontecimentos que sustentam as suas apreciações a respeito dos portugueses no Brasil. O espaço igualmente serviu como resposta às críticas e julgamentos de outros intelectuais sobre as opiniões do autor.

Em *Como nasceu isto...*, Torres expõe como surgiu a ideia de escrever tal opúsculo que, como o Brasil, foi descoberto ao acaso, mas teve a vantagem de não ter sido por nenhum português. Na seção, o autor conta que foi convidado por amigos — nacionalistas de expressão do parlamento brasileiro — a falar sobre o martírio de Tiradentes, no seu dia de rememoração, para um público seleta, ou seja, para um auditório considerado amigo. *Não é frivolidade* foi a forma que o autor encontrou para divulgar os elogios que recebeu pelas suas palavras naquele 21 de abril de 1924. A seção se destaca não ser por “tola vaidade” mostrar tais congratulações, mas por revelar que a vibração do auditório se deveu à explanação do “esplendor da verdade”⁷³⁰. Antônio Torres afirma expressar o que todos pensam, mas nunca tiveram coragem de dizer, ou seja, nunca quiseram assumir a responsabilidade daquilo que proferem ou que escrevem. Esse pensamento serviu, por conseguinte, como gancho para a próxima seção.

O horror a responsabilidade foi a seção escolhida por Torres para tratar do aspecto do caráter brasileiro. A característica transparece quando o povo, de forma apática, aceita as circunstâncias que lhe são impostas: não acredita que

⁷³⁰ Idem, p. 35.

o governo o representante, mas não tem coragem de protestar; afirma detestar o português no foro íntimo, mas não assume ser contra a imprensa que por tudo defende essa “colônia”.

Assim como as crianças temem almas de outro mundo, licantropos, mulas sem cabeça, bruxas, demônios familiares, aventesmas, duendes, sacis-pererês, fantasmas, assombrações e tantas outras abusões que por vezes atemorizam os mesmos adultos, assim também os diretores dos jornais do Brasil (com raríssimas exceções) têm ao português um terror quase religioso⁷³¹.

O autor aponta, assim, que a subserviência e o servilismo da imprensa do Rio de Janeiro atingiam, naquele momento, o seu máximo, seu paroxismo.

Com a expressão latina *Stultorum infinitus est numerus*, que significa o número dos tolos é infinito, Antônio Torres trata sobre situações em que nomes de jornalistas, escritores e testemunhas não eram divulgados por alguns jornais em publicação. Utiliza como exemplo casos ocorridos com Olavo Bilac, Rui Barbosa e Epitácio Pessoa em que seus nomes foram boicotados em grandes empresas jornalísticas, e a explicação para essas atitudes, segundo o autor, é o espírito provinciano, atrasado, estreito e tacanho herdado da antiga metrópole, como revela o período: “eis porque os jornais do Rio são a viva imagem desta pobre e suja cidade portuguesa [Lisboa], onde o provincianismo chega ao ponto de suprimir do noticiário nomes gloriosos, nomes imortais”⁷³². Percebe-se que o autor nomeia a seção com uma adjetivação para aqueles que considera provincianos, espírito adquirido a partir do convívio com portugueses.

Na seção *Um carnaval macabro*, mais uma vez o autor faz uma crítica à imprensa brasileira, especificamente a do Rio de Janeiro, sobre sua preferência e defesa à colônia de imigrantes portugueses no Brasil. Utiliza-se da reverberação da morte do jornalista Paulo Barreto⁷³³, gerada também em parte pelas associações de classe portuguesas, para em forma de exemplo mostrar a “arrogância da colônia portuguesa” e a “subserviência de certo grande jornal [Gazeta de Notícias] aos portugueses”⁷³⁴. Paulo Barreto, segundo Antônio

⁷³¹ Idem, p. 38.

⁷³² Torres, Antônio. (1957). *As razões...cit*, p. 43.

⁷³³ O autor descreve que embora não estivesse em terras brasileiras, acompanhava as notícias do país. Aproveitou a situação para dizer que também não estava no Brasil na ocasião da travessia de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, felizmente, pois para ele, em paráfrase a outro jornalista, tal ocorrência mais parecia “um tamanco voando com asas de bacalhau”. Em: Idem, p. 47.

⁷³⁴ Idem, p. 48.

Torres, tinha por hábito, por meio da adulação dos lusitanos e da exaltação de Portugal, fazer ataques ao governo brasileiro e ao chefe de Estado. O próprio fato de deprimir o Brasil agradava à “portuguesada, porque a colônia portuguesa no Brasil é um elemento anárquico, é inimigo nato, permanente, de todo e qualquer governo nacional”⁷³⁵. De acordo com o autor, nenhuma reverência feita ao jornalista Paulo Barreto foi proveniente do povo, mas apenas de uma manifestação de força por parte das associações portuguesas, pois queriam demonstrar a sua potência perante a imprensa do Rio de Janeiro. Essa ideia de dominação é típica dos imigrantes portugueses no Brasil, que “fracos no seu país, desmoralizados perante o mundo, [...], incapazes de governar e valorizar as suas próprias colônias, [...] à sombra da liberalidade criminosa das nossas leis, têm no Brasil a mania de manifestar força”⁷³⁶.

Por sua vez, *O cruciante problema da imprensa* é uma das mais longas seções do preâmbulo, por — novamente, mas agora de forma mais direta, sem a utilização de exemplos — abarcar as questões relativas à presença dos portugueses no comércio e na imprensa brasileiras. Inicia a seção explicando que a independência do país foi conquistada mediante lágrimas e resistências heroicas, mas que os portugueses continuaram no Brasil como se fossem as suas casas, visto que Portugal não passa de “uma republiqueta inferior a qualquer das da América Central”⁷³⁷. Tal circunstância ocorre porque a legislação brasileira permite-lhes viverem apenas para ganhar dinheiro, por isso eles chegam humildes, “sem dinheiro e as vezes até coberto de piolhos na terceira classe de um navio” e um tempo depois,

entumescem-se de arrogância [...] quando se fazem membros da Associação Comercial, diretores de bancos, [...], capitalistas que falam ao Presidente da República e a seus ministros como se fossem estes seus empregados! E o mais curioso é que os Presidentes e seus ministros acham tudo isso muito natural! E quando alguém chama a atenção para esse escândalo, dizem que esse alguém é um jacobino!⁷³⁸

Os brasileiros se esquecem que os lusos vêm apenas por interesse, para enriquecer, para unirem-se — em nome do “patriotismo fremente, frenético,

⁷³⁵ Idem.

⁷³⁶ Torres, Antônio. (1957). *As razões...cit*, p. 50.

⁷³⁷ Idem, p. 52.

⁷³⁸ Idem.

alucinado e egoísta, típico dos povos pequenos”⁷³⁹ — contra a população do Brasil.

Além disso, de acordo com Torres, os brasileiros têm que lidar com os horrores das influências coletivas dos portugueses, inclusive tendo que vibrar e comemorar as façanhas, as datas e os heróis da pátria portuguesa, em nome da boa relação com o irmão d’além mar, da confraternidade e da aproximação dos países. Os lusos utilizam-se disto como disfarce para serem melhores aceitos no país, fazendo sua fortuna sem importunações. Assim como os portugueses comerciantes aproveitam-se da sua clientela para vender produtos estragados e o zangão ganha com os incautos da bolsa, o diretor dos jornais também engana os leitores brasileiros apenas para ganhar dinheiro, para interesses pessoais. Para Torres, os portugueses não podem intervir na vida do povo brasileiro, não podem ter “toda a sua imprensa nas unhas de industriais estrangeiros, as mais das vezes cavalheiros de indústrias com o rótulo de jornalistas”⁷⁴⁰. É necessário, portanto, que o Brasil alcance a sua independência definitiva em relação aos pés-de-chumbo. “A independência política de qualquer povo é função da sua independência econômica e financeira, lugar comum de que parecemos por completo esquecidos”⁷⁴¹.

Em *Os portugueses julgados por outrem e por eles mesmos* é apresentado um compêndio de bibliografia, descrições e memórias que criticam a atuação dos portugueses e os grandes feitos atribuídos a Portugal. Primeiramente, o autor justifica o porquê que essas opiniões de diferentes pensadores pelo Ocidente atingem o Brasil. Para ele, a desmoralização portuguesa atinge os brasileiros, pois o “Brasil — e com que náuseas o escrevo! — foi colônia de Portugal e desgraçadamente fala a língua da antiga Metrópole”⁷⁴². O atraso dos portugueses é notado, segundo o autor, por irrecusáveis testemunhos de franceses, ingleses, brasileiros e dos próprios portugueses. Antônio Torres seleciona trechos em que estes escritores e analistas fazem referência à fraqueza, à desmoralização, à imbecilidade, à falta de empatia, à sujidade, à levidão e ao baixo caráter dos portugueses ao longo

⁷³⁹ Idem.

⁷⁴⁰ Torres, Antônio. (1957). *As razões...cit*, p. 58.

⁷⁴¹ Idem, p. 59.

⁷⁴² Idem, p. 63.

da história. Com essas exposições, o autor intenciona mostrar que o “asco” e a hostilidade de alguns brasileiros com a intensa imigração dos lusos são justificáveis, afinal, “até imigrantes evitam a companhia de portugueses!”⁷⁴³. E quem mais é prejudicado com essa circunstância é o brasileiro que tem de enfrentar constantemente a presença desse povo em seus portos.

Diferentemente da relação entre outros países, como a Inglaterra e os Estados Unidos, que se consideram no máximo “primos do outro lado”, o Brasil é obrigado a manter relações fraternais com sua ex-metrópole. Com isso, Antônio Torres tenta demonstrar que essa relação perniciosa e hipócrita dos brasileiros relativamente aos portugueses causa o desequilíbrio econômico e piora a progressão intelectual da sociedade brasileira. Portugal, para o autor,

vive sanguessugando a nossa pátria comodamente, à sombra do nosso liberalismo criminoso! Rústica e retardada, no conceito dos seus próprios escritores e poetas mais altos. Analfabeta segundos as estatísticas. Patranheira, sensual e trapaceira, conforme no-lo ensina a experiência que dela temos⁷⁴⁴.

Na seção *O cancro português garantido pela infame*, o autor explica que infame não é a colônia portuguesa no Brasil, mas a Constituição de 1891 que permitia aos estrangeiros direitos iguais aos dos brasileiros, mas tendo as primeiros vantagens, visto que sempre possuem a possibilidade de voltarem para suas terras, bem como pedirem ajuda para embaixadas, consulados e legações, caso no país de imigração fiquem sem condições para viverem. Ao estrangeiro no Brasil, segundo Torres, se permite o seu envolvimento no comércio, na indústria, no varejo e no crédito; já aos nacionais restam apenas os serviços públicos e algumas profissões liberais, estas com as ameaças pelas leis de equivalência de diplomas.

De acordo com o autor, entre os diversos estrangeiros que fazem vida no Brasil, os mais odiosos são os portugueses, pois ao tratar os brasileiros como irmãos, “apenas com um fito apunhalar-nos pelas costas”⁷⁴⁵, por exemplo, quando não aceitam brasileiros para trabalhar como seus empregados. O que ocorre, portanto, é uma guerra declarada que o português move contra o brasileiro dentro do Brasil. A posição e desejo do autor revela-se bem clara: que

⁷⁴³ Idem, p. 76.

⁷⁴⁴ Torres, Antônio. (1957). *As razões...cit*, p. 80.

⁷⁴⁵ Idem, p. 81.

os portugueses devem voltar para Portugal caso tenham alguma reclamação, afinal, não haveria qualquer prejuízo, porque, na realidade, a saída dos portugueses do Brasil geraria lucro para o país americano.

Antônio Torres contesta a possibilidade de ser julgado como jacobino e exagerado mostrando o que ele considera ser a confissão dos próprios portugueses sobre a seguinte realidade: “o Brasil sem Portugal respira e prospera; Portugal sem o Brasil morre à fome”⁷⁴⁶. Revolta o autor o fato de que os governos não pensam em tal situação e acabam deixando o brasileiro “faminto e vilipendiado” em nome da engorda dos portugueses. Assim, os governos republicanos, com exceção do de Floriano Peixoto, não valorizam a nação, avalizando as ações que demonstram como o português usurpa o Brasil.

O opúsculo sobre o *Capítulo Sacadura*, já tratado neste capítulo, além de fazer referências aos espaços de experiência das relações entre Brasil e Portugal, também expõe a discussão a respeito do que o autor crê ser o horizonte de expectativas gerado a partir do vínculo entre os países. Mais uma vez, o autor utiliza-se de um exemplo para instigar o debate sobre os males que a presença portuguesa causa e continuará causando se não for extinta. Nessa seção, Torres constrói a narrativa de que a colônia portuguesa não teve preocupação em disseminar a instrução no país, pelo contrário, como mostra o envolvimento desta na Revolta da Vacina, que segundo o autor foi apoiada pelos “marotos de além-mar”⁷⁴⁷. A interferência que esses imigrantes realizam nos assuntos da nação é de tal forma prejudicial para o país que, em pouco tempo, pode tornar o “Brasil apenas um Portugal maior”⁷⁴⁸. Por isso, reafirma: o português é o pior inimigo dos brasileiros, pois rasteja, trai e sorridente faz-se de amigos para trair com mais segurança. Possui a inveja e o despeito como os seus melhores conselheiros, buscando sempre a humilhação e a ruína do Brasil. É imperioso, assim, para o autor, que os portugueses tenham a consciência de que Brasil e Portugal são entidades em separado e que os brasileiros não se ufanam da “nobre prosápia lusitana”⁷⁴⁹, como lhes é imaginado.

⁷⁴⁶ Idem, p. 90.

⁷⁴⁷ Torres, Antônio. (1957). *As razões...cit*, p. 110.

⁷⁴⁸ Idem, p.112.

⁷⁴⁹ Idem, p. 114.

O *pansexualismo português* é a seção dedicada à desaprovação da atitude dos homens portugueses em relação, mas não só, às mulheres brasileiras. Ao referenciar o trabalho de Freud sobre a sexualidade, afirma ser Portugal um interessante campo de observação para o psicanalista, porque acredita que os portugueses são um povo submetido aos instintos sexuais, expostos de forma tirânica. Tal constatação pode ser confirmada pelo exame das atitudes dos literatos portugueses quando vão ao Brasil: “são uns bobos que só tratam de mulher”⁷⁵⁰. Categoricamente, Antônio Torres afirma que os portugueses vivem como “cavalos e jumentos insipientes”⁷⁵¹, já que não há para eles outro pensamento a não ser a mulher brasileira. Inicia, a partir daí, a descrição de vários trechos de relatos portugueses sobre as mulheres no Brasil, sempre demonstrando um aspecto sexual no recorte textual. Contrasta, também, os comentários e as posições de outros estrangeiros ao visitar o país, destacando as suas belezas naturais, as paisagens, as finanças e as letras, diferentemente de como agem os lusos. Para ele, a forma de agir dos portugueses, ao comentar só sobre “pernas, braços, seios, caras, ancas”⁷⁵², pode ser loucura ou um priapismo racial, mas certamente é uma doença.

A última seção é um chamado à sociedade brasileira. Com linguagem imperativa, o autor clama pela ligação entre o povo e a sua nação, pela necessidade de os brasileiros (eliminadas todas as circunstâncias criadas pelos imigrantes portugueses no Brasil republicano) instigarem a melhoria do país, por meio da valorização de todos os aspectos da nação, principalmente a liberdade e soberania. É isso que propõe *Sêde Brasileiros!*, que faz referência à concepção de liberdade da nação de George Washington e à própria atuação do estadista, Antônio Torres convida a sociedade brasileira — seus leitores — a ser patriota, a defender “seus patrícios contra o estrangeiro”⁷⁵³ e a indignar-se “contra a menor tentativa feita por alguma potência que se apresentasse querendo tomar qualquer parcela de influência naquele país, ou pretendendo lançar entre aquele povo a semente da discórdia e da desunião”⁷⁵⁴. Ou seja, o que Washington

⁷⁵⁰ Idem, p, 124.

⁷⁵¹ Idem, p. 123.

⁷⁵² Torres, Antônio. (1957). *As razões...cit*, p. 126.

⁷⁵³ Idem, p. 128.

⁷⁵⁴ Idem.

propõe, segundo Torres, é que não haja ódio por nenhuma nação, mas que o apego de uma nação por outra produz diferentes infelicidades, entre elas ter que pagar com alguma parcela da sua independência. Utilizando-se das palavras de Washington, Torres confirma a sua estratégia de que o Brasil não deve viver pedindo favores — até porque, como mostrou nos opúsculos anteriores, o Brasil encontrava-se em situação muito mais favorável que Portugal — ou favorecendo Portugal, em nome da sua autonomia.

Os ideais de Washington, no entanto, de acordo com Antônio Torres, só se desenvolveram porque os Estados Unidos da América são um terreno fértil para a disseminação e o reconhecimento de tais pensamentos. A nação estadunidense aceita e fortalece tais concepções, pois foi formada pelas “virtudes morais da raça inglesa”⁷⁵⁵. O “espírito de religião, a pureza de raça; a exatidão do senso comum, a lealdade, a fortaleza, o patriotismo”⁷⁵⁶ foram características passadas da cultura britânica para a América, com o objetivo de formar uma nova nação soberana e emancipada da sua metrópole. Essa sabedoria, como ressalta Torres, não teria o mesmo alcance no Brasil por conta da forma como foram governados tantos anos, por “pobres diabos mais ou menos abacharelados, que ainda acreditam, piamente, que o mundo os admira, que o Brasil é da humanidade, que muitos países os invejam e que todos os povos são nossos amigos”⁷⁵⁷.

O autor então conclui fazendo um questionamento à população brasileira: Ficaremos sempre assim? Seremos sempre escravos? Com as perguntas, Torres pretende estimular a ação dos brasileiros em prol da escolha de um verdadeiro libertador que defenderá, erguendo a bandeira do nacionalismo radical, a nação suprema e soberana.

Com a inserção dessas seções, ou como ele mesmo chama, de opúsculos de debate, Antônio Torres pretende atualizar o debate histórico sobre a Inconfidência Mineira. Ele usa o caráter dos revoltosos, as intenções da conjuração e a própria reação da Corte com o objetivo de não só lembrar e

⁷⁵⁵ Idem, p. 127.

⁷⁵⁶ Idem.

⁷⁵⁷ Idem, p. 132.

rememorar⁷⁵⁸ as relações conflituosas entre os países, mas também como forma de reacender o debate nos horizontes de expectativa do Brasil sobre a imigração portuguesa em massa e os vínculos institucionais e culturais estabelecidos no período republicano. A xenofobia, o nacionalismo radical ou o jacobinismo, dessa forma, confirmam-se pelas estratégias de narrativa nacional do autor.

6.4 *O preconceito de raça no Brasil (1916), de Álvaro Bomílcar*

Álvaro Bomílcar, como destacado no capítulo 4 desta tese, exerceu grande atividade no movimento nacionalista brasileiro, principalmente entre os anos 1910 e 1920, dirigindo e colaborando em revistas de cunho antilusitano, como *Gil Blas* e *Brazileia*, fundando a Propaganda Nativista e combatendo a Confederação Luso-Brasileira. Suas principais obras de caráter nacionalista foram *O preconceito de raça no Brasil*, editada em 1916, e *A Política no Brasil ou o Nacionalismo radical*⁷⁵⁹, publicada em 1920. Segundo Jorge Luís Alves, a trajetória nacionalista do autor foi marcada por suas convictas posições contrárias ao pensamento raciológico que imperava na época — no mesmo sentido que Manoel Bonfim —, por meio da defesa da mestiçagem como elemento nacional. Suas narrativas com pretensões reformistas juntavam o neotradicionalismo ao nacionalismo radical católico, autoritário e xenófobo⁷⁶⁰.

O preconceito de raça no Brasil teve como mote o levante naval do Rio de Janeiro ocorrido no final do ano de 1910, conhecido como Revolta da Chibata, pois os oficiais, na sua maioria brancos, utilizaram chibata, espécie de viga, para punir os marinheiros mestiços e afro-brasileiros. O conflito gerou uma discussão

⁷⁵⁸ Nesse contexto, recorda-se, amparada nas ideias de Michael Pollak, que por se tratar, por vezes, de uma herança, a memória pode sofrer alterações que são dependentes do momento em que está sendo articulada e expressa. As intenções do momento podem estruturar um tipo de memória e, dessa forma, pode-se assumir que há uma relação fenomenológica entre memória e identidade. Essa relação “revela sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Em: Pollak, Michael. (1992). *Memória e identidade social*. *Revista de Estudos Históricos*. v. 10, n. 5, p. 5.

⁷⁵⁹ Essa obra não será analisada neste capítulo, pois sua versão na íntegra, disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, não pôde ser reproduzida pelo seu estado deteriorado de conservação.

⁷⁶⁰ Alves, Jorge Luís. (2009). *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo: um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal*. (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

sobre o tratamento dado a essas etnias de trabalhadores em instituições do país, bem como o acesso a melhores oportunidades destes no mercado de trabalho das cidades brasileiras.

O livro revela um possível diagnóstico sobre os defeitos da constituição social brasileira, tratando, particularmente, dos “injustificáveis preconceitos na formação das nossas classes armadas, sobretudo na Marinha”⁷⁶¹, indicando uma proposta para o desfralde do “pendão do nacionalismo integral que, com amor e entusiasmo, procura interpretar os pensamentos e sentimentos dos nossos maiores, reviver a tradição de suas dôres, esforços e sacrifícios”⁷⁶². Por isso, Álvaro Bomílcar afirma que a obra é o primeiro capítulo de uma “sociologia prática, largamente documentada, genuinamente brasileira, que há de oportunamente, vir à luz da publicidade, si tanto o permitirem as eventualidades múltiplas da vida”⁷⁶³.

Na introdução, o autor explica que não é a sua intenção fazer uma crítica contundente às atribuições e responsabilidades dos profissionais navais, nem mesmo colocar em questão as suas habilidades para exercerem os cargos aos quais a Marinha os destinou, mas o objetivo é desvelar a questão primordial e prática na organização da instituição: a problemática das raças. Esse tema, segundo o autor, ainda não havia sido estudado e, dessa forma, fez-se necessária a escrita do livro para difundir a “crise de carácter, crise nacional, que perdura apunhalando o coração da República”⁷⁶⁴, que debate um problema de difícil solução: os preconceitos de raça e de classe.

O propósito de *O preconceito de raça no Brazil* não foi realizar uma análise, apesar de certa forma a fazer, sobre a Marinha e sua progressão enquanto Instituição estatal, mas defender a causa nacionalista na sua vertente lusófoba,

⁷⁶¹ Sombra, José. (1929). A recepção do Dr. Álvaro Bomílcar da Cunha no Instituto do Ceará. *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*. Anno XLIII. p. 332. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/1929indice.html>>. Acesso em abril de 2022.

⁷⁶² Bomilcar, Alvaro. (1929). Discurso. *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*. Anno XLIII. p. 339. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/1929indice.html>>. Acesso em abril de 2022.

⁷⁶³ Bomilcar, Álvaro. (1916). *O preconceito de raça no Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Aurora. p. 8.

⁷⁶⁴ Idem, p. 10.

utilizando como argumento a intolerância e a discriminação sofrida por negros e mestiços, com mais especificidade, na entidade.

Desse modo, o autor inicia, no primeiro capítulo, fazendo uma referência às causas dos dois últimos levantes navais — Revolta da Armada (1891-1894) e da Chibata (1910) — como representações práticas e palpáveis dos problemas morais presentes em todo o país. A razão para os motins foi o perigoso critério que definia os oficiais, cargo com maior valorização na instituição, a partir da visão estético-aristocrática de inferioridade das raças. O ponto de vista de Álvaro Bomílcar é que não faltavam bons marinheiros, mas que havia maior necessidade no investimento de bons oficiais, pois “os bons marinheiros são um corollario dos bom officiaes”⁷⁶⁵. Os profissionais de qualidade moral, no entanto, não conseguem alcançar o oficialato porque não são admitidos nos cursos de capacitação e formação para exercerem o cargo. Sua entrada nesses cursos é impedida pelo pensamento racista e estético das classes pensantes. O erro na construção dos recursos humanos, mais especificamente de instrutores qualificados para formar bons profissionais, provém, portanto, da “cegueira obstinada dos que são movidos pelo preconceito de raça — mais irreflectido e absurdo entre nós do que em qualquer outro paiz, de constituição ethnographica relativamente pura”⁷⁶⁶.

A partir desse ponto de discussão, o autor dedicou os capítulos seguintes a uma observação mais abrangente sobre os contextos do preconceito de raça, como os meios onde ele ainda persiste, as principais causas da sua permanência e os responsáveis pelo pensamento intolerante que representa a divisão de etnias no país. O principal aspecto destacado por Álvaro Bomílcar foram, segundo Jorge Luís Alves, para além da discriminação racial, “a crítica ao colonialismo ibérico cujo parasitismo foi continuado pelas elites, que passaram a governar o Brasil, a partir de 1822”⁷⁶⁷, classificadas pelo autor como descendentes de portugueses ou quase-portugueses.

Na construção dessa narrativa nacional, serão destacados os aspectos que revelaram os argumentos que referenciam o passado para explicar o presente,

⁷⁶⁵ Idem, p. 19.

⁷⁶⁶ Idem, p. 23.

⁷⁶⁷ Alves, Jorge Luís. (2009). *Malheiro Dias...cit*, p. 160.

bem como as perspectivas de futuro a partir do pensamento construído naquele momento sobre o Brasil.

6.4.1 Espaços de experiência

Álvaro Bomílcar, ao fazer referência aos espaços de experiência do pensamento preconceituoso da elite brasileira, contextualiza o nascimento do conceito tradicional das raças inferiores⁷⁶⁸. Baseando-se no positivismo de Augusto Comte, o raciocínio do critério das raças, absorvido por grande parte dos intelectuais brasileiros, mostrou uma aplicação das teorias etnológicas europeias na divisão social do país. Para esses, o português, que é o branco, distingue-se pela inteligência; o amarelo, o indígena, que apresentam a pele avermelhada, são notados como protótipo da atividade; e o negro é atribuído como etíope, é visto pelo seu bom coração. A atribuição do entendimento europeu à realidade brasileira demonstra, segundo o autor, a falta de independência científica no país, que crê devotamente nas teses livrescas incapazes de desvelar os aspectos específicos da realidade social do Brasil.

Esse preconceito perdurou e alcançou os brasileiros entendidos de política dos séculos seguintes, que se viam como patriotas, que consideravam que o Brasil estava perdido e que as causas dos males do país provinham da raça. Álvaro Bomílcar, então, questiona de qual raça provém todos os males da nacionalidade brasileira e se esse povo é formado pela composição de três diferentes etnias. Com isso, responde referenciando os representantes dos poderes executivos, legislativo e judiciário ao longo da história. Mostra as suas proveniências “quasi-portuguezas” e não “quasi-negras” ou “quase-indios”.

Si quisermos abrir os olhos e ser justos, teremos que confessar que o executivo, o judiciário, o legislativo, a imprensa, o commercio, e industria, as artes, as repartições públicas, a officialidade de todas as milícias, a parte, mais considerável, mais em destaque, o cérebro, enfim, na quase totalidade de todas as nossas corporações — é e tem sido sempre, exclusivamente, monopólio dos brancos, dos descendentes próximos

⁷⁶⁸ Tais designações para os índios e os negros, de acordo com Álvaro Bomílcar, é absurda. Primeiramente, porque são incorretas, pois os termos superior e inferior são relativos e contestáveis, seria mais correto utilizar a expressão raça com civilização superior, amparando-se nas concepções do sociólogo Jacques Novicow, conhecido pela sua oposição às ideias do darwinismo social ou spencerismo; e também pois não existem raças absolutamente incapazes de conquistar diferentes estágios civilizatórios.

dos nossos honrados descobridores — os portugueses. [...]. [Sendo esta raça] a única causadora do nosso mal estar e patente aniquilamento⁷⁶⁹.

A falta de soberania política e literária impede o, já raro, raciocínio divergente da visão preconceituosa e raciológica venerada pelos brancos descendentes de portugueses. Estes, com grande representação associativa no país, permanecem em constante vigília e assessoramento, desestimulando a edificação científica e intelectual de uma verdadeira e única sociologia brasileira. Há no Brasil, portanto, por esforço ao longo do tempo, um culto intelectual, político e cultural exagerado a Portugal, em prol da manutenção de relações filiais, com o objetivo de demonstrar as suas “quejandas amabilidades”. Portugal, segundo o autor, ainda se mantém figurando como metrópole e continua a revelar o seu “arreganho e tyrannia dictatoriaes”⁷⁷⁰. É dessa relação perniciosa e mascarada de descendência que perdura o preconceito racial e a desvalorização daquilo que é nacional, que representa essencialmente a sociedade brasileira. Os descendentes de portugueses — *soit disant* brasileiros — se consideram superiores intelectual e moralmente ao negro e ao indígena, depreciando a mestiçagem brasileira. O Brasil, para Álvaro Bomílcar, se tornou uma colônia de portugueses, que dificultam a vinda de outros estrangeiros, bem como revelam intolerância e hostilidade em relação aos próprios brasileiros descendentes de negros e indígenas.

Os imigrantes portugueses, menos generosos que os portugueses legítimos, maltratam aqueles que realmente possuem vínculo com a terra brasileira. É imperioso, de acordo com o autor, fazer a distinção entre o luso que fica na sua terra e aquele que imigra para o Brasil. O primeiro é sensível, generoso, honrado, ativo e empreendedor, no entanto, sua sensibilidade e generosidade estão presentes apenas quando lhe sobra fundos; a honradez é notada no sentido comercial, pois cumpre com seus compromissos; o empreendedorismo e a atividade são movidos pela cobiça e pelos sentimentos egoísticos, a exemplo pode-se notar os bandeirantes, “typos representativos da acanhada civilização portuguesa do século XVII, — verdadeiros modelos de

⁷⁶⁹ Bomílcar, Álvaro. (1926). *O preconceito...*cit, p. 76.

⁷⁷⁰ Idem, p. 56.

cobiça e crueldade”⁷⁷¹. O segundo, considerado o branco brasileiro, também é corajoso e ousado quando estimulado a alcançar benefícios materiais, e, assim, no contexto das revoluções brasileiras, esse tipo mostrou-se impiedoso e bárbaro. Tal caráter, de acordo com o autor, pôde ser observado nas lutas civis desde a Independência, passando pela Guerra dos Farrapos e pelas revoltas da Armada e de Canudos, das quais as atuações dos portugueses revelaram “deshumanidade ignóbil, cruenta” de uma “verdadeira história, — que é a que não se escreveu ainda”⁷⁷².

Para Álvaro Bomílcar, no Brasil, poucos podem orgulhar-se da sua genealogia, afinal, quase todos descendem do emigrante português. Mas, o preconceito aristocrático brasileiro prefere, por ilusão, ter como ascendência o luso, considerado de nobre estirpe, comparado aos homens de cor. Os brancos brasileiros esquecem que sua genealogia, da qual tanto se orgulham, na verdadeira história — e não aquela escrita em “meia dúzia de crônicas, cujas letras primitivas estão ali na Torre do Tombo” — representam os degredados, os fugidos de Portugal por serem “vadios, criminosos, deserdados, seres de ínfima ralé ou com dificuldades de subsistência”, que aportaram no Brasil e, em alguns casos, conseguiram prosperar graças as suas “pouco edificantes qualidades moraes”⁷⁷³, que deixaram como herança. Por isso, os brasileiros são chamados de portugueses da América, uma afirmação que, apesar de ser rasa, é verdadeira, visto que representa os ideais da pobreza de espírito e da filosofia de iletrados que difundiram e continuam transmitindo o pensamento de que o brasileiro é formado apenas pela raça superior descendente do português.

Álvaro Bomílcar destaca que a forma de cultuar o progresso, segundo a perspectiva portuguesa, é o “grande engano d`alma ledo e cego daquela gente”⁷⁷⁴. O progresso, visto apenas no sentido material — com a valorização do lucro particular, do tráfico, das indústrias e do comércio —, é a razão pela qual o Brasil, por ter sido e ainda ser uma passiva e obediente colônia, não pode suportar quaisquer confrontos, qualquer dificuldade política e econômica. O

⁷⁷¹ Idem, p. 87.

⁷⁷² Idem, p. 88.

⁷⁷³ Idem, p. 90. “Engano d`alma ledo e cego” é a citação de Luís de Camões (*Os Lusíadas*, canto III, episódio da tragédia de Inês de Castro).

⁷⁷⁴ Idem, p. 80.

progresso nacional, para Álvaro Bomílcar, deve ser considerado a partir da evolução da ordem moral, como fizeram os espartanos na Grécia, os holandeses, suíços e belgas na Europa e os japoneses na Ásia. No Brasil, revela-se impossível o desenvolvimento moral como foi feito nesses países porque, afinal, os preconceitos e os ideais da mesquinha escola portuguesa faziam parte da forte doutrina dos antepassados lusos. A ruína moral, intelectual e econômica que sofrem os brasileiros advém do espírito português, que é o conjunto dos costumes caracterizados pela:

anciã egoística de proventos materiais, de lucro e ganância; pela caçada à fortuna, — sem encarar os meios; pela vaidade e as ambições de luxo e de conforto; e, na ordem política, pela indisciplina contra o princípio de autoridade — symptoma de decomposição e anarquia; qualidades essas que melhor se cevam e exercem nos momentos das grades crises das nacionalidades; manifestações tao cruéis e dissolventes como os terremotos, as guerras, as inundações, as pestes, as grandes calamidades públicas, em summa⁷⁷⁵.

Diferentemente, portanto, do que argumentam os sociólogos e pensadores europeus — concepções repetidas e reaproveitadas por grande parte dos intelectuais brasileiros lusófilos —, os males do Brasil não são provenientes de negros, índios e mestiços, como mulatos e caboclos. Tal entendimento pode ser confirmado, segundo Bomílcar, pela própria capacidade de diversos autores portugueses, como Camões, Oliveira Martins e Camilo Castelo Branco, de perceberem as nocividades do espírito português. Os brasileiros não podem, dessa forma, basear os seus julgamentos sobre a imagem do português nesses intelectuais visionários que possuíram a capacidade de autocrítica, mas devem pensar que o português que está presente no cotidiano das cidades brasileiras é aquele “ignorante e analfabeto” que o “governando de dentro dos balcões de seus estabelecimentos commerciaes” tentam ensinar “o modo de ganhar a vida como Deus é servido...”⁷⁷⁶. A visão confundida de que Portugal e seu espírito social resumem-se em conquistas e glórias dos navegadores, bem como dos excelentes escritores⁷⁷⁷ que abrigam aquela terra, e funciona como uma bandeira de

⁷⁷⁵ Idem, p. 83.

⁷⁷⁶ Bomílcar, Álvaro. (1926). *O preconceito...*cit, p. 85.

⁷⁷⁷ O autor afirma que uma das únicas coisas que salvam Portugal é a sua literatura, que é verdadeiramente boa, sadia e forte, no entanto, no país é considerada estéril e com desprezo. É preciso que o Brasil, futuro a destaque, enaltecendo as obras na língua que permanece no “silencioso ambiente”, no “tumulo do pensamento”. Portugal é uma nação estranha e “completamente fora do concerto continental, cujo progresso e cultura” não entende e não

misericórdia que serve para atenuar os erros, os abusos e as explorações por eles realizadas.

A história do Brasil, que se vincula à de Portugal, revela que este — valendo-se de um contexto de superioridade continental e não propriamente pelo seu espírito conservador e rotineiro — conseguiu impor às classes indígena e africana o seu poderio, destroçando-as e submetendo-as à escravidão para o desenvolvimento da sua embrionária, rudimentar e insignificante indústria do engenho de açúcar. A implantação do discurso preconceituoso disseminado pelos portugueses, segundo o autor, revelava que as raças subalternas, ou inferiores, apenas serviam para o sexo e para os trabalhos manuais. O problema do brasileiro, além de herdar esse espírito nefasto para o desenvolvimento do país, é combater a sua própria sociedade, sua mestiçagem, para defender a suposta superioridade branca e, com ela, o espírito português.

Os cotidianos atentados contra a ordem moral nas urbes brasileiras são, na maior parte das vezes, atribuídos às raças consideradas inferiores. Quando, por algum motivo, aos portugueses incorrem tais acusações, há sempre disponíveis “brazilicos advogados” dispostos a fazer justiça, desculpando-os, pois “são netos dos navegadores! São os patrícios do Camillo e do Anthero”⁷⁷⁸. O autor questiona se é realmente possível os brasileiros orgulharem-se das suas origens históricas portuguesas, que se repercutem até ao presente. Considera que quanto à inteligência dos portugueses não houve melhora desde a colonização, e que tal constatação pode ser confirmada até mesmo pelas teses de escritores lusos, como Camilo Castelo Branco, que sarcasticamente fala sobre a “intelligencia do portuguez; não o que lá fica, mas do que vem enriquecer no Brazil”⁷⁷⁹. No Brasil, o tema também tem espaço na literatura, no teatro e nas caricaturas.

Como forma de robustecer suas teses, Álvaro Bomílcar recorre à história contra factual, conjecturando o desenvolvimento de um Brasil sem a ação

assimila. Isso deve-se essencialmente da história do país que, apesar de ser constituído por um povo audaz e aventureiro, “privado das luzes intellectuaes e moraes”, conseguiu descobrir importantes territórios, missão que recebeu da Divina Providência. Esse Portugal heroico, grandioso e predestinado a nobres cometimentos é uma ficção criada pelo seu povo patriótico e desgraçado, “nos delirantes paroxismos de sua comovida miséria!” Em: idem, p. 60 e 61.

⁷⁷⁸ Idem, p. 86.

⁷⁷⁹ Idem, p. 59.

enérgica dos portugueses, por meio tanto da valorização dos mestiços quanto da atuação mais efetiva de outros povos europeus, como os italianos e alemães. Referencia os estados do Sul e explica que o progresso dessas regiões se deve também às condições mesológicas e climatológicas, mas principalmente aos fatores etnográficos. Essas localidades que possuem maior imigração de outras nacionalidades, como alemães, italianos e polacos, que tiveram maior “progresso e reais manifestações de cultura” decorrente da “colaboração e preponderância inteligente e laboriosa” desses povos na agricultura. Nesses locais, a influência portuguesa é nula e, por isso, apresentaram evolução econômica, intelectual e moral. Ao contrário, os locais com presença lusitana mostram “malservação, indisciplina, anarquia e o — regimen do avança”⁷⁸⁰.

Álvaro Bomílcar intencionou, ao fazer uma reflexão sobre os espaços de experiência do preconceito racial no país, culpabilizar a aristocracia branca brasileira pela permanência desse pensamento intolerante. Para ele, a discriminação racial e os critérios de pensamento raciológico, que colocam os negros e mestiços como raças inferiores, são provenientes das teses positivistas valorizadas pela intelectualidade lusófila e herdadas das concepções sociológicas europeias. A visão, segundo ele, pouco observadora e incompatível com a realidade do Brasil, foi absorvida dessas teorias provenientes da Europa e fortemente veneradas pelos espaços eruditos e científicos brasileiros. Os grandes responsáveis pela disseminação dessa espécie de conhecimento são os “quasi-portuguezes”, descendentes lusos que ainda creem e reforçam a superioridade cultural e intelectual da ex-metrópole. No contexto cultural brasileiro aristocrático herdado do português, o raciocínio discriminatório encontrou meios para o seu crescimento e divulgação, que apresenta historicamente espírito impiedoso, desumano, egoísta e ganancioso, gerado pela sua decadência moral, política e econômica, principalmente quando comparada a outras nações europeias.

No cotidiano cidadão, o pensamento racista extrapola os livros e debates e transparece arraigado na não aceitação do negro e do mestiço no mercado de trabalho, na imprensa, nas instituições — como na Marinha —, na indústria e no

⁷⁸⁰ Idem.

comércio, lugares essencialmente dominados pelo imigrante português. Essa é a concepção do autor sobre o presente que interferirá nos horizontes de expectativa do país, caso não haja alterações radicais do pensamento pouco edificante deixado como herança pelos portugueses.

6.4.2 Horizontes de expectativa

Em caráter conclusivo, Álvaro Bomílcar propõe que para evitar o pensamento preconceituoso e ignóbil da aristocracia brasileira, a primeira mudança deve acontecer onde a intolerância ocorre com mais força, que é o caso da Marinha. Como já referenciado, os cursos da Escola Naval continuavam a destinar-se a aprendizagem dos brancos. Ou seja, a capacitação é uma realidade que reflete o preconceito e que prolonga a situação dos negros em cargos com menor qualificação. Para o autor, há nessa força armada uma “seleção da estética, da cor e da fortuna, que o preconceito ali mantém”⁷⁸¹. Essa realidade, como visto anteriormente, não é apenas representativa nessa entidade, mas pode ser notada em diversos outros meios sociais, políticos e econômicos do país. O raciocínio das raças inferiores — observado com mais ênfase no contexto militar naval — é o reflexo da visão europeia disseminada pela aristocracia branca brasileira, essencialmente descendente dos portugueses e absorvida pela população imigrante lusa fixada nas grandes cidades.

O alcance do progresso da Marinha e de todo o ambiente intelectual e popular brasileiro depende da mudança contundente dessa realidade imposta pela cultura colonial. A reforma radical dos costumes depende, portanto, do desenvolvimento do verdadeiro sentimento nacional, que corresponde a união da capacidade cívica e das aspirações da sociedade brasileira e não da “fofa concepção de brancuras e aristocracias, sem bases na história, sem apoio no regime político que adotamos, e que devemos honrar e respeitar por ser de facto o melhor”⁷⁸².

⁷⁸¹ Bomílcar, Álvaro. (1926). *O preconceito...cit*, p. 99.

⁷⁸² Bomílcar, Álvaro. (1926). *O preconceito...cit*, p. 96.

Álvaro Bomílcar explica que a felicidade da pátria se constrói essencialmente fundamentada na ordem, tendo como única garantia desta o militarismo. O militarismo é a instituição por natureza que legitima normas rígidas e proveitosas para o desenvolvimento da sociedade, por isso é imperioso que essas reformas sejam realizadas primeiramente nesse meio para o controle do espírito democrático, da crítica e do conhecimento positivo que ensejam a cooperação benéfica das raças humanas, em prol do respeito e do amor.

Para completar a obra de condenação da “esthetica-sociologica”, benéfica apenas à aristocracia — iniciada com a abolição da escravatura, que permitiu a permanência do negro no convívio social do país, passando pela criação do Serviço de Proteção dos Índios⁷⁸³, que salvou populações indígenas do desaparecimento e as protegeu dos “crimes seculares dos cruéis dominadores de antanho”⁷⁸⁴ —, é necessário, ainda, segundo o autor, uma diversidade de medidas. Entre elas, destacam-se: a regulamentação do exercício comercial e industrial realizado por estrangeiros para a garantia das suas nacionalizações, preservando a participação de brasileiros e não apenas de portugueses nesses estabelecimentos; a transferência da capital do país para o planalto central de Goiás, retirando das mãos dos lusos o poder central da pátria, como já ocorre no Rio de Janeiro; e a facilitação do ingresso de pessoas de cor aos cursos de oficiais, para garantir a participação mais democráticas nesses espaços, sem perder excelentes potenciais profissionais apenas pela sua raça. Com essas mudanças, que levam à tolerância e à cumplicidade entre os poderes, tenta-se evitar o chamado “regime do avanço que implantado pela boca inferior do ingênuo aldeão português, e vantajosamente excedido pelo branco brasileiro — seu digno descendente” que ainda impera no país.

Espera-se, ainda que sem profunda crença, que o abatido e humilhado brasileiro que declara amor à pátria ainda vibre numa “forte aspiração de liberdade, a brilhante constelação do Cruzeiro... Pátria, filosoficamente

⁷⁸³ O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) era um órgão submetido ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), criado no governo de Nilo Peçanha, em 1910. Seu objetivo era proteger e prestar assistência à população indígena no Brasil, pela direção de Marechal Rondon. SPILTN foi o embrião da atual Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e transferiu o trabalho de política indigenista para o Estado brasileiro que era antes das instituições religiosas, como era desde a colonização.

⁷⁸⁴ Bomílcar, Álvaro. (1926). *O preconceito...*cit, p. 100.

considerando, é bem uma illusão... Mas essa illusão ainda constitúe um bello condicionamento no vago e indeterminado problema da Felicidade”⁷⁸⁵. Com esse trecho final como modelo da toda a obra, o autor revela a sua posição pessimista em relação ao futuro do país. Apesar de sugerir alterações substanciais, tanto no comportamento social quanto no ordenamento das instituições militares e jurídicas, Álvaro Bomílcar não crê em um horizonte de expectativa vantajoso e positivo para o Brasil, revelando a sua incredulidade quanto ao fim do preconceito da raça negra, indígena e mestiça, mas também quanto ao cessar da influência do espírito português sobre a consciência social brasileira.

Nota-se que a obra teve como intenção buscar as linhas constantes ou as características gerais que serviram como base para um questionamento, segundo o autor, profundo e sério, até então realizado por pouquíssimos teóricos da nação. Os estudos sobre o preconceito de raça realizado pelo autor apontam que a tolerância e a cumplicidade dos poderes em relação à preservação dos privilégios conquistados pela aristocracia — sustentados pela concepção da superioridade branca portuguesa — refletiram-se na definição do patriotismo brasileiro. Para Álvaro Bomílcar, o nacionalismo, a identidade nacional e o vínculo sentimental com o território de nascimento podem — por conta da influência portuguesa nefasta no Brasil, que se iniciou na colonização e persistiu com a presença massiva de imigrantes na primeira metade do século XX — tornar-se um “vocábulo extranho, caduco e inexpressivo”⁷⁸⁶ para os brasileiros. O receio é que o contato com a lógica de pensamento portuguesa, intelectual, moral, social e econômica estimule cada vez mais a não aceitação do povo brasileiro de ele mesmo, em especial negros, mulatos e indígenas. Dessa forma, o autor culpabiliza a herança e a conexão com Portugal no desenvolvimento do preconceito de raça no Brasil.

6.5 *As duas bandeiras: catholicismo e brasilidade* (1924), de Alcebíades Delamare

⁷⁸⁵ Idem, p. 102.

⁷⁸⁶ Idem.

Alcebíades Delamare, um dos diretores da revista *Gil Blas*, era um dos intelectuais que representava o nacionalismo católico, por isso atuou ativamente em movimentos como *Ação Social Nacionalista* (ASN) e o *Apostolado Nacionalista* (AN), que tinham como objetivo unir a religião e o pensamento patriótico. Também foi um dos sócios fundadores do *Centro Dom Vital* (CDN), associação brasileira de católicos leigos de caráter nacional, que tinha como intenção influenciar a esfera cultural secular do país⁷⁸⁷.

A partir da militância católica, o autor acreditava que o amor e a defesa da pátria estavam diretamente relacionados à concepção religiosa de fé e da crença em valores morais cristãos. Alcebíades Delamare considera que o nacionalismo se constitui pela junção de dois conceitos: Deus e Pátria, “o primeiro é a força irresistível que nos atrai para a perfectibilidade do nosso espírito; e o segundo é o imã que nos prende ao solo em que nascemos”⁷⁸⁸. Sendo a religião católica o “baluarte da sabedoria e da verdade”⁷⁸⁹ e a verdade suprema qualidade apenas proveniente de Deus, o autor considera que a mentira é característica tipicamente mundana. Suas acepções de verdade e mentira apresentam relevância nesta análise, pois é a partir delas que o autor avalia a forma como devem ser observadas a moral, a história, a memória, a sociedade, a cultura e a intelectualidade do Brasil, já que perseguir a verdade é concentrar-se na obra verdadeiramente nacionalista, enquanto reproduzir mentiras pode ser o fim do sentimento patriótico da nação.

Aqueles que acolhem os ensinamentos de Deus, baseados na bondade, na justiça, no amor, na luz, na força e na esperança, perseguem a verdade; no

⁷⁸⁷ O advogado, jornalista e professor foi considerado um dos intelectuais e políticos mais entusiastas da causa católica no Brasil Republicano. Incentivou e organizou a construção do Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro e, por isso, foi nomeado o orador oficial da sua inauguração. Apesar de monarquista e amigo pessoal de alguns elementos da família Bragança, teve atuação contra a vinda de imigrantes portugueses no Brasil, pois para ele esses estrangeiros não permitiam a formação de um Brasil unido pela religião e pela pátria. Na década de 1930, foi membro da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político ultranacionalista, conservador, católico e de direita inspirado no fascismo italiano. Defendia a teoria do Estado Orgânico Integral Cristão que se baseava na concepção do ser humano como componente da sociedade em três aspectos: homem-espiritual, homem-econômico e homem-político. Dessa forma, o autor repetia constantemente as máximas desse pensamento: Deus, Pátria e Família. Vide: Enciclopédia do Integralismo (1950). *A orgânica da “Ação Integralista Brasileira”, vol. II*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira.

⁷⁸⁸ Delamare, Alcebíades. (1924). *As duas bandeiras: catholicismo e brasilidade*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital. p. 137.

⁷⁸⁹ Brito, Farias. (1924). Epígrafe. Em: Idem, p. 9.

entanto, para alcançá-la é preciso lutar, perseverar e por vezes renunciar em busca de tal ideal. A mentira, portanto, é um traço presente nos preconceitos, na História, na constituição dos povos, na imprensa, no passado, no presente e no futuro, é o guia dos homens, ou seja, é tudo aquilo que representa a não presença de Deus. É nesse sentido que a construção de uma nação, segundo o autor, deve ser baseada nos princípios cristãos, como fizeram os governos autoritários da Itália e da Espanha. “Mussolini está redimindo a Itália de todos os erros do passado”⁷⁹⁰, reerguendo a nação por meio da conjunção do civismo e da religião. Também, dessa forma, o Brasil será dominado pelo nacionalismo — “como o Fascismo empolgou a Itália, como o Riverismo absorveu a Espanha — no dia em que todos se convençam de que o catolicismo é a única força capaz de dirigir e governar o Brasil”⁷⁹¹. Nesse contexto, o autor flerta com o conservadorismo e com o autoritarismo do período.

A obra — composta por um compêndio de pronunciamentos em conferências, palestras, trechos de livros e panfletos e artigos de opinião em periódicos — revela a natureza combativa e radical do autor nos aspectos político-ideológicos, culturais e religiosos. No livro, como explica Lúcia Oliveira, Epitácio Pessoa é exaltado como o salvador das instituições republicanas, que foram livradas da apatia, do preconceito e das rotinas perniciosas típicas da política colonizadora⁷⁹². As ações e decisões de Epitácio e, com algumas restrições as de Arthur Bernardes, só podem ser comparadas às de Floriano Peixoto, leais e íntegros estadistas que defenderam a independência econômica e política do país, bem como as convicções cristãs. Nesses governos viu-se imperar a “Luz, de Verdade, de Justiça e de Honra que se laçou e se consolidou como base definitiva da defesa econômica do Brasil”⁷⁹³ e foi a partir delas que um novo rumo foi traçado para o país em busca do progresso.

Sobre a religião, a obra também revela uma opinião contundente do autor: a maçonaria, o espiritismo e o protestantismo não são doutrinas de valores morais, mas representam “o materialismo, a pança, a confusão, o ludibrio e a má

⁷⁹⁰ Delamare, Alcebíades. (1924). *As duas...cit*, p. 112.

⁷⁹¹ Idem, p. 115.

⁷⁹² Oliveira, Lúcia. (1990). *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.

⁷⁹³ Delamare, Alcebíades. (1924). *As duas...cit*, p. 32.

fé, a roubar, de mãos dadas, da Religião, da Virtude e do heroísmo”⁷⁹⁴. Segundo essa lógica, o maçonismo invadiu e assaltou o país, impondo a sua vontade criminosa e influenciando as elites mentais do Estado para o seu próprio enriquecimento. O protestantismo, mascarado de apostolado religioso, sociedade eugênica e instituição educativa, tinha por objetivo aplicar um plano comercial hegemônico, controlador e dominador dos mercados e das economias privadas no Brasil. Por fim, o espiritismo levava seus adeptos aos manicômios, à cadeia, ao vício ou ao suicídio, afinal, essa falsa religião era “um funesto demolidor de toda a moral e de toda verdadeira religião. É, pois, o espiritismo pela sua doutrina verdadeiramente diabólico”⁷⁹⁵. Segundo o autor, essa seita não diferencia os bons dos maus, já que todos possuem a possibilidade de gozar a felicidade suprema por meio da reencarnação.

Dessa forma, o autor considera ser necessário para o desenvolvimento e para a manutenção do nacionalismo no país, bem como para a edificação ideal de uma identidade nacional, a defesa do catolicismo como formas de integração entre espírito e combate, visando a formação moral e cívica do povo brasileiro.

Sim, sem Deus não podereis servir, nem sabereis amar ao Brazil. [...]. Desagregar, pois, o espírito da religião de Deus do movimento coordenado do nacionalismo é desplasmar o idealismo que dignifica o surto desse pensamento, para transformá-lo num choque incoerente, desordenado e inconsciente de interesses subalternos, mesquinhos e egoísticos⁷⁹⁶.

6.5.1 Espaços de experiência

Os espaços de experiência da obra revelam as questões ligadas ao nacionalismo católico brasileiro. A edificação da nação, desenvolvida a partir do discurso conservador e religioso do autor, é apresentada como um combate constante travado contra aqueles que representam os vícios morais, que desejam “a miserável situação de eterno servo de gleba” e de “vítima multiseular da hegemonia estrangeira”⁷⁹⁷. A história do Brasil, suas representações do passado e suas memórias remanescentes revelam, quando expostas de maneira honesta e baseada na busca incessante da verdade, uma

⁷⁹⁴ Idem, p. 133.

⁷⁹⁵ Delamare, Alcebíades. (1924). *As duas...*cit, p. 107.

⁷⁹⁶ Idem, p. 136 e 137.

⁷⁹⁷ Idem, p. 32.

luta dos patriotas contra os estrangeiros e os estrangeirismos que deturpam e impedem o desenvolvimento do país.

Dessa forma, nota-se a escolha do autor de iniciar o texto pelos pontos cardeais e mandamentos das organizações nas quais participa⁷⁹⁸, como o programa de combate de *Gil Blas* e as diretrizes da Propaganda Nativista. Alguns deles referem-se a ações do presente que exigem uma concepção sobre o passado, como: o estudo da geografia brasileira para conhecer seus recursos naturais, sua extensão e população, objetivando repassá-las aos seus filhos; o entendimento da verdadeira história da Pátria, com o objetivo de notar e desvelar os mitos contados pelos cronistas mercenários; o conhecimento do descobrimento do país, como parte integrante do Novo Mundo, por Christovão Colombo (em 1492) e o seu primeiro visitador Vicente Pizon (em janeiro de 1500); o orgulho das origens mestiças e americanas como uma das características mais importantes da constituição da nação; o entendimento que o Brasil é o espaço de caldeamento das raças e, por isso, é o país de maior prestígio na formação societária; a lembrança de que o progresso moral e material é proveniente da luta histórica de patriotas e brasileiros natos; a defesa dos povos americanos em prol da união desses países mais evoluídos e independentes; a prevenção das missões civilizadoras que deturpadamente argumentam objetivar o progresso e vêm dos decadentes países do Velho Mundo; o fortalecimento do ensino às crianças, destacando-lhes os sacrifícios dos heróis patriotas pela libertação do país, como Felipe dos Santos Beckman, Vieira de Mello e Tiradentes, José Bonifácio, Feijó, Deodoro da Fonseca, Epiácio Pessoa, Floriano e outros.

A posição política de Alcebíades Delamare é externalizada de forma clara, mostrando na obra seu apreço por alguns governos anteriores, como o de Epiácio Pessoa e Floriano Peixoto que, como já notado, foram os precursores de uma nova concepção nacionalista de que o Brasil é para os brasileiros. A presidência de Epiácio proporcionou ao Brasil, segundo o autor, renovadas medidas de proteção ao brasileiro, como: a nacionalização da marinha mercante, entregando-a ao “brio e ao zelo dos nossos patrícios a guarda e a defesa do

⁷⁹⁸ Tais orientações também foram divulgadas na revista *Gil Blas* e que aqui repete-se pela sua importância na demonstração dos argumentos do autor.

nosso pavilhão”⁷⁹⁹; a instituição das feiras livres, permitindo a libertação do povo “empobrecido, andrajoso e revoltado, das garras deshumanas do intermediarismo usurário e das exigências do commercio açambarcador”⁸⁰⁰, explorada principalmente por imigrantes lusos; mudança nos rumos da política externa brasileira, equalizando-a “aos ditames da solidariedade continental” e dando continuidade as “tradições de amizade e de confiança com os demais povos americanos”⁸⁰¹; e, por último, saneou o ambiente de trabalho policial, retirando do seu corpo estrangeiros, que “suppunham o Brazil continuar a ser eternamente o vassadouro de todos os detrictos moraes das civilizações européas”⁸⁰².

Com essas mudanças, o autor considera que Epiácio foi um dos principais políticos a pensarem patrioticamente no país, revelando coragem e capacidade para gerir as ameaças estrangeiras contra o Brasil. Os perigos de desnacionalização completa do comércio, da indústria e de repartições públicas foram evitados pelas obras e decisões de Epiácio e, por isso, foi um dos estadistas mais atacados pela “imprensa alienígena”, que tem por interesse, essencialmente, apoiar a colônia portuguesa no país. Sobre o governo do 11º presidente do país, o autor conclui:

do que fica apontado, infere-se que a sua administração abriu para o Brazil um novo rumo e traçou a seus successores uma nova directriz de governo. Sua acção foi toda de patriotismo indomável, de civismo intemerato, de energia férrea, de honestidade anatacavel, de clarividência insophismavel, de progresso são, e sobretudo de brazileirismo sem discrepância⁸⁰³.

Em comunicação realizada em abril de 1923, na ocasião de uma homenagem prestada por seus amigos e correligionários, Delamare expõe suas opiniões a respeito da sua crença cristã, do nacionalismo, das dependências econômicas e políticas nas quais sofriam o Brasil em relação a Portugal e sobre a união de forças para saná-las. Sobre o último assunto, o autor faz comentários à obra de Jackson Figueiredo, *Do nacionalismo da hora presente*, que explica a

⁷⁹⁹ O autor ressalta que Epiácio fez cumprir a lei de cabotagem nacional, mantendo a exigência de dois terços dos tripulantes das empresas marítimas fossem nacionais e diplomados pela Escola Naval. *Vide*: Delamare, Alcebiades. (1924). *As duas...*cit, p. 54.

⁸⁰⁰ *Idem*, p. 36 (nota de rodapé).

⁸⁰¹ *Idem*, p. 37 (nota de rodapé).

⁸⁰² *Idem*, p. 38 (nota de rodapé).

⁸⁰³ *Idem*, p. 54.

origem da tradição brasileira católica e antilusitana. Para este último, ainda no período colonial é possível perceber as características da fé e da constante busca pela autonomia, ainda que reprimida pela metrópole, que se tornaram uma unidade formal do caráter do brasileiro. Jackson Figueiredo explora essa unidade como um embrião para a formação da identidade nacional brasileira, bem como para o desenvolvimento das ideias republicanas exploradas no seio da elite intelectual brasileira. Com essa referência ao trabalho do colega de movimento, Alcebíades propõe explicar o antilusitanismo historicamente como uma arma necessária para a construção da independência brasileira em relação aos desmandos da antiga metrópole. Nesse esforço, os brasileiros natos ou patriotas desejavam a emancipação do país, de forma honesta e não xenófoba, mas apenas para conquistar o território, dando o poder de decisão aos seus efetivos responsáveis, os filhos da terra. O autor desculpa-se, com o apoio de Jackson de Figueiredo, das acusações de que sofreu à época sobre a sua posição jacobinista e lusófoba⁸⁰⁴.

Sobre a historiografia brasileira empregada pelos intelectuais lusófilos e repassada nas escolas de ensino secundário no país, os chamados ginásios, Alcebíades pronunciou-se para jovens alunos afirmando que a história brasileira é cheia de belezas morais, feitos magníficos de coragem e rasgos inéditos de civismo, que nela não se registram um “só acto de covardia, não se catalogam traições, nem se apontam as vilanias do suborno”. No entanto, ela é explorada e contada de forma “deturpada, desfigurada, desplasmada — já nas suas fontes, nas suas origens, já nos seus mananciais subsidiários, já no seu amago mais recôndito”⁸⁰⁵, tanto nas escolas quanto nos livros, nos compêndios, na imprensa e até no parlamento. A memória nacional que permanece e que é divulgada pela intelectualidade lusófila, de acordo com o autor, não desvela com profundidade

⁸⁰⁴ Alcebíades Delamare destaca que por mais que os intelectuais nacionalistas, como aqueles que compõem a *Propaganda Nativista* (PN) e a *Aliança Social Nacionalista* (ASN), se esforcem para provar sua inocência nas acusações de xenofobia e jacobinismo, ainda existem ataques daqueles “interessados na derrocada da grande e generosa obra [doutrina nacionalista], edificada com o sangue, o suor e as energias de um pugilo de verdadeiros patriotas”. O autor afirma, em tom de justificação, que o pensamento nacionalista do qual faz parte não se resume à fobia do português, mas prima pela demonstração de verdades e pela derrocada de bastilhas de prepotências e corrupção, ou seja, “esclarecer aos portugueses qual deve ser o seu papel no cenário da vida brasileira”. Em: Delamare, Alcebíades. (1924). *As duas...cit*, p. 62-64.

⁸⁰⁵ Idem, p. 121.

as obras e as ações dos heróis e dos mártires que lutaram pela autonomia e manutenção do Estado brasileiro. Ela apenas confere um amálgama de falsidades e torpezas criado pelos “historiadores mercenários, incumbidos de baralhar os acontecimentos, confundir os factos, deturpar as verdades — tudo isso em proveito de interesses inconfessáveis”⁸⁰⁶.

Em nota de rodapé, com referência a outra obra de sua autoria, denominada de *O momento nacionalista*⁸⁰⁷, Alcebíades revela que as crianças do país são ensinadas a fixar o pressuposto de que quem descobriu o Brasil foi Pedro Álvares Cabral e não Cristovão Colombo, como o verdadeiro descobridor do Novo Mundo, sendo o Brasil uma parte desse todo. Outro mito histórico são os dizeres sobre a estátua de Pedro I no largo do Rossio, em Lisboa, que define o monarca como cooperador da obra da Independência. Para o autor, não houve essa cooperação nem nas palavras, nem nos atos, tampouco nos gestos. Isso fazia parte de um “plano caviloso de fracasso do movimento libertador” que representava “seus gestos espectacular, toda a encenação de suas atitudes”. Pedro I não foi, segundo o autor, o grande herói da emancipação brasileira, a ilustração típica que mostra o grito às margens do Ipiranga é uma farsa para “burlar a ação dos que levaram, quasi a força, a romper os grilhões que nos jungiam á metrópole arruinada e sedenta de ouro”⁸⁰⁸. Os brasileiros foram, portanto, os verdadeiros e únicos responsáveis pelo 7 de setembro.

Outro exemplo da luta e bravura dos brasileiros foi a adesão da província da Bahia à independência, em julho 1823. Nessa ocasião, destaca-se que foi com o “sacrifício das virgens, com o martyrio dos bravos, com as energias dos moços, com a resistência dos velhos, com a heroicidade do povo bahiano”⁸⁰⁹ que se deu a cisão completa de Brasil e Portugal. A guerra de independência, para Alcebíades e Affonso Celso⁸¹⁰, expressou a belicosidade dos embates, com

⁸⁰⁶ Idem, p. 122.

⁸⁰⁷ Essa obra não pôde ser analisada em sua completude, pois seu estado de conservação na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro não permite sua digitalização, cópia, nem manuseio para pesquisa.

⁸⁰⁸ Delamare, Alcebíades. (1924). *As duas...cit*, p. 123 (nota de rodapé).

⁸⁰⁹ Idem, p. 125.

⁸¹⁰ Delamare referencia a obra *Porque me ufano do meu país*, de Affonso Celso, para explicar a atuação dos brasileiros na chamada guerra de independência.

diversas mortes e aprisionamentos, e a valentia dos brasileiros, que revelaram “intrepidez e fidelidade à bandeira”⁸¹¹.

A intenção do autor, até mesmo ao referenciar outros intelectuais da sua linha de pensamento nacionalista, é questionar o discurso historiográfico majoritário daquele período, que afirmava a não participação social no processo de autonomia política. Por isso que Alcebíades ressalta os movimentos, as insurreições e os combates com o objetivo de demonstrar não só a coragem do povo brasileiro, fortalecendo seu argumento de que essa é a nacionalidade merecedora da exploração do território, como também desmistificar historicamente a relação profícua e amistosa entre brasileiros e portugueses. Como evidencia o seguinte trecho:

a Independencia não foi obra do conchavo dos gabinetes, nem da rhetorica dos embaixadores; mas do trabalho exclusivo dos patriotas brasileiros. Não se operou esse factio politico, em que pése a opinião dos nossos historiadores, num ambiente de camaradagem e de bôa paz, sem lutas nem difficuldades, sob a apparencia sympathica de um accôrdo amigável entre a antiga colonia e a metrópole, o que vale dizer: — entre o dominador e o espoliado, entre o senhor e o escravo. Occultar aos moços a efusão de sangue que regou o solo brasileiro antes do grito redentor, é praticar um delicto contra a verdade, por isso mesmo relatal-a, sem odios, sem prevenções, sem malquerenças, é precípua dever do historiador imparcial e do sociólogo precavido, que não desejam, nem praticam a inglória tarefa de malsinar os erros do passado, nem praticam a inglória tarefa de malsinar os erros do passado, nem pretendem improficuamente denegrir as glorias e os heroísmos de quem quer que seja, mas se esforçam por demonstrar que o Brazil conquistou a sua independencia nas mesmas condições que qualquer outro paiz da America⁸¹².

De acordo com Alcebíades, o alcance da independência política foi um importante passo para o desenvolvimento do processo de autonomia, no entanto, ela só é conquistada na sua plenitude a partir da independência econômica, que só será efetivamente atingida com a observação da realidade daquele período histórico. É nesse contexto que o autor considera ser necessário, a partir da reinterpretação da história e da memória do país, a reavaliação das ações e atitudes de alguns representantes do Estado, de intelectuais e da própria parcela da sociedade para a construção de uma efetiva nação com autonomia, liberdade de pensamento e valorização da moralidade cristã. Assim, ele propõe os seguintes horizontes de expectativas para o Brasil.

⁸¹¹ Idem, p. 125.

⁸¹² Idem, p. 126.

6.5.2 Horizontes de expectativa

Os princípios formadores de um horizonte de expectativas para o país, segundo o autor, situam-se em torno da problemática da falta de independência econômica do Brasil em relação à Europa, principalmente, a Portugal. Outros aspectos citados pelo autor, como a mudança no desenvolvimento e perspectivas morais e intelectuais do país, são destacados como incentivos para o alcance da emancipação econômica.

As nacionalizações do comércio a retalho, da costeagem e a pesca, a mudança da capital do para o centro do país, com o objetivo de retirar o centro do poder da cidade com maior influência da imigração portuguesa, o estímulo para a compra de produtos em lojas nacionais e pagamento à vista para não depender de credores estrangeiros e a preferência pela leitura dos jornais nacionais são alguns dos “mandamentos do patriota brasileiro” ou “pontos cardeais da campanha cívica”⁸¹³ de Alcebíades, que visam diretamente o desenvolvimento da autonomia econômica do país.

A dependência econômica, que ainda assola o país — proveniente da doutrina do saque, da pilhagem, da violência —, para o autor, é apoiada pela concepção de que o Brasil continua a ser um *refugium peccatorum* (refúgio dos pecadores), dos deserdados e dos vencidos, ou seja, a terra da promessa para os irmãos de além-mar. Essa traiçoeira visão liberal, à qual se refere o autor, tem por intenção colocar o Brasil na contínua posição de país achado, na qual sua principal atuação seria salvar a “pança estrangeira”, e as “populações tumultuárias do Velho Mundo”⁸¹⁴. A emancipação econômica depende do abandono da política passiva, dócil e submissa que o Brasil tem adotado em relação aos países europeus. Para a mudança dessas circunstâncias é emergencial uma reforma radical nos valores e na moral da sociedade brasileira, iniciando pela Constituição, que finde o quanto antes a “xenolatria”⁸¹⁵. O autor é categórico sobre a imperiosidade dessa mudança:

⁸¹³ Delamare, Alcebíades. (1924). *As duas...cit*, p. 15 e 19.

⁸¹⁴ *Idem*, p. 71.

⁸¹⁵ A expressão usada pelo autor é para contrastar as acusações de xenofobia nas quais sofreu pela imprensa da época, como já referenciado anteriormente. O autor retoma a discussão tentando se defender da imputação e afirma que o ideal nacionalista é muito mais elevado que o simples preconceito em relação ao português. Reforça que não são contra uma nacionalidade,

exactamente por sermos um paiz de immigração é que precisamos acautelar-nos conquistas pacificas de que já vamos sofrendo as consequências! Si não mudarmos, desde já, de rumo por uma radical e corajosa reforma, o Brazil será de facto, e em breves tempos — um maravilhoso paiz ACHADO para os alienígenas, mas PERDIDO, definitivamente perdido, para os Brasileiros!⁸¹⁶

O processo de soberania econômica depende, no entanto, de uma mudança de mentalidade que permitirá, segundo o autor, o progresso moral e material da sociedade brasileira. Essa reforma radical de valores e de moral perpassa, também, pela alteração da intelectualidade e cultura no país, que deve adotar, entre outras, as seguintes medidas norteadoras: o estreitamento da relação entre Brasil e outros países americanos, por meio de uma política exterior voltada para o respeito e reciprocidade de interesses do continente; a emancipação e a nacionalização da língua brasileira, do teatro brasileiro e da imprensa; o combate ao analfabetismo e a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas; o acolhimento dos imigrantes que desejam trabalhar no campo; elevar o nível e a imagem da mulher brasileira, incorporando-a ao contexto social e de emancipação da pátria.

O autor destaca que a fraternidade entre as nações sul-americanas é interessante para o país, pois, além de permitir a sua colocação na ordem mundial do Novo Mundo, o afasta da relação perniciosa que mantém com a Europa, mais especificamente com Portugal. O Velho Mundo representa para a nova ordem mundial o que seu nome designa e oferece ao Brasil, apenas seu materialismo, “suas perspectivas de subversão da ordem publica, a indisciplina militar, a incoherencia partidária, a mashorca [mazorca]”⁸¹⁷. Desvincular-se dos padrões de pensamento europeus e adotar uma ligação mais próxima com os países americanos, que também passaram por processos de independência e foram contundentes no relacionamento com suas ex-metrópoles, é implementar uma lógica de pensamento nacionalista e autônoma. Dessa forma, fazendo referência ao postulado de Floriano Peixoto, Brasil para os brasileiros, o autor

mas contra uma hegemonia e um monopólio que açambarca toda a riqueza nacional, fechando as portas do comércio e da indústria para os nacionais. “O dinheiro e a política, a ambição e a falsidade, o suborno e capachismo têm desvirilizado o nosso povo e arrastal-o-iam á degradação, á ignominia, á baixaza de aceitar como um facto inevitável, imperativo e categórico, a dominação estrangeira [...]”. Em: idem, p. 75.

⁸¹⁶ Idem, p. 73.

⁸¹⁷ Idem, p 83.

utiliza a expressão “A AMERICA PARA OS AMERICANOS” afirmando não ser “mais do que uma projecção regional do lemma de Monroe⁸¹⁸”.

Para o autor, o contato e a fraternidade com os portugueses, no entanto, só devem ser incentivados se o imigrante tiver a intenção de colaborar com a construção da civilização brasileira. Muitos imigrantes portugueses no Brasil pensam que “de direito, cabem as mesmas vantagens que só o brasileiro deve ter no solo da pátria”⁸¹⁹, mas justamente por ter sido senhor no Brasil, o português deve ser ainda mais respeitoso com essa população. A colônia de lusos é uma “ligação de comadres, em que não são respeitadas as leis do bom senso e da educação, permitindo intimidades exageradas e criando, pouco a pouco, um mundo de hypocrisias”. Alcebíades conclui o tópico da relação entre as nacionalidades fazendo uma pergunta retórica: “qual o estrangeiro que não sabe que entre brasileiros e portugueses — não entre indivíduos de ambas nações — mas entre um e outro povo, há uma completa desconfiança?”⁸²⁰. Por isso, segundo o autor, os estrangeiros devem passar por uma seleção rigorosa para ir ao Brasil, perscrutando suas intenções, evitando a ida de “parasitas, de sangue-sugas”⁸²¹. Também não se devem admitir imigrantes que queiram se fixar nas capitais e no litoral, mas apenas aqueles que queiram contribuir na lavoura dos interiores, onde realmente há a necessidade de seus trabalhos. Sob nenhuma hipótese deve aceitar-se que esses que tentam a vida no país se julguem superiores aos nacionais, devendo ser assimilados à cultura e aos costumes nacionais.

A separação entre a língua portuguesa e a brasileira, conforme o autor, é uma oportunidade de emancipar a literatura e a intelectualidade brasileira da portuguesa. Alcebíades argumenta que o brasileiro é um português melhorado e suas locuções, diferenças linguísticas, já estão incorporadas ao patrimônio linguístico que se desenvolve com o progresso da língua. Falar e escrever a língua brasileira é uma forma de resistência e de combate à submissão identitária, demonstrando a especificidade do idioma.

⁸¹⁸ Idem, p. 38. O lema de Monroe refere-se à frase “América para os americanos”, que resume a intervenção que o presidente dos Estados Unidos da América, Jame Monroe, fez no Congresso, no dia 2 de dezembro de 1823.

⁸¹⁹ Idem, p. 64.

⁸²⁰ Idem, p. 65 (nota de rodapé).

⁸²¹ Idem, p 67.

Para além do idioma, outro aspecto da cultura cotidiana do país deve mudar, trata-se do reconhecimento e confiança que a população tem na imprensa explorada pela colônia lusitana. Tais meios de comunicação são regidos por puros interesses materiais e

provoca, incita, acarinha, sugere — com despudor, com improbidade, com a consciência perfeita da impunidade de seus crimes, — todos os atentados a família, a sociedade, ao Estado e a Igreja. Não respeita esse jornalismo arrivista nem lares, nem autoridades, nem desgraças, nem symbolos, nem mesmo a Patria que o toléra⁸²².

Essa imprensa, de acordo com o autor, mantém estreitas relações com os legisladores e, por isso, espalham notícias de cunho trágico, afirmando a existência de uma crise econômica — por eles criada — que assola o país. A divulgação da proximidade da bancarrota tem objetivo definido: a valorização dos negócios estrangeiros no país e a desonra da posição nacionalista do governo republicano, que deseja, entre outros, a valorização do brasileiro e a nacionalização da imprensa açambarcadora.

Em caráter conclusivo, nota-se que a obra tem como intenção disseminar o nacionalismo em sua vertente lusófoba e religiosa. O autor propõe uma revisão historiográfica destacando maior participação dos nacionais nas conquistas independentistas e revelando a atuação truculenta da ex-metrópole contra os naturais da terra nesses combates. A história e memória do país devem ser reformuladas e repassadas em um contexto diferenciado do habitual, em que intelectuais lusófilos optam por ressaltar a inoperância e a inatividade da população brasileira diante das impermanências, da ação magnânima dos representantes da Coroa na edificação da nação e da relação afável entre brasileiros e portugueses.

A mudança dessa mentalidade, de acordo com Alcebíades, também permite uma nova percepção que altera a lógica quase permanente de lugar de subserviência em que a sociedade brasileira se coloca diante do português. É essa posição de submissão que admite a exploração da indústria, do comércio e da imprensa pela colônia de imigrantes portugueses no Brasil. A condescendência com tal sistema impede o progresso do país, dificulta o vínculo

⁸²² Idem, p. 84.

do homem com sua terra e leva a uma crítica contundente da nação pela impossibilidade de edificação da sua identidade.

O autor, ao argumentar ser contra as acusações que sofria de ser lusófono, jacobino e antiestrangeiro, justifica-se afirmando que — no contexto em que o português é tratado no Brasil ou em que se apresenta a atuação da colônia lusa — essas denúncias nada mais são do que “essas necessárias intolerâncias com que se defende a sociedade brasileira neste momento decisivo da sua história”⁸²³ de desenvolvimento do sentimento nacional.

Nesse sentido, o autor sustenta que ser nacionalista é amar o seu país acima de tudo, ter orgulho do seu território, trabalhar para o progresso moral e material da sua nação, defender a imunidade do domínio e lutar para que sua população não seja considerada hóspede em sua própria casa. Mais do que tudo isso, é ser protagonista, por meio das ações e das palavras, do movimento inspirador que divulga, publiciza e espalha a importância da união social em prol da redenção do Brasil.

Só ele [o nacionalismo] poderá provar, em breve, ao nosso povo quanto póde o amor do bem publico, o zelo das nossas instituições e o conhecimento dos nossos legítimos problemas para aquelles que colocam acima de tudo na vida a defesa nacional, sob os princípios incorruptíveis de Deus e Pátria, subjectivismo puro, que não nos impede de também trabalhar, intensamente, corajosamente, abnegadamente, pela nossa emancipação económica [...]. é preciso conquistar nossa liberdade, que está esmagada nas garras do capitalismo ou oculta nas axillas do rapozismo político⁸²⁴.

⁸²³ Delamare, Alcebíades. (1924). *As duas...cit*, p. 84 (nota de rodapé).

⁸²⁴ Idem, p. 74.

Considerações finais

O antagonismo entre Brasil e Portugal, ou mais especificamente, entre brasileiros e portugueses, insere-se no rol dos estudos dos fenômenos históricos, pois apresenta em sua progressão rupturas e continuidades, singularidades, repetições e transcendências⁸²⁵; circula entre espaços de experiência e horizontes de expectativa⁸²⁶; e propõe perspectivas de (re)construção memorial, estruturadas a partir do momento que está sendo articulada ou expressa⁸²⁷. Presentes desde o período da colonização, as relações conturbadas entre brasileiros e portugueses configuram um fenômeno cultural e social, que como tal transmuta-se ao longo do tempo. Esse fenômeno revela as posições diversas sobre o relacionamento filial e que levou, simbolicamente, a um parricídio, mostrando os percalços e hostilidades que tiveram seu ápice, enquanto discurso, no período republicano, quando se formavam os projetos de identidade nacional. O antagonismo, a xenofobia e o estranhamento entre os países eram expostos em diversos meios e em diferentes práticas culturais, como na literatura, poesia, música e imprensa, bem como refletiam e estavam refletidos em aspectos da economia, da sociedade e da política do país.

Como visto no capítulo 1, as tensões iniciaram-se ainda no período colonial, entre os portugueses que viviam no Brasil e aqueles que permaneciam na Europa. Nesse momento, já se expressavam os primeiros enfrentamentos a partir das diferenças de pensamento provenientes do contato da natureza, da

⁸²⁵ As singularidades, as repetições e as transcendências são dimensões históricas ou estratos de tempo, propostos por Reinhart Koselleck, que se referem a vestígios de experiência ordenados analiticamente em três estados. As singularidades são experimentações dos acontecimentos como ocorrências surpreendentes e irreversíveis; as repetições são as estruturas do conhecido, do espectável, que organizam e planejam uma ordem lógica da vida e inclusive torna possível a ocorrência de eventos singulares; por sua vez, a transcendência corresponde às experiências de tempo capazes de se estenderem por gerações e que possuem uma explicação na longa duração. Em: Koselleck, Reinhart. (2014). *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio.

⁸²⁶ Definições de categoria de análise de experiência humana do tempo histórico de Reinhart Koselleck. Em: Koselleck, Reinhart. (2015). *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio.

⁸²⁷ De acordo com o conceito de Michael Pollak, disposto no capítulo 6 desta tese, em nota de rodapé. Em: Pollak, Michael. (1992). Memória e identidade social. *Revista de Estudos Históricos*. v. 10, n. 5.

convivência com os índios nativos e com o negro africano, bem como da relação de subordinação entre colônia e metrópole. A discussão perpassava, primordialmente, pelo aspecto político, em busca da emancipação dos governos locais, que se refletia no contraste de pensamento entre colonos e reinóis. Tal circunstância foi descrita em obras do período, como *Diálogos das grandezas do Brasil* e *História do Brasil*, estimulando na colônia um espaço de desenvolvimento da consciência da diferenciação e que, posteriormente, gerou o caráter emancipatório e separatista da América Portuguesa. O Brasil colonial abarcava uma multiplicidade de etnias, de culturas e de concepções identitárias que em diversos momentos revelavam diferente configuração no relacionamento entre os territórios portugueses dos dois lados do Atlântico. A recente matriz identitária que transformava o conquistador em colono construiu novo cenário de diferenciação e pertencimento no *locus*, por excelência, de disputas de projetos edificadores de identidade. Os recém-chegados, que carregavam o estigma de estrangeiro, sofriam com a discriminação daqueles que se consideravam nativos. Os primeiros eram o símbolo da relação conflituosa do poder real com a população das respectivas regiões. Acirradas pela exploração colonial, as contestações políticas desejavam discernir os grupos e findar o vínculo filial entre colônia e metrópole. As revoltas, guerras e motins foram importantes representações do germe formador da consciência identitária da sociedade local, com o desejo de separação face aos recém-chegados ou aos portugueses da metrópole. Destaca-se como exemplo do desejo dessa insurgência a obra de Gregório de Matos.

A cada canto um grande conselheiro
Que nos quer governar cabana e vinha,
Não sabem governar sua cozinha,
E podem governar o mundo inteiro⁸²⁸.

A presença da Corte portuguesa no Brasil, a partir de 1808, alterou não só a configuração societária da cidade, como também os vínculos entre os cortesãos bragantinos e a população local. Ao recém-chegado tecido político foi atribuída a condição de edificar a conformação europeia nos trópicos, impondo uma ideia, em parte, autônoma de identidade política brasileira, na qual as

⁸²⁸ Matos, Gregório. (2013). *Gregório de Matos: poemas*. 2 ed. São Paulo: Martin Claret. p. 85. Estima-se que o original tenha sido escrito entre os anos 1615 a 1635.

capitanias subordinavam-se ao novo centro político montado no Rio de Janeiro. Criava-se, portanto, uma nova entidade política e econômica no território americano que fazia esvaziar as concepções de metrópole e metropolitanos. Os reinóis deixavam de ser representantes de Portugal e passaram a ser apenas os estrangeiros europeus, esgotando o caráter de diferenciação entre os portugueses dos dois lados do Atlântico. As mudanças na tessitura social, econômica e política também transformaram as relações entre população local e forâneos, exigindo a criação de mecanismos de manutenção da unidade nacional para a conservação da lógica de domínio portuguesa.

A cisão, que até 1821 era tratada apenas como uma hipótese para ameaçar interlocutores em desavença, veio em 1822 em meio à exigência do corpo social brasileiro por mais consideração a respeito da autonomia das instituições e das decisões econômicas. A partir daí, as críticas dos brasileiros eram destinadas a Portugal e não mais à Corte, e junto com elas a contraposição dos discursos de identidade política, a reforçar a diferenciação entre o novo país e o velho Portugal. Para além do terreno discursivo e da oposição necessária para a consolidação da Independência, expostos pelos espaços de discussão como a imprensa, o antagonismo entre brasileiros e portugueses também foi sentido nas ruas e no cotidiano das grandes cidades brasileiras. No período imperial, confrontos como a Noite das Garrafadas, no Rio de Janeiro, e a Rusga, em Mato Grosso, inseriam no debate político o aspecto étnico, que sofria uma reconfiguração com a luta dos escravos africanos pela sua liberdade e com o debate da inserção desses na sociedade e no Estado como cidadãos. A discussão sobre a abolição e sobre os movimentos sociais ao longo da monarquia permeava e estimulava o argumento do passado tirânico e explorador português durante a colonização, utilizado por parte dos intelectuais que desejavam o fim da dependência política em relação à Família Real.

Nasce no debate pré-republicano a necessidade de relegar o passado da colonização, como também de construir uma memória coletiva que fortalecia a imagem de ultrapassada, antiga, tirânica e déspota sobre a ex-metrópole. O passado ibérico precisava ser expurgado e relegado para a conquista da condição identitária nacional própria do Brasil. A indesejável monarquia dos republicanos era proveniente da terra que representava os tempos sombrios em

que a dependência era ainda mais perniciosa, em que as vontades do povo brasileiro não eram ouvidas. O passado tenebroso de subordinação e exploração ficava ligado a Portugal. Era necessário, pois, afastar aquilo que simbolizava a relação tóxica que naquele momento era a Coroa. É nesse sentido que os jacobinos demonstravam suas hostilidades em relação aos portugueses.

Conquistemos o que é nosso e que só a nós nos pertence!
Viva a soberania do povo!
Viva a República!
Guerra aos Portugueses!
Morte aos traidores!⁸²⁹

A abolição da escravatura e a proclamação do regime republicano são os exemplos mais contundentes de que a virada do século XIX para o XX foi de grandes mudanças nos âmbitos sociais, políticos e econômicos no Brasil. A entrada de milhares de trabalhadores livres — ex-escravos — no mercado de trabalho, a perseguição pela cidadania e a inclusão no discurso republicano, a chegada de uma diversidade de imigrantes europeus, estimulada pelo racismo científico, e a noção de civilização a todo custo com a faxina social nas urbes alteraram as lógicas de mão de obra e os meios de sobrevivência das novas classes que surgiam nas grandes cidades. A tessitura social que se formava na virada do século e a forma como os governos lidavam com essas transformações foram a mola propulsora para os movimentos e tensões antilusitanas no cotidiano da República.

A facilitação no processo de naturalização de estrangeiros, conquista política que foi normatizada com leis federais e locais, sustentou o momento de maior imigração de europeus para o Brasil. Os portugueses foram a maioria deles, chegando a representar quase 8% da população no país e fixando-se em maior parte nas capitais brasileiras. Mudar-se para a “terra da promessa”, como ficou conhecido o país para os estrangeiros, era a forma mais efetiva de conseguir um trabalho e amealhar dinheiro, por isso muitos aventureiros escolheram essa região da América para viver, ainda que só por um tempo. O fluxo mais tradicional desses portugueses era para trabalhar no comércio e em

⁸²⁹ O Jacobino. (1894). Anno I, n. 24, de 8 de dezembro. p. 1. Em: Ribeiro, Gladys. (2017). *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Rio de Janeiro: Eduff. p. 106.

serviços, mas também vinham em menor número aqueles que procuravam as grandes obras públicas e as plantações.

Os conflitos entre as nacionalidades, que antes revelavam um caráter político — o receio do retorno à dependência e o revanchismo pelos abusos em torno da colonização —, passaram também a ter cunho social e econômico. Imigrantes disputavam, quase sempre possuindo vantagens, com brasileiros no mercado de trabalho. A pele branca, a imagem que apresentavam de maior qualificação — nem sempre condizente com a realidade —, a sobrevalorização do europeu, considerando-o disciplinado e ordeiro, a aceitação de trabalhos análogos à exploração e o fator “conterraneidade” ou “patricidade” eram os principais motivos pelos quais os portugueses eram privilegiados na escolha para o trabalho. A preferência gerava ressentimentos na população trabalhadora brasileira, empobrecida, “de côr”, vista como sem qualificação e considerada preguiçosa.

Como patrão e empresário, o português também era odiado: conhecido como açambarcador nos pesos e medidas, explorador de trabalhadores, agiota, praticante de altos valores nos aluguéis e concorrente no comércio ou serviços. Os brasileiros, portanto, tinham quase sempre que recorrer ao português para comer, trabalhar, dormir e se divertir. As tensões tinham, a partir daquele momento, justificativa no cotidiano e eram escancaradas nas zonas mais pobres das grandes cidades. A luta pela sobrevivência dava um diferente caráter aos embates que antes estavam representadas na ponta das penas ou possuíam motivação política, a animosidade extrapolava as discussões no papel e atingia o dia a dia do povo e a mágoa incitada por intelectuais e políticos adquiria mais força com a moessa da nova realidade urbana brasileira.

Nesse novo contexto, as divisões nacionais proporcionavam novos formatos à estratificação social colonial, mas garantiram sua manutenção. A renovada relação entre “senhor/patrão branco *versus* escravo/empregado negro e colonizador/explorador português *versus* colonizado explorado brasileiro”⁸³⁰ influencia nos desentendimentos cotidianos entre brasileiros e portugueses nas

⁸³⁰ Como destacado no capítulo 3 desta tese, as clivagens da sociedade colonial e imperial, apesar de renovadas, continuavam refletidas nas urbes brasileiras republicanas. Essa é a inferência realizada por Sidney Chaloub, na obra *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*.

camadas mais pobres da população, bem como nas ideias lusófonas disseminadas nos espaços intelectualizados de formação de ideias e opiniões. As duas circunstâncias em que se notam os antagonismos não se traduzem em uma lógica de causa e consequência, em que um necessariamente gera o outro, mas revela um sistema de interdependência, em que o ambiente social, econômico, cultural, das ideias e de mentalidades se interrelacionam. Assim, demonstra-se uma complexa trama de variáveis que constrói um ciclo de influências e interferências entre concepções sobre o passado, noções do presente e projetos futuros. Mais uma vez, observa-se, aqui, o caráter temporal espesso do fenômeno de estudos do antilusitanismo, evidenciando a diversidade de sentidos e significados com o passar dos tempos.

Nota-se, portanto, que os sentimentos de aversão e desprezo pelos portugueses no território brasileiro surgiram a partir dos conflitos entre reinóis e nobreza de terra, mas foram sendo reelaborados e renovados em acordo com os cenários do país e sua constituição, consolidação e afirmação nacional. A Independência necessitou do processo de diferenciação para alcançar a autonomia política, a entrada de trabalhadores livres, proporcionada pela abolição, a migração massiva de europeus, que resultou nas tensões entre as nacionalidades no cotidiano urbano, e a edificação de identidade nacional brasileira, que demandou à contraposição ao português.

O gérmen da civilização, lançado em teu seio pela Europa, não tem dado ainda os frutos que devia dar; vícios radicais têm tolhido seu desenvolvimento. Tu afastaste de teu colo a mão estranha que te sufoca; respira livremente, cultiva com amor as ciências, as letras, as artes e a indústria, e combate tudo o que entrevá-las pode⁸³¹.

A concepção de civilização, para José Magalhães, patente neste excerto, revela que é a partir dos finais do século XIX e inícios do século XX que se pode pensar na construção da identidade nacional⁸³². Seu conceito — contrapondo-

⁸³¹ Magalhães, José. (1836). Discurso sobre a História da Literatura do Brasil. *Revista Nitheroy*. p. 7. Disponível em: <http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit_online/domingos_magalhaes.pdf>. Acesso em abril de 2022.

⁸³² Como destacado no capítulo 2 e segundo Martin Adamec, a identidade nacional é uma identidade coletiva constituída pela consciência de pertencimento à nação. Em: Adamec, Martin. (2014). *A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido*. (Tese de Doutorado). Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

se ao de Estado-Nação⁸³³ — resulta da concepção de dois principais elementos: um postulado e uma invenção. O postulado é um princípio ou premissa que está refletido em uma memória e história comuns, representado pelos ancestrais fundadores, pelos lugares de memória, por um patrimônio e por uma cultura originária. Já a invenção revela a edificação discursiva de uma coletividade dependente das lógicas de cada momento e da subjetividade dos seus compositores, também submetida ao êxito do seu processo pedagógico, ou seja, da difusão e absorção de tal saber coletivo⁸³⁴.

A identidade nacional brasileira foi, portanto, uma obra inventada e imaginada⁸³⁵, ainda no século XIX, baseada em modelo dos países europeus, principalmente o francês. Proporcionada pela formação do Estado-nação brasileiro, com autonomia política, jurídica e econômica, foi preciso criar naquele momento, um conjunto de elementos identitários que marcassem o diferencial do Brasil em relação aos outros países. É nesse contexto que surge a necessidade de afirmar o português como distinto do brasileiro. Para reforçar a dessemelhança — de povos com culturas, histórias, costumes e práticas análogas, por conta da ancestralidade comum — era necessário opor o brasileiro ao português: o luso se torna o alter ego negativo do brasileiro⁸³⁶. Esse estrangeiro passa a ser percebido como uma ameaça à constituição de um novo povo, que possui uma nova cultura, uma nova língua, novos costumes, novas histórias, novas ideologias e novas perspectivas de futuro.

⁸³³ Segundo Luiz Bresser Pereira, o Estado-nação é um tipo de sociedade com o poder de legislar e tributar, ou seja, é uma sociedade político-territorial soberana, formada por uma nação, um Estado e um território. Os Estados-nação nasceram na França e na Inglaterra em torno das monarquias absolutas e das lutas fratricidas que sucederam à Reforma. O autor disserta que “com a revolução capitalista, chegamos, portanto, à era dos estados-nação. Não é por outra razão que dois séculos depois (tomando-se por referência a revolução industrial inglesa), no tempo do capitalismo global, pela primeira vez o globo terrestre se tornou totalmente coberto por estados-nação, indicando que a revolução capitalista estava em curso ou se completara em boa parte do mundo”. Em: Bresser-Pereira, Luiz (2017). Estado, Estado-nação e formas de intermediação política. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n.100, p. 155-185.

⁸³⁴ Thiesse, Anne-Marie. (2000). *A criação das identidades nacionais*. Lisboa: Temas e Debates.

⁸³⁵ Como discutido no capítulo 2 desta tese, insere-se aqui para além da invenção, o entendimento de imaginação proposto por Benedict Anderson. Em: Anderson, Benedict. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.

⁸³⁶ Expressão criada por Carlos Fino para referenciar a construção das diferenças entre brasileiros e portugueses necessárias, segundo seus elaboradores, para a constituição de um povo, uma sociedade ou uma unidade típica social brasileira. Em: Fino, Carlos. (2019). *Raízes do estranhamento: a (in) comunicação Portugal-Brasil*. (Tese de Doutorado). Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho.

É preciso destacar, entretanto, que como todo processo de formulação e constante reformulação da identidade de uma nação — um plebiscito diário⁸³⁷ —, o antagonismo e a distinção entre as nacionalidades não foram as únicas ideias propostas para a construção do Brasil. As diferentes peças que formaram o mosaico identitário brasileiro⁸³⁸ impulsionavam a imaginação de uma diversidade de projetos que inventavam a nação. Neste trabalho, o enfoque era destacar um aspecto de análise desses projetos: aqueles que viam a relação entre os países como uma “herança maldita”.

Entre a lusofilia e a lusofobia se revelou uma gama de dispositivos formadores das ideias de Brasil, na cultura, na política, na economia, enfim, nas mentalidades. Intelectuais, artistas, escritores, políticos, jornalistas, músicos e outros “projetistas” compuseram a miríade de opiniões, ideias e ideologias que vão muito além da perspectiva lusófila ou lusófoba, mas que demonstram um interessante parâmetro de análise nas construções identitárias nacionais. É nesse sentido que o interesse desse trabalho foi notar que, para além de instituições e nomes conhecidos, como Olavo Bilac, Varnhagen, Malheiro Dias e Gilberto Freyre, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e os Reais Gabinetes Portugueses de Leitura, que valorizavam os legados deixados por portugueses, no mesmo período, também insurgiram pensadores sobre o Brasil que desejavam relegar ou incriminar a hereditariedade portuguesa. Por isso, a proposta desta tese foi desvelar um viés discursivo tradicionalmente pouco explorado na formação da identidade nacional. Não foi intenção, dessa forma, realizar uma pesquisa com caráter totalizante, que revela qual dos dois discursos possuíam maior ou menor representativa no contexto geral. O esforço foi,

⁸³⁷ Segundo Ernest Renan, edificar uma nação é permitir a abertura de discussão sobre o que efetivamente a representa naquele instante. É notar as lembranças e os esquecimentos de um povo e fazer com que esses fatores se reflitam em um consentimento contínuo de permanecer-se como unidade. Em: Renan, Ernest. (1882). O que é uma nação: conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março. Trad. Glaydson José da Silva. *Revista Aulas - UNICAMP: documento*, v. 1. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>>. Acesso em junho de 2022.

⁸³⁸ István Jancsó e João Paulo Pimenta destacam a diversidade de identidades locais que constituíram o Brasil e que, inicialmente, não apresentavam uma unidade na formação do Estado-nação brasileiro. O povo se identificava, até o processo de independência, mais facilmente com a região que vivia (mineiro, baiano, pernambucano), ou como forma de promover a diferenciação entre o metropolitano e os nascidos na terra (americano e o português ou metropolitano). Jancsó, István; Pimenta, João Paulo. (1999). Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. Em: Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. 3 ed. São Paulo: Editora Senac.

portanto, revelar a existência de estratégias narrativas de discurso antilusitano que representou uma parcela da intelectualidade brasileira, estimulado, mas também reverberado — em que causa e consequência assumem caráter cíclico — pelas/nas classes mais populares da sociedade, principalmente, das urbes do Brasil.

A identidade nacional é entendida nesta tese como representação cultural discursiva, em que sua análise depende da observação do lugar onde a formação identitária se constituiu como referência simbólica e como instrumento de propagação de ideias entre os seus membros. Foi imperioso, portanto, investigar as práticas culturais daquele período que constituíram terreno para a formação de narrativas nacionais lusófonas. Percebeu-se os locais, espaços e meios que permitiram a popularização do discurso antilusitano já sentido e experienciado nas ruas das grandes cidades, com os confrontos entre nacionais e imigrantes.

Os discursos formadores das identidades nacionais⁸³⁹ — investigados nesse trabalho pela análise do discurso (AD) — estão expressados em uma diversidade de práticas culturais e aqui destacaram-se as mais presentes na lógica cultural popular e das elites brasileiras durante os anos 1890 a 1930. Tendo em conta a alta taxa de analfabetismo e da impossibilidade, fortalecida pelo racismo, da inserção de certas etnias e classes aos circuitos culturais, também foi necessário observar expressões como a música, primordialmente o samba, e o teatro de revista. Os jornais e as caricaturas também permitiram uma popularização de ideias e informações antes inacessíveis à maior parte da sociedade — afinal, os livros, mesmo para a parcela alfabetizada das grandes cidades, tinham alto custo. É relevante ressaltar que cidades como São Paulo e o Rio de Janeiro, recorte territorial desta pesquisa, são uma representação inexata do todo brasileiro, pois era nessas cidades que se concentrava a maior parte do público letrado e também dos jornalistas e intelectuais escritores.

A investigação das fontes jornalísticas com teor nacionalista — ainda que não representativas numericamente se comparadas àquelas que valorizavam a presença e herança portuguesa no país — demonstrou emblematicamente como

⁸³⁹ Reforça-se, aqui, a multiplicidade de identidades que são formadas em nome da nação e, por isso, a utilização do conceito no plural.

a relação do Brasil com Portugal ainda era um ponto de inflexão na construção do país e quais as expectativas de futuro. A questão nacional em *Gil Blas* e em *Brazileia*, considerados dois dos periódicos mais representativos da direita nacionalista⁸⁴⁰, exprimia uma visão renovada daquela explorada no pós-Independência: com povo definido e diferenças sociais estabelecidas, o discurso nacionalista dessas revistas tinha por intenção culpabilizar a permanência da relação com Portugal e o contato direto com os imigrantes pelas mazelas e agruras políticas, econômicas e sociais pelas quais passavam os brasileiros naquele período.

Em *Brazileia* há uma crítica da manutenção da dependência do Brasil em relação a Portugal nos sentidos intelectual, cultural e econômico, por conta da sua história e memória comuns e pela presença enfática da colônia portuguesa nas importantes decisões políticas — ainda que indiretamente — e nos setores do comércio e da indústria brasileiros. A estratégia narrativa da revista revelava que a ideia de subordinação nascera e mantinha-se, espontaneamente, desde o período da colonização, e que essa condição era o entrave para o desenvolvimento do país e para a consolidação do projeto identitário nacional. Na mesma linha, atuou *Gil Blas*, mas não durante todo o seu tempo de publicação⁸⁴¹. Este periódico retratava o debate nos anos 1920 acerca da edificação da construção historiográfica nacional, sendo um espaço de questionamento das propostas de instituições imperiais como o IHGB, Arquivo Nacional e Reais Gabinetes Portugueses de Leitura. A intenção era contrapor a historiografia tradicional que valorizava a atuação portuguesa, aventando uma disputa memorial pela crítica contundente à lógica de submissão da colonização. Também era destaque dessas publicações o combate pela nacionalização do comércio, da indústria e da imprensa, e nessa discussão a figura do português assume caráter de inimigo, não apenas nas ideias e na mentalidade — referenciando-o como símbolo da dominação intelectual e cultural —, mas

⁸⁴⁰ Beired, José Luís. (1999). *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola.

⁸⁴¹ O periódico ficou dividido em duas linhas de pensamento, uma que explorava o nacionalismo católico antilusitano, da mesma forma como *Brazileia*, e outra, liderada por Afonso Celso, que revelava um tom menos radical, mais ligado às posturas antirrevolucionárias do que ao antiestrangerismo, que representaram, principalmente, os anos finais da revista.

também no cotidiano das cidades, como o oponente e competidor por espaço no mercado de trabalho e no empresariado.

Para além da imprensa, outras práticas culturais fortaleciam o estranhamento e o antagonismo em relação aos portugueses na construção da identidade nacional brasileira. A imagem estereotipada do português foi disseminada na literatura, na caricatura, na música e no teatro de revista. A figura de imigrante gerava uma intensa carga de ressentimentos construída a partir de uma complexa e diversa trama de significações, elaboradas ao longo dos anos de relações entre os países. Como já revelado nas análises, os símbolos fabricados em torno do português são produto da reação dos brasileiros à concorrência no mercado de trabalho, do jugo histórico enfrentado no período da colonização e da presença marcante desse estrangeiro no empresariado nacional, compondo um oligopólio na oferta de produtos e serviços de primeira necessidade para a população. A união de ressentimentos, organizado pela intelectualidade formadora de projetos para a identidade nacional, resultou e também foi resultado do tratamento hostil e estereotipado dado ao “bode expiatório”⁸⁴².

Na literatura, alguns autores, como Luís Edmundo, e obras não tinham como pretensão explorar intencionalmente a imagem do imigrante português a partir de um pensamento antilusitano ou lusóforo, mas acabavam por fazê-la, visto que através dos personagens reforçavam a ideia e simbolismo do luso vinculado à exploração, à independência, ao atraso e ao passado, constituídos ao longo dos tempos da colonização. É a partir dos romances ou dos envoltórios desse tipo social das urbes brasileiras que diversas vezes ocorrem conflitos do cotidiano. Reitera-se, nessas obras, a culpabilização do português pela herança considerada corrupta, rude e conservadora na lógica de vida brasileira e pelas dificuldades econômicas e sociais sofridas pelos nacionais. Também são revelados, representando ocorrência constante e corriqueira, os desacordos e discussões entre nacionais e estrangeiros, principalmente entre as classes mais populares. Como era característico dos movimentos realistas e naturalistas, a literatura do período intencionava mostrar

⁸⁴² Expressão utilizada por Carlos Fino para designar o português no contexto da formação (in)comunicação entre Brasil e Portugal. Em: Fino, Carlos. (2019). *Raízes do...cit.*

as relações, dificuldades, modos de vida e convivência no cenário citadino e representou o português como o outro a se diferenciar na construção do imagético social brasileiro.

A caricatura, forma ilustrativa de tornar a linguagem mais simples e acessível para o público leitor brasileiro, que se alfabetizava nas primeiras décadas do século XX, aproximou a sociedade da imprensa e permitiu a compreensão de temas complexos, como política e economia, pela população menos intelectualizada. As imagens que representam os portugueses no Brasil denotam tanto o preconceito que estes sofriam nas cidades e na imprensa quanto denunciava as ilustrações de Bordalo Pinheiro, bem como desvelam a estereotípia construída cultural e socialmente e disseminada por essas práticas discursivas. Os perfis construídos dos portugueses destacavam as imagens de corruptores, agiotas, ludibriadores, grosseiros, desasseados, aproveitadores, baderneiros e indisciplinados, e a partir dessas representações revelava-se o tipo social do imigrante luso, carregado de simbolismo e significação, que constituía o cotidiano das cidades brasileiras.

A defesa da brasilidade, ou das características próprias que configuravam o ser brasileiro, foi uma das bandeiras defendidas pelos produtores culturais daquele período, principalmente os que tinham como visão a disseminação da cultura popular considerada de construção tipicamente brasileira. O samba — representado principalmente por Noel Rosa e Orestes Barbosa —, tratado como sinfonia nacional na década de 1930, tinha como objetivo descartar as influências estrangeiras em nome da edificação da identidade cultural do país. Importante ferramenta simbólica de divulgação cultural do Brasil, o referido gênero musical reforçava a ideia de que a herança portuguesa (bem como as influências francesas e norte-americanas) devia ser relegada para o enaltecimento da brasilidade. Os defensores da construção da música nacional afirmavam que na formação instrumental e na composição do ritmo eram aproveitados apenas os legados africanos e indígenas. A exclusão — ainda que apenas discursivamente — da influência dos instrumentos e arranjo das músicas portuguesas no samba mostrava a estratégia de afastamento das relações culturais entre os países.

O teatro de revista também foi uma construção cultural popular que serviu como instrumento, inclusive pedagógico, de publicitação dos elementos da identidade nacional brasileira. Sua penetração na sociedade possibilitou a aproximação do brasileiro com os temas da cultura e cotidiano urbano no Brasil, por meio do humor. Na década de 1920, teve seu auge no país, apresentando uma diferença considerável do teatro de revista dos finais do século XIX que, inspirado na dramaturgia portuguesa, representava por vezes mais a realidade europeia do que a brasileira. A brasilidade deveria ser retratada nos palcos para encantar o público, por isso os costumes, os tipos sociais, a língua com sotaque e as especificidades do território tropical foram sendo absorvidos pelas companhias em prol do aumento de espectadores. Com presença marcante nos contextos sociais citadinos, os imigrantes portugueses eram simbolizados — assim como nas caricaturas — como antimodelos. O português configurava-se, portanto, como o outro, o “não brasileiro”, o estrangeiro que disputava espaço de assimilação no território brasileiro, um imigrante, embora acreditasse que fazia parte do projeto brasileiro.

As representações do português em tais práticas culturais assumem importância na percepção do lugar ocupado por esse imigrante no pensamento e nas ideias populares. As imagens disseminadas pelos jornais, revistas, caricaturas, músicas, teatro e literatura demonstram a forma como os lusos eram notados e entendidos pela população brasileira. O constructo teórico e conceitual sobre a nação que estava sendo criado naquele momento influenciou e foi influenciado por essa consciência do povo.

As narrativas nacionais criadas ao longo do período republicano tiveram como mote uma diversidade de temáticas, debates, teorias e metodologias. As análises sobre os elementos constituidores do país, como a política, economia, sociedade, território, comportamentos, cultura e costumes funcionaram como meios de divulgação, por vezes até pedagogicamente, dos projetos de identidade nacional do Brasil. As avaliações sobre o presente, baseando-se no passado e proporcionando uma perspectiva sobre o futuro, foram formas de elaboração de discursos, que inventados e imaginados⁸⁴³, tinham como intenção

⁸⁴³ Aqui novamente utilizando-se das expressões de Anne-Marie Thiesse e Benedict Anderson ao caracterizar os elementos de identificação nacional.

conduzir a sociedade brasileira a respeito do seu ideário sobre a sua identidade nacional. As estratégias narrativas de edificação desses discursos nacionais diferenciam-se de uma para outras, porém todas apresentam como condição da sua existência inteligível o encadeamento temporal que desvela seus espaços de experiência e horizontes de expectativa.

Definir a nação brasileira era um esforço que demandava pensar sobre si e seus contextos, mas também, essencialmente, observar o outro e suas realidades. Nesse sentido, foram escritas as narrativas analisadas neste trabalho por debaterem sobre o Brasil e os brasileiros, examinando Portugal e os portugueses com o objetivo de diferenciá-los. Muitos discursos vão além da apresentação da dessemelhança e fazem um verdadeiro expurgo daquilo que simboliza a ex-metrópole ou ex-pátria mãe. Outra forma de afastamento na construção da alteridade brasileira foi a utilização do silenciamento ou do apagamento das relações históricas e memoriais com Portugal. Este último recurso, entretanto, foi menos utilizado que o primeiro, afinal, os vínculos, ainda que com o passar dos anos republicanos, eram evidentes entre as nacionalidades e suas ancestralidades.

As obras de escritores com pensamento lusófono refletem a identificação do português e de Portugal com o atraso, com o subdesenvolvimento e com a decadência. O antigo e ultrapassado vinculava-se à história da colonização e do pensamento colonialista, praticado pelo país europeu, e de que o Brasil — segundo esses intelectuais — deveria esforçar-se para se livrar. O moderno, inovador e vanguardista deveria ser oriundo do vínculo com outros países americanos, assim, a influência e a herança portuguesa precisavam de ser difamadas, criticadas ou intencionalmente rasuradas. A observação das relações entre Brasil e Portugal serviam apenas para explicar historicamente as mazelas nacionais, na política, na economia e nas práticas culturais e sociais. Dessa forma, notou-se o empenho para legitimar uma memória coletiva, necessária para a fabricação da nação e da consciência nacional, que afastasse definitivamente as correspondências entre a ex-metrópole e a antiga colônia. Foram valorizados, por conseguinte, outras raízes como a indígena, a africana e a europeia de diferentes proveniências.

Houve, nas narrativas nacionais investigadas, uma proposta de alteração do sentido do passado, em que em que ao invés de admirar e honrar a ascendência portuguesa e a relação filial entre os países, buscou-se não só menosprezá-la e criticá-la, mas, os autores dessas narrativas, a partir da resignificação historiográfica, promoveram a convicção de um futuro de expurgo e retificação, no qual a liberdade, o desenvolvimento e a consagração da unidade na construção de um projeto para a nação perpassariam pela não aceitação do português. Como estratégia para rejeitar o português, foram elaborados diversos argumentos, entre eles a defesa: da nacionalização de instituições e setores brasileiros, como o comércio, a indústria e a imprensa; da expulsão de imigrantes, ainda que por meios considerados legais; da coibição da sobrevivência do imigrante no país; da lusofobia, do controle social e do preconceito, a impedir a inserção do luso no contexto societário e estatal e excluindo-o de direitos civis, políticos e sociais.

Em conclusão, o antilusitanismo foi um fenômeno discursivo que representou parte dos projetos edificadores da identidade nacional brasileira. O preconceito, a xenofobia e as hostilidades contra os portugueses, causados pelas circunstâncias políticas, sociais e econômicas no país, foram aproveitados pela intelectualidade formadora de opinião para incentivar o distanciamento da antiga metrópole. A estratégia narrativa de criação de alteridade perante o semelhante perpassou pelo expurgo do vínculo filial entre os países, no qual a história e a memória ligadas a Portugal não mereciam orgulho, mas vergonha. Era preciso, depois de expulsar a dinastia, expulsar também “o espírito bragantino, as ordenações e o rapé de Maria da Fonte”⁸⁴⁴. Esse era o motor para a mudança no futuro: declarar a independência total e definitiva em relação à ex-metrópole.

Nesse contexto, a imagem do português no Brasil passou a ser símbolo de diferenciação, no qual estava concentrado tudo de negativo referente à herança de seu caráter. Os estereótipos sobre os portugueses construídos naquele período, bem como o entendimento historiográfico crítico das ações lusitanas na história do Brasil, foram elementos constituidores de uma ideia

⁸⁴⁴ Andrade, Oswald. (1928). Manifesto Antropófago. *Revista da Antropofagia*. Anno I, n.1. p. 7.

nacional desenvolvida naquele momento e persistente até os dias atuais. Entre espaços de experiência e horizontes de expectativa desses discursos formadores da identidade nacional brasileira, almejava-se um verdadeiro parricídio com a destruição dos laços de sangue que uniam os países em todos os âmbitos, já que o Brasil não apenas deveria deixar de ser “outro Portugal”⁸⁴⁵, mas, pelo contrário, deveria transcender a sua ancestralidade para constituir-se como nação.

⁸⁴⁵ Expressão em referência à frase de Fernão Cardim, na obra *Tratados da terra e gente do Brasil*, escrito entre 1583 e 1601, também utilizada no primeiro capítulo desta tese. Em: Cardim, Fernão. (1925). *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite. p. 104.

Fontes

Alencar, José. (1874). *Guerra dos mascates: chronica dos tempos coloniaes*. v. 2. Rio de Janeiro: B.L. Garnier. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4671>>. Acesso em janeiro de 2021.

Alencar, José. (1996). *O Guarany*. Ed. 20. São Paulo: Ática.

Andrada e Silva, José Bonifácio d'. (1825). *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brazil sobre a escravatura*. Paris: Typographia de Firmin Didot. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518681/000022940.pdf?sequence=7&isAllowed=y>>. Acesso em fevereiro de 2021.

Andrade, Oswald. (1928). Manifesto Antropófago. *Revista de Antropofagia*. Anno I, n. 1. p. 3 e 7.

Annaes do Parlamento Brasileiro. (1888). Câmara dos Deputados: Terceira Sessão da Vigésima Legislatura. Volume VII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/29899>>. Acesso em abril de 2021.

Antônio do Rosário, Frei. (1702). *Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia consagrada á Santissima Senhora do Rosario*. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320149/or1320149.pdf>. Acesso em fevereiro de 2021.

Anuário Estatístico do Brasil de 1950 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf>. Acesso em abril de 2021.

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. (1789). v.1. Brasília e Belo Horizonte: Câmara dos Deputados e Imprensa oficial de Minas Gerais (edição de 1978). Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/autos_de_devassa_01-1.htm>. Acesso em janeiro de 2021.

Azevedo, Aluísio. (1876). *O Fígaro*. Anno I. n. 20. p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706710&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=144>>. Acesso em janeiro de 2022.

Azevedo, Aluísio. (1877). *O Mequetrefe*. Anno III, n. 94, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709670&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=642>>. Acesso em janeiro de 2022.

Azevedo, Aluísio. (1890). *O Cortiço*. Fundação da Biblioteca Nacional: Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/cortiço.pdf>. Acesso em dezembro de 2021.

Azevedo, Artur; Sampaio, Francisco. (1886). *O Bilontra*. Literatura Brasileira: textos literários em meio eletrônico. Rio de Janeiro: Editora Diário de Notícias. Cena VIII. Disponível em: <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=37461>>. Acesso em fevereiro de 2022.

Barbosa, Duarte. (1946). *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente. [1516]*. Lisboa: Agência Geral das Colónias. Disponível em: <<https://purl.pt/435>>. Acesso em fevereiro de 2021.

Barbosa, Januário da Cunha. (1839). Discurso. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. n. 1. p. 10-21.

Barbosa, Orestes. (1933). *Samba: sua história, seus poetas, seus músicos, seus cantores*. Rio de Janeiro: Livraria Educadora. p. 16. Disponível em: <<http://www.academiadosamba.com.br/memoriasamba/bibliografia/pdf/Livro-OSamba-OrestesBarbosa.pdf>>. Acesso em dezembro de 2021.

Barros, João. (1919). *A aproximação luso-brasileira e a paz*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.

Bilac, Olavo. (1906). *Chronica. Kosmos: revista artística, científica e litteraria*. Anno 111, n. 10. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=146420&pesq=&pagfis=1837>>. Acesso em janeiro 2022.

Bomílcar, Álvaro. (1916). *O preconceito de raça no Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Aurora.

Bomílcar, Alvaro. (1920). *A política no Brazil ou o nacionalismo radical: ensaio de crítica social e histórica*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurillo.

Bomilcar, Alvaro. (1929). Discurso. *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*. Anno XLIII. p. 339. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/1929indice.html>>. Acesso em abril de 2022.

Bonfim, Manoel. (2008). *A América Latina: males de origem [versão online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Brandão, Ambrósio Fernandes. (2010). *Diálogos das grandezas do Brasil*. vol. 134. Brasília: Edições do Senado Federal.

Brito, Farias. (1924). Epígrafe. Em: Delamare, Alcebíades. *As duas bandeiras: catholicismo e brasilidade*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital.

Camara dos Deputados. (1832). *Annaes do Parlamento Brasileiro: Terceiro Anno da Segunda Legislatura*. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28399>>. Acesso em março de 2021.

Caminha, Adolfo. (1895). *Bom-crioulo*. NEAD — Núcleo de educação a distância. Belém: Universidade da Amazônia (UNAMA).

Cardim, Fernão. (1925). *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite.

Carvalho, Elysio. (1922). *O libello nativista contra os portuguezes*. *America Brasileira*. Anno I, n. 8. julho. p. 11

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. (1891). Artigo 69, inciso IV. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em abril de 2021.

Constituição Política do Imperio do Brazil. (1824). Título 2º: Dos cidadãos Brasileiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em março de 2021.

Cordeiro, Calixto. (1902). *O Malho*. Anno I, n. 3 (4 de outubro). p. 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=Penha&pagfis=43>>. Acesso em janeiro de 2022.

Costa, Luiz Edmundo. (1957). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conquista.

Cotrim, Alvaro. (1965). *O Rio e a Caricatura*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. p. 10. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon693341.pdf>. Acesso em janeiro de 2022.

Decreto nº 1641, de 7 de janeiro. (1907). Artigo 1º. Em: Diário Oficial – 9/1/1907, p. 194 (publicação original). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>>. Acesso em outubro de 2021.

Decreto nº 58-A, de 14 de dezembro de 1889. Em: Coleção de Leis do Império do Brasil – 1889. Vol. 1. p. 251 (Publicação Original). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-58-a-14->

dezembro-1889-516792-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em abril de 2021.

Delamare, Alcebíades. (1924). *As duas bandeiras: catholicismo e brasilidade*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital.

Diário da Câmara dos Deputados. Sessão n. 29, do dia 25 de fevereiro de 1921. Disponível em: <<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/04/03/029/1921-02-25/5>>. Acesso em abril de 2021.

Direção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionaes. (1904). *Emigração Portuguesa: Anno de 1901*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Donga; De Chocolat. (1925). *Nosso ranchinho*. Disco 78 rpm. Imprenta [S.I.]: Odeon, 1921-1926. Álbum 122832. Disponível em: <<https://cifrantiga2.blogspot.com/2008/02/nosso-ranchinho.html>>. Acesso em fevereiro de 2022.

Edmundo, Luís. (2003). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, v.1.

Enciclopédia do Integralismo. (1950). *A orgânica da "Ação Integralista Brasileira"*, vol. II. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira.

Ferraz, Francisco. (1875). Sessão de 7 de novembro na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. Em: Brito, Rômulo. (2017). *Um traço sobre o Atlântico. O Brasil na obra caricatural de Rafael Bordalo Pinheiro*. (Tese de doutoramento em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Fluminense, O. (1915). Portugal no Brasil. Ano 38, n. 9568. Nictheroy, 10 de julho. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_05&pesq=%22trabalhadores%20portuguezes%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=8033>. Acesso em outubro de 2021.

Freyre, Gilberto. (2003). *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil-2. 14ª edição revista. São Paulo, Global Editora.

Gazeta de Notícias. (1920). O "Highland Glen" trouxe muitos portuguezes. Ano XLV, n. 294. Rio de Janeiro, 24 de outubro, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&Pesq=%22trabalhadores%20portuguezes%22&pagfis=2523>. Acesso em outubro de 2021.

Gil Blas: pamphleto de combate. (1919 – 1923). Anos I – IV, n. 1 – 200. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224561&pagfis=1>>. Acesso em setembro de 2021.

Guimarães, Francisco. (1933). *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Typografia São Banedicto.

Jacobino, O. (1894). Anno I, n. 24, de 8 de dezembro. p. 1. Em: Ribeiro, Gladys. (2017). *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Rio de Janeiro: Eduff. p. 106.

Jobim, Nelson; Porto, Walter. (1996). *Legislação Eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. vol. I. Brasília: Biblioteca do Senado Federal.

Jornal, O. (1921). Em prol dos portugueses do norte do Brasil. Ano III, n. 626. Rio de Janeiro, 6 de março. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&Pesq=%22trabalhadores%20portuguezes%22&pagfis=5272>. Acesso em outubro de 2021.

Jornal, O. (1922). O “Santos” chegou repleto de passageiros. Ano IV, n. 1187. Rio de Janeiro, 26 de novembro. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&Pesq=%22trabalhadores%20portuguezes%22&pagfis=10874>. Acesso em outubro de 2021.

Jornal, O. (1928). De Hamburgo chegou o “Raul Santos”. Ano X, n. 2960. Rio de Janeiro, 22 de julho. p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&Pesq=%22trabalhadores%20portuguezes%22&pagfis=27506>. Acesso em outubro de 2021.

Jornal do Commercio. (1890). Ano 68. Edição 287. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_08&pasta=ano%20189&pesq=%22trabalhadores%20portugueses%22&pagfis=2191>. Acesso em abril de 2021

Lima, Jaime. (1925). *Rafael Bordalo Pinheiro: moralizador político e social*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Lisboa, José da Silva. (1818). *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4232>>. Acesso em fevereiro de 2021.

Magalhães, José. (1836). Discurso sobre a História da Literatura do Brasil. *Revista Nitheroy*. p. 7. Disponível em: <http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit_online/domingos_magalhaes.pdf>. Acesso em abril de 2022.

Malho, O. (1904). Anno III, n. 109 (15 de outubro). p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=Penha&pagfis=3476>>. Acesso em janeiro de 2022.

Malho, O. (1908). Anno VII, n. 317 (10 de outubro), p. 26. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=Penha&pagfis=12297>>. Acesso em janeiro de 2022.

Marinha do Brasil. *Dom Afonso (Fragata)*. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/dphdm/sites/www.marinha.mil.br/dphdm/files/DomAfonsoFragata1847-1853.pdf>>. Acesso em novembro de 2021.

Martins, Raul. (1928). A eterna ilusão da vida. *O Comércio do Porto*, n.º 31, ano LXXIII, de 7 de fevereiro. p. 1. Em: Sousa, Fernando. (2014). Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul. Porto: CEPSE.

Matos, Gregório. (2013). *Gregório de Matos: poemas*. 2 ed. São Paulo: Martin Claret.

Mensagem do Presidente da República, Epitácio Pessoa, ao Congresso Nacional no dia 3 de maio de 1920. p. 101. Disponível em: <<https://bit.ly/3Cqzg2H>>. Acesso em outubro de 2021.

Moura, José Vicente; Lopes, Joaquim José. (1822). *Reflexões sobre a necessidade de promover a união dos estados de que consta o Reino-Unido de Portugal, Brazil, e Algarve nas quatro partes do mundo*. Lisboa: Typographia de Antonio Rodrigues Gualhardo. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1416557/drg1416557.pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

Paiz, O. (1886). Edição de 7 de dezembro, ano III, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_01&Pesq=naturaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=3297>. Acesso em abril de 2021.

Paiz, O. (1913). A Confederação Operaria do Brazil e a imigração. Edição n.º 10378 de 7 de março. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_04&Pesq=%22trabalhadores%20portugueses%22&pagfis=15805>. Acesso em abril de 2021.

Paiz, O. (1918). Consulado Geral de Portugal: Aviso. Anno XXXIV. Edição 12287. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&Pesq=%22trabalhadores%20portugueses%22&pagfis=38988>. Acesso em outubro de 2021.

Pederneiras, Raul. (1920). *Geringonça carioca*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil.

Pederneiras, Raul. (1935). *Scenas da vida carioca: caricaturas de Raul*. Segundo Álbum. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

Pinheiro, Bordalo. (1875). *O Mosquito*. Anno XVI, n. 326, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709654&pagfis=1244>>. Acesso em janeiro de 2022.

Pinheiro, Bordalo. (1876). *O Mosquito*. Anno XVII, n. 356. p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709654&pagfis=1442>>. Acesso em janeiro de 2022.

Pitta, Sebastião. (1878). *História da América Portuguesa*. Bahia: Imprensa Economica.

Pompéia, Raul. (1888). Diário de Minas. Juiz de Fora, 4 novembro. Em: Moreira, Virgílio (org). (1996). *Crônicas do Rio de Raul Pompéia*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101371/cronicas_rio.pdf>. Acesso em janeiro de 2022.

Pompeia, Raul. (1893). Prefácio. Em: Octávio, Rodrigo. *Festas Nacionaes*. Rio de Janeiro: Livraria Internacional.

Revista mensal Brazileia: sociologia, arte e critica. (1917 – 1918). Anos I e II, n. 1 – 15. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217425&pagfis=1>>. Acesso em setembro de 2021.

Rio, João do. (1995). *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101365/alma_encant_ruas.pdf>. Acesso em abril de 2021.

Rodrigues, José Honório. (1988). *História da história do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Rosa, Noel. (1930). *Com que roupa?* Em: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra69190/com-que-roupa>>. Acesso em janeiro de 2022.

Rosa, Noel. (1930). *Quem dá mais?* Em: Chediak, Almir. (2009). Songbook: Noel Rosa. Vol. 2. São Paulo: Lumiar.

Rosa, Noel. (1933). *Não tem tradução*. Em: Almeida, Carlos. (2013). Música nas décadas de 1920 e 1930 como construção de uma identidade nacional: Villa-Lobos, Ary Barroso, Noel Rosa e Lamartine Babo. p. 12. Disponível em: <<https://bityli.com/RmKyf>>. Acesso em janeiro de 2022.

Salvador, Frei Vicente do. (1627). *História do Brasil*. Vol. 12. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

Sombra, José. (1929). A recepção do Dr. Álvaro Bomílcar da Cunha no Instituto do Ceará. *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*. Anno XLIII. p. 332. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/1929indice.html>>. Acesso em abril de 2022.

Storni, Alfredo. (1909). *O Malho*. Anno VIII, n. 369 (9 de outubro), p. 35. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=Penha&pagfis=14438>>. Acesso em janeiro de 2022.

Taunay, Affonso. (1940). *História Geral das bandeiras paulistas, Tomo IX*. São Paulo: Edições Melhoramentos.

Tavares, Francisco Muniz. (1823). *Sessão em 22 de maio de 1823*. In: *Anais da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Livro 1*. Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1823/1823%20Livro%201.pdf>. Acesso em fevereiro de 2021.

Torres, Antônio. (1957). *As razões da Inconfidência*. 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia.

Varnhagen, Francisco Adolfo. (1959). *História Geral do Brasil*. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos

Vidal, D. João Evangelista. (1927). *Carta pastoral aos diocesanos*. Em: Faria, Giberto. (1979). *Discursos parlamentares: perfis parlamentares n.11*. Brasília: Câmara dos Deputados. p. 221.

von Martius, Carl Friedich Philipe. (1844). Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 6. p. 381 - 403. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107700-revista-ihgb-tomo-sexto.html>>. Acesso em março de 2021.

Bibliografia

Adamec, Martin. (2014). *A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido*. (Tese de Doutorado). Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Agostinho, Santo. (1973). *Confissões: livro XI*. São Paulo: Abril Cultural.

Alencastro, Luiz Felipe. (1988). Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Revista Novos Estudos*. n. 21. p. 30-56.

Almeida, Carlos. (2013). *Música nas décadas de 1920 e 1930 como construção de uma identidade nacional: Villa-Lobos, Ary Barroso, Noel Rosa e Lamartine Babo*. p. 12. Disponível em: <<https://bityli.com/RmKyf>>. Acesso em janeiro de 2022.

Alves, Jorge Fernandes. (1999). Variações do brasileiro: tensões na emigração e no retorno do Brasil. *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII. p. 191-222.

Alves, Jorge Fernandes. (2001). Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa. Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros. Cascais: *Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais*. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9305/2/000064764.pdf>>. Acesso em abril de 2021.

Alves, Jorge Fernandes. (2020). Entre nativismo e patriotismo – a repatriação dos pescadores poveiros emigrados no Brasil (1920). *Boletim cultural da Câmara Municipal da Póvoa do Varzim*. v. 54, n.1.

Alves, Jorge Luís. (2009). *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo: um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal*. (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Alves, Paulo. (1997). *A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias na ordem republicana*. São Paulo: Arte e Ciência/UNIP.

Anderson, Benedict. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.

Araújo, Emanuel. (1996). *Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual – da caricatura a cerâmica*. São Paulo: Pinacoteca.

Aristóteles (2008). *Poética*. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Azevedo, André. (2016). A grande reforma urbana do Rio de Janeiro e o apelo visual da urbe reformada como retórica e enlevo civilizador. *Revista Maracanan*, vol. 12, n. 14.

Azevedo, Dúnya. (2009). A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. *Mediação*, v.9, n. 9.

Azevedo, Fabiano. (2012). *A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: 1837-1888*. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Barbosa, Vanessa. (2011). O bota-abaixo de Pereira Passos: a tentativa de promover uma nova ética urbana no Rio de Janeiro. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. v. 1, n. 5, p. 227-242.

Barra, Sérgio Hamilton. (2015). Luiz Edmundo e a boemia do Rio de Janeiro do seu tempo. *Maracanan*, v.1, n. 12.

Barros, José d'Assunção. (2003). História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. *Textos de História*. v. 11, n. 1, p. 145-172.

Beired, José Luís. (1999). *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola.

Botelho, André. (2003). Na contracorrente do naturalismo: relações sociais na interpretação do Brasil de Manoel Bomfim. *Temáticas*, v. 11, n. 21.

Boxer, Charles. (1969). *A idade de ouro no Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)*. Trad. Nair de Lacerda. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Disponível em <<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/388/1/341%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>>. Acesso em janeiro 2021.

Braga-Pinto, César. (2018). *A violência das letras: amizade e inimizade na literatura brasileira, 1888-1940*. Rio de Janeiro: Eduerj.

Bresser-Pereira, Luiz (2017). Estado, Estado-nação e formas de intermediação política. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n.100, p. 155-185.

Brito, Rômulo. (2017). *Um traço sobre o Atlântico. O Brasil na obra caricatural de Rafael Bordalo Pinheiro*. (Tese de doutoramento em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Bueno, Luís. (2003). Tamancófilos e tamancófobos de 1925. *Revista Letras*, v.1, n. 59. p. 93-101.

Calhoun, Craig. (1997). *Nationalism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Carvalho, Maria do Socorro. (2012). Mesma carne, outro sangue: notas introdutórias sobre as relações culturais republicanas entre Portugal e Brasil. *Letras de Hoje*, v. 47, n. 4. p. 348-355

Chalhoub, Sidney. (2012). *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp.

Chartier, Roger. (1991). O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 11, n.5, p. 184-185. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em julho de 2022.

Chartier, Roger. (2002). *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Algés: Difel.

Contier, Arnaldo. (1991). Música no Brasil: História e Interdisciplinariedade Algumas Interpretações (1926-80). História em debate: problemas, temas e perspectivas. *Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História, Rio de Janeiro*.

Cruz Ferreira, Tânia; Neves, Lúcia. (2000). *As relações culturais ao longo do século XIX*. In: A. Cervo & J. C. Magalhães (Eds.). *Depois das Caravelas – As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora UnB. p. 225-252.

Cruz, Sara. (2013). *Emigração e expulsão: Repressão de anarquistas e comunistas portugueses no Brasil (1890-1930)*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Dantas, Carolina. (2007). *O Brasil café com leite: história, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914)*. (Tese de Doutorado). Departamento de História Universidade Federal Fluminense.

De Luca, Tania Regina (org). (2011). *Catálogo da Hemeroteca do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap)*. São Paulo: FCL-UNESP - Assis, p. 67. Disponível em: <https://www.assis.unesp.br/Home/pesquisa/cedap/catalogo_hemeroteca.pdf>. Acesso em junho de 2021.

De Luca, Tania. (1999). *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP.

Dias, Maria Odila. (2005). *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda.

Dulles, John. (1980). *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Fino, Carlos. (2019). *Raízes do estranhamento: a (in) comunicação Portugal-Brasil*. (Tese de Doutorado). Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho.

Fischer, Antenor. (2007). *A literatura dramática do Rio Grande do Sul: 1900 a 1950. Vol. I*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Foucault, Michel. (2008). *Arqueologia do Saber*. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, Michel. (2013). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola.

Gellner, Ernest. (2000). O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: *Um Mapa da Questão Nacional*. BALAKRISHNAN, Gopal. Rio de Janeiro: Contraponto.

Gomes, Amanda. (2008). Jacobinos: abordagem conceitual e performática. *Revista Cantareira*, v. 12, n.1 (UFF online). Disponível em: <<http://www.periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27848/16255>>. Acesso em abril de 2021.

Gomes, Angela. (1999). *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Gomes, Tiago. (1998). *Lenço no pescoço: o malandro no teatro de revista e na música popular: "nacional", "popular" e cultura de massas nos anos 1920*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Gonçalves, Renata. (2003). Cronistas, folcloristas e os ranchos carnavalescos: perspectivas sobre a cultura popular. *Estudos Históricos*, v.1, n. 32, p. 89-105.

Guimarães, Carlos. (1996). Mineração colonial e arqueologia. *Revista de Arqueologia*, n. 9, v.1, p. 55-64.

Guimarães, Manoel Luís. (1988). Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. n.1. p. 5-27.

Guimarães, Manoel Luiz. (2000). História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. v. 7, n. 2. Versão online (scielo). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em março de 2021.

Hobsbawm, Eric. (2004). *Nações e Nacionalismo desde 1780*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

Jancsó, István; Pimenta, João Paulo Garrido. (1999). Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. 3 ed. São Paulo: Editora Senac.

Jesus, Carlos Gustavo. (2012). *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Jesus, Carlos Gustavo. (2014). Disputas pela memória e versões da história nas páginas de Gil Blas. *Anais eletrônicos da XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. p. 1-15.

Jesus, Carlos Gustavo. (2017). O Movimento Operário Carioca em perspectiva nas páginas da revista Gil Blas (1919-1920). *Tempos Históricos*. v. 21. n. 2. p. 18-51.

Justen, Janine. (2020). A construção social do caricaturista na Primeira República. *Plural*, v.27, n. 2. p. 31-60.

Khaled, Salah. (2010). *Horizontes Identitários: a construção da Narrativa Nacional Brasileira pela Historiografia do Século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Kobelinski, Michel. (2008). *Heroísmos, sedições e heresias: a construção do ufanismo e do ressentimento nos sertões da capitania de São Paulo (1768-1774)*. (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103181>>. Acesso em janeiro de 2021.

Koselleck, Reinhart. (2014). *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio.

Koselleck, Reinhart. (2015). *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Koselleck, Reinhart. (2006). Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: Futuro Passado. *Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Lacoste, Pablo. (2003). Estanislao Zeballos y la política exterior argentina con Brasil y Chile. Em: *Confluencia*, Año 1, n. 2, p. 107-128.

Landazavo, Marco Antonio. (2005). Imaginarios encontrados: el antiespañolismo em México em los siglos XIX e XX. *Tzintzun: Revista de Estudios Históricos*, v. 1, n. 42, p. 32-42.

Lara, Cecília. (1987). *De Pirandello a Piolin: Alcântara Machado e o modernismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto Nacional de Artes Cênicas.

Lessa, Carlos. (2008). Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*. v. 22, n. 62, p. 237-256. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10331>>. Acesso em março de 2021.

Lima, Jorge Luiz. (2011). *Entre caminhos e lugares do livro: gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877-1919)*. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza, Brasil.

Lobo, Eulalia Maria. (1978). *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC.

Lobo, Eulalia Maria. (1981). Condições de vida dos artesãos e do operariado no Rio de Janeiro da década de 1880 a 1920. *Nova América. Università degli Studi, Torino*. v.1, n.4. p. 299-333.

Lobo, Eulália Maria. (2001). *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

Lousada, Isabel. (2011). *Pela Pátria: «A Cruzada das Mulheres Portuguesas» (1916-1938). XIX Colóquio de História Militar – 100 anos de regime republicano: políticas, rupturas e continuidades*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar – Ministério da Defesa Nacional.

Lustosa, Isabel. (1989). Humor e política na Primeira República. *Revista USP*, vol.1, n.3.

Lyra, Maria de Lourdes. (1994). *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras.

Machado, Igor José. (2018). Ressentimentos e estereótipos: ensaio sobre as representações a respeito do português no Brasil (século XIX). *Revista Topoi*. v. 19, n. 37, p. 125-143.

Marques, Daniel. (2001). Teatro de intervenção: um resgate necessário (O teatro de revista e a política). *Trans/Form/Ação*, v.1, n. 24. p. 41-46.

Martins, Ana Luiza. (2001). *Revista em revistas: imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: Edusp/Fapesp.

Maxwell, Kenneth. (1999). Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. 3 ed. São Paulo: Editora Senac.

Mello e Souza, Laura; Bicalho, Maria. (2000). *1680-1720: O Império Deste Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Mello, Evaldo Cabral. (1999). A Nova Lusitânia. In: Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. 3 ed. São Paulo: Editora Senac.

Mello, Evaldo Cabral. (2003). *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco (1666-1714)*. São Paulo: Editora 34.

Mencarelli, Fernando. (1999). *Cena Aberta: a Absolvição de um Bilontra e o Teatro de Revista de Arthur Azevedo*. Campinas, São Paulo: UNICAMP.

Mendes, José Sacchetta (2010). “Somos da América e queremos ser americanos”: relações Brasil-Portugal e antilusitanismo na fundação da República. *Revista do IHGB*, v. 172, n. 452, p. 355-371.

Mendes, José Sacchetta. (2009). Lei e etnicidade no Brasil: entre a lusofobia e o favorecimento jurídico dos portugueses. *Ciência e Cultura*, v. 61, n.2, p. 56-59.

Mendes, José Sachetta. (2010). *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil*. Porto: CEPESE.

Menezes, Leila. (2011). O imigrante Português: representações na literatura brasileira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*.

Menezes, Lená. (1996). *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

Menezes, Lená. (2006). Os Processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930). In: Martins; Sousa. *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Rio de Janeiro e Porto: CEPESE e FAPERJ.

Menezes, Lená. (2012). Imigração Portuguesa: lembranças de terras distantes. Tijuca e São Cristóvão como estudo de caso. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 6. p. 79-95. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/revista_agcrj_pdf/revista_AGCRJ_6_2012.pdf#page=79>. Acesso em abril de 2021.

Mérian, Jean-Yves. (1988). *Aluísio Azevedo, vida e obra: (1857-1913)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Banco Sudameris.

Miranda, Luciana. (2014). “*Brasil, visão do que fomos, do que somos e do que devemos ser*”: a causa luso-brasileira em João de Barros, 1912-1922. (Tese de Doutorado). Departamento de História da Universidade de Lisboa.

Moreira, Virgílio (org). (1996). *Crônicas do Rio de Raul Pompéia*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101371/cronicas_rio.pdf>. Acesso em janeiro de 2022.

Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. 3 ed. São Paulo: Editora Senac.

Mota, Carlos Guilherme. *Ideias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)*. (1999). In: Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. 3 ed. São Paulo: Editora Senac.

Motta, Marly. (1992). *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: FGV.

Mourão, Alda. (2013). Portugal, Brasil e Câmara de comércio e Indústria: uma relação triangular na representação dos interesses dos empresários portugueses no Rio de Janeiro. *Convergência Lusíada*, n. 29, janeiro-junho.

Nascimento, Luciana. (2015). Cartografias urbanas: literatura e experiência urbana na belle époque carioca. *Recorte: linguagem, cultura e discurso*. v. 12, n. 1. p. 1-16.

Neves, Guilherme. (1999). A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais? *Revista Portuguesa de História*. tomo XXXIII. Portugal e Brasil: Rotas de Culturas. v.2. Coimbra: Instituto de História Económica e Social (FLUC). p. 439-481.

Neves, Lúcia Maria. (2001). O liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas, 1820-1823. In: Guimarães, Lúcia Maria Paschoal (Org.). *Liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan.

Odalía, Nilo. (1997). *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: UNESP.

Oliveira, Carla Mary. (2009). O Rio de Janeiro da Primeira República e a imigração portuguesa: panorama histórico. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n.3. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrij/wp-content/uploads/2016/10/e03_a5.pdf>. Acesso em abril de 2021.

Oliveira, Carla. (2013). *Saudades D'Além-Mar: a revista Lusitania e a imigração portuguesa no Rio de Janeiro (1929-1934)*. João Pessoa: Editora da UFPB.

Oliveira, Lúcia. (1990). *A questão nacional na primeira República*. São Paulo: Brasiliense.

Oliveira, Lúcia. (1998). As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, p. 172-189

Oliveira, Marina. (2018). *Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1890)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo - USP.

Oliveira, Milena. (2003). *Diálogos entre Caminha e Frei Vicente do Salvador - Construção de uma "arqueologia" da consciência da diferença entre colonos e*

reinóis em documentos luso-brasileiros dos séculos XVI e XVII (Dissertação de Mestrado). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Orlandi, Eni (2009). *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes.

Orlandi, Eni. (1988). *Discurso e Leitura*. São Paulo: UNICAMP.

Paranhos, Adalberto. (2003). A invenção do Brasil como terra do samba: os sambistas e sua afirmação social. *História*, v. 22, n. 1, p. 86. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/pt5J7FmCbfbqMmsSry4xczr/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em janeiro de 2022.

Paranhos, Adalberto. (2017). Xô, fado! Nacionalismo e antilusitanismo na terra do samba. *Tempo e Argumento*, v. 9, n. 22, p. 45. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3381/338154300004/html/#fn18>>. Acesso em janeiro de 2022.

Pêcheux, Michel. (1999). *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes.

Peixoto, Rafael. (2009). Em defesa da Nação: os membros do IHGB e a busca pela glória e dignidade para o Brasil. *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. n. 3. p. 139-148.

Penna, Lincoln. (1997). *O Progresso da Ordem: o florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro: Sette Letras.

Penna, Lincoln. (2003). Os panfletários da República: a campanha do petróleo na imprensa nacionalista. *Alceu*, v. 4, n. 7. p. 83-98.

Pimenta, João Paulo. (2006). Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. *Almanack Braziliense*. v.1, n. 3.

Pollak, Michael. (1992). Memória e identidade social. *Revista de Estudos Históricos*. v. 10, n. 5.

Priori, Angelo; Domingos, Vanessa. (2018). A utopia de Manoel Bonfim. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 9, v. 96. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42288>>. Acesso em junho de 2022.

Queiroz, Suely. (1986). *Os radicais da República*. São Paulo: Braziliense.

Silva, Susana. (2007). *O Emigrante Português em Três Romances de Aluísio Azevedo*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Queluz, Marilda. (2016). Humor e política nas caricaturas de Aluíso de Azevedo. *Tempo e Argumento (online)*, v. 8, n.18. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3381/338147802007/html/>>. Acesso em janeiro de 2022.

Reis, José Carlos. (2003). *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

Renan, Ernest. (1882). O que é uma nação: conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março. Trad. Glaydson José da Silva. *Revista Aulas - UNICAMP: documento*, v. 1. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>>. Acesso em junho de 2022.

Ribeiro, G; Terra, P; Popinigis, F. (2018). *Portugueses e Cidadãos, Experiências e Identidades nos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Mauad.

Ribeiro, Gladys. (2017). *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Rio de Janeiro: Eduff.

Ribeiro, Gladys. (1997). *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. (Tese de Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Ricoeur, Paul. (1994). *Tempo e narrativa (tomo 1)*. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus.

Rocha, Antonio Penalves. (2000). Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*, v.20. n.39, p. 37-68.

Salomão, Ivan Colangelo. (2017). A concepção de um país: o pensamento nacionalista de Serzedello Correa. *Economia e Sociedade*. v. 26, n. 1, p. 243-263

Santos, Beatriz. (1994). O Rio de Janeiro nos espaços de Luiz Edmundo. *Rascunhos de História*, v. 1, n. 8.

Santos, Wilza Betania. (2018). *Identidades, Convivências e Histórias: os Gabinetes Portugueses de Leitura de Pernambuco e da Bahia (1850-1931)*. (Tese de Doutorado em História). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Portugal.

Schwarcz, Lilia Moritz (coord). (2012). *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Objetiva.

Schwartz, Stuart. (1989). The Formation of a Colonial Identity in Brazil. In: Canny, N; Padgen, A. (orgs). *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800*. Princeton: Princeton University Press.

Schwartz, Stuart. (1999). "Gente da terra braziliense da nação". Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: Mota, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. 3 ed. São Paulo: Editora Senac.

Seixas, Miguel. (2018). A emblemática oitocentista da Casa de Bragança nos tronos de Portugal e Brasil. In: Ramos, Rui; Carvalho, José Murilo; Silva, Isabel (coords). *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)*. Alfragide: Dom Quixote.

Silva, Evaneide. (2008). O realismo popular de Histoire de Gil Blas de Santillane. *Revista Travessias*, v. 2, n. 2.

Silva, Rogério. (2011). Entre caricaturas e trocadilhos: Raul Pederneiras e seu passeio pelas linguagens. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo.

Silva, Rogério. (2017). *Modernidade em desalinho: costumes, cotidiano e linguagens na obra humorística de Raul Pederneiras*. São Paulo: Paco.

Silva, Rosângela. (2019). Uma ponte sobre o Atlântico: conexões entre Europa e Brasil na obra de Rafael Bordalo Pinheiro. *Revlat: Red de estudios visuales latinoamericanos (online)*. Disponível em: <<https://www.revlat.com/single-post/2019/02/01/uma-ponte-sobre-o-atlantico-conexoes-entre-europa-e-brasil-na-obra-de-rafael-bordalo-pinh>>. Acesso em janeiro de 2022.

Silva, Susana. (2007). *O Emigrante Português em Três Romances de Aluísio Azevedo*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sodré, Nelson. (1999). *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.

Soihet, Rachel. (1998). *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Souza, Ricardo. (2010). O Antilusitanismo e a Afirmação da Nacionalidade. *Revista Politeia: História e Sociedade*, v. 5, n.1, p. 133-151.

Stumpf, Roberta. (2012). *Remanejamento de identidades em um contexto de crise: as Minas gerais na segunda metade do século XVIII*. In: Rodrigues, José (coord.). *O Atlântico Revolucionário: circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*. Lisboa: CHAM.

Taveira, Leonardo. (2009). *A mulata e o malandro: aspectos vocais do personagem-tipo na música do teatro de revista brasileiro, entre as décadas de*

1880 e 1930. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Thiesse, Anne-Marie. (2000). *A criação das identidades nacionais*. Lisboa: Temas e Debates.

Triches, Roberta. (2009). Biba a Penha! O elemento português no imaginário da nação. *II Encontro Nacional de Estudos da Imagem*.

Vaquinhas, Irene. (2013). “Fora galego!” Um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX. *Revista Estudos Amazônicos*, v.10, n.2, p. 216 – 235.

Vejo, Tomás. (2005). La conspiración gachupina em El Hijo del Ahuizote. *Historia Mexicana*, v. 54, n. 4, p. 1105-1152.

Veneziano, Neyde. (1991). *O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

Veneziano, Neyde. (2004). Revistando o baú revisteiro. *O Percevejo – Revista de teatro, crítica e estética*, v.12, n. 13.

Vieira, Martha Victor. (2006). Antilusitanismo, naturalização e disputas pelo poder no Primeiro Reinado. *Métis: história & cultura*. v.5. n. 10. Jul/dez. p. 87-99.

Vieira, Nelson. (1991). *Brasil e Portugal — A imagem recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.